

Manuel Castells

O PODER DA IDENTIDADE
Volume II

3^a edição

Tradução: Klauss Brandini Gerhardt



Prefácio

por Ruth Correa Leite Cardoso

Vejo este livro como uma grande aventura, e seu autor como um grande desbravador. Levando uma bagagem pesada, com muita sociologia, bastante antropologia e uma visão política clara, Manuel Castells partiu para visitar o mundo. Tal como os viajantes antigos, observou detalhes, interessou-se pelas diferenças e pelas peculiaridades, procurando um fio de meada que pudesse explicar o mundo pós-moderno ou pós-industrial ou qualquer outro nome que se queira dar para as novidades do mundo globalizado. O desafio era compreender a diversidade de manifestações que se repetiam em muitos países sem ser iguais e que nem se sabe se poderiam ser classificadas como da mesma espécie.

O desafio era grande mas agora sabemos, lendo seus livros, que encontrou as pistas que procurava e com elas decifrou o mistério. Sua grande contribuição foi oferecer uma explicação abrangente, instigante, que renova a teoria da mudança social e apresenta uma visão totalizante que engloba as transformações tecnológicas, a cultura e a sociedade.

Para atingir esse objetivo inovou também no campo da metodologia: o estudo de caso, a observação participante e a preocupação com a comparação estavam sempre presentes (como na melhor tradição antropológica), mas sem esquecer que o objetivo era, e é, chegar a uma visão compressiva em que o geral não seja um empobrecimento do específico. A diversidade é desafiante, mas alguns (entre os quais Castells) ainda acreditam que é preciso refletir sobre os contextos novos em que se desenrola a vida social para compreender os mecanismos de mudanças e, partindo dessas situações, buscar um novo quadro teórico para explicá-los.

No volume I desta série, Castells mostrou o efeito das imensas transformações tecnológicas, especialmente na área da comunicação, trazidas pelas últimas décadas. Ainda mantendo seu gosto pelo materialismo, ele parte dessa nova base material para descrever o impacto da informatização sobre as culturas de todo o globo, e apresenta o conceito de *sociedade em rede* que resume as características do mundo contemporâneo globalizado. Sua definição está na introdução do presente volume, onde lemos:

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida — o tempo e o espaço — mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. (p. 17)

Encontramos uma visão nova na construção de conexões que ligam as modificações do capitalismo contemporâneo e seus reflexos nas formas de trabalho e nos eixos fundamentais que organizam as culturas. Por um lado, a globalização impõe padrões comuns pois difunde uma mesma matriz produtiva, baseada na nova tecnologia que apaga distâncias mas, por outro, propicia reações locais que nascem marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas sociais. As transformações das *bases materiais da vida* deixam marcas locais não-visíveis (porque virtuais), mas que mudam as formas de ação e as orientações básicas das culturas.

Está colocada a questão da identidade, ou das identidades, como um núcleo resistente à homogeneização e que pode ser semente de mudanças socioculturais. Mas, insiste o autor, existem tipos diferentes de manifestações identitárias. Todas estão marcadas pela história de cada grupo, assim como pelas instituições existentes, pelos aparatos de poder e pelas crenças religiosas. E nem todas desenvolvem uma prática renovadora. Algumas se traduzem em resistência à mudança e outras, em projetos de futuro. Exatamente porque a construção das identidades se desenvolve em contextos marcados por relações de poder, é preciso distinguir entre estas formas e as diferentes origens que estão na base do processo de sua criação. O autor distingue:

- Identidade legitimadora, cuja origem está ligada às instituições dominantes;
- Identidade de resistência, gerada por atores sociais que estão em posições desvalorizadas ou discriminadas. São trincheiras de resistência; e
- Identidade de projeto, produzida por atores sociais que partem dos materiais culturais a que têm acesso, para redefinir sua posição na sociedade.

Qual o grande interesse dessa tipologia? Ela expõe a diversidade de manifestações que poderíamos enquadrar na categoria de movimentos sociais. Chamaríamos alguns de novos movimentos e outros de tradicionalistas sem ganhar muito na compreensão desses fenômenos.

Agora dispomos de um instrumento que amplia nossa visão porque expõe os parentescos entre essas várias ações, sem perder sua especificidade e, principalmente,

sem julgá-las valorativamente. É certo que a própria classificação indica o papel inovador de certos movimentos, enquanto outros são obstáculos à mudança. Mas, o que aprendemos imediatamente, é que a dinâmica de cada caso explicará seu desempenho e, portanto, que não existem “bons” ou “maus” movimentos, mas contextos dinâmicos a serem compreendidos.

Poresse caminho voltamos a perceber a necessidade de enfrentar os fenômenos novos munidos de instrumentos que permitam compreender a dinâmica sociocultural. Sem classificações valorativas ou preconcebidas, e livre de um determinismo estreito. Castells apostou no movimento constante da sociedade e da cultura, e percebeu as possibilidades de transformação, trabalhando sem direcionismo e sem profecias.

Aprendemos como se formam novos atores sociais, como sua atuação é fragmentada, muitas vezes isolada, mas sempre em interação com os aparatos do Estado, redes globais e indivíduos centrados em si mesmos. Todos esses elementos não se articulam, pois suas lógicas são diferentes e sua coexistência não será pacífica; mas certamente será “produtiva” para a transformação da sociedade.

A globalização não apagou a presença de atores políticos. Criou para eles novos espaços pelos quais se inicia um processo histórico que não tem direção prevista. A criatividade, a negociação e a capacidade de mobilização serão os mais importantes instrumentos para conquistar um lugar na sociedade em rede.

A partir daqui recomendo a leitura deste livro, porque somente a riqueza de informações e a precisão das interpretações poderão conquistar os leitores para que olhem o mundo globalizado com olhos críticos mas também esperançosos.

Sumário

Figuras	9
Tabelas	11
Quadros	13
Agradecimentos	15
Introdução: Nosso mundo, nossa vida	17
1. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede	21
A construção da identidade	22
Os paraísos do Senhor: fundamentalismo religioso e identidade cultural	29
<i>Umma</i> versus <i>Jahiliya</i> : o fundamentalismo islâmico	30
Deus me salve! O fundamentalismo cristão norte-americano	37
Nações e nacionalismos na era da globalização: comunidades imaginadas ou imagens comunais?	44
As nações contra o Estado: a dissolução da União Soviética e da Comunidade de Estados Impossíveis (<i>Sojuz Nevozmoznykh Gosudarstv</i>)	49
– Nações sem Estado: a <i>Catalunya</i>	60
– As nações da era da informação	69
A desagregação étnica: raça, classe e identidade na sociedade em rede	71
Identidades territoriais: a comunidade local	78
Conclusão: as comunas culturais da era da informação	84
2. A outra face da Terra: movimentos sociais contra a nova ordem global	93

Globalização, informacionalização e movimentos sociais	93
Os zapatistas do México: o primeiro movimento de guerrilha	
informacional	97
Quem são os zapatistas?	98
A estrutura de valores dos zapatistas: identidade, adversários e objetivos ...	101
A estratégia de comunicação dos zapatistas: a Internet e a mídia	103
A relação contraditória entre movimento social e	
instituição política	106
As armas contra a nova ordem mundial: a Milícia Norte-Americana e o	
Movimento Patriótico dos anos 90	108
As milícias e os patriotas: uma rede de informações de múltiplos	
temas	112
As bandeiras dos patriotas	118
Quem são os patriotas?	121
As milícias, os patriotas e a sociedade norte-americana dos anos 90	122
Os Lamas do Apocalipse: a Verdade Suprema do Japão	123
Asahara e o surgimento da Verdade Suprema	124
Metodologia e crenças da Verdade Suprema	127
A Verdade Suprema e a sociedade japonesa	128
O significado das insurreições contra a nova ordem global	131
Conclusão: o desafio à globalização	136
3. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista	141
A dissonância criativa do ambientalismo: uma tipologia	143
O significado do “verdejar”: questões societais e o desafio	
dos ecologistas	153
O ambientalismo em ação: fazendo cabeças, domando o capital, cortejando o	
Estado, dançando conforme a mídia	161
Justiça ambiental: a nova fronteira dos ecologistas	165
4. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade	
na era da informação	169
A crise da família patriarcal	173

As mulheres no mercado de trabalho	191
O poder da congregação feminina: o Movimento Feminista	210
Feminismo americano: uma continuidade descontínua	212
O feminismo é global?	220
Feminismo: uma polifonia instigante	229
O poder do amor: movimentos de libertação lesbiano e gay	238
Feminismo, lesbianismo e liberação sexual em Taipé	241
Espaços de liberdade: a comunidade gay de São Francisco	248
Resumo: identidade sexual e a família patriarcal	256
Família, sexualidade e personalidade na crise do patriarcalismo	257
A família que encolheu drasticamente	257
A reprodução da figura materna em relação à não-reprodução do patriarcalismo	264
Identidade corporal: a (re)construção da sexualidade	271
Personalidades flexíveis em um mundo pós-patriarcal	275
Será o fim do patriarcalismo?	277
5. Um Estado destituído de poder?	287
A globalização e o Estado	288
O núcleo transnacional das economias nacionais	288
Avaliação estatística da nova crise fiscal do Estado na economia global	290
A globalização e o Estado do bem-estar social	296
Redes globais de comunicação, audiências locais, incertezas sobre regulamentações	298
Um mundo sem lei?	303
O Estado-Nação na era do multilateralismo	306
O governo global e o super Estado-Nação	311
Identidades, governos locais e a desconstrução do Estado-Nação	315
A identificação do Estado	319
As crises contemporâneas dos Estados-Nação: o Estado mexicano do PRI e o governo federal dos EUA nos anos 90	322

NAFTA, Chiapas, Tijuana e os estertores do Estado do PRI	322
O povo contra o Estado: a perda gradativa da legitimidade do governo federal dos EUA	334
Estrutura e processo na crise do Estado	345
Estado, Violência e Vigilância: do “Grande Irmão” às “Irmãzinhas”	348
A crise do Estado-Nação e a teoria do Estado	352
Conclusão: o Rei do Universo, Sun Tzu e a crise da democracia	356
6. A política informacional e a crise da democracia	365
Introdução: a política da sociedade	365
A mídia como espaço para a política na era da informação	369
A mídia e a política: a conexão dos cidadãos	369
A política <i>showbiz</i> e o marketing político: o modelo norte-americano	374
Estará a política europeia passando por um processo de “americanização”? ..	381
O populismo eletrônico da Bolívia: <i>compadre</i> Palenque e a chegada do <i>Jach’á Uru</i>	386
A política informacional em ação: a política do escândalo	391
A crise da democracia	401
Conclusão: a reconstrução da democracia?	409
Conclusão: A transformação social na sociedade em rede	417
Apêndice Metodológico	428
Resumo do Índice dos Volumes I e III	461
Bibliografia	463
Índice remissivo	491

Figuras

2.1	Distribuição geográfica dos grupos patriotas nos EUA por número de grupos e campos de treinamento paramilitar nos estados norte-americanos, 1996.....	114
4.1	Curvas de sobrevivência dos casamentos na Itália, Alemanha Ocidental e Suécia: mães nascidas entre 1934-38 e entre 1949-53 ...	176
4.2	Evolução do número de primeiros casamentos em países da União Européia a partir de 1960	178
4.3	Índices brutos de casamentos em países selecionados	179
4.4	Proporção (%) de mulheres (15 a 34 anos) cujo primeiro filho nasce antes do primeiro casamento, por raça e etnia, nos Estados Unidos, 1960-89	182
4.5	Síntese da taxa de fertilidade em países europeus a partir de 1960	188
4.6	Índice total de fertilidade e número de nascimentos nos Estados Unidos, 1920-90	189
4.7	Aumento dos índices de emprego no setor de serviços e da participação feminina, 1980-90	194
4.8a	Percentual de mulheres na força de trabalho por tipo de função ..	197
4.8b	Famílias nos Estados Unidos em que as esposas participam da força de trabalho, 1960-90.....	198
4.9	Mulheres com empregos de meio expediente, por tipo de família, em países membros da Comunidade Européia, 1991	209
4.10	Inter-relação dos diferentes aspectos da sexualidade voltada para pessoas do mesmo sexo	242

4.11	Áreas residenciais gays de São Francisco	250
4.12a	Composição dos lares nos Estados Unidos, 1960-90	258
4.12b	Composição dos lares nos Estados Unidos, 1970-95	259
4.13	Lares de crianças com menos de 18 anos, por presença dos pais, nos Estados Unidos, 1960-90	260
4.14	Ocorrência de sexo oral no decorrer da vida, por época de nascimento: homens e mulheres	273
5.1	Passivo financeiro bruto do governo	294
5.2	Custos de mão-de-obra na produção industrial, 1994	295
5.3	Porte e sede de operações das 15 maiores multinacionais da mí- dia e de serviços de impressão gráfica	300
5.4	Posicionamento da opinião pública sobre o porte do governo e respectiva prestação de serviços nos EUA de 1984 a 1995	336
5.5	Opiniões sobre os programas promovidos pelo governo federal e redução do déficit público, EUA, 1995	342
6.1	Credibilidade das fontes de notícias nos EUA, 1959-91	371
6.2	Média de reportagens sobre casos de corrupção por periódico nos EUA, 1890-1992	394
6.3	Índices de aprovação dos governos, c. 1993	404
6.4	Índice de apoio aos principais partidos durante as eleições nacio- nais, 1980-94	406

Tabelas

4.1	Índice de variação na taxa estimada de divórcios nos países selecionados, 1971-90	175
4.2	Tendências observadas nas taxas de divórcio para cada 100 casamentos em países desenvolvidos	175
4.3	Percentual de primeiros casamentos dissolvidos por separação, divórcio ou morte, entre mulheres de 40 a 49 anos de idade em países menos desenvolvidos	177
4.4	Tendências, em números percentuais, de mulheres entre 20 e 24 anos que nunca se casaram	180
4.5	Nascimentos ocorridos fora do casamento em relação (%) ao número total de nascimentos por região (média do país)	181
4.6	Lares com apenas um dos pais em relação (%) a todos os lares com filhos dependentes e ao menos um pai residente em países desenvolvidos	183
4.7	Tendências, em termos percentuais, de lares em que a mulher é a chefe de família <i>de jure</i>	183
4.8	Indicadores de mudanças recentes na família e formação dos lares: países ocidentais selecionados, 1975-90	185
4.9	Número de lares habitados por apenas um dos pais em relação ao número total de lares em países selecionados, 1990-93	186
4.10	Índice total de fertilidade nas principais regiões do mundo	190
4.11	Participação de homens e mulheres na força de trabalho (%)	192
4.12	Índice total de emprego – homens e mulheres (média de crescimento anual — %)	193

4.13	Índices de atividade econômica, 1970-90	195
4.14	Índice de crescimento da atividade econômica da mulher, 1970-90	196
4.15	Emprego de mão-de-obra feminina por atividade e grau de intensidade das informações com relação ao total de postos de trabalho (%), 1973-93	199
4.16	Taxa de crescimento em cada categoria de emprego de mão-de-obra feminina em relação ao emprego total de mão-de-obra feminina, 1973-93	200
4.17	Distribuição da mão-de-obra feminina por tipo de ocupação, 1980 e 1989 (%)	201
4.18	Tamanho e composição do mercado de trabalho de meio expediente, 1973-94 (%)	205
4.19	Participação do trabalho autônomo no mercado de trabalho total, por sexo e atividade (%)	207
5.1	Internacionalização da economia e das finanças públicas: índices de variação, 1980-93 (e índices de 1993, salvo outras indicações) .	291
5.2	Papel do governo na economia e finanças públicas: índices de variação, 1980-92 (e índices de 1992, salvo outras indicações)	292
6.1	Fontes de notícias nos EUA, 1959-92 (%)	369
6.2	Fontes de informações políticas dos moradores da cidade de Cochabamba, Bolívia, 1996	370
6.3	Opinião dos cidadãos bolivianos sobre quais instituições representam seus interesses	390
6.4	Índice de comparecimento nas eleições para a câmara baixa do parlamento (Europa e Japão): números recentes comparados às décadas de 70 e 80	405

Quadros

2.1	Estrutura de valores e crenças de movimentos contrários à globalização	133
3.1	Tipologia dos movimentos ambientalistas	143
4.1	Tipologia analítica dos movimentos feministas	231

Para Irene Castells Oliván,
historiadora de utopías.

Agradecimentos

As idéias e análises contidas neste volume foram desenvolvidas durante 25 anos de estudos sobre movimentos sociais e processos políticos ocorridos em várias regiões do mundo, tendo sido revistas e integradas em uma teoria mais abrangente que trata da Era da Informação, apresentada nos três volumes desta obra. Diversas instituições acadêmicas foram o ambiente fundamental para o desenvolvimento de meu trabalho nessa área específica de investigação. Entre estas se encontram principalmente o Centre d'Étude des Mouvements Sociaux, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, fundada e dirigida por Alain Touraine, e onde atuei como pesquisador entre 1965 e 1979. Outras instituições de pesquisa que prestaram grande auxílio a meu trabalho acerca de movimentos sociais e política foram as seguintes: Centro Interdisciplinario de Desarollo Urbano, Universidad Catolica de Chile; Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autonoma de Mexico; Centro de Estudos Urbanos, Universidade de Hong Kong; Instituto de Sociologia de Nuevas Tecnologias, Universidad Autonoma de Madrid; Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Hitotsubashi, Tóquio. A preparação e redação final do material foram realizadas durante a década de 90 na Universidade da Califórnia em Berkeley, local que tem sido minha residência intelectual desde 1979. Muitas das idéias aqui apresentadas foram discutidas e apuradas em meu curso de pós-graduação sobre “A Sociologia da Sociedade da Informação”. Por isso, agradeço a meus alunos, fonte constante de inspiração e crítica de meu trabalho. Este volume contou com o excepcional trabalho de pesquisa de Sandra Moog, pós-graduanda em Sociologia em Berkeley e futura acadêmica de destaque. Cito ainda os importantes trabalhos de pesquisa realizados por Lan-chih Po, doutorando em planejamento regional e urbanístico, também por Berkeley. Da mesma forma que nos demais volumes desta obra, Emma Kiseleva prestou considerável auxílio à minha pesquisa facilitando o acesso a idiomas que desconheço, além de ter contribuído com avaliações e comentários sobre várias seções deste volume.

Muitos colegas fizeram a leitura das primeiras versões do volume todo, ou de capítulos específicos, tecendo extensos comentários e ajudando-me a corrigir alguns erros e amarrar as análises, embora obviamente eu assuma toda a responsabilidade pelas interpretações finais. Gostaria de consignar meus agradecimentos a: Ira Katznelson, Ida Susser, Alain Touraine, Anthony Giddens, Martin Carnoy, Stephen Cohen, Alejandra Moreno Toscano, Roberto Laserna, Fernando Calderon, Rula Sadik, You-tien Hsing, Shujiro Yazawa, Chu-joe Hsia, Nancy Whittier, Barbara Epstein, David Hooson, Irene Castells, Eva Serra, Tim Duane e Elsie Harper-Anderson. Gostaria também de agradecer especialmente a John Davey, o diretor editorial da Blackwell, que contribuiu com sua vasta experiência e sugestões bastante pertinentes sobre o conteúdo de muitas das principais seções do volume.

Tudo isso quer dizer que, a exemplo dos outros volumes desta obra, o processo de desenvolvimento e redação das idéias trata-se, em grande medida, de um esforço coletivo, embora seja, em última análise, engendrado na solidão do ato de escrever.

*Novembro de 1996
Berkeley, Califórnia*

O autor e os editores agradecem também a autorização concedida para a reprodução do material apresentado abaixo:

Professor Ines Alberdi: figuras 4.2 e 4.5.

The Economist: figuras 5.1 e 5.2, copyright © The Economist, Londres 1996. The University of Texas Press e os respectivos autores: tabela 6.2, “A Corrupção na Política e as Eleições Presidenciais, 1929-92” em *Journal of Politics*, volume 57:4.

The Southern Poverty Law Center, Alabama: figura 2.1, extraída dos Programas da *Klanwatch/Militia Task Force*.

The University of Chicago Press: figuras 4.10 e 4.14 de E. O. Laumann *et al.*, *The Social Organization of Sexuality: Sexual Practices in the United States* (1994), copyright © 1994 de Edward O. Laumann, Robert T. Michael, CSG Enterprises, Inc., e Stuart Michaels. Todos os direitos reservados.

Westview Press, Inc.: figura 4.1 de *The New Role of Women: Family Formation in Modern Societies* de Hans-Peter Blossfeld *et al.* (1995), copyright © 1995, Westview Press.

Introdução: Nosso mundo, nossa vida

*Olhem para o céu, há um desejo premente
pela manhã que nasce diante de vocês.
A História, apesar de sua dor lancinante,
jamais pode deixar de ser vivida; se enfrentada
com coragem, dispensa ser revivida.*

*Olhem para o dia
que irrompe diante de vocês.
Façam com que o sonho
renasça.*

Maya Angelou, “On the Pulse of Morning”¹

Nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida — o tempo e o espaço — mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo, do mesmo modo que o capitalismo industrial e seu inimigo univitelino, o estatismo industrial, foram disseminados no século xx, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo a pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instilando o desespero. Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo.

Entretanto, isso não é tudo. Juntamente com a revolução tecnológica, a transformação do capitalismo e a derrocada do estatismo, vivenciamos no último quarto do século o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. Essas expressões encerram acepções múltiplas, são altamente diversificadas e seguem os contornos pertinentes a cada cultura, bem como às fontes históricas da formação de cada identidade. Incorporam movimentos de tendência ativa voltados à transformação das relações humanas em seu nível mais básico, como, por exemplo, o feminismo e o ambientalismo. Mas incluem também ampla gama de movimentos reativos que cavam suas trincheiras de resistência em defesa de Deus, da nação, da etnia, da família, da região, enfim, das categorias fundamentais da existência humana milenar ora ameaçada pelo ataque combinado e contraditório das forças tecnoeconômicas e movimentos sociais transformacionais. Apanhada pelo turbilhão dessas tendências opostas, a existência do Estado-Nação é questionada, arrastando para o epicentro da crise a própria noção de democracia política, postulado para a construção histórica de um Estado-Nação soberano e representativo. Com certa freqüência, a nova e poderosa mídia tecnológica, tal como as redes mundiais de telecomunicação interativa, é utilizada pelos contendores, ampliando e acirrando o conflito em casos em que, por exemplo, a Internet se torna um instrumento de ambientalistas internacionais, *zapatistas* mexicanos ou, ainda, milícias norte-americanas, respondendo na mesma moeda às investidas da globalização computadorizada dos mercados financeiros e de processamento de dados.

É esse o mundo explorado no presente volume, que se concentra fundamentalmente nos movimentos sociais e na política, como resultante da interação entre a globalização induzida pela tecnologia, o poder da identidade (em termos sexuais, religiosos, nacionais, étnicos, territoriais e sociobiológicos) e as instituições do Estado. Convidando o leitor a essa jornada intelectual pelas paisagens das lutas sociais e conflitos políticos contemporâneos, iniciarei com algumas observações que poderão ajudá-lo a apreciar a viagem.

Este não é um livro sobre outros livros. Portanto, não discutirei as teorias existentes a respeito de cada tópico nem citarei cada uma das possíveis fontes referentes às questões aqui apresentadas. De fato, seria pretensiosa a tentativa de abordar, ainda que superficialmente, todo o registro acadêmico do leque de temas abordados nesta obra. As fontes e autores utilizados em cada tópico representam materiais que julguei relevantes para a elaboração das hipóteses que proponho para cada tema, como também para o significado de tais hipóte-

ses em uma teoria mais abrangente da transformação social na sociedade em rede. Aos leitores interessados em referências bibliográficas e nas análises críticas de tais referências, sugiro a consulta às várias obras pertinentes que tratam das questões analisadas.

O método que adotei busca transmitir a teoria por meio de análises da prática, por meio de sucessivas linhas de observação dos movimentos sociais em diversos contextos culturais e institucionais. Dessa forma, a análise empírica é adotada principalmente como recurso comunicativo e como meio de disciplinar meu discurso teórico, isto é, de dificultar, se não inviabilizar, a afirmação de algo que a ação coletiva submetida à observação rejeitaria na prática. Procurei, todavia, fornecer alguns elementos empíricos, dentro das limitações de espaço deste volume, no intuito de tornar minha interpretação plausível, permitindo ao leitor tecer seus próprios julgamentos.

Há nesta obra uma deliberada obsessão pelo multiculturalismo, pela “varredura” do planeta, considerando suas diversas manifestações sociais e políticas. Tal abordagem deriva de minha visão de que o processo de globalização tecnoeconômica que vem moldando nosso mundo está sendo contestado e será, em última análise, transformado, a partir de uma multiplicidade de fatores, de acordo com diferentes culturas, histórias e geografias. Assim, as incursões, do ponto de vista temático, pelos Estados Unidos, Europa Ocidental, Rússia, México, Bolívia, Islã, China ou Japão, como faço neste volume, têm por finalidade específica utilizar uma mesma estrutura de análise para compreender processos sociais bastante distintos que, não obstante, estão inter-relacionados quanto ao seu significado. Gostaria também, dentro dos limites de meus conhecimentos e experiência, de romper com a abordagem etnocêntrica ainda predominante em boa parte da produção intelectual na área de ciências sociais, justamente no momento em que nossas sociedades se interconectaram globalmente e tornaram-se culturalmente inter-relacionadas.

Cabem aqui algumas palavras sobre teoria. A teoria sociológica subjacente a esta obra se encontra diluída, para conveniência do leitor, na apresentação dos temas em cada capítulo. Está também mesclada, tanto quanto possível, à análise empírica. Somente em circunstâncias inevitáveis conduzirei o leitor a uma breve incursão na teoria, uma vez que, no meu entender, a teoria social consiste em uma ferramenta para a compreensão do mundo, e não num instrumento de auto-satisfação intelectual. Na conclusão do presente volume, buscarei sintetizar a análise de maneira mais formal e sistemática, atando os vários fios tecidos ao longo de cada capítulo. Contudo, uma vez que a obra está voltada à análise de movimentos sociais e que há grande controvérsia quanto ao

significado desse conceito, apresento desde já minha definição de movimentos sociais: são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade. Considerando que não há percepção de história alheia à história que percebemos, *do ponto de vista analítico*, não existem movimentos sociais “bons” ou “maus”, progressistas ou retrógrados. São eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, de infernos ou de infernos paradisíacos. Não se trata de observação meramente incidental, visto que os processos de transformação social em nosso mundo não raro tomam forma de fanatismo e violência que não costumamos associar à mudança social positiva. Não obstante a tudo isso, este é nosso mundo, isto somos nós, em nossa contraditória pluralidade, e é isto que temos de compreender, se for absolutamente necessário enfrentá-lo e superá-lo. Quanto ao significado de *isto* e de *nós*, convido-os a desvendá-lo pela leitura do que segue.

Notas

1. Poema declamado no dia da posse do presidente dos Estados Unidos, 22 de janeiro de 1993.

Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede

*A capital está próxima à Montanha Zhong;
 Resplandescem os palácios e os portais;
 Florestas e jardins luxuriantes exalam delicioso perfume;
 Cássias e orquídeas completam-se em sua beleza.
 O palácio proibido é magnífico;
 Edifícios e pavilhões da altura de cem andares.
 Salões e entradas, maravilhosos e brilhantes;
 Gongos e sinos ressoam melodiosamente.
 As torres alcançam os céus;
 Nos altares, animais são ofertados em sacrifício.
 Limpos e purificados,
 jejuamos e nos banhamos.
 Somos respeitosos e devotos na adoração,
 Glorificados e serenos na prece.
 Em nossas fervorosas súplicas,
 cada um busca alegria e felicidade.
 Os povos incivilizados e fronteiriços rendem-nos tributos,
 E os bárbaros estão subjugados.
 Não importa a vastidão do território,
 Todos estarão submetidos ao nosso domínio.*

Hong Xiuquan

Foram essas as palavras do “Conto Imperial de Mil Palavras”, de autoria de Hong Xiuquan, mentor e profeta da Rebelião Taiping, após estabelecer seu reino celestial em Nanjing em 1853.¹ O objetivo da revolta de Taiping Tao (Caminho da Grande Paz) era criar um reino comunal, fundamentalista neocristão na China. Por mais de uma década, o reino foi organizado segundo a revelação da Bíblia que Hong Xiuquan, como ele próprio afirmava, recebera de seu irmão mais velho, Jesus Cristo, após haver sido convertido ao cristianismo por missionários evangélicos. Entre 1845 e 1864, as preces, os ensinamentos e os exércitos de Hong abalaram toda a China, e o mundo, pois

interferiam no crescente controle que vinha sendo exercido sobre o Império do Meio pelos estrangeiros. O Reino Taiping pereceu da mesma maneira que subsistiu, em meio a sangue e fogo, ceifando a vida de 20 milhões de chineses. O reino alimentou a esperança de criar um paraíso terrestre combatendo os demônios que se haviam apossado da China, de modo que “todo o povo pudesse viver em felicidade eterna até que, finalmente, seriam levados ao céu para saudar o Pai”.² Era uma época de crise para a máquina burocrática do Estado e as tradições morais, da globalização do comércio, do lucrativo tráfico de drogas, do rápido processo de industrialização que se alastrava pelo mundo, das missões religiosas, do empobrecimento dos camponeses, das convulsões nas estruturas familiares e de comunidades, de malfeitores locais e exércitos internacionais, da difusão da imprensa e do analfabetismo em massa, uma época de incerteza e desesperança, de crise de identidade, enfim, outros tempos. Ou será que não?

A construção da identidade

Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. Nas palavras de Calhoun:

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento — invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta — nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros.³

(No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.) Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. Isso porque é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjuntos de papéis. Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, freqüentador de uma determinada igreja

e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação.⁴ Embora, conforme argumentarei adiante, as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização. Na verdade, algumas autodefinições podem também coincidir com papéis sociais, por exemplo, no momento em que ser pai é a mais importante autodefinição do ponto de vista do ator. Contudo, identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. Defino significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator. Proponho também a idéia de que, para a maioria dos atores sociais *na sociedade em rede*, por motivos que esclarecerei mais adiante, o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço. Embora tal abordagem se aproxime da formulação de identidade proposta por Erikson, estarei concentrado basicamente na identidade coletiva, e não individual. O individualismo (distinto da identidade individual), contudo, pode também ser considerado uma forma de “identidade coletiva”, conforme observado na “cultura do narcisismo” de Lasch.⁵

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso.) Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou

dela se excluem. Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, proponho uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades:

- *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennett,⁶ e se aplica a diversas teorias do nacionalismo.⁷
- *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidade.⁸
- *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram.

Obviamente, identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação. De fato, a dinâmica de identidades ao longo desta sequência evidencia que, do ponto de vista da teoria social, nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, *per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto histórico. Uma questão diversa e extremamente importante, diz respeito aos benefícios gerados por parte de cada identidade para as pessoas que a incorporam.

Na minha visão, cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade. A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. Tal afirmação pode parecer surpreendente para alguns leitores, pois o termo sociedade civil geral-

mente carrega consigo uma conotação positiva de mudança social democrática. Entretanto, esta é na verdade a concepção original de sociedade civil, conforme formulada por Gramsci, o mentor intelectual desse conceito ambíguo. Na concepção de Gramsci, a sociedade civil é constituída de uma série de “aparatos”, tais como: a(s) Igreja(s), sindicatos, partidos, cooperativas, entidades cívicas etc. que, se por um lado prolongam a dinâmica do Estado, por outro estão profundamente arraigados entre as pessoas.⁹ É precisamente esse duplo caráter da sociedade civil que a torna um terreno privilegiado de transformações políticas, possibilitando o arrebatamento do Estado sem lançar mão de um ataque direto e violento. A conquista do Estado pelas forças da mudança (digamos as forças do socialismo, no universo ideológico de Gramsci) presentes na sociedade civil é possibilitada justamente pela continuidade da relação entre as instituições da sociedade civil e os aparatos de poder do Estado, organizados em torno de uma identidade semelhante (cidadania, democracia, politização da transformação social, confinamento do poder ao Estado e às suas ramificações, e outras similares). Onde Gramsci e Tocqueville vêem democracia e civilidade, Foucault ou Sennett e, antes deles, Horkheimer ou Marcuse, vêem dominação internalizada e legitimação de uma identidade imposta, padronizadora e não-diferenciada.

O segundo tipo de construção de identidade, a *identidade destinada à resistência*, leva à formação de *comunas*, ou *comunidades*, segundo Etzioni.¹⁰ É provável que seja esse o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência. Por exemplo, o nacionalismo fundado na etnia, conforme sugere Scheff, geralmente “surge, por um lado, a partir de um sentimento de alienação e, por outro, de um ressentimento contrário à exclusão injusta, de natureza política, econômica ou social”.¹¹ O fundamentalismo religioso, as comunidades territoriais, a auto-affirmação nacionalista ou mesmo o orgulho de denegrir-se a si próprio, invertendo os termos do discurso opressivo (como na cultura das “bichas loucas” de algumas das tendências do movimento gay), são todas manifestações do que denomino *exclusão dos que excluem pelos excluídos*, ou seja, a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições/ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e, ao mesmo tempo, reforçando os limites da resistência. Nesse caso, surge uma questão quanto à comunicabilidade recíproca entre essas identidades excluídas/excludentes

A resposta a essa questão, que somente pode ser empírica e histórica, determina se as sociedades permanecem como tais ou fragmentam-se em uma constelação de tribos, por vezes renomeadas eufemisticamente de comunidades.

) O terceiro processo de construção de identidade, a identidade de projeto, produz sujeitos, conforme definido por Alain Touraine:

» Chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual... A transformação de indivíduos em sujeitos resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades, e a dos indivíduos contra o mercado.¹²

— Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência.¹³ Neste caso, a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade, como no exemplo mencionado anteriormente de sociedade pós-patriarcal, resultando na liberação das mulheres, dos homens e das crianças por meio da realização da identidade das mulheres. Ou, ainda, de uma perspectiva bastante distinta, a reconciliação de todos os seres humanos como fiéis, irmãos e irmãs, de acordo com as leis de Deus, seja Alá ou Jesus, como consequência da conversão das sociedades infiéis, materialistas e contrárias aos valores da família, antes incapazes de satisfazer as necessidades humanas e os desígnios de Deus.

— Como, e por quem, diferentes tipos de identidades são construídas, e com quais resultados, são questões que não podem ser abordadas em linhas gerais, abstratas: estão estritamente relacionadas a um contexto social. A política de identidade, escreve Zaretsky, “deve ser situada historicamente”¹⁴

Assim, nossa discussão estará inserida em um contexto específico, qual seja, o surgimento da sociedade em rede. A dinâmica da identidade nesse contexto pode ser bem compreendida se comparada à caracterização de identidade elaborada por Giddens durante a “modernidade tardia”, um período histórico que, creio eu, reflete uma era que chega ao seu fim — com que absolutamente não pretendo sugerir que estejamos de algum modo chegando ao “fim da história”, conforme postulado em algumas extravagâncias pós-modernas. Em uma poderosa teorização cujas principais linhas encerram idéias com as quais concordo, Giddens afirma que “a auto-identidade não é um traço distintivo apre-

sentado pelo indivíduo. Trata-se do próprio ser conforme apreendido reflexivamente pela pessoa em relação à sua biografia". De fato, "o que define um ser humano é saber... tanto o que se está fazendo como por que se está fazendo algo... No contexto da ordem pós-tradicional, o próprio ser torna-se um projeto reflexivo".¹⁵

De que forma a "modernidade tardia" causa impacto nesse projeto reflexivo? Nas palavras de Giddens,

uma das características distintivas da modernidade é uma interconexão crescente entre os dois extremos da "extensionalidade" e da "intencionalidade": de um lado influências globalizantes e, do outro, disposições pessoais... Quanto mais a tradição perde terreno, e quanto mais reconstitui-se a vida cotidiana em termos da interação dialética entre o local e o global, mais os indivíduos vêm-se forçados a negociar opções por estilos de vida em meio a uma série de possibilidades... O planejamento da vida organizada reflexivamente...torna-se característica fundamental da estruturação da auto-identidade".¹⁶

Embora concorde com a caracterização teórica de Giddens quanto à construção da identidade no período da "modernidade tardia", sustento, com base em análises apresentadas no volume I da presente obra, que o surgimento da sociedade em rede traz à tona os processos de construção de identidade durante aquele período, induzindo assim novas formas de transformação social. Isso ocorre porque a sociedade em rede está fundamentada na disjunção sistêmica entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e grupos sociais. É também, acrescentaria, na separação, em diferentes estruturas de tempo/espaço, entre poder e experiência (Volume I, capítulos 6 e 7). Portanto, exceto para a elite que ocupa o espaço atemporal de fluxos de redes globais e seus locais subsidiários, o planejamento reflexivo da vida torna-se impossível. Além disso, a construção de intimidade com base na confiança exige uma redefinição da identidade totalmente autônoma em relação à lógica de formação de rede das instituições e organizações dominantes.

Sob essas novas condições, as sociedades civis encolhem-se e são desarticuladas, pois não há mais continuidade entre a lógica da criação de poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedades e culturas específicas./Desse modo, a busca pelo significado ocorre no âmbito da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunais. A maior parte das ações sociais organiza-se ao redor da oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas. Quanto ao surgimento de identidades de projeto, tal fato ainda ocorre, ou pode ocorrer, dependendo das sociedades em

questão. Apresento a hipótese de que a constituição de sujeitos, no cerne do processo de transformação social, toma um rumo diverso do conhecido durante a modernidade dos primeiros tempos e em seu período mais tardio, ou seja, *sujeitos, se e quando construídos, não são mais formados com base em sociedades civis que estão em processo de desintegração, mas sim como um prolongamento da resistência comunal.* Enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil (como, por exemplo, no socialismo, com base no movimento trabalhista), na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal. É esse o significado real da nova primazia da política de identidade na sociedade em rede. A análise dos processos, condições e resultados da transformação da resistência comunal em sujeitos transformacionais é o terreno ideal para o desenvolvimento de uma teoria de transformação social na era da informação.

Tendo chegado a uma formulação conjectural de minhas hipóteses, seria contrário aos princípios metodológicos desta obra deixá-la embrenhar-se ainda mais pelo caminho da teorização abstrata, que logo cairia no campo das referências bibliográficas. Procurarei sugerir as implicações exatas de minha análise atendo-me ao exame de uma série de processos fundamentais para a construção da identidade coletiva, selecionados por sua relevância no processo de transformação social na sociedade em rede. Iniciarei este trabalho com o *fundamentalismo religioso*, tanto em sua versão islâmica quanto cristã, o que não significa que outras religiões (por exemplo, hinduísmo, budismo, judaísmo) sejam menos importantes ou tenham menor inclinação ao fundamentalismo. Em seguida, prosseguirei a minha análise com o *nacionalismo*, considerando, após apresentar uma visão geral sobre o assunto, dois processos bastante distintos, porém bastante significativos: o papel do nacionalismo na desintegração da União Soviética e nas repúblicas pós-soviéticas; e a formação e ressurgimento do nacionalismo catalão. Posteriormente, voltarei a atenção à *identidade étnica*, discutindo a identidade afro-americana contemporânea. Por fim, encerrarei o estudo com breves considerações acerca da *identidade territorial*, com base em minhas observações de movimentos de cunho urbano e comunidades locais em todo o mundo. Concluindo, buscarei apresentar uma breve síntese das principais linhas de questionamento resultantes do exame de diversos processos contemporâneos de (re)construção de identidade com base na resistência comunal.

Os paraísos do Senhor: fundamentalismo religioso e identidade cultural

É um atributo da sociedade, e ousaria dizer, da natureza humana, se é que tal entidade existe, encontrar consolo e refúgio na religião. O medo da morte, a dor da vida, precisam de Deus e da fé n'Ele, sejam quais forem suas manifestações, para que as pessoas sigam vivendo. De fato, fora de nós Deus tornar-se-ia um desabrigado. *

Já o fundamentalismo religioso é algo mais. E eu insisto em afirmar que esse “algo mais” representa uma das mais importantes fontes de construção de identidade na sociedade em rede por motivos que serão esclarecidos, assim espero, nas páginas a seguir. Quanto a seu conteúdo real, experiências, opiniões, história e teorias são tão diversas que desafiam qualquer tentativa de síntese. Felizmente, a *American Academy of Arts and Sciences* realizou, no final da década de 1980, um grande projeto comparativo com o objetivo de analisar formas de fundamentalismo em diversos contextos sociais e institucionais.¹⁷ Desse modo, sabemos que “os fundamentalistas são invariavelmente reativos, reacionários”¹⁸ e que:

os fundamentalistas são seletivos. Podem muito bem julgar estarem abraçando todo o passado em sua forma mais pura, porém suas energias estarão concentradas na aplicação das características mais adequadas à afirmação de sua identidade; à preservação da unidade de seu movimento, à construção de linhas defensivas para suas fronteiras e à manutenção dos outros a distância... Os fundamentalistas lutam amparados por Deus — no caso de uma religião teísta — ou pelos sinais de alguma forma de transcendência.¹⁹

Para ser mais exato, creio que seja adequado, para fins de coerência com a coletânea de ensaios reunidos no Projeto “Fundamentalismo em Observação”, definir fundamentalismo, em minha concepção, como *a construção da identidade coletiva segundo a identificação do comportamento individual e das instituições da sociedade com as normas oriundas da lei de Deus, interpretadas por uma autoridade definida que atua como intermediária entre Deus e a humanidade*. Portanto, como sustenta Marty, “É impossível aos fundamentalistas discutirem ou resolverem o que quer que seja com pessoas que não compartilhem de seu comprometimento com uma autoridade, seja ela uma irrepreensível Bíblia, um infalível papa, os códigos da Sharia do islamismo ou as implicações da halacha para o judaísmo.”²⁰

Obviamente, o fundamentalismo religioso esteve presente ao longo de toda a história da humanidade. Contudo, parece estar surpreendentemente forte e influente como fonte de identidade neste final de milênio. Por quê? Minhas análises do fundamentalismo islâmico, bem como do fundamentalismo cristão nesta seção do livro, terão por objetivo propor algumas indicações destinadas ao entendimento de uma das tendências mais marcantes na formação de nosso período histórico.²¹

Umma versus Jahiliya: o fundamentalismo islâmico

A única forma de acesso à modernidade passa pelo nosso próprio caminho, aquele que nos tem sido traçado por nossa religião, nossa história e nossa civilização.

Rached Gannouchi²²

A década de 70, época do nascimento da revolução tecnológica no Vale do Silício e ponto de partida da reestruturação capitalista global, adquiriu um significado diferente para o mundo muçulmano: marcou o início do XIV século da Hégira, período de renascimento, purificação e fortalecimento do Islã, tal como ocorre no início de cada século. De fato, nas duas décadas seguintes uma verdadeira revolução cultural/religiosa se alastrou pelos países muçulmanos, ora vitoriosa, como no Irã, ora subjugada, como no Egito, ora desencadeando guerra civil, como na Argélia, ora formalmente reconhecida nas instituições do Estado, como no Sudão ou em Bangladesh, e na maioria das vezes instaurando uma incômoda coexistência com um Estado-Nação formalmente islâmico, totalmente integrado no capitalismo global, como na Arábia Saudita, Indonésia ou Marrocos. Sobretudo, lutava-se pela identidade cultural e pelo destino político de quase um bilhão de pessoas nas mesquitas e nos distritos das cidades muçulmanas, superpovoadas pela urbanização acelerada e desintegradas pelo fracasso da modernização. O fundamentalismo islâmico, como identidade reconstruída e como projeto político, está no cerne de um processo decisivo, ao qual está condicionado, em grande parte, o futuro do mundo.²³

Contudo, o que é fundamentalismo islâmico? Islã, em árabe, significa submissão, e um muçulmano é alguém que se submeteu à vontade de Alá. Assim, de acordo com a definição de fundamentalismo apresentada anteriormente, tem-se a impressão de que todo o Islã é fundamentalista: as sociedades e suas instituições estatais devem ser organizadas em torno de princípios reli-

giosos incontestáveis. Entretanto, vários estudiosos²⁴ de renome sustentam a idéia de que, embora a primazia dos princípios religiosos conforme preceituado pelo Corão seja comum a todo o Islã, as sociedades e instituições islâmicas são também fundamentadas em interpretações múltiplas. Na maioria das sociedades islâmicas tradicionais, a preeminência dos princípios religiosos sobre a autoridade política foi puramente formal. Na verdade, a *sharia* (lei divina, constituída pelo Corão e os *Hadiths*) está relacionada, no árabe clássico, ao verbo *shara'a*, isto é, caminhar em direção a uma fonte. Para a maioria dos muçulmanos, a *sharia* não representa uma ordem rígida e inflexível, mas, antes, uma referência para se caminhar em direção a Deus, com as devidas adaptações exigidas pelo contexto histórico e social.²⁵ Ao contrário de tal abertura permitida pelo Islã, o fundamentalismo islâmico implica a fusão de *sharia* e *fiqh*, ou a interpretação e aplicação dos princípios por juristas e autoridades sob o predomínio absoluto da *sharia*. Obviamente, o verdadeiro significado depende do processo de interpretação, e de quem interpreta. Assim, existe uma ampla gama de variáveis entre o fundamentalismo conservador, como aquele representado pela Casa de Saud, e o fundamentalismo radical, conforme abordado nos escritos de al-Mawdudi ou Sayyid Qtub nas décadas de 50 e 60.²⁶ Há também diferenças consideráveis entre a tradição *Shiaxüita*, que inspira Khomeini, e a tradição *Sunnisunita*, que constitui a crença de cerca de 85% dos muçulmanos, inclusive de movimentos revolucionários como a *Front Islamique de Salvation* (FIS) da Argélia ou a *Takfir wal-Hijrah* do Egito. Contudo, na visão de escritores que sintetizam o pensamento islâmico deste século, tais como Hassan al Banna e Sayyid Qtub do Egito, Ali al-Nadawi da Índia ou Sayyid Abul al-Mawdudi do Paquistão, a história do Islã é reconstruída para demonstrar a eterna submissão do Estado à religião.²⁷ Para um muçulmano, o vínculo fundamental não é *watan* (terra natal), mas sim *umma*, ou comunidade de fiéis, em que todos são iguais em sua submissão perante Alá. Tal confraternização universal transcende as instituições do Estado-Nação, encarado como fonte de cisão entre os fiéis.²⁸ Para que a *umma* permaneça viva e possa crescer até que englobe toda a humanidade, tem de cumprir uma missão divina: engajar-se, sempre com o espírito renovado, na luta contra a *Jahiliya* (o estado de ignorância em relação a Deus ou a falta de obediência aos ensinamentos de Deus), em que as sociedades mergulharam novamente. Para que a humanidade possa se regenerar, a islamização deve ser levada primeiramente às sociedades muçulmanas que se secularizaram e desviaram da estrita obediência à lei de Deus, e depois seguir para o mundo inteiro. Esse processo deve ser iniciado com o renascimento espiritual baseado no *al-sirat-al-mustaqin*

(caminho correto), traçado de acordo com a comunidade organizada pelo profeta Maomé em Medina. Todavia, para superar as forças dos ímpios, pode ser necessário lançar mão da *jihad* (luta em nome do Islã) contra os infiéis, o que por sua vez pode significar, em casos extremos, recorrer à guerra santa. Na tradição *Shia*, o martírio, revivendo o sacrifício de Imam Ali no ano de 681, está na essência do estado de pureza religiosa. Porém, o Islã como um todo compartilha da glorificação dos sacrifícios exigidos pelo chamado de Deus (*al-da'wah*). Como afirma Hassan al Banna, fundador e líder da Irmandade Muçulmana, assassinado em 1949: “O Corão é nossa constituição, o Profeta é nosso Guia; a morte em nome da glória de Alá é nossa maior ambição”.²⁹ O principal objetivo de todas as ações humanas deve ser o estabelecimento da lei de Deus para toda a humanidade, colocando assim um ponto final na atual oposição entre *Dar al-Islam* (o mundo muçulmano) e *Dar al-Harb* (o mundo não-muçulmano).

Nessa estrutura cultural/religiosa/política, a identidade islâmica é construída com base em uma dupla desconstrução, realizada pelos atores sociais e pelas instituições da sociedade.

Os atores sociais devem se desconstruir como sujeitos, sejam eles indivíduos, membros de um grupo étnico ou cidadãos de uma nação. Além disso, as mulheres devem se submeter aos seus homens guardiões, pois elas são incentivadas a se realizar no seio da estrutura familiar: “Os homens são os protetores e os mantenedores das mulheres, pois Deus deu a ele mais (força) que à mulher, e porque eles as sustentam com seus próprios meios”.³⁰ Como aponta Bassam Tibi, “o princípio da subjetividade de Habermas é uma heresia para os fundamentalistas islâmicos”.³¹ Somente por meio da *umma* poderá o indivíduo ser plenamente ele próprio, como uma parte da comunidade dos fiéis, um mecanismo básico de equalização que oferece apoio mútuo, solidariedade e significados compartilhados. Por outro lado, cabe ao Estado-Nação negar sua própria identidade: *al-dawla islamiyya* (o Estado islâmico), com base na *Sharia*, prevalece sobre o Estado-Nação (*al-dawla qawmiyya*). Tal proposição é válida particularmente no Oriente Médio, região em que, segundo Tibi, “o Estado-Nação é um elemento estranho e praticamente imposto [...] A cultura política do nacionalismo secular não só é novidade no Oriente Médio, como também mantém-se meramente na superfície das sociedades envolvidas”.³²

Contudo, é mister dizer que o fundamentalismo islâmico não constitui um movimento tradicionalista. Em prol dos esforços exegéticos para incutir a identidade islâmica na história e nos textos sagrados, e em defesa da causa da resistência social e da insurreição política, os islâmicos procederam à recons-

trução de uma identidade cultural que de fato é hipermoderna.³³ Nas palavras de Al-Azmeh: “A politização do sagrado, a sacralização da política e a transformação das instituições islâmicas pseudojurídicas em ‘formas de devoção social’ refletem meios de realização da política do ego autêntico, de uma política de identidade, e portanto o meio para a própria formação, ou melhor, a invenção, dessa identidade”.³⁴

Mas se o islamismo (embora calcado nos escritos dos reformistas e “restauradores” islâmicos do século XIX, como al-Afghani) é essencialmente uma identidade contemporânea, por que justamente agora está tão vivo? Por que resolveu explodir nas últimas duas décadas, após haver sido repetidas vezes subjugado pelo nacionalismo do período pós-colonial, conforme pode ser observado, por exemplo, na repressão à Irmandade Muçulmana no Egito e na Síria (com a execução de Qtub em 1966), no surgimento de Sukarno na Indonésia ou da Frente de Libertação Nacional da Argélia?³⁵

Tibi acredita que “o surgimento do fundamentalismo islâmico no Oriente Médio mantém estreita relação com a exposição dessa região do mundo islâmico (cuja percepção de si mesmo é de uma entidade coletiva) aos processos de globalização, ao nacionalismo e ao Estado-Nação como princípios globalizados de organização”.³⁶

/Na verdade, a explosão dos movimentos islâmicos parece estar relacionada tanto à ruptura das sociedades tradicionais (inclusive o enfraquecimento do poder do clero tradicional) quanto ao fracasso do Estado-Nação, criado pelos movimentos nacionalistas com o objetivo de concluir o processo de modernização, desenvolver a economia e/ou distribuir os benefícios do crescimento econômico entre a maioria da população./Desse modo, a identidade islâmica é (re)construída pelos fundamentalistas por oposição ao capitalismo, ao socialismo e ao nacionalismo, árabe ou de qualquer outra origem, que, em sua visão, são todas ideologias fracassadas provenientes da ordem pós-colonial.

Um caso notável desse processo é obviamente o Irã.³⁷ A Revolução Branca do Xá, iniciada em 1963, foi uma das mais ambiciosas tentativas de modernizar a economia e a sociedade do país, contando com o apoio dos Estados Unidos e tendo como projeto declarado ingressar no novo capitalismo global em formação. Assim, foram minadas as estruturas básicas da sociedade tradicional, desde a agricultura até o calendário. De fato, um dos mais graves conflitos entre o Xá e os ulemás dizia respeito ao controle do tempo, quando, em 24 de abril de 1976, o Xá mudou o calendário islâmico para o calendário pré-islâmico da dinastia de Aquemênides. Quando Khomeini aterrissou em Teerã em 1º de fevereiro de 1979 para liderar a revolução, retornou como o represen-

tante do imã Nacoste, o Senhor do Tempo (*wali al-zaman*), no intuito de reafirmar a preeminência dos princípios religiosos. A revolução islâmica opunha-se, simultaneamente, à instituição da monarquia (Khomeini: “o Islã é fundamentalmente contrário à noção de monarquia”);³⁸ ao Estado-Nação (artigo 10 da nova Constituição iraniana: “Todos os muçulmanos constituem uma única nação”); e à modernização como expressão da ocidentalização (o artigo 43 da Constituição iraniana estabelece a “proibição de extravagâncias e desperdícios em todas as questões relacionadas à economia, inclusive consumo, investimento, produção, distribuição e serviços”). O poder dos ulemás, principais alvos das reformas institucionais promovidas pelo Xá, foi consagrado como o agente intermediário entre a *sharia* e a sociedade. A radicalização do regime islâmico, após o ataque do Iraque em 1980 e a guerra atroz que ocorreu em seguida, levou à purificação da sociedade e à designação de juízes religiosos com a função de reprimir atos ímpios, como o “adultério, a homossexualidade, as apostas em jogos de azar, a hipocrisia, a compaixão pelos ateus e a traição”.³⁹ A isso se seguiram milhares de prisões, mutilações e execuções pelos mais diversos motivos. A onda de terror, particularmente dirigida a críticos de esquerda e guerrilhas marxistas, fecharam o círculo da lógica fundamentalista no Irã.

Quais são as bases sociais do fundamentalismo? No Irã, onde outras forças revolucionárias participaram das longas e obstinadas mobilizações para a derrubada da ditadura sangrenta de Pahlevi, os líderes foram os clérigos, e as mesquitas foram o abrigo dos grupos revolucionários que organizaram a insurreição popular. Quanto aos atores sociais, a maior força do movimento concentrava-se em Teerã e outras grandes cidades, principalmente entre estudantes, intelectuais, comerciantes de bazares e artesãos. Quando o movimento foi às ruas, teve suas fileiras engrossadas pelas massas dos trabalhadores rurais recém-chegados, que passaram a habitar vilas improvisadas nos inchados subúrbios de Teerã na década de 70, após a modernização da agricultura tê-los expulsado do campo.

Os islâmicos da Argélia e da Tunísia parecem ter um perfil social semelhante, de acordo com alguns dados esparsos: o apoio à FIS partiu de um grupo heterogêneo de intelectuais, professores universitários e funcionários públicos de baixo escalão, aos quais se juntaram pequenos comerciantes e artesãos. Não obstante, tais movimentos ocorridos nos anos 80 também tiveram suas raízes sociais no êxodo rural. Uma pesquisa realizada na Tunísia apontou que 48% dos pais dos militantes eram analfabetos ao migrarem de áreas rurais empobrecidas para as cidades, na década de 70. Os militantes

eram jovens: na Tunísia, a média de idade de 72 militantes condenados em amplo julgamento em 1987 era de 32 anos.⁴⁰ No Egito, o islamismo predomina entre estudantes universitários (a maioria das uniões estudantis tem sido liderada por fundamentalistas islâmicos desde meados da década de 80) e recebe o apoio de funcionários do governo, principalmente professores, tendo crescente influência na polícia e no exército.⁴¹

/As raízes sociais do fundamentalismo radical parecem resultar da combinação entre a modernização bem-sucedida, conduzida pelo Estado nos anos 50 e 60, e o fracasso da modernização econômica na maioria dos países muçulmanos durante os anos 70 e 80, uma vez que suas economias não conseguiram se adaptar às novas condições impostas pela concorrência global e a revolução tecnológica no período. Assim, uma população jovem, urbana e com elevado nível de instrução, como resultado da primeira onda de modernização, teve suas expectativas frustradas, pois a economia não pôde se sustentar e novas formas de dependência cultural foram instituídas. O descontentamento estendeu-se também às massas empobrecidas expulsas das áreas rurais para as cidades por causa da disparidade do processo de modernização da agricultura. Essa mistura social tornou-se explosiva por causa da crise do Estado-Nação, cujos funcionários, inclusive militares, amargaram sucessivas quedas no padrão de vida, perdendo assim a confiança no projeto nacionalista. A crise de legitimidade do Estado-Nação foi resultado de sua corrupção generalizada, inefficiência, dependência de potências estrangeiras e, no Oriente Médio, de repetidas humilhações no âmbito militar diante de Israel, seguidas de um processo de acomodação com o inimigo sionista... A construção da identidade islâmica contemporânea realiza-se como uma reação contra a modernização inatingível (capitalista ou socialista), os efeitos negativos da globalização e o colapso do projeto nacionalista pós-colonial. Esse é o motivo pelo qual o desenvolvimento diferencial do fundamentalismo no mundo muçulmano parece estar relacionado a variações na capacidade do Estado-Nação de integrar em seu projeto tanto as massas urbanas, por meio de condições econômicas favoráveis, quanto os clérigos muçulmanos, pela ratificação oficial do poder religioso sob a égide do Estado, como ocorreu no califado de Ummayyad ou no Império Otomano.⁴² Assim, embora a Arábia Saudita seja formalmente uma monarquia islâmica, os ulemás constam da folha de pagamento da Casa de Saud, que foi bem-sucedida em desempenhar, ao mesmo tempo, os papéis de guardiã dos sítios sagrados e também do petróleo do Ocidente. A Indonésia e a Malásia parecem ter sido capazes de incorporar as pressões islâmicas aos seus autoritários Estados-Nação, o que assegurou um crescimento econômico

acelerado, e abriu perspectivas promissoras a seus sujeitos, embora tensões sociais estejam se agravando em algumas cidades da Indonésia. Por outro lado, os projetos nacionalistas do Egito, Argélia e Tunísia, alguns dos países muçulmanos mais ocidentalizados, entraram em colapso na década de 80, culminando em tensões sociais que foram principalmente catalisadas pelos islâmicos em suas versões moderada (Irmandade Muçulmana), radical (*Jama'ah al-Islamiyya*) ou democrata-radical (a FIS da Argélia).⁴³ É provável que, nos anos 90, o desafio imposto pelo Hamas ao Estado protopalestino constituído sob a liderança de Yasser Arafat, contando com a colaboração de Israel, seja um dos mais profundos cismas entre o nacionalismo árabe (cuja epítome é o movimento palestino) e o fundamentalismo islâmico radical.

Casos em que vitórias eleitorais dos islâmicos, como ocorreu na Argélia em dezembro de 1991, foram anuladas por repressão militar, acabaram resultando em violência generalizada e guerra civil.⁴⁴ Até mesmo no mais ocidentalizado dos países muçulmanos, a Turquia, a herança secular e nacionalista de Kemal Atatürk foi contestada historicamente nas eleições de 1995, quando os islâmicos se tornaram a principal força política do país, legitimada pelo voto de intelectuais radicalizados e eleitores menos favorecidos das áreas urbanas, e formaram o governo em 1996.

O islamismo político, bem como a identidade fundamentalista islâmica, parecem estar se expandindo nos anos 90 em uma série de contextos sociais e institucionais distintos, sempre relacionados à dinâmica de exclusão e/ou à crise do Estado-Nação. Assim, segregação social, discriminação e desemprego entre a juventude francesa originária da região do Magreb, entre os turcos nascidos na Alemanha e entre os paquistaneses na Grã-Bretanha, ou mesmo entre os afro-americanos, leva ao surgimento de uma nova identidade islâmica entre a juventude marginalizada, em um processo avassalador de transferência do islamismo radical diretamente para as áreas socialmente excluídas de sociedades capitalistas avançadas.⁴⁵ Por outro lado, o colapso do Estado soviético propiciou o surgimento de movimentos islâmicos no Cáucaso e na Ásia Central, e até mesmo a formação de um Partido da Restauração Islâmica na Rússia, um claro indício de que os temores de avanço das revoluções islâmicas ocorridas no Afeganistão e no Irã sobre as ex-Repúblicas Soviéticas podem se tornar realidade.⁴⁶

Em meio a uma grande variedade de processos políticos, dependendo da dinâmica de cada Estado-Nação, bem como da forma de articulação global de cada economia, um projeto fundamentalista islâmico surgiu em todas as sociedades islâmicas, e também entre as minorias muçulmanas em sociedades não-

muçulmanas/Uma nova identidade está sendo construída, não por um retorno à tradição, mas pela manipulação de materiais tradicionais para a formação de um novo mundo divino e comunal, em que massas excluídas e intelectuais marginalizados possam reconstruir significados em uma alternativa global à ordem mundial excludente⁴⁷ Nas palavras de Khosrokhavar:

Quando o projeto de formação de indivíduos que participem ativamente da modernidade revela-se absurdo na experiência real da vida cotidiana, a violência torna-se a única forma de auto-affirmação do novo sujeito (...) Assim, a neocomunidade torna-se uma necrocomunidade. A exclusão da modernidade adquire um significado religioso: deste modo, a auto-imolação passa ser a forma de luta contra a exclusão.⁴⁸

Pela negação da exclusão, ainda que pelo extremismo do auto-sacrifício, surge uma nova identidade islâmica no processo histórico de construção da *umma*, o paraíso comunal para os verdadeiros fiéis.

Deus me salve! O fundamentalismo cristão norte-americano

Chegamos à era das trevas eletrônicas, em que as novas hordas pagãs, com todo o poder da tecnologia nas mãos, estão prestes a obliterar os últimos bastiões da humanidade civilizada. A visão da morte paira diante de nós. À medida que deixamos para trás as águas do homem cristão ocidental, ergue-se diante de nossos olhos um oceano de desespero turbulento e sombrio que se estende ao infinito... a não ser que lutemos!

Francis Schaeffer, *Time for Anger*⁴⁹

O fundamentalismo cristão é uma constante na história dos Estados Unidos, desde as idéias dos federalistas pós-revolucionários, como Timothy Dwight e Jedidiah Morse, à escatologia pré-milenária de Pat Robertson, passando pelos evangelizadores de 1900, como Dwight L. Moody, e os reconstrucionistas dos anos 70, inspirados por Rousas J. Rushdoony.⁵⁰ Uma sociedade que busca, de modo desenfreado, a transformação social e a mobilidade individual inclina-se ao questionamento, de tempos em tempos, dos benefícios trazidos pela modernidade e pela secularização, ansiando pela segurança proporcionada pelos valores tradicionais e instituições fundadas na verdade eterna de Deus. De fato, o termo “fundamentalismo”, amplamente utilizado em todo o mundo, teve origem nos Estados Unidos, como referência a uma coleção de dez volu-

mes intitulada *The Fundamentals*, publicada entre 1910 e 1915 como empreendimento privado de dois irmãos comerciantes, cuja intenção era compilar textos sagrados editados por teólogos evangélicos conservadores da virada do século. Embora a influência fundamentalista tenha passado por mudanças em diferentes períodos históricos, jamais desapareceu por completo. Nas décadas de 80 e 90, certamente “explodiu”. Não obstante o fato de que a desintegração da *Moral Majority* de Falwell em 1989 tenha levado alguns observadores a anunciar o declínio do fundamentalismo (paralelamente ao desaparecimento do Satã comunista, cuja oposição constituía importante fonte de legitimidade e uma boa forma de angariar fundos em prol da causa fundamentalista), logo ficou clara a idéia de que se tratava muito mais de uma tensão organizacional e um *estratagema político* do que propriamente de uma crise de identidade fundamentalista.⁵¹ Nos anos 90, na esteira da vitória de Clinton nas eleições presidenciais de 1992, o fundamentalismo apareceu no primeiro plano do cenário político, dessa vez sob a forma da Coalizão Cristã liderada por Pat Robertson e Ralph Reed, contando com 1,5 milhão de filiados e demonstrando considerável influência política junto ao eleitorado republicano. Além disso, as idéias e a visão de mundo dos fundamentalistas parecem encontrar grande ressonância nos Estados Unidos do *fin de siècle*. Por exemplo, segundo pesquisa do instituto Gallup realizada em 1979 no país, um em cada três adultos declarou ter passado por uma experiência de conversão religiosa; quase a metade deles acreditava na Bíblia como um livro infalível; e mais de 80% declaravam que Jesus Cristo tinha origem divina.⁵² Sem dúvida, os Estados Unidos sempre foram, e ainda são, uma sociedade muito religiosa, muito mais, por exemplo, que a Europa Ocidental ou o Japão. Porém, esse sentimento religioso parece estar assumindo um tom cada vez mais evangelizador, fluindo em direção a uma poderosa corrente fundamentalista. Segundo Simpson:

(...) o fundamentalismo, em seu sentido primeiro, consiste em um conjunto de crenças e experiências cristãs que incluem (1) a fé na absoluta inspiração divina da Bíblia, bem como em sua infalibilidade; (2) a salvação individual mediante a aceitação de Cristo como o Salvador (tendo ressuscitado) por conta de sua redenção dos pecados dos homens em sua morte e ressurreição; (3) a expectativa do retorno de Cristo do Paraíso à Terra antes do fim do milênio; (4) o apoio às doutrinas cristãs dos protestantes ortodoxos, como o nascimento virginal e a santíssima trindade.⁵³

Contudo, por ser uma tendência tão ampla e diversificada, o fundamentalismo cristão impõe um desafio à tentativa de propor uma definição capaz de

incorporar as divergências entre os evangélicos pentecostais e carismáticos, seguidores das doutrinas pré-milenárias ou pós-milenárias, os pietistas e os ativistas. Felizmente, podemos nos fundamentar em uma excelente, erudita e bem documentada síntese das doutrinas e ensinamentos do fundamentalismo norte-americano elaborada por Michael Lienesch, a partir da qual, e com o auxílio de outras fontes que, em linhas gerais, dão sustentação a seus registros e argumentos, tentarei reconstruir as principais características da identidade fundamentalista cristã.⁵⁴

Conforme sustenta Lienesch, “na essência do pensamento cristão conservador, modelando a noção do ser defendida pela doutrina, reside o conceito da conversão, o ato de fé e perdão pelo qual os pecadores são tirados do pecado para ganhar a vida eterna”.⁵⁵ Por meio desse “renascer” pessoal, toda a personalidade passa por um processo de reconstrução, tornando-se “o ponto de partida para a construção de uma noção não só de autonomia e identidade, mas de ordem social e objetivo político”.⁵⁶ O elo de ligação entre personalidade e sociedade passa pela reconstrução da família, a instituição central da sociedade que costumava ser o refúgio diante de um mundo caótico e hostil, e que atualmente está desmoronando em nossa sociedade. Essa “fortaleza de vida cristã” tem de ser reconstruída pela reafirmação do patriarcalismo, que consiste na santidade do matrimônio (excluindo-se o divórcio e o adultério) e, sobretudo, a autoridade do homem sobre a mulher (no sentido literal conforme apresentado na Bíblia: Gênesis 1; Efésios 5, 22-23) e a estrita obediência dos filhos, reforçada, se necessário, pela agressão física. Na realidade, os filhos nascem no pecado: “é altamente benéfico ao pai ou à mãe perceber em seus filhos uma tendência natural para o mal”.⁵⁷ Dessa forma, é essencial à família educar filhos tementes a Deus e obedientes à autoridade dos pais, como também contar com total apoio da educação cristã ministrada na escola. Como consequência óbvia dessa visão, as escolas públicas tornaram-se o campo de batalha entre o bem e o mal, entre a família cristã e as instituições representantes da secularização.

Uma profusão de recompensas terrenas aguarda o cristão que se compromete a obedecer a esses princípios e preferir os desígnios de Deus ao seu próprio planejamento de vida, repleto de imperfeições. Para começar, uma excelente vida sexual no casamento. Os famosos e bem-sucedidos autores Tim e Beverly La Haye classificam seu manual sexual como “inteiramente bíblico e altamente prático”,⁵⁸ demonstrando, com a ajuda de ilustrações, todos os prazeres da sexualidade que, uma vez santificados e voltados à procriação, estão de pleno acordo com os princípios do cristianismo. Sob essas condições,

os homens podem tornar-se homens novamente: em vez das “cristianetes” atuais, os homens devem se portar e agir como tais, segundo uma outra tradição cristã: “Jesus não era efeminado”.⁵⁹ Na verdade, a canalização da sexualidade agressiva masculina em um casamento bem-sucedido é essencial para a sociedade, tanto para o controle da violência quanto pelo fato de ser a fonte da “ética protestante do trabalho”, e, consequentemente, da produtividade econômica. Nessa visão, a sublimação sexual constitui o fundamento da civilização. Quanto às mulheres, são biologicamente definidas para assumir a condição de mães e ser também o complemento emocional do homem, basicamente racional (segundo Phyllis Schlafly). A submissão da mulher irá ajudá-la a conquistar um sentimento de auto-estima. É pelo sacrifício que as mulheres assumem sua identidade como pessoas independentes dos homens. Assim, de acordo com Beverly La Haye: “Não tenha medo de ceder, ceder e ceder”.⁶⁰ O resultado será a salvação da família, “esta pequena comunidade, o alicerce sobre o qual se sustenta toda a sociedade.”⁶¹

Tendo a salvação garantida, enquanto sejam rigorosamente observados os ensinamentos da Bíblia, e com uma família patriarcal estável como base sólida para a vida, os negócios também irão bem, desde que o governo não interfira na economia, deixe abandonados à própria sorte os pobres indignos de melhores condições e mantenha os impostos dentro de limites razoáveis (cerca de 10% da renda). Os fundamentalistas cristãos não parecem se importar com a contradição inerente ao fato de serem teocratas morais e libertários econômicos.⁶² Deus ajudará o bom cristão nos negócios: afinal de contas, ele tem de prover o sustento de sua família. Prova viva disso é justamente o líder da Coalizão Cristã, Pat Robertson, famoso evangelista da televisão. Após sua conversão, imbuído de sua recém-conquistada autoconfiança, Robertson partiu para os negócios: “Deus me mandou até aqui para comprar sua estação de TV”, afirmou, fazendo uma oferta com base no “valor informado por Deus”: Disse-me o Senhor: “não ultrapasse dois milhões e meio”.⁶³ Enfim, a transação acabou se revelando um excelente negócio, pelo qual Pat Robertson semanalmente agradece a Deus em seu programa “700 Club”.

Todavia, o modo de vida cristão não pode ser realizado no plano individual, porque as instituições da sociedade, principalmente o governo, a mídia e a rede pública de ensino são controlados por humanistas de várias origens, associados, segundo várias vertentes fundamentalistas, aos comunistas, banqueiros, hereges e judeus. Os inimigos mais insidiosos e ameaçadores são as feministas e os homossexuais, pois são eles que abalam a instituição familiar, fonte primeira da estabilidade social, da vida cristã e da realização pessoal. (Phyllis Schlafly)

refere-se à “doença chamada de movimento feminista”.)⁶⁴ A luta contra o aborto simboliza todos os esforços voltados à preservação da família, da vida e do cristianismo, estabelecendo o elo de ligação com outras crenças cristãs. É por essa razão que o movimento antiaborto é a expressão máxima de militância e influência do fundamentalismo cristão nos Estados Unidos.

A luta deve ser intensificada, bem como firmados os acordos necessários com a política institucional, porque o tempo urge. O “fim dos tempos” aproxima-se, o que faz que nos arrependamos e purifiquemos nossa sociedade, para que estejamos prontos para o retorno de Jesus Cristo, que dará início a uma nova era, um novo milênio de paz e prosperidade sem precedentes. Porém, esse é um período de transição perigoso, porque teremos de sobreviver à terrível Batalha de Armagedon, que terá origem no Oriente Médio e deverá se alastrar por todo o mundo. Israel, e a Nova Israel (os Estados Unidos), finalmente sairão vitoriosos ante seus inimigos, contudo a um preço altíssimo, e contando somente com a capacidade de regeneração de nossa sociedade. Daí a transformação da sociedade (por uma política cristã inflexível para o povo) e a regeneração do ser (por uma vida devota e familiar) constituírem elementos necessários e complementares.

Quem são os fundamentalistas norte-americanos contemporâneos? Clyde Wilcox apresenta alguns dados interessantes sobre as características demográficas dos evangélicos em relação ao restante da população em 1988.⁶⁵ Considerando as características dos evangélicos doutrinários, parece que possuem um nível de escolaridade mais baixo, são mais pobres, têm maior influência entre as donas de casa, em geral residem no sul do país, são bem mais religiosos, e 100% deles consideram a Bíblia um livro infalível (comparados a 27%, índice obtido em relação ao total da população). Segundo outras fontes,⁶⁶ a recente expansão do fundamentalismo cristão é bastante acentuada nos arredores da Região Sul, do Sul e Sudeste da Califórnia, entre a classe média baixa e profissionais do setor de serviços recém-estabelecidos nas novas áreas metropolitanas em franca expansão. Isso permite a Lienesch aventar a hipótese de que eles representam “a primeira geração modernizada de pessoas tradicionais recém-emigradas a manter valores rurais em uma sociedade urbana secular”.⁶⁷ Contudo, quando se trata de fomentar o fundamentalismo cristão, tem-se a impressão de que valores, crenças e posições políticas são mais importantes que características demográficas, profissionais ou habitacionais. Após revisar um *corpus* representativo de evidências sobre essa questão, Wilcox conclui que “os dados demonstram que os melhores pontos de apoio à ‘Direita Cristã’ são as identidades religiosas, doutrinas, comportamentos, filiações e convic-

ções políticas”.⁶⁸ O fundamentalismo não parece ser uma racionalização dos interesses de classe, tampouco um posicionamento com base no território. Em vez disso, ele atua nos processos políticos em defesa dos valores morais e cristãos.⁶⁹ Trata-se de um movimento reativo, voltado à construção da identidade social e pessoal, como na maior parte dos casos de fundamentalismo encontrados na História, com base em imagens do passado projetadas em um futuro utópico, visando à superação do insustentável tempo presente.

Reação a quê? O que é insustentável? As causas mais imediatas do fundamentalismo cristão parecem ser duas: a ameaça da globalização e a crise do patriarcalismo.

Nas palavras de Misztal e Shupe, “a dinâmica da globalização promoveu a dinâmica do fundamentalismo de forma dialética”.⁷⁰ Lechner aprofunda-se um pouco mais nas razões para a existência de tal dialética:

No processo de globalização, as sociedades se institucionalizaram enquanto fatos globais. Enquanto organizações, funcionam em termos seculares; em suas relações, obedecem a regras seculares; praticamente nenhuma tradição religiosa atribui um caráter transcendental às sociedades tal como em sua forma atual... Pelos padrões da maioria das tradições religiosas, o societalismo institucionalizado equivale à idolatria. Mas isso significa que também a vida em sociedade tornou-se um desafio à religião tradicional... Precisamente porque a ordem global representa uma ordem normativa institucionalizada, é plausível que ali surja algum tipo de busca de um fundamento “maior”, de alguma realidade transcendental além desse mundo, pela qual este poderia ser definido com mais clareza.⁷¹

Além disso, embora a ameaça comunista tenha-se prestado a justificar a identificação entre os interesses do governo norte-americano, o cristianismo e os Estados Unidos como a nação escolhida, o colapso da União Soviética e o surgimento de uma nova ordem global geram uma incerteza ameaçadora quanto ao controle sobre o destino do país. Um dos temas recorrentes do fundamentalismo cristão nos Estados Unidos durante os anos 90 é a oposição ao controle do país exercido por um “governo mundial”, com autoridade sobre o governo federal dos EUA (que, na visão do movimento, é conivente com esse processo), sancionado pelas Nações Unidas, pelo Fundo Monetário Internacional e pela Organização Mundial de Comércio, entre outros organismos internacionais. Em alguns escritos escatológicos, esse novo “governo mundial” é comparado ao Anticristo, e seus símbolos, que incluem o microprocessador, representam a Marca da Besta que anuncia o “fim dos tempos”. A construção

da identidade fundamentalista parece ser uma tentativa de reafirmação do controle sobre a vida e sobre o país, uma reação direta ao processo desenfreado de globalização que se faz cada vez mais presente na economia e na mídia.

Entretanto, provavelmente a causa mais importante do fundamentalismo cristão dos anos 80 e 90 é a reação contra o desafio ao patriarcalismo, fruto das revoltas da década de 60, e expresso pelos movimentos feminista, das lésbicas e dos gays.⁷² Além disso, a batalha não é somente ideológica. Na verdade, a família patriarcal norte-americana está em crise, o que é comprovado por todas as estatísticas sobre divórcio, separação, violência na família, filhos nascidos fora do casamento, casamentos tardios, redução nos índices de maternidade, estilos de vida solitários, casais de gays e lésbicas e a rejeição generalizada da autoridade patriarcal (ver capítulo 4). Há uma reação óbvia da parte dos homens em defesa de seus privilégios, convenientemente fundamentada na legitimidade divina, uma vez que seu papel cada vez menos significativo como único provedor da família abalou as bases materiais e ideológicas do patriarcalismo. Porém, existe ainda algo mais, compartilhado por homens, mulheres e crianças. Um temor profundamente arraigado pelo desconhecido, em especial assustador quando isso diz respeito ao cotidiano da vida pessoal. Incapazes de viver sob a égide do patriarcalismo secular, mas apavorados com a solidão e a incerteza presentes em uma sociedade tremendamente competitiva e individualista, em que a família, como mito e realidade, representava o único abrigo seguro, muitos homens, mulheres e crianças rogam a Deus que os traga de volta ao estado de inocência em que podiam viver satisfeitos com o patriarcalismo benevolente, de acordo com as leis de Deus. Ao rezarem juntas, essas pessoas se tornam capazes de conviver outra vez. Justamente por essa razão, o fundamentalismo cristão norte-americano está profundamente marcado pelas características culturais do país, seu individualismo amparado na família, seu pragmatismo e seu relacionamento personalizado com Deus, como também com os desígnios de Deus, como uma forma de solucionar os problemas pessoais em uma vida cada vez mais imprevisível e incontrolável. Como se o fundamentalista, rogado a Deus, fosse receber da misericórdia divina a restauração do *American Way of Life*, em troca do compromisso do pecador com o arrependimento e o testemunho cristão.

Nações e nacionalismos na era da globalização: comunidades imaginadas ou imagens comunais?

Somente quando todos nós — todos nós — recobrarmos nossa memória, teremos condições, nós e eles, de deixar de ser nacionalistas.

Rubert de Ventos, *Nacionalismos*⁷³

A era da globalização é também a era do ressurgimento do nacionalismo, manifestado tanto pelo desafio que impõe a Estados-Nação estabelecidos como pela ampla (re)construção da identidade com base na nacionalidade, invariavelmente definida por oposição ao estrangeiro. Essa tendência histórica tem surpreendido alguns observadores, após a morte do nacionalismo ter sido anunciada por uma causa tripla: a globalização da economia e a internacionalização das instituições políticas; o universalismo de uma cultura compartilhada, difundida pela mídia eletrônica, educação, alfabetização, urbanização e modernização; e os ataques desfechados por acadêmicos contra o conceito de nações, consideradas “comunidades imaginadas”⁷⁴ numa versão menos agressiva da teoria antinacionalista, ou “criações históricas arbitrárias”, como na cética formulação de Gellner,⁷⁵ advindas de movimentos nacionalistas controlados pelas elites em seu projeto de estabelecimento do Estado-Nação moderno. Na verdade, para Gellner, “nacionalismos não passam de tribalismos, ou quaisquer outros tipos de comunidades orientadas a esse fim, que por sorte, esforço ou circunstância, foram bem-sucedidas em transformar-se em uma força eficaz sob as condições da realidade moderna”.⁷⁶ Segundo Gellner, e também Hobsbawm,⁷⁷ o sucesso consiste na construção de um Estado-Nação moderno e soberano. Assim, sob essa perspectiva, os movimentos nacionalistas, como racionalizadores dos interesses de uma determinada elite, criam uma identidade nacional que, se bem-sucedida, é acolhida pelo Estado-Nação, sendo posteriormente disseminada entre seus sujeitos por meio da propaganda política, a tal ponto que os “nacionais” estarão prontos para morrer por sua nação. Hobsbawm aceita sem hesitação a evidência histórica do nacionalismo como um movimento que parte das bases para o topo (a partir de atributos lingüísticos, territoriais, étnicos, religiosos e político-históricos compartilhados), porém rotula-o de “proto-nacionalismo”, porquanto somente a partir da formação de um Estado-Nação é que as nações e o nacionalismo passam a existir, seja como expressão desse Estado-Nação, seja como forma de contestação desse Estado em função de um futuro Estado. A explosão dos movimentos nacionalistas neste final de milênio, fato intimamente relacionado ao

enfraquecimento dos Estados-Nação atuais, não se enquadra muito bem nesse modelo teórico que compara nações e nacionalismo ao surgimento e consolidação do Estado-Nação moderno pós-Revolução Francesa, que serviu de molde para boa parte dos Estados em todo o mundo. Não importa. Para Hobsbawm, esse aparente ressurgimento é na verdade o produto histórico de problemas nacionais não solucionados, gerados pela redefinição territorial da Europa entre 1918 e 1921.⁷⁸ Não obstante, conforme aponta David Hooson em sua introdução à pesquisa global editada por ele próprio, a *Geography and National Identity*:

a segunda metade do século xx entrará para os anais da história como uma nova era de proliferação de movimentos nacionalistas turbulentos, de natureza mais duradoura, sem apresentar contudo a característica das terríveis tiranias, ora banidas, que também marcaram nosso século... Os anseios de expressar a própria identidade e de tê-la reconhecida de forma concreta pelos outros são cada vez mais contagiantes, e têm de ser admitidos como força elementar, mesmo no mundo restrito e aparentemente homogeneizador da alta tecnologia do final do século xx.⁷⁹

Além disso, a exemplo do que afirmam Eley e Suny, na introdução à sua obra mais elucidativa, *Becoming National*:

Será que a ênfase na subjetividade e na consciência descarta qualquer fundamento “objetivo” para a existência da nacionalidade? É claro que essa visão radicalmente subjetiva seria absurda. A maioria dos movimentos nacionalistas bem-sucedidos pressupõe algum tipo de elemento comum em termos de território, idioma ou cultura, que forneçam a matéria-prima para o projeto intelectual de nacionalidade. Todavia, tais elementos comuns não devem ser “naturalizados”, como se sempre houvessem existido em uma forma essencial ou tivessem simplesmente prenunciado uma história ainda por se fazer... Via de regra, uma cultura não é o que as pessoas compartilham, mas sim algo pelo qual resolvem lutar.⁸⁰

Em minha opinião, a incongruência entre algumas teorias sociais e a experiência prática contemporânea resulta do fato de que o nacionalismo, bem como as nações, têm vida própria, independentemente da condição de Estado, embora estejam inseridos em ideários culturais e projetos políticos. Por mais atraente que a noção de “comunidades imaginadas” possa parecer, ela é óbvia ou empiricamente inadequada. Óbvia para um cientista social, quando se afirma que todos os sentimentos de posse, toda a adoração de ícones são fatores culturalmente construídos. As nações não constituiram

exceção a isso.⁸¹ A oposição entre comunidades “reais” e “imaginadas” são de pouca utilidade analítica além dos louváveis esforços de desmistificação das ideologias de nacionalismo essencialista à la Michelet. Porém, se o sentido da afirmação é o de que, conforme explicitado na teoria de Gellner, as nações constituem artefatos puramente ideológicos, construídos por meio de manipulações arbitrárias de mitos históricos por parte de intelectuais trabalhando em prol dos interesses das elites socioeconômicas, então os registros históricos parecem refutar tal excesso de desconstrucionismo.⁸¹ Sem dúvida, etnia, religião, idioma, território, *per se*, não são suficientes para erigir nações e induzir o nacionalismo. A experiência compartilhada sim: tanto os Estados Unidos quanto o Japão são países com forte identidade nacional, e muitos de seus “cidadãos” realmente sentem, e expressam, um profundo sentimento patriótico. No entanto, o Japão é uma das nações mais homogêneas do mundo do ponto de vista étnico, enquanto os Estados Unidos são exatamente o contrário. Em ambos os casos, o que existe é uma história e um projeto compartilhados, e as narrativas históricas dos dois países são criadas com base em uma experiência diversificada nos aspectos social, étnico, territorial e de gênero, porém comum aos povos de cada um desses países sob perspectivas diversas. Outras nações e movimentos nacionalistas não atingiram a condição de Estado-Nação moderno (por exemplo, Escócia, Catalunha, Quebec, Curdistão, Palestina), e ainda assim demonstram, sendo que alguns o vêm fazendo por vários séculos, uma forte identidade cultural/territorial que se manifesta como uma forma de caráter nacional. *

Assim, ao se discutir o nacionalismo contemporâneo no que tange às teorias sociais do nacionalismo, devem ser enfatizados quatro pontos fundamentais para análise: Primeiro, o nacionalismo contemporâneo pode ou não estar voltado à construção de um Estado-Nação soberano e, portanto, as nações são, tanto do ponto de vista histórico quanto analítico, entidades independentes do Estado.⁸² Segundo, as nações, bem como os Estados-Nação, não estão historicamente limitados ao Estado-Nação moderno tal como constituído na Europa nos 200 anos após a Revolução Francesa. A experiência política atual parece rejeitar a idéia de que o nacionalismo esteja exclusivamente vinculado ao período de formação do Estado-Nação moderno, tendo seu ápice no século XIX, e reproduzido no processo de descolonização de meados do século XX pela importação do modelo de Estado-Nação ocidental para o Terceiro Mundo.⁸³ Tal afirmação, atualmente em voga, não passa de uma manifestação de eurocentrismo, conforme argumenta Chatterjee.⁸⁴ Nos termos de Panarin:

O grande mal-entendido do século foi a falta de discernimento entre a autodeterminação do povo e a autodeterminação da nação. A transferência puramente mecânica de certos princípios da Europa Ocidental para o terreno de culturas não-européias normalmente acaba gerando monstros. Um deles foi o conceito de soberania nacional transplantado para o solo não-europeu [...] O sincretismo do conceito de nação no léxico político da Europa impede os europeus de estabelecerem distinções importantes relativas à “soberania do povo”, “soberania nacional” e “direitos de uma determinada etnia”.⁸⁵

Na verdade, a análise de Panarin é corroborada pelo aparecimento de movimentos nacionalistas em diversas regiões do mundo no final do século XX, de acordo com uma enorme variedade de tendências culturais e projetos políticos.

Terceiro, o nacionalismo não é necessariamente um fenômeno das elites, não raro refletindo até mesmo uma reação contra as elites mundiais. De fato, a exemplo do que ocorre em todos os movimentos sociais, as lideranças tendem a ter um nível cultural mais elevado e serem mais versadas (ou dotadas de bons conhecimentos de informática, em nossa época) que as massas populares que se mobilizam em torno de objetivos nacionalistas. Contudo, isso não diminui o apelo e o significado do nacionalismo à manipulação das massas pelas elites, de acordo com os próprios interesses dessas elites. Conforme escreve Smith, em tom de lamento:

Com uma história e destino comuns, memórias podem ser mantidas vivas e a glória das ações preservada. Porque somente na seqüência de gerações daqueles que compartilham os laços históricos e quase familiais é que os indivíduos podem alimentar a esperança de conquista de uma noção de imortalidade, ainda que inseridos em eras de horizontes puramente terrenos. Nesse sentido, a formação das nações e o surgimento de nacionalismos étnicos se assemelham mais à institucionalização de uma “religião alternativa” do que propriamente a uma ideologia política, sendo portanto bem mais duradouros e poderosos do que nos permitimos admitir.⁸⁶

Quarto, em virtude do fato de o nacionalismo contemporâneo ser mais reativo do que ativo, tende a ser mais cultural do que político, e, portanto, mais dirigido à defesa de uma cultura já institucionalizada do que à construção ou defesa de um Estado. Quando novas instituições políticas são criadas, ou recriadas, constituem trincheiras defensivas de identidade, e não plataformas de lançamento de soberania política. Por essa razão, creio que um ponto de partida teórico mais adequado à compreensão do nacionalismo contemporâneo é a análise de nacionalismo cultural de Kosaku Yoshino no Japão:

O nacionalismo cultural procura regenerar a comunidade nacional por meio da criação, preservação ou fortalecimento da identidade cultural de um povo, quando se sente sua falta ou uma ameaça a essa identidade. Tal nacionalismo vê a nação como fruto de sua história e cultura únicas, bem como uma solidariedade coletiva dotada de atributos singulares. Em suma, o nacionalismo cultural preocupa-se com os elementos distintivos da comunidade cultural como essência de uma nação.⁸⁷

Assim, constrói-se o nacionalismo a partir de ações e reações sociais, tanto por parte das elites quanto das massas, conforme sustenta Hobsbawm, contrariando a idéia de Gellner de que a “alta cultura” é a fonte de origem exclusiva do nacionalismo. Contudo, ao contrário das visões de Hobsbawm ou Anderson, o nacionalismo como fonte de identidade não pode ficar restrito a um determinado período histórico e aos processos e conquistas do Estado-Nação moderno. Restringir a idéia de nações e nacionalismos unicamente ao processo de construção do Estado-Nação inviabiliza qualquer justificativa para a ascensão do nacionalismo pós-moderno concomitante ao declínio do Estado moderno.

Rubert de Ventos, em uma versão revista e atualizada da perspectiva clássica de Deutsch,⁸⁸ propôs uma teoria mais complexa que vê o surgimento da identidade nacional mediante a interação histórica entre quatro conjuntos de fatores: *fatores primários*, tais como etnia, território, idioma, religião e similaridades; *fatores gerativos*, como o desenvolvimento dos meios de comunicação e tecnologia, a formação de cidades, o surgimento de exércitos modernos e monarquias centralizadas; *fatores induzidos*, como a codificação da língua em gramáticas oficiais, o crescimento da máquina burocrática e o estabelecimento de um sistema nacional de educação; e *fatores reativos*, quais sejam, a defesa das identidades oprimidas e interesses subjugados por um grupo social dominante ou pelo aparato institucional, resultando na busca de identidades alternativas na memória coletiva do povo.⁸⁹ Quais elementos desempenham determinados papéis na formação de um dado nacionalismo, e em uma determinada nação, são variáveis que dependem dos respectivos contextos históricos, da matéria-prima disponível à memória coletiva e da interação entre estratégias de poder conflitantes. Assim, o nacionalismo é, na verdade, cultural e politicamente construído, mas o que realmente importa, tanto do ponto de vista prático quanto teórico é, como, a partir de quê, por quem e para quê uma identidade é construída.

Nesse *fin de siècle*, a explosão dos movimentos nacionalistas, alguns deles responsáveis pela desconstrução de Estados multinacionais, outros pela constru-

ção de entidades plurinacionais, não está relacionada à formação de Estados clássicos, modernos, soberanos.¹ Ao contrário, o nacionalismo aparenta ser uma grande força subjacente à constituição de quase-Estados, isto é, entidades políticas de soberania compartilhada, por meio de um modelo aprimorado de federalismo (como é o caso da (re)constituição canadense em processo ou da “nação de nacionalidades”, proclamada na Constituição da Espanha de 1978 e amplamente difundida na prática durante a década de 90) ou de multilateralismo internacional (como na União Européia ou na renegociação da Comunidade de Estados Independentes das ex-repúblicas soviéticas). Os Estados-Nação centralizados que resistem a essa tendência de movimentos nacionalistas em busca de uma condição de quase-Estado como nova realidade histórica (por exemplo, Indonésia, Nigéria, Sri Lanka e até mesmo a Índia) podem muito bem cair vítimas do erro fatal de ter a nação assinalada pelo Estado, como um Estado forte como o do Paquistão entendeu após a separação de Bangladesh.

A fim de explorar a complexidade da (re)construção da identidade nacional em nosso novo contexto histórico, farei uma breve análise de dois casos que representam os dois pólos da dialética que proponho como característica desse período: a desconstrução de um Estado centralizado e multinacional como a extinta União Soviética e a formação subsequente do que considero quase-Estados-Nação; e o quase-Estado nacional que vem surgindo na Catalunha por meio do duplo movimento de federalismo na Espanha e confederalismo na União Européia. Após exemplificar minha análise com esses dois estudos de caso, fornecerei algumas indicações quanto aos novos caminhos históricos do nacionalismo como fonte renovada de identidade coletiva.

As nações contra o Estado: a dissolução da União Soviética e da Comunidade de Estados Impossíveis (Sojuz Nevozmoznykh Gosudarstv)

*O povo russo das cidades e aldeias, bestas estúpidas, em estado de semi-selva-
geria, quase assustadores, morrerão para dar lugar a uma nova raça humana.*

Máximo Górkii, “Do campesinato russo”⁹⁰

A revolta dos Estados membros contra o Estado soviético foi um dos mais importantes fatores, embora não o único, para o surpreendente colapso da União Soviética, conforme argumenta Helene Carrere d’Encausse e Ronald Grigor Suny,⁹¹ entre outros estudiosos. Mais adiante (no volume III), farei uma análise

se da complexa relação entre os elementos econômicos, tecnológicos, políticos e de identidade nacional que, *juntos*, elucidam um dos mais extraordinários desdobramentos da História, uma vez que as Revoluções Russas marcaram a abertura e o fechamento do espectro político do século XX. Entretanto, ao se discutir a formação da identidade nacional e seus novos contornos durante os anos 90, é fundamental fazer um comentário sobre a experiência soviética, bem como sobre suas consequências, pois esse é um terreno privilegiado para a observação da interação entre as ~~nacões~~ e o ~~Estado~~, duas entidades que, em minha opinião, são histórica e analiticamente distintas. A revolta nacionalista contra a União Soviética foi particularmente significativa, pois a URSS foi um dos poucos Estados modernos explicitamente constituídos como um Estado plurinacional, com nacionalidades definidas tanto no plano individual (todo cidadão soviético apresentava uma determinada nacionalidade constante de seu passaporte), quanto no plano da administração territorial da União Soviética. O Estado soviético era organizado com base em um complexo sistema de 15 repúblicas federais, às quais se acrescentavam repúblicas autônomas dentro das repúblicas federais, territórios (*krai*) e distritos nativos autônomos (*okrag*), sendo que cada república compreendia diversas províncias (*oblasti*). Cada uma das repúblicas federais, bem como as repúblicas autônomas inseridas nas repúblicas federais, estava fundada em um princípio territorial de nacionalidade. Tal construção institucional não era uma simples ficção. É óbvio que manifestações nacionalistas autônomas contrárias à vontade do partido comunista soviético eram impiedosamente reprimidas, sobretudo durante a era stalinista, e milhões de ucranianos, estonianos, letões, lituanos, alemães do Volga, tártaros da Criméia, chechenos, mesquetianos, inguchétios, balkars, karachais e kalmiks foram deportados para a Sibéria e Ásia Central para evitar uma possível cooperação com os invasores alemães ou outros potenciais inimigos, ou simplesmente para deixar o terreno livre para projetos estratégicos elaborados pelo Estado. O mesmo aconteceu com milhões de russos, por uma série de razões, muitas vezes escolhidos aleatoriamente. Não obstante, a realidade das administrações fundamentadas na nacionalidade foi além de nomeações simbólicas de elites nacionais para ocuparem posições-chave na administração das repúblicas.⁹² As políticas de nativização (*korenizatsiya*) contaram com o apoio de Lenin e Stalin até a década de 30, sendo retomadas nos anos 60. Eles estimularam a preservação dos costumes e idiomas nativos, implementaram programas de “ação afirmativa”, favorecendo o recrutamento e a promoção de nacionalidades não-russas nos aparatos do Estado e do partido nas repúblicas, bem como nas instituições educacionais, e fomentaram o desenvolvimento de

elites culturais nacionais, naturalmente sob a condição de subserviência ao poder soviético. Nas palavras de Suny:

Perdida está na poderosa retórica nacionalista toda e qualquer noção do grau em que os longos e difíceis anos de governo do partido comunista deram continuidade à “formação de nações” do período pré-revolucionário... Isso fez com que a solidariedade étnica e a consciência nacional das repúblicas não-russas aumentassem, embora se tenha frustrado uma articulação total de uma agenda nacional ao se exigir obediência a uma ordem política imposta.⁹³

As razões para essa aparente abertura à autodeterminação nacional (prevista na Constituição Soviética pelo direito concedido às repúblicas de se separarem da União) estão profundamente arraigadas na história e na estratégia do Estado soviético.⁹⁴ O federalismo plurinacional soviético derivou de um acordo obtido por meio de intensos debates político-ideológicos durante o período revolucionário. Originalmente, a posição bolchevique, identificando-se com o pensamento marxista ortodoxo, refutou a importância da nacionalidade como critério significativo para a construção do novo Estado: o internacionalismo proletário tencionava superar as diferenças nacionais “artificiais” ou “secundárias” entre as classes trabalhadoras, manipuladas por interesses imperialistas mediante confrontos sangrentos entre as diversas etnias, conforme demonstrado na 1ª Guerra Mundial. Contudo, em janeiro de 1918, a premência de estabelecer alianças militares durante a guerra civil, bem como a necessidade de oferecer resistência à invasão estrangeira, convenceram Lenin da necessidade de buscar apoio entre as forças nacionalistas externas à Rússia, principalmente na Ucrânia, após ter observado o alto grau de consciência nacional ali existente. O III Congresso dos Sovietes Russos adotou a “Declaração dos Direitos dos Povos Trabalhadores e Explorados”, transformando o que restara do Império Russo na “fraternal união das Repúblicas Soviéticas da Rússia, que se reuniriam no plano interno de forma totalmente livre. A essa “federalização interna” da Rússia, os bolcheviques acrescentaram, em abril, o convite à “federalização externa” de outras nações, convocando explicitamente os povos da Polônia, Ucrânia, Criméia, Transcaucásia, Turquestão, Quirguiz “e outros”.⁹⁵ O principal debate girou em torno do princípio sob o qual a identidade nacional seria reconhecida no novo Estado federal. Os federalistas, e outras tendências socialistas, aspiravam ao reconhecimento de culturas nacionais em todos os níveis estruturais do Estado, sem fazer distinção territorial entre elas, uma vez que o objetivo da revolução era precisamente a transcendência dos laços ancestrais de etnia e território em função de um novo universalismo socialista

com base em classes. Lenin e Stalin opuseram-se a essa idéia lançando mão do princípio da territorialidade como fundamento do conceito de nação. Isso resultou numa estrutura nacional de múltiplas camadas do Estado soviético: a identidade nacional foi reconhecida nas instituições do governo. Contudo, aplicando-se o princípio do centralismo democrático, tal diversidade de sujeitos territoriais estaria sob o controle dos aparatos dominantes do partido comunista soviético e do Estado soviético. Dessa forma, a União Soviética foi construída em torno de uma dupla identidade: de um lado, as identidades étnico-culturais (incluindo a russa); do outro, a identidade soviética como alicerce da nova sociedade: *sovetskii narod* (o povo soviético) seria a nova identidade cultural a ser conquistada no horizonte histórico da construção comunista.

Houve também razões estratégicas para essa conversão de internacionistas proletários em nacionalistas territoriais. A. M. Salmin propôs um modelo interessante para a interpretação da estratégia leninista-stalinista subjacente ao federalismo soviético.⁹⁶ A União Soviética foi um sistema institucional centralizado, porém flexível, cuja estrutura deveria permanecer aberta e adaptável à aceitação de novos países como membros da União, porquanto a causa do comunismo avançaria para todo o mundo. Cinco círculos concêntricos foram traçados tanto como áreas de segurança quanto ondas de expansão do Estado soviético, como vanguarda da revolução. O primeiro deles foi a Rússia e suas repúblicas-satélite, organizadas na RSFSR. Paradoxalmente a Rússia, e a Federação Russa, foi a única república desprovida de um partido comunista autônomo e de um presidente do Soviete Supremo para a República, tendo as instituições republicanas menos desenvolvidas: foi domínio exclusivo do partido comunista soviético. Para tornar esse bastião mais seguro, a Rússia não tinha fronteiras territoriais com o mundo capitalista potencialmente hostil. Assim, as repúblicas soviéticas organizaram-se em torno da Rússia, nas fronteiras externas da União Soviética, para que pudessem proteger, simultaneamente, o poder soviético e sua independência nacional. Em razão disso, algumas áreas estabelecidas em bases étnicas, como o Azerbaijão, tornaram-se repúblicas soviéticas por fazerem fronteira com o mundo exterior, enquanto outras, igualmente distintas em termos de composição étnica, como a Chechênia, foram mantidas na Federação Russa por estarem geograficamente mais próximas do centro. O terceiro anel da geopolítica soviética foi formado pelas democracias populares sob o poderio militar soviético: esse foi originalmente o caso da Khoresma, Bukhara, Mongólia e Tannu-Tura, que acabou se tornando o precedente para a incorporação da Europa Oriental após a 2^a Guerra Mundial. O quarto círculo seria formado por países socialistas distantes, como, por

exemplo, anos mais tarde, Cuba, Coréia do Norte ou Vietnã. A China jamais foi considerada parte dessa categoria por causa da profunda desconfiança em relação ao futuro poderio chinês. Finalmente, os governos aliados progressistas e os movimentos revolucionários em todo o mundo constituíram o quinto círculo, cujo potencial dependeria da manutenção de um equilíbrio entre seu internacionalismo (isto é, sua postura pró-soviética) e sua representatividade nacional. Foi justamente essa tensão permanente entre o universalismo com base em classes da utopia comunista e os interesses geopolíticos fundamentados em interesses étnicos/nacionais de potenciais aliados que determinou a esquizofrenia da política soviética com relação à questão nacional.

Tais contradições ao longo da turbulenta história da União Soviética resultaram em uma incoerente colcha de retalhos formada por povos, nacionalidades e instituições estatais.⁹⁷ As mais de cem nacionalidades e grupos étnicos da União Soviética estavam espalhados por toda essa imensa área geográfica, de acordo com estratégias geopolíticas, punições e recompensas coletivas e caprichos individuais. Assim, a região de Nagorno-Karabaj, habitada por armênios, foi anexada por Stalin ao Azerbaijão para contentar a Turquia, submetendo os ancestrais inimigos daquele país sob controle azerbaijano (povo de origem turca); os alemães da região do Volga foram parar no Casquistão, em cujo território setentrional são agora a força econômica motriz, auxiliados por subsídios do governo alemão para mantê-los fora da Alemanha; colônias cossacas proliferaram na Sibéria e no extremo oriente; os ossetianos foram divididos entre a Rússia (norte) e a Geórgia (sul), enquanto os inguchétios foram distribuídos entre a Chechênia, o norte da Ossétia e a Geórgia; a Criméia, tomada dos tártaros pela Rússia em 1783, e de onde estes foram deportados por Stalin durante a 2ª Guerra Mundial, foi transferida por Kruchev (ele próprio ucraniano) para a Ucrânia em 1954, comemorando os 300 anos de amizade entre a Rússia e a Ucrânia, supostamente após uma noite de bebedeira. Além disso, russos foram enviados para todo o território da União Soviética, na maioria das vezes como mão-de-obra qualificada ou pioneiros voluntários, ora como líderes, ora como exilados. Desse forma, quando a União Soviética se desintegrhou, o princípio da nacionalidade territorial concentrou nas repúblicas recém-independentes dezenas de milhões de pessoas que, do dia para a noite, se tornaram “cidadãos nacionais estrangeiros”. O problema parece ser ainda mais grave para os 25 milhões de russos que vivem fora das novas fronteiras russas.

Um dos maiores paradoxos do federalismo russo é que, de todas as nacionalidades, a russa é provavelmente a mais discriminada. Comparada a qualquer outra república, a Federação Russa dispunha de muito menos autonomia

política perante o Estado central soviético. Segundo análises de economistas regionais, de modo geral, houve uma transferência de riquezas, recursos e qualificações da Rússia para as demais repúblicas (a Sibéria, a região etnicamente mais russa de toda a Federação, constitui a principal fonte de exportações, e consequentemente de moeda forte para a União Soviética).⁹⁸ Quanto à identidade nacional, foi a história, religião e identidade tradicional russas que se tornaram o principal alvo da repressão cultural soviética, conforme documentado nos anos 80 por escritores e intelectuais russos, como, por exemplo, Likachev, Belov, Astafiev, Rasputin, Solukhin ou Zalygin.⁹⁹ Afinal, a nova identidade soviética teve de ser construída sobre as ruínas da identidade histórica russa, salvo algumas exceções táticas durante a 2ª Guerra Mundial, quando Stalin precisou mobilizar todos os recursos disponíveis contra os alemães, inclusive a memória de Alexander Nevsky. Portanto, embora tenha realmente havido uma política de “russificação” da cultura em toda a União Soviética (procedimento contraditório em relação à tendência paralela de *korenizatsiya*), e os russos tenham mantido controle do partido, do exército e da KGB (apesar de Stalin ter nascido na Geórgia e Kruchev ser natural da Ucrânia), a identidade russa como identidade nacional foi reprimida em grau bem mais acentuado que o das demais nacionalidades, sendo que algumas delas foram até mesmo simbolicamente recuperadas em prol do federalismo plurinacional.

Tal constituição paradoxal do Estado soviético manifestou-se na revolta contra a União Soviética, que se valeu da “brecha” aberta pela *glasnost* de Gorbachev. As repúblicas bálticas, anexadas à força em 1940, contrariando assim as disposições do direito internacional, foram as primeiras a reivindicar seus direitos à autodeterminação. Logo foram seguidas por um forte movimento nacionalista russo que, com efeito, representou a mais poderosa força mobilizadora contra o Estado soviético. Esse movimento resultou da fusão entre a luta pela democracia e a recuperação da entidade nacional russa sob a liderança de Yeltsin em 1989-91, preparando o terreno para a derrocada do comunismo soviético e a dissolução da União Soviética.¹⁰⁰ Na verdade, a primeira eleição democrática para chefe de Estado da história da Rússia, com a vitória de Yeltsin em 12 de junho de 1991, marcou o início de uma nova Rússia e, com ela, o fim da União Soviética. Foi sob a tradicional bandeira russa que se liderou a resistência ao golpe comunista de agosto de 1991. E foi a estratégia de Yeltsin de desmantelar o Estado soviético, concentrando poder e recursos nas instituições republicanas, que permitiu, em dezembro de 1991, a celebração de acordos com outras repúblicas, em princípio com a Ucrânia e a Bielo-Rússia, pondo um fim à União Soviética e transformando as extintas

repúblicas soviéticas em Estados soberanos, confederados de forma bastante tênue na Comunidade de Estados Independentes (*Sojuz Nezavisimykh Gosudarstv*). O ataque ao Estado soviético não foi promovido apenas por movimentos nacionalistas: estava diretamente relacionado às exigências dos democratas e aos interesses das elites políticas de várias repúblicas, procurando pelo seu quinhão em meio às ruínas de um império decadente. Contudo, esse ataque assumiu um caráter nacionalista, contando com o apoio popular em nome da nação. Interessante observar que o nacionalismo foi muito menos ativo nas repúblicas etnicamente mais distintas (por exemplo, na Ásia Central) do que nos estados bálticos e na Rússia.¹⁰¹

Os primeiros anos de existência desse novo conglomerado de estados independentes revelaram tanto a fragilidade de sua estrutura como a durabilidade de nacionalidades historicamente arraigadas, que pouco se importavam com as fronteiras herdadas quando da desintegração da União Soviética.¹⁰² O problema mais intratável da Rússia passou a ser a guerra da Chechênia. As repúblicas do Báltico discriminaram suas populações russas, o que desencadeou novos conflitos étnicos. A Ucrânia assistiu à revolta pacífica da maioria russa na Criméia contra o governo ucraniano, e continuou a experimentar a tensão entre o forte sentimento nacionalista na porção ocidental da Ucrânia e sentimentos de pan-eslavismo na porção oriental do país. A Moldávia ficou dividida entre sua identidade romena histórica e o caráter russo de sua população oriental, que chegou a tentar criar a República de Dniester. Na Geórgia, um conflito sangrento eclodiu entre as múltiplas nacionalidades ali existentes (georgianos, abkhazes, armênios, ossetianos, adjares, russos). O Azerbaijão continuou a lutar de forma intermitente contra a Armênia pelo controle da região de Nagorno-Karabaj, e incitou os pogromes contra os armênios em Baku. E as repúblicas muçulmanas da Ásia Central ficaram cindidas entre seus laços históricos com a Rússia e a perspectiva de serem arrebatadas pelo redemoinho fundamentalista islâmico vindo do Irã e do Afeganistão. Como consequência, a Tadjiquistão amargou uma guerra civil de proporções devastadoras e outras repúblicas islamizaram suas instituições e sistema educacional para se integrar ao radicalismo islâmico antes que fosse tarde demais. Tais registros históricos parecem demonstrar que o reconhecimento artificialista e distanciado da questão nacional por parte do marxismo-leninismo não só fracassou em resolver conflitos históricos como acabou tornando-os ainda mais virulentos.¹⁰³ Ao refletirmos a respeito desse extraordinário episódio e seus respectivos desdobramentos na década de 90, várias questões de grande importância teórica merecem comentários.

Em primeiro lugar, um dos mais poderosos Estados da história da humanidade não conseguiu, mesmo depois de 74 anos, criar uma identidade nacional. A despeito das afirmações de Carrere d'Encausse¹⁰⁴ em contrário, o *sovetskii narod* não foi um mito. Até certo ponto, a idéia tomava forma real nas mentes e nas vidas de gerações nascidas na União Soviética, na realidade representada por pessoas que constituíam famílias com indivíduos pertencentes a outras nacionalidades, vivendo e trabalhando em todo o território soviético. A resistência contra a máquina de guerra nazista uniu o povo em torno da bandeira soviética. Fim da era do terror stalinista no final dos anos 50, e com a melhoria das condições de vida nos anos 60, o povo alimentou um certo orgulho de fazer parte de uma superpotência. Além disso, apesar do cinismo generalizado e das numerosas ressalvas, a ideologia de igualdade e solidariedade humanas deitava raízes na cidadania soviética de modo que, por toda parte, uma nova identidade soviética começou a surgir. Entretanto, essa identidade era tão frágil e tão dependente da falta de informações acerca da situação real do país e do mundo que não resistiu aos choques da estagnação econômica e ao entendimento da verdadeira realidade. Na década de 80, os russos que ousavam se autoproclamar “cidadãos soviéticos”, eram ridicularizados por seus compatriotas como *Sovoks*. Embora o *sovetskii narod* não tenha sido um projeto fracassado de construção de identidade, desintegrou-se antes mesmo de se estabelecer em caráter definitivo nas mentes e nas vidas do povo da União Soviética. Assim, a experiência soviética desmente a teoria segundo a qual o Estado é capaz de construir identidade nacional por si próprio. Um dos mais poderosos Estados, utilizando o mais abrangente aparato ideológico da História por mais de sete décadas, fracassou na tentativa de uma nova combinação de matéria-prima histórica e mitos projetados visando à construção de uma nova identidade. Comunidades podem ser imaginadas, mas isso não significa necessariamente que serão acolhidas pelo povo.

Em segundo lugar, o reconhecimento formal das identidades nacionais na administração territorial do Estado soviético, bem como as políticas de “nativização”, não lograram sucesso em termos de integração de nacionalidades no sistema soviético, com uma única exceção: as repúblicas muçulmanas da Ásia Central, precisamente as mais distintas da cultura eslava dominante. Em seu dia-a-dia, essas repúblicas desenvolveram tal relação de dependência do poder central que somente nos últimos dias de desintegração da União Soviética é que suas respectivas elites ousaram assumir a liderança de movimentos favoráveis à independência. No restante da União Soviética, as identidades nacionais não conseguiram se ver representadas nas instituições artificialmen-

te construídas do federalismo soviético. Um exemplo disso é a Geórgia, um verdadeiro mosaico étnico construído com base em um reino histórico. Os georgianos representam 70% da população de 5,5 milhões de habitantes da nação. De modo geral, essa parcela da população é devota da Igreja Ortodoxa da Geórgia. Contudo, tem de coexistir com os ossetianos, fundamentalmente russos ortodoxos, cuja população se distribui entre a República Autônoma da Ossétia do Norte (na Rússia) e a *Oblast Autônoma da Ossétia do Sul* (na Geórgia). Na porção noroeste da Geórgia, os abkhazes, um povo muçulmano sunita de origem turca, somam apenas 80 mil pessoas, mas constituíam 17% da República Socialista Soviética Autônoma criada dentro da Geórgia como contraponto do nacionalismo georgiano. A experiência foi bem-sucedida: nos anos 90, os abkhazes, apoiados pela Rússia, lutaram para obter a quase-independência em seu território, embora representassem a minoria da população. A segunda república autônoma da Geórgia, Adjá, também é muçulmana sunita, porém formada de georgianos étnicos, dando portanto apoio à Geórgia, mas ao mesmo tempo buscando sua própria autonomia. Os inguchétios muçulmanos estão atualmente em conflito com os ossetianos nas áreas fronteiriças entre Geórgia, Ossétia e Chechênia-Inguchétia. Além disso, os turcos mechke-tianos, deportados por Stalin, estão retornando à Geórgia, tendo a Turquia demonstrado sua disposição em protegê-los, incitando assim a desconfiança na população armênia da Geórgia. O resultado prático dessa história territorialmente confusa foi que, em 1990-91, quando Gamsakhurdia liderou um movimento nacionalista georgiano radical, proclamou a independência sem levar em conta os interesses das minorias nacionais da Geórgia e, desrespeitando as liberdades civis, desencadeou uma guerra civil (na qual acabou morrendo), tanto entre suas forças e os democratas georgianos quanto entre as forças georgianas, os abkhazes e os ossetianos. A intervenção da Rússia, bem como a atuação pacificadora de Chevernadze, eleito presidente em 1991 como último recurso para salvar o país, trouxe um período de paz instável para a região. Contudo, não demorou muito para que a vizinha Chechênia explodisse em uma guerra de guerrilha atroz, prolongada e debilitante. Portanto, o fracasso da integração das identidades nacionais na União Soviética não resultou do reconhecimento dessas identidades, mas sim do fato de que sua institucionalização artificial, observando princípios de uma lógica burocrática e geopolítica, não atentou para a real identidade histórica e cultural/religiosa de cada comunidade nacional, nem de sua especificidade geográfica. É isso que autoriza Suny a falar da “vingança do passado”¹⁰ ou David Hooson a escrever:

A questão da identidade é, sem dúvida, a que emergiu de forma mais recorrente após o longo período de congelamento [na extinta União Soviética]. Contudo, não parece suficiente tratar tal questão como puramente étnica ou cultural. O que está em jogo aqui é uma nova busca pelos domínios reais de culturas, economias e ambientes que tenham algum significado (ou total significado, em alguns casos) aos povos que os habitam. O processo de cristalização desses domínios, além das fronteiras imaginárias das “Repúblicas” dos dias de hoje, promete ser um caminho longo e doloroso, porém inevitável e definitivamente certo.¹⁰⁶

Em terceiro lugar, o vazio ideológico criado pelo fracasso do marxismo-leninismo em sua tentativa de doutrinar as massas foi substituído, na década de 80, quando o povo teve condições de se expressar pela única fonte de identidade mantida na memória coletiva: a *identidade nacional*. Por essa razão, a maioria das mobilizações anti-soviéticas, inclusive movimentos democráticos, foi conduzida sob a respectiva bandeira nacional. É verdade, conforme se tem argumentado, e como eu próprio argumentei, que as elites políticas na Rússia e nas repúblicas federais utilizaram o nacionalismo como a última arma contra a ideologia comunista decadente para abalar o Estado soviético e arrebatá-lo ao poder nas instituições de cada uma das repúblicas.¹⁰⁷ Entretanto, as elites lançaram mão dessa estratégia por ser eficaz, porque a ideologia nacionalista abstrata encontrava maior aceitação por parte do povo do que apelos abstratos em nome da democracia ou das virtudes da economia de mercado, muitas vezes igualado à especulação, na experiência pessoal da população. Portanto, o ressurgimento do nacionalismo não pode ser explicado pela manipulação política: em vez disso, sua utilização por parte das elites é prova da resiliência e vitalidade da identidade nacional como princípio mobilizador. No momento em que, após 74 anos de repetição intensa da ideologia socialista oficial, o povo descobriu que o rei estava nu, a reconstrução das identidades somente seria viável se fundamentada nas instituições básicas de sua memória coletiva: a família, a comunidade, o passado rural, às vezes a religião e, sobre tudo, a nação. Contudo, entenda-se nação não como o equivalente de Estado ou oficialismo, mas sim como auto-identificação pessoal nesse universo agora confuso: sou ucraniano, sou russo, sou armênio, frases que se tornam o grito de guerra, o alicerce perene a partir do qual a vida em coletividade deve ser reconstruída. Diante disso, a experiência soviética é um testemunho da capacidade de as nações perdurarem em relação ao Estado, e de se manterem apesar da existência deste.

Talvez o maior de todos os paradoxos seja o fato de que, ao final desse *parcours* histórico, tenham emergido novos Estados-Nação para fazer valer suas identidades suprimidas; é pouco provável que possam realmente funcionar como Estados inteiramente soberanos. Isso se deve sobretudo ao entrelaçamento presente em um mosaico de nacionalidades e identidades históricas nas atuais fronteiras dos estados independentes.¹⁰⁸ A questão mais óbvia refere-se aos 25 milhões de russos que vivem atualmente sob uma bandeira diferente. Em contrapartida, a Federação Russa (embora povoada atualmente por 82% de pessoas de origem étnica russa) também é constituída de 60 grupos étnicos/nacionais distintos, alguns deles literalmente “sentados sobre” grandes riquezas em recursos naturais e minerais, como é o caso de Sakha-Yakutia ou do Tartastão. Quanto às demais repúblicas, além do exemplo da Geórgia, os cazaques são minoria no Cazaquistão; o Tadziquistão tem apenas 62% de tadjiques e 24% de uzbeques; os quirguizes representam apenas 52% da população de Quirguistão; o Uzbequistão conta com 72% de uzbeques, e grande diversidade de nacionalidades; 14% dos habitantes da Moldávia são ucranianos, e 13%, russos. Os ucranianos correspondem a apenas 73% da população da Ucrânia. Os letões constituem 52% da Letônia, enquanto os estonianos, 62% da Estônia. Assim, qualquer tipo de definição mais restrita de interesses nacionais em torno da nacionalidade institucionalmente dominante levaria a conflitos insolúveis em todo o continente eurasiano, conforme admitiu Chevarnadze, ao justificar seu desejo de cooperar com a Rússia, após ter demonstrado hostilidade num primeiro momento. A interpenetração das economias, bem como a infra-estrutura compartilhada, desde a rede elétrica até os serviços de água e esgoto, tornam a desarticulação dos territórios da extinta União Soviética muito dispendiosa, fazendo da cooperação um instrumento decisivo para o desenvolvimento. Ainda mais em um processo de integração multilateral na economia global que requer vínculos inter-regionais para funcionar de maneira eficiente. Naturalmente, os temores profundamente arraigados de uma nova forma de imperialismo russo serão projetados em grande medida na futura evolução desses novos Estados. É por essa razão que não haverá a reconstrução da União Soviética, independentemente de quem estiver no poder na Rússia. Contudo, o total reconhecimento da identidade nacional não pode ser expresso na total independência dos novos Estados, precisamente por causa da força das identidades que ultrapassam as fronteiras dos Estados. Diante disso proponho, como o futuro mais provável e, na verdade, mais promissor, a noção da Comunidade de Estados Inseparáveis (*Sojuz Nerazdelimykh Gosudartsu*); isto é, de uma rede de instituições suficientemente dinâmicas e flexíveis para articular a

autonomia da identidade nacional e uma instrumentalização política compartilhada no contexto da economia global. Caso contrário, a afirmação de um poder exercido exclusivamente pelo Estado sobre um mapa fragmentado de identidades históricas será mera caricatura do nacionalismo europeu do século XIX: isso acabará resultando em uma Comunidade de Estados Impossíveis (*Sojuz Nevozmoznykh Gosudarstv*).

Nações sem Estado: a Catalunya

O Estado deve ser fundamentalmente diferenciado da Nação, porque o Estado consiste em uma organização política, um poder independente no plano externo, e supremo no interno, provido de recursos humanos e financeiros para sustentar sua independência e autoridade. Não podemos identificar o primeiro com a segunda, como se costumava fazer, até entre os próprios patriotas catalães, que falavam ou escreviam sobre uma nação catalã no sentido de um Estado catalão independente... A Catalunha continuou a ser a Catalunha, mesmo após ter perdido seu governo autônomo. Portanto, hoje temos uma idéia clara e bem definida de nacionalidade, o conceito de uma unidade social primária e fundamental destinada a ocupar uma posição na sociedade mundial, na Humanidade, equivalente à ocupada pelo homem na sociedade civil.

Enric Prat de la Riba, *La nacionalitat catalana*¹⁰⁹

Se a análise da União Soviética demonstra a possibilidade de existência de Estados que, embora poderosos, fracassam em produzir nações, a experiência da Catalunha (ou *Catalunya*, no idioma catalão) permite-nos refletir acerca das condições sob as quais as nações existem, e (re)constroem-se ao longo da História, sem dispor de um Estado-Nação, e sem lutar pelo estabelecimento desse Estado.¹¹⁰ De fato, conforme afirmado pelo atual presidente e líder nacional da *Catalunya* no último quarto do século XX, Jordi Pujol: “A Catalunya é uma nação sem Estado. Pertencemos ao Estado espanhol, mas não alimentamos pretensões separatistas. Essa idéia deve ser exposta de forma bem clara... O caso da *Catalunya* é peculiar: temos nossa própria língua e cultura, somos uma nação sem Estado”.¹¹¹ No intuito de esclarecer essa afirmação e proceder a um exame mais elaborado de suas implicações mais amplas e analíticas, faz-se necessário apresentar um breve histórico. Uma vez que nem todo leitor está familiarizado com a história catalã, discorrerei de forma sucinta sobre os elementos históricos pelos quais se pode

falar a respeito da continuidade da *Catalunya* como realidade nacional, distintiva e vivenciada concretamente, da qual a persistência da língua e seu emprego contemporâneo amplamente difundido, a despeito de todas as dificuldades, é prova inconteste.¹¹²

O aniversário oficial da *Catalunya* como nação data de aproximadamente 988, quando o conde Borrell rompeu os laços com os remanescentes do Império Carolíngio, que, por volta do ano 800, tomara sob sua proteção as terras e os habitantes dessa fronteira meridional do império para poder rechaçar a ameaça dos invasores árabes, fazendo-os recuar até a Ocitânia. Ao final do século IX, o conde Guifré el Pelós, que se sagrara vitorioso nas lutas contra a dominação árabe, recebeu do rei francês os condados de Barcelona, Urgell, Cerdanya-Conflent e Girona. Seus herdeiros autoproclamaram-se condes, sem que necessitassem de nomeação pelos reis franceses, o que assegurou a hegemonia do Casal de Barcelona sobre as áreas fronteiriças que viriam a ser chamadas de *Catalunya* no século XII. Assim, enquanto a maior parte da Espanha cristã estava engajada na “Reconquista” diante dos árabes durante oito séculos, processo que resultou na criação dos reinos de Leão e Castela, a *Catalunya*, após um período de dominação árabe nos séculos VIII e IX, desenvolveu-se a partir de suas origens carolíngias para se tornar, entre o início do século XIII e meados do século XV, um império mediterrâneo. O império estendeu-se por Mallorca (1229), Valência (1238), Sicília (1282), parte da Grécia, com Atenas (1303), Sardenha (1323) e Nápoles (1442), incluindo também territórios franceses além-Pirineus, principalmente Roussillon e Cerdagne. Embora a *Catalunya* dispusesse de um interior rural de dimensões significativas, era um império basicamente comercial, governado pela aliança entre a nobreza e as elites mercantis urbanas, em um modelo semelhante ao adotado pelas repúblicas mercantis do norte da Itália. Preocupados com o poderio militar de Castela, os precavidos catalães concordaram com a união proposta pelo pequeno, porém bem localizado, reino de Aragão em 1137. Foi somente no final do século XV, após uma união voluntária com o reino proto-imperial de Castela, mediante o casamento de Fernando, rei da *Catalunya*, Valência e Aragão, com Isabel, rainha de Castela, em cumprimento ao Compromiso de Caspe (1412), que a *Catalunya* deixou de ser uma entidade política soberana. A aliança das duas nações tinha como premissas o respeito à língua, aos costumes e às instituições, bem como a divisão da riqueza. Todavia, o poder e a riqueza da Coroa espanhola e de sua nobreza proprietária de terras, juntamente com a influência da Igreja fundamentalista erigida em torno da Contrarreforma, provocaram uma reviravolta no curso da história, subjugando os

povos não-castelhanos na Europa e na Península Ibérica, bem como na América. A *Catalunya*, a exemplo do restante da Europa, foi excluída do comércio com as colônias da América, uma das maiores fontes de riqueza do reino da Espanha. A nação reagiu desenvolvendo sua própria indústria de bens de consumo e o comércio no plano regional, o que desencadeou um processo de industrialização incipiente e acúmulo de capital a partir da segunda metade do século XVI. Nesse ínterim, Castela, após ter esmagado as cidades castelhanas livres (*Comunidades*) em 1520-23, onde emergiam uma classe de artesãos e uma protoburguesia, passou a desenvolver uma economia senhorial para custear um Estado bélico-teocrático com as riquezas de suas colônias na América e mediante a cobrança de pesados impostos do povo. O choque entre culturas e instituições acentuou-se no século XVII quando Filipe IV, necessitando de maiores receitas tributárias, reforçou ainda mais o centralismo, levando à insurreição de Portugal e da *Catalunya* (onde ocorreu a Revolta dos Ceifeiros) em 1640. Portugal, apoiado pela Inglaterra, recuperou sua independência. A *Catalunya* foi derrotada, e a maioria de suas liberdades, suprimidas. Mais uma vez, entre 1705 e 1714, a *Catalunya* lutou por sua autonomia, apoiando a causa austriaca contra Filipe V da dinastia Bourbon, durante a Guerra da Sucessão Espanhola. É um traço peculiar do caráter catalão o fato de que sua derrota, e a invasão de Barcelona pelos exércitos de Filipe V em 11 de setembro de 1714, seja hoje celebrada como a data nacional da *Catalunya*. A *Catalunya* perdeu todas as suas instituições políticas de governo autônomo, estabelecido desde a Idade Média: o governo municipal com base em conselhos democráticos, o parlamento, o governo catalão soberano (*Generalitat*). As novas instituições, estabelecidas pelo *Decreto de nueva planta*, baixado por Filipe V, concentrou a autoridade nas mãos do chefe militar, ou capitão geral da *Catalunya*. Seguiu-se, então, um longo período de absoluta repressão cultural e institucional por parte do poder central que, conforme documentado pelos historiadores, visavam deliberadamente à eliminação gradativa do idioma catalão, primeiramente banido dos órgãos administrativos, em seguida das transações comerciais, e, finalmente, das escolas, ficando restrito aos domínios da família e da igreja.¹¹³ Novamente, os catalães reagiram, afastando-se completamente das questões pertinentes ao Estado e voltando ao trabalho, segundo os registros, em apenas dois dias após a ocupação de Barcelona, em um ato concertado. Assim, a *Catalunya* industrializou-se no final do século XVIII, permanecendo por mais de um século a única área verdadeiramente industrial da Espanha.

O poder econômico da burguesia catalã, bem como o nível educacional e cultural relativamente elevado da sociedade em geral, contrastaram, ao longo de todo o século XIX, com sua total e completa marginalidade política. Dessa forma, quando as políticas comerciais de Madri começaram a ameaçar a ainda incipiente indústria catalã, que necessitava de práticas protecionistas, um forte movimento nacionalista catalão surgiu no final do século XIX, inspirado por ideólogos muito bem articulados, como o nacionalista pragmático Enric Prat de la Riba ou os federalistas Valenti Almirall e Francesc Pi i Margall, louvados pelos poetas nacionais, como Joan Maragall, comentados por historiadores, como Rovira i Virgili, e apoiados pelo trabalho de filólogos, como Pompeu Fabra, responsável pela codificação do idioma catalão moderno no século XX. Entretanto, a classe política madrilena jamais aceitou realmente a aliança com os nacionalistas catalães, nem mesmo com a Lliga Regionalista, partido de tendências claramente conservadoras, e talvez o primeiro partido político moderno da Espanha, fundado em 1901 para fazer frente à manipulação das eleições pelos chefes locais (*caciques*) em prol do governo central. Por outro lado, o crescimento de um poderoso movimento operário, de natureza fundamentalmente anarco-sindicalista na *Catalunya* nas primeiras três décadas do século XX, levou os nacionalistas catalães, em geral dominados por sua ala conservadora até a década de 20, a confiar na proteção oferecida por Madri contra as exigências dos trabalhadores e as ameaças de revolução social.¹¹⁴ Contudo, quando em 1931 a República foi proclamada na Espanha, os republicanos esquerdistas (*Esquerra republicana de Catalunya*) lograram estabelecer um vínculo entre a classe operária catalã, a pequena burguesia e os ideais nacionalistas, o que fez com que se tornassem a força predominante do nacionalismo catalão. Sob a liderança de Lluís Companys, um advogado trabalhista eleito presidente do *Generalitat* restaurado, a *Esquerra* estabeleceu uma aliança em toda a Espanha com os republicanos, os socialistas, os comunistas e os sindicatos (anarquistas e socialistas). Em 1932, diante da pressão popular expressa em um referendo, o governo espanhol aprovou um Estatuto de Autonomia que restituíu à *Catalunya* suas liberdades, o governo independente e a autonomia lingüístico-cultural. Na realidade, o atendimento das exigências nacionalistas da *Catalunya* e do País Basco por parte da República Espanhola foi uma das mais importantes causas da insurreição militar que culminou na Guerra Civil Espanhola de 1936-9. Consequentemente, após a Guerra Civil, a repressão sistemática das instituições, língua, cultura, identidade e líderes políticos catalães (começando pela execução de Companys, em 1940, após este ter sido entregue a Francisco Franco pela Gestapo) tornou-se um dos aspectos mais marcantes da

ditadura de Franco. Esse período também foi caracterizado pela eliminação deliberada de professores falantes de catalão das escolas, no intuito de impossibilitar o ensino do idioma. Como movimento de reação a essas medidas repressivas, o nacionalismo tornou-se um grito de guerra para as forças contrárias a Franco na *Catalunya*, a exemplo do que ocorreu no País Basco, a ponto de todas as forças políticas democráticas, de democratas-cristãos e liberais a socialistas e comunistas, passarem a ser nacionalistas catalães. Isso acabou resultando no fato de que todos os partidos políticos da *Catalunya*, tanto durante a resistência antifranquista como a partir da instituição da democracia na Espanha em 1977, eram e são catalães, não-espanhóis, embora sejam, na maioria dos casos, aliados a partidos defensores de ideologia semelhante na Espanha, ao mesmo tempo mantendo sua autonomia partidária (por exemplo, o Partido Socialista Catalão está relacionado ao PSOE espanhol; o Partido Socialista Unificado da *Catalunya* está associado aos comunistas, e assim por diante). Em 1978, o Artigo 2 da nova Constituição Espanhola declara a Espanha como uma “nação de nacionalidades” e, em 1979, o Estatuto de Autonomia da *Catalunya* estabeleceu a base institucional para a autonomia da nação catalã, inserida na estrutura da Espanha, inclusive a declaração da existência de dois idiomas oficiais, sendo o catalão adotado como “a língua própria da Cataluña”. Nas eleições regionais da *Catalunya*, a coalizão nacionalista catalã (*Convergencia i Unio*), encabeçada pelo atual líder da *Catalunya*, um médico cosmopolita de excelente formação e origens modestas, Jordi Pujol, obteve a maioria por cinco vezes consecutivas, permanecendo no poder ainda em 1996. O *Generalitat* (governo catalão) saiu fortalecido, tornando-se uma instituição dinâmica, lutando em todas as frentes pela conquista de políticas autônomas, inclusive no plano internacional. Nos anos 90, Jordi Pujol preside a Associação das Regiões Européias. A cidade de Barcelona mobilizou-se por conta própria, liderada por outra figura carismática, o prefeito catalão socialista Pasqual Maragall, professor de economia urbana e neto do poeta nacional da *Catalunya*. Barcelona projetou-se para o mundo, utilizando habilmente os Jogos Olímpicos de 1992 para despontar no cenário internacional como importante centro metropolitano, aliando identidade histórica a modernidade informacional. Na década de 90, o Partido Nacionalista Catalão passou a exercer importante papel no cenário político espanhol. O insucesso, tanto do Partido Socialista (em 1993) quanto do conservador Partido Popular (em 1996) em conquistar a maioria das cadeiras nas eleições gerais da Espanha fez de Jordi parceiro indispensável das coalizões parlamentares necessárias para se governar. Num primeiro momento ele garantiu apoio aos socialistas, e em seguida, aos conservadores —

por um certo preço. À *Catalunya* foi assegurado o direito de administrar 30% da arrecadação do imposto de renda, bem como de definir as diretrizes educacionais (com o ensino ministrado em catalão em todos os níveis), saúde, meio ambiente, comunicações, turismo, cultura, serviços assistenciais e a maior parte das funções policiais. De forma lenta e gradual, porém com firmeza, a *Catalunya*, juntamente com o País Basco, vêm forçando a Espanha a tornar-se, ainda que a contragosto, um Estado federal altamente descentralizado, por quanto as demais regiões têm reivindicado o mesmo grau de autonomia e recursos concedido aos bascos e catalães. Contudo, à exceção de um pequeno movimento democrático e de caráter pacifista favorável à independência, apoiado principalmente por jovens intelectuais, os catalães em geral, bem como a coalizão nacionalista catalã, rejeitam a idéia de separatismo, e justificam sua postura afirmando que necessitam das instituições simplesmente para existirem como nação, não para se tornarem um Estado-Nação soberano.¹¹⁵

O que é então a nação catalã, capaz de sobreviver a séculos de negação e, não obstante, resistir à formação de um Estado contra uma outra nação, a Espanha, que também passou a fazer parte da identidade histórica da *Catalunya*? Para Prat de la Riba, provavelmente o mais lúcido dos ideólogos do nacionalismo catalão conservador durante seus estágios de formação, “a *Catalunya* é a grande seqüência de gerações, unidas pela língua e tradição catalãs, que se sucederam no território em que vivemos”.¹¹⁶ Jordi Pujol também insiste na língua como o principal fundamento da identidade catalã, tal como a maioria dos observadores: “A identidade da Catalunya é, em grande medida, lingüística e cultural. A *Catalunya* jamais reivindicou especificidade étnica e religiosa, tampouco insistiu em questões territoriais, ou assuntos de ordem estritamente política. Nossa identidade é certamente constituída de muitos componentes, mas a língua e a cultura representam a principal base dessa identidade”.¹¹⁷ De fato, a *Catalunya* foi, por mais de 2 mil anos, uma terra que serviu de elo de ligação entre diversos povos europeus e mediterrâneos, e foi palco das migrações desses povos, forjando suas instituições soberanas com base na interação com várias culturas, das quais a catalã tornou-se claramente distinta das demais a partir do início do século XII, quando o nome *Catalunya* aparece pela primeira vez.¹¹⁸ Segundo o principal historiador francês da *Catalunya*, Pierre Vilar, o que distinguiu os catalães como povo, desde dos tempos mais remotos (já nos séculos XIII e XIV), foi a língua, claramente diversa do espanhol ou francês, e dotada de uma literatura já desenvolvida no século XIII, exemplificada na obra de Raimon Llull (1235-1315), que se utilizou do *Catalanesco*, idioma derivado do latim paralelamente ao provençal e ao espanhol. A

língua como identidade adquiriu importância ainda maior na segunda metade do século XX, quando uma taxa de natalidade tradicionalmente baixa dos catalães nos tempos modernos, aliada ao processo diferenciado de industrialização da *Catalunya*, resultou na migração maciça da população empobrecida do sul da Espanha, suplantando os falantes de catalão, ainda engajados na luta contra a proibição do emprego de sua língua, diante de sucessivas ondas de trabalhadores falantes de espanhol que se estabeleceram com suas famílias na *Catalunya*, principalmente nos subúrbios de Barcelona. Dessa forma, em 1983, após a *Catalunya* ter recuperado sua autonomia, assegurada pela Constituição Espanhola de 1978, o Parlamento catalão aprovou por unanimidade a “Lei de Normalização Lingüística”, que previa o ensino em catalão em todas as escolas e universidades públicas, bem como a presença do idioma catalão nos órgãos administrativos, locais, vias e estradas públicas e também na rede pública de televisão.¹¹⁹ O objetivo declarado de tal política era concretizar, ao longo do tempo, uma completa integração da população de origem não-catalã na cultura catalã, de modo a não fomentar a criação de guetos culturais que causariam uma ruptura na sociedade, provavelmente entre as classes sociais. Assim, dentro dessa estratégia, o Estado é utilizado para reforçar/produzir a nação, sem contudo exigir sua soberania do Estado espanhol.

Por que a língua é tão importante para a definição da identidade catalã? Uma das respostas é histórica: ao longo de centenas de anos, a língua tem representado o elemento identificador do “ser catalão”, juntamente com as instituições políticas democráticas de governo autônomo, sempre que estas não foram suprimidas. Embora os nacionalistas catalães definam como catalão qualquer pessoa que viva e trabalhe na *Catalunya*, acrescentam também a esta afirmação a frase, “e que estejam dispostos a ser catalão”. O indicativo de “estar disposto a sê-lo” é justamente falar a língua, ou pelo menos tentar (na verdade, “tentar” é ainda melhor, por ser um claro sinal da predisposição a ser catalão). Outra resposta plausível é de cunho político: essa é a melhor forma de expandir e aumentar a população catalã sem ter de recorrer a critérios de soberania territorial que necessariamente iriam de encontro à territorialidade do Estado espanhol. Todavia, uma terceira resposta, mais fundamental, talvez esteja relacionada a o quê a língua representa como sistema de códigos, cristalizando ao longo da História uma configuração cultural que abre espaço para um sistema compartilhado de símbolos, sem que haja a adoração de ícones diferentes dos que surgem na comunicação do dia-a-dia. É bem provável que nações desprovidas de Estados organizem-se em torno de comunidades lingüísticas — uma idéia que desenvolverei mais adiante — embora, obviamente,

te, uma língua comum não seja suficiente para fazer uma nação. As nações latino-americanas certamente farão objeção a esse tipo de enfoque, como também o fariam o Reino Unido e os Estados Unidos. Mas, por enquanto, vamos nos deter à *Catalunya*.

Espero que, após esse breve histórico, se possa admitir que a identidade catalã não é uma invenção. Durante pelo menos mil anos, uma determinada comunidade humana, organizada fundamentalmente em torno da língua, mas também dotada de significativa continuidade territorial e uma tradição de governo autônomo e democracia política autóctones, identificou-se como nação, diante de diferentes contextos, lutando contra adversários distintos, fazendo parte de Estados diversos, contando com seu próprio Estado, integrando imigrantes, suportando humilhações (comemorando-as, na verdade, todo ano) e, ainda assim, continuou existindo como *Catalunya*. Alguns analistas têm envidado esforços no sentido de identificar o catalanismo com as aspirações históricas de uma burguesia industrial frustrada, sufocada por uma monarquia espanhola pré-capitalista e burocrática.¹²⁰ Certamente que este constitui importante elemento no movimento pró-Catalunha do final do século XIX, bem como na formação da Lliga.¹²¹ Contudo, a análise com base nas classes não é capaz de justificar a continuidade do discurso explícito sobre a identidade catalã ao longo da História, a despeito de todos os esforços do centralismo espanhol para erradicá-lo. Prat de la Riba negou que a *Catalunya* pudesse ser reduzida a interesses de classe, e tinha razão em sua recusa, embora sua Lliga tenha sido basicamente um partido burguês.¹²² Muitas vezes o catalanismo tem sido associado ao romantismo do século XIX, mas também ao movimento modernista da virada do século, voltado à Europa e à torrente internacional de idéias, distanciando-se do tradicional regeneracionismo espanhol em busca de uma nova fonte de valores transcedentes após a perda, em 1898, do pouco que restava do império. Na condição de uma comunidade cultural organizada em torno da língua e de uma história compartilhada, a *Catalunya* não representa uma entidade imaginada, mas sim um produto histórico constantemente renovado, ainda que os movimentos nacionalistas construam/reconstruam seus ícones de auto-identificação com base em códigos específicos a cada contexto histórico e relacionado aos seus próprios projetos políticos.

Uma caracterização notável do nacionalismo catalão diz respeito à sua relação com o Estado-Nação.¹²³ Ao declarar a *Catalunya* simultaneamente europeia, mediterrânea e hispânica, os nacionalistas catalães, embora rejeitem a idéia de separar-se da Espanha, buscam uma nova forma de Estado.

Esse seria um Estado de geometria variável, capaz de conciliar o respeito pelo Estado espanhol herdado historicamente, a autonomia crescente das instituições catalãs na administração das questões públicas e a integração tanto da Espanha como da *Catalunya* numa entidade maior, a Europa, que se traduz não somente na União Européia, mas em diversas redes de governos regionais e municipais, bem como em associações cívicas, que multiplicam relações horizontais por toda a Europa sob a proteção tênue dos Estados-Nação modernos. Não se trata apenas de uma tática astuta dos anos 90. Tem suas origens na postura pró-Europa cultivada há séculos pelas elites catalãs, contrária ao esplêndido isolacionismo cultural praticado pelas elites castelhanas na maioria dos períodos históricos. Essa tendência também se manifesta declaradamente no pensamento de alguns dos mais universais escritores ou filósofos catalães, como Josep Ferrater Mora, que em 1960 afirmaria: “Talvez a catalanização da Catalunha seja a última oportunidade de tornar os catalães ‘bons espanhóis’ e os espanhóis ‘bons europeus’ ”.¹²⁴ Deve-se isso ao fato de que somente uma Espanha capaz de aceitar sua identidade plural — sendo a *Catalunya* uma das mais distintivas — poderia estar totalmente aberta a uma Europa tolerante e democrática. E para que isso possa se tornar realidade, primeiramente é necessário que os catalães se sintam à vontade inseridos na soberania territorial do Estado espanhol, tendo a liberdade de pensar e se expressar em catalão, estabelecendo, dessa forma, sua própria comuna dentro de uma rede mais ampla. Tal distinção entre identidade cultural e poder do Estado, entre a incontestável soberania dos aparatos e a relação em rede de instituições que compartilham poder, representa uma inovação histórica em relação à maioria dos processos de construção de Estados-Nação, solidamente fundados em um solo historicamente movediço. Tal inovação parece estabelecer uma relação melhor que a mantida entre as noções tradicionais de soberania e uma sociedade fundamentada na flexibilidade e na adaptabilidade a uma economia global, na formação de redes estabelecidas pela mídia, na variação e interpenetração de culturas. Por não buscarem um novo Estado, mas lutarem pela preservação de sua nação, é bastante provável que os catalães tenham-se identificado completamente com suas origens como um povo de tradições comerciais sem fronteiras, identidade lingüístico-cultural e instituições governamentais flexíveis, características essas que parecem caracterizar a era da informação.

As nações da era da informação

Nossa trajetória pelos dois extremos opostos da Europa nos dá uma certa noção do novo significado de nações e nacionalismo, como fonte de sentido na era da informação. Para fins de maior clareza, definirei nações, em consonância com as análises e argumentos apresentados anteriormente, como ‘comunidades culturais construídas nas mentes e memória coletiva das pessoas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados. O quanto essa história deve ser compartilhada para que uma determinada coletividade se transforme em nação varia conforme contextos e períodos, assim como variam os ingredientes que induzem à formação dessas comunidades. Assim, a nacionalidade catalã foi depurada ao longo de dez séculos de história compartilhada, enquanto os Estados Unidos da América forjaram uma identidade cultural muito forte, a despeito, e por causa, de suas múltiplas etnias, em apenas dois séculos. O essencial é a distinção histórica entre nações e Estados, que surgiram, embora não para todas as nações, na Idade Moderna. Portanto, partindo da perspectiva privilegiada deste final do milênio, temos conhecimento da existência de nações sem Estados (por exemplo, Catalunha, País Basco, Escócia, Quebec), Estados sem nações (Cingapura, Taiwan, África do Sul), Estados plurinacionais (antiga União Soviética, Bélgica, Espanha, Reino Unido), Estados uninacionais (Japão), Estados que compartilham uma nação (Coreia do Norte e Coreia do Sul), e nações que compartilham um Estado (suecos na Suécia e na Finlândia, irlandeses na Irlanda e no Reino Unido, talvez sérvios, croatas e muçulmanos bósnios em uma futura Bósnia-Herzegovina). O que fica claro é que cidadania não corresponde a nacionalidade, pelo menos não a nacionalidade exclusiva, pois os catalães sentem-se, antes de mais nada, catalães. No entanto, ao mesmo tempo, declararam-se, em sua maioria, também espanhóis, e até mesmo europeus. Desta forma, equiparar nações e Estados ao binômio Estado-Nação, a menos que isso seja realizado em um determinado contexto histórico, torna-se uma contradição diante do exame dos registros de longo prazo estruturados em perspectiva global. Parece que a reação racionalista (marxista ou quaisquer outras) ao idealismo alemão (Herder, Fichte) e à hagiografia nacionalista francesa (Michelet, Renan) obscureceu a compreensão da “questão nacional”, causando espanto e admiração quando confrontada ao poder e à influência do nacionalismo no final deste século.

Dois fenômenos, conforme ilustrados nesta seção, parecem caracterizar o período histórico atual: primeiro, a desintegração de Estados plurinacionais que tentam preservar sua total soberania ou negar a pluralidade de seus ele-

mentos constitutivos nacionais. Nessa categoria encontram-se a extinta União Soviética, a antiga Iugoslávia, a antiga Etiópia, Tchecoslováquia e talvez no futuro, o Sri Lanka, Índia, Indonésia, Nigéria e outros países. O resultado de tal desintegração é a formação de quase-Estados-Nação. Eles podem ser chamados de Estado-Nação porque apresentam os componentes de soberania com base em uma identidade nacional constituída historicamente (por exemplo, a Ucrânia), mas recebem o qualificativo “quase” em razão do conjunto inextricável de relações com sua matriz histórica, que os força a compartilhar da soberania com o Estado anterior ou com uma configuração mais ampla (por exemplo, a CEI e as repúblicas do Leste europeu associadas à União Européia). Segundo, observamos o desenvolvimento de nações que ficam no limiar da condição de Estado, porém forçam o Estado a que estão integradas a se adaptar, e a ceder parte de sua soberania, como é o caso da Catalunha, do País Basco, de Flandres, Valônia, Escócia, Quebec e, provavelmente, do Curdistão, Kashmir, Punjab ou Timor Leste. Chamo tais entidades de *quase Estados nacionais*, por não constituírem Estados completamente formados, mas conquistarem uma parcela de autonomia política com base em sua identidade nacional.

Os atributos que reforçam a identidade nacional nesse período histórico variam, porém, em todos os casos, pressupõem uma história compartilhada ao longo do tempo. *Lançaria a hipótese de que a língua, principalmente uma língua plenamente desenvolvida, constitui um atributo fundamental de auto-reconhecimento, bem como de estabelecimento de uma fronteira nacional invisível em moldes menos arbitrários que os da territorialidade, e menos exclusivos que os da etnia.* Isso se deve ao fato de que, sob uma perspectiva histórica, a língua estabelece o elo de ligação entre a esfera pública e a privada, e entre o passado e o presente, independentemente do efetivo reconhecimento de uma comunidade cultural pelas instituições do Estado. Não obstante o fato de Fichte ter-se valido desse argumento para criar o pangermanismo, o registro histórico não deve ser descartado. Há também uma forte razão para o surgimento do nacionalismo em nossas sociedades com base na língua. Se, na maioria das vezes, o nacionalismo representa uma reação contra ameaças a uma determinada identidade autônoma, em um mundo submetido à ideologia da modernização e ao poder da mídia global, a língua, como expressão direta da cultura, torna-se a trincheira da resistência cultural, o último bastião do autocontrole, o reduto do significado identificável. *Nesse sentido, as nações não parecem “comunidades imaginadas” construídas a serviço dos aparatos de poder.* Em vez disso, são produzidas pelos esforços de uma história com-

partilhada, e discutidas nas imagens das línguas comunais cuja primeira palavra é *nós*, a segunda é *nos* e, infelizmente, a terceira é *eles*.

X ~~com elas~~ A desagregação étnica: raça, classe e identidade na sociedade em rede

Vejo 100 negros... Vejo você aprisionado. Vejo você enjaulado. Vejo você domado. Vejo você sofrendo. Vejo você enfrentando. Vejo você brilhando. Vejo você querendo. Vejo você precisando. Vejo você desrespeitado. Vejo você Sangue. Vejo você Aleijado. Vejo você Irmão. Vejo você sóbrio. Vejo você amado. Vejo você paz. Vejo você em casa. Vejo você ouvir. Vejo você amar. Vejo você nas coisas. Vejo você com fé. Vejo você consciente. Vejo você desafiado. Vejo você mudar. Vejo você. Vejo você. Vejo você... Definitivamente quero ser você.

Peter J. Harris, “Hino de Louvor aos Irmãos Anônimos”¹²⁵

Você também quer? De verdade? Ao longo da história da humanidade, a etnia sempre foi uma fonte fundamental de significado e reconhecimento. Trata-se de uma das estruturas mais primárias de distinção e reconhecimento social, como também de discriminação, em muitas sociedades contemporâneas, dos Estados Unidos à África subsaariana. Ela foi, e é, a base para o surgimento de revoltas na luta por justiça social, como no caso dos índios mexicanos em Chiapas em 1994, ou do princípio irracional de purificação étnica, como o praticado pelos sérvios na Bósnia em 1994. Além disso, consiste, em grande medida, na base cultural que induz a formação de redes e a realização de transações lastreadas na confiança no novo mundo dos negócios, desde as redes comerciais chinesas (volume I, capítulo 3) até as “tribos” étnicas que determinam o sucesso na nova economia global. De fato, segundo Cornel West: “Nessa era de globalização, com suas fantásticas inovações científicas e tecnológicas em informática, comunicações e tecnologia aplicada, o enfoque nos efeitos remanescentes do racismo parece antiquado e desatualizado... Contudo, a raça — na linguagem cifrada da reforma previdenciária, política de imigração, penas criminais, ação afirmativa e privatização suburbana — permanece como um dos principais significantes no debate político”.¹²⁶ Entretanto, se a raça e a etnia são questões fulcrais — para a dinâmica da sociedade norte-americana, e também de outras sociedades — suas formas de manifestação parecem ser profundamente alteradas pelas atuais tendências societais.¹²⁷ Sustento a idéia de que, embora a questão racial seja importante, e provavelmente mais do que

nunca uma fonte de opressão e discriminação,¹²⁸ a etnia vem sendo especificada como fonte de significado e identidade, a ser integrada não com outras etnias, mas de acordo com princípios mais abrangentes de autodefinição cultural, como religião, nação ou gênero. A fim de apresentar os argumentos em defesa dessa hipótese, farei uma breve explanação da evolução da identidade afro-americana nos Estados Unidos.

As condições da realidade contemporânea dos afro-americanos têm sido transformadas nas últimas três décadas por um fenômeno fundamental: sua profunda divisão em termos de classes sociais, conforme demonstrado no trabalho pioneiro de Williams Julius Wilson,¹²⁹ cujas implicações fragmentaram definitivamente o modo pelo qual os Estados Unidos vêem os afro-americanos e, sobretudo, a imagem que os afro-americanos têm de si mesmos. Tomando por base o grande volume de pesquisas da década passada, a tese de Wilson, bem como seu desenvolvimento, aponta para uma impressionante polarização entre os afro-americanos. De um lado, estimulada pelo movimento em defesa dos direitos civis dos anos 60, uma classe média afro-americana numerosa, bem-educada e com uma vida relativamente confortável surgiu, graças principalmente a programas de ação afirmativa, fazendo incursões significativas na estrutura de poder político, ocupando postos importantes nas prefeituras e até mesmo o comando do Estado-Maior e, em certa medida, ingressando no mundo empresarial. Atualmente, cerca de um terço dos afro-americanos faz parte da classe média norte-americana, embora os homens, diferentemente das mulheres, ganhem ainda bem menos que profissionais brancos exercendo a mesma função. De outro lado, cerca de um terço de afro-americanos, inclusive 45% de crianças afro-americanas que vivem em condições de pobreza ou miséria, estão em situação bem pior nos anos 90 do que nos anos 60. Wilson, juntamente com outros pesquisadores, como Blakely e Goldsmith, ou ainda Gans, atribui a formação dessa “subclasse” ao efeito combinado de uma economia da informação com grandes desigualdades, segregação espacial e política governamental mal conduzida. O crescimento de uma economia da informação dá ênfase à educação e reduz a disponibilidade de empregos estáveis que exijam habilidade manual, colocando os negros em desvantagem quando do ingresso no mercado de trabalho. Os negros de classe média saem dos centros das cidades, deixando para trás, encravadas, as massas representadas pelos pobres moradores das áreas urbanas. Para fechar o círculo, a nova elite política negra consegue obter o apoio desses eleitores de baixa renda enquanto possa oferecer-lhes programas sociais, o que é uma função do grau de preocupação, tanto moral como político, que a população negra urbana de

baixa renda representa para a maioria branca. Portanto, a nova liderança política negra está baseada em sua capacidade de atuar como intermediária entre o mundo empresarial, o estabelecimento político e os pobres confinados a guetos, cujos atos são imprevisíveis. Numa faixa intermediária situada entre esses dois grupos, o último terço dos afro-americanos luta para não cair no inferno da pobreza, dependendo desmedidamente de empregos dos setores público e de serviços, e dos programas de treinamento vocacional e educacional para aprendizado de algumas habilidades que garantam a sobrevivência em uma economia desindustrializada.¹³⁰ O castigo para os que não são bem-sucedidos nessa estrutura é cada vez mais atroz. Em 1992, dos negros homens, moradores do centro das cidades e com um nível educacional insatisfatório, pouco menos de um terço tinha empregos de período integral. E mesmo entre os empregados, 15% estavam abaixo dos níveis que caracterizam a pobreza. Em 1995, a média de renda dos 20% de negros mais pobres foi exatamente zero. Um terço dos negros de baixa renda vivem em condições de moradia abaixo dos padrões aceitáveis, o que quer dizer, entre outros critérios, “em que se evidencia a existência de ratos”. A relação entre o índice de criminalidade urbana e o de criminalidade nas áreas suburbanas das cidades norte-americanas, em que o poder aquisitivo é maior, aumentou de 1,2 para 1,6 entre 1973 e 1992. E, evidentemente, os moradores do centro das cidades são os que mais sofrem as consequências dessa criminalidade. Além disso, a população negra do sexo masculino está mais sujeita à prisão, ou vive sob controle do sistema penal (aguardando julgamento em liberdade condicional). Embora os negros representem cerca de 12% da população norte-americana, na década de 90, respondem por mais de 50% do total de detentos.¹³¹ A taxa global de encarceramento de negros norte-americanos em 1990 foi de 1.860 por 100 mil, isto é, 6,4 vezes maior que a dos brancos. E ao contrário do que possa parecer, os afro-americanos têm melhor nível educacional, mas em 1993, 23 mil negros do sexo masculino receberam diploma de faculdade, enquanto 2,3 milhões foram presos.¹³² Se acrescentarmos a esse número todos os indivíduos sob vigilância do sistema penal nos Estados Unidos em 1996, chegamos a 5,4 milhões de pessoas. Em 1991, os negros representavam 53% do total de detentos.¹³³ As taxas de encarceramento e vigilância são bem mais elevadas entre os negros de baixa renda, e assustadoras entre jovens negros do sexo masculino. Em cidades como Washington DC, para os grupos da faixa etária entre 18 e 30 anos, a maioria dos negros do sexo masculino está presa ou em liberdade condicional. As mulheres e as famílias têm de se adaptar a essa realidade. É necessário que o argumento preconceituoso da ausência do homem na família afro-americana

de baixa renda leve em consideração o fato de que muitos desses homens passam uma parte considerável de suas vidas na cadeia, de modo que as mulheres precisam estar preparadas para criar os filhos por conta própria, ou assumir inteira responsabilidade pela decisão de ter filhos.

Todos esses são fatos já bem conhecidos, cujas raízes sociais no novo contexto econômico e tecnológico procurarei abordar no volume III. Nesse ponto da análise, entretanto, atendo-me às consequências dessa profunda divisão na transformação da identidade afro-americana.

Para compreender essa transformação, que vem ocorrendo desde a década de 60, devemos retornar às origens históricas dessa identidade: conforme argumenta Cornel West, os negros nos Estados Unidos são precisamente africanos e americanos. Sua identidade foi constituída a partir de um povo seqüestrado e escravizado, sob controle da sociedade mais livre da época. Assim, para que pudesse conciliar a evidente contradição entre os ideais de liberdade e a economia escravocrata, os Estados Unidos tiveram de negar a condição humana dos negros, pois em uma sociedade fundada nos princípios de que “todos os homens são iguais”, a liberdade somente poderia ser negada aos não-humanos. Nas palavras de Cornel West: “Esse ataque impiedoso à condição humana dos negros gerou os princípios fundamentais da cultura negra — o da *invisibilidade* e da *anonimidade*”.¹³⁴ Portanto, a cultura negra, de acordo com a análise de Cornel, teve de aprender a conviver com essa negação sem que se permitisse cair na auto-aniquilação. Conseguiu. Das canções às artes, das igrejas da comunidade às irmandades, a sociedade negra emergiu, imbuída de uma profunda noção de significado coletivo, que não se perdeu durante o êxodo rural maciço para os guetos do norte, traduzida em uma extraordinária criatividade nas artes, na música e na literatura, e em um movimento político poderoso e multifacetado, cujos sonhos e potenciais foram personificados em Martin Luther King Jr. nos anos 60.

Todavia, a divisão fundamental introduzida entre os negros pelo sucesso parcial do movimento em defesa dos direitos civis tem transformado esse cenário cultural. Como exatamente? À primeira vista, poderíamos imaginar que a classe média negra, apoiada em sua relativa afluência econômica e influência política, pudesse ser assimilada à sociedade como um todo, constituindo uma nova identidade, como afro-americanos, e conquistando uma posição semelhante à dos ítalo-americanos ou dos sino-americanos. Afinal, os sino-americanos, após terem sido muito discriminados durante a maior parte da história da Califórnia, lograram alcançar um respeitável *status* social nos últimos anos. Nessa perspectiva, os afro-americanos poderiam tornar-se outro segmento dis-

tintivo na “colcha de retalhos” étnica da sociedade norte-americana. Por outro lado, ao mesmo tempo, os elementos pertencentes à “subclasse” tornar-se-iam mais pobres que os negros.

Essa tese de dupla evolução cultural, porém, parece cair por terra diante de alguns dados disponíveis. Um minucioso estudo de Jennifer Hochschild sobre a transformação cultural dos negros e dos brancos na relação de ambos com o “Sonho Americano” de oportunidades iguais e capacidade de ascensão social revela exatamente o contrário.¹³⁵ Os negros de classe média são precisamente os que se sentem mais frustrados com a desilusão com o Sonho Americano, sentindo-se completamente discriminados pela permanência do racismo, enquanto a maioria dos brancos acredita que os negros estão sendo favorecidos demais pelas políticas de ação afirmativa, reclamando de discriminação invertida. Por outro lado, embora totalmente conscientes do racismo, os negros de baixa renda parecem acreditar mais no Sonho Americano do que os negros de classe média e, sob qualquer hipótese, são mais fatalistas e/ou individualistas em relação a seu destino (“sempre foi assim”). Contudo, uma perspectiva temporal na evolução das pesquisas de opinião parece indicar que também os negros de baixa renda estão perdendo o pouco que tinham de confiança no sistema. O principal fato claramente destacado pelo trabalho de Hochschild ao analisar um grande volume de informações de caráter empírico é que, de modo geral, os afro-americanos afluentes não se sentem bem-vindos na sociedade como um todo. Realmente, não são bem aceitos. Não só a hostilidade racial entre os brancos continua sendo uma constante, como as conquistas dos negros do sexo masculino de classe média ainda os colocam em uma posição bem inferior à dos brancos em termos de educação, profissão e nível de renda, conforme demonstrado por Martin Carnoy.¹³⁶

Portanto, raça é um fator muito importante.¹³⁷ Ao mesmo tempo, a divisão de classes entre os negros tem criado condições de vida fundamentalmente tão distintas que se tem gerado uma hostilidade cada vez maior entre os negros de baixa renda contra os irmãos que os abandonaram.¹³⁸ A maioria dos negros de classe média se esforça para se afastar não só da realidade do gueto mas também do estigma lançado sobre eles por causa da cor de sua pele a partir do projeto decadente do gueto. Eles conseguem esse afastamento principalmente ao isolarem os filhos das comunidades negras de baixa renda (mudando-se para os subúrbios, isto é, áreas mais abastadas, integrando-os a colégios particulares onde predominam brancos), ao mesmo tempo reinventando uma identidade afro-americana que revive os temas do passado, africano ou norte-americano, e se cala diante do peso do presente.

Paralelamente, os guetos do final do milênio vêm desenvolvendo uma nova cultura, composta de aflições, raiva e reação individual contra a exclusão coletiva, em que a negritude importa menos que as situações de exclusão que geram novas formas de vínculo, por exemplo, gangues territoriais, nascidas nas ruas e consolidadas pelo entra-e-sai das prisões.¹³⁹ O rap, e não o jazz, é o produto dessa nova cultura, que também expressa uma identidade, também está fundada na história negra e na longa tradição norte-americana de racismo e opressão social, no entanto incorpora novos elementos: a polícia e o sistema penal como instituições centrais, a economia do crime como o chão de fábrica, as escolas como área de conflito, as igrejas como redutos de conciliação, famílias madrecêntricas, ambientes depauperados, organização social baseada em gangues, uso de violência como meio de vida. São esses os novos temas da nova arte e literatura negra nascidos da nova experiência do gueto.¹⁴⁰ Mas de forma alguma se trata da mesma identidade formada pela classe média afro-americana por meio da cuidadosa reconstrução da condição humana da raça.

Mesmo aceitando-se sua cisão cultural, ambos os conjuntos de identidades enfrentam o que parecem ser dificuldades insuperáveis em sua constituição. Isso acontece, no caso dos afro-americanos afluentes, em decorrência da seguinte contradição:¹⁴¹ ao sentirem a rejeição por parte do racismo institucional, só lhes resta como alternativa de integração à sociedade norte-americana como um todo assumir a condição de líderes de sua própria raça, tais como os “Dez Eleitos” de que fala Du Bois, o principal intelectual negro da virada do século, como os salvadores absolutamente necessários da “raça negra”, bem como de todas as raças.¹⁴² Entretanto, a divisão social, econômica e cultural entre os “Dez Eleitos” e uma crescente e significativa parcela da América negra é tamanha que, ao desempenhar tal papel, eles teriam de negar a si mesmos, e a seus filhos, para tornarem-se parte de uma coalizão multirracial, visando uma transformação social progressiva e compreendendo várias classes. Em seu esplêndido livro acerca dessa questão, Henry Louis Gates Jr. e Cornel West parecem acreditar que, se por um lado, não há outra alternativa, por outro, eles têm sérias dúvidas quanto à viabilidade dessa alternativa. Gates: “A verdadeira crise da liderança negra é que a própria idéia de liderança negra está em crise”.¹⁴³ West:

Uma vez que uma aliança multiracial entre membros da classe média progressista, liberais da elite empresarial e a força subversiva das bases constitui o único meio pelo qual alguma forma de “prestação de contas” democrática e radical será capaz de redistribuir recursos e riquezas e reestruturar a econo-

mia e o governo para que todos possam se beneficiar, os esforços secundários e isolados dos Dez Eleitos no século XXI, ainda que significativos, serão lamentavelmente inadequados e altamente frustrantes.¹⁴⁴

Sem dúvida. O próprio Du Bois trocou os Estados Unidos por Gana em 1961 porque, nas palavras dele, “Simplesmente não aguento mais o tipo de tratamento reservado a nós nesse país... Mantenha a cabeça erguida, lute, mas reconheça que os negros norte-americanos simplesmente não podem vencer”.¹⁴⁵

Será que o fracasso na conquista da integração completa levou ao ressurgimento do movimento separatista negro nos Estados Unidos? Seria esta a nova base para a identidade, diretamente relacionada aos movimentos radicais dos anos 60, conforme observado no caso dos *Panteras Negras*? Parecia que sim, ao menos entre os jovens militantes, se nos detivéssemos ao culto renovado a Malcolm X, a influência crescente da nação islâmica de Farrakhan ou, ainda, o impacto extraordinário da Marcha de Um Milhão de Homens em Washington DC, organizada em torno da redenção, da moral e do orgulho do homem negro. Entretanto, essas novas manifestações de identidade político-cultural revelam uma cisão ainda mais profunda entre os afro-americanos, que na verdade são culturalmente organizados com base em princípios de auto-identificação, não de cunho étnico, mas religioso (Islã, igrejas das comunidades negras), além de serem profundamente marcados pelo gênero (orgulho e responsabilidade masculinos, subordinação das mulheres). O impacto da Marcha de Um Milhão de Homens e seus previsíveis desdobramentos no futuro atravessam as diferentes classes sociais, contudo diminuem a força da identidade afro-americana com base no gênero e tornam praticamente indistintos os limites entre a auto-identificação racial, religiosa e de classe. Em outras palavras, esse impacto não está fundado na identidade, mas sim no reflexo de uma identidade que está desaparecendo. Como é possível admitir que, em uma sociedade que a todo minuto lembra os negros de sua condição de negros (e portanto de ser humano diferente e estigmatizado, oriundo, numa longa jornada, de uma condição não-humana), os próprios negros estejam passando por experiências de vida tão distintas, a ponto de não serem capazes de compartilhar, portando-se, ao invés disso, de forma cada vez mais violenta contra outros negros? É justamente esse anseio pela comunidade perdida que está surgindo na América negra dos anos 90 — talvez porque o golpe mais profundo infligido nos afro-americanos na década passada tenha sido a perda gradual da identidade coletiva, resultando em uma “deriva” individual ao mesmo tempo marcada por um estigma coletivo.

Não se trata de um processo necessário. Os movimentos sociopolíticos como a “Coalizão do Arco-Íris” de Jessie Jackson, entre outros, continuam envidando esforços enormes para reunir igrejas negras, minorias, comunidades, sindicatos e mulheres negras sob uma única bandeira na luta política por justiça social e igualdade racial. Contudo, trata-se de um processo de construção de identidade política que somente seria capaz de criar uma identidade cultural coletiva, necessariamente nova tanto para brancos como para negros, mantidas as diferenças históricas e culturais, se fosse totalmente bem-sucedidos a longo prazo. Cornel West, embora reconhecendo a existência de uma “esperança não de todo desesperada, porém cheia de desesperança”, clama por uma “democracia radical” que transcenda as divisões raciais e o nacionalismo negro.¹⁴⁶ No entanto, nas trincheiras dos guetos e nas diretorias das empresas, a identidade histórica afro-americana está se fragmentando e se individualizando, sem estar contudo integrada a uma sociedade aberta e multirracial.

Diante do exposto, proponho a hipótese de que a etnia não fornece as bases para os paraísos comunais da sociedade em rede por estar fundamentada nos vínculos primários que perdem o sentido, quando extraídos de seu contexto histórico, como base para a reconstrução do significado em um mundo de fluxos e redes, de novas combinações de imagens e novas atribuições de sentidos. As matérias-primas étnicas estão integradas nas comunas culturais que são mais fortes e possuem uma definição mais ampla que a etnia, tais como a religião e o nacionalismo, na qualidade de expressões de autonomia cultural em um mundo de símbolos. Ou, ainda, a etnia passa a tornar-se a base para a construção de trincheiras defensivas, territorializadas em comunidades locais, ou mesmo sob a forma de gangues, na luta por seu próprio espaço. Em meio a comunas culturais e unidades territoriais de autodefesa, as raízes étnicas são distorcidas, divididas, reprocessadas, misturadas, estigmatizadas ou recompensadas de maneiras distintas, de acordo com uma nova lógica de informacionalização/globalização de culturas e economias que produzem compostos simbólicos a partir de identidades não claramente discerníveis. Raça é um fator muito importante, mas dificilmente se pode dizer que seja ainda capaz de construir significados.

Identidades territoriais: a comunidade local

→ Um dos mais antigos debates da sociologia urbana diz respeito ao desaparecimento da comunidade, primeiro em razão da urbanização, e depois por

causa da suburbanização.¹⁴⁷ Pesquisas fatuais realizadas há algum tempo, mais notadamente por Claude Fischer e Barry Wellman,¹⁴⁷ parecem ter refutado a noção simplista de uma covariação sistemática entre espaço e cultura. As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre seus vizinhos. Por outro lado, identidades locais entram em intersecção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas. Assim, onde Etzioni, nos últimos anos, vê o ressurgimento da comunidade basicamente estabelecida no âmbito local, Putnam observa o desmoronamento da visão tocquevilliana que apostava em uma sociedade civil extremamente ativa nos Estados Unidos, decorrente da queda significativa nos anos 80 da participação e atividades realizadas em associações de trabalho voluntário.¹⁴⁸ Relatórios provenientes de outras regiões do mundo revelam estimativas igualmente conflitantes. Contudo, não creio que seja impreciso afirmar que ambientes locais, *per se*, não induzem um padrão específico de comportamento ou, ainda, justamente por isso, uma identidade distintiva. O provável argumento dos autores comunitaristas, coerente com minha própria observação intercultural, é que as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações cunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal. Apresento a hipótese de que, para que isso aconteça, faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários), pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido.

Tenho certo conhecimento sobre esse assunto, dedicando uma década de minha vida ao estudo dos movimentos sociais urbanos no mundo todo.¹⁴⁹ Em um resumo de meus levantamentos e da literatura pertinente a essa questão, sugeri que os movimentos urbanos (processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos) estariam voltados a três conjuntos de metas principais: necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; e conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos. Esses três conjuntos foram combinados em diferentes proporções pelos diversos movimentos sociais e os resultados obtidos foram, naturalmente, distintos. Contudo, em muitos casos, independentemente das conquistas mais evidentes do movimento, sua própria existência já pro-

duziu algum significado, não apenas para os atores sociais, mas para toda a comunidade. E isso vale não só para o período de duração do movimento (normalmente curto), mas para a memória coletiva da comunidade. Com efeito, argumentei, e ainda sustento essa opinião, que tal produção de significado é um elemento essencial das cidades, ao longo da História, pois o ambiente construído, bem como seu significado, são engendrados por um processo de conflito entre os interesses e valores de atores sociais antagônicos.

Acrescentei ainda a seguinte conclusão, referente ao momento histórico de minhas observações na ocasião (final dos anos 70, início dos 80), projetando contudo minha visão para o futuro: os movimentos urbanos estavam se tornando as principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionalismo. Isso ocorreu principalmente porque diante do fracasso dos movimentos e políticas pró-ativas (por exemplo, o movimento trabalhista, os partidos políticos) na luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, não restou outra alternativa ao povo senão render-se ou reagir com base na fonte mais imediata de auto-reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território. Assim, surgiu o paradoxo de forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo estruturado por processos cada vez mais globais. Houve a produção de significado e identidade: minha vizinhança, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu ambiente. Contudo, essa foi uma identidade defensiva, uma identidade de entrincheiramento no que se entende como conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável. Subitamente indefesas diante de um turbilhão global, as pessoas agarram-se a si mesmas: qualquer coisa que possuíssem, e o que quer que fossem, transformou-se em sua identidade. Em 1983, afirmei:

Os movimentos urbanos certamente abordam as verdadeiras questões de nosso tempo, embora não o façam na escala nem nos termos adequados a essa empresa. Entretanto, não há outra saída, pois tais movimentos representam a última reação à dominação e à exploração renovada nas quais nosso mundo se encontra submerso. São mais que um último baluarte simbólico e um grito desesperado: são sintomas de nossas próprias contradições, sendo portanto potencialmente capazes de superá-las... Eles produzem novos significados históricos — a ponto de fingir que constroem, sob a proteção das “muralhas” da comunidade local, uma nova sociedade que eles próprios reconhecem ser inatingível. E conseguem fazê-lo alimentando os embriões dos futuros movimentos sociais no universo das utopias locais que constroem para que nunca se rendam à barbárie.¹⁵⁰

E o que aconteceu desde aquela época até hoje? Evidentemente que a resposta, do ponto de vista empírico, é extraordinariamente variada, sobretudo se observarmos culturas distintas e diversas regiões do mundo.¹⁵¹ Contudo, para fins de análise, arriscaria reunir as principais trajetórias dos movimentos urbanos das décadas de 80 e 90 em quatro grandes grupos.

[Primeiro] em muitos casos, os movimentos urbanos e seus discursos, atores sociais e organizações, que se têm integrado na estrutura e na prática do governo local, direta ou indiretamente, por um sistema diversificado de participação dos cidadãos e de desenvolvimento da comunidade. Embora liquide os movimentos urbanos como fontes de alternativa de transformação social, essa tendência vem reforçando consideravelmente o governo local, oferecendo a possibilidade da existência do Estado local como exemplo significativo de reconstrução do controle político e do significado social. Voltarei a discutir essa tendência no capítulo 5, ao analisar a transformação global do Estado.

Segundo, as comunidades locais e suas respectivas organizações, que têm alimentado as bases de um movimento ambiental influente e amplamente difundido, principalmente nas áreas ocupadas pela classe média, bem como nos subúrbios, na *ex urbia* e em regiões interioranas urbanizadas (ver capítulo 3). De modo geral, contudo, esses movimentos apresentam uma natureza defensiva e reativa, preocupando-se exclusivamente com a conservação de seu próprio espaço e ambiente imediato, como, por exemplo, observa-se nos Estados Unidos na atitude do “não no meu quintal”, que rejeita, indiscriminadamente, o lixo tóxico, as usinas nucleares, os projetos de construção de casas populares, as prisões e as áreas destinadas a residências móveis. Procurarei estabelecer uma distinção importante no capítulo 3, em que estarei analisando o movimento ambiental, entre a busca pelo controle do espaço (reação defensiva) e a busca pelo controle do tempo, ou seja, pela preservação da natureza e do planeta para as futuras gerações, numa perspectiva de longo prazo, que adota o tempo cosmológico e rejeita o enfoque imediatista do desenvolvimento instrumentalista. As identidades que surgem a partir de ambas as perspectivas são bastante diferentes, pois espaços defensivos levam ao individualismo coletivo, e o controle do tempo, offensivo, abre a possibilidade de reconciliação entre cultura e natureza, apresentando uma nova filosofia de vida holística.

Fazendo, um grande número de comunidades de baixa renda em todo o mundo, que se engajou em um projeto de sobrevivência coletiva, como é o caso das cozinhas comunitárias que surgiram em Santiago do Chile ou Lima na década de 80. Seja em colônias de posseiros na América Latina e de imi-

grantes nas cidades do interior dos Estados Unidos, seja nas áreas habitadas pelas classes operárias nas cidades asiáticas, as comunidades construíram seus próprios “estados de bem-estar social” (na ausência de políticas governamentais responsáveis para fazê-lo) à base de redes de solidariedade e reciprocidade, não raro em torno das igrejas; sustentadas por organizações não-governamentais (ONGs) financiadas por recursos internacionais; e, às vezes, com o auxílio de intelectuais de esquerda. Essas comunidades locais organizadas têm desempenhado um papel fundamental na sobrevivência diária de uma parcela significativa da população urbana mundial, que se encontra no limiar da fome e da doença. Essa tendência pode ser exemplificada pela experiência das entidades comunitárias organizadas pela Igreja Católica em São Paulo na década de 80,¹⁵² ou pelas ONGs financiadas por recursos internacionais em Bogotá nos anos 90.¹⁵³ Na maioria desses casos, surge efetivamente uma identidade comunal, embora esta seja comumente incorporada à uma crença religiosa, a tal ponto que arriscaria dizer que esse tipo de comunalismo é, essencialmente, um comunalismo religioso, relacionado à consciência de ser o explorado e/ou o excluído. Assim, as pessoas que se organizam em torno de comunidades locais de baixa renda têm a oportunidade de se sentirem revitalizadas e reconhecidas como seres humanos, mediante a salvação conquistada por meio da religião.

Quarto, há ainda o lado mais sombrio desse processo no que diz respeito à evolução de movimentos urbanos, principalmente em áreas urbanas segregadas, uma tendência que previ há algum tempo:

Se os apelos dos movimentos urbanos não são atendidos, se os novos caminhos políticos permanecem fechados, se os novos movimentos sociais de maior representatividade (feminismo, nova classe operária, autogerenciamento, comunicação alternativa) não se desenvolvem totalmente, então tais movimentos — utopias reativas que tentaram iluminar o caminho a que não tinham acesso — retornarão, mas, dessa vez, como sombras urbanas, ávidas por destruir as muralhas cerradas de sua cidade cativa.¹⁵⁴

Felizmente, o fracasso não foi completo, e a manifestação diversificada das comunidades locais organizadas efetivamente proporcionaram rumos alternativos para a reforma, sobrevivência e auto-identificação, a despeito da ausência de movimentos sociais de maior porte capazes de articular transformações na nova sociedade emergente nas últimas duas décadas. Não obstante, políticas austeras de ajuste econômico na década de 80, uma crise generalizada de legitimidade política, e o impacto do poder de exclusão exercido pelo es-

ço dos fluxos sobre o espaço de lugares (ver volume I), tiveram sua parcela de contribuição na vida e organização social das comunidades locais de baixa renda. Nas cidades norte-americanas, as gangues surgiram como uma das principais formas de associação, trabalho e identidade para centenas de milhares de jovens. De fato, conforme demonstrado por Sanchez Jankowski em seu estudo pioneiro e bastante abrangente,¹⁵⁵ as gangues desempenham um papel estrutural em diversas áreas, o que explica os sentimentos ambíguos dos moradores locais em relação a elas, por um lado temerosos mas, por outro, capazes de se relacionarem com a sociedade das gangues de forma mais bem-sucedida que com as instituições oficiais, que normalmente se fazem presentes apenas em suas manifestações de repressão. Sob hipótese alguma as gangues, ou seu equivalente funcional, estão restritas à realidade norte-americana. As *pandillas* existentes na maioria das cidades latino-americanas constituem um elemento fundamental de sociabilidade entre as populações de baixa renda, sendo que o mesmo acontece em Jacarta, Bangcoc, Manilla, Mantes-la-Jolie (Paris) ou Meseta de Orcasitas (Madri). As gangues são velhas conhecidas de diversas sociedades, principalmente nos Estados Unidos (conforme narrado em *Street Corner Society*, de William White). Entretanto, há algo de novo nas gangues dos anos 90, caracterizando a construção da identidade como o espelho distorcido da cultura informacional. É o que Magaly Sanchez e Yves Pedrazzini, com base em seus estudos sobre os “malandros” de Caracas, denominam *cultura da urgência*.¹⁵⁶ Trata-se de uma cultura em que a perspectiva do fim da própria existência é uma constante, embora não seja uma cultura de negação, mas de celebração da vida. Assim, tudo tem de ser experimentado, sentido, vivenciado, conquistado, antes que seja tarde demais, pois não existe amanhã. Será que isso é tão diferente da cultura do narcisismo consumista à moda de Lasch? Será que os malandros de Caracas, ou de qualquer outra parte do mundo, foram mais rápidos do que nós na compreensão dos verdadeiros elementos constitutivos da nova sociedade? Será que a identidade da nova gangue é a cultura do hiperindividualismo comunal? Individualismo porque, na cultura da recompensa imediata, somente o indivíduo pode ser o padrão de medida. Comunalismo porque, para que esse hiperindividualismo se torne uma identidade — quer dizer, para que seja socializado como um valor, não só como uma forma de consumir-se a si próprio absolutamente sem sentido — necessita de um ambiente de valorização e apoio mútuo: uma comuna, como nos tempos de White. Contudo, ao contrário da comuna de White, está pronta para explodir a qualquer momento, é uma comuna do fim dos tempos, do tempo intemporal, que caracteriza a sociedade em rede. E ela efetivamente existe e explode,

territorialmente. As culturas da urgência locais são o contraponto da intemporalidade global.

//Enfim, as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos.//

Conclusão: as comunas culturais da era da informação

A transformação de nossa cultura e de nossa sociedade teria de ocorrer em diversos níveis. Caso ocorresse só nas mentes dos indivíduos (como, em certa medida, já aconteceu) não teria força alguma. Se partisse exclusivamente da iniciativa do Estado, seria tirânica. A transformação pessoal em múltiplos níveis é essencial, e não deve ocorrer apenas em termos de consciência, mas implicar ação individual. Contudo, os indivíduos necessitam do apoio de grupos que carreguem consigo uma tradição moral capaz de reforçar suas próprias aspirações.

Robert Bellah *et al.*, *Habits of the Heart*¹⁵⁷

Nossa jornada intelectual pelas paisagens comunais nos fornecem algumas respostas preliminares às perguntas formuladas no início desse capítulo sobre a construção da identidade na sociedade em rede.

Para os atores sociais excluídos ou que tenham oferecido resistência à individualização da identidade relacionada à vida nas redes globais de riqueza e poder, as comunas culturais de cunho religioso, nacional ou territorial parecem ser a principal alternativa para a construção de significados em nossa sociedade. Essas comunas culturais são caracterizadas por três principais traços distintivos. Aparecem como reação a tendências sociais predominantes, às quais opõem resistência em defesa de fontes autônomas de significado. Desde o princípio, constituem identidades defensivas que servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção contra um mundo externo hostil. São construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de auto-identificação: a comunidade de fiéis, os ícones do nacionalismo, a geografia do local.

A etnia, embora seja uma característica fundamental de nossas sociedades, especialmente como fonte de discriminação e estigma, não necessaria-

mente resulta no estabelecimento de comunas. Ao invés disso, muitas vezes a etnia é processada pela religião, pela nação e pelo território, cuja especificidade tende a reforçar.

A constituição dessas comunas culturais não é arbitrária, mas depende da forma de trabalhar a matéria-prima fornecida pela história, geografia, língua e ambiente. Assim, são comunidades construídas, porém materialmente construídas, em torno de reações e projetos determinados por fatores históricos e geográficos.

¶ Fundamentalismo religioso, nacionalismo cultural, comunas territoriais são, via de regra, reações defensivas. Representam formas de reação a três ameaças fundamentais, detectadas em todas as sociedades, pela maior parte da humanidade neste fim de milênio: à globalização, que dissolve a autonomia das instituições, organizações e sistemas de comunicação nos locais onde vivem as pessoas; à formação de redes e à flexibilidade, que tornam praticamente indistintas as fronteiras de participação e de envolvimento, individualizam as relações sociais de produção e provocam a instabilidade estrutural do trabalho, do tempo e do espaço; e à crise da família patriarcal, ocorrida nas bases da transformação dos mecanismos de criação de segurança, socialização, sexualidade e, consequentemente, de personalidades. Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espacos físicos, recorrendo à sua memória histórica. Quando o sustentáculo patriarcal da personalidade desmorona, as pessoas passam a reafirmar o valor transcendental da família e da comunidade como sendo a vontade de Deus. ¶

— Tais reações defensivas tornam-se fontes de significado e identidade ao construir novos códigos culturais a partir da matéria-prima fornecida pela história. Devido ao fato de que os novos processos de dominação aos quais as pessoas reagem estão embutidos nos fluxos de informação, a construção da autonomia tem de se fundamentar nos fluxos reversos de informação. Deus, a nação, a família e a comunidade fornecerão códigos eternos, inquebrantáveis, em torno dos quais uma contra-ofensiva será lançada contra a cultura da realidade virtual. A verdade eterna não pode ser virtualizada. Ela está incorporada em nós. Assim, contra a informacionalização da cultura, os corpos são informacionalizados. Quer dizer, os indivíduos carregam seus deuses no coração. Não raciocinam, acreditam. São a manifestação corpórea dos valores eternos de Deus e, como tal, não podem ser dissolvidos, perdidos em meio ao turbilhão dos fluxos de informação e das redes inter-organizacionais. É por isso

que a língua, bem como as imagens comunais, são tão essenciais para restabelecer a comunicação entre os corpos tornados autônomos, que escapam à dominação de fluxos desprovidos de história, ao mesmo tempo restaurando os padrões de comunicação repletos de significado entre os respectivos integrantes do processo.

Essa forma de construção de identidade gira essencialmente em torno do princípio da identidade de resistência, conforme definido no início deste capítulo. A identidade legitimadora parece ter entrado em uma crise estrutural, dada a rápida desintegração da sociedade civil herdada da era industrial e do desaparecimento gradativo do Estado-Nação, a principal fonte de legitimidade (ver capítulo 5). Com efeito, as comunidades culturais articuladoras da nova resistência surgem como fontes de identidade ao se dissociarem das sociedades civis e instituições do Estado de onde se originaram, como no caso do fundamentalismo islâmico, que rompe com a modernização econômica (Irã) e/ou com o nacionalismo de Estados árabes; ou, ainda, nos movimentos nacionalistas, desafiando o Estado-Nação e as instituições do Estado das sociedades em que surgiram. A negação das sociedades civis e das instituições políticas que deram origem às comunas culturais levam ao fechamento das fronteiras dessas comunas. Ao contrário das sociedades civis pluralistas e diversificadas, há muito pouca diferenciação interna nas comunas culturais. De fato, sua força, e sua capacidade de oferecer abrigo, isolamento, certeza e proteção, provém justamente de seu caráter comunal, de sua responsabilidade coletiva, em detrimento dos projetos individuais. Portanto, na primeira fase de reação, a (re)construção do significado por parte de identidades defensivas rompe com as instituições da sociedade, acenando com a promessa de reconstrução a partir das bases, ao mesmo tempo entrincheirando-se em um paraíso comunal.

É possível que, dessas comunas, novos sujeitos — isto é, agentes coletivos de transformação social — possam surgir, construindo novos significados em torno da identidade de projeto. Na verdade diria que, dada a crise estrutural da sociedade civil e do Estado-Nação, pode ser esta a principal fonte de mudança social no contexto da sociedade em rede. Como e por que novos sujeitos podem ser formados a partir dessas comunas culturais ereativas serão as questões principais para análise dos movimentos sociais na sociedade em rede, a serem desenvolvidas ao longo deste volume.

* Entretanto, já podemos adiantar algumas informações com base nas observações e discussões apresentadas neste capítulo. O surgimento de identidades de projeto de diferentes tipos não é uma necessidade histórica. É bem provável que a resistência cultural permaneça restrita às fronteiras das comunas.

Se tal hipótese for verdadeira, e quando e onde for verdadeira, o comunalismo fechará o círculo de seu fundamentalismo latente com base em seus próprios elementos, fomentando um processo que poderia transformar os “paraísos comunais” em “infernos celestiais”.

Notas

1. Citado por Spence (1996: 190-1).
2. Spence (1996: 172).
3. Cálhoun (1994: 9-10).
4. Giddens (1991). ~~✓~~
5. Lasch (1980).
6. Sennett (1986).
7. Anderson (1983); Gellner (1983).
8. Calhoun (1994: 17).
9. Buci-Glucksman (1978).
10. Etzioni (1993).
11. Scheff (1994: 281).
12. Touraine (1995: 29-30); traduzido para o inglês por Castells. ~~✓~~
13. Touraine (1992). ~~✓~~
14. Zaretsky (1994: 198). ~~✓~~
15. Giddens (1991: 53, 35, 32). ~~✗~~
16. Giddens (1991: 1, 5).
17. Marty e Appleby (1991).
18. Marty (1988: 20).
19. Marty e Appleby (1991: ix-x).
20. Marty (1988:22).
21. Vide também, Misztal e Shupe (1992a).
22. Rached Gannouchi, entrevista para *Jeune Afrique*, julho de 1990. Gannouchi é um dos principais intelectuais do movimento islâmico da Tunísia.
23. Hiro (1989); Balta (1991); Sisk (1992); Choueri (1993); Juergensmayer (1993); Dekmejian (1995).
24. Vide, por exemplo, Bassam Tibi (1988, 1992a); Aziz Al-Azmeh (1993); e Farhad Khosrokhavar (1995), entre outros.

25. Garaudy (1990).
26. Carre (1984); Choueri (1993).
27. Hiro (1989); Al-Azmeh (1993); Choueri (1993); Dekmejian (1995).
28. Oumilil (1992).
29. Citado por Hiro (1989: 63).
30. Corão, surah IV, v. 34 (trad. Abdullah Yusuf Ali, 1988). Vide Hiro (1989: 202) Delcroix (1995); Gerami (1996).
31. Tibi (1992b: 8).
32. Tibi (1992b: 5).
33. Gole (1995).
34. Al-Azmeh (1993: 31).
35. Piscatori (1986); Moen e Gustafson (1992); Tibi (1992a); Burgat e Dowell (1993); Juergensmayer (1993); Dekmejian (1995).
36. Tibi (1992b: 7).
37. Hiro (1989); Bakhash (1990); Esposito (1990); Khosrokhavar (1995).
38. Hiro (1989: 161).
39. Documentos oficiais veiculados pela imprensa, citados por Hiro (1989: 190).
40. Dados apresentados por Burgat e Dowell (1993).
41. Hiro (1989); Dekmejian (1995).
42. Balta (1991).
43. Sisk (1992).
44. Nair (1996).
45. Luecke (1993); Kepel (1995).
46. Mikulsky (1992).
47. Tibi (1992a, b); Gole (1995).
48. Khosrokhavar (1995: 249-50); traduzido para o inglês por Castells.
49. Schaeffer (1982: 122). Francis Schaeffer é um dos principais mentores do fundamentalismo cristão contemporâneo. O seu *Manifesto Cristão*, publicado em 1981 logo após sua morte, tornou-se o mais influente panfleto para o movimento antiaborto durante a década de 80 nos Estados Unidos.
50. Marsden (1980); Ammerman (1987); Misztal e Shupe (1992b); Wilcox (1992).
51. Lawton (1989); Moen (1992); Wilcox (1992).
52. Lienesch (1993: 1).
53. Simpson (1992: 26).
54. Zeskind (1986); Jelen (1989, 1991); Barron e Shupe (1992); Lienesch (1993); Riesebrodt (1993); Hicks (1994).

55. Lienesch (1993: 23).
56. Lienesch (1993: 23).
57. Beverly La Haye, citado em Lienesch (1993: 78).
58. Citado em Lienesch (1993: 56).
59. Edwin L. Cole, citado em Lienesch (1993: 63).
60. Beverly La Haye, citado em Lienesch (1993: 77).
61. Lienesch (1993: 77).
62. Hicks (1994).
63. Relatado por Pat Robertson e citado em Lienesch (1993: 40).
64. Citado por Lienesch (1993: 71).
65. Wilcox (1992).
66. Citado por Lienesch (1993).
67. Lienesch (1993: 10).
68. Wilcox (1992: 223).
69. Jelen (1991).
70. Misztal e Shupe (1992a: 8).
71. Lechner (1991: 276-7).
72. Lamberts-Bendroth (1993).
73. Rubert de Ventos (1994: 241); traduzido para o inglês por Castells.
74. Anderson (1983).
75. Gellner (1983: 56).
76. Gellner (1983: 87).
77. Hobsbawm (1992).
78. Hobsbawm (1992: 173-202).
79. Hooson (1994b: 2-3).
80. Eley e Suny (1996: 9).
81. Moser (1985); Smith (1986); Johnston *et al.* (1988); Touraine (1988); Perez-Argote (1989); Chatterjee (1993); Blas Guerrero (1994); Hooson (1994b); Rubert de Ventos (1994); Eley e Suny (1996).
82. Keating (1995).
83. Badie (1992).
84. Chatterjee (1993).
85. Panarin (1994/1996: 37).
86. Smith (1989/1996: 125).

87. Yoshino (1992: 1).
88. Deutsch (1953); Rubert de Ventos (1994).
89. Rubert de Ventos (1994: 139-200).
90. 1922, em *SSR vnutrennie protivorechiia*, Tchalidze Publications, 1987: 128, conforme citado por Carrere d'Encausse (1993:173).
91. Carrere d'Encausse (1993); Suny (1993).
92. Slezkine (1994).
93. Suny (1993: 101, 130).
94. Pipes (1954); Conquest (1967); Carrere d'Encausse (1987); Suny (1993); Slezkine (1994).
95. Singh (1982: 61).
96. Salmin (1992).
97. Kozlov (1988); Suny (1993); Slezkine (1994).
98. Granberg e Spehl (1989); Granberg (1993).
99. Carrere d'Encausse (1993: cap. 9).
100. Castells (1992b); Carrere d'Encausse (1993).
101. Carrere d'Encausse (1993); Starovoytova (1994).
102. Hooson (1994b); Lyday (1994); Stebelsky (1994); Khazanov (1995).
103. Twinning (1993); Panarin (1994); Khazanov (1995).
104. Carrere d'Encausse (1993: 234).
105. Suny (1993).
106. Hooson (1994a: 140).
107. Castells (1992b); Hobsbawm (1994).
108. Twinning (1993); Hooson (1994b).
109. Originalmente publicado em 1906; esta edição, 1978: 49-50.
110. Keating (1995).
111. 1986; citado em Pi (1996: 254).
112. Sobre fontes históricas, ver compêndio da história catalã em Vilar (1987-90) e a edição especial de *L'Avenc: Revista d'Historia* (1996). Ver também Vicens Vives e Llorens (1958); Vicens Vives (1959); Vilar (1964); Jutglar (1966); Sole-Tura (1967); McDonogh (1986); Rovira i Virgili (1988); Azevedo (1991); Garcia-Ramon e Nogue-Font (1994); Keating (1995); Salrach (1996).
113. Ferrer i Girones (1985).
114. Sole-Tura (1967).
115. Keating (1995).
116. Prat de la Riba (1894), citado por Sole-Tura (1967: 187); traduzido para o inglês por Castells.

117. Pujol (1995), citado em Pi (1996: 176); traduzido para o inglês por Castells.
118. Salrach (1996).
119. Puiggener i Riera *et al.* (1991).
120. Jutglar (1966).
121. Sole-Tura (1967).
122. Prat de la Riba (1906).
123. Keating (1995); Pi (1996); Trias (1996).
124. Ferrater Mora (1960: 120).
125. Extraído de Wideman e Preston (1995: xxi).
126. West (1996: 107-8).
127. Appiah e Gates (1995).
128. Wiewiora (1993); West (1995).
129. Wilson (1987).
130. Wilson (1987); Blakely e Goldsmith (1993); Carnoy (1994); Wacquant (1994); Gans (1995); Hochschild (1995); Gates (1996).
131. Tonry (1995: 59).
132. Gates (1996: 25).
133. Vide volume III, capítulo 2.
134. West (1996: 80).
135. Hochschild (1995).
136. Carnoy (1994).
137. West (1996).
138. Hochschild (1995); Gates (1996).
139. Sanchez Jankowski (1991, 1996).
140. Wideman e Preston (1995); Giroux (1996).
141. Hochschild (1995).
142. Gates e West (1996: 133).
143. Gates (1996: 38).
144. West (1996: 110).
145. Gates e West (1996: 111).
146. West (1996: 112).
147. Wellman (1979); Fischer (1982).
148. Etzioni (1993); Putnam (1995).
149. Castells (1983).

150. Castells (1983: 331).
151. Massolo (1992); Fisher e Kling (1993); Calderon (1995); Judge *et al.* (1995); Tanaka (1995); Borja e Castells (1996); Hsia (1996); Yazawa (no prelo).
152. Cardoso de Leite (1983); Gohn (1991).
153. Espinosa e Useche (1992).
154. Castells (1983: 327).
155. Sanchez Jankowski (1991).
156. Sanchez e Pedrazzini (1996).
157. Bellah *et al.* (1985: 286).

A outra face da Terra: movimentos sociais contra a nova ordem global

Seu problema é o mesmo que o de muita gente. Está relacionado à doutrina socioeconômica conhecida como “neoliberalismo”. Trata-se de um problema metateórico. É o que lhe digo. Você parte da premissa de que o “neoliberalismo” é uma doutrina. E tomando você como exemplo refiro-me a todos aqueles que acreditam em esquemas tão rígidos e quadrados como suas cabeças. Você acha que o “neoliberalismo” é uma doutrina capitalista criada para enfrentar crises econômicas que o capitalismo atribui ao “populismo”. Bem, na verdade o “neoclassicismo” não é uma teoria para explicar ou enfrentar crises. Ao invés disso, é a própria crise, transformada em teoria e doutrina econômica! Isso quer dizer que o “neoliberalismo” não tem a mínima coerência, muito menos planos ou perspectivas históricas. Em outras palavras, é pura baboseira teórica.

Durito, conversando com o subcomandante Marcos na Floresta de Lacandon, 1994¹

Globalização, informacionalização e movimentos sociais²

A globalização e a informacionalização, determinadas pelas redes de riqueza, tecnologia e poder, estão transformando nosso mundo, possibilitando a melhoria de nossa capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação. Ao mesmo tempo, estão privando as sociedades de direitos políticos e privilégios. À medida que as instituições do Estado e as organizações da sociedade civil fundamentam-se na cultura, história e geografia, a repentina aceleração do tempo histórico, aliada à abstração do poder em uma rede de computadores, vem desintegrando os mecanismos atuais de controle social e de representação política. À exceção de uma elite reduzida de *globopolitanos* (meio seres humanos, meio fluxos), as pessoas em todo o mundo se ressentem da perda do controle sobre suas próprias vidas, seu meio, seus empregos, suas economias, seus governos, seus países e, em última análise, sobre o destino do

planeta. Assim, segundo uma antiga lei da evolução social, a resistência enfrenta a dominação, a delegação de poderes reage contra a falta de poder, e projetos alternativos contestam a lógica inerente à nova ordem global, cada vez mais percebida pelas pessoas de todo o planeta como se fosse desordem. Contudo, tais reações e mobilizações, a exemplo do que freqüentemente ocorre na História, acontecem de forma pouco comum, agindo por meios inesperados. Este capítulo e o seguinte procuram explorar tais meios.

A fim de ampliar o alcance empírico de minha investigação, sem deixar de manter seu enfoque analítico, traçarei um paralelo entre três movimentos que se opõem explicitamente à nova ordem global dos anos 90, nascidos a partir de contextos culturais, econômicos e institucionais extremamente diferentes, e veiculados por ideologias profundamente contrastantes: os zapatistas em Chiapas, México; as milícias norte-americanas; e a *Aum Shinrikyo* (Verdade Suprema), uma seita japonesa.

No próximo capítulo, farei uma análise do movimento ambientalista, provavelmente o maior e o mais influente de nossos tempos. De forma própria, e pela dissonância criativa de suas múltiplas vozes, o ambientalismo também lança seu desafio à desordem ecológica global, ou seja, o risco de suicídio ecológico, provocado pelo desenvolvimento global desenfreado e pelo desencadeamento de forças tecnológicas sem precedentes sem que sua sustentabilidade social e ambiental tenha sido avaliada. Contudo, sua especificidade cultural e política e seu caráter de movimento social pró-ativo, e não reativo, sugerem um tratamento analítico diferenciado para o ambientalismo, que se distingue dos movimentos defensivos erigidos sobre trincheiras de identidades específicas.

Antes de passarmos à questão central propriamente dita, faz-se necessário apresentar três breves observações metodológicas necessárias à compreensão das análises a serem apresentadas nas próximas páginas.³

• Em primeiro lugar, *movimentos sociais* devem ser entendidos em seus próprios termos: em outras palavras, *eles são o que dizem ser*. Suas práticas (e sobretudo as práticas discursivas) são sua autodefinição. Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a “verdadeira” consciência dos movimentos, como se somente pudessem existir revelando as contradições estruturais “reais”. Como se, para vir ao mundo, tivessem necessariamente de carregar consigo essas contradições, da mesma forma que o fazem com suas armas e bandeiras. Uma linha de pesquisa diferente e necessária consiste em estabelecer a relação entre os movimentos, conforme definido por suas práticas, valores e discurso, e os processos sociais aos quais parecem estar associados, por exemplo, glo-

balização, informacionalização, crise da democracia representativa e predominância da política simbólica no espaço da mídia. Em minha análise, tentarei trabalhar em ambas as linhas: a caracterização de cada movimento, nos termos de sua própria dinâmica específica, e sua interação com os processos mais amplos que sustentam sua existência e se modificam justamente em função dessa existência. A importância que atribuo ao discurso de cada movimento estará refletida em meu texto. Durante a apresentação e análise dos movimentos em questão, procurarei manter-me bem próximo de suas *palavras*, não apenas de suas idéias, de acordo com os registros dos documentos nos quais baseei meu trabalho. Contudo, para poupar o leitor das minúcias das citações bibliográficas, optei por fornecer referências genéricas aos materiais dos quais foram obtidos o discurso dos movimentos, deixando a critério e interesse do leitor a consulta, nesses materiais, das palavras exatas aqui relatadas.

• Em segundo lugar, os movimentos sociais podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas, ou nenhuma delas. Afinal, concluímos (espero que em definitivo) que não existe uma direção predeterminada no fenômeno da evolução social, e que o único sentido da história é a história que nos faz sentido. Portanto, do ponto de vista analítico, não há movimentos sociais “bons” ou “maus”. Todos eles são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem ser determinados por meio de pesquisas. Assim, gosto dos zapatistas, não gosto das milícias norte-americanas, e fico horrorizado com a Verdade Suprema. Contudo, parto do princípio de que todos representam indícios significativos de novos conflitos sociais, germes de resistência social e, em alguns casos, de transformação social. Somente por meio de um olhar livre de opiniões preconcebidas sobre o novo cenário histórico é que seremos capazes de encontrar caminhos bem iluminados, abismos profundos e passagens ainda obscuras na nova sociedade que surge a partir das crises de nosso tempo.

◦ Em terceiro lugar, no intuito de ordenar, *grosso modo*, o enorme volume de material extremamente variado acerca dos movimentos sociais a serem examinados neste capítulo e nos seguintes, creio que seja apropriado incluí-los em categorias nos termos da tipologia clássica de Alain Touraine, que define movimento social de acordo com três princípios: a *identidade* do movimento, o *adversário* do movimento e a visão ou modelo social do movimento, que aqui denomino *meta societal*.⁴ Em minha adaptação (que acredito estar coerente com a teoria de Touraine), *identidade* refere-se à autodefinição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia. *Adversário* refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme expressamente declarado pelo

próprio movimento. *Meta* societal refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove.

Uma vez esclarecido o ponto de partida, iniciemos nossa viagem à outra face do planeta, que diz não à globalização que defende o capital e a informacionalização que ostenta a bandeira da tecnologia. E onde os sonhos do passado e os pesadelos do futuro coexistem num mundo caótico de paixões, generosidade, preconceito, medo, fantasia, violência, estratégias malsucedidas e golpes de sorte. Enfim, a humanidade.

Os três movimentos que selecionei para compreender a revolta contra a globalização têm objetivos, identidades, ideologias e meios de se relacionar com a sociedade extremamente distintos. O interesse pela comparação reside precisamente nesse aspecto, porquanto esses movimentos também têm como ponto comum a oposição declarada à nova ordem global, o adversário identificado em seu discurso e em suas práticas. Além disso, todos eles provavelmente causarão impactos significativos em suas respectivas sociedades, direta ou indiretamente. Os zapatistas já transformaram o México, provocando uma crise na política corrupta e desigualdade econômica predominantes no país, e ao mesmo tempo apresentando propostas de reconstrução democrática que vêm sendo amplamente discutidas no México e em todo o mundo. As milícias norte-americanas, o componente mais combativo de um movimento sociopolítico mais abrangente que se identifica como *Os Patriotas* (ou *falsos patriotas*, como é chamado por seus críticos), têm raízes muito mais profundas na sociedade norte-americana do que normalmente se costuma admitir, sendo capazes de produzir resultados significativos e imprevisíveis no cenário de tensão da política norte-americana, conforme discutirei adiante. A Verdade Suprema, embora permaneça na condição de culto marginal no Japão, tornou-se o centro das atenções da mídia e da opinião pública por mais de um ano (1995-96), manifestando-se como sintoma de feridas não expostas e conflitos mal resolvidos, por trás do véu de serenidade da sociedade japonesa. O argumento que procuro defender ao abordar tais movimentos tão distintos e tão expressivos é justamente a grande diversidade de fontes de resistência à nova ordem global. Juntamente com o lembrete de que a ilusão neoliberal do fim da História está ultrapassada, à medida que sociedades com Histórias altamente específicas vão tendo sua desforra contra a dominação dos fluxos globais.

Os zapatistas do México: o primeiro movimento de guerrilha informacional⁶

O Movimento Civil Zapatista opõe a solidariedade social ao crime organizado que tem suas origens no poder do dinheiro e no governo.

Manifesto do *Movimiento Civil Zapatista*, agosto de 1995

A novidade na história política mexicana foi a inversão do processo de controle contra todo e qualquer tipo de poder, com base na comunicação alternativa... A novidade trazida pelo conflito político de Chiapas foi o surgimento de diversos emissores de informações que interpretaram os eventos das mais diversas maneiras.

O fluxo de informações de domínio público que chegam à sociedade através da mídia e dos meios tecnológicos excede, e muito, os limites do controlável por estratégias convencionais de comunicação. Marcos deu sua opinião, a Igreja deu sua opinião, os jornalistas autônomos, as ONGs e os intelectuais, pessoas na floresta, na Cidade do México, nas capitais políticas e financeiras do mundo, todos deram sua opinião. Todas essas opiniões alternativas, veiculadas pela mídia livre, ou pela mídia fechada que sentiu o golpe da mídia livre, lançaram dúvidas quanto à forma de construção da “verdade”, além de terem suscitado uma enorme gama de opiniões, inclusive a partir do próprio regime político. A visão do poder tornou-se fragmentada.

Moreno Toscano, *Turbulencia politica*, p. 82

O México, a nação que gerou o protótipo da revolução social do século XX, é hoje palco de um protótipo da guerra informacional social e transnacional do século XXI.

Rondfeldt, Rand Corporation, 1995

No dia 1º de janeiro de 1994, data que marcou o início da vigência do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), cerca de 3 mil homens e mulheres integrantes do *Ejercito Zapatista de Liberacion Nacional*, levemente armados, assumiram o controle das principais cidades adjacentes à Floresta de Lacandon, no estado mexicano de Chiapas, região sul do país: San Cristobal de las Casas, Altamirano, Ocósingo e Las Margaritas. A maioria dos integrantes do grupo era de índios oriundos de diversos grupos étnicos, embora houvesse também *mestizos*, e alguns de seus líderes, especialmente seu porta-voz, o subcomandante Marcos, eram intelectuais de origem urbana. Os líderes cobriam o rosto com máscaras utilizadas por esquiadores. Quando o Exército Mexicano enviou reforços, as guerrilhas fizeram uma retirada muito bem organizada para o meio da floresta tropical. Contudo, algumas dezenas

deles, juntamente com civis e vários soldados e policiais, morreram durante o confronto ou foram sumariamente executados pelos soldados. O impacto do levante no México, bem como a simpatia generalizada que a causa zapatista imediatamente inspirou no país e em todo o mundo, convenceram o presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, a negociar. Em 12 de janeiro, Salinas anunciou um cessar-fogo unilateral, nomeando como seu “representante da paz” Manuel Camacho, respeitado político mexicano, então considerado seu provável sucessor, e recentemente afastado do governo após ter suas aspirações políticas frustradas por Salinas (ver minha análise acerca da crise política mexicana no capítulo 5). Manuel Camacho, juntamente com sua assessora intelectual de confiança, Alejandra Moreno Toscano, viajaram até Chiapas para encontrarem-se com o influente bispo católico Samuel Ruiz, e conseguiram dar início às negociações de paz com os zapatistas, que logo reconheceram o teor sincero do diálogo, embora tenham permanecido em alerta constante para evitar uma potencial repressão e/ou manipulação. Camacho leu aos rebeldes um texto em *tzotzil*, também veiculado pela mídia em *tzeltal* e *chol*: pela primeira vez na História um dos principais membros do governo mexicano reconhecia idiomas indígenas. Em 27 de janeiro foi assinado um acordo pelo qual se estabeleceu o cessar-fogo, foram libertados os prisioneiros de ambos os lados, e deu-se início a um processo de negociação voltado a uma discussão mais ampla sobre reforma política, direitos dos indígenas e reivindicações sociais.

Quem são os zapatistas?

Quem eram esses insurretos, até então desconhecidos ao resto do mundo, apesar de duas décadas de mobilizações maciças de camponeses nas comunidades de Chiapas e Oaxaca? Basicamente camponeses, a maioria índios *tzeltales*, *tzotziles* e *choles*, em geral oriundos das comunidades estabelecidas desde a década de 40 na floresta tropical de Lacandon, na fronteira com a Guatemala. Estas comunidades foram criadas com o apoio do governo na tentativa de solucionar a crise social provocada pela expulsão dos *acasillados* (camponeses sem terra que trabalham para os proprietários de terra) das *fincas* (fazendas) e ranchos pertencentes a grandes e médios proprietários, normalmente *mestizos*. Durante séculos, índios e camponeses foram explorados por colonizadores, burocratas e colonos. Por décadas, foram mantidos em um estado de total inseurança, pois as condições para assentamento mudavam continuamente, ao sabor dos interesses do governo e dos latifundiários. Em 1972, o presidente

Echeverria decidiu criar a “biorreserva” de Montes Azul e devolver a maior parte das terras cobertas por florestas a 66 famílias da tribo originalmente estabelecida em Lacandon, determinando assim a realocação de 4 mil famílias que se haviam reinstalado nesta área após terem sido expulsas das comunidades originais. Por trás das tribos de Lacandon e do repentino amor pela natureza estavam os interesses da companhia de reflorestamento Cofolasa, que contava com o apoio de uma empresa estatal de desenvolvimento, a NAFINSA, à qual foram concedidos os direitos de exploração da madeira. A maioria dos colonos recusou-se à realocação, o que serviu de estopim para uma luta de vinte anos pelo seu direito à terra, que estava ainda em curso quando Salinas assumiu a presidência em 1988. Salinas finalmente reconheceu os direitos de alguns colonos, restringindo sua generosidade, porém, aos poucos simpatizantes do PRI (*Partido Revolucionário Institucional*), isto é, o partido do governo. Em 1992, os direitos legais das comunidades indígenas, que se haviam assentado pela segunda vez, foram abolidos por decreto. Desta vez, o principal pretexto foi a Conferência sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro e a necessidade de preservar as florestas tropicais. A criação de gado na região também foi restringida, para benefício dos fazendeiros de Chiapas, que competiam com o contrabando de gado proveniente da Guatemala. O golpe de misericórdia desferido contra a frágil economia das comunidades campesinas veio quando as políticas de liberalização da economia mexicana dos anos 90, durante a fase de preparação para ingresso no NAFTA, aboliram as barreiras alfandegárias sobre importações de milho e acabaram com o protecionismo dos preços do café. A economia local, baseada na silvicultura, criação de gado e nas culturas de café e de milho, foi desmantelada. Além disso, o destino das terras comunitárias tornou-se incerto após a reforma promovida por Salinas por meio das emendas ao histórico artigo 27 da Constituição Mexicana, abolindo o direito de posse comunal sobre a propriedade rural por parte dos moradores das vilas (*ejidos*) em prol da comercialização em larga escala da propriedade individual, outra decisão diretamente relacionada às medidas de ajuste do México à privatização de acordo com as disposições do NAFTA. Em 1992 e 1993, os campesinos mobilizaram-se pacificamente contra essas políticas. Porém, após a grande marcha de Xi’ Nich, que reuniu milhares de campesinos de Palenque à Cidade do México, ter sido ignorada, resolveram mudar sua tática radicalmente. Em meados de 1993, na maioria das comunidades de Lacandon não se plantou milho, não se colheu café, as crianças deixaram de freqüentar as escolas e o gado foi vendido para a compra de armas. Título do Manifesto dos rebeldes de 1º de janeiro de 1994: “*Hoy decimos BASTA!*” (Hoje dizemos BASTA!)

Tais comunidades campesinas, a maioria delas formada por índios, aliadas a outros assentamentos da área de Los Altos, não estavam sozinhas nas lutas sociais em que se engajaram desde o início dos anos 70. Contaram com o apoio, e até certo ponto foram organizadas, pela Igreja Católica, por iniciativa do bispo Samuel Ruiz de San Cristobal de las Casas, que nutria certa simpatia pela teologia da libertação. Os padres não só deram apoio e legitimidade às reivindicações dos índios, mas também os ajudaram a reunir centenas de militantes de sindicatos formados por camponezes. Esses militantes dividiam seu tempo entre a Igreja e os sindicatos. Eram mais de uma centena de *tuhuneles* (ajudantes de padres), e mais de mil catequistas, a viga mestra do movimento, que acabaram formando os sindicatos de camponezes, cada um deles sediado em uma comunidade (*ejido*). O forte sentimento religioso entre os camponezes índios foi consolidado pela educação, informação e apoio fornecidos pela Igreja, resultando em conflitos freqüentes da Igreja local contra os fazendeiros e o aparato político do PRI de Chiapas. Embora a Igreja tenha exercido durante vários anos um papel decisivo na educação, organização e mobilização das comunidades campesinas indígenas, Samuel Ruiz e seus assessores opuseram-se com veemência ao conflito armado e não estavam entre os insurretos, ao contrário das acusações dos fazendeiros de Chiapas. Os militantes que organizaram essa revolta armada vieram, em sua maioria, das próprias comunidades indígenas, principalmente entre as massas de jovens, homens e mulheres, que cresceram em meio ao novo clima de crise econômica e conflito social. Outros eram remanescentes de grupos maoístas formados nas áreas urbanas do México (especialmente na Cidade do México e Monterrey) na década de 70, na esteira do movimento estudantil de 1968, esmagado durante o massacre de Tlatelolco. As *Fuerzas de Liberacion Nacional* parecem ter sido bastante ativas na área por um longo tempo, embora haja controvérsias quanto a essa questão. Sob qualquer hipótese, independentemente da origem dos militantes, tem-se a impressão de que, após uma série de reveses nas áreas urbanas, alguns revolucionários, homens e mulheres, assumiram a árdua tarefa de ganhar credibilidade entre os setores mais oprimidos do país, por meio de um trabalho paciente e da convivência diária com eles, compartilhando de suas lutas e sofrimentos. Marcos parece ter sido um desses militantes, chegando à região no início da década de 80, segundo fontes do governo, após haver concluído seus estudos em sociologia e comunicação na Cidade do México e em Paris, e lecionado ciências sociais em uma das melhores universidades da Cidade do México.⁷ Marcos é notadamente um intelectual de vasta cultura, que fala diversos idiomas, redige muito bem, conta com uma imaginação extraordinária,

grande senso de humor e põe-se muito à vontade em seu relacionamento com a mídia. Por causa de sua honestidade e dedicação, esses intelectuais revolucionários eram bem-aceitos pelos padres e, por um longo tempo, a despeito das diferenças ideológicas, trabalharam em conjunto na organização das comunidades campesinas e no apoio à sua causa. Foi somente após 1992, quando as promessas de reforma continuaram sendo apenas promessas, e quando a situação de penúria das comunidades de Lacandon agravou-se ainda mais em razão do processo de modernização econômica do México, que os militantes zapatistas montaram sua própria estrutura e deram início aos preparativos para a guerra de guerrilha. Em maio de 1993, articularam-se as primeiras escaramuças contra o exército, mas o governo mexicano abafou o incidente para evitar problemas na ratificação do NAFTA pelo Congresso norte-americano. Deve-se ressaltar, contudo, que a liderança dos zapatistas é genuinamente camponesa, e formada principalmente por índios. Marcos e outros militantes urbanos não tinham autonomia para agir por conta própria.⁸ O processo de deliberação, bem como de negociação com o governo, consistia de etapas bastante demoradas, contando com a participação efetiva das comunidades. Esse processo era fundamental pois, uma vez tomada a decisão, toda a comunidade tinha de acatá-la, a tal ponto que, em alguns casos, os moradores das aldeias eram expulsos por recusar participar do levante. Nos dois anos e meio de insurreição declarada, a esmagadora maioria das comunidades de Lacandon, como também a maioria dos índios de Chiapas, demonstraram seu apoio aos rebeldes, refugiando-se com eles na floresta quando o exército invadiu suas aldeias em fevereiro de 1995.

A estrutura de valores dos zapatistas: identidade, adversários e objetivos

As causas mais profundas da rebelião são óbvias. *Mas quais são as reivindicações, objetivos e valores dos rebeldes? De que forma vêm a si próprios e como identificam o adversário?* Por um lado, eles estão inseridos na continuidade histórica de cinco séculos de luta contra a colonização e a opressão. Com efeito, o ponto crítico do movimento dos camponeses foi a enorme manifestação de San Cristobal de las Casas em 12 de outubro de 1992, na qual o protesto ao quinto centenário da conquista espanhola foi marcado pela destruição da estátua do conquistador de Chiapas, Diego de Mazariegos. Por outro lado, eles vêm a reencarnação dessa opressão sob a forma da nova ordem global: o NAFTA, e as

reformas liberalizantes implantadas pelo presidente Salinas, que fracassaram mais uma vez na tentativa de incluir camponeses e indígenas no processo de modernização. As emendas ao histórico artigo 27 da Constituição Mexicana, que formalizaria a aceitação das reivindicações dos revolucionários agrários sob o comando de Emiliano Zapata, tornaram-se o símbolo da exclusão das comunidades campesinas pela nova ordem do livre comércio. A esta crítica, compartilhada por todo o movimento, Marcos e os demais membros acrescentaram seu próprio desafio a essa nova ordem global: a projeção do sonho revolucionário socialista para além do fim do comunismo e da dissolução dos movimentos guerrilheiros da América Central. Nas palavras irônicas de Marcos:

Não há nada mais por que lutar. O socialismo está morto. Vida longa ao conformismo, à reforma, à modernidade, ao capitalismo e a todo o tipo de crueis *et ceteras*. Sejamos razoáveis. Que nada aconteça na cidade ou no campo, que tudo continue exatamente do jeito que está. O socialismo está morto. Longa vida ao capital. O rádio, a imprensa e a televisão repetem isso o tempo todo. Alguns socialistas, agora devidamente arrependidos, também dizem o mesmo.⁹

Assim, a oposição dos zapatistas à nova ordem global tem duas faces: eles lutam contra as consequências excluidentes da modernização econômica, e também opõem-se à idéia de inevitabilidade de uma nova ordem geopolítica sob a qual o capitalismo torna-se universalmente aceito.

Os rebeldes reafirmaram seu orgulho indígena e lutaram pelo reconhecimento dos direitos dos índios na Constituição Mexicana. Contudo, não parece que a defesa da identidade étnica constituiu elemento predominante no movimento. Na verdade, as comunidades de Lacandon foram criadas a partir do reassentamento forçado que fragmentou as identidades originais de diferentes comunidades e as reuniu na qualidade de camponeses. Além disso, é provável que, nas palavras de Collier:

A identidade étnica já chegou a *dividir* as comunidades indígenas na região do planalto central de Chiapas. Eventos recentes, contudo, perpetraram uma transformação: hoje, na esteira da rebelião zapatista, povos de origens indígenas distintas vêm lutando pelo que compartilham contra a exploração econômica, social e política.¹⁰

Portanto, essa nova identidade indígena foi construída por meio de sua luta e acabou incluindo diversos grupos étnicos: “O elemento comum para nós é a terra que nos deu a vida e a vontade de lutar”.¹¹

Os zapatistas não são subversivos, mas rebeldes legitimados. São *patriotas mexicanos*, em luta armada contra novas formas de dominação estrangeira pelo imperialismo norte-americano. E são também *democratas*, amparando-se no artigo 39 da Constituição Mexicana que assegura “o direito de alterar ou modificar sua forma de governo”. Portanto, eles conclamam os mexicanos a darem seu apoio à democracia, colocando um ponto final no governo *de facto* unipartidário sustentado pela fraude eleitoral. Essa conclamação, vinda de Chiapas, o estado mexicano considerado a mais importante base eleitoral do PRI, graças aos votos tradicionalmente impostos pelos *caciques* locais, teve grande repercussão nos setores urbanos de classe média de uma sociedade mexicana ansiosa por liberdade e farta da corrupção sistêmica. O fato de que a revolta ocorreu precisamente no ano das eleições presidenciais, e em uma eleição em que se esperava um menor controle do PRI sobre o Estado, não só foi um indicativo da habilidade tática dos zapatistas, mas também contribuiu muito para protegê-los de uma repressão sem precedentes. A intenção do presidente Salinas era ser lembrado como o responsável pela modernização econômica e abertura política, não apenas para passar para a História, mas para garantir seu próximo emprego: o cargo de primeiro-secretário geral da recém-formada Organização Mundial de Comércio, justamente a instituição incumbida de articular a nova ordem econômica mundial. Diante de tais circunstâncias, parece pouco provável que um economista formado em Harvard usaria de repressão militar contra um autêntico movimento de camponeses e indígenas lutando contra a exclusão social.

A estratégia de comunicação dos zapatistas: a Internet e a mídia

O sucesso dos zapatistas deveu-se, em grande parte, à sua estratégia de comunicação, a tal ponto que eles podem ser considerados o *primeiro movimento de guerrilha informacional*. Eles criaram um evento de mídia para difundir sua mensagem, ao mesmo tempo tentando, desesperadamente, não serem arrastados a uma guerra sangrenta. Naturalmente houve mortes e guerras de verdade, e Marcos, bem como seus camaradas, estavam prontos para morrer. Contudo, a guerra real não fazia parte de sua estratégia. Os zapatistas fizeram uso das armas para transmitir sua mensagem, e então divulgaram à mídia mundial a possibilidade de serem sacrificados no intuito de forçar uma negociação e adiantar uma série de reivindicações bastante razoáveis que, segundo pesquisas de opinião, tiveram grande apoio da sociedade mexicana em geral.¹² A

comunicação autônoma foi uma das principais metas estabelecidas pelos zapatistas:

Quando as bombas estavam caindo sobre as montanhas ao sul de San Cristobal, nossos combatentes resistiam aos ataques das tropas federais e o ar recendia a pólvora e a sangue, o “Comite Clandestino Revolucionario Indigena del EZLN” me chamou e disse mais ou menos o seguinte: devemos dizer o que temos de dizer e sermos ouvidos. Se não fizermos isso já, outros assumirão nossas vozes e mentiras “sairão” de nossas bocas contra nossa vontade. Procure um meio de manifestar nossas idéias a todos que se disponham a ouvi-las.¹³

A capacidade de os zapatistas comunicarem-se com o mundo e com a sociedade mexicana e de captarem a imaginação do povo e dos intelectuais acabou lançando um grupo local de rebeldes de pouca expressão para a vanguarda da política mundial. Nesse sentido, Marcos desempenhou um papel fundamental. Ele não detinha o controle organizacional de um movimento originado nas comunidades indígenas, tampouco demonstrou qualquer sinal que o revelasse um brilhante estrategista militar, embora tenha sido astuto o bastante para ordenar a retirada sempre que o exército esteve prestes a prendê-lo. Entretanto, possuía extraordinária capacidade de estabelecer um elo de ligação com a mídia, por meio de textos bem redigidos e do *mise-en-scène* (a máscara, o cachimbo, entrevistas marcadas), logrando sucesso com suas atitudes meio que de forma inesperada, como no caso da máscara, que exerceu importante papel na popularização da imagem dos revolucionários: em todo o mundo, qualquer um poderia tornar-se zapatista, bastando para isso usar uma máscara. Além disso (embora possa estar correndo o risco de teorização excessiva), a máscara representa um ritual bastante recorrente nas culturas indígenas do México pré-colombiano, de forma tal que a rebelião, a uniformização das faces e o *flashback* histórico acabaram interagindo, resultando em um dos mais inovadores “recursos dramáticos” de revolução. Um elemento essencial nessa estratégia foi o uso das telecomunicações, vídeos e comunicação via computador pelos zapatistas, visando tanto difundir suas mensagens de Chiapas para o mundo (embora essas mensagens provavelmente não tenham sido transmitidas da floresta) quanto organizar uma rede mundial de grupos de solidariedade que literalmente cercaram as intenções repressoras do governo mexicano: por exemplo, durante a invasão pelo exército das áreas controladas pelos rebeldes em 9 de fevereiro de 1995. É interessante destacar que, quando a Internet começou a ser utilizada pelos zapatistas, foram incorporados dois elementos inovadores surgidos nos anos 90:

a criação da *La Neta*, uma rede alternativa de comunicação computadorizada no México e em Chiapas, e sua utilização por grupos femininos (principalmente pelo “*De mujer a mujer*”) para conectar as ONGs de Chiapas com as demais mulheres do México, como também com outras redes acessadas por mulheres nos EUA. A *La Neta*,¹⁴ criada a partir da conexão estabelecida em 1989-93 entre as ONGs mexicanas, mantidas pela Igreja Católica, e o Instituto de Comunicação Global em São Francisco, mantido por especialistas em informática que dedicam parte de seu tempo e conhecimentos especializados a causas consideradas justas. Em 1994, com uma verba doada pela Fundação Ford, a *La Neta* conseguiu estabelecer, no México, uma conexão com um provedor privado. Em 1993, *La Neta* já havia sido instalada em Chiapas, tendo como finalidade colocar ONGs locais *on-line*, inclusive o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos “Bartolome de las Casas”, e mais uma dúzia de organizações que acabaram desempenhando um papel importante no fornecimento de informações ao mundo durante o levante zapatista. A utilização amplamente difundida da Internet permitiu aos zapatistas disseminarem informações e sua causa a todo o mundo de forma praticamente instantânea, e estabelecerem uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala. As imagens e as informações provenientes dos zapatistas, e a respeito deles, atuaram de maneira decisiva sobre a economia e a política mexicanas. Nas palavras de Martinez Torres:

O ex-presidente Salinas gerou uma “bolha econômica” que, durante muitos anos, permitiu a ilusão de prosperidade com base em um ingresso maciço de investimentos especulativos em títulos do governo remunerados por altas taxas de juros que, por sua vez, através de uma espiral de dívida e déficit comercial, assegurou às classes média e operária o direito de usufruir momentaneamente de uma série de bens de consumo importados. No entanto, em virtude da facilidade com que foram atraídos os investidores, qualquer abalo na confiança destes geraria pânico no mercado e implicaria a venda maciça dos títulos mexicanos, afigurando-se a possibilidade de colapso no sistema. De fato, a economia mexicana (em 1994) resumiu-se a um enorme jogo de confiança. Uma vez que a confiança é basicamente criada pela manipulação das informações, pode ser dissipada exatamente da mesma forma. Na nova ordem mundial, em que a informação é o bem mais valioso, ela pode ser também muito mais poderosa que as balas.¹⁵

Isso foi fundamental para o sucesso dos zapatistas. Não que eles tenham deliberadamente sabotado a economia. Mas foram protegidos da repressão

absoluta por sua inabalável conexão com a mídia, bem como pelas alianças estabelecidas em todo o mundo via Internet forçando o governo a negociar, e levando ao conhecimento da opinião pública mundial a questão da exclusão social e da corrupção política.

Especialistas da Rand Corporation concordam com essa análise,¹⁶ tendo previsto a eventualidade de “guerras informacionais” do tipo zapatista desde 1993: “Cada vez mais, as forças revolucionárias do futuro podem consistir de redes multiorganizacionais amplamente difundidas e desprovidas de uma identidade nacional particular, que aleguem ter como origem a sociedade civil, e incluam grupos e indivíduos agressivos, ardorosos defensores do uso de tecnologia avançada para a comunicação, bem como para a munição”.¹⁷ Os zapatistas parecem ter transformado em realidade o pior dos pesadelos dos especialistas da nova ordem global.

A relação contraditória entre movimento social e instituição política

Embora o impacto das reivindicações dos zapatistas tenha abalado o sistema político mexicano, e até mesmo a economia do país, elas se tornaram intrincadas em sua relação contraditória com o próprio sistema político. Se, por um lado, os zapatistas defenderam a democratização do sistema político, reiterando reivindicações semelhantes oriundas da sociedade mexicana como um todo, por outro, jamais foram capazes de definir com exatidão o significado de seu projeto político, o que implicaria atribuir-lhe outro significado que não a óbvia condenação da fraude eleitoral. Nesse ínterim, o PRI havia sido irreversivelmente abalado, tendo-se dividido em grupos que estavam literalmente se matando (ver capítulo 5). As eleições presidenciais de agosto de 1994 foram razoavelmente honestas, dando a Zedillo, um desconhecido candidato do PRI colocado em evidência por circunstâncias accidentais, uma vitória traçada pelo medo do desconhecido. Ironicamente, as reformas políticas conduzidas durante o processo eleitoral, em parte como resultado da pressão exercida pelos zapatistas, acabaram contribuindo para a legitimidade da eleição, após o acordo celebrado em 27 de janeiro de 1994 entre todos os candidatos a presidente. O partido oposicionista de esquerda, cujo líder fora rejeitado pelos zapatistas, sofreu pesadas baixas eleitorais por ter procurado o apoio de Marcos. Em agosto de 1994, os zapatistas convocaram uma Convenção Democrática Nacional em um local na floresta de Lacandon que chamaram de

Aguascalientes, o nome do local histórico em que, em 1915, líderes revolucionários (Villa, Zapata, Orozco) reuniram-se para estabelecer a Convenção Revolucionária. Apesar da participação maciça de organizações de base popular, partidos de esquerda, intelectuais e da mídia, Aguascalientes acabou se esgotando no próprio simbolismo do evento, um encontro efêmero que se mostrou incapaz de traduzir a nova linguagem zapatista em política convencional e esquerdista. Assim, em maio de 1995, em meio a negociações bastante arrastadas com o governo em San Andres Larrainzar, os zapatistas fizeram uma consulta popular sobre a possibilidade de tornarem-se uma força política civil. A despeito de algumas dificuldades óbvias (afinal, ainda eram uma organização rebelde), quase dois milhões de pessoas participaram da consulta em todo o México, em que a esmagadora maioria deu parecer favorável à proposta. Desta forma, em janeiro de 1996, em comemoração aos dois anos de sua revolta, os zapatistas optaram por se transformar em partido político, buscando total participação no processo político. Contudo, decidiram também manter-se armados até que chegassem a um acordo com o governo sobre todos os pontos de conflito. Em janeiro de 1996, foi celebrado um importante acordo sobre o futuro reconhecimento constitucional dos direitos dos índios. No entanto, as negociações sobre a reforma política e assuntos de ordem econômica ainda estavam sendo discutidos quando da elaboração deste livro (outubro de 1996). Uma questão particularmente complexa parece ter sido a reivindicação das comunidades indígenas de manterem a propriedade de suas terras, tendo direito inclusive aos recursos do subsolo, uma exigência rejeitada com veemência pelo governo mexicano, considerando ser de ampla aceitação a ideia de que a área de Chiapas é rica em hidrocarbonos. Quanto à reforma política, a relutância do PRI em abrir mão de sua permanência no poder dificultou muito o acordo.

As perspectivas futuras de um partido político zapatista são incertas. Por um lado, no final de 1996, Marcos continua sendo um dos líderes mais populares de todo o México. Por outro, boa parte de sua popularidade está vinculada à sua condição de mito revolucionário. Na função de *politico* fatalmente inclinado a conchavos, Marcos pode perder muito de sua imagem positiva, algo a que parece estar atento. Assim, na época da elaboração desta obra, ele e seus *compañeros* hesitavam em dar prosseguimento à total institucionalização de sua postura política, muito embora seja este o resultado mais provável de seu levante, em um contexto em que a transformação do sistema político mexicano ainda é incerta.

Seja qual for o destino dos zapatistas, a revolta por eles organizada definitivamente mudou o México, impondo um desafio à lógica unilateral da mo-

dernização, característica da nova ordem global. Atuando sobre as profundas contradições existentes no PRI entre os defensores da modernização e os interesses de um aparato político corrupto do partido, o debate desencadeado pelos zapatistas contribuiu consideravelmente para romper a hegemonia do PRI no México. A economia mexicana, próspera e eufórica em 1993, teve expostas todas as suas fraquezas, o que fez com que os opositores ao NAFTA nos EUA exigissem justificativas. Excluídos dos atuais processos de modernização da América Latina, os camponeses indígenas (cerca de 10% da população do país) repentinamente “passaram a existir”. Uma reforma constitucional em trâmite no Congresso em novembro de 1996 reconhece o caráter multicultural do México, garantindo novos direitos aos índios, e aprova a publicação de livros escolares em 30 idiomas indígenas, a serem utilizados nas escolas públicas. Os serviços de saúde e educação melhoraram em diversas comunidades indígenas, e um governo autônomo limitado estava em processo de implantação.

A afirmação da identidade cultural indígena, ainda que de forma reconstruída, esteve vinculada à sua revolta contra abusos vergonhosos. Contudo, sua luta por dignidade foi amparada de maneira decisiva pela filiação religiosa expressa na corrente do catolicismo populista profundamente arraigado na América Latina, bem como pelos últimos bastiões da esquerda marxista no México. Que essa esquerda, construída sobre a idéia do proletariado lutando pelo socialismo com suas próprias armas, tenha sido transformada em um movimento de camponeses indígenas do grupo dos excluídos lutando pela democracia e em defesa de seus direitos constitucionais, pela Internet e pela mídia, evidencia o grau de profundidade da transformação dos caminhos de libertação da América Latina. Revela também que a nova ordem global provoca múltiplas desordens locais, causadas pelas fontes de resistência historicamente enraizadas à lógica dos fluxos globais de capital. Os índios de Chiapas que lutam contra o NAFTA por meio de aliança com ex-militantes maoístas e teólogos da libertação representam uma expressão bastante característica da velha busca pela justiça social dentro dos novos cenários históricos.

Às armas contra a nova ordem mundial: a Milícia Norte-Americana e o Movimento Patriótico dos anos 90¹⁸

Em suma, a Nova Ordem Mundial é um sistema utópico em que a economia dos Estados Unidos (assim como a economia de qualquer outra nação) será “globalizada”; os níveis salariais de todos os trabalhadores norte-americano-

nos e europeus serão nivelados por baixo com base nos salários pagos aos trabalhadores do Terceiro Mundo; para todos os fins práticos, as fronteiras nacionais deixarão de existir; um fluxo cada vez maior de imigrantes do Terceiro Mundo para os Estados Unidos e Europa acabará resultando em uma maioria não-branca espalhada por todas as áreas do planeta anteriormente habitadas pelos brancos; uma elite formada por financistas internacionais, especialistas da mídia e dirigentes de corporações multinacionais vai dar as cartas; e as forças de paz das Nações Unidas serão empregadas para impedir a iniciativa de qualquer um que decida optar por ficar de fora desse sistema.

William Pierce, *National Vanguard*¹⁹

A Internet foi uma das principais razões pelas quais o movimento das milícias expandiu-se mais rapidamente que qualquer grupo fundamentado no ódio de que se tem notícia na História. A ausência de um núcleo organizado foi compensada com vantagem pelo poder de comunicação e de discussão instantâneas desse novo meio. Qualquer membro da milícia na remota Montana que tenha um computador e um modem já pode fazer parte de uma rede mundial que compartilhe, de seus pensamentos, aspirações, estratégias organizacionais e temores — uma família global.

Kenneth Stern, *A Force Upon the Plain*, p. 228

A explosão de um caminhão carregado de explosivos produzidos à base de fertilizantes em Oklahoma City em 19 de abril de 1995 não mandou pelos ares apenas um edifício do governo federal, matando 169 pessoas. Expôs uma poderosa subcorrente da sociedade norte-americana, até então relegada à marginalidade política e enquadrada nos tradicionais grupos fundamentados no ódio. Timothy McVeigh, o principal suspeito da autoria do atentado, costumava levar consigo o romance de William Pierce sobre uma facção de resistência, denominada *Os Patriotas*, que explode um edifício do governo. Segundo informações, McVeigh teria telefonado a Pierce algumas vezes antes do atentado a bomba em Oklahoma. Descobriu-se que McVeigh e seu colega de serviço militar, Terry Nichols (ambos aguardando julgamento neste ano de 1996) mantinham algum vínculo com a Milícia de Michigan. A explosão ocorreu no segundo aniversário do episódio de Waco, em que a maioria dos membros do culto davidiano, e seus filhos, foram mortos durante um cerco de agentes federais, um fato denunciado como um verdadeiro grito de guerra, pelas milícias espalhadas por todos os Estados Unidos.²⁰

As milícias não são grupos terroristas, contudo é bem provável que alguns de seus membros estejam organizados em uma forma de movimento diversa, mas ideologicamente semelhante ao terrorismo, os “patriotas da resis-

tência". Esse grupo é constituído de facções autônomas e clandestinas que estabelecem suas próprias metas de acordo com as visões predominantes no movimento. No período compreendido entre 1994 e 1996, acredita-se que uma série de explosões, roubos a banco, sabotagens em ferrovias e outros atos de violência tenham sido cometidos por esses grupos, e a intensidade e letalidade de suas ações estão crescendo. Toneladas de explosivos vêm sendo furtadas de estabelecimentos comerciais e armamentos de uso exclusivo das Forças Armadas, inclusive mísseis portáteis Stinger, têm desaparecido dos arsenais militares. Tentativas de desenvolvimento de armas bacteriológicas têm sido descobertas. E dezenas de milhares de "patriotas" em todos os Estados Unidos estão munidos de armas de guerra, além de participarem de treinamentos regulares em táticas de guerrilha.²¹

As milícias representam a ala mais ativa e organizada de um movimento bem mais amplo, autopropagulado "Movimento Patriótico",²² cujo universo ideológico compreende organizações bem estabelecidas e extremamente conservadoras, tais como a John Birch Society; toda uma série de grupos tradicionais supremacistas brancos, neonazistas e anti-semitas, inclusive a Ku Klux Klan e a *Posse Comitatus*; grupos religiosos fanáticos como a Identidade Cristã, uma seita anti-semita emanada do israelismo britânico da Inglaterra vitoriana; grupos opositores ao governo federal, como os Movimentos em Defesa dos Direitos dos Condados, a coalizão antiambiental *Wise Use*, o Sindicato Nacional dos Contribuintes e os defensores dos tribunais de "Justiça Comum". O universo dos patriotas também se estende, de forma bem menos comprometida, em direção à poderosa Coalizão Cristã, bem como a diversos grupos militantes do "Right to Life" (movimento antiaberto), além de contar com a simpatia de muitos dos membros da National Rifle Association e dos defensores do porte e uso de armas. Segundo fontes fidedignas,²³ o apelo direto dos patriotas pode atingir cerca de 5 milhões de pessoas nos Estados Unidos, muito embora a própria natureza do movimento, com limites pouco distintos e falta de estrutura formal de participação, impossibilite o levantamento de estatísticas mais precisas. Contudo, pode-se estimar a influência do movimento em termos de milhões, e não milhares, de simpatizantes. O que esses grupos tão disparecidos, à primeira vista sem qualquer tipo de relação entre si, passaram a compartilhar nos anos 90, e o que aumenta o apelo de sua causa, é um inimigo comum declarado: o governo federal dos EUA, como representante da "Nova Ordem Mundial," estabelecida a contragosto dos cidadãos norte-americanos. De acordo com as idéias predominantes no movimento patriótico como um todo, essa "Nova Ordem Mundial", tendo por principal

objetivo a destruição da soberania norte-americana, vem sendo constituída a partir de uma conspiração de interesses financeiros globais e de burocratas internacionais que passaram a exercer controle sobre o governo federal dos Estados Unidos. No coração de todo o sistema encontra-se a Organização Mundial de Comércio, a Comissão Trilateral, o Fundo Monetário Internacional e, sobretudo, as Nações Unidas, cujas “forças de paz” são vistas como um exército internacional mercenário, tendo em sua vanguarda policiais de Hong Kong e unidades Gurcu, dispostas a suprimir a soberania do povo. Na concepção dos patriotas, quatro acontecimentos parecem confirmar a existência de tal conspiração: a aprovação do NAFTA em 1993; a Lei Brady sancionada por Clinton em 1994, que estabelece controles mais rigorosos sobre a venda de certos tipos de armas automáticas; o cerco ao supremacista branco Randy Weaver em Idaho, que resultou no assassinato de sua esposa pelo FBI, em 1992; e a tragédia de Waco, levando à morte David Koresh e seus seguidores em 1993. Uma leitura paranóica desses acontecimentos convenceu-os de que o governo estava tomando medidas que visavam desarmar os cidadãos para subjugá-los mais tarde, submetendo os norte-americanos à vigilância por meio de câmeras ocultas e helicópteros negros, e implante de biochips nos recém-nascidos. À tamanha ameaça global aos empregos, à privacidade e à liberdade, e ao próprio *American way of life*, eles opuseram a Bíblia e a Constituição Americana original, completamente “expurgada” das Emendas. De acordo com esses textos, ambos de inspiração divina, estão asseguradas a soberania dos cidadãos e sua participação direta nos governos dos condados, sem a necessidade de qualquer reconhecimento da autoridade do governo federal, de suas leis, tribunais, tampouco da legitimidade do *Federal Reserve Bank* (FED). A opção é radical. Nos termos da Milícia de Montana, criada em fevereiro de 1994, considerada um modelo de inspiração organizacional para todo o movimento: “Aliste-se no Exército e Sirva à ONU ou Aliste-se na América e Sirva à Milícia” (lema da *home page* na WWW da Milícia de Montana). Os agentes federais, principalmente os representantes da Divisão de Bebidas Alcoólicas, Fumo e Armas de Fogo, são vistos como a linha de frente da repressão contra os norte-americanos em nome do governo mundial emergente. Aos olhos da Milícia, isso justifica tornar os agentes federais potenciais alvos do movimento. Exatamente como o famoso apresentador Gordon Liddy disse em um de seus programas: “Eles colocaram um enorme alvo [no peito]: ATF (sigla em inglês que representa bebidas, fumo e armas de fogo). Não atirem no peito, porque eles usam colete. Tem de ser na cabeça, bem na cabeça! Matem os desgraçados!”²⁴ Em alguns dos segmentos desse movimento patriótico alta-

mente diversificado existe também uma poderosa mitologia fundada em concepções apocalípticas do mundo e nas profecias do Fim dos Tempos (ver capítulo 1). Tendo em mãos o Apocalipse, capítulo 13, pregadores como o apresentador de TV evangélico Pat Robertson, líder da Coalizão Cristã, relembra os cristãos de que eles podem ser tentados a submeter-se à satânica “Marca da Besta”, identificada sob diversas maneiras, tais como novos códigos em cédulas de dinheiro, códigos de barra de supermercados ou tecnologia de microprocessadores.²⁵ A resistência à nova ordem global não temente a Deus, anunciada para o Fim dos Tempos, é tida como um dever cristão e um direito dos cidadãos norte-americanos. No entanto, os tons sinistros da mitologia do movimento por vezes acabam obscurecendo seu perfil, subestimando sua importância social e política. Por essa razão, é importante atentar para a diversidade do movimento, ao mesmo tempo destacando seu comunismo inerente.

As milícias e os patriotas: uma rede de informações de múltiplos temas

As milícias, ou seja, cidadãos armados que se organizam com o propósito de defender seu país, sua religião e sua liberdade, são instituições que desempenharam importante papel durante o primeiro século da história dos Estados Unidos.²⁶ As milícias estaduais foram substituídas pelas guardas nacionais estaduais em 1900. Entretanto, na década de 1990, a começar pela Milícia de Montana, grupos populistas de direita formaram “milícias não-organizadas”, valendo-se de ambigüidades existentes na legislação federal para burlar a proibição prevista por lei de se formar unidades militares alheias ao controle do governo. O traço mais característico das milícias é o fato de estarem armadas, por vezes com armas de guerra, e estruturadas em uma base de comando de cunho militar. Por volta do final de 1995, a KMTF contou 441 milícias ativas nos 50 estados norte-americanos, com campos de treinamento paramilitares em pelo menos 23 estados (figura 2.1). Os números referentes ao total de membros ativos das milícias são difíceis de se precisar. Em 1995, Berlet e Lyons arriscaram uma estimativa entre 15 e 40 mil membros.²⁷ Ao que tudo indica, esses grupos estão aumentando rapidamente. Não existe nenhuma organização nacional. A milícia de cada estado é independente, e às vezes há várias milícias em um mesmo estado que não mantêm nenhum tipo de relação entre si: segundo fontes da polícia local, há 33 em Ohio, com cerca de mil

membros e centenas de milhares de simpatizantes.²⁸ A Milícia de Montana é o exemplo clássico, mas a maior delas é a de Michigan, com milhares de membros ativos. À parte do ponto comum do movimento, isto é, a oposição à nova ordem mundial e ao governo federal, sua ideologia é altamente diversificada. A esmagadora maioria de seus membros é branca, cristã e predominantemente masculina. Certamente que incorporam a suas fileiras um número significativo de racistas, anti-semitas e machistas. Contudo, a maioria dos grupos integrantes das milícias não se define como racista ou machista, e algumas delas (por exemplo, a Milícia de Michigan) mantêm uma postura declaradamente anti-racista em sua propaganda. De acordo com a análise realizada por Zook nas *home pages* na WWW de onze das milícias mais importantes, sete continham propaganda anti-racista, quatro não faziam qualquer menção acerca de raça e nenhuma apresentava idéias explícitas de racismo.²⁹ Duas delas assumiam uma posição antimachista, duas demonstravam-se favoráveis ao ingresso de mulheres e as demais sequer faziam menção a assuntos relativos à “guerra dos sexos”. A Milícia de Michigan chegou até mesmo a recusar-se a apoiar os “homens livres de Montana” durante seu cerco de uma fazenda em 1996 por eles serem racistas. E uma das *home pages* da Milícia “E Pluribus Unum”, integrante da Milícia de Ohio, é mantida por um casal afro-americano e fundamentalista cristão. Há que se considerar que todas essas afirmações podem ser inverdades, porém, dada a importância do uso da Internet no contato com novos membros, não seria coerente transmitir uma noção falsa da ideologia para a qual são arregimentados os novos recrutas. Parece que as milícias e os patriotas, embora incorporem grupos tradicionalmente racistas, anti-semitas e fundamentados no ódio, possuem uma base ideológica bem mais ampla, e esse é justamente um dos motivos de seu recente sucesso. Trata-se da capacidade desses movimentos de abranger todo o espectro ideológico representado pelos núcleos de desafetos contra o governo federal. Como afirma o relatório da KMTF:

Ao contrário de seus fúcioços antecessores, defensores da supremacia branca, os patriotas têm demonstrado a capacidade de superar diferenças ideológicas de pouca importância tendo em vista uma unidade mais coesa contrária ao governo. Como consequência, deram origem à força rebelde mais apelativa da história atual, que abriga uma enorme variedade de grupos antigovernamentais cujos papéis organizacionais podem ser extraordinariamente distintos.³⁰

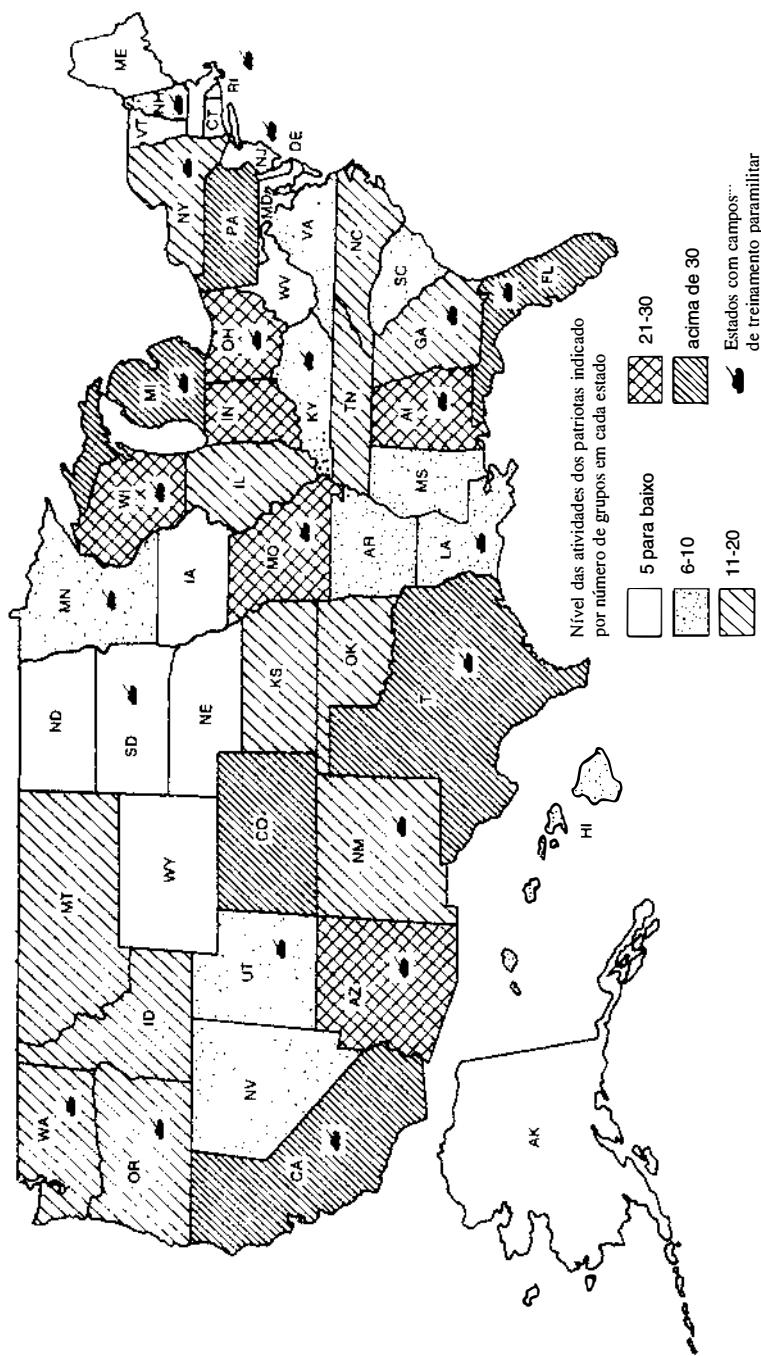


Figura 2.1. Distribuição geográfica dos grupos patriotas nos EUA por número de grupos e campos de treinamento paramilitar nos estados norte-americanos, 1996.

Fonte: Southern Poverty Law Center, Klanwatch/Militia Task Force, Montgomery, Alabama, 1996

Duas subdivisões do movimento patriótico que se encontram em franca expansão são o Movimento em Defesa dos Direitos dos Condados e os tribunais de “Justiça Comum”. O primeiro deles é a ala militante da coalizão *Wise Use*, que vem exercendo influência crescente nos estados da região oeste do país. A coalizão oferece resistência às regulamentações ambientais estabelecidas pelo governo federal e apela para “o costume e a cultura” da extração de madeira, recursos minerais e formação de pastagens em áreas do governo. Para seus membros, o zoneamento estabelecido pelo governo para utilização do solo é equiparado ao socialismo, e a administração do ecossistema é considerada parte da desprezível nova ordem mundial.³¹ Portanto, o movimento defende o direito de os xerifes prenderem administradores federais de terras, o que tem gerado uma série de incidentes violentos. O povo e as comunidades são orientados para que reconheçam única e exclusivamente a autoridade dos funcionários eleitos nos âmbitos do município e do condado, rejeitando o direito do governo federal de criar leis que regulamentam o uso da propriedade dos cidadãos. Setenta condados aprovaram as portarias do *Wise Use*, que reivindicaram o controle local sobre as terras de domínio público, e o uso da violência intimidou os ambientalistas e os administradores federais desde o Novo México e Nevada até o norte de Idaho e o estado de Washington. Criaram-se tribunais de Justiça Comum em 40 estados, fundamentados em uma série de livros e vídeos que procuram apresentar prerrogativas legais para que as pessoas se sintam no direito de rejeitar o sistema judiciário, estabelecendo seus próprios “juízes”, “julgamentos” e “júris”. Amparados na Bíblia e em suas próprias interpretações da legislação, chegaram até mesmo a criar um “Supremo Tribunal de Justiça Comum” com 23 juízes. Os defensores da Justiça Comum declararam-se “soberanos”, ou seja, homens livres, e portanto recusam-se a pagar impostos e previdência social, a observar as normas para a obtenção de carteira de habilitação e a submeter-se a controles governamentais que não tenham sido contemplados na Constituição norte-americana original. No intuito de resguardar sua soberania e fazer retaliações contra as autoridades do governo, é prática comum impetrarem mandados de segurança contra certos funcionários públicos e juízes, instaurando um verdadeiro caos em diversos tribunais municipais. Como um desdobramento do movimento pela Justiça Comum, uma rede de pessoas que vem se expandindo rapidamente, de Montana à Califórnia, ignora a autoridade do *Federal Reserve* para a emissão de papel-moeda, emitindo seus próprios documentos bancários, inclusive cheques administrativos com uma tecnologia tão avançada que não raro acabam sendo descontados, levando a prisões por fraude e falsificação.

Tais práticas vêm tornando o movimento pela Justiça Comum o mais provocador entre todos os grupos de patriotas, que esteve na raiz do conflito de três meses entre os “homens livres” e o FBI em uma fazenda em Jordan, Montana, em 1996.

Esse movimento amplamente diversificado, quase caótico, não pode ser uma organização estável, e nem mesmo articulada. Não obstante, a homogeneidade de sua visão básica de mundo e, principalmente, a característica de identificação de um inimigo comum são dignos de nota. Isso acontece porque os vínculos entre grupos e indivíduos efetivamente existem, contudo são estabelecidos pela mídia (principalmente o rádio), como também por meio de livros, panfletos, preleções e imprensa alternativa, fax e, sobretudo, pela Internet.³² Segundo a KMTF, “o computador é a arma mais vital do arsenal do movimento patriótico”.³³ Existem na Internet diversos sistemas de boletins informativos, *home pages* e *chats*: por exemplo, o grupo MAM da Usenet, criado em 1995. Várias razões têm sido apontadas para tamanha difusão do uso da Internet por membros das milícias. Primeiro, conforme ressalta Stern, “A Internet constitui a cultura perfeita para o desenvolvimento do vírus das teorias de conspiração. Nas mensagens que aparecem na tela, praticamente não há como distinguir lixo de informações merecedoras de crédito... Para entusiastas de conspirações como os membros das milícias, afirmações lançadas no ciberespaço, cuja veracidade não pode ser confirmada, acabam por reafirmar suas conclusões já estabelecidas por um fluxo ininterrupto de ‘evidências’ complementares”.³⁴ Além disso, o espírito de fronteiras ilimitadas, uma das principais características da Internet, cai como uma luva para os “homens livres”, que se demonstram capazes de fazer manifestações em defesa de suas causas sem qualquer tipo de mediação ou controle do governo. Um traço ainda mais significativo é que a estrutura de rede da Internet reproduz com fidelidade a agregação autônoma e espontânea das milícias, bem como a dos patriotas em geral, sem fronteiras, desprovidos de um plano definido, mas compartilhando de um objetivo, um sentimento e, sobretudo, um inimigo comum. Assim, a Internet (com o auxílio do fax e da mala-direta) passou a ser utilizada como principal instrumento de expansão e de organização do movimento. Foi por intermédio da *Associated Electronic Network News*, mantida pelos Thompsons em Indianápolis, que se difundiu uma teoria de conspiração, segundo a qual o atentado de Oklahoma teria sido um ato de provocação por parte do governo federal semelhante ao incêndio do *Reichstag* a mando de Hitler, utilizado como justificativa para combater as milícias de forma bem mais incisiva. Outros sistemas de boletins informativos, como a “Paul Revere

Net”, estabelecem a interconexão de grupos em todo o país, trocam informações, espalham boatos e coordenam ações das mais diversas naturezas. Por exemplo, relatórios confidenciais informam aos usuários que Gorbachev, após seu discurso na Califórnia em que afirmou estarmos “entrando em uma nova ordem mundial”, se escondera em uma base naval no sul da Califórnia para supervisionar o desmantelamento das forças armadas dos Estados Unidos preparando o terreno para a chegada do exército dessa nova ordem. De fato, a tal chegada realmente aconteceu em maio de 1996, quando uma base permanente foi estabelecida no Novo México para o treinamento de centenas de pilotos alemães trabalhando em cooperação com a Força Aérea dos Estados Unidos. Ou isso foi o que devem ter pensado as milhares de pessoas que congestionaram a central telefônica do Pentágono ao serem informadas pela reportagem da CNN sobre a inauguração dessa base.

Programas de rádio também são importantes. A audiência de Rush Limbaugh, estimada em 20 milhões de pessoas em 600 estações retransmissoras espalhadas por todo o país, constitui instrumento de influência política sem precedentes nos Estados Unidos da década de 90. Embora Limbaugh não seja um simpatizante das milícias, seus temas (“feminazistas”, “eco-wacos”) acabam tendo sua repercussão no movimento. Outros programas de rádio bastante populares estão mais afinados com os patriotas: o programa de Gordon Liddy, entremeado de ligações telefônicas, ou ainda *The Intelligence Report*, apresentado pelo supremacista branco Mark Koernke. Canais alternativos de TV a cabo, que veiculam assuntos semelhantes a audiências com praticamente o mesmo perfil, incluem a *National Empowerment Television*, o *Jones Intercable* e a *Paragon Cable* controlada pela Time-Warner na Flórida, que apresenta o *Race&Reason*, um programa racista anti-semita. Numerosos jornais e informativos, tais como o *Spotlight* de Washington DC ou o livro supremacista branco *The Turner Diaries*, integram-se a uma rede extensa e altamente descentralizada de mídia alternativa. Essa rede é responsável pela difusão de informações dirigidas, exprime os ressentimentos das pessoas, torna públicas idéias extremistas de direita, espalha boatos sobre conspirações e alimenta a mitologia apocalíptica que se transformou na maior referência cultural para o populismo de direita do final do milênio. Assim, enquanto o FBI inutilmente sai a campo em busca de provas de uma conspiração que trama a derrubada do governo pela força, a verdadeira conspiração, anônima (ou plurinominal) e desprovida de organização (ou com centenas delas), flui livremente nas redes de informação, nutrindo paranóias, integrando diferentes tipos de ódio e, provavelmente, causando derramamento de sangue.

As bandeiras dos patriotas

Apesar de suas múltiplas facetas, o movimento patriótico, tendo como vanguarda as milícias, realmente compartilha de objetivos, crenças e inimigos comuns. É justamente esse conjunto de valores e finalidades o responsável pela construção de uma visão de mundo e, em última análise, da definição do movimento propriamente dito.

Existe uma visão subjacente de mundo e de sociedade, simples, porém muito forte, que se manifesta sob diversas formas no movimento patriótico. De acordo com essa visão, os cidadãos dos Estados Unidos subdividem-se em dois tipos: os produtivos e os parasitas. Os produtivos, trabalhadores em geral, estão comprimidos entre duas camadas de parasitas: no topo, autoridades governamentais corruptas, elites empresariais e banqueiros; na base, pessoas estúpidas e preguiçosas, que não fazem jus à contribuição previdenciária que recebem da sociedade. A situação vem se agravando pelo atual processo de globalização, liderado pelas Nações Unidas e as instituições financeiras internacionais, em nome das elites empresariais e da máquina administrativa do governo, que ameaça transformar pessoas comuns em meros escravos de uma economia global praticamente de subsistência. Deus acabará vencendo, mas para que isso aconteça os cidadãos precisam empunhar suas armas para lutar por nada menos que o “futuro dos Estados Unidos”.³⁵ A partir dessa visão de mundo surge um conjunto específico de objetivos para o movimento, que organiza sua prática.

Em primeiro lugar, as milícias, e os patriotas de modo geral, são um movimento eminentemente libertário (e, nesse sentido, bastante distinto dos nazistas e fascistas tradicionais que defendem um Estado forte). Seu adversário é o governo federal. Em sua visão, as unidades básicas da sociedade são o indivíduo, a família e a comunidade local. Além desse nível imediato de reconhecimento pessoal, o governo é, na melhor das hipóteses, tolerado como a expressão direta da vontade do cidadão, por exemplo, governos de condado, com autoridades eleitas bastante acessíveis e que possam ser monitoradas pessoalmente. Os escalões mais altos do governo são vistos com desconfiança, e o governo federal é considerado absolutamente ilegítimo, na condição de usurpador dos direitos dos cidadãos e manipulador da Constituição, passando por cima dos preceitos originalmente estabelecidos pelos fundadores da nação norte-americana. Para os membros das milícias, Thomas Jefferson e Patrick Henry são os heróis, enquanto Alexander Hamilton é obviamente o vilão. Tal rejeição da legitimidade do governo federal se manifesta por ações e atitudes

bastante concretas e incisivas: recusa ao pagamento dos tributos federais, não-observância às normas ambientais e ao planejamento de uso da terra, reconhecimento da plena soberania dos tribunais de justiça comum, concessão ao júri de poderes especiais de desobediência às leis (entenda-se, a tomada de decisões pelos jurados não de acordo com a lei, mas com suas próprias consciências), preeminência dos governos dos condados sobre autoridades de escalões mais elevados e ódio aos órgãos federais fiscalizadores do cumprimento e execução da lei. Em última análise, o movimento clama pela insubordinação civil contra o governo, apoiada, se e quando necessária, pelas armas dos cidadãos que respeitam a “lei natural”.

Embora o governo federal e seus órgãos fiscalizadores sejam os adversários mais próximos, bem como a causa mais imediata para a mobilização dos patriotas, uma ameaça ainda mais assustadora surge no horizonte: a nova ordem mundial. Esse conceito, popularizado pelo apresentador de TV evangélico Pat Robertson, projetando-se para muito além da ideologia do “fim da História” no período pós-guerra fria de Bush, implica que o governo federal vem trabalhando ativamente em conjunto com a Rússia (principalmente com Gorbachev, considerado um dos principais estrategistas do plano) para a formação de um único governo mundial. O projeto estaria sendo supostamente conduzido por intermédio das organizações internacionais: as Nações Unidas, a recém-criada Organização Mundial de Comércio e o Fundo Monetário Internacional. O destacamento de tropas norte-americanas sob comando das Nações Unidas, juntamente com a assinatura do NAFTA, são considerados apenas os primeiros passos rumo a essa nova ordem, muitas vezes explicitamente vinculada ao surgimento da Era da Informação. O impacto real sobre o povo norte-americano é evidenciado pelo empobrecimento econômico em função de bancos e empresas multinacionais e pela perda da soberania política em prol da máquina administrativa global.

Aliado a essas tendências localistas e libertárias, subsiste ainda no movimento um terceiro tema importante: uma forte reação às feministas (não às mulheres, conquanto se mantenham em seus papéis tradicionais), homossexuais e minorias (como beneficiárias de subsídios governamentais). Há uma característica claramente predominante no movimento patriótico: de modo geral, o movimento conta com membros do sexo masculino, brancos e heterossexuais. O “Homem Branco Revoltado” (nome de uma das organizações patrióticas) parece ter surgido dessa mistura entre reações ao depauperamento da economia, reafirmação de valores e privilégios tradicionais e revides culturais. Os tradicionais valores da nação e da família (isto é, o patriarcalismo) são reafir-

mados contra o que se considera excesso de privilégios concedidos pela sociedade às minorias raciais, culturais e de gênero, mediante, por exemplo, a legislação que dispõe sobre a ação afirmativa e discriminação racial. Embora esse tema mantenha uma relação muito próxima com um sentimento bem mais arraigado de rejeição à igualdade racial por grupos supremacistas brancos e associações antiimigração, apresenta como elemento inovador seu alcance e abrangência, particularmente em decorrência da rejeição declarada dos direitos da mulher, e seus ataques hostis aos valores liberais atualmente difundidos pela grande mídia.

Um quarto tema sustentado pela maior parte do movimento consiste na defesa intolerante da superioridade dos valores cristãos, nesse sentido criando um vínculo muito próximo com o movimento fundamentalista cristão abordado no capítulo 1. A maioria dos patriotas parece concordar com a idéia de que os rituais e valores cristãos, na ótica de seus defensores, devem ser incutidos pelas instituições da sociedade; por exemplo, mediante a obrigatoriedade da prece nas escolas públicas e a triagem de publicações nas bibliotecas e na mídia para censurar o que for considerado anticristão ou contrário aos valores da família. O movimento antiaborto, amplamente difundido, e contando com assassinos fanáticos em suas fileiras, é o seu instrumento organizacional mais evidente. O fundamentalismo cristão parece ter penetrado em todas as camadas do movimento. Talvez essa relação entre um movimento extremamente libertário, como a milícia, e o fundamentalismo cristão, um movimento voltado à teocracia e portanto partidário da imposição, por parte do governo, de valores morais e religiosos sobre seus cidadãos, possa parecer paradoxal. Entretanto, trata-se meramente de uma contradição na perspectiva histórica, pois nos Estados Unidos dos anos 1990 tanto o objetivo dos fundamentalistas quanto dos libertários converge para a destruição do governo federal, percebido como um elemento alheio a Deus e ao povo.

O mote “Armas e Bíblias” poderia ser aplicado com propriedade a esses movimentos.³⁶ As armas foram o grito de guerra em razão do qual as milícias se reuniram em 1994 em resposta à Lei Brady. Uma enorme coalizão foi formada para combater essa lei, seguida de tentativas de assumir o controle sobre porte de armas. Em torno do poderoso *lobby* da National Rifle Association, detentores de muitos votos no Congresso, uniram-se populações rurais de todo o país, proprietários de lojas de armas, libertários extremistas e membros de milícias, com o propósito de preservarem o direito constitucional de portar armas como a última linha de defesa dos Estados Unidos. As armas tornaram-se sinônimo de liberdade. O Velho Oeste volta com toda a força, seja nas ruas de Los Angeles, seja nas fazendas de Michigan. Duas das características mais

marcantes da cultura norte-americana, o individualismo exacerbado e a desconfiança de governos despóticos, dos quais muitos imigrantes escapam em busca dos Estados Unidos, fornecem a base de legitimidade da resistência contra as ameaças impostas pela informacionalização da sociedade, globalização da economia e profissionalização da política.

Quem são os patriotas?

Um dos elementos constituintes do movimento certamente são fazendeiros insatisfeitos das regiões oeste e centro-oeste do país, apoiados pelos mais diversos segmentos da sociedade de cidades de pequeno porte, desde donos de lanchonetes até pastores de igrejas. Contudo, seria impreciso considerar que o apelo do movimento esteja restrito exclusivamente a um universo rural superado pela modernização tecnológica. Não existem dados demográficos disponíveis sobre a composição do movimento, porém um breve exame da distribuição geográfica das milícias (figura 2.1) demonstra sua diversidade territorial e, consequentemente, social. Os estados com maior número de milícias representam áreas bastante diversas, como Pensilvânia, Michigan, Flórida, Texas, Colorado e Califórnia, aumentando mais ou menos de acordo com os estados mais populosos (exceto Nova York, incluindo o Colorado). Contudo, a questão é justamente essa: as milícias parecem estar onde há mais pessoas, em todo o país, não só em Montana. Se incluirmos a Coalizão Cristã como parte do movimento, podemos concluir que os patriotas também marcam presença nos subúrbios da maioria das áreas metropolitanas de maior porte (há cerca de 1,5 milhão de membros da Coalizão Cristã). Algumas milícias, por exemplo, em New Hampshire e na Califórnia, parecem recrutar seus membros entre profissionais de informática. Portanto, parece pouco provável que os patriotas sejam um movimento que adote como critério de “recrutamento” determinada classe social, ou se restrinjam a um território específico. Em vez disso, podem ser definidos basicamente como um movimento cultural e político, defensores das tradições do país contra os valores cosmopolitas e de um governo autônomo da população local contrário à imposição de uma ordem global. Se classe social não constitui fator relevante para a integração do movimento, passa a sê-lo, contudo, quando se trata de identificação dos adversários. As elites empresariais, os banqueiros, as empresas de grande porte ricas, poderosas e arrogantes, juntamente com seus advogados, além de cientistas e pesquisadores, todos são seus adversários. Não como classe, mas na qualidade de represen-

tantes de uma ordem mundial contrária aos valores norte-americanos. A ideologia do movimento absolutamente não é anticapitalista; ao invés disso, sai em defesa do livre capitalismo, infensa à manifestação corporativa de um capitalismo estatal que se assemelha ao socialismo. Desse modo, uma análise dos patriotas sob a perspectiva de classe não parece ser a mais apropriada para se depreender a essência do movimento. O movimento consiste em uma insurreição política que ultrapassa os limites impostos por classes sociais e diferenças regionais, estando relacionado à evolução social e política da sociedade norte-americana como um todo.

As milícias, os patriotas e a sociedade norte-americana dos anos 90

O populismo de direita não é nenhuma novidade dos Estados Unidos. Na verdade, trata-se de um fenômeno que tem exercido papel importante na política norte-americana ao longo da história do país.³⁷ Além disso, violentas reações populares contra crises econômicas profundas ocorreram tanto nos Estados Unidos quanto na Europa sob diversas formas, desde os exemplos clássicos do fascismo e do nazismo até os movimentos xenofóbicos e ultranacionalistas dos nossos dias. Entre os fatores capazes de justificar o rápido crescimento das milícias, além do uso cada vez mais difundido da Internet, estão as condições econômicas mais difíceis e a desigualdade social nos Estados Unidos. A renda média dos homens sofreu perdas substanciais nas duas últimas décadas, principalmente durante os anos 80. As famílias mal são capazes de manter os padrões de vida de um quarto de século atrás, com duas fontes de renda em vez de apenas uma. Por outro lado, a renda das pessoas mais ricas (1%) cresceu de US\$ 327 mil em 1976 para US\$ 567 mil em 1993, enquanto a renda familiar, em média, permanece em cerca de US\$ 31 mil. A remuneração dos diretores executivos de empresas chega a ser 190 vezes maior que a do assalariado comum.³⁸ Para o trabalhador e o pequeno empresário norte-americanos, a era da globalização e da informacionalização tem sido sinônimo de queda relativa, em muitos casos absoluta, dos padrões de vida, revertendo assim a tendência histórica de melhoria no padrão de vida, em termos materiais, a cada geração. Por vezes, a cultura dos novos ricos globais alia o insulto à injúria. Por exemplo, Montana, o berço das novas milícias, é também um dos locais favoritos dos novos bilionários, dispostos a adquirir milhares de acres de terra virgem e

construir sedes de fazenda de onde possam administrar suas redes globais. Os fazendeiros da região têm-se ressentido dessa tendência.³⁹

Como se não bastasse, num momento em que a família tradicional torna-se instrumento indispensável de segurança financeira e psicológica, tal conceito vem ruindo, na esteira da guerra dos sexos desencadeada pela resistência do patriarcalismo aos direitos da mulher (ver capítulo 4). Os desafios culturais ao machismo e à ortodoxia heterossexual acabam confundindo a masculinidade. Além disso, uma onda de imigrantes da América Latina e da Ásia, juntamente com a natureza cada vez mais multiracial dos Estados Unidos, embora consequência lógica da história do país, tornam o sentimento de perda de controle ainda mais exacerbado. As constantes mudanças de funções agrícolas e industriais para o setor de serviços, e do setor de produtos para processamento de dados, vêm minando habilidades adquiridas e subculturas de trabalho. O fim da Guerra Fria, com o colapso do comunismo, eliminou a identificação fácil do inimigo externo como principal alvo de ataque, comprometendo as chances de mobilizar os Estados Unidos em torno de uma causa comum. A era da informação transforma-se na era da confusão, e consequentemente na era da afirmação fundamentalista de valores tradicionais e direitos absolutos. As reações burocráticas, e às vezes, agressivas, dos órgãos de fiscalização responsáveis pelo cumprimento e execução das leis às várias formas de protesto aprofundam o ódio, deixam os sentimentos exacerbados e parecem servir de justificativa para a convocação às armas, levando as milícias norte-americanas a um confronto direto com a ordem global emergente.

Os Lamas do Apocalipse: a Verdade Suprema⁴⁰ do Japão

O objetivo último das técnicas corporais que a Verdade Suprema procura ensinar por meio da ioga e da austeridade é um modo de comunicação com qualquer meio. Pode-se chegar à comunicação pela ressonância com os organismos dos outros, sem que se esteja vinculado a nenhum tipo de consciência de identidade como indivíduo, e sem fazer uso da linguagem verbal.

Masachi Osawa, *Gendai*, outubro de 1995⁴¹

No dia 20 de março de 1995, um atentado com gás sarin em três trens do metrô de Tóquio matou 12 pessoas, feriu mais de 5 mil e abalou as estruturas da aparentemente estável sociedade japonesa. A polícia, com base em informações sobre um incidente semelhante que ocorreu em Matsumoto, em ju-

nho de 1994, concluiu que a autoria do atentado deveria ser atribuída aos membros da *Aum Shinrikyo* (Verdade Suprema), uma seita religiosa situada no cerne da rede de negócios, organizações políticas e unidades paramilitares. O principal objetivo da Verdade Suprema, segundo seu próprio discurso, era sobreviver ao apocalipse iminente, salvando o Japão, e o mundo, da guerra de extermínio que resultaria inevitavelmente da concorrência entre as corporações japonesas e o imperialismo norte-americano em busca do estabelecimento de uma nova ordem mundial e um governo mundial unido. Para sair vitoriosa no Armagedon, caberia à Verdade Suprema preparar um novo tipo de ser humano, fundamentado na espiritualidade e no auto-aprimoramento por meio de meditação e exercícios. Contudo, para poder enfrentar a agressão das potências mundiais, a Verdade Suprema tinha de se defender aceitando o desafio de desenvolver novas armas de extermínio. O desafio logo tornou-se realidade. O fundador e guru da seita, Shoko Asahara, foi preso e levado a julgamento (provavelmente para ser condenado à morte), juntamente com os membros mais proeminentes da seita. A seita propriamente dita continua existindo, embora seu contingente tenha-se reduzido bastante.

Os debates acerca das origens, desenvolvimento e objetivos da Verdade Suprema estenderam-se durante meses a fio na mídia japonesa, reduzindo-se gradativamente somente um ano e meio mais tarde. Esses debates levantaram questões fundamentais sobre o verdadeiro estado da sociedade japonesa. Seria possível conceber tais acontecimentos em uma das sociedades mais ricas, seguras, etnicamente homogêneas, culturalmente integradas e com menores níveis de desigualdade do mundo? O que mais chocou a opinião pública foi o fato de que a seita conquistara muitos adeptos entre cientistas e engenheiros de algumas das melhores universidades do Japão. Tendo ocorrido em um período de incertezas políticas após a crise no PLD, o partido que governa o Japão por quase cinco décadas, o ato aparentemente insensato foi encarado como um sintoma. Mas sintoma de quê? Para se compreender um processo bastante complexo com implicações profundas, porém não tão óbvias, faz-se necessário reconstruir a evolução da seita, começando pela biografia de seu fundador, que desempenhou um papel vital nesse processo.

Asahara e o surgimento da Verdade Suprema

Asahara nasceu cego em uma família pobre do distrito de Kumamoto. Frequentou uma escola especial para cegos e, após concluir seus estudos ali,

preparou-se para o vestibular para a Universidade de Tóquio. Seu projeto declarado era tornar-se primeiro-ministro. Após ter sido reprovado, abriu uma farmácia e especializou-se na venda de medicamentos chineses tradicionais. O uso de alguns desses medicamentos era duvidoso, e a falta de licença para a comercialização desses produtos acabou levando-o à prisão. Após ter-se casado e tido um filho, em 1977 concentrou seus interesses na religião. Educando-se em Sento, tentou desenvolver um método de medicina espiritual baseado no taoísmo. A mudança decisiva em sua vida foi a partir do dia em que resolveu entrar para a seita Agon, um grupo religioso que prega a conquista da perfeição por meio da austeridade.⁴² Meditação, exercícios físicos, ioga e budismo esotérico estavam entre as práticas essenciais do grupo. Asahara incorporou os ensinamentos da seita Agon às suas próprias idéias de criação de um novo universo religioso. Em 1984, abriu uma escola de ioga em Shibuya, Tóquio. Ao mesmo tempo, fundou a Verdade Suprema, ou a *Aum*, com tipo jurídico de associação (*Aum* é uma palavra em sânscrito que significa “sabedoria profunda”). Asahara construiu a reputação de sua escola dizendo à mídia que tinha poderes sobrenaturais, como demonstrado pela sua capacidade de levitar (algo que tentou provar com fotos que o mostravam no ar, sua primeira aventura na área de efeitos especiais visuais, sinal da importância que mais tarde seria dada pela seita à tecnologia da mídia). Afirmando que Deus lhe instruiria a criar um paraíso com alguns poucos eleitos, em 1985 o mestre de ioga tornou-se um líder religioso, ensinando a busca da perfeição a seus discípulos na escola pela prática da austeridade. Em 1986, Asahara criou a seita religiosa formal *Aum Shinsen*, com cerca de 350 membros. Ao contrário do que ocorre em outros cultos, em que somente uma pequena parcela dos devotos pode dedicar-se em tempo integral à prática da austeridade e meditação, a maioria desses seguidores era iniciada como sacerdotes. O índice bastante elevado de sacerdócio na seita era muito importante para o futuro da Verdade Suprema, já que precisava conseguir meios substanciais de apoio financeiro para um número tão grande de sacerdotes. Assim, a Verdade Suprema pedia a seus seguidores que doassem todos os seus bens (por vezes à força), fixava preços para os ensinamentos e as aulas de treinamento, e investia em cadeias de lojas altamente lucrativas (*Mahaposh*a), que trabalhavam com a venda de computadores com desconto, especializando-se em cópias de *software* “piratas”. Com o lucro proveniente dessas lojas, a Verdade Suprema financiava lojas de bebidas e produtos alimentícios e outros negócios diversos. Em 1987, o nome da seita foi alterado para *Aum Shinrikyo* (expressão japonesa que designa “verdade”). Um ano depois, em uma das etapas para a construção do paraíso terrestre, a

Verdade Suprema estabeleceu-se em uma aldeia no sopé do Monte Fuji. Apesar de certa resistência por parte das autoridades, acabou obtendo o registro de uma organização religiosa sem fins lucrativos e isenta de impostos. Após haver consolidado a posição da Verdade Suprema, e com o apoio de cerca de 10 mil membros, Asahara decidiu ingressar na política com o propósito de transformar a sociedade. Em 1990, ele e outros 25 membros da seita concorreram nas eleições para o Congresso mas não conseguiram quase nenhum voto. Alegaram que seus votos haviam sido roubados. Essa frustração na política marcou a “virada” ideológica da Verdade Suprema, que abandonou por completo a tentativa de participar do processo político. Agora, os esforços estariam voltados ao confronto direto com o governo. Logo em seguida, a tentativa de construir um novo templo para a seita em Naminomura encontrou dura resistência dos moradores locais e, após alguns incidentes, membros da Verdade Suprema foram presos. A mídia propagou os boatos de seqüestro e extorsão de ex-membros da seita. Quando um grupo de vítimas da Verdade Suprema formou uma associação, o advogado da seita desapareceu. A seita entrou em estado de delírio paranóico, sentindo-se ludibriada pela polícia, pelo governo e pela mídia.

Dentro desse contexto, Asahara começou a dar ênfase à linha apocalíptica de pensamento que estivera latente nos temas abordados pela seita desde sua criação. Asahara, referindo-se às profecias de Nostradamus, previu que, por volta do ano 2000, eclodiria a guerra nuclear entre os EUA e a URSS e que, como consequência, 90% da população urbana mundial iria morrer. Assim, caberia aos melhores a tarefa de prepararem-se para sobreviver à hecatombe. Para tanto, seriam necessários exercícios físicos extenuantes, austeridade e meditação, segundo os ensinamentos de Asahara, de modo que se desenvolvesse uma raça de super-homens. Os templos de meditação da Verdade Suprema seriam o berço de uma nova civilização que surgiria após o Armagedon. A perfeição espiritual, contudo, não bastaria. O inimigo lançaria mão de todos os tipos de novas armas: nucleares, químicas e bacteriológicas. Portanto, a Verdade Suprema, como a última chance de sobrevivência da humanidade, deveria estar preparada para esse terrível conflito do Fim dos Tempos. Diversas empresas foram criadas pela seita para adquirir e processar materiais para o desenvolvimento de armas químicas e biológicas. Os membros da seita importaram um helicóptero do mercado negro russo e vários blindados, e passaram a dedicar-se ao projeto e produção de armas de alta tecnologia, inclusive armas a *laser* teleguiadas.⁴³

Como consequência lógica desse processo, em 1994 a Verdade Suprema decidiu transformar-se em um Estado paralelo. Constituiu ministérios e agê-

cias “governamentais”, espelhando-se na estrutura do Estado japonês, e nomeou membros para cada ministério e órgão burocrático para formar um governo, tendo Asahara como líder desse Contra-Estado sagrado. O papel dessa organização seria liderar a seita e os poucos eleitos que sobrevivessem à batalha final contra as forças do mal, a saber, o governo mundial unido (controlado pelas multinacionais) e seus agentes diretos: os imperialistas norte-americanos e a polícia japonesa. Em junho de 1994, um primeiro experimento com gás sarin foi realizado em Matsumoto, matando sete pessoas. As investigações conduzidas pela polícia sobre a seita, juntamente com as reportagens da mídia, levaram seus membros a concluir que o confronto direto seria inevitável, e os primeiros indícios do cumprimento da profecia já se faziam notar. Meses depois, o atentado no metrô de Tóquio lançou a seita, o Japão, e talvez o mundo inteiro, em uma era de crítica messiânica potencialmente sustentada por armas de extermínio em massa.

Metodologia e crenças da Verdade Suprema

As crenças e ensinamentos da Verdade Suprema são bastante complexos, e têm passado por algumas mudanças ao longo da evolução da seita. Contudo, é possível reconstruir a essência de sua visão e práticas com base em documentações e relatórios atualmente disponíveis. Na raiz de seu objetivo final e método, a Verdade Suprema destaca a noção de salvação (*gedatsu*), isto é, nas palavras de Osawa, um dos mais atentos observadores da Verdade Suprema:

Dissolver a integridade do corpo como indivíduo para superar a limitação física do organismo. Os fiéis devem transcender o limiar entre o corpo e o mundo exterior diferenciando seu próprio corpo em um processo constante e infindável. Por meio de exercícios físicos contínuos, é possível atingir um ponto em que se pode sentir o corpo como um fluido, gás ou onda de energia. O corpo busca integrar-se como indivíduo porque temos autoconsciência do interior do corpo integrado. É este interior que organiza o ser. Portanto, para desintegrar nossos corpos a tal ponto que o percebemos como fluido ou gás, é preciso atingir a desorganização de nós mesmos. Nisso consiste a salvação.⁴⁴

Salvação é sinônimo de liberdade e felicidade verdadeiras. Na realidade, os seres humanos perderam contato com o seu eu e tornaram-se impuros. O mundo real na verdade é uma ilusão, e a vida tal como é vivida pelas pessoas está repleta de fardos e dores. A percepção e a aceitação dessa dura realidade

permitem encarar a morte em toda a sua verdade. Para se atingir essa verdade por meio da *salvação*, a Verdade Suprema desenvolveu um método de meditação e austeridade (*Mahayana*), com marcos bem definidos dos diferentes graus de perfeição alcançados pelo fiel em diversas etapas.

Entretanto, para a maioria dos seguidores, a *salvação* é, na melhor das hipóteses, incerta. Assim, dois outros elementos atribuem coerência ao método e visão da Verdade Suprema: a fé nos superpoderes do guru, garantindo a salvação após determinado estágio de perfeição ter sido atingido; e, por outro lado, um sentimento de premência oriundo da iminente crise catastrófica da civilização. Na visão da Verdade Suprema, há uma relação direta entre o fim do mundo e a salvação dos fiéis, que, atualmente, se preparam para o apocalipse adquirindo poderes sobrenaturais. Nesse sentido, a Verdade Suprema é ao mesmo tempo uma seita mística e uma organização pragmática que fornece treinamento de sobrevivência para o dia do juízo final no ano 2000 — a um certo preço.

A Verdade Suprema e a sociedade japonesa

A maioria dos sacerdotes da Verdade Suprema eram jovens universitários recém-formados. Em 1995, 47,5% dos sacerdotes estavam na casa dos vinte anos de idade, e 28% contavam pouco mais de trinta anos; 40% eram representados por mulheres. Uma das metas declaradas da Verdade Suprema era “dirimir diferenças entre os sexos” transformando “o mundo interior dos gêneros”. Na falta de um movimento feminista poderoso no Japão (até a época da elaboração deste livro), a Verdade Suprema logrou conquistar alguma influência entre mulheres com curso superior, frustradas por uma sociedade extremamente patriarcal. Uma parcela significativa dos homens era formada por pós-graduados em ciências naturais de universidades renomadas.⁴⁵ O apelo da Verdade Suprema à juventude com grau de instrução superior foi um choque para a sociedade japonesa. Segundo Yazawa,⁴⁶ uma boa justificativa para tal apelo reside na alienação da juventude japonesa, como consequência da derrota dos poderosos movimentos sociais japoneses da década de 60. Ao invés de valores sociais transformadores, prometeu-se a “Sociedade da Informação”. Entretanto, essa promessa carecia de inovação cultural e satisfação das necessidades espirituais. Em uma sociedade desprovida de elementos contestadores mobilizados em torno de uma causa, sem quaisquer valores de transformação cultural, floresceu na década de 70 uma nova geração, cercada de opulência

material, porém vazia de significado espiritual. Uma geração seduzida, a um só tempo, pela tecnologia e pelo esoterismo. Muitos dos seguidores da Verdade Suprema eram pessoas incapazes de encontrar espaço para seus desejos de mudança e de significado na estrutura burocratizada das escolas, órgãos administrativos e corporações, e revoltadas contra as estruturas familiares tradicionais e autoritárias. Não viam qualquer sentido em suas vidas, nem mesmo espaço físico suficiente para se expressarem nas superpovoadas conurbações das cidades japonesas. A única coisa que lhes restava era seus próprios corpos. Para muitos desses jovens, o maior desejo era viver em um mundo diferente por meio da ciência e da tecnologia que os faria transcender limites naturais e sociais. Na concepção de Yazawa, esse desejo se fundamentava na “informacionalização do corpo”, isto é, na transformação do potencial físico humano pelo poder da crença, das idéias e da meditação. É justamente nesse ponto que a metodologia de salvação da Verdade Suprema se encaixava. A promessa de salvação era que as pessoas poderiam sentir a si próprias e às outras ao mesmo tempo. A comunidade e o sentimento de posse seriam restaurados, porém expressão do eu, mediante a perfeição e o controle dos próprios limites do corpo, não como resultado de uma força exterior, permitindo a comunicação sem um meio de conexão direta com outros corpos. Essa nova forma de comunicação somente seria possível entre corpos que já tivessem superado a barreira das limitações físicas. O corpo de Asahara, por já ter transcendido seus limites físicos, seria o catalisador da salvação dos demais. Como consequência, formou-se gradativamente uma comunidade virtual de corpos que haviam estabelecido uma comunicação entre si, tendo Asahara como centro único dessa comunidade.⁴⁷

Algumas dessas idéias e práticas não são estranhas à ioga e ao Budismo tibetano. Contudo, uma característica bastante peculiar da versão da Verdade Suprema de comunicação extracorpórea pela ioga e pela meditação foi, por um lado, a utilização de recursos tecnológicos (por exemplo, o uso intenso de vídeos de treinamento e de equipamentos eletrônicos), e por outro, sua instrumentação política. Em alguns casos, os experimentos eram realizados com capacetes eletrônicos para que os seguidores pudessem receber ondas de comunicação diretamente do cérebro de seu guru (uma modesta contribuição da tecnologia à teoria da comunicação extracorpórea). Finalmente as idéias de Asahara foram se desenvolvendo a ponto de transformar a identidade do eu do guru no “eu verdadeiro”, em que os “eus” de todos os discípulos seriam, em última análise, diluídos. Os canais de comunicação com o mundo exterior foram fechados, pois este mundo foi o inimigo declarado, que rumava em

direção ao Armagedon. A rede interna foi estruturada como uma organização hierárquica, em que a comunicação vinha do topo, sem admitir a existência de canais horizontais de comunicação entre os seguidores. Nesse contexto, o mundo exterior era irreal, e a realidade virtual criada a partir da combinação entre tecnologia e técnicas de ioga era o mundo real. O mundo externo, irreal, caminhava a passos largos para o apocalipse. A realidade virtual, interna, o mundo “comunicado” internamente, representava a realidade fundamental, que se preparava para a salvação.

No último estágio do discurso da Verdade Suprema, uma previsão social mais exata tomou forma: a futura transformação social seria povoada por um ciclo de recessão econômica, seguida de depressão e, finalmente, guerra e morte. Catástrofes naturais e recessão econômica assolariam o Japão nos últimos anos do milênio. Motivo: concorrência cada vez mais acirrada dos outros países asiáticos favorecidos pela vantagem comparativa de encargos trabalhistas menos onerosos. Para reagir ao desafio, o Japão desenvolveria sua indústria bélica e tentaria impor sua vontade à Ásia, em defesa dos interesses das corporações japonesas que fariam de tudo para criar um governo mundial controlado por multinacionais. Como resposta, os Estados Unidos entrariam na guerra contra o Japão para proteger seus vassalos asiáticos e dar continuidade a seu próprio projeto de governo mundial. A guerra arrastaria-se-ia por muito tempo e todos os tipos de armas de alta tecnologia seriam empregadas; uma guerra de extermínio, que poderia acabar com a humanidade. Nesse sentido, a visão da Verdade Suprema refletia, de forma distorcida e esquemática, os temores da sociedade japonesa em relação à perda de vantagem competitiva na economia mundial, a um potencial conflito com os Estados Unidos e às consequências catastróficas do desenvolvimento desenfreado de novas formas de tecnologia.

Uma das características mais marcantes da Verdade Suprema foi o meio encontrado para reagir a tais ameaças. Estar preparado para essa guerra, e sobreviver a ela (como em alguns dos mais famosos filmes de ficção científica dos anos 90), exigiria o renascimento da espiritualidade e o conhecimento da mais avançada tecnologia bélica, principalmente no que diz respeito a armas químicas, biológicas e teleguiadas a *laser*. Conforme mencionado anteriormente, a Verdade Suprema realmente procurou adquirir esses armamentos e contratar cientistas capazes de desenvolvê-los nos Estados Unidos, em Israel e na Rússia. Em busca da perfeição espiritual, unindo seus membros em um só corpo, a Verdade Suprema muniu-se também dos recursos necessários ao combate na guerra pela sobrevivência, que declarou anteci-

padamente contra os defensores do governo mundial que despontava no horizonte político do planeta.

De forma distorcida, os temores e as idéias da Verdade Suprema assemelhavam-se aos encontrados em muitas das subculturas de jovens do Japão. Segundo Shinji Miyadai, duas percepções de mundo podiam ser identificadas nessas subculturas.⁴⁸ A primeira delas era a de uma “vida infinitamente cotidiana” sem qualquer propósito, objetivos ou alegrias. A segunda era de uma possível existência comunal somente no caso de guerra nuclear, que obrigaría os sobreviventes a se agregarem. Ao fundamentar-se em ambas as idéias — quer dizer, encontrar a felicidade no eu interior e preparar-se para a comunidade pós-guerra nuclear — a Verdade Suprema estabeleceu um elo de ligação com as manifestações de desespero cultural da juventude, uma massa alienada em uma sociedade ultra-organizada. Assim, a Verdade Suprema não pode ser tratada apenas como um ato de alucinação coletiva, mas sim como uma manifestação hiperbólica e amplificada de rebeldes com alto grau de escolaridade, manipulada pelo guru messiânico, num misto de meditação e eletrônica, negócios e espiritualidade, política informacional e guerra tecnológica. A Verdade Suprema parece ter sido uma caricatura horrenda da Sociedade da Informação Japonesa, refletindo sua estrutura de governo, comportamento corporativo e veneração pela tecnologia avançada mesclada ao espiritualismo tradicional. Talvez a razão pela qual o Japão tenha ficado obcecado pela Verdade Suprema seja o reconhecimento de quão verdadeiramente japonesa foi essa visão derradeira do apocalipse.

O significado das insurreições contra a nova ordem global

Após ter analisado três movimentos contrários à globalização, considerando suas respectivas práticas, discursos e contextos, arriscaria traçar um paralelo entre eles, visando chegar a conclusões no sentido de uma análise mais ampla da transformação social da sociedade em rede. Para tanto, utilizarei minha adaptação da tipologia proposta por Alain Touraine como meio de leitura dos movimentos em relação a certas categorias analíticas. A partir dessa perspectiva, os três movimentos aqui contemplados têm em comum a identificação do adversário: a nova ordem global, classificada pelos zapatistas como a união do imperialismo norte-americano com o governo corrupto e ilegítimo do PRI por meio do NAFTA; encarnada pelas instituições internacionais, mais notadamente as Nações Unidas, e o governo federal dos Estados Unidos, na

visão das milícias; e considerada pela Verdade Suprema como a ameaça global proveniente de um governo mundial unificado representante dos interesses das multinacionais, do imperialismo norte-americano e da polícia japonesa. Assim, os três movimentos são basicamente organizados em torno de uma oposição a um adversário que, *grosso modo*, é o mesmo: os agentes da nova ordem global, que procuram estabelecer um governo mundial que irá subjugar a soberania de todos os países e de todos os povos.

A esse adversário, cada movimento oferece como resistência um princípio específico de identidade, refletindo as profundas diferenças entre as três sociedades das quais se originaram: no caso dos zapatistas, vêem-se como índios e mexicanos oprimidos em luta por seus direitos, sua dignidade e suas terras, bem como pela nação mexicana; no caso das milícias, como cidadãos norte-americanos lutando por sua soberania e liberdades, conforme estabelecido na versão original, de inspiração divina, da Constituição dos Estados Unidos. Quanto à Verdade Suprema, seu princípio de identidade é um pouco mais complexo: representa de fato sua identidade individual, expressa em seus corpos, embora tais corpos compartilhem-se uns aos outros na mente do guru — uma combinação entre individualidade física e comunidade espiritual reconstruída.

Em qualquer um desses três casos, existe um apelo à autenticidade de seu princípio de identidade, manifestada, porém, sob formas distintas: uma grande comunidade com raízes históricas (os índios do México, assim como uma parcela da população mexicana); comunidades locais de cidadãos livres; e uma comunidade espiritual dos indivíduos libertados da dependência de seus corpos. Tais identidades baseiam-se na especificidade cultural e no desejo de controle sobre seu próprio destino. E opõem-se ao adversário global em prol de seu objetivo societal maior, que nos três casos leva à integração entre sua identidade específica e o bem-estar da sociedade em geral: México, Estados Unidos, os sobreviventes da humanidade. Porém, busca-se essa integração mediante a conquista de valores distintos: justiça social e democracia para todos os mexicanos; liberdade individual e recusa à dominação do governo para todos os cidadãos norte-americanos; e transcendência em relação ao mundo material pela libertação espiritual no caso da Verdade Suprema. Tais objetivos societais são, no entanto, o elemento menos representativo em cada movimento: consistem fundamentalmente em mobilizações com base na identidade como forma de reação a um adversário explícito. Constituem movimentos reativos e defensivos e, embora proponham visões de uma sociedade alternativa, não se pode afirmar que lutam por um projeto societal. O quadro 2.1 relaciona os elementos definidores de cada movimento.

Quadro 2.1 Estrutura de valores e crenças de movimentos contrários à globalização			
Movimento	Identidade	Adversário	Objetivo
Zapatistas	Índios/mexicanos oprimidos/excluídos	Capitalismo global (NAFTA); governo ilegítimo do PRI	Dignidade, democracia, terras
Milícias norte-americanas	Cidadãos originalmente norte-americanos	Nova ordem mundial, governo federal dos Estados Unidos	Liberdade e soberania dos cidadãos e das comunidades locais
Verdade Suprema	Comunidade espiritual formada pelos corpos de seguidores dissociados da própria individualidade	Governo mundial, polícia japonesa	Sobrevivência ao apocalipse

O grande impacto causado por esses movimentos resulta, em grande medida, da presença marcante na mídia e do uso eficaz da tecnologia da informação. Procura-se atrair a atenção da mídia nos moldes da tradição anarquista francesa, brevemente reinstaurada em maio de 1968, da *l'action exemplaire*: pratica-se um ato espetacular que, dado seu forte apelo, até mesmo pelo sacrifício, chama a atenção das pessoas às reivindicações do movimento, visando em última análise despertar as massas, manipuladas pela propaganda e subjugadas pela repressão. Ao forçar um debate sobre suas reivindicações e induzir as pessoas a participarem, os movimentos pretendem exercer pressão sobre governos e instituições, revertendo o curso de submissão à nova ordem mundial.

Por isso o uso de armas constitui elemento essencial nos três movimentos, não como um objetivo, mas como sinal de liberdade e recurso que provoca acontecimentos, chamando a atenção da mídia. Tal estratégia orientada à mídia foi explícita, e habilmente colocada em prática, no caso dos zapatistas, que, agindo com cautela, procuraram minimizar a violência e utilizar a mídia e a Internet para divulgar suas idéias ao mundo. Já as manobras paramilitares das milícias e a exploração deliberada de táticas violentas, ou a ameaça de agir dessa maneira, para atrair a mídia, também constituem uma das principais características dos patriotas norte-americanos. Até mesmo a Verdade Suprema, com toda sua desconfiança em relação à mídia, dedicou considerável atenção aos debates na televisão e às notas de imprensa, designando alguns de seus membros mais importantes para a execução dessas tarefas. Seus atentados com o gás sarin parecem ter atendido ao duplo propósito de verificar o cumprimen-

to da profecia do juízo final e difundir sua advertência ao mundo, veiculada pela mídia. Pode-se dizer que os novos movimentos de protesto lançam mensagens e projetam reivindicações sob a forma de uma política simbólica, característica da sociedade da informação (ver capítulo 6). Suas habilidades no trato com a mídia são poderosas ferramentas de combate, enquanto suas armas e manifestos são meios de gerar um evento digno de nota pelos órgãos de imprensa.

Novas tecnologias de comunicação são fundamentais à existência desses movimentos: na realidade, cumprem o papel de infra-estrutura organizacional dos movimentos. Sem a Internet, o fax e a mídia alternativa, os patriotas não seriam uma rede altamente influente, mas uma simples seqüência de reações desarticuladas de pouca representatividade. Desprovidos de um meio de comunicação capaz de fazê-los atingir as populações urbanas do México e todo o mundo em tempo real, os zapatistas provavelmente estariam fadados à condição de guerrilha isolada e local, a exemplo de várias ainda travando lutas na América Latina. A Verdade Suprema não se valeu muito da Internet simplesmente porque a presença da rede não era significativa no Japão no início da década de 90. Em contrapartida, utilizaram em larga escala o fax, o vídeo e os computadores como ferramentas essenciais à construção de uma rede organizacional que, embora descentralizada, era altamente controlada. Além disso, buscavam descobertas tecnológicas (que admitiram ser também esotéricas) pelo desenvolvimento de uma comunicação direta e estimulada eletronicamente de cérebro para cérebro. As células revolucionárias da era da informação são formadas a partir de fluxos de elétrons.

Paralelamente aos seus pontos em comum, os três movimentos revelam também profundas diferenças, intimamente relacionadas às suas origens histórico-culturais e ao grau de desenvolvimento tecnológico de suas sociedades. Deve-se estabelecer uma distinção clara entre o projeto político articulado dos zapatistas, a confusão e a paranóia da maioria das milícias e a lógica apocalíptica da Verdade Suprema. Tal distinção também está vinculada à diferença entre o componente apocalíptico das milícias e da Verdade Suprema, e a ausência dessas visões do Fim dos Tempos entre os zapatistas. Portanto, contextos sociais, culturas, processos históricos e grau de conscientização política específicos são determinantes de diferenças significativas nos processos de insurreição, ainda que desencadeados por uma causa semelhante.

Os três movimentos interagiram profundamente com os processos políticos das sociedades em que foram originados. Os zapatistas deliberadamente desferiram seu ataque no ano das eleições presidenciais no México, desempe-

nhando papel fundamental no agravamento das dissensões internas do PRI e forçando a abertura do sistema político mexicano (ver capítulo 5). A Verdade Suprema despontou em 1993, quando o sistema político japonês, até então estável, entrava em franca decadência. Dando voz, com extrema maestria, à alienação de toda uma geração de profissionais e cientistas, a Verdade Suprema aprofundou e acelerou o debate no Japão sobre o modelo social do período posterior ao hiper Crescimento da economia, em que a opulência material fora finalmente alcançada e as ameaças de dominação estrangeira haviam sido afastadas. Após décadas de modernização acelerada por uma série de intervenções estatais e mobilização nacional, o Japão tinha de enfrentar-se a si próprio como sociedade, após se dar conta de que também podia padecer dos males causados pela alienação, violência e terrorismo, gerados por japoneses contra os próprios japoneses.

Da mesma forma, as milícias norte-americanas surgiram em um contexto de descrença política generalizada e sentimento antigovernamental nos Estados Unidos, sentimento este também expresso pela política eleitoral de exploração da “revolução neoconservadora” adotada pelo Partido Republicano (ver capítulo 5). As origens de uma parcela significativa dos eleitores neoconservadores pode ser encontrada no fundamentalismo cristão, bem como em outros segmentos da opinião pública vinculados ao movimento patriótico, conforme evidenciado pela surpreendente vitória republicana nas eleições legislativas de 1994 e pelo relativo impacto da candidatura de Buchanan nas primárias das eleições presidenciais de 1996. Existe na verdade uma relação bastante tênue entre a queda nos padrões de vida nos Estados Unidos, a erosão da política partidária tradicional, a consolidação de tendências libertárias e populistas de direita no cenário político nacional, a reação dos valores tradicionais contra os processos de transformação social e desintegração familiar e o surgimento do movimento patriótico. Isso parece essencial para o entendimento da nova relação entre a sociedade norte-americana e seu sistema político.⁴⁹

Portanto, os novos movimentos sociais, em toda sua diversidade, reagem contra a globalização e seus agentes políticos, atuando com base em um processo contínuo de informacionalização por meio da mudança dos códigos culturais no cerne das novas instituições sociais. Nesse sentido, não obstante surgirem das profundezas de formas sociais historicamente esgotadas, afetam de modo decisivo a sociedade atualmente em formação, seguindo um padrão bastante complexo.

Conclusão: o desafio à globalização

Os movimentos sociais analisados no presente capítulo são bastante distintos. Apesar dessas enormes diferenças, e das manifestações sob diversas formas, decorrentes de suas raízes socioculturais dessemelhantes, todos eles têm em comum a contestação dos atuais processos de globalização em prol de suas identidades construídas, em alguns casos reivindicando para si o direito de representar os interesses de seu país ou até mesmo de toda a humanidade.

Os movimentos abordados neste e em outros capítulos deste volume não são os únicos que se opõem aos desdobramentos sociais, econômicos, culturais e ambientais da globalização. Em outras áreas do mundo, por exemplo, na Europa, surgem manifestações semelhantes contrárias à reestruturação capitalista e à imposição de novas regras em nome da concorrência global, com base no movimento trabalhista. Por exemplo, a greve geral de dezembro de 1995 na França pode ser considerada uma poderosa manifestação dessa oposição, num dos mais clássicos dos rituais franceses, em que os sindicatos de trabalhadores levam operários e estudantes às ruas em defesa da nação. Segundo pesquisas de opinião, houve altos índices de apoio à greve entre a população em geral, a despeito dos inconvenientes causados pela falta de transporte público. Contudo, uma vez que já existe uma excelente análise sociológica desse movimento,⁵⁰ cujas principais linhas interpretativas são altamente pertinentes, recomendo-a ao leitor para diversificar um pouco mais o quadro intercultural de recusa ao processo de globalização. Movimentos como este, e muitos outros em todo o mundo, vêm minando a fantasia neoliberal de implantação de uma economia global independente da sociedade por meio de uma arquitetura de informática. O grande esquema exclusivista (explícito ou implícito) de concentração de informações, produção e mercados em um segmento elitizado da população, livrando-se dos demais das mais diversas maneiras, mais ou menos humanistas de acordo com as disposições de cada sociedade, vem desencadeando, na expressão cunhada por Touraine, uma “*grand refus*”. Ressalve-se, porém, que a transformação dessa rejeição na reconstrução de novas formas de controle social sobre novas formas de capitalismo, globalizado e informacionalizado, requer a assimilação das reivindicações dos movimentos sociais por parte do sistema político e das instituições do Estado. A competência, ou incompetência do Estado, em lidar com a lógica conflitante do capitalismo global, dos movimentos sociais com base em identidades e dos movimentos defen-

sivos articulados por trabalhadores e consumidores, serão responsáveis, em grande parte, pelos moldes do futuro da sociedade do século XXI. Entretanto, antes que passemos a discorrer sobre a dinâmica do Estado na era da informação, devemos analisar o recente desenvolvimento de tipos diferentes de influentes movimentos sociais que, em vez de reativos, podem ser classificados como pró-ativos: o ambientalismo e o feminismo.

Notas

1. *Durito* é um personagem das histórias do subcomandante Marcos, o porta-voz dos zapatistas. Ele é um besouro muito inteligente: na verdade, trata-se do conselheiro intelectual de Marcos. O problema é que ele sempre tem medo de ser esmagado pelas diversas guerrilhas ao seu redor, por isso pede a Marcos que mantenha o movimento sob controle. O texto acima foi extraído do *Ejercito Zapatista de Liberacion Nacional/Subcomandante Marcos* (1995: 58-9); minha tradução, com a condescendência de *Durito*.
2. Este capítulo contou com a valiosa contribuição intelectual de diversos participantes do Seminário Internacional de Globalização e Movimentos Sociais organizado pela Comissão de Pesquisa sobre Movimentos Sociais da Associação Internacional de Sociologia em Santa Cruz, Califórnia, de 16 a 19 de abril de 1996. Agradeço aos organizadores do seminário, Barbara Epstein e Louis Maheu, pelo seu gentil convite.
3. Para uma discussão teórica dos movimentos sociais bastante pertinente à investigação apresentada neste capítulo, ver Castells (1983); Dalton e Kuechler (1990); Epstein (1991); Riechmann e Fernandez Buey (1994); Calderon (1995); Dubet e Wiewiora (1995); Maheu (1995); Melucci (1995); Touraine (1995); Touraine *et al.* (1996); Yazawa (no prelo).
4. Touraine (1965, 1966). Na realidade, segundo a formulação original de Touraine, uma terminologia um pouco diferente é empregada em francês: *principe d'identité*, *principe d'opposition*; *principe de totalité*. Julguei que seria mais claro a um público internacional utilizar palavras mais diretas para dizer a mesma coisa, não obstante o risco de perder o sabor dos termos originalmente em francês.
5. Este estudo comparativo está baseado em um trabalho realizado em 1995 juntamente com Shujiro Yazawa e Emma Kiselyova. Sobre o primeiro esboço desse trabalho, ver Castells *et al.* (1996).
6. A análise do movimento zapatista aqui apresentada deve muito, a exemplo de numerosas passagens deste livro, à contribuição de duas mulheres. A primeira delas é a professora doutora Alejandra Moreno Toscano, renomada historiadora urbana da Universidad Nacional Autonoma de Mexico e ex-secretária do Bem-Estar Social da Cidade do México, DF, tendo atuado como principal assessora de Manuel Camacho, o representante do presidente da República durante o período mais delicado de negociações entre o governo mexicano e os

zapatistas nos primeiros meses de 1994. Ela me forneceu documentos, opiniões e idéias muito elucidativos, além de ter-me auxiliado de forma decisiva no entendimento do processo global da política mexicana no período 1994-1996. Sobre a análise de Alejandra a esse respeito (o enfoque mais inteligente que já li), ver Moreno Toscano (1996). Devo meus agradecimentos também à Maria Elena Martinez Torres, doutoranda sob minha orientação em Berkeley e dedicada estudiosa dos camponeses da região de Chiapas. Durante nossas discussões, ela colocou à minha disposição suas próprias análises (Martinez Torres, 1994, 1996). Naturalmente que assumo inteira responsabilidade pela interpretação, e eventuais erros, acerca das conclusões apresentadas neste livro. Outras fontes utilizadas sobre o movimento zapatista são: Garcia de Leon (1985); Arquilla e Rondfeldt (1993); Collier e Lowery Quaratiello (1994); *Ejercito Zapatista de Liberacion Nacional* (1994, 1995); Trejo Delarbre (1994a, b); Collier (1995); Hernandez Navarro (1995); Nash *et al.* (1995); Rojas (1995); Rondfeldt (1995); Tello Diaz (1995); Woldenberg (1995).

7. O governo mexicano afirma ter identificado o subcomandante Marcos e os principais líderes dos zapatistas, o que parece ser bastante plausível. Essa notícia foi amplamente divulgada pela mídia. Entretanto, como os zapatistas ainda estão na luta por sua causa, não creio que seja apropriado aceitar tais afirmações como fato consumado.
8. Moreno Toscano (1996).
9. EZLN (1994: 61); traduzido para o inglês por Castells.
10. Collier (1995: 1); argumento semelhante é defendido por Martinez Torres (1994). No Manifesto divulgado pelos zapatistas pela Internet em novembro de 1995 em comemoração ao décimo segundo aniversário da fundação de sua organização, eles deram ênfase especial ao seu caráter de um movimento mexicano pela justiça e pela democracia, além da defesa da identidade indígena: “O país que desejamos ter é para todos os mexicanos, e não apenas para os indígenas. Não pretendemos nos separar da Nação Mexicana, queremos fazer parte dela, sermos aceitos como iguais, como pessoas com dignidade, como seres humanos... Aqui somos irmãos, os mortos de sempre. Morrendo novamente, mas, desta vez, morrendo para viver” (EZLN, *Comunicado* transmitido via Internet, 17 de novembro de 1995; traduzido para o inglês por Castells).
11. Declaração zapatista, 25 de janeiro de 1994; citada por Moreno Toscano (1996: 92).
12. Segundo pesquisa realizada nos dias 8 e 9 de dezembro de 1994, 59% dos residentes da Cidade do México tinham uma “boa impressão” dos zapatistas, enquanto 78% acreditavam que suas reivindicações eram justificadas (pesquisa publicada pelo jornal *Reforma*, 11 de dezembro de 1994).
13. Marcos, 11 de fevereiro de 1994; citado por Moreno Toscano (1996: 90).
14. Faz-se necessário esclarecer os diferentes significados atribuídos a *La Neta* aos leitores não-mexicanos. Além de ser o feminino figurativo de *The Net* em espanhol, *la neta* é uma gíria mexicana que quer dizer “a verdadeira história”.
15. Martinez Torres (1996: 5).
16. Rondfeldt (1995).

17. Arquilla e Ronfeldt (1993).
- 18 . A principal fonte de informações sobre a milícia norte-americana e os “patriotas” é o *Southern Poverty Law Center*, sediado em Montgomery, Alabama. Essa notável organização tem demonstrado extraordinária coragem e eficiência na proteção à cidadania contra grupos fundamentados no ódio nos Estados Unidos desde sua fundação em 1979. Como parte de seu programa, a organização criou uma *Klanwatch/Militia Task Force* (Força-Tarefa de Vigilância à Klan/Milícia) que fornece dados e análises precisos para auxiliar na compreensão e reação a grupos extremistas, antigos ou recém-formados, contra o governo e contra determinados povos. Sobre informações mais recentes, utilizadas em minhas análises, ver *Klanwatch/Militia Task Force* (1996, daqui em diante, simplesmente KMTF). Um estudo bem documentado sobre a milícia norte-americana nos anos 90 foi elaborado por Stern (1996). Utilizei também a excelente análise apresentada por Matthew Zook, um de meus alunos de doutorado, sobre as milícias e a Internet em 1996 (Zook, 1996). Fontes complementares empregadas especificamente na análise apresentada neste capítulo são: J. Cooper (1995); Anti-Defamation League [Liga antidifamatória] (1994, 1995); Armond (1995); Armstrong (1995); Bennett (1995); Berlet e Lyons (1995); *Broadcasting and Cable* (1995); *Business Week* (1995d); Coalition for Human Dignity (1995); Cooper (1995); Heard (1995); Helvarg (1995); Jordan (1995); Ivins (1995); Maxwell e Tapia (1995); Sheps (1995); *The Nation* (1995); Orr (1995); Pollith (1995); Ross (1995); *The Gallup Poll Monthly* (1995); *The New Republic* (1995); *The New York Times Sunday* (1995a, b); *The Progressive* (1995); *Time* (1995); WEPIN Store (1995); Dees e Corcoran (1996); Winerip (1996).
- 19 . Excerto do artigo assinado pelo suprematista branco William Pierce na edição de março de 1994 de sua revista *National Vanguard*, citada pela KMTF (1996: 37). Pierce é o líder da Aliança Nacional e autor do best-seller *The Turner Diaries*.
20. A Milícia do Texas fez o seguinte apelo alguns dias antes de 19 de abril de 1995, dia do segundo aniversário do episódio de Waco: “Todos os cidadãos fisicamente capacitados estão convidados a se reunir, armados, para celebrar seu direito de portar armas e congregar-se sob a forma de milícias em defesa da República” (citado no editorial de *The Nation*, 1995: 656).
21. KMTF (1996).
22. KMTF (1996); Stern (1996).
23. Berlet e Lyons (1995); KMTF (1996); Winerip (1996).
24. Stern (1996: 221).
25. Berlet e Lyons (1995).
26. Whisker (1992); J. Cooper (1995).
27. Berlet e Lyons (1995).
28. Winerip (1996).
29. Zook (1996).
30. KMTF (1996: 14).
31. Helvarg (1995).

32. KMTF (1996); Stern (1996); Zook (1996).
33. KMTF (1996: 16).
34. Stern (1996: 228).
35. M. Cooper (1995).
36. Maxwell e Tapia (1995).
37. Lipset e Raab (1978).
38. *The New York Times* (1995b).
39. Stevens (1995).
40. A análise da Verdade Suprema aqui apresentada reproduz essencialmente a contribuição do estudo e do artigo resultantes do trabalho conjunto com Shujiro Yazawa, responsável pela maior parte da pesquisa sobre a Verdade Suprema, embora também eu tenha estudado o movimento, ao desenvolver um trabalho com Yazawa em Tóquio em 1995. Além de reportagens, jornais e revistas, as fontes utilizadas diretamente nesta análise são Aoyama (1991); Asahara (1994, 1995); *Vajrayana Sacca* (1994); Drew (1995); Fujita (1995); *Mainichi Shinbun* (1995); Miyadai (1995); Ohama (1995); Osawa (1995); Nakazawa *et al.* (1995); Shimazono (1995); Yazawa (no prelo na época da elaboração deste trabalho).
41. Traduzido por Yazawa.
42. Austeridade nesse caso implica passar toda a existência realizando atividades físicas extenuantes e privando-se de alimento e de prazeres carnais.
43. Drew (1995).
44. Osawa (1995).
45. *Mainichi Shinbun* (1995).
46. Castells *et al.* (1996); Yazawa (no prelo).
47. Osawa (1995).
48. Miyadai (1995).
49. Balz e Borwnstein (1996).
50. Touraine *et al.* (1996).

O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista

A política verde é um tipo de celebração. Reconhecemos que cada um de nós faz parte dos problemas do mundo, e que também fazemos parte da solução. Os perigos e as perspectivas de cura não estão apenas no meio que nos cerca. Começamos a atuar exatamente onde estamos. Não há necessidade de esperar até que as condições se tornem ideais. Podemos simplificar nossas vidas e viver em harmonia com valores humanos e ecológicos. Haverá melhores condições de vida porque nos permitimos começar... Portanto pode-se dizer que o principal objetivo da política verde é uma revolução interior, “o verdejar do ser”:

Peta Kelly, *Pensando Verde*¹

Se nos propuséssemos a avaliar os movimentos sociais por sua produtividade histórica, a saber, por seu impacto em valores culturais e instituições da sociedade, poderíamos afirmar que o movimento ambientalista do último quarto deste século conquistou posição de destaque no cenário da aventura humana. Nos anos 90, 80% dos norte-americanos e mais de dois terços dos europeus consideram-se ambientalistas; candidatos e partidos dificilmente conseguem se eleger sem “verdejarem” suas plataformas; tanto os governos como as instituições internacionais incumbem-se de multiplicar programas, órgãos especiais e legislações destinados a proteger a natureza, melhorar a qualidade de vida e, em última análise, salvar o planeta a longo prazo, e nós próprios a curto prazo. Grandes empresas, inclusive as responsáveis por uma grande emissão de poluentes, passaram a incluir a questão do ambientalismo em sua agenda de relações públicas, e também em seus novos e mais promissores mercados. Em todo o mundo, a velha oposição simplista entre os conceitos de desenvolvimento para os pobres e preservação para os ricos tem-se transformado em um debate em diversos níveis acerca da possibilidade real de desenvolvimento sustentado para cada país, cidade ou região. Sem sombra de dúvida, a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persiste, uma vez que

seu tratamento requer uma transformação nos meios de produção e de consumo, bem como de nossa organização social e de nossas vidas pessoais. O aquecimento global paira como uma ameaça mortal, as florestas tropicais ainda ardem em chamas, substâncias tóxicas ainda estão nos níveis mais elementares da cadeia alimentar, um mar de miséria absoluta ainda nega o direito à vida e os governos ainda brincam com a saúde das pessoas, como evidenciado com a irritação de Major à doença da vaca louca. Contudo, o fato de que todas essas questões, e muitas outras, estão sendo debatidas pela opinião pública, e de que uma conscientização cada vez maior vem se estabelecendo a partir do caráter global e interdependente de tais questões, acaba lançando as bases para sua abordagem e, talvez, para uma reorientação das instituições e políticas no sentido de um sistema socioeconômico responsável do ponto de vista ambiental. O movimento ambientalista multifacetado que surgiu a partir do final dos anos 60 na maior parte do mundo, principalmente nos Estados Unidos e norte da Europa, encontra-se, em grande medida, no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura.²

Parece-me um tanto arbitrário, contudo, falar sobre o movimento ambientalista, tendo em vista a diversidade de sua composição e formas de manifestação em cada país e cultura. Assim, antes de avaliar seu potencial transformador, procurarei estabelecer uma diferenciação tipológica dos vários componentes que integram o ambientalismo, valendo-me de exemplos para cada um dos tipos apresentados, a fim de tornar a discussão mais palpável. Em seguida, procederei a uma argumentação mais abrangente quanto à relação entre os temas abordados pelos ambientalistas e as principais dimensões em que a transformação cultural se processa em nossa sociedade, a saber, os conflitos sobre o papel da ciência e da tecnologia, sobre o controle do tempo e do espaço, e sobre a construção de novas identidades. Concluída a caracterização dos movimentos ambientalistas sob a ótica de sua diversidade social e de sua cultura compartilhada, prosseguirei com a análise dos meios de atuação empregados por tais movimentos em relação à sociedade como um todo, explorando a questão da institucionalização desses movimentos e de seu relacionamento com o Estado. Por fim, serão feitas algumas considerações a respeito do vínculo cada vez maior entre movimentos ambientalistas e lutas sociais, tanto em âmbito local como global, aliado à noção popular amplamente difundida de justiça ambiental.

A dissonância criativa do ambientalismo: uma tipologia

As ações coletivas, políticas e discursos agrupados sob a égide do ambientalismo são tão diversificados que se torna praticamente impossível considerá-lo um único movimento. Todavia, sustento a tese de que é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração. Além disso, procurarei demonstrar a existência de alguns temas fundamentais que perpassam a maioria, se não todas as ações coletivas relacionadas à proteção do meio ambiente. Para maior clareza, parece apropriado analisar esse movimento com base em uma distinção e uma tipologia.

A distinção será estabelecida entre ambientalismo e ecologia. Por *ambientalismo*, refiro-me a todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante. Por *ecologia*, do ponto

Quadro 3.1 Tipologia dos movimentos ambientalistas

<i>Tipo (exemplo)</i>	<i>Identidade</i>	<i>Adversário</i>	<i>Objetivo</i>
Preservação da natureza (Grupo dos Dez, EUA)	Amantes da natureza	Desenvolvimento não-controlado	Vida selvagem
Defesa do próprio espaço (Não no meu Quintal)	Comunidade local	Agentes poluidores	Qualidade de vida/saúde
Contra cultura, ecologia profunda (<i>Earth first!</i> , ecofeminismo)	O ser “verde”	Industrialismo, tecnocracia e patriarcialismo	“Ecotopia”
<i>Save the planet</i> (Greenpeace)	Internacionalistas na luta pela causa ecológica	Desenvolvimento global desenfreado	Sustentabilidade
“Política verde” (<i>Die Grünen</i>)	Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente	Estabelecimento político	Oposição ao poder

de vista sociológico, entendendo o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária. Na minha visão, o ambientalismo é a ecologia na prática, e a ecologia é o ambientalismo na teoria; contudo, nas páginas a seguir restringirei o uso do termo “ecologia” a manifestações explícitas e conscientes dessa perspectiva holística e evolucionária.

Quanto à tipologia, devo recorrer mais uma vez à caracterização dos movimentos sociais elaborada por Alain Touraine, descrita no capítulo 2, estabelecendo a distinção entre cinco grandes categorias de movimentos ambientalistas, *conforme manifestados por meio de práticas observadas* nas duas últimas décadas, em âmbito internacional. Creio que essa tipologia de ser aplicada de maneira geral, muito embora a maioria dos exemplos tenha sido extraída da Alemanha e da América do Norte, pois aí se encontram os movimentos ambientalistas mais desenvolvidos do mundo, e porque tive maior facilidade de acesso a essas informações. Por favor aceitem minhas desculpas pelas limitações inevitáveis de minha opção, e por todas as tipologias que, espero, sejam compensadas pelos exemplos relacionados aos movimentos atuais que darão vida à esta caracterização um tanto abstrata.

Para nos aventurarmos nessa breve jornada pelo caleidoscópio do ambientalismo sob a ótica das tipologias propostas, julguei conveniente fornecer ao leitor um mapa. O quadro 3.1 cumpre essa função, contudo requer alguns esclarecimentos. Cada um dos tipos apresentados é definido analiticamente por uma combinação específica entre as três características determinantes de um movimento social: *identidade, adversário e objetivo*. Para cada um desses tipos, identifico o conteúdo exato das três características apresentadas, fruto de observação, e com base em diversas fontes, devidamente indicadas. Do mesmo modo, atribuo um nome a cada um dos tipos, fornecendo exemplos de movimentos que melhor se enquadram em cada tipo. Obviamente que em alguns movimentos ou organizações pode haver uma mistura entre essas características, contudo, para fins de análise, selecionei movimentos cujas práticas e discursos parecem estar mais próximos do tipo ideal. Após observar o quadro 3.1, o leitor está convidado a tomar contato com uma descrição bastante sucinta de cada um dos exemplos que ilustram os cinco tipos propostos, de forma que vozes do movimento sejam audíveis e possam ser discernidas em meio a essa dissonância.

A *preservação da natureza*, sob suas mais diversas formas, esteve presente na origem do movimento ambientalista nos Estados Unidos, marcando

presença por intermédio de organizações como o *Sierra Club* (fundado em San Francisco em 1891 por John Muir), a *Audubon Society* (Sociedade Audubon), ou ainda a *Wilderness Society* (Sociedade Amigos da Vida Selvagem).³ No início da década de 80, as principais organizações ambientalistas, tanto as novas como as tradicionais, formaram uma aliança conhecida como o “Grupo dos Dez” que incluía, além das organizações citadas acima, a *National Parks and Conservation Association* (Associação para a Preservação do Meio Ambiente e dos Parques Nacionais), a *National Wildlife Federation* (Fundação Nacional dos Defensores da Vida Selvagem), o *Natural Resources Defense Council* (Conselho de Defesa dos Recursos Naturais), a *Izaak Walton League* (Associação Izaak Walton), os *Defenders of Wildlife* (Defensores da Vida Selvagem), o *Environmental Defense Fund* (Fundo de Defesa Ambiental) e o *Environmental Policy Institute* (Instituto de Política Ambiental). Apesar das diferenças de abordagem e de seu campo de atuação específico, o ponto comum a todas essas organizações e a muitas outras criadas em bases semelhantes é a defesa pragmática das causas voltadas à preservação da natureza mediante o sistema institucional. Nas palavras de Michael McCloskey, presidente do *Sierra Club*, a abordagem desses grupos pode ser caracterizada pela expressão “vamos nos virar”: “Seguimos uma tradição montanhosa, segundo a qual primeiramente você resolve escalar a montanha. Você tem uma certa noção da rota, mas os pontos de apoio para a escalada são encontrados ao longo do percurso, e você tem de se adaptar e mudar seus planos constantemente”.⁴ A meta a ser atingida na escalada é a preservação da vida selvagem, sob suas mais diversas formas, dentro de parâmetros razoáveis sobre o que pode ser conquistado no atual sistema econômico e institucional. Os adversários encontrados pelo caminho são o desenvolvimento não controlado e os órgãos governamentais ineficientes, como o Departamento Norte-Americano de Beneficiamento de Terras, que não tem tomado as devidas providências para proteger a natureza. Autodefinem-se amantes da natureza, apelando para esse sentimento presente em cada um de nós, independentemente de quaisquer diferenças sociais. Atuam em nome das instituições e por meio delas, formando *lobbies* normalmente com grande habilidade e força política. Contam com grande apoio popular, bem como com doações das elites abastadas e bem-intencionadas e das corporações. Algumas organizações, como, por exemplo, o *Sierra Club*, são de grande porte (cerca de 600 mil membros), e articulam-se em seções locais cujas ações e ideologias variam consideravelmente, nem sempre correspondendo à imagem de “ambientalismo convencional”. A maioria das demais organizações, tais como o *Environmental Defense Fund*, mantém-

se engajada na formação de *lobbies* e na análise e difusão de informações. Praticam muitas vezes uma política de coalizões, tendo o cuidado de não se deixar levar por caminhos que os desviam da causa ambientalista e desconfiando de ideologias radicais e ações sensacionalistas que estejam em descompasso com a maioria da opinião pública. Seria um erro, porém, opor os conservacionistas tradicionais aos ambientalistas radicais. Por exemplo, um dos mais famosos líderes do *Sierra Club*, David Brower, tornou-se fonte de inspiração para os ambientalistas radicais. Da mesma forma, Dave Foreman, do movimento ambientalista radical *Earth First!*, foi membro da diretoria do *Sierra Club* em 1996. Há uma certa osmose nas relações entre os conservacionistas e os ecologistas radicais, pois as diferenças ideológicas tendem a ser relevadas em função dos interesses comuns contra a incessante destruição da natureza sob as mais diversas formas. Isso acontece a despeito de calorosas discussões e pontos profundamente conflitantes dentro de um movimento grande e diversificado.

A mobilização das comunidades locais em defesa de seu espaço, contrária à introdução de usos indesejáveis do meio ambiente, constitui a forma de ação ambiental que mais rapidamente vem se desenvolvendo nos últimos tempos, e talvez seja capaz de estabelecer a relação mais direta entre as preocupações imediatas das pessoas a questões mais amplas de degradação ambiental.⁵ Freqüentemente rotulada, com certa malícia, movimento “*Não no meu quintal*”, essa organização foi criada nos Estados Unidos no ano de 1978, em princípio sob a forma de um movimento contra substâncias tóxicas, quando do terrível acidente de *Love Canal*, em que toneladas de lixo industrial tóxico foram despejadas nas Cataratas do Niágara, no estado de Nova York. Lois Gibbs, a proprietária que ganhou notoriedade em decorrência da luta pela saúde de seu filho, como também contra a desvalorização de sua casa por causa do despejo de resíduos poluentes na área, acabou fundando, em 1981, a *Citizen’s Clearinghouse for Hazardous Wastes*, uma organização de combate ao lixo tóxico. Segundo dados da organização, em 1984 havia 600 grupos locais nos Estados Unidos lutando contra o despejo de lixo tóxico. Em 1988, esse número aumentou para 4.687. Ao longo dos anos, as comunidades mobilizaram-se também contra o grau excessivo de desenvolvimento, a construção de autoestradas e de instalações que processam e manipulam substâncias tóxicas nas proximidades de suas residências. Embora o movimento seja local, não é necessariamente localista, pois muitas vezes assegura aos residentes o direito à qualidade de vida, sendo contrário a interesses burocráticos ou corporativos. Não há dúvida de que a vida em sociedade é feita de concessões entre as

próprias pessoas, no papel de moradores, trabalhadores, consumidores, usuários do transporte urbano e viajantes. O que é questionado por esses movimentos é, de um lado, a tendência de escolha de áreas habitadas por minorias e populações de baixa renda para o despejo de resíduos e a prática de atividades indesejáveis do ponto de vista ambiental, e, de outro, a falta de transparência e de participação no processo decisório sobre a utilização do espaço. Assim, os cidadãos pertencentes a essa organização reivindicam maior democracia local, planejamento urbano responsável e senso de justiça quanto da distribuição do ônus gerado pelo desenvolvimento urbano/industrial, ao mesmo tempo evitando a exposição ao lixo tóxico ou instalações que processam e manipulam substâncias dessa natureza. Conforme conclui Epstein em sua análise do movimento:

A reivindicação, por parte do movimento, em defesa da justiça ambiental e contrária a substâncias tóxicas, de um Estado com maior autonomia para estabelecer regulamentações a corporações e que preste contas ao público e não às grandes empresas parece totalmente adequada e, possivelmente, constitui base para uma reivindicação ainda mais importante, de que o poder do Estado sobre as corporações seja reafirmado e expandido, sendo exercido em função do bem-estar social e principalmente do bem-estar dos mais vulneráveis.⁶

Em outros casos, como nos bairros de classe média mais afastados da cidade, as mobilizações organizadas pelos moradores estiveram mais concentradas na manutenção do *status quo* contra o desenvolvimento indesejado. Entretanto, independentemente do elemento de classe aí presente, todas as formas de protesto estavam voltadas ao estabelecimento de controles sobre o meio ambiente em prol da comunidade local e, nesse sentido, as mobilizações defensivas locais certamente constituem um dos principais componentes do movimento ambientalista num contexto mais amplo.

O ambientalismo foi também fonte de inspiração para algumas das contraculturas originadas dos movimentos dos anos 60 e 70. Entendo por contracultura a tentativa deliberada de viver segundo normas diversas e, até certo ponto, contraditórias em relação às institucionalmente reconhecidas pela sociedade, e de se opor a essas instituições com base em princípios e crenças alternativas. Algumas das mais poderosas correntes da contracultura em nossas sociedades manifestam-se por meio da obediência, única e exclusivamente, às leis da natureza, afirmando assim a prioridade pelo respeito à natureza acima de qualquer instituição criada pelo homem. Por esse motivo, creio que seja apropriado incorporar à noção de *ambientalismo contracultural* expressões aparentemente tão distintas quanto a dos ambientalistas radicais (tais como

o *Earth First!* ou o *Sea Shepherds*), o movimento de libertação dos animais e o ecofeminismo.⁷ Apesar de sua diversidade e falta de coordenação, a maioria desses movimentos compartilha das idéias dos pensadores da “ecologia profunda”, representados, por exemplo, pelo escritor norueguês Arne Naess. De acordo com Arne Naess e George Sessions, os princípios básicos da “ecologia profunda” são os seguintes:

(1) O bem-estar e o desenvolvimento da Vida humana e não-humana na Terra têm valor em si mesmos. Estes valores independem da utilidade do mundo não-humano para servir aos propósitos do homem. (2) A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a percepção desses valores e também constituem valores em si mesmos. (3) Os seres humanos não têm direito de reduzir essa riqueza e diversidade, salvo se o fizerem para satisfazer suas necessidades vitais. (4) O desenvolvimento da vida e cultura humanas é compatível com uma redução substancial da população-humana. O desenvolvimento da vida humana necessita dessa redução. (5) Atualmente o grau de interferência humana no mundo não-humano é excessivo, e essa situação vem se agravando rapidamente. (6) Por essa razão as políticas devem ser modificadas. Tais políticas produzirão efeito nas estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas básicas. As condições resultantes desse processo serão profundamente diferentes das presentes nos dias de hoje. (7) A principal mudança ideológica consiste na valorização da qualidade de vida (moraadia em condições de valor inerente) em vez da crença em um padrão de vida cada vez mais elevado. Haverá uma profunda conscientização da diferença entre grande e excelente. (8) Todos aqueles que aderirem aos pontos acima mencionados estarão comprometidos a tentar, direta ou indiretamente, implementar as mudanças necessárias.⁸

Como resposta a tal comprometimento, no final da década de 70 diversos ecologistas radicais liderados por David Foreman, um ex-fuzileiro naval norte-americano transformado em “guerreiro ecológico”, fundaram nos estados do Novo México e Arizona o *Earth First!*, um movimento extremista partidário da insubordinação civil e até mesmo de atos de “ecotagem” (sabotagem ecológica) contra construções de barragens, extração de madeira e outras formas de agressão à natureza, o que fez com que seus membros fossem processados e presos. O movimento, juntamente com uma série de outras organizações similares, era completamente descentralizado, formado por “tribos” independentes que costumavam reunir-se periodicamente de acordo com os rituais e o calendário dos índios norte-americanos e tomar suas próprias decisões sobre como agir em defesa dos valores ecológicos. A ecologia profunda serviu de

base ideológica para o movimento, merecendo destaque no *The Earth First! Reader*, uma publicação prefaciada por David Foreman.⁹ Igualmente, senão mais importante, foi o romance escrito por Abbey, *The Monkey Wrench Gang* (A Gangue da Chave Inglesa), uma história sobre um grupo contracultural de “ecoguerrilheiros”, que se tornaram modelos de atuação para muitos ecologistas radicais. De fato, a “chave-inglesa” tornou-se sinônimo de “eco-sabotagem”. Nos anos 90, o movimento de libertação dos animais, cuja principal causa é a oposição incondicional a experiências que utilizem animais como cobaias, parece ser a ala mais militante do fundamentalismo ecológico.

O ecofeminismo, por sua vez, é claramente distinto das “táticas machistas” de alguns desses movimentos. As ecofeministas defendem o princípio do respeito absoluto pela natureza como fundamento da libertação tanto do patriarcalismo como do industrialismo. Vêem as mulheres como vítimas da mesma violência patriarcal infligida à natureza. Desse modo, a restauração dos direitos naturais é indissociável da libertação da mulher. Nas palavras de Judith Plant:

Historicamente, as mulheres não exerceram nenhum tipo de poder real no mundo exterior, nem tiveram espaço para a tomada de decisões. A vida intelectual, o cultivo do pensamento, foram campos tradicionalmente inacessíveis às mulheres. Em geral as mulheres têm sido passivas, assim como a natureza. Hoje em dia, porém, a ecologia fala em nome da terra, em nome do “outro”, nas relações homem/meio ambiente. E o ecofeminismo, falando em nome do “outro” original, busca atingir as raízes inter-relacionadas de todo o tipo de dominação, bem como procura formas de resistir à mudança.¹⁰

Algumas ecofeministas também foram inspiradas pela polêmica reconstrução histórica de Carolyn Merchant, que remonta a sociedades pré-históricas naturais livres da dominação masculina, uma Idade de Ouro do matriarcado, em que havia harmonia entre a natureza e a cultura e onde homens e mulheres, indistintamente, veneravam a natureza que assumia a forma de deusa.¹¹ Houve também, principalmente durante os anos 70, uma interessante relação entre ambientalismo, feminismo espiritual e neopaganismo, muitas vezes expresso no ecofeminismo e na militância direta e não-agressiva de “bruxas” mediante a prática de feitiçaria.¹²

Assim, por diversas formas, desde táticas de ecoguerilha até o espiritualismo, passando pela ecologia profunda e o ecofeminismo, os ecologistas radicais estabelecem um elo de ligação entre ação ambiental e revolução cultural, ampliando ainda mais o escopo de um movimento ambientalista abrangente e visando à construção da *ecotopia*.

O *Greenpeace* é a maior organização ambiental do mundo, e provavelmente a principal responsável pela popularização de questões ambientais globais, por meio de ações diretas, sem uso de violência, e orientadas à mídia.¹³ Fundado em Vancouver em 1971, em meio a uma manifestação antinuclear na costa do Alasca, e tendo sua sede posteriormente transferida para Amsterdã, o movimento transformou-se em uma organização transnacional e altamente articulada que, já em 1994, contava 6 milhões de membros no mundo todo e uma receita anual superior a US\$ 100 milhões. Seu perfil altamente distintivo como movimento ambientalista resulta de três componentes principais. Primeiro, uma noção de premência em relação ao iminente desaparecimento da vida no planeta, inspirada por uma lenda dos índios norte-americanos: “Quando a terra cair doente e os animais tiverem desaparecido, surgirá uma tribo de pessoas de todos os credos, raças e culturas que acreditará em ações e não em palavras e devolverá à Terra sua beleza perdida. A tribo será chamada de ‘Guerreiros do Arco-Íris’”.¹⁴ Segundo, uma atitude inspirada nos *Quakers*, de serem testemunhas dos fatos, tanto como princípio para a ação quanto como estratégia de comunicação. Terceiro, uma atitude pragmática, do tipo empresarial, em grande parte influenciada pelo líder histórico e presidente do conselho administrativo do *Greenpeace*, David McTaggart, “de fazer as coisas acontecerem”. Nessa linha de raciocínio, não há tempo para discussões filosóficas: as principais questões devem ser identificadas pelo uso de informações e técnicas investigativas em todo o planeta; campanhas específicas devem ser organizadas em torno de metas palpáveis, seguidas de ações espetaculares com o objetivo de atrair a atenção da mídia, levando ao conhecimento do grande público uma determinada questão, e forçando empresas, governos e instituições internacionais a tomarem medidas cabíveis ou enfrentarem futura publicidade negativa. O *Greenpeace* é ao mesmo tempo uma organização altamente centralizada e uma rede mundialmente descentralizada, controlada por um conselho de representantes do país, um pequeno conselho executivo, e responsáveis regionais para a América do Norte, América Latina, Europa e Região do Pacífico. Seus recursos são organizados sob forma de campanhas, sendo cada uma subdividida por tipo de questão ambiental abordada. Em meados da década de 90, as principais campanhas eram as seguintes: substâncias tóxicas, recursos energéticos e atmosfera, questões nucleares e ecologia oceânica/terrestre. Escritórios sediados em 30 países são encarregados da coordenação de campanhas globais, angariando fundos e obtendo apoio em nível local/nacional; contudo, uma vez que as principais questões ambientais são mundiais, a maioria das ações promovidas pelo movimento visa causar um impacto global. O

adversário declarado do Greenpeace é o modelo de desenvolvimento caracterizado pela falta de interesse pelos efeitos sobre a vida no planeta. Assim, o movimento mobiliza-se em torno do princípio da sustentabilidade ambiental como o preceito fundamental ao qual devem estar subordinadas todas as demais políticas e atividades. Dada a importância de sua missão, os “guerreiros do arco-íris” não estão dispostos a participar de discussões com outros grupos ambientais, tampouco embarcar na contracultura, apesar das numerosas variantes atitudinais de seu vasto número de participantes. São decididamente internacionalistas e vêem o Estado-Nação como o maior obstáculo ao controle do desenvolvimento atualmente desenfreado e destrutivo. Travam uma guerra contra um modelo de desenvolvimento eco-suicida, tendo por objetivo conquistar vitórias imediatas em cada uma das frentes de batalha, desde a transformação da indústria de refrigeração alemã em tecnologia “verde”, contribuindo para a proteção da camada de ozônio, até a influência na restrição da caça às baleias e a criação de um santuário de baleias na Antártida. Os “guerreiros do arco-íris” atuam nas fronteiras entre a ciência a serviço da vida, a formação de redes globais, a tecnologia da comunicação e a solidariedade entre as gerações.

À primeira vista, a “*política verde*” não parece ser um tipo de movimento *per se*, mas sim uma estratégia específica, isto é, o ingresso no universo da política em prol do ambientalismo. Contudo, um exame mais detalhado do exemplo de maior destaque nesse tipo de política, *Die Grünen*, demonstra com clareza que, originariamente, “os verdes” não se enquadravam nos modelos da política tradicional.¹⁵ O Partido Verde alemão, fundado em 13 de janeiro de 1980 com base em uma coalizão de movimentos populares, a rigor não é um movimento ambientalista, mesmo considerando-se que provavelmente tem sido mais eficaz na propagação da causa ambientalista na Alemanha do que qualquer outro movimento europeu em seu próprio país de origem. A força motriz da formação do partido foram as chamadas Iniciativas do Cidadão do final dos anos 70, organizadas principalmente em torno de mobilizações pela paz e contra as armas nucleares. Essas mobilizações foram responsáveis pela proeza de unir veteranos dos movimentos dos anos 60 e feministas que se descobriram como tais espelhando-se justamente na revolução sexual promovida pelos revolucionários dos anos 60, e também a juventude e a classe média de formação superior preocupada com a questão da paz, da energia nuclear e do meio ambiente (a destruição das florestas, *waldsterben*), as condições atuais do planeta, a liberdade individual e a democracia de base popular.

A criação e a rápida ascensão dos verdes (tendo ingressado pela primeira vez no Parlamento Nacional em 1983) resultaram de circunstâncias bastante

peculiares. Em primeiro lugar, não havia formas de expressão política que dessem voz ativa aos protestos sociais na Alemanha além dos três principais partidos que se haviam alternado no poder, chegando até mesmo a formar uma coalizão nos anos 60: em 1976, mais de 99% dos votos foram destinados aos três partidos (Democrata-Cristão, Social-Democrata e Liberal). Diante desse quadro, havia um potencial “voto insatisfeito”, principalmente entre os jovens, aguardando o momento de poder se manifestar. Escândalos financeiros na política (o caso Flick) haviam abalado a reputação de todos os partidos políticos e insinuado sua relação de dependência diante das contribuições da indústria. Além disso, o que os cientistas políticos chamam de “quadro de oportunidade política” apontava para a adoção de uma estratégia que consistia em formar um partido que mantivesse a unidade entre seus eleitores: entre outros fatores, recursos significativos do governo foram destinados ao movimento, e a legislação eleitoral alemã que estabelece um mínimo de 5% do total de votos nacionais para o ingresso no Parlamento acabou reunindo sob uma única bandeira os verdes que, do contrário, permaneceriam fragmentados. A maioria do eleitorado do Partido Verde era formada por jovens, estudantes, professores e membros de outras categorias bastante distintas dos eleitores relacionados à produção industrial, isto é, desempregados (mas sustentados pelo governo) ou funcionários públicos. O programa partidário tratava de temas como ecologia, paz, defesa das liberdades, proteção às minorias e aos imigrantes, feminismo e democracia participativa. Dois terços dos líderes do Partido Verde eram membros ativos de diversos movimentos sociais da década de 80. Na verdade, *Die Grünen* apresentava-se, conforme definido por Petra Kelly, como um “partido antipartido”, voltado à “política com base em um novo conceito de poder, um ‘contrapoder’ que seria natural e comum a todos, compartilhado por todos, e usado por todos para o bem de todos”.¹⁶ Assim, os verdes faziam uma espécie de rodízio entre seus representantes eleitos, tomando a maioria das decisões em assembleias, seguindo a tradição anarquista que inspirava os verdes mais do que eles próprios seriam capazes de admitir. De maneira geral, as provas de fogo impostas pela *Realpolitik* puseram abaixo essas experiências após alguns anos, principalmente após o fiasco nas urnas durante as eleições de 1990 causado pela total incompreensão por parte dos verdes da importância da reunificação alemã, dentro de uma atitude coerente com a oposição do partido ao nacionalismo. O conflito latente entre os *realos* (líderes pragmáticos que tentavam difundir as idéias do partido por meio de instituições) e os *fundis* (fiéis aos princípios básicos da democracia popular e da ecologia) eclodiu em 1991, resultando em uma aliança entre centristas e

pragmáticos que assumiu o controle do partido. Reestruturado e com uma nova orientação, o Partido Verde alemão recuperou o fôlego em 1990, ingressou novamente no Parlamento e conquistou importantes postos nos governos regionais e locais, particularmente em Berlim, Frankfurt, Bremen e Hamburgo, por vezes governando por intermédio de alianças com os social-democratas. Contudo, não era mais o mesmo partido, isto é, havia-se transformado efetivamente em um partido político. Além disso, o partido não mais detinha o monopólio de defensor da causa ambiental, pois os social-democratas, e até mesmo os liberais, passaram a ser bem mais receptivos às novas idéias apresentadas pelos movimentos sociais. Isso sem mencionar o fato de que a Alemanha dos anos 90 era um país bem diferente: não havia mais o perigo de guerra, mas sim o da decadência econômica. O desemprego em massa dos jovens, aliado à retração do Estado do bem-estar social, tornaram-se questões mais graves do que a revolução cultural para os eleitores verdes “de tons políticos indefinidos”. O assassinato de Petra Kelly em 1992, provavelmente perpetrado por seu companheiro, que em seguida cometeu suicídio, tocou em um ponto bastante crítico, questionando os limites da fuga da sociedade na vida cotidiana que ao mesmo tempo mantivesse intactas as estruturas econômicas, políticas e psicológicas básicas. Contudo, mediante a “política verde”, *Die Grünen* consolidou-se como a esquerda coerente da Alemanha do *fin de siècle*, e a geração rebelde dos anos 70 conseguiu preservar a maioria de seus valores à medida que envelhecia, transmitindo-os aos filhos pela maneira de viverem as próprias vidas. Assim, a partir da experiência verde, surgiu uma Alemanha bastante diferente, tanto do ponto de vista cultural quanto político. A impossibilidade, porém, de integrar partido e movimento sem provocar o aparecimento do totalitarismo (leninismo) ou do reformismo, em detrimento do próprio movimento (democracia social), teve mais uma confirmação histórica de que realmente esta é a lei de ferro da transformação social.

O significado do “verdejar”: questões societais e o desafio dos ecologistas

A preservação da natureza, a busca de qualidade ambiental e uma perspectiva de vida ecológica são idéias do século XIX que, em termos de manifestação, mantiveram-se por muito tempo restritas às elites ilustradas dos países dominantes.¹⁷ Em muitos casos tais elites eram formadas por remanescentes de uma aristocracia esmagada pela industrialização, como se pode observar

nas origens da *Audubon Society* nos Estados Unidos. Em outros, um elemento comunal e utópico era o núcleo de ecologistas políticos considerados precoces do ponto de vista histórico, como Kropotkin, responsável por tornar ecologia e anarquia definitivamente indissociáveis, em uma tradição representada nos dias de hoje por Murray Bookchin. Contudo, em todos esses casos, e por mais de um século, essas idéias perduraram como tendência intelectual bastante restrita, incumbindo-se primordialmente da tarefa de despertar a consciência de indivíduos poderosos, que acabariam promovendo a criação de uma legislação conservacionista ou doando suas fortunas em prol da causa da natureza. Mesmo quando se forjavam alianças sociais (como, por exemplo, entre Robert Marshall e Catherine Bauer nos Estados Unidos dos anos 30), seus resultados políticos eram atrelados de tal forma que os interesses econômicos e de bem-estar social eram colocados em primeiro plano.¹⁸ Embora houvesse pioneiros de grande coragem e influência, como Alice Hamilton e Rachel Carson nos Estados Unidos, foi somente no final dos anos 60 que, nos Estados Unidos, Alemanha e Europa Ocidental surgiu um movimento ambientalista de massas, entre as classes populares e com base na opinião pública, que então se espalhou rapidamente para os quatro cantos do mundo. Por que isso aconteceu? Por que as idéias ecológicas repentinamente se alastraram como fogo nas pradarias ressequidas da insensatez do planeta? Proponho a hipótese de que existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede, que passou a se formar dos anos 70 em diante: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço; a transformação do tempo; e à dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes da mídia. Na verdade, todos esses temas podem ser encontrados no universo caótico do ambientalismo e, ao mesmo tempo, nenhum deles pode ser claramente discernível em casos específicos. Contudo, sustento que há um discurso ecológico implícito e coerente que perpassa uma série de orientações políticas e origens sociais inseridas no movimento, e que fornece a estrutura sobre a qual diferentes temas são discutidos em momentos distintos e com propósitos diversos.¹⁹ Naturalmente existem graves conflitos e enormes desavenças entre os componentes do movimento ambientalista. Entretanto, tais desavenças ocorrem com maior freqüência em relação à definição de táticas, prioridades e tipo de linguagem do que propriamente quanto à idéia básica de associar a defesa de ambientes específicos a novos valores humanos. Embora correndo o risco de uma simplificação excessiva, farei uma síntese

das principais linhas de discurso presentes no movimento ambientalista em torno de quatro temas principais.

Primeiro, *uma relação estreita e ao mesmo tempo ambígua com a ciência e a tecnologia*. Nas palavras de Bramwell: “o desenvolvimento de idéias ‘verdes’ nasceu da revolta da ciência contra a própria ciência que aconteceu por volta do final do século XIX na Europa e América do Norte”.²⁰ Essa revolta foi se intensificando e passou a ser amplamente difundida na década de 70, concomitantemente à revolução da tecnologia da informação e ao desenvolvimento extraordinário do conhecimento biológico viabilizado pelos modelos gerados por programas de computação gráfica que se sucederam. De fato, a ciência e a tecnologia desempenham um papel fundamental, embora contraditório, no movimento ambientalista. Por um lado, há uma profunda descrença nos benefícios proporcionados pela tecnologia avançada, levando, em alguns casos extremos, ao surgimento de ideologias neoluddistas, como a representada por Kirkpatrick Sale. Por outro, o movimento deposita muita confiança na coleta, análise, interpretação e divulgação de informações científicas sobre a interação entre artefatos produzidos pelo homem e o meio ambiente, por vezes com um alto grau de sofisticação. Algumas das principais organizações ambientalistas normalmente contam com cientistas em seus quadros, e na maioria dos países há um vínculo bastante forte entre cientistas, acadêmicos e ativistas ambientais.

Segundo, *o ambientalismo é um movimento com base na ciência*. Por vezes essa é a ciência ruim, fingindo saber o que acontece com a natureza e com os seres humanos e revelando a verdade oculta sob os interesses do industrialismo, capitalismo, tecnocracia e burocracia. Embora critiquem a dominação da vida pela ciência, os ecologistas valem-se da ciência para fazer frente à esta em nome da vida. O princípio defendido não é a negação do conhecimento, mas sim o conhecimento superior: a sabedoria de uma visão holística, capaz de ir além de abordagens e estratégias de visão restritas, direcionadas à mera satisfação de necessidades básicas. Nesse sentido, o ambientalismo tem por objetivo reassumir o controle social sobre os produtos da mente humana antes que a ciência e a tecnologia adquiram vida própria, com as máquinas finalmente impondo sua vontade sobre nós e sobre a natureza; um temor ancestral da humanidade.

Terceiro, *os conflitos sobre a transformação estrutural são sinônimos da luta pela redefinição histórica das duas expressões fundamentais e materiais da sociedade: o tempo e o espaço*. Com efeito, o controle sobre o espaço e a ênfase na localidade é outro tema recorrente dos vários componentes do mo-

viamento ambientalista. No capítulo 6 do volume I, sugeri a idéia de uma oposição fundamental que surge na sociedade em rede entre duas lógicas espaciais, a do espaço de fluxos e do espaço de lugares. O espaço de fluxos organiza a simultaneidade das práticas sociais a distância, por meio dos sistemas de informação e telecomunicações. O espaço de lugares privilegia a interação social e a organização institucional tendo por base a contigüidade física. O traço distintivo da nova estrutura social, a sociedade em rede, é que a maioria dos processos dominantes, concentrando poder, riqueza e informação, é articulada no espaço de lugares. A maior parte da experiência e dos significados humanos, contudo, concentra-se ainda no espaço de locais. A disjunção entre as duas lógicas espaciais consiste em um mecanismo básico de dominação em nossas sociedades, pois desloca os principais processos econômicos, simbólicos e políticos da esfera em que o significado social pode ser construído e o controle político encontra meios de ser exercido. Assim, a ênfase dada pelos ecologistas à localidade e ao controle praticado pelas pessoas sobre seus próprios espaços de existência constitui um desafio aos mecanismos básicos do novo sistema de poder. Mesmo nos casos em que as manifestações são mais defensivas, como nas lutas rotuladas de “Não no meu quintal”, o estabelecimento da prevalência do modo de vida local sobre os usos de um determinado espaço por “interesses externos”, como é o caso de empresas que procuram um local para depositar seu lixo tóxico ou aeroportos que queiram ampliar suas instalações, encerra o sentido mais profundo da negação da predominância abstrata dos interesses técnicos e econômicos sobre experiências reais, de uso real, por pessoas reais. O localismo ambiental contesta justamente a perda da relação entre essas diferentes funções ou interesses, submetidas ao princípio de uma representação mediada pela racionalidade técnica e abstrata exercida por interesses comerciais desenfreados e tecnocracias sem qualquer tipo de compromisso ou responsabilidade. Assim, a lógica desse argumento pode ser traduzida pelo desejo de um governo de menor porte, que privilegie a comunidade local e a participação do cidadão: *a democracia de bases populares é o modelo político implícito na maioria dos movimentos ecológicos.* Em alternativas mais complexas, o controle sobre o espaço, a afirmação do local como fonte de significado e a primazia do governo local são elementos vinculados aos ideais de autogestão da tradição anarquista, inclusive a produção em pequena escala e a ênfase na auto-suficiência, que leva a uma austeridade assumida, à crítica ao consumismo e à substituição do valor de troca do dinheiro pelo valor de uso da vida. Obviamente que pessoas que protestam contra o depósito de lixo tóxico nos arredores de suas casas não são anarquistas, e

muito poucas estariam realmente prontas para transformar o teor e a natureza de suas vidas. Contudo, a lógica interna do argumento, a relação entre a defesa do próprio local contra os imperativos do espaço de fluxos e o fortalecimento das bases político-econômicas da localidade, permitem a identificação imediata de algumas dessas relações na consciência pública na ocorrência de um evento simbólico (como, por exemplo, a construção de uma usina nuclear). Desse modo, estão estabelecidas as condições para a convergência entre os problemas do cotidiano e os projetos de sociedade alternativa: é disso que são feitos os movimentos sociais.

Quarto, da mesma forma que o espaço, *o controle sobre o tempo está em jogo na sociedade em rede, e o movimento ambientalista é provavelmente o protagonista do projeto de uma temporalidade nova e revolucionária*. Essa questão é tão importante quanto complexa, o que requer uma análise gradual e cuidadosa. No capítulo 7 do volume I, propus uma distinção (com base nos debates mais recentes nas áreas da sociologia e da história, bem como nas filosofias de tempo e espaço de Leibniz e Innis) entre três formas de temporalidade: o tempo cronológico, o tempo intemporal e o tempo glacial. O *tempo cronológico*, característico do industrialismo, tanto no caso do capitalismo como do estatismo, foi/é caracterizado pela seqüência cronológica de eventos e pela disciplina do comportamento humano em função de um cronograma predeterminado que gera poucas experiências externas aos padrões de medida institucionalizados. O *tempo intemporal*, característico de processos dominantes em nossas sociedades, ocorre quando elementos de um determinado contexto, a saber, o paradigma informacional e a sociedade em rede, provocam uma perturbação sistêmica na ordem seqüencial dos fenômenos ocorridos naquele contexto. Essa perturbação pode tomar a forma de concentração da ocorrência dos fenômenos, voltados à instantaneidade (como, por exemplo, as “guerras instantâneas” ou transações financeiras em décimos de segundo), ou ainda introduzir uma descontinuidade aleatória nessa seqüência (como é o caso do hipertexto na comunicação da mídia eletrônica integrada). A eliminação da continuidade das seqüências dá origem a um *timing* não diferenciado, destruindo assim o conceito de tempo. Em nossas sociedades, a maioria dos processos básicos dominantes é estruturada no tempo intemporal, muito embora a maioria das pessoas seja dominada pelo tempo cronológico.

Existe ainda uma terceira forma de tempo, concebido e proposto na prática social: o *tempo glacial*. Na formulação original de Lash e Urry, a noção de tempo glacial implica que “a relação entre o homem e a natureza é um processo evolucionário e de longo prazo. Tal relação se projeta para trás na história

imediata da humanidade e para a frente em direção a um futuro totalmente não especificado”.²¹ Desenvolvendo um pouco mais esse conceito, proponho a idéia de que o movimento ambientalista caracteriza-se justamente pelo projeto de introdução de uma perspectiva de “tempo glacial” em nossa temporalidade, nos planos da consciência individual e da política. O pensamento ecológico observa a interação entre todas as formas de matéria em uma perspectiva evolucionária. A idéia de utilizar única e exclusivamente recursos renováveis, crucial para o ambientalismo, está justificada precisamente pela noção de que qualquer alteração nos mecanismos básicos do planeta, e do universo, poderá, *ao longo do tempo*, desfazer um delicado equilíbrio ecológico, trazendo consequências desastrosas. A noção holística de integração entre seres humanos e natureza, conforme sustentada pelos defensores da “ecologia profunda”, não está se referindo a uma ingênuo veneração de paisagens naturais intocadas, mas sim ao princípio fundamental de que a unidade de experiência mais relevante não é o indivíduo ou, ainda nesse sentido, comunidades de seres humanos consideradas a partir de uma perspectiva histórica. Para nos integrarmos ao nosso eu cosmológico precisamos primeiramente transformar nossa própria noção de tempo, sentir o “tempo glacial” passando por nossas vidas, a energia das estrelas fluindo em nossas veias, perceber os rios de nossos pensamentos desembocando em um fluxo contínuo nos oceanos ilimitados da matéria viva multiforme. Em termos bem objetivos e pessoais, viver no tempo glacial significa estabelecer os parâmetros de nossas vidas a partir da vida de nossos filhos, e dos filhos dos filhos de nossos filhos. Portanto, o modo de administrarmos nossas vidas e instituições em função deles, tanto quanto em nossa própria causa, não é um culto à Nova Era, mas sim uma velha e conhecida forma de cuidar de nossos descendentes, feitos de nossa própria carne e nosso próprio sangue. A proposta do desenvolvimento sustentável como forma de solidariedade entre gerações reúne um egoísmo saudável e um pensamento sistêmico dentro de uma perspectiva evolucionária. O movimento antinuclear, uma das mais poderosas vertentes do movimento ambientalista, fundamenta sua crítica radical à energia nuclear nos efeitos de longo prazo do lixo radioativo, bem como nos problemas de segurança mais imediatos, construindo assim uma ponte para a segurança de nossas gerações daqui a milhares de anos. De certo modo, o interesse na preservação das culturas autóctones e no respeito a elas estende-se até o passado, compreendendo todas as formas de existência humana de diferentes épocas e afirmando que nós somos eles e eles somos nós. A causa implícita dos defensores do movimento ambientalista, e explícita dos pensadores da ecologia profunda e do ecofeminismo, é essa *unidade das*

*espécies, seguida da unidade da matéria como um todo, e de sua evolução espaço-temporal.*²² A expressão material que reúne diferentes reivindicações e temas do ambientalismo é justamente sua temporalidade alternativa, exigindo das instituições da sociedade uma postura que assuma como premissa o ritmo lento da evolução de nossas espécies em seu meio ambiente, em um processo ininterrupto vivenciado por nosso ser cosmológico, uma vez que o universo continua se expandindo desde o momento/local de seu princípio compartilhado. Além das fronteiras limitadas pelo tempo cronológico subjugado, ainda vivido pela maior parte dos habitantes do mundo, o embate histórico pela nova temporalidade ocorre entre a aniquilação do conceito de tempo nos fluxos recorrentes das redes de computadores, e a realização do tempo glacial mediante a incorporação consciente do nosso eu cosmológico.

Por meio dessas lutas fundamentais sobre a apropriação da ciência, do tempo e do espaço, os ecologistas inspiram *a criação de uma nova identidade*, uma identidade biológica, *uma cultura da espécie humana como componente da natureza*. Essa identidade sociobiológica não implica a negação das culturas históricas. Os ecologistas têm profundo respeito pelas culturas populares e grande apreço pela autenticidade cultural de diversas tradições. Contudo, seu adversário declarado é o nacionalismo do Estado. Isso porque o Estado-Nação, por definição, tende a exercer poder sobre um determinado território. Desse modo, rompe a unidade da espécie humana, bem como a inter-relação entre os territórios, comprometendo a noção de um ecossistema global compartilhado. Nas palavras de David McTaggart, líder histórico do Greenpeace International: “A maior ameaça que temos de combater é o nacionalismo. No próximo século vamos enfrentar questões que não podem ser abordadas simplesmente no âmbito nacional. Temos tentado trabalhar no sentido de uma ação internacional conjunta, apesar de séculos de preconceito nacionalista”.²³ Embora a aparente contradição, os ecologistas são, ao mesmo tempo, localistas e globalistas: globalistas na maneira de tratar o conceito de tempo, localistas em termos de defesa do espaço. O pensamento e a política evolucionários só podem existir mediante uma perspectiva global. A relação de harmonia entre as pessoas e seu meio ambiente começa na comunidade local.

Essa *nova identidade como espécie*, quer dizer, essa identidade sociobiológica, pode ser facilmente superposta a tradições históricas e multifacetadas, idiomas e símbolos culturais, mas dificilmente poderá coexistir com a identidade do estado nacionalista. Assim, de certa forma, o ambientalismo suplanta a oposição entre a cultura da virtualidade real, subjacente aos fluxos globais de riqueza e poder, e a manifestação das identidades culturais ou religiosas

fundamentalistas. Trata-se da única identidade global proposta a todos os seres humanos, independentemente de seus vínculos sociais históricos ou de gênero, ou de seu credo religioso. Contudo, uma vez que a maioria das pessoas não vive no plano cosmológico, e a aceitação de nossa natureza compartilhada com a dos mosquitos ainda impõe certos problemas táticos, a questão decisiva para a influência da nova cultura ecológica consiste em sua capacidade de unir os traços de culturas distintas em um hipertexto humano, constituído de diversidade histórica e communalidade biológica. Chamo-a de *cultura verde* (por que motivo cunhar outro termo quando milhões de pessoas já atribuem esse nome ao fenômeno), definindo-a nos termos de Petra Kelly: “Devemos aprender a pensar e a agir com nossos corações, a reconhecer o vínculo existente entre todas as criaturas vivas e a respeitar o valor de cada um dos fios da vasta teia da vida. Esta é uma perspectiva espiritual e o princípio básico de toda a política verde... A política verde exige que tenhamos, a um só tempo, ternura e subversão”.²⁴ A ternura da subversão, a subversão da ternura: estamos muito distantes da perspectiva instrumentalista que predominou durante a era industrial, tanto no capitalismo quanto no estatismo. E estamos em confronto direto com a dissolução do significado nos fluxos do poder sem rosto que constituem a sociedade em rede. A cultura verde, na forma proposta por um movimento ambientalista multifacetado, é o antídoto à cultura da virtualidade real que caracteriza os processos dominantes de nossas sociedades.

Assim, temos a ciência da vida contra a vida dominada pela ciência; o controle local sobre o espaço contra um espaço de fluxos incontrolável; a realização do tempo glacial contra a destruição do conceito de tempo e a escravidão ao tempo cronológico; a cultura verde contra a virtualidade real. São esses os principais desafios do movimento ambientalista às estruturas dominantes da sociedade em rede. E é por isso que o movimento aborda questões que as pessoas percebem vagamente como os elementos de que são feitas suas novas existências. Permanece a idéia de que, entre este “intenso fogo verde” e os valores mais caros às pessoas, as estruturas da sociedade mantêm-se em suas bases, forçando os ambientalistas a uma longa marcha pelas instituições das quais, a exemplo do que ocorre com qualquer movimento social, jamais sairão totalmente ilesos.

O ambientalismo em ação: fazendo cabeças, domando o capital, cortejando o Estado, dançando conforme a mídia

Boa parte do sucesso do movimento ambientalista deve-se ao fato de que, mais do que qualquer outra força social, ele tem demonstrado notável capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico.²⁵ Embora boa parte do movimento dependa de organizações de base, suas ações ocorrem em razão de eventos que sejam apropriados para a divulgação na mídia. Ao criar eventos que chamam a atenção da mídia, os ambientalistas conseguem transmitir sua mensagem a uma audiência bem maior que a representada por suas bases diretas. Além disso, a presença constante de temas ambientais na mídia dotou-lhes de uma legitimidade bem maior que a atribuída a outras causas. A ação voltada à mídia torna-se evidente nos casos de movimentos ambientalistas globais como o Greenpeace, cuja lógica está totalmente orientada à criação de eventos que mobilizem a opinião pública em torno de questões específicas no intuito de exercer pressão sobre o poder instituído, seja ele qual for. Contudo, a ação do movimento também é o cotidiano das lutas ambientalistas em nível local. Noticiários de TV, rádio e jornais locais são o instrumento de divulgação dos ambientalistas, a ponto de existirem reclamações por parte dos políticos e das grandes corporações de que é a mídia, e não os ambientalistas, a grande responsável pela mobilização em torno da questão do meio ambiente. A relação de simbiose entre a mídia e o ambientalismo tem sua origem em diversas fontes. Em primeiro lugar, a tática de ação direta sem uso de violência que caracterizou o movimento desde a década de 70 forneceu bom material para reportagem, principalmente considerando-se que os noticiários sempre exigem imagens novas. Muitos ativistas ambientais fizeram uso bastante criativo da tradicional tática anarquista francesa de *l'action exemplaire*, um ato espetacular que arrebata as mentes das pessoas, provoca discussões e fomenta a mobilização. O auto-sacrifício, como detenções prolongadas e prisões, viagens pelo oceano arriscando as próprias vidas, uso dos próprios corpos, abraçando-se a árvores e impedindo assim o andamento de obras que agrediam a natureza, a interrupção de cerimônias oficiais e muitas outras ações diretas, juntamente com a autocontenção e a não-violência manifesta, atribuíram ao movimento uma atitude de vigilância capaz de restaurar a confiança e dar novo ânimo a valores éticos em tempos de cinismo generalizado. Em segundo lugar, a legitimidade das questões levantadas pelos ambientalistas, diretamente relacionadas a valores humanistas apreciados pela maioria das pessoas, e

muitas vezes distantes da política partidária, abriu caminho para que a mídia assumisse o papel de voz do povo, contribuindo para que sua própria legitimidade se firmasse e fazendo com que os jornalistas se sentissem bem ao divulgar o assunto. Além disso, nos noticiários locais, reportagens sobre substâncias prejudiciais à saúde ou o efeito do comprometimento do meio ambiente sobre as vidas das pessoas trazem para dentro de casa problemas sistêmicos de um modo muito mais ostensivo do que qualquer tipo de discurso tradicional. Não raro, os próprios ambientalistas alimentam a mídia com imagens preciosas que dizem bem mais do que uma enorme reportagem. Assim, os grupos ambientalistas norte-americanos distribuíram câmeras de vídeo a grupos de todo o mundo, desde Connecticut até a Amazônia, para que fossem registradas violações explícitas das leis ambientais, utilizando a infra-estrutura tecnológica do grupo para editar e difundir imagens incriminatórias.

Os ambientalistas também estão presentes na vanguarda das novas tecnologias de comunicação, utilizando-as como ferramentas de organização e mobilização, principalmente pela Internet.²⁶ Por exemplo, uma coalizão de grupos ambientais nos Estados Unidos, Canadá e Chile, formada a partir dos *Friends of the Earth*, *Sierra Club*, *Greenpeace*, *Defenders of Wildlife*, *The Canadian Environment Law Association* e muitos outros, mobilizou-se contra a aprovação da Associação Norte-Americana de Livre Comércio (NAFTA) por causa da insuficiência de dispositivos legais de proteção ambiental no acordo. Eles usaram a Internet para coordenar ações e trocar informações, construindo uma rede permanente que passou a traçar as linhas de batalha da ação ambiental transnacional nas Américas na década de 90. Os *sites* da World Wide Web estão se tornando pontos de encontro para os ambientalistas em todo o mundo, como no caso dos *sites* criados em 1996 por organizações como o *Conservation International* e a *Rainforest Action Network* em defesa da causa dos povos indígenas nas florestas tropicais. A *Food First*, uma organização baseada na Califórnia, conectou-se a uma rede de grupos ambientalistas sediados em países em desenvolvimento, para discutir a relação entre as questões ambientais e a miséria. Assim, por meio da Internet, teve condições de coordenar suas ações com a *Global South*, uma organização sediada na Tailândia que fornece informações a partir da perspectiva ambiental da Ásia recém-industrializada. Mediante o acesso a essas redes, grupos locais em todo o mundo passaram a ter condições de agir de forma global, exatamente no mesmo nível em que surgem os principais problemas relativos ao meio ambiente. Parece que está surgindo uma elite com profundos conhecimentos de informática como o centro global coordenador dos grupos locais de ação ambientalista em todo o

mundo, um fenômeno não inteiramente distinto do papel desempenhado pelos primeiros editores e jornalistas nos primórdios do movimento trabalhista, que faziam uso das informações às quais tinham acesso para orientar as massas não alfabetizadas que formavam a classe operária das primeiras décadas da industrialização.

O ambientalismo não pode ser considerado meramente um movimento de conscientização. Desde o início, procurou exercer influência na legislação e nas atitudes tomadas pelos governos. Na verdade, as principais organizações ambientalistas (tais como as integrantes do Grupo dos Dez nos Estados Unidos) concentram seus esforços na formação de *lobbies* para obter conquistas na legislação, e no apoio ou oposição a candidatos a cargos eletivos com base em sua postura política em relação a determinadas questões. Mesmo as organizações não tradicionais orientadas à ação, como o Greenpeace, têm dado atenção cada vez maior à pressão sobre os governos e instituições internacionais para obter a aprovação de leis, decisões favoráveis e implantação das decisões tomadas acerca de questões específicas. Do mesmo modo, em níveis local e regional, os ambientalistas organizaram campanhas em defesa de novas formas de planejamento urbano e regional, medidas de saúde pública e controle sobre o desenvolvimento desenfreado. É esse pragmatismo, essa atitude que procura dar ênfase à resolução de questões, que vem proporcionando ao ambientalismo uma vantagem em relação à política internacional: as pessoas percebem que são capazes de exercer influência sobre decisões importantes aqui e agora, sem que para isso seja necessário qualquer tipo de mediação ou postergação. Não há distinção entre os fins e os meios.

Em alguns países, principalmente na Europa, os ambientalistas entraram na disputa por cargos políticos, tendo logrado algum sucesso.²⁷ Os fatos demonstram que os partidos verdes têm um desempenho bem melhor nas eleições locais, em que ainda existe um vínculo direto entre o movimento e seus representantes políticos. Obtêm resultados bastante positivos em eleições internacionais, como, por exemplo, nas eleições para o Parlamento Europeu, devido ao fato de que, por ser uma instituição que detém um poder meramente simbólico, acaba conquistando a simpatia dos cidadãos que se sentem bem em ver seus princípios representados, praticamente sem perda de influência nos processos decisórios. No âmbito da política nacional, os cientistas políticos têm demonstrado que as chances de vitória dos partidos verdes são menos afetadas pelos conceitos ambientalistas das pessoas do que por estruturas institucionais específicas que determinam as oportunidades de disputa política.²⁸ Em suma, quanto maior a acessibilidade de temas relacionados ao meio

ambiente e/ou de votos de protesto aos principais partidos políticos, menores as possibilidades de vitória dos verdes; e, quanto maiores as chances de uma votação simbólica, sem maiores consequências para os cargos executivos em que o poder é exercido de fato, melhor o desempenho dos candidatos verdes. Na realidade, parece que a Alemanha foi a exceção, e não a regra, no desenvolvimento da política verde, conforme discutido anteriormente. É bem provável que haja uma tendência mundial de “verdejamento” da política como um todo, embora em um tom bem pouco acentuado, assim como de uma autonomia sustentada do movimento ambientalista. Quanto ao movimento propriamente dito, sua relação com a política tem incorporado cada vez mais as práticas de *lobby*, a organização de campanhas com objetivos específicos a favor ou contra determinados candidatos, e a influência sobre os eleitores mediante mobilizações em torno de questões ambientais. Lançando mão de todas essas táticas, o ambientalismo vem se tornando uma das mais importantes forças da opinião pública, exigindo reconhecimento pelos partidos e candidatos de diversos países. Por outro lado, a maioria das organizações ambientais vem se institucionalizando, isto é, tem concordado com a necessidade de atuar estando inseridas na estrutura das instituições já estabelecidas e de acordo com as normas de produção e de uma economia de mercado globais. Assim, ações conjuntas com empresas de grande porte têm sido regra e não exceção. Muitas vezes essas empresas financiam uma série de atividades ambientalistas, tornando-se extremamente conscientes da importância da defesa das questões ambientais, a ponto de transformar temas relacionados ao meio ambiente nas principais imagens veiculadas em sua propaganda e informes publicitários. Entretanto, nem tudo é manipulação. Empresas em todo o mundo também têm sido influenciadas pelo ambientalismo, buscando adaptar seus produtos e processos às novas leis, preferências e valores, obviamente visando ao lucro a partir dessas ações. Em decorrência do fato de as verdadeiras unidades de produção em nossa economia terem deixado de ser empresas individuais para transformar-se em redes transnacionais constituídas de vários componentes (ver volume I, capítulo 3), a transgressão das leis ambientais tem ocorrido de forma mais descentralizada em empresas de pequeno porte e nos países recém-industrializados, alterando assim a geografia e a topologia da ação ambientalista no futuro próximo.

Com o aumento extraordinário da consciência, influência e organização ambientalista, o movimento tornou-se, sobretudo, cada vez mais diversificado, tanto do ponto de vista social quanto temático, chegando às mesas de reuniões das grandes empresas, aos recônditos da contracultura e às prefeituras e assem-

bléias legislativas. Ao longo desse processo, os temas têm sofrido distorções, sendo às vezes submetidos a manipulações. Contudo, essa é a marca de qualquer movimento social relevante. Sem sombra de dúvida, o ambientalismo é um dos mais importantes movimentos sociais de nosso tempo, porquanto comprehende uma série de causas sociais sob a égide da justiça ambiental.

Justiça ambiental: a nova fronteira dos ecologistas

Desde a década de 60, o ambientalismo não tem-se dedicado exclusivamente à observação dos pássaros, proteção das florestas e despoluição do ar. Campanhas contra o despejo de lixo tóxico, em defesa de direitos dos consumidores, protestos antinucleares, pacifismo, feminismo e uma série de outras causas foram incorporadas à proteção da natureza, situando o movimento em um cenário bastante amplo de direitos e reivindicações. Mesmo as tendências da contracultura, como a meditação da Nova Era e o neopaganismo, acabaram se amalgamando a outros componentes do movimento ambientalista dos anos 70 e 80.

Nos anos 90, embora algumas questões de grande relevância, tais como os protestos antinucleares e pela paz, tenham sido relegadas a segundo plano, parte em razão do sucesso dos protestos, parte em função do fim da Guerra Fria, uma série de questões sociais passou a integrar um movimento cada vez mais diversificado.²⁹ As comunidades de baixa renda e as minorias étnicas mobilizaram-se contra o fato de serem escolhidas como alvo de discriminação ambiental, submetidas com maior freqüência que a população como um todo à exposição a substâncias tóxicas, à poluição, a materiais prejudiciais à saúde e à degradação ambiental de seu espaço. Os trabalhadores rebelaram-se contra as causas dos acidentes no trabalho desde o envenenamento por substâncias químicas até os males ocasionados pelo trabalho de digitação no computador. Grupos formados por mulheres têm demonstrado que, muitas vezes na condição de administradoras da vida familiar do dia-a-dia, são as vítimas mais diretas das conseqüências da poluição, da deterioração dos serviços públicos e do desenvolvimento desenfreado. A falta de moradia é uma das principais causas da queda da qualidade de vida urbana. Além disso, em todo o mundo, a miséria pode ser apontada como uma das maiores causas de degradação ambiental, desde a queima das florestas à poluição dos rios, lagos e oceanos, passando por epidemias generalizadas. Sem dúvida, em muitos países em processo de industrialização, principalmente na América Latina, grupos ambientalistas têm se multiplicado, aliando-se a grupos de direitos humanos, de mulheres e a

organizações não-governamentais, resultando em poderosas coalizões que suplantam a política institucional, sem contudo ignorá-la.³⁰

Portanto, o conceito de justiça ambiental, como noção ampla que reafirma o valor da vida em todas as suas manifestações, contra os interesses de riqueza, poder e tecnologia, vem conquistando gradativamente as mentes e as políticas, à medida que o movimento ambientalista ingressa em um novo estágio de desenvolvimento.

À primeira vista, tem-se a impressão de estarmos diante de táticas oportunistas. Dada a experiência bem-sucedida e a legitimidade do rótulo ambientalista, causas menos populares imbuem-se de novas ideologias para ganhar apoio e atrair atenções. Alguns dos agrupamentos da ala mais conservadora do movimento ambientalista têm agido com extrema cautela em relação a uma linha de ação demasiado ampla, que pode ser capaz de desviar o movimento de seu enfoque original. Os sindicatos trabalhistas, por exemplo, vêm lutando por leis de saúde no trabalho desde o início da industrialização, e a miséria é, e foi, uma das questões mais importantes por sua própria natureza, sem que fosse necessário tingir de verde seu tom já sombrio. Contudo, o que vem ocorrendo com o ambientalismo vai além da questão estratégica. O enfoque ecológico à vida, à economia e às instituições da sociedade enfatiza o caráter holístico de todas as formas de matéria, bem como de todo processamento de informações. Nesse sentido, quanto mais adquirimos conhecimento, tanto mais perceberemos as potencialidades da nossa tecnologia, bem como o abismo gigantesco e perigoso entre nossa capacidade de produção cada vez maior e nossa organização social primitiva, inconsciente e, em última análise, destrutiva. É esse o fio que costura as relações cada vez mais estreitas entre as revoltas sociais, locais e globais, defensivas e ofensivas, engajadas na luta por questões ou por valores, surgindo em torno do movimento ambientalista. Isso não significa que esteja despontando uma nova comunidade internacional de cidadãos generosos e bem-intencionados. Ainda não. Conforme demonstrado neste volume, novas e antigas distinções de classe, gênero, etnia, religião e territorialidade estão em pleno vigor, dividindo e subdividindo a abordagem de questões, conflitos e projetos. Mas certamente significa que relações embrionárias entre movimentos locais de base popular e mobilizações em torno de um determinado símbolo em defesa da justiça ambiental carregam consigo a marca de projetos alternativos. Tais projetos apontam para a superação dos modelos já esgotados dos movimentos sociais na sociedade industrial pela retomada, dentro das formas historicamente apropriadas, da velha dialética entre dominação e resistência, entre a *Realpolitik* e a utopia, entre o cinismo e a esperança.

Notas

1. Em *Essays by Petra Kelly (1947-1992)* (Kelly, 1994: 39-40). Nesta citação, a autora refere-se ao “verdejar do ser” conceito criado por Joanna Macy. (Macy, 1991).
2. Para uma visão geral do movimento ambientalista, ver (entre outros) Holliman (1990); Gottlieb (1993); Kaminiecki (1993); Shabecoff (1993); Dalton (1994); Alley *et al.* (1995); Diani (1995); Brulle (1996); Wapner (1996).
3. Allen (1987); Scarce (1990); Gottlieb (1993); Shabecoff (1993).
4. Citado em Scarce (1990: 15).
5. Gottlieb (1993); Szasz (1994); Epstein (1995).
6. Epstein (1995: 20).
7. Para consulta a fontes de referência, ver Adler (1979); Spretnak (1982); Manes (1990); Scarce (1990); Davis (1991); Dobson (1991); Epstein (1991); Moog (1995).
8. Naess e Sessions (1984), reproduzido em Davis (1991: 157-8).
9. Davis (1991).
10. Plant (1991: 101).
11. Merchant (1980); ver também Spretnak (1982); Moog (1995).
12. Adler (1979); Epstein (1991).
13. Hunter (1979); Eyerman e Jamison (1989); DeMont (1991); Horton (1991); Ostertag (1991); Melchett (1995); Wapner (1995, 1996).
14. Fundo do Greenpeace para o Meio Ambiente, citado em Eyerman e Janison (1989: 110).
15. Ver, entre numerosas fontes sobre o Partido Verde alemão, Langguth (1984); Hulsberg (1988); Wiesenthal (1993); Scharf (1994); e, particularmente, Poguntke (1993) e Frankland (1995).
16. Kelly (1994: 37).
17. Bramwell (1989, 1994).
18. Gottlieb (1993).
19. Sobre evidências da presença e da importância desses temas no movimento ambientalista de vários países, ver Dickens (1990); Dobson (1990); Scarce (1990); Epstein (1991); Zisk (1992); Coleman e Coleman (1993); Gottlieb (1993); Shabecoff (1993); Bramwell (1994); Porrit (1994); Riechmann e Fernandez Buey (1994); Moog (1995).
20. Bramwell (1994: vii).
21. Lash e Urry (1994: 243).
22. Diamond e Orenstein (1990); McLaughlin (1993).
23. Entrevista em Ostertag (1991: 33).
24. Kelly (1994: 37).
25. Ver Epstein (1991); Horton (1991); Ostertag (1991); Costain e Costain (1992); Gottlieb (1993); Kanagy *et al.* (1994).

26. Bartz (1996).
27. Poguntke (1993); Dalton (1994); Diani (1995); Richardson e Rootes (1995).
28. Richardson e Rootes (1995).
29. Gottlieb (1993: 207-320). Szasz (1994); Epstein (1995); Brulle (1996).
30. Athanasiou (1996); Borja e Castells (1996).

O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação

*Se todos os que me imploraram
Ajuda neste mundo,
Todos os sagrados inocentes,
Esposas alquebradas, aleijados,
Prisioneiros, suicidas —
Se todos me tivessem dado um kopeck,
Teria me tornado “mais rica
Do que todo o Egito”....
Eles, porém, não me deram nenhum kopeck,
Mas compartilharam comigo sua força,
E assim nada no mundo
É mais forte do que eu,
E posso suportar tudo, até mesmo isto.*

Anna Akhmatova, *Selected Poems*¹

¹ O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, consequentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução socio-biológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente. Não fosse a família patriarcal, o patriarcalismo ficaria exposto como dominação pura e acabaria esmagado pela revolta da “outra metade do paraíso”, historicamente mantida em submissão.

A família patriarcal, base fundamental do patriarcalismo, vem sendo contestada neste fim de milênio pelos processos, inseparáveis, de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher. As forças propulsoras desses processos são o crescimento de uma economia informacional global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado, três tendências observadas a partir do final da década de 60. A incorporação maciça da mulher na força de trabalho *remunerado* aumentou o seu poder de barganha *vis-à-vis* o homem, abalando a legitimidade da dominação deste em sua condição de provedor da família. Além disso, colocou um peso insustentável sobre os ombros das mulheres com suas quádruplas jornadas diárias (trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e a jornada noturna em benefício do marido). Primeiro, os anticoncepcionais, depois, a fertilização *in vitro* e a manipulação genética que se aprimora a cada dia são fatores que permitem à mulher e à sociedade controle cada vez maior sobre a ocasião e a freqüência das gestações. Quanto às suas reivindicações, as mulheres não esperaram o fim do milênio para se manifestarem. Suas lutas estão presentes em todas as etapas da experiência humana, embora assumindo formas diferentes e quase sempre ausentes dos compêndios de história e dos registros de modo geral.² Costumo argumentar que muitas lutas urbanas, antigas e contemporâneas, foram, na realidade, movimentos feministas envolvendo as necessidades e a administração da vida diária.³ A história do feminismo como tal é antiga, como bem exemplificado pelo movimento sufragista nos Estados Unidos. Tenho, porém, de admitir que foi apenas nos últimos 25 anos que observamos uma insurreição maciça e global das mulheres contra sua opressão, embora com diferente intensidade dependendo da cultura e do país. Tais movimentos têm causado impacto profundo nas instituições da sociedade e, sobretudo, na conscientização das mulheres. Nos países industrializados, a grande maioria das mulheres considera-se igual ao homem, com direito às mesmas prerrogativas e de controlar seus corpos e suas vidas. Tal conscientização está se difundido rapidamente em todo o planeta. Essa é a mais importante das revoluções, porque remete às raízes da sociedade e ao âmago do nosso ser.⁴ Além disso, trata-se de um processo irreversível. Admitir o fato não significa que os problemas referentes à discriminação, opressão e abuso das mulheres e de seus filhos tenham sido eliminados ou que sua intensidade tenha sido significativamente reduzida. Na verdade, embora a discriminação legal tenha, de certo modo, diminuído e a tendência seja que o mercado de trabalho venha a se equalizar à medida que o nível de educação da mulher aumenta, a violência interpessoal e o abuso psicológico tem-se

expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda de poder. Essa não é, nem será, uma revolução de veludo. A paisagem humana da liberação feminina está coalhada de cadáveres de vidas partidas, como acontece em todas as verdadeiras revoluções. Entretanto, não obstante a violência do conflito, a transformação da conscientização da mulher e dos valores sociais ocorrida em menos de três décadas em quase todas as sociedades é impressionante e traz consequências fundamentais para toda a experiência humana, desde o poder político até a estrutura da personalidade.⁴

Sustento que o processo que sintetiza e unifica essa transformação é a eliminação da família patriarcal. Se o sistema familiar patriarcal desmoronar, todo o patriarcalismo, assim como tudo o mais em nossas vidas, se transformará, gradual e inexoravelmente. Trata-se de uma perspectiva assustadora, e não somente para os homens. É por esse motivo que o desafio ao patriarcalismo é um dos fatores preponderantes a estimular os movimentos fundamentalistas, que procuram restabelecer a ordem patriarcal, conforme já visto nos capítulos anteriores deste volume. Essa forte reação talvez possa alterar os atuais processos de mudança cultural, pois nenhuma história é escrita de antemão. No entanto, os atuais indicadores apontam para o declínio das formas tradicionais de família patriarcal. Iniciarei minha análise focalizando alguns desses indicadores. Não que estatísticas sejam, por si, capazes de revelar toda a história da crise do patriarcalismo. Quando, porém, as mudanças estão tão disseminadas a ponto de refletirem-se em estatísticas nacionais e comparativas, podemos admitir, com toda a segurança, a profundidade e velocidade dessas transformações.⁵

É preciso, também, considerar o momento da transformação. Por que justamente agora? As idéias feministas têm estado presentes há pelo menos um século, se não mais, embora em versões históricas específicas. Por que pegaram fogo em nosso tempo? Sugiro a hipótese de que o motivo tem por base a combinação de quatro elementos: primeiro, a transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação.⁵ Assim, procurarei apresentar alguns dos dados que mostram essa transformação, associando-os às características da economia global informacional e de empresas integradas em rede, conforme apresentado no volume 1. Em segundo lugar, vêm as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, proporcionando controle cada vez maior sobre a gravidez e a reprodução humanas, como visto no capítulo 7 do volume I. Terceiro, tendo como pano de fundo a transformação econômica e tecnológica, o patriarcalismo foi atingido pelo desenvolvimento do movimento feminista, consequência dos movimentos sociais da década de

60. Não que o feminismo tenha sido um componente característico desses movimentos. Na realidade, ele começou mais tarde, em fins da década de 60 e início da de 70, formado por mulheres que deles haviam participado, em reação à discriminação sexual e abuso (ver abaixo) que sofreram nos movimentos. Mas o contexto da formação de movimentos sociais, com ênfase no “pessoal como forma política”, e seus temas multidimensionais possibilitaram às feministas afastar-se dos caminhos proporcionados pelos movimentos predominantemente masculinos (tais como os movimentos trabalhistas ou de políticas revolucionárias), distanciando-se rumo a uma abordagem mais experimental junto às próprias fontes de opressão, antes que pudessem ser subjugadas pelo discurso da racionalidade. O quarto elemento a induzir o desafio ao patriarcalismo é a rápida difusão de idéias em uma cultura globalizada, em um mundo interligado por onde pessoas e experiências passam e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas, estendendo-se sobre quase todo o planeta. Assim, após avaliar a transformação do trabalho da mulher, analisarei a formação de um movimento feminista altamente diversificado e os debates desenvolvidos a partir da experiência coletiva de construir ou reconstruir a identidade feminina.¹

¹ O impacto dos movimentos sociais, e do feminismo em particular, nas relações entre os sexos deu impulso a uma poderosa onda de choque: o questionamento da heterossexualidade como norma. Para as lésbicas, separar-se dos homens, origem de sua opressão, foi a consequência lógica, se não inevitável, de sua visão da dominação masculina como o motivo pelo qual as mulheres se encontram em situação tão precária. Para os gays, o questionamento da família tradicional e as relações conflitantes entre homens e mulheres proporcionaram uma abertura para explorar novas formas de relacionamentos pessoais, inclusive novas formas de vida familiar, as famílias gays. Para todos, a liberação sexual, sem limites institucionais, tornou-se a nova fronteira da auto-expressão. Não na imagem homofóbica de procura incessante por novos parceiros, mas como afirmação da própria personalidade e nos experimentos com a sexualidade e o amor. O impacto dos movimentos de lésbicas e gays sobre o patriarcalismo é, obviamente, devastador. Não que as formas de dominação interpessoal deixem de existir. A dominação, assim como a exploração, sempre se renovam no decorrer da História. Mas o patriarcalismo, como deve ter existido desde os primórdios da raça humana (não obstante Carolyn Merchant), ficou definitivamente combalido em consequência do enfraquecimento da norma heterossexual.¹ Assim, pretendendo explorar as origens e horizontes dos movimentos homossexuais (de gays e lésbicas), de São Francisco a Taipé,

a fim de salientar a crescente diversidade, tanto cultural quanto geográfica, desses movimentos.

Por fim, abordarei a questão da transformação da personalidade em nossa sociedade, resultante da transformação da estrutura familiar e das normas sexuais, uma vez que as famílias constituem o mecanismo básico de socialização e a sexualidade tem a ver com a personalidade. É assim que a interação entre mudança estrutural e os movimentos sociais — ou seja, entre a sociedade em rede e o poder da identidade — nos transformá.

A crise da família patriarcal

Chamo de crise da família patriarcal o enfraquecimento do modelo familiar baseado na autoridade/dominação contínua exercida pelo homem, como cabeça do casal, sobre toda a família. Encontramos, na década de 90, indicadores dessa crise em quase todas as sociedades, principalmente nos países mais desenvolvidos. Não é propriamente óbvio usar estatísticas aproximadas para comprovar uma característica, o patriarcalismo, ao mesmo tempo política, cultural e psicológica. No entanto, como o comportamento e a estrutura de uma população costumam evoluir em ritmo muito lento, a constatação da existência de tendências consideráveis afetando a estrutura e a dinâmica da família patriarcal observadas em estatísticas comparativas nacionais são, a meu ver, sinal indubitável de mudança e de crise nos modelos patriarcais antes tão estáveis. Resumirei esse argumento antes de dar prosseguimento com um breve exame estatístico.

! A dissolução dos lares, por meio de divórcio ou separação dos casais, constitui o primeiro indicador de insatisfação com um modelo familiar baseado no comprometimento duradouro de seus membros. É certo que pode haver (e, na verdade, é essa a regra) um patriarcalismo sucessivo: a reprodução do mesmo modelo com diferentes parceiros. No entanto, as estruturas da dominação (e mecanismos da confiança) se enfraquecem com essa experiência, tanto em relação às mulheres como aos filhos, freqüentemente apanhados por lealdades conflitantes. Além disso, com freqüência cada vez maior, a dissolução dos casamentos leva à formação de lares de solteiros ou lares com apenas um dos pais, cessando assim a autoridade patriarcal sobre a família, mesmo que as estruturas de dominação se reproduzam mentalmente no novo lar. !

Em segundo lugar, a crescente freqüência com que as crises matrimoniais se sucedem, assim como a dificuldade em compatibilizar casamento, trabalho e vida, associa-se a outras tendências importantes: o adiamento da formação de

casais e a formação de relacionamentos sem casamento. A falta de legalização enfraquece a autoridade patriarcal, tanto institucional como psicologicamente.¹

¹ Em terceiro lugar, como resultado dessas diferentes tendências, associadas a fatores demográficos, como envelhecimento da população e diferença da taxa de mortalidade entre os sexos, surge uma grande variedade de estruturas domésticas, diluindo assim o predomínio do modelo de família nuclear clássica (casais no primeiro casamento e seus filhos) e comprometendo sua reprodução social. Os lares de solteiros e os habitados por apenas um dos pais proliferam.

/ Em quarto lugar, com a instabilidade familiar e a crescente autonomia das mulheres com relação ao seu comportamento reprodutivo, a crise da família patriarcal estende-se à crise dos padrões sociais de reposição populacional.⁶ Por um lado, aumenta o número de crianças nascidas fora do casamento, geralmente sustentadas por suas mães (embora pares não casados e que tenham filhos em comum também estejam incluídos na estatística). Dessa forma, a reprodução biológica está assegurada, porém fora da estrutura familiar tradicional. Por outro lado, mulheres mais conscientizadas e enfrentando dificuldades limitam o número de filhos e adiam o nascimento do primeiro. Por fim, em certos círculos restritos, cujo tamanho parece estar aumentando, há mulheres que dão à luz filhos, ou adotam crianças, sendo as únicas responsáveis por eles. ,

¹ Em conjunto, essas tendências que se reforçam mutuamente colocam em dúvida a estrutura e os valores da família patriarcal. Não se trata necessariamente do fim da família, uma vez que outras estruturas familiares estão sendo testadas e poderemos, no fim, reconstruir a maneira como vivemos uns com os outros, como procriamos e como educamos de formas diferentes e, quem sabe, talvez melhores.⁷ Mas as tendências que menciono indicam o fim da família como a conhecemos até agora. Não apenas a família nuclear (um artefato moderno), mas a família baseada no domínio patriarcal, que tem predominado há milênios.⁸

Examinemos algumas estatísticas fundamentais. Adotarei aqui uma abordagem comparativa, utilizando uma visão geral mais sistemática da crise da família patriarcal nos Estados Unidos, onde o processo atingiu um estágio mais avançado, em outra seção neste mesmo capítulo.⁸ Embora as tendências apontadas sejam mais pronunciadas nos países desenvolvidos, existe uma mudança geral na mesma direção ocorrendo em grande parte do globo. Assim, basear-me-ei principalmente em um relatório, preparado em 1995 pelo *Population Council* (Conselho Populacional), sobre a transformação das famílias ocorrida em todo o mundo,⁹ que complementarei com várias outras fontes, conforme citadas. Focalizarei o período de 1970 a 1995 pelos motivos já mencionados neste capítulo.

A tabela 4.1 demonstra, com uma única exceção, aumento significativo da taxa estimada de divórcios nos países selecionados: entre 1971 e 1990, o

Tabela 4.1 Índice de variação na taxa estimada de divórcios nos países selecionados, 1971-90

País	1971	1990	Índice de variação	
			Índice	%
Canadá	1,38	2,94	1,56	113
França	0,93	1,86	0,93	100
Itália	0,32	0,48	0,16	50
Japão	0,99	1,27	0,28	28
Reino Unido	1,41	2,88	1,47	104
Estados Unidos	3,72	4,70	0,98	26
União Soviética	2,63	3,39	0,76	29
México	0,21	0,54	0,33	157
Egito	2,09	1,42	-0,67	-32

Fonte: Nações Unidas, *Demographic Yearbook* (Anuário Demográfico) (1970-1995)

Tabela 4.2 Tendências observadas nas taxas de divórcio para cada 100 casamentos em países desenvolvidos

País	1970	1980	1990
(antiga) Alemanha Ocidental	12,2	22,7	29,2
Canadá	18,6	32,8	38,3
Dinamarca	25,1	39,3	44,0
Estados Unidos	42,3	58,9	54,8 ^a
França	12,0	22,2	31,5 ^b
Grécia	5,0	10,0	12,0
Holanda	11,0	25,7	28,1
Hungria	25,0	29,4	31,0
Inglaterra e País de Gales	16,2	39,3	41,7 ^b
Itália	5,0	3,2	8,0
Suécia	23,4	42,2	44,1
Tchecoslováquia	21,8	26,6	32,0 ^b

Nota: As taxas apresentadas constituem um índice sintético, calculado pela soma de taxas de divórcio a cada ano. (A fonte original identifica incorretamente as taxas como “por 1.000 casamentos”.)

^a 1985

^b 1989

Fonte: Monnier, Alain e de Guibert-Lantonine, Catherine (1993) “La conjoncture démographique: L’Europe et les pays développés d’outre-mer”, *Population* 48(4):1043-67
Compilado e elaborado por Bruce *et al.* (1995)

número mais do que dobrou no Reino Unido, França, Canadá e México. O aumento menos pronunciado ocorrido nos Estados Unidos (ainda assim + 26%) e na União Soviética (+29%) no período deve-se ao fato de que esses países apresentaram os índices mais elevados em 1971. É interessante observar que o único país muçulmano selecionado para fins de comparação apresenta um decréscimo na taxa de divórcios (provavelmente refletindo a tendência de islamização da sociedade), embora ainda seja mais alto, em 1990, do que as taxas apresentadas pela Itália, México e Japão.

A tabela 4.2 demonstra as taxas de divórcio para cada 100 casamentos em países altamente industrializados. Há grande disparidade entre os níveis de divórcio em cada país, mas existe uma tendência geral de aumento entre 1970 e 1980 e entre 1980 e 1990, sendo os Estados Unidos novamente exceção em 1990, em parte porque naquele ano quase 55% dos casamentos terminaram em divórcio.

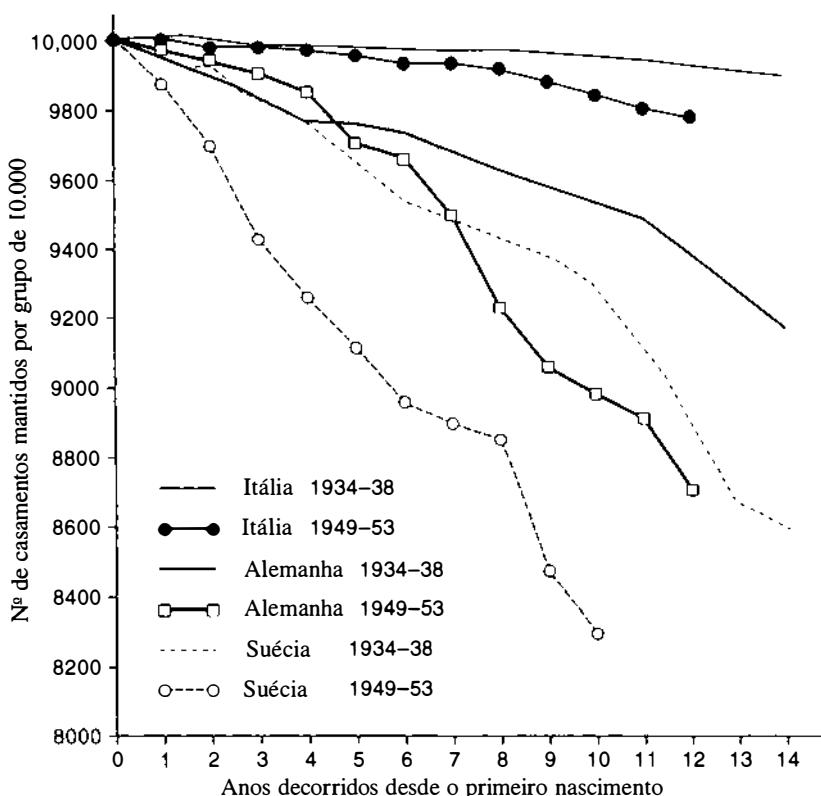


Figura 4.1 Curvas de sobrevivência dos casamentos na Itália, Alemanha Ocidental e Suécia: mães nascidas entre 1934-38 e entre 1949-53

Fonte: Blossfeld *et al.* (1995)

Tabela 4.3 Percentual de primeiros casamentos dissolvidos por separação, divórcio ou morte, entre mulheres de 40 a 49 anos de idade em países menos desenvolvidos

Região/país	Ano	%
Ásia		
Indonésia	1987	37,3
Sri Lanka	1987	25,6
Tailândia	1987	24,8
América Latina/Caribe		
Colômbia	1986	32,5
Equador	1987	28,9
México	1987	25,5
Peru	1986	26,1
República Dominicana	1986	49,5
Oriente Médio/Norte da África		
Egito	1989	22,8
Marrocos	1987	31,2
Tunísia	1988	11,1
África Subsaariana		
Gana	1988	60,8
Quênia	1989	24,2
Senegal	1986	42,3
Sudão	1989/90	28,2

Fontes: Nações Unidas (1987), tabela 47 da pesquisa *Fertility Behaviour in the Context of Development: Evidence from the World Fertility Survey* (Nações Unidas, Nova York), e tabulações extraídas de pesquisas demográficas e sobre saúde

Compilada e elaborada por Bruce *et al.* (1995)

Separações de casos de concubinato não estão incluídas nas estatísticas, nem os números percentuais relativos ao fim da coabitação. Sabemos, porém, conforme comprovado em pesquisas, que casais que apenas vivem juntos separam-se com mais freqüência do que os efetivamente casados,¹⁰ e que o número de separações tem correlação com o número de divórcios, aumentando assim o número global, e a proporção, de lares dissolvidos.¹¹ Uma pesquisa global sobre os padrões de divórcio revelou que este ocorre em número cada vez maior entre casais com filhos pequenos, aumentando a perspectiva de que a dissolução do casamento levará a lares de um só genitor.¹² A figura 4.1 ilustra a redução da sobrevivência do casamento entre grupos de mulheres, mais velhas e mais jovens, na Itália, Alemanha Ocidental e Suécia.¹³

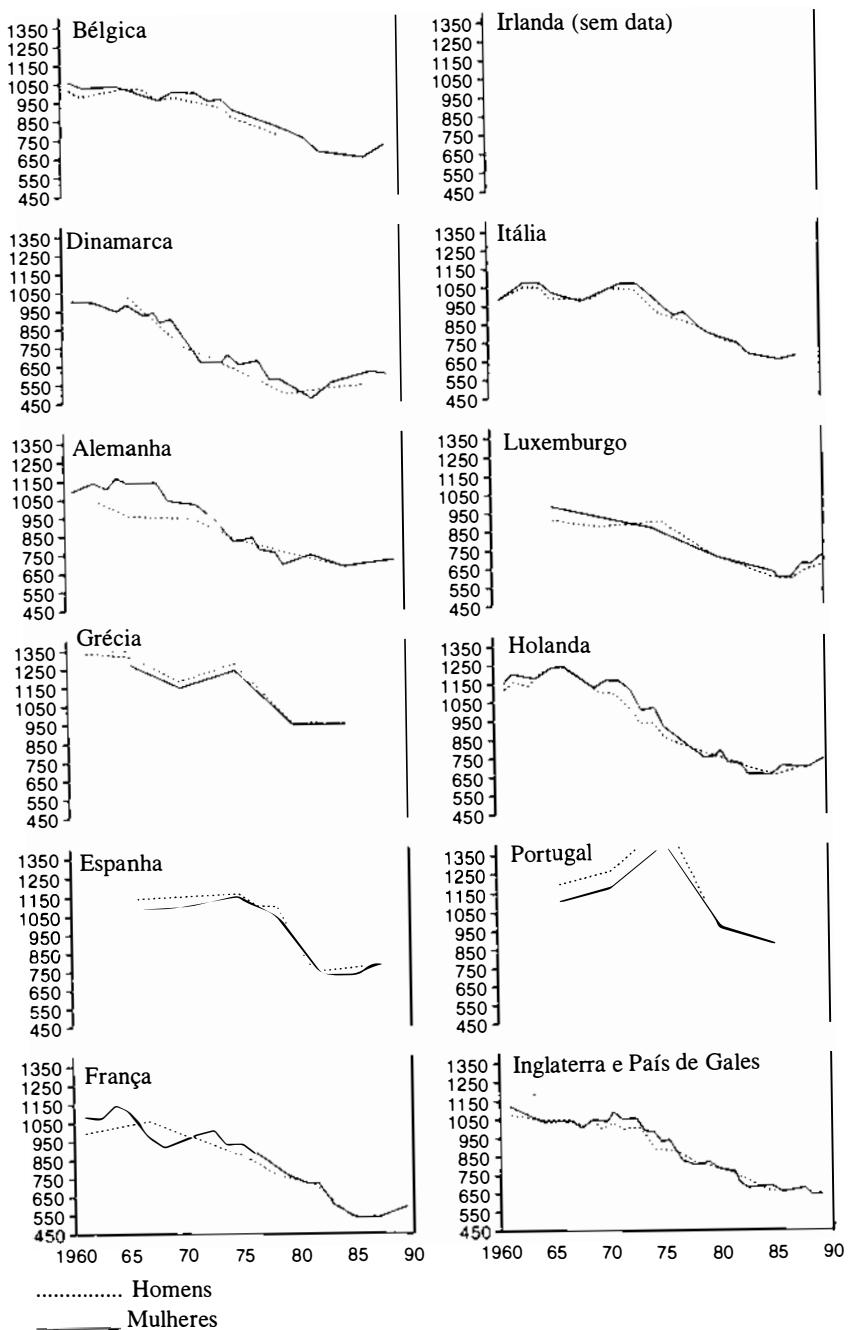


Figura 4.2 Evolução do número de primeiros casamentos em países da União Europeia a partir de 1960 *Fonte:* Alberdi (1995)

Figura 4.3 Índices brutos de casamentos em países selecionados

Fonte: Nações Unidas, *Demographic Yearbook* (1970-95)

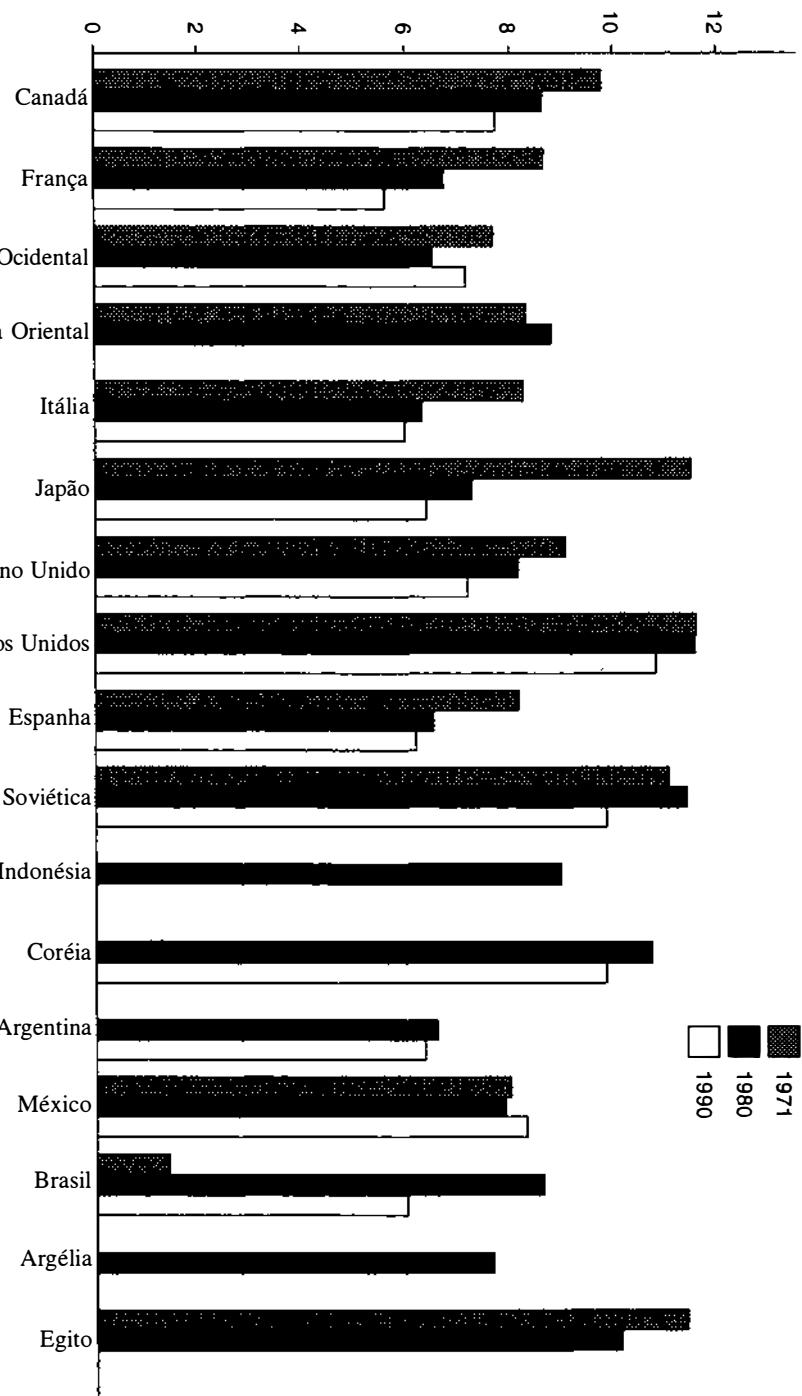


Tabela 4.4 Tendências, em números percentuais, de mulheres entre 20 e 24 anos que nunca se casaram

<i>Região/país</i>	<i>Data mais antiga</i>	<i>%</i>	<i>Data mais recente</i>	<i>%</i>
<i>Países menos desenvolvidos</i>				
Ásia				
Indonésia	1976	20	1987	36
Paquistão	1975	22	1990/91	39
Sri Lanka	1975	61	1987	58
Tailândia	1975	42	1987	48
América Latina/Caribe				
Colômbia	1976	44	1986	39
Equador	1979	43	1987	41
México	1976	34	1987	42
Peru	1978	49	1986	56
República Dominicana	1975	27	1986	39
Oriente Médio/Norte da África				
Egito	1980	36	1989	40
Marrocos	1980	36	1987	56
Tunísia	1978	57	1988	64
África Subsaariana				
Gana	1980	15	1988	23
Quênia	1978	21	1989	32
Senegal	1978	14	1986	23
<i>Países desenvolvidos</i>				
Áustria	1971	45	1980	57
Espanha	1970	68	1981	59
Estados Unidos	1970	36	1980	51
França	1970	46	1980	52
Tchecoslováquia	1970	35	1980	33

Fontes: *Países menos desenvolvidos*: Nações Unidas (1987), tabela 43 da pesquisa *Fertility Behaviour in the Context of Development: Evidence from the World Fertility Survey* (Nova York: Nações Unidas), e Westoff, Charles F., Blanc, Ann K. e Nyblade, Laura (1994), *Marriage and Entry into Parenthood* (Demographic and Health Surveys Comparative Studies nº 10. Calverton, Maryland: Macro International Inc.); *países desenvolvidos*: compilado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas para: Nações Unidas (1995) *The World's Women 1970-1995: Trends and Statistics* (Nova York: Nações Unidas)

Compilado e elaborado por Bruce *et al.* (1995)

Essa tendência não se manifesta apenas nos países industrializados. Como podemos verificar, os países em desenvolvimento selecionados da tabela 4.3 apresentam índices variados de dissolução do primeiro casamento, por diferentes motivos, entre as mulheres de 20 a 24 anos: com exceção da Tunísia, esses índices oscilam entre 22,8% e 49,5%, atingindo o ápice de 60,8% em Gana.

Tabela 4.5 Nascimentos ocorridos fora do casamento em relação (%) ao número total de nascimentos por região (média do país)

Região/país (nº de países)	1970	1980	1990
<i>Países desenvolvidos</i>			
Canadá	n.d.	13,2	21,1 ^a
Europa Meridional (5)	4,1	5,4	8,7
Europa Ocidental (6)	5,6	8,3	16,3
Europa Oriental (6)	7,1	9,0	12,9
Europa Setentrional (6)	8,8	19,5	33,3
Japão	1,0 ^b	1,0 ^c	1,0 ^d
Oceania (2)	9,0 ^b	13,4 ^c	20,2 ^e
Estados Unidos	5,4 ^b	14,2 ^c	28,0
(antiga) União Soviética (14)	8,2	8,8	11,2
<i>Países menos desenvolvidos</i>			
África (12)	n.d.	4,8 ^f	n.d.
Ásia (13)	n.d.	0,9 ^f	n.d.
América Latina/Caribe (13)	n.d.	6,5 ^f	n.d.

n.d. = não disponível

^a 1989^c 1975^e 1985^b 1965^d 1988^f 1975-1980 (média)

Fontes: Europa Meridional, Ocidental, Oriental e Setentrional (antiga) União Soviética e Canadá: Conselho Europeu (1993), *Recent Demographic Developments in Europe and North America, 1992* (Estrasburgo: Council of Europe Press); Estados Unidos, Oceania e Japão: Nações Unidas (1992), *Patterns of Fertility in Low Fertility Settings* (Nova York: Nações Unidas) e Departamento de Saúde e Bem-Estar Social dos Estados Unidos (1993), suplemento do *Monthly Vital Statistics Report* 42(3); países menos desenvolvidos: Nações Unidas (1987), *Fertility Behaviour in the Context of Development* (Nova York: Nações Unidas)

Compilado e elaborado por Bruce *et al.* (1995)

Na década de 90, o número de divórcios na Europa tem-se mantido estável em relação ao número de casamentos, mas isso se deve principalmente à redução do número de casamentos que vem acontecendo desde 1960, de modo que o número total e proporcional de lares habitados por ambos os pais caiu substancialmente.¹⁴ A figura 4.2 mostra a tendência geral de redução no número de primeiros casamentos nos países da União Européia e a figura 4.3 apresenta a evolução de índices brutos de casamentos em países selecionados em diferentes áreas do mundo. Com exceção do México e da Alemanha, a tendência no período de 20 anos foi de declínio, com o Japão apresentando queda acentuada.

A tendência de as pessoas casarem-se cada vez mais tarde também é quase universal e particularmente importante no caso de mulheres jovens. A tabela 4.4 mostra a relação, em números percentuais, de mulheres entre 20 e

24 anos que nunca se casaram. As datas mais recentes variam muito, sendo portanto difíceis de ser comparadas, porém, com exceção de Gana e Senegal, a proporção de jovens solteiras varia de um terço a dois terços; exceto pela Espanha e Sri Lanka, a proporção de mulheres solteiras entre 20 e 24 anos tem aumentado desde 1970. No mundo inteiro, a proporção de mulheres casadas de 15 anos ou mais caiu de 61% em 1970 para 56% em 1985.¹⁵

É cada vez maior, nos países desenvolvidos (tabela 4.5), o número de crianças nascidas fora do casamento, e o que se observa de mais importante é que nos Estados Unidos a proporção pulou de 5,4% do total de nascimentos em 1970 para 28% em 1990. A diferença desse fenômeno varia de acordo com a etnia, chegando a 70,3% no caso de mulheres afro-americanas no grupo etário entre 15 e 34 anos (figura 4.4). Nos países escandinavos, o número de nascimentos ocorridos fora do casamento na década de 90 chega à metade do número total de nascimentos.¹⁶

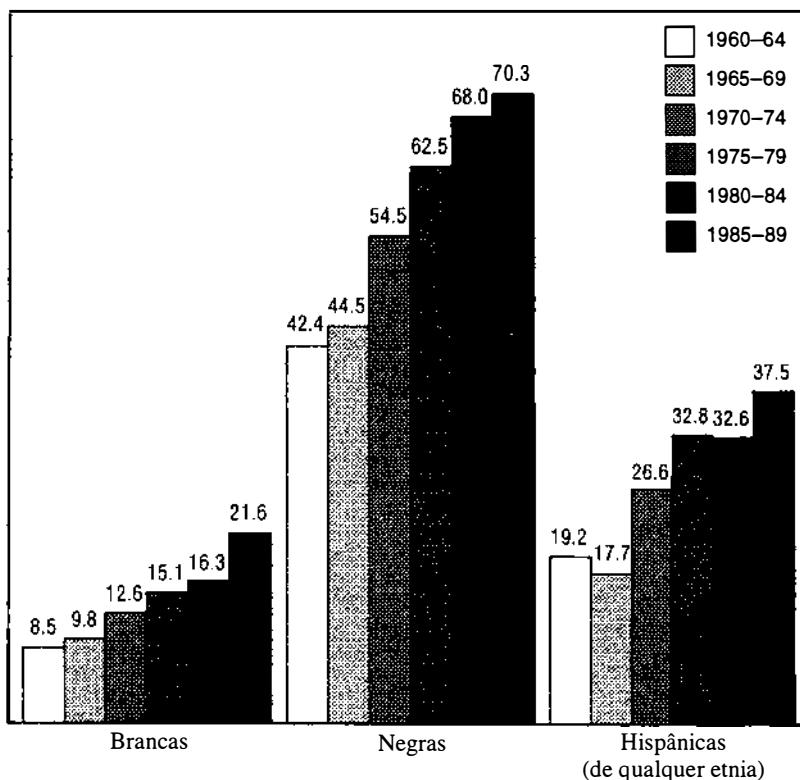


Figura 4.4 Proporção (%) de mulheres (15 a 34 anos) cujo primeiro filho nasce antes do primeiro casamento, por raça e etnia, nos Estados Unidos, 1960-89

Fonte: Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos (1992a)

Tabela 4.6 Lares com apenas um dos pais em relação (%) a todos os lares com filhos dependentes e ao menos um pai residente em países desenvolvidos

País	Início da década de 70	Meados da década de 80
Austrália	9,2	14,9
Estados Unidos	13,0	23,9
França	9,5	10,2
Japão	3,6	4,1
Reino Unido	8,0	14,3
Suécia	15,0	17,0
(antiga) União Soviética	10,0	20,0
(antiga) Alemanha Ocidental	8,0	11,4

Nota: Lares com apenas um dos pais são lares em que há filhos dependentes e onde reside apenas um dos pais.

Fonte: Burns, Alisa (1992) "Mother-headed families: an international perspective and the case of Australia", *Social Policy Report* 6(1)

Compilado e elaborado por Bruce *et al.* (1995)

Tabela 4.7 Tendências, em termos percentuais, de lares em que a mulher é a chefe de família *de jure*

Região/país	Data mais antiga	%	Data mais recente	%
<i>Dados da pesquisa demográfica</i>				
Ásia				
Indonésia	1976	15,5	1987	13,6
Sri Lanka	1975	15,7	1987	17,8
Tailândia	1975	12,5	1987	20,8
América Latina/Caribe				
Colômbia	1976	17,5	1986	18,4
Equador	1979	15,0	1987	14,6
México	1976	13,5	1987	13,3
Peru ^a	1977/78	14,7	1986	19,5
República Dominicana	1975	20,7	1986	25,7
Trinidad e Tobago	1977	22,6	1987	28,6
Oriente Médio/Norte da África				
Marrocos	1979/80	11,5	1987	17,3
África Subsaariana				
Gana	1960	22,0	1987	29,0
Sudão	1978/79	16,7	1989/90	12,6
Ásia				
Coréia	1980	14,7	1990	15,7
Filipinas	1970	10,8	1990	11,3
Hong Kong	1971	23,5	1991	25,7
Indonésia	1971	16,3	1980	14,2
Japão	1980	15,2	1990	17,0

Tabela 4.7 (cont.)

<i>Região/país</i>	<i>Data mais antiga</i>	<i>%</i>	<i>Data mais recente</i>	<i>%</i>
<i>Dados do censo</i>				
<i>América Latina/Caribe</i>				
Brasil	1980	14,4	1989	20,1
Costa Rica	1984	17,5	1992	20,0
Panamá	1980	21,5	1990	22,3
Peru	1981	22,1	1991	17,3
Uruguai	1975	21,0	1985	23,0
Venezuela	1981	21,8	1990	21,3
<i>África Subsaariana</i>				
Burkina Fasso	1975	5,1	1985	9,7
Camarões	1976	13,8	1987	18,5
Mali	1976	15,1	1987	14,0

Nota: de jure = chefe da família “habitualmente”.

^a *de facto* = chefe da família no dia da entrevista.

Fontes: *Pesquisas demográficas*: Gana: Lloyd, Cynthia B. e Gage-Brandon, Anastasia J. (1993), “Women’s role in maintaining households: family welfare and sexual inequality in Ghana”, *Population Studies* 47(1): 115-31. Equador: Ono-Osaku, Keiko e Themme, A.R. (1993), “Cooperative analysis of recent changes in households in Latin America”, em *IUSSP Proceedings of Conference on the Americas*, Vera Cruz (Atas da Conferência sobre as Américas, Vera Cruz); todos os outros países: Ayad, Mohamed *et al.* (1994), *Demographic Characteristics of Households* (Demographic and Health Surveys Comparative Studies nº 14. Calverton, Maryland: Macro International Inc.); *recenseamentos*: Nações Unidas (1995), *The World’s Women 1970-1995: Trends and Statistics* (Nova York: Nações Unidas)

Compilado e elaborado por Bruce *et al.* (1995)

Como resultado tanto de casais separados como de mães solteiras, a proporção de lares com filhos dependentes habitados por apenas um dos pais (geralmente a mãe) aumentou no período entre o início da década de 70 e meados dos anos 80 em países desenvolvidos (tabela 4.6), e a tendência de crescimento persistiu nos Estados Unidos nos anos 90 (ver a seguir). Nos países em desenvolvimento, percebe-se, pelas estatísticas de lares em que a mulher é a chefe de família *de jure*, uma tendência semelhante. A tabela 4.7 evidencia uma tendência geral de crescimento na proporção de lares chefados por mulheres no período que vai de meados da década de 70 até meados a fim da década de 80 (com algumas exceções como, por exemplo, a Indonésia), e no Brasil, a proporção de lares nessa categoria era que de 14% em 1980, passou para 20% em 1989.

Tabela 4.8 Indicadores de mudanças recentes na família e formação dos lares: países ocidentais selecionados, 1975-90

<i>Região e país</i>	<i>Mulheres entre 20-24 anos vivendo em regime de coabitação c. 1985-90 (%)</i>	<i>Crianças nascidas fora do casamento c. 1988 (%)</i>	<i>Aumento do número de filhos nascidos fora do casamento c. 1975-88 (%)</i>	<i>Lares com filhos, habitados por apenas um dos pais c. 1985 (%)</i>
Escandinávia				
Islândia	-	52	19	-
Suécia	44	52	19	32
Dinamarca	43	45	23	26
Noruega	28	34	23	23
Finlândia	26	19	9	15
Europa Setentrional				
Holanda	23	11	8	19
Reino Unido	24	25	16	14
França	24	26	18	10
Alemanha Ocidental	18	10	4	13
Áustria	-	23	8	15
Suíça	-	6	2	9
Luxemburgo	-	12	8	18
Bélgica	18	10	7	15
Irlanda	4	13	8	7
Europa Meridional				
Portugal	7	14	7	-
Espanha	3	8	6	11
Itália	3	6	3	16
Grécia	1	2	1	-
Malta	-	2	1	-
Chipre	-	1	0	-
América do Norte				
Estados Unidos	8	26	12	28
Canadá	15	21	14	26
Oceania				
Austrália	6	19	7	15
Nova Zelândia	12	25	9	-

Fontes: Conselho Europeu (diversas edições); European Values Studies, 1990 Round; Moors e Van Nimwegen (1990); Nações Unidas (diversos anos, 1990); comunicados pessoais de Larry Bumpass (Estados Unidos), Peter McDonald, Lincoln Day (Austrália), Thomas Burch (Canadá), Ian Pool (Nova Zelândia).

Compilado por Lesthaeghe (1995)

Tabela 4.9 Número de lares habitados por apenas um dos pais em relação ao número total de lares em países selecionados, 1990-93

País	Ano	Número total de lares (em milhares)	Lares habitados por somente um dos pais (em milhares)	%
Alemanha ^a	1993	36.230	12.379	34,2
Bélgica	1992	3.969	1.050	26,5
Dinamarca ^b	1993	2.324	820	35,3
Espanha	1992	11.708	1.396	11,9
França	1992	22.230	6.230	28,0
Grécia	1992	3.567	692	19,4
Grã-Bretanha	1992	23.097	6.219	26,9
Holanda	1992	6.206	1.867	30,1
Irlanda	1991	1.029	208	20,2
Itália	1992	19.862	4.305	21,7
Luxemburgo	1992	144	34	23,6
Portugal	1992	3.186	399	12,5
Estimativas				
Finlândia	1993	2.120	716	33,8
Áustria	1993	3.058	852	27,9
Suécia	1990	3.830	1.515	39,6
Estados Unidos	1993	96.391	23.642	24,5
Japão	1993	41.826	9.320	22,3

^a Dados obtidos do microcenso, abril de 1993.

^b Dados das Ilhas Faroé e Groenlândia não incluídos.

Fonte: Statistisches Bundesamt (1995) *Statistisches Jahrbuch 1995 für das Ausland* (Wiesbaden: Metzer e Poeschel)

Reunindo vários indicadores de formação de lares, Lesthaeghe preparou a tabela 4.8 para os países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), onde os dados da Europa Setentrional e América do Norte contrastam com os da Europa meridional, e as estruturas familiares tradicionais resistem melhor. Ainda assim, com exceção da Irlanda e Suíça, a proporção de lares com crianças e apenas um dos pais em meados dos anos 80 representava entre 11% e 32% do total de lares.

A tabela 4.9 mostra a proporção de lares de pessoas que vivem sós, nos países selecionados, no início dos anos 90. Merece ser observada com atenção: com exceção da Europa Meridional, essa proporção oscila entre 20% e 39,6% de todos os lares, sendo de 26,9% no Reino Unido, 24,5% nos Estados Unidos, 22,3% no Japão, 28,0% na França e 34,2% na Alemanha. Obviamente, a maioria desses lares é habitada por pessoas idosas, de modo que o fenômeno é, em grande parte, explicado pelo envelhecimento da população. Ainda

assim, o fato de que entre um quinto e um terço dos lares é de pessoas que vivem sós põe em xeque o modo de vida patriarcal. A propósito, a resistência das famílias patriarcais tradicionais na Itália e Espanha tem o seu preço: as mulheres reagem recusando-se a ter filhos, de modo que esses dois países apresentam o menor índice de fertilidade do mundo, bem aquém da taxa de reposição da população (1,2 na Itália e 1,3 na Espanha).¹⁷ Além disso, a idade de emancipação na Espanha é a mais alta da Europa: 27 anos para as mulheres e 29 para os homens. Taxas elevadas de desemprego entre os jovens e grave crise habitacional contribuem para manter unida a família tradicional, à custa da formação de novas famílias e do processo de reprodução dos espanhóis.¹⁸

É essa, na realidade, a conseqüência mais óbvia da crise enfrentada pela família patriarcal: queda brusca dos índices de fertilidade nos países desenvolvidos, ficando abaixo da taxa de reposição de suas populações (ver os dados relativos a países europeus na figura 4.5). No Japão, a taxa total de fertilidade tem estado abaixo do nível de reposição desde 1975, tendo chegado a 1,54 em 1990.¹⁹ Nos Estados Unidos, a taxa total de fertilidade tem apresentado queda acentuada nas três últimas décadas, começando do ponto mais alto em fins da década de 50 e atingindo níveis abaixo da taxa de reposição nos anos 70 e 80, até estabilizar-se no início dos anos 90 em 2,1, que é aproximadamente o nível de reposição. No entanto, o número de nascimentos aumentou porque o grande número de crianças nascidas na época em que a taxa de fertilidade atingiu o seu ápice chegou à idade de procriar (figura 4.6). A tabela 4.10 apresenta a taxa total de fertilidade por região e projeções até meados da década de 90. Esse índice, de modo geral, caiu nas duas últimas décadas; em regiões mais desenvolvidas os índices despencaram abaixo do nível de reposição, permanecendo então estáveis nesse nível. Deve-se notar, no entanto, que essa não é uma regra rígida relativa à população. Anna Cabre demonstrou a relação entre a recuperação da taxa de fertilidade na Escandinávia na década de 80 e a política social generosa e a tolerância da sociedade nessa área privilegiada do mundo.²⁰ É exatamente esse o motivo por que mais de 50% das crianças foram concebidas a partir de uniões sem casamento. Contando com apoio material e psicológico, e não sofrendo sanções em seus empregos, as mulheres escandinavas voltaram a ter filhos e seus países apresentaram nos anos 80 a mais alta taxa de fertilidade da Europa. O quadro recente, porém, já não é tão auspicioso. Com o refreamento do Estado do bem-estar social escandinavo, esse apoio foi reduzido, assim, no início da década de 90 os índices de fertilidade naqueles países estabilizaram-se nos níveis de reposição.²¹ Em outros países também, especialmente nos Estados Unidos, a taxa total de fertilidade vem

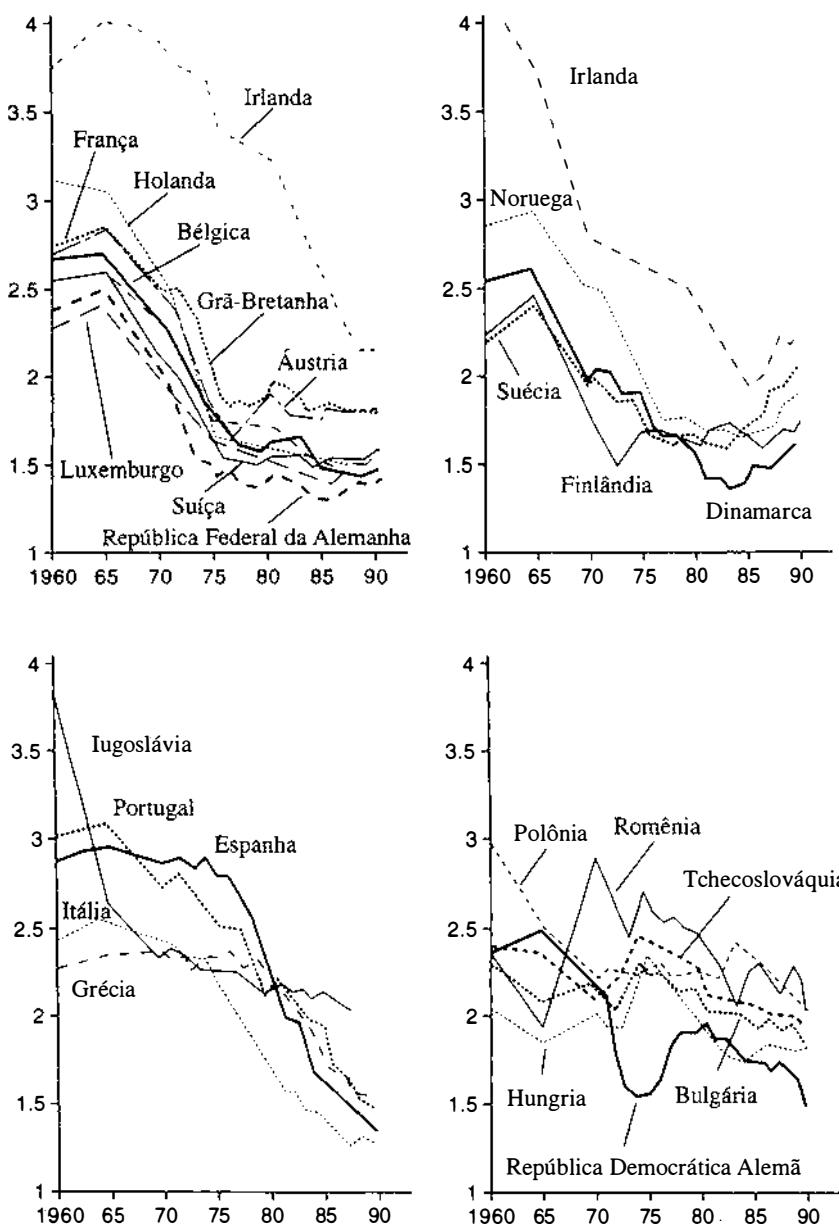


Figura 4.5 Síntese da taxa de fertilidade em países europeus a partir de 1960

Fonte: Alberdi (1995)

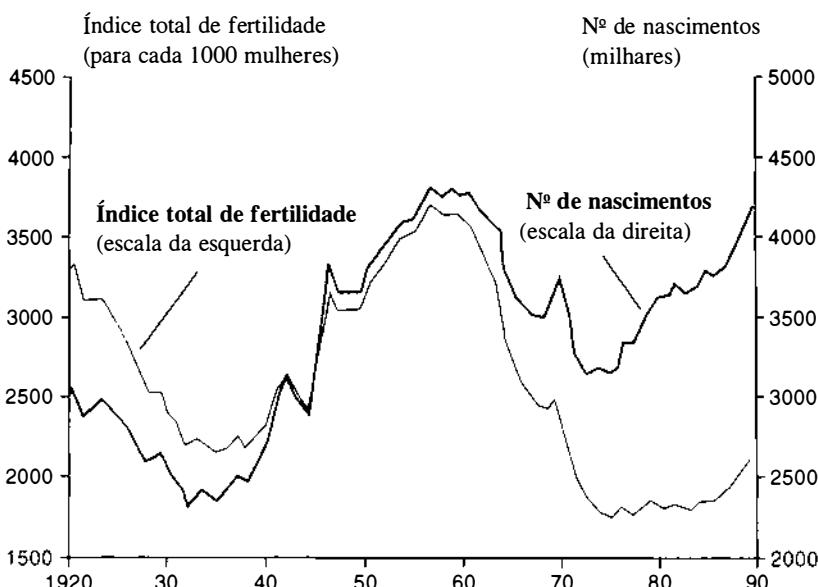


Figura 4.6 Índice total de fertilidade e número de nascimentos nos Estados Unidos, 1920-90
(índice total de fertilidade = número de filhos que as mulheres teriam ao final de sua vida fértil com base nos índices de nascimento, específicos por idade, de um único ano)

Fonte: Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos (1992a)

sendo elevada, graças a seus imigrantes, resultando em uma população de múltiplas etnias e induzindo o multiculturalismo. Uma das diferenças socioculturais mais importantes talvez seja a preservação do patriarcalismo entre as comunidades minoritárias de diferentes etnias, formadas por imigrantes, em oposição à desintegração das famílias tradicionais entre os grupos étnicos nativos (brancos e negros) nas sociedades industrializadas. Essa tendência, logicamente, é de auto-reprodução, mesmo considerando uma redução na taxa de natalidade das minorias imigrantes assim que conseguem melhorar sua situação econômica e nível educacional.

De modo geral, parece que na maioria dos países desenvolvidos, com exceção do Japão e da Espanha, a família patriarcal está se tornando um estilo de vida adotado por uma minoria. Nos Estados Unidos, na década de 90, apenas uma quarta parte do total de lares se enquadra no tipo ideal formado por casal legítimo com filhos (ver a seguir). Se completarmos com a qualificação “com os filhos do casal”, essa proporção cai ainda mais. É certo que nem tudo se deve à liberação da mulher. A estrutura demográfica também conta: uma outra quarta parte dos lares americanos é constituída por aqueles habitados por

Tabela 4.10 Índice total de fertilidade nas principais regiões do mundo

	1970-75	1980-85	1990-95 ^a
Mundo	4,4	3,5	3,3
Regiões mais desenvolvidas	2,2	2,0	1,9
Regiões menos desenvolvidas	5,4	4,1	3,6
África	6,5	6,3	6,0
Ásia	5,1	3,5	3,2
Europa	2,2	1,9	1,7
Américas	3,6	3,1	-
América Latina	-	-	3,1
América do Norte	-	-	2,0
Oceania	3,2	2,7	2,5
União Soviética	2,4	2,4	2,3

^a 1990-95, projeções.

Fontes: Estimativas, *World Population Prospects*, Nações Unidas, 1984; *World Population at the Turn of the Century* (1989), p. 9, Nações Unidas; *The State of World Population: Choices and Responsibilities* (1994), Fundo Populacional das Nações Unidas.

apenas uma pessoa, na maioria mulheres idosas viúvas. No entanto, um estudo estatístico realizado por Antonella Pinelli sobre as variáveis que condicionam novos comportamentos demográficos na Europa conclui que:

verificamos que a instabilidade conjugal, coabitação e nascimentos fora do casamento ocorrem onde os aspectos não-materiais da qualidade de vida são valorizados e as mulheres gozam de independência econômica e poder político relativamente elevado. É necessário enfatizar as condições existentes para as mulheres. Divórcio, coabitação e fertilidade em uniões sem casamento ocorrem com maior freqüência nas regiões onde as mulheres gozam de independência econômica e podem enfrentar a possibilidade de serem mães solteiras sem se tornarem, por este motivo, um sujeito social exposto a riscos.²²

Suas conclusões, porém, devem ser corrigidas pela observação de que esses fatos constituem apenas parte da história. Crianças nascidas fora do casamento nos Estados Unidos são fruto não só da auto-afirmação das mulheres, mas também da pobreza e baixo nível educacional. Não obstante, a tendência geral, conforme demonstrado em algumas ilustrações estatísticas, é de enfraquecimento e provável dissolução das formas tradicionais de família em que a

dominação patriarcal é incontestável, com esposa e filhos agregando-se em torno do marido/pai.

Nos países em desenvolvimento, tendências semelhantes despontam nas áreas urbanas, mas as estatísticas nacionais, que levam em conta as tradicionais comunidades rurais muito representativas (principalmente na África e na Ásia), não refletem fielmente esse fenômeno, embora, ainda assim, seja possível detectar certos indícios. A exceção verificada na Espanha está fundamentalmente ligada ao desemprego entre a população jovem e à grave crise de habitação, fatores que impedem a formação de novos lares nas grandes áreas metropolitanas.²³ Quanto ao Japão, a formação cultural e o fato de nascimentos fora do casamento serem considerados motivo de vergonha, ajudam a consolidar o patriarcalismo, embora tendências recentes estejam enfraquecendo a ideologia patriarcal e o hábito de relegar as mulheres ao mercado de trabalho secundário.²⁴ No entanto, minha hipótese com relação à exceção japonesa é que a estrutura patriarcal continua preservada por causa da falta de um movimento feminista expressivo. Como esse movimento está aumentando nesta década, posso prognosticar sem receio que nesta questão, assim como em muitas outras, a exceção japonesa é simplesmente uma questão de tempo. Sem querer negar a condição cultural específica do Japão, as influências na estrutura da sociedade e nas mentes das mulheres são tão poderosas que também o Japão terá de enfrentar os desafios ao patriarcalismo por parte das japonesas inseridas no mercado de trabalho.²⁵

Se as tendências atuais continuarem a se expandir por todo o mundo, e asseguro que continuarão, as famílias, tal como as conhecemos, tornar-se-ão uma relíquia histórica no futuro não muito distante. E a estrutura de nossas vidas se transformará à medida que sentirmos, às vezes dolorosamente, os abalos dessa transformação. Passemos agora a analisar as tendências subjacentes às raízes dessa crise e, assim esperamos, à origem de novas formas de convivência entre mulheres, crianças, bichos de estimação, e até mesmo homens.

As mulheres no mercado de trabalho

Trabalho, família e mercados de trabalho passaram por profundas transformações neste último quarto de século em virtude da incorporação maciça das mulheres no *mercado de trabalho remunerado*, quase sempre fora de seus lares.²⁶ Em 1990 havia 854 milhões de mulheres economicamente ativas no

Tabela 4.11 Participação de homens e mulheres na força de trabalho (%)

	Homens				Mulheres							
	1973	1979	1983	1992	1993	1994 ^a	1973	1979	1983	1992	1993	1994 ^a
Alemanha	89,6	84,9	82,6	79,0	78,6	-	50,3	52,2	52,5	61,3	61,4	-
Austrália	91,1	87,6	85,9	85,3	85,0	84,9	47,7	50,3	52,1	62,3	62,3	63,2
Austria	83,0	81,6	82,2	80,7	80,8	-	48,5	49,1	49,7	58,0	58,9	-
Bélgica	83,2	79,3	76,8	72,6	-	-	41,3	46,3	48,7	54,1	-	-
Canadá	86,1	86,3	84,7	78,9	78,3	-	47,2	55,5	60,0	65,1	65,3	-
Dinamarca	89,6	89,6	87,6	88,0	86,0	-	61,9	69,9	74,2	79,0	78,3	-
Espanha	92,9	83,1	80,2	75,1	74,5	73,9	33,4	32,6	33,2	42,0	42,8	43,9
Estados Unidos	86,2	85,7	84,6	85,3	84,9	85,4	51,1	58,9	61,8	69,0	69,0	70,5
Finlândia	80,0	82,2	82,0	78,5	77,6	77,1	63,6	68,9	72,7	70,7	70,0	69,8
França	85,2	82,6	78,4	74,7	74,5	-	50,1	54,2	54,3	58,8	59,0	-
Grécia	83,2	79,0	80,0	73,0	73,7	-	32,1	32,8	40,4	42,7	43,6	-
Holanda	85,6	79,0	77,3	80,8	-	-	29,2	33,4	40,3	55,5	-	-
Irlanda ^b	92,3	88,7	87,1	81,9	-	-	34,1	35,2	37,8	39,9	-	-
Itália	85,1	82,6	80,7	79,1	74,8	-	33,7	38,7	40,3	46,5	43,3	-
Japão	90,1	89,2	89,1	89,7	90,2	90,1	54,0	54,7	57,2	62,0	61,8	61,8
Luxemburgo ^b	93,1	88,9	85,1	77,7	-	-	35,9	39,8	41,7	44,8	-	-
Noruega	86,5	89,2	87,2	82,6	82,0	82,3	50,6	61,7	65,5	70,9	70,8	71,3
Nova Zelândia	89,2	87,3	84,7	83,0	83,3	-	39,2	45,0	45,7	63,2	-	-
Portugal ^c	-	90,9	86,9	82,3	82,5	82,8	-	57,3	56,7	60,6	61,3	62,2
Reino Unido	93,0	90,5	87,5	84,5	83,3	81,8	53,2	58,0	57,2	64,8	64,7	64,5
Suécia	88,1	87,9	85,9	81,8	79,3	78,1	62,6	72,8	76,6	77,7	75,7	74,6
Suíça	100,0	94,6	93,5	93,7	92,5	91,0	54,1	53,0	55,2	58,5	57,9	56,9
América do Norte	86,2	85,8	84,6	84,2	-	-	50,7	58,6	61,6	68,6	68,7	-
OCDE — Europa ^d	88,7	84,8	82,3	79,2	80,1	-	44,7	48,6	49,8	56,9	60,6	-
OCDE — Total ^d	88,2	85,9	84,3	82,9	81,3	-	48,3	53,1	55,1	61,9	61,6	-

^a Estimativas do Secretariado. ^b 1991 em vez de 1992 para Irlanda e Luxemburgo.^c Os dados sobre a força de trabalho incluem número expressivo de pessoas com menos de 15 anos.^d Apenas para os países acima.Fonte: OCDE — *Employment Outlook* (1995)

Tabela 4.12 Índice total de emprego – homens e mulheres (média de crescimento anual — %)

	Homens					Mulheres						
	1973-75	1975-79	1979-83	1983-91	1992	1993	1973-75	1975-79	1979-83	1983-91	1992	1993
Alemanha	-2,5	0,3	-0,5	0,8 ^c	-0,3	-	-1,0	0,9	-0,0	2,0 ^e	1,7	-
Austrália	-0,3	0,6	-0,1	1,5 ^d	-0,3	20,0	2,0	1,7	2,0	3,9 ^d	0,6	0,8
Austria	-1,1	0,8	0,9	0,7	0,8	-	-1,2	1,0	0,8	2,1	3,3	-
Bélgica	-0,4	-0,4	-1,8	0,0	-1,1	-	0,8	0,9	0,2	2,0	0,5	-
Canadá	1,9	1,8	-0,6	1,1	-1,2	1,2	4,7	4,5	2,6	2,8	-0,4	1,1
Dinamarca	-1,8	0,7 ^b	-1,7	0,9	-	-	-0,5	3,6 ^b	0,9	1,4	-	-
Espanha	-0,2	-1,7 ^b	-1,8	0,8	-3,2	-5,4	-1,5	-1,3 ^b	-1,7	3,0	0,3	-2,4
Estados Unidos	-0,6	2,5	-0,3	0,3	1,3	2,0	2,0	5,0	1,7	2,4	0,9	1,5
Finlândia	0,7	0,6 ^b	0,9	-0,5	-7,6	-5,9	2,0	-0,0 ^b	1,9	-0,1	-6,5	-6,3
França	-0,4	-0,2	-0,7	-0,1	-1,2	-	0,8	1,6	0,7	1,4	0,5	-
Grécia	-0,5	0,8	0,6	0,1	-	-	1,6	1,1	4,1	0,7	-	-
Holanda	-1,5	0,3	-0,8	2,1	1,3	-	2,9	2,7	4,0	5,3	3,2	-
Irlanda	-0,2	1,5	-1,4	-0,5	-	-	1,6	2,0	1,9	1,1	-	-
Itália	0,6	-0,1	0,0	0,1	-1,1	^b	2,4	2,7	1,3	1,6	0,3	^b
Japão	0,5	0,7	0,8	1,1	1,1	0,6	-1,7	2,0	1,7	1,7	1,0	-0,3
Luxemburgo	1,0	-0,7	-0,7	2,3 ^r	-	-	4,6	1,5	1,8	3,3	-	-
Noruega	0,9	1,1	-0,2	-0,4	-0,5	-0,5	2,9	4,4	1,8	1,40	-0,1	0,5
Nova Zelândia	2,1	0,2	-0,3	1,0 ^d	0,4	-	5,2	2,7	0,8	1,3 ^d	0,6	-
Portugal	-1,3 ^a	0,3	0,4 ^c	1,0	- ^b	-2,8	-1,5 ^a	0,9	1,1 ^c	3,0	- ^b	-1,2
Reino Unido	-1,0	-0,2	-2,3	0,4	-3,3	-2,8	-1,5	1,2	-1,0	2,3	-1,0	-1,3
Suécia	1,0	-0,3	-0,6	0,1 ^c	-5,1	-7,9	4,2	2,0	1,3	0,9 ^e	-3,5	-6,2
Suíça	-2,8	-0,5	0,8	0,8	-2,1	-2,5	-1,9	0,6	2,0	1,6	-2,4	-2,5
América do Norte	-0,4	2,4	-0,4	1,2	0,2	1,3	2,2	4,9	1,8	2,4	0,8	1,5
OCDE — Europa ⁱ	-0,8	-0,2	-0,8	0,4	-2,0	-	1,2	1,4	0,5	2,0	-0,3	-
OCDE — Total ^j	-0,4	0,9	-0,3	0,9	-1,4	-	1,0	2,8	1,2	2,2	-0,1	-

^a Quebra na seqüência dos anos entre 1973 e 1974^b Quebra na seqüência dos anos entre 1975 e 1976^c Quebra na seqüência dos anos entre 1985 e 1986^d Quebra na seqüência dos anos entre 1991 e 1992^e Quebra na seqüência dos anos entre 1992 e 1993^f Quebra na seqüência dos anos entre 1982 e 1983^g Os dados referem-se a 1983-90^h Apenas os países acimaFonte: OCDE — *Employment Outlook* (1995)

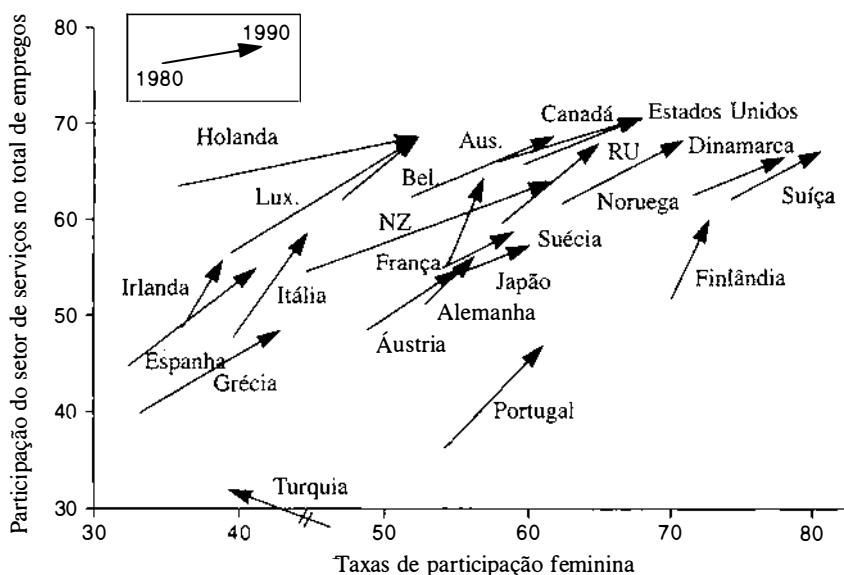


Figura 4.7 Aumento dos índices de emprego no setor de serviços e da participação feminina, 1980-90 (Aus., Austrália; Bel., Bélgica; RU, Reino Unido; Lux., Luxemburgo; NZ, Nova Zelândia)

Fonte: OCDE (1994b), Statistical Annex (tabelas A e D do Caderno de Estatísticas)

mundo inteiro, respondendo por 32,1% da força de trabalho em termos globais. Um total de 41% do universo de mulheres de 15 anos ou mais eram economicamente ativas.²⁷ Nos países membros da OCDE, a participação média das mulheres na força de trabalho subiu de 48,3% em 1973 para 61,6% em 1993, enquanto a participação masculina caiu de 88,2% para 81,3% (ver tabela 4.11). Nos Estados Unidos, a taxa de participação das mulheres subiu de 51,1% em 1973 para 70,5% em 1994. Os índices de crescimento relativos ao período de 1973 a 1993 também indicam uma tendência de aumento no caso das mulheres (revertida em alguns países europeus na década de 90) e um diferencial positivo em relação aos homens (tabela 4.12). Tendências similares são observadas no mundo inteiro. Passando agora para as estatísticas sobre o “índice de atividade econômica” elaboradas pelas Nações Unidas (cujos percentuais são inferiores aos da participação na força de trabalho), as tabelas 4.13 e 4.14 indicam uma tendência ascendente similar na taxa de participação econômica das mulheres, com exceção parcial da Rússia, onde o nível já era alto em 1970.

A entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerado deve-se, de um lado, à informatização, integração em rede e globalização da econo-

Tabela 4.13 Índices de atividade econômica, 1970-90

			1970	1975	1980	1985	1990
OCDE							
Alemanha	(14+)	Total	43,9	43,4	44,9		49,6
		Homens	59,2	57,1	58,4		60,8
		Mulheres	30,0	30,9	32,6		39,2
Canadá	(15+)	Total	40,9 (71)	44,6 (76)			
		Homens	53,3	55,6			
		Mulheres	28,4	33,8			
Estados Unidos	(16+)	Total	41,8	44,5		49,1	
		Homens	53,9	55,6	56,8		
		Mulheres	30,2	33,9	41,8		44,4 (92)
França	(15+)	Total	42,0 (71)	42,6	43,3	43,4 (86)	44,8
		Homens	55,2	55,1	54,4	52,6	51,6
		Mulheres	29,4	30,5	32,7	34,6	38,2
Itália	(14+)	Total	36,6	35,4	40,2	41,1	42,0
		Homens	54,7	52,2	55,2	54,6	54,3
		Mulheres	19,3	19,4	26,0	28,2	30,3
Japão	(15+)	Total	51,0	48,6	48,4	51,5	51,7
		Homens	63,4	62,3	60,2	63,6	62,4
		Mulheres	39,1	35,2	36,8	39,8	41,3
Reino Unido	(16+)	Total	42,5		47,3 (81)		50,3
		Homens	51,7		59,4		58,4
		Mulheres	33,0		35,8		42,6
Federação Russa	(16+)	Total	48,4		51,7 (79)		50,2
		Homens	52,1		55,7		55,0
		Mulheres	45,3		48,1		45,8
Ásia							
China	(15+)	Total			52,3 (82)		
		Homens			57,3		
		Mulheres	44,25		47,0		
Coréia	(15+)	Total	33,0	38,5	37,9		
		Homens	42,8	46,9	46,3		
		Mulheres	23,2	30,0	29,3		
Índia	(15+)	Total	32,9(71)				37,5(91)
		Homens	52,5				51,6
		Mulheres	11,9				22,3
Indonésia	(15+)	Total	34,9(71)		35,5		
		Homens	47,3		48,1		
		Mulheres	22,8		23,5		
América Latina							
Argentina	(14+)	Total	38,5		38,5	37,5	38,1
		Homens	57,9		55,1	55,3	55,4
		Mulheres	19,4		22,0	19,9	21,0

Tabela 4.13 (cont.)

			1970	1975	1980	1985	1990
Brasil	(10+)	Total	31,7		36,3		41,9
		Homens	10,5		53,1		56,3
		Mulheres	13,1		19,8		27,9
México	(12+)	Total	26,9	27,6	33,0		29,6
		Homens	43,6	42,9	48,2		46,2
		Mulheres	10,2	12,0	18,2		13,6
África							
Argélia	(6+)	Total	21,7 (66)				23,6
		Homens	42,2				42,4
		Mulheres	1,8				4,4
Nigéria	(14+)	Total					30,3
		Homens					40,7
		Mulheres					19,7
Oriente Médio							
Egito	(6+)	Total	27,9 (71)	30,2 (76)			31,6
		Homens	51,2	54,1			49,3
		Mulheres	4,2	5,5			13,5

Nota: Índice de atividade econômica = população economicamente ativa/população total.

Fonte: ILO, *Yearbook of Labour Statistics* (1970-94)

Tabela 4.14 Índice de crescimento da atividade econômica da mulher, 1970-90

	1970	1990	Índice de crescimento (%)
Alemanha	30,0	39,2	30,7
França	29,4	38,2	29,9
Estados Unidos	30,2	44,4	47,0
Itália	19,3	30,3	57,0
Japão	39,1	41,3	5,6
Reino Unido	33,0	42,6	29,1
Rússia	45,3	45,8	1,1
Índia	11,9	22,3	87,4
Argentina	19,4	21,0	8,2
Brasil	13,1	27,9	113,0
México	10,2	13,6	33,3
Argélia	1,8	4,4	144,4
Egito	4,2	13,5	221,4

Nota: Índice de atividade econômica = população economicamente ativa/população total.

Fonte: ILO, *Yearbook of Labour Statistics* (1970-94)

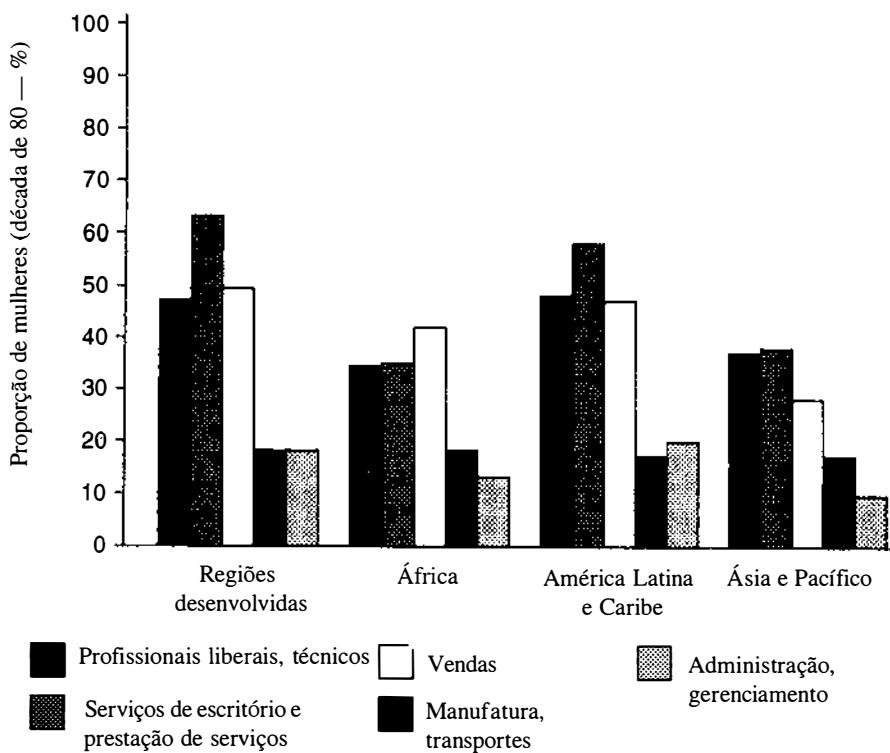


Figura 4.8a Percentual de mulheres na força de trabalho por tipo de função

Fonte: Elaborado pelo Statistical Office of the United Nations Secretariat (1991) com base no *Yearbook of Labour Statistics* (vários anos) do International Labour Office

mia e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, consequentemente, os lucros.²⁸ Examinemos alguns indicadores estatísticos.²⁹

Ao analisar a transformação da estrutura do emprego na economia informacional (volume I, capítulo 4), apontei o crescimento do mercado de trabalho no setor de serviços e, nesta área, o papel ocupado por duas categorias distintas: serviços empresariais e serviços sociais, característicos da economia informacional, como já havia sido previsto pelos primeiros teóricos do pós-industrialismo. A figura 4.7 demonstra a convergência entre o aumento do setor de prestação de serviços e a taxa de participação feminina no mercado de trabalho no período entre 1980 e 1990. A figura 4.8a mostra a concentração de mulheres empregadas no setor de serviços em diferentes áreas do globo. Deve-

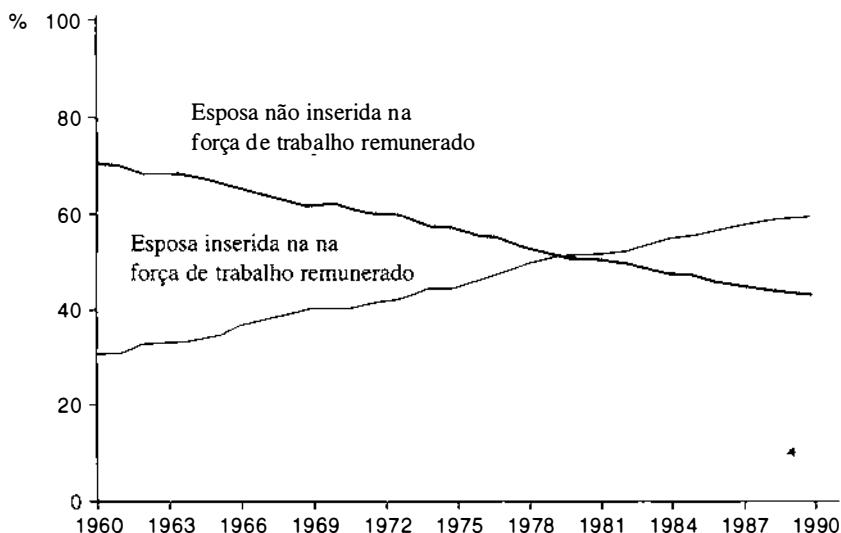


Figura 4.8b Famílias nos Estados Unidos em que as esposas participam da força de trabalho 1960-90 (dados referentes a 1983 não-disponíveis)

Fonte: Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos (1992a)

se notar, porém, que, em quase todo o mundo, grande parte da mão-de-obra ainda é agrícola (embora não por muito tempo mais), de modo que a maioria das mulheres trabalha na agricultura: 80% das mulheres economicamente ativas na África Subsaariana e 60% no sul da Ásia. Em termos globais, cerca de 50% das mulheres economicamente ativas atuam no setor de serviços.³⁰ A proporção é muito maior na maioria dos países desenvolvidos e tem crescido com o passar do tempo, abrangendo cerca de 85% da força de trabalho feminino nos Estados Unidos e no Reino Unido. O aspecto mais significativo é o tipo de trabalho efetuado pelas mulheres. Conforme exposto na tabela 4.15, a atuação feminina concentra-se principalmente na prestação de serviços sociais e pessoais. Se, no entanto, calcularmos a taxa de crescimento de cada tipo de serviço em relação à taxa total de trabalho feminino remunerado no período de 1973 a 1993 (tabela 4.16), notaremos um aumento acentuado no número de empregos na área de negócios, seguido, a certa distância, de empregos no setor de serviços sociais e pessoais. Comércio e restaurantes foram os segmentos que apresentaram menor evolução do nível de emprego feminino nos países avançados. Portanto, nos países mais desenvolvidos, existe correspondência direta entre tipos de serviços ligados à informatização da economia e a

Tabela 4.15 Emprego de mão-de-obra feminina por atividade e grau de intensidade das informações com relação ao total de postos de trabalho (%)^a, 1973-93

	1 Finanças, seguros, imobiliária e serviços empresariais	2 Serviços comunitários, sociais e pessoais	3 Transportes, armazenagem e comunicações	Comércio atacadista e varejista, Hotéis e restaurantes	Total Atividades sem definição adequada	Total
Canadá	1975	11,2	40,2	4,0	25,8	81,2
	1983	12,1	40,9	4,2	25,4	82,6
	1993	13,6	43,9	3,7	24,8	86,0
Estados Unidos	1973	9,1	41,5	3,5	23,9	78,0
	1983	11,9	41,9	3,3	24,5	81,6
	1993	12,6	46,6	3,5	22,7	85,3
Japão	1973	3,4	22,0	2,0	24,7	52,3
	1983	6,9	24,1	1,9	27,1	60,3
	1993	9,4	26,9	2,5	27,5	66,7
Alemanha	1973					
	1983	8,2	34,2	3,3	22,5	68,2
	1993	10,3	38,4	3,6	22,4	74,6
Itália	1977	1,7	31,0	1,8	18,8	53,3
	1983	3,1	34,6	2,0	21,0	60,6
	1993	8,1	36,4	2,7	22,6	69,8
Reino Unido	1973	7,4	36,0	2,8	24,7	70,7
	1983	9,8	42,2	2,8	25,0	79,9
	1993					
Espanha	1977	2,1	28,2	1,5	24,4	84,9
	1983	3,0	35,8	1,7	24,4	56,3
	1993	6,3	41,8	2,2	26,9	64,9
						77,2

Fonte: OCDE, *Labour Force Statistics* (1995)

Tabela 4.16 Taxa de crescimento em cada categoria de emprego de mão-de-obra feminina em relação ao emprego total de mão-de-obra feminina, 1973-1993^a

<i>País</i>	<i>Serviços empresariais (%)</i>	<i>Serviços sociais e pessoais (%)</i>	<i>Transportes, armazenagem e comunicações (%)</i>	<i>Comércio, hotéis e restaurantes (%)</i>
Estados Unidos	38,5	12,2	0	-5,0
Japão	176,5	22,2	25	1,3
Alemanha (1983-93)	25,6	12,3	9	-0,4
Itália (1977-93)	376,5	17,4	50	-3,9
Reino Unido	32,4	17,2	0	1,2
Espanha (1977-93)	200,0	48,2	47	10,2

^a Exceto se as datas utilizadas nos cálculos estiverem indicadas.

Fonte: Baseada nos dados da tabela 4.15

expansão do trabalho feminino. Chega-se a conclusão semelhante ao observar-se a transformação ocorrida na evolução dos postos de trabalho ocupados por mulheres por tipo de função entre 1980 e 1989 em países selecionados da OCDE (tabela 4.17). De modo geral, as categorias profissionais liberais/técnicas e administrativas/gerenciais evoluíram mais rapidamente do que outras, embora o maior entre os grupos de mulheres inseridas no mercado de trabalho ainda seja o de funcionárias de escritório. As mulheres não estão sendo relegadas a realizar serviços que exijam menor especialização: são empregadas em todos os níveis da estrutura e o crescimento do número de cargos ocupados por mulheres é maior na camada superior da estrutura organizacional. E é exatamente por isso que existe a discriminação: as mulheres ocupam cargos que exigem qualificações semelhantes em troca de salários menores, com menos segurança no emprego e menores chances de chegar às posições mais elevadas.

No mundo inteiro, o efeito da globalização no envolvimento das mulheres na força de trabalho foi muito grande. A indústria eletrônica, internacionalizada desde fins da década de 60, emprega na Ásia mulheres jovens e sem qualificação profissional.³¹ As *maquiladoras* americanas estabelecidas no norte do México dependem em grande parte da mão-de-obra feminina. E as novas economias industrializadas introduziram no mercado de trabalho mulheres que recebem baixos salários em quase todos os níveis da estrutura de cargos.³² Ao mesmo tempo, uma parcela significativa dos postos de trabalho ocupados por

Tabela 4.17 Distribuição da mão-de-obra feminina por tipo de ocupação,^a 1980 e 1989 (%)

País ^{b, c}	Especializada, Administrativa técnica e afins	gerencial e gerencial	Serviços gerais e afins	Vendas e afins	Serviços	Agricultura e afins	Manufatura e afins
Alemanha							
1980	14,1	1,3	30,7	12,9	16,3	6,9	15,9
1986	16,2	1,5	29,8	12,8	16,1	5,5	13,3
Índice (1980 = 100)	118,0	115,0	99,0	102,0	102,0	83,0	86,0
Bélgica							
1983	25,9	1,4	24,4	13,7	18,6	2,8	13,2
1988	28,2	1,4	27,3	14,6	14,4	2,1	11,6
Índice (1983 = 100)	118,0	113,0	122,0	116,0	84,0	86,0	95,0
Canadá							
1980	19,1	5,4	34,5	10,0	18,3	2,8	9,9
1989	20,9	10,7	30,5	9,9	17,0	2,2	8,9
Índice (1980 = 100)	143,0	185,0	114,0	123,0	122,0	98,0	113,0
Espanha							
1980	8,7	0,2	13,2	15,4	25,6	18,2	18,7
1989	15,2	0,4	18,2	15,4	25,2	11,1	14,4
Índice (1980 = 100)	202,0	280,0	160,0	116,0	114,0	70,0	89,0
Estados Unidos							
1980	16,8	6,9	35,1	6,8	19,5	1,2	13,8
1989	18,1	11,1	27,8	13,1	17,7	1,1	11,1
Índice (1980 = 100)	136,0	202,0	99,0	243,0	115,0	115,0	101,0
Finlândia							
1980	19,8	1,4	21,8	8,6	22,3	10,5	15,5
1989	31,2	1,9	22,7	11,5	16,2	6,5	10,0
Índice (1980 = 100)	172,0	147,0	113,0	145,0	79,0	66,0	70,0
Grécia							
1981	10,7	0,7	12,9	9,0	9,7	41,6	15,5
1989	14,4	0,8	14,6	10,8	11,5	34,0	13,9
Índice (1981 = 100)	156,0	130,0	131,0	138,0	137,0	95,0	104,0

Tabela 4.17 (cont.)

<i>País^{b,c}</i>	<i>Especializada, Administrativa técnica e afins e gerencial</i>	<i>Serviços gerais de escritório e afins</i>	<i>Vendas</i>	<i>Serviços</i>	<i>Agricultura e afins</i>	<i>Manufatura e afins</i>
Japão						
1980	9,6	0,5	23,1	14,3	12,7	13,1
1989	11,4	0,8	26,4	14,4	11,4	8,8
Índice (1980 =100)	173,0	132,0	116,0	104,0	77,0	116,0
Noruega						
1980	23,6	2,2	19,2	12,8	24,9	5,9
1989	28,3	3,5	19,8	12,4	22,3	3,9
Índice (1989 =100)	141,0	188,0	121,0	114,0	106,0	78,0
Suécia						
1980	30,6	0,8	21,6	8,7	22,8	3,0
1989	42,0	n.d.	21,9	9,3	13,2	1,8
Índice (1980 =100)	154,0	n.d.	114,0	120,0	65,0	66,0
						106,0

^a Principais grupos da International Standard Classification of Occupations (ISCO).^b Nem todos os países publicam dados de acordo com a ISCO. Países onde os sistemas de classificação ocupacional passaram por alterações durante o período em tela foram omitidos.^c A taxa indica o crescimento do número total de empregadas na ocupação ao longo da década.*Fonte:* ILO, *Yearbook of Labour Statistics* (vários anos)

mulheres nos centros urbanos nos países em desenvolvimento continua sendo no setor informal, representado principalmente pelo fornecimento de alimentação e serviços domésticos prestados a habitantes das grandes cidades.³³

Por que as mulheres? Primeiro porque, contrariamente às declarações falsas ou errôneas publicadas pelos meios de comunicação, o que temos observado nas últimas três décadas é a criação sustentada de novos empregos, com exceção da Europa (ver volume I, capítulo 4). Mas, mesmo na Europa, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou, enquanto a masculina caiu. Portanto, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não se deve apenas ao aumento da demanda por mão-de-obra. Ademais, o nível de desemprego das mulheres nem sempre é mais alto do que o dos homens: em 1994, por exemplo, foi mais baixo nos Estados Unidos (6% x 6,2%) e no Canadá (9,8% x 10,7%); e, em 1993, foi muito mais baixo no Reino Unido (7,5% x 12,4%). Por outro lado, foi ligeiramente mais alto no Japão e na Espanha e consideravelmente mais alto na França e na Itália. Portanto, o aumento da participação da mão-de-obra feminina continua independente do diferencial na taxa de desemprego em relação aos homens e do aumento da procura de mão-de-obra.

Se, em termos puramente quantitativos, a demanda de mão-de-obra não justifica a contratação de mulheres, o atrativo para os empregadores deve ter sua explicação em outras características. Creio que já foi suficientemente comprovado pela literatura especializada que é a característica social que as torna uma mão-de-obra atraente.³⁴ Isso não tem nada a ver com características biológicas: as mulheres provaram, no mundo inteiro, que podem ser bombeiras e estivadoras, além de executarem trabalhos árduos nas fábricas desde o início da era industrial. A contratação de mulheres jovens na indústria eletrônica também não tem a ver com o mito da destreza de seus dedos, mas sim com o fato de que a deterioração da visão dentro de 10 anos pela montagem microscópica é socialmente aceita. Antropólogos documentaram como, no início das contratações de mulheres pelas fábricas de equipamentos eletrônicos situadas no Sudeste asiático, o modelo da autoridade patriarcal estendeu-se dos lares para as fábricas graças a acordos entre gerentes de fábrica e pais de família.³⁵

Tampouco parece ser a não filiação sindical o motivo para a contratação de mulheres. O que ocorre é justamente o contrário: as mulheres não são sindicalizadas porque costumam ser empregadas em setores em que a atuação do movimento sindical é restrita ou nula, tais como os setores de serviços empresariais privados ou o de fabricação de equipamentos eletrônicos. Ainda assim, as mulheres perfazem, em média, 37% dos membros dos sindicatos nos Esta-

dos Unidos, 39% no Canadá, 51% na Suécia e 30% no Continente Africano.³⁶ Ultimamente, operárias das indústrias de vestuário nos Estados Unidos e Espanha, das *maquiladoras* mexicanas e professoras e enfermeiras no mundo inteiro têm-se mobilizado em torno de suas reivindicações com mais veemência do que os sindicatos das indústrias siderúrgica e química, predominantemente masculinos. A suposta submissão das operárias não passa de um mito que ainda resiste, engano esse que as fábricas estão começando a descobrir às próprias custas.³⁷ Portanto, quais são os principais fatores que induzem a verdadeira explosão verificada na contratação de mão-de-obra feminina?

O primeiro fator, e também o mais óbvio, é a possibilidade de pagar menos pelo mesmo trabalho. Com a expansão universal do nível de instrução, inclusive educação superior principalmente nos países mais desenvolvidos, as mulheres passaram a constituir uma fonte de habilidades imediatamente explorada pelos empregadores. A diferença dos salários percebidos pelas mulheres em relação aos homens persiste no mundo inteiro embora, como já tivemos oportunidade de constatar, na maioria dos países avançados a diferença no perfil ocupacional seja pequena. Nos Estados Unidos nos anos 60, as mulheres ganhavam 60-65% do salário dos homens, passando para cerca de 72% em 1991, mas o motivo desse aumento foi a redução dos salários percebidos pelos homens.³⁸ No Reino Unido, em meados da década de 80, os salários das mulheres correspondiam a 69,5% do salário dos homens. Na Alemanha essa relação foi de 73,6% em 1991 contra 72% em 1980. Na França, os números correspondentes foram de 80,8% contra 79%. O salário médio das mulheres equivale a 43% do salário dos homens no Japão, 51% na Coréia, 56% em Cingapura, 70% em Hong Kong, variando entre 44% e 77% na América Latina.³⁹

É importante ressaltar que, na maioria dos casos, não se pode dizer que as mulheres não tenham suas qualificações reconhecidas, ou que estejam fadadas a realizar tarefas menores; ao contrário, estão sendo cada vez mais promovidas a cargos multifuncionais que requerem iniciativa e bom nível de instrução, uma vez que as novas tecnologias exigem uma força de trabalho dotada de autonomia, capaz de adaptar-se e reprogramar suas próprias tarefas, conforme visto nos estudos de caso sobre seguros e bancos que resumi no capítulo 4 do volume I. É este, na realidade, o segundo principal motivo para a contratação de mulheres por salários que constituem verdadeiras barganhas: suas habilidades no relacionamento, cada vez mais necessárias em uma economia informacional em que o gerenciamento de fatos é menos importante do que o gerenciamento de pessoas. Nesse sentido, há uma ampliação na divisão das tarefas de acordo com o sexo, ou seja, entre as tradicionais tarefas masculinas,

Tabela 4.18 Tamanho e composição do mercado de trabalho de meio-expediente, 1973-94 (%)

	Emprego de meio expediente em relação ao emprego de expediente integral										
	Homens					Mulheres					
	1973	1979	1983	1992	1994	1973	1979	1983	1992	1993	1994
Alemanha ^a	1,8	1,5	1,7	2,6	2,9	-	24,4	27,6	30,0	30,7	32,0
Austrália	3,7	5,2	6,2	10,6	10,3	10,9	28,2	35,2	36,4	43,3	42,3
Austria	1,4	1,5	1,5	1,6	1,7	-	15,6	18,0	20,0	20,5	22,8
Bélgica	1,0	1,0	2,0	2,1	2,3	2,5	10,2	16,5	19,7	28,1	28,5
Canadá	4,7	5,7	7,6	9,3	9,8	9,5	19,4	23,2	26,1	25,8	26,1
Dinamarca	-	5,2	6,6	10,1	11,1	-	-	46,3	44,7	36,7	37,3
Espanha	-	-	-	2,0	2,4	2,6	-	-	-	13,7	14,8
Estados Unidos ^b	8,6	9,0	10,8	10,8	10,9	11,5	26,8	26,7	28,1	25,4	25,3
Finlândia	-	3,2	4,5	5,5	6,2	6,0	-	10,6	12,5	10,4	11,1
França	1,7	2,4	2,5	3,6	4,1	4,6	12,9	17,0	20,1	24,5	26,3
Grécia	-	-	3,7	2,8	2,6	3,1	-	-	12,1	8,4	7,6
Holanda ^c	-	5,5	7,2	13,3	13,6	14,7	-	44,0	50,1	62,1	63,0
Irlanda	-	2,1	2,7	3,9	4,8	-	-	13,1	15,5	18,6	21,3
Islândia	-	-	-	9,2	9,9	-	-	-	-	49,8	47,5
Itália	3,7	3,0	2,4	2,8	2,5	2,8	14,0	10,6	9,4	11,5	11,0
Japão	6,8	7,5	7,3	10,6	11,4	11,7	25,1	27,8	29,8	34,8	35,2
Luxemburgo	1,0	1,0	1,0	1,2	1,0	-	18,4	17,1	17,0	16,5	18,3
México ^d	-	-	-	18,7	19,6	-	-	-	-	36,1	36,6
Noruega ^e	8,6	10,6	11,5	9,8	9,8	9,5	47,8	51,7	54,9	47,1	47,6
Nova Zelândia	4,6	4,9	5,0	10,3	9,7	9,7	24,6	29,1	31,4	35,9	35,7
Portugal	-	2,5	-	4,1	4,5	4,7	-	16,5	-	11,3	12,1
Reino Unido	2,3	1,9	3,3	6,2	6,6	7,1	39,1	39,0	42,4	43,5	43,8
Suécia ^f	-	5,4	6,3	8,4	9,1	9,7	-	46,0	45,9	41,3	41,0
Suiça	-	-	-	8,3	8,6	8,8	-	-	53,7	54,1	55,4
Turquia	-	-	-	11,3	17,9	-	-	-	-	37,0	40,4

Tabela 4.18 cont.

	Emprego de meio-expediente em relação ao emprego de expediente integral											
	Homens					Mulheres						
	1973	1979	1983	1992	1993	1994	1973	1979	1983	1992	1993	1994
Alemanha ^a	10,1	11,4	12,6	14,4	15,1	-	89,0	91,6	91,9	89,3	88,6	-
Austrália	11,9	15,9	17,5	24,5	23,9	24,4	79,4	78,7	78,0	75,0	75,3	74,2
Áustria	6,4	7,6	8,4	9,0	10,1	-	85,8	87,8	88,4	89,6	89,7	-
Bélgica	3,8	6,0	8,1	12,4	12,8	12,8	82,4	88,9	84,0	89,7	89,3	88,1
Canadá	9,7	12,5	15,4	16,7	17,2	17,0	68,4	72,1	71,3	69,7	68,9	69,4
Dinamarca	-	22,7	23,8	22,5	23,3	-	-	86,9	84,7	75,8	74,9	-
Espanha	-	-	-	5,8	6,6	6,9	-	-	-	77,0	75,6	74,9
Estados Unidos ^b	15,6	16,4	18,4	17,5	18,9	-	66,0	68,0	66,8	66,4	66,2	67,3
Finnlândia	-	6,7	8,3	7,9	8,6	8,5	-	74,7	71,7	64,3	63,1	63,6
França	5,9	8,1	9,6	12,5	13,7	14,9	82,3	82,1	84,3	83,7	83,3	82,7
Grécia	-	-	6,5	4,8	4,3	4,8	-	-	-	61,2	61,3	58,9
Holanda ^c	-	16,6	21,4	32,5	33,4	35,0	-	-	-	76,4	77,3	75,7
Irlanda	-	5,1	6,6	9,1	10,8	-	-	-	-	71,2	71,6	71,7
Íslandia	-	-	-	27,8	27,3	-	-	-	-	-	82,1	80,4
Itália	6,4	5,3	4,6	5,8	5,4	6,2	-	-	-	-	-	-
Japão	13,9	15,4	16,2	20,5	21,1	21,4	70,0	70,1	72,9	69,3	67,7	67,5
Luxemburgo	5,8	5,8	6,3	6,9	7,3	-	87,5	87,5	88,9	88,9	91,2	-
México ^d	-	-	-	24,0	24,9	-	-	-	-	46,3	46,1	-
Noruega ^e	23,0	27,3	29,6	26,9	27,1	26,5	76,4	77,0	77,3	80,1	80,5	80,6
Nova Zelândia	11,2	13,9	15,3	21,6	21,2	21,6	72,3	77,7	79,8	73,3	74,2	74,9
Portugal	-	7,8	-	7,3	7,4	8,0	-	-	-	68,2	66,3	67,1
Reino Unido	16,0	16,4	19,4	22,8	23,3	23,8	90,9	92,8	89,8	84,9	84,5	83,6
Suécia ^f	-	23,6	24,8	24,3	24,9	24,9	-	87,5	86,6	82,3	81,3	80,1
Suiça	-	-	-	27,8	28,1	28,9	-	-	-	83,1	82,5	82,7
Turquia	-	-	-	19,3	24,8	-	-	-	-	59,3	50,2	-

^a Até 1990 os dados são referentes à Alemanha Ocidental; após esse ano referem-se a toda a Alemanha.^b Quebra na sequência dos anos após 1993.^c Quebra na sequência dos anos após 1985. ^d Quebra na sequência dos anos após 1992.^e Quebra na sequência dos anos após 1987. ^f Quebra na sequência dos anos após 1986 e após 1992.Fonte: OCDE, *Employment Outlook* (1995)

Tabela 4.19 Participação do trabalho autônomo no mercado de trabalho total, por sexo e atividade (%)

	Todas as atividades não-agrícolas				Serviços (1990) ambos os sexos			
	Participação da mão-de-obra feminina		Participação da mão-de-obra masculina		Comércio atacadista e varejista, restaurantes e hoteis (ISIC 6)		Transportes, armazenagem e comunicações (ISIC 7)	
	1979	1990	1979	1990	1979	1990	1979	1990
Alemanha	4,8	5,4	9,4	9,7	15,7	6,6	17,1	5,5
Austrália	10,0	9,6	13,9	14,4	15,5	14,5	14,0	6,6
Austria	-	-	-	-	13,7	3,6	10,0	5,0
Bélgica	8,8	10,3	12,6	16,7	36,0	5,5	21,7	8,2
Canadá	6,0	6,4	7,2	8,3	7,2	6,4	10,4	8,5
Dinamarca	-	2,8	-	10,4	13,3	6,9	9,6	3,2
Espanha	12,5	13,9	17,1	19,2	34,0	26,8	13,7	6,0
Estados Unidos	4,9	5,9	8,7	8,7	8,5	4,6	11,4	7,3
Finlândia	4,2	5,6	7,9	11,5	16,0	11,2	10,5	4,0
França	-	5,5	-	11,9	19,2	4,8	9,2	5,3
Grécia	25,7	15,4	34,0	32,7	48,0	25,5	35,9	9,4
Holanda	-	7,3	-	9,6	13,4	3,3	11,9	7,8
Irlanda	-	6,1	-	16,8	24,4	13,7	13,6	6,8
Itália	12,8	15,1	21,7	25,8	45,8	14,1	8,9	15,5
Japão	12,9	9,3	14,6	12,1	15,0	4,8	8,1	12,0
Luxemburgo	-	5,8	-	7,9	17,5	3,8	7,0	3,7
Noruega	3,4	3,6	8,9	8,8	7,5	9,3	6,7	4,4
Nova Zelândia	-	11,8	-	24,0	18,2	11,1	19,2	9,6
Portugal	-	12,3	-	18,3	38,3	8,6	13,7	4,6
Reino Unido	3,2	7,0	9,0	16,6	15,9	10,5	14,2	7,8
Suécia	6,2	3,9	2,5	10,1	13,6	8,8	11,6	3,7

Fonte: OCDE, *Employment Outlook* (1991), tabela 2.12; (1992) tabelas 4.A.2 e 4.A.8

ligadas à produção, e as tradicionais tarefas femininas, domésticas e sociais, típicas do sistema patriarcal. O que ocorre é que a nova economia exige cada vez mais que as habilidades necessárias às tarefas de relacionamento, antes restritas ao domínio privado, sejam utilizadas no processamento e gerenciamento de informações e pessoas.

Há, porém, na década de 90, outro aspecto que acredito ser o fator mais importante a estimular a contratação de mulheres: sua flexibilidade como força de trabalho.⁴⁰ De fato, as mulheres respondem pela maior parte do percentual de empregos de meio expediente e temporários, constituindo uma parcela ainda pequena mas que cresce continuamente, de empregados autônomos (tabelas 4.18 e 4.19). Remetendo essa observação às análises apresentadas nos capítulos 3 e 4 do volume I sobre a atividade econômica em rede e a flexibilização do trabalho, consideradas aspectos primordiais da economia informacional, é evidente que há correlação entre a flexibilidade do trabalho feminino em termos de horário, tempo e entrada e saída do mercado de trabalho, e as necessidades na nova economia.⁴¹ Essa correlação também diz respeito ao gênero. Como o trabalho feminino tem sido tradicionalmente considerado como complemento ao salário do marido e como as mulheres ainda são responsáveis pelos trabalhos domésticos e, principalmente, pela criação dos filhos, a flexibilidade em relação ao emprego ajusta-se também a estratégias de sobrevivência, para que possam dar conta desses dois mundos que as colocam com freqüência, no limite de um esgotamento nervoso.⁴² Portanto, na União Europeia (assim como em qualquer outro lugar), casamento e filhos são os principais fatores que levam as mulheres a optar por empregos de meio expediente (figura 4.9). Logo, o tipo de trabalhador exigido pela economia informacional em rede ajusta-se às necessidades de sobrevivência das mulheres que, sujeitas às condições ditadas pelo sistema patriarcal, procuram compatibilizar trabalho e família, contando com pouca colaboração de seus maridos.

Esse processo de incorporação total das mulheres no mercado de trabalho remunerado gera consequências muito importantes na família. A primeira é que quase sempre a contribuição financeira das mulheres é decisiva para o orçamento doméstico. Assim, o poder de barganha da mulher no ambiente doméstico tem crescido significativamente. Sob regime estritamente patriarcal, a dominação das mulheres pelos homens era, antes de mais nada, uma questão de estilo de vida: o seu trabalho era cuidar do lar. Conseqüentemente, uma rebelião contra a autoridade patriarcal só podia ser uma medida extrema, levando com freqüência à marginalização. Com as mulheres trazendo dinheiro para casa e, em muitos países (por exemplo, os Estados Unidos), os homens

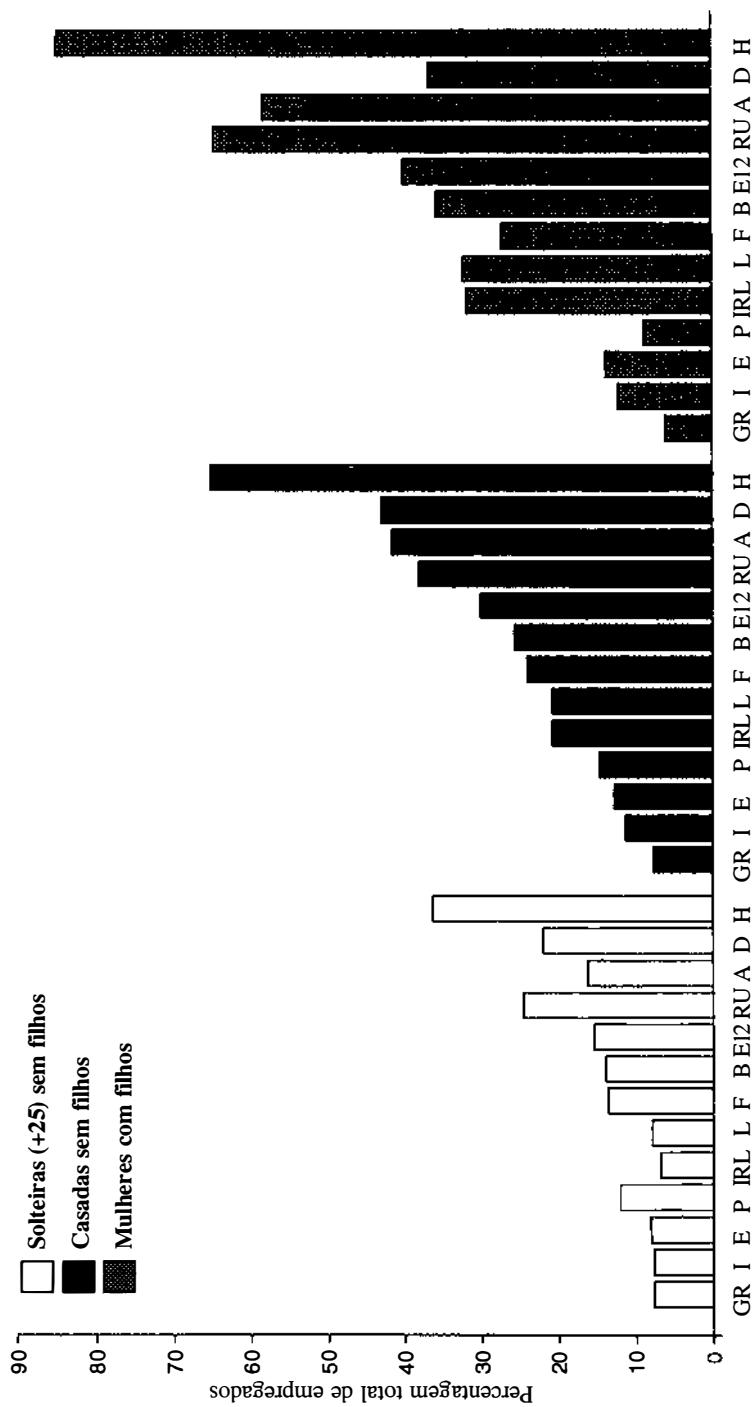


Figura 4.9 Mulheres com empregos de meio expediente, por tipo de família, em países membros da Comunidade Europeia, 1991 (GR, Grécia; I, Itália; E, Espanha; P, Portugal; IRL, Irlanda; L, Luxemburgo; F, França; B, Bélgica; E12, média dos países membros; RU, Reino Unido; A, Alemanha; D, Dinamarca; H, Holanda)

Fonte: Comissão Européia, *Employment in Europe* (1993)

vendo seus contracheques minguar, as divergências passaram a ser discutidas sem chegar necessariamente à repressão patriarcal. Além disso, a ideologia do patriarcalismo legitimando a dominação com base na idéia de que o provedor da família deve gozar de privilégios, ficou terminantemente abalada. Por que não deveriam os homens ajudar nas tarefas domésticas se os dois membros do casal trabalham fora durante longas horas e ambos contribuem para o sustento da família? As perguntas tornaram-se mais prementes à medida que aumentava a dificuldade de as mulheres assumirem, ao mesmo tempo, trabalho remunerado, afazeres domésticos, criação dos filhos e bem-estar dos maridos, enquanto a sociedade ainda estava organizada tendo como base a esposa em tempo integral que já se encontrava em extinção. Sem receber os cuidados infantis necessários, sem planejamento da conexão espacial entre residência, emprego e serviço, e com a deterioração dos serviços sociais,⁴³ as mulheres viram-se frente a frente com a realidade: seus amados maridos/pais estavam aproveitando-se delas. E como o trabalho fora de casa abriu-lhes as portas para o mundo e ampliou suas redes sociais e sua experiência, freqüentemente marcada pela solidariedade entre as mulheres contra as agruras do dia-a-dia, elas começaram a se fazer perguntas e a passar as respostas às suas filhas. O solo estava preparado para receber as sementes das idéias feministas que germinavam *simultaneamente* nos campos dos movimentos culturais e sociais.

O poder da congregação feminina: o Movimento Feminista

O movimento feminista, manifestado na prática e em diferentes discursos, é extremamente variado. Sua riqueza e profundidade aumentam à medida que analisamos seus contornos sob uma perspectiva global e comparativa, e à medida que historiadores e teóricos feministas desenterraram os registros oculados da resistência feminina e do pensamento feminista.⁴⁴ Limitarei a análise aqui apresentada ao movimento feminista contemporâneo, que irrompeu primeiro nos Estados Unidos no final dos anos 60 e depois na Europa no início da década de 70, difundindo-se pelo mundo inteiro nas duas décadas seguintes. Irei, também, focalizar as características comuns que o tornam um movimento social transformador, que desafia o patriarcalismo ao mesmo tempo que esclarece a diversidade das lutas femininas e seu multiculturalismo. Para expressar o conceito do feminismo, conforme entendido neste estudo, de uma maneira prática e preliminar, usarei as palavras de Jane Mansbridge, definindo-o como “o compromisso de pôr um fim à dominação masculina”.⁴⁵ Concordo também

com a visão de Mansbridge sobre o feminismo como um “movimento criado de forma discursiva”. Isso não significa que o feminismo seja apenas discurso, ou que o debate feminista, conforme expresso nas obras de várias mulheres, teóricas e acadêmicas, seja a manifestação primordial do feminismo. O que asseguro, concordando com Mansbridge e outros autores,⁴⁶ é que a essência do feminismo, como praticado e relatado, é a (re)definição da identidade da mulher: ora afirmando haver igualdade entre homens e mulheres, desligando do gênero diferenças biológicas e culturais; ora, contrariamente, afirmindo a especificidade essencial da mulher, freqüentemente declarando, também, a superioridade das práticas femininas como fontes de realização humana; ou ainda, declarando a necessidade de abandonar o mundo masculino e recriar a vida, assim como a sexualidade, na comunidade feminina. *Em todos os casos, seja por meio da igualdade, da diferença ou da separação, o que é negado é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal.* Segundo Mansbridge:

Esse movimento criado discursivamente é a entidade que inspira ativistas do movimento e perante a qual se sentem responsáveis... E é uma responsabilidade que se manifesta pela identidade... Exige que se considere o coletivo como uma identidade meritória, e cada pessoa, individualmente, como parte dessa identidade. Identidades feministas costumam ser adquiridas, não concedidas... Hoje, as identidades feministas são criadas e fortalecidas quando as feministas se unem, agem em conjunto e lêem o que outras feministas escrevem. Falar e agir dá origem às teorias de rua e as unge de significado. A leitura mantém as pessoas ligadas e faz com que pensem. As duas experiências, de transformação pessoal e de interação, tornam as feministas “interiormente responsáveis” ante o movimento feminista.⁴⁷

Existe, portanto, uma essência comum subjacente à diversidade do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo.

Para avaliar esse esforço e propor uma tipologia bem fundamentada dos movimentos feministas, recapitularei sucintamente a trajetória dos movimentos feministas nas últimas três décadas. A fim de simplificar esse sumário, focalizarei principalmente o local onde os movimentos renasceram, os Estados Unidos, e procurarei corrigir o etnocentrismo potencial desse enfoque com breves observações sobre outras partes do globo, seguidas de um comentário sobre o feminismo sob uma perspectiva comparada.

Feminismo americano: uma continuidade descontínua⁴⁸

O feminismo americano tem longa história em um país onde a história é curta. Desde o nascimento oficial do feminismo organizado, ocorrido em 1848 em uma capela em Seneca Falls, Nova York, as feministas americanas engajaram-se numa prolongada luta em defesa dos direitos da mulher à educação, trabalho e poder político, que culminou em 1920 com a conquista do direito de votar. Depois dessa vitória, o feminismo manteve-se nos bastidores do cenário americano por quase meio século. Não que as mulheres tivessem deixado de lutar.⁴⁹ Em uma das mais notáveis expressões da luta feminina, o boicote aos ônibus em Montgomery, Alabama, em 1955, que precedeu o movimento dos direitos civis no Sul dos Estados Unidos e mudou a história americana para sempre, foi promovido predominantemente por mulheres afro-americanas que mobilizaram suas comunidades.⁵⁰ No entanto, movimentos em massa explicitamente femininos surgiram apenas a partir da década de 60, oriundos dos movimentos sociais tanto por seu componente relativo aos direitos humanos como por suas revolucionárias tendências contraculturais.⁵¹ De um lado, na esteira do trabalho da Comissão Presidencial sobre a Condição da Mulher de John F. Kennedy, realizado em 1963, e da aprovação do Título VII da Lei dos Direitos Civis de 1964 relativo aos direitos da mulher, um grupo de mulheres influentes, encabeçadas pela escritora Betty Friedan, criou a Organização Nacional da Mulher (NOW) em 29 de outubro de 1966. A NOW viria a se tornar a mais abrangente organização nacional de defesa dos direitos das mulheres e nas três décadas seguintes demonstraria habilidades políticas e de sobrevivência extraordinárias, não obstante repetidas crises ideológicas e organizacionais. Passou a exemplificar o feminismo liberal típico, concentrando seus esforços na obtenção de direitos iguais para as mulheres em todas as esferas da vida social, econômica e institucional.

Aproximadamente na mesma época, as participantes habituais de diversos movimentos sociais radicais, em particular a Estudantes por uma Sociedade Democrática (ESD), começaram a organizar-se separadamente em reação à discriminação sexual e à dominação masculina, generalizadas nas organizações revolucionárias que conduziam, não só ao abuso pessoal das mulheres, mas também à ridicularização da posição feminista como sendo burguesa e contra-revolucionária. O que surgiu em dezembro de 1965 como um *workshop* sobre “Mulheres engajadas no Movimento” na Convenção da ESD e articulou-se como Liberação Feminina em uma convenção realizada em Ann Arbor, Michigan, em 1967, gerou uma enxurrada de grupos femininos autônomos,

tendo a maioria se separado dos movimentos políticos revolucionários predominantemente masculinos, dando início ao feminismo radical. É justo mencionar que nesses primeiros momentos, o movimento feminista encontrava-se dividido ideologicamente entre adeptas liberais e radicais. Enquanto a primeira declaração de intenções da NOW começava afirmando “Nós, HOMENS E MULHERES [em maiúsculas no original] que por meio desse ato constituímos a Organização Nacional em Defesa da Mulher, acreditamos que chegou a hora de criar um novo movimento buscando parceria absolutamente igual entre os sexos como parte da revolução mundial em defesa dos direitos humanos, em marcha neste momento dentro e fora de nossas fronteiras”,⁵² o Manifesto *Redstockings*, de 1969, que deu impulso ao feminismo radical em Nova York, declarou: “Identificamos nos homens os agentes de nossa opressão. A supremacia masculina é a mais antiga e básica forma de dominação. Todas as outras formas de exploração e opressão (racismo, capitalismo, imperialismo etc.) são prolongamentos da supremacia masculina; os homens dominam as mulheres, alguns homens dominam os demais”.⁵³

O feminismo liberal concentrou seus esforços na obtenção de direitos iguais para as mulheres, inclusive a adoção de uma emenda constitucional que, após aprovada no Congresso, não conseguiu a aprovação de dois terços dos estados, sendo finalmente derrotada em 1982. No entanto, o significado dessa emenda foi mais simbólico, uma vez que as verdadeiras batalhas pela igualdade foram vencidas por meio das legislações federais e estaduais e nos tribunais, envolvendo desde o direito a salário igual por trabalho igual até os direitos de reprodução, incluindo direito de acesso a todos os cargos e instituições. Essas grandes conquistas foram obtidas em menos de duas décadas por meio de habilidoso *lobby* político, campanhas nos meios de comunicação e o apoio a mulheres e homens pró-feminismo que se candidavam a cargos públicos. De especial importância, foi a presença nos meios de comunicação de mulheres jornalistas, elas próprias feministas ou simpatizantes das causas feministas. Numerosas publicações feministas, notadamente a revista *Ms Magazine* fundada em 1972, também tiveram papel preponderante por atingir as mulheres americanas fora do círculo de atuação do feminismo organizado.

Feministas radicais, embora participando ativamente das campanhas por direitos iguais, e principalmente das mobilizações para obter e defender os direitos de reprodução, concentraram seus esforços no projeto *trabalho de conscientização*, organizando grupos para essa finalidade, formado apenas por mulheres e criando instituições de cultura feminina autônoma. A proteção da mulher contra a violência masculina (campanhas antiestupro, treinamento em

autodefesa, abrigos para mulheres espancadas e acompanhamento psicológico para as que haviam sofrido abusos) criou a ligação direta entre os interesses imediatos das mulheres e a crítica ideológica ao patriarcalismo em curso. Com relação à corrente radical, feministas lésbicas (que realizaram em Nova York, no Segundo Congresso para a Unificação das Mulheres, em maio de 1970, uma de suas primeiras demonstrações políticas, o “Perigo Lavanda”) tornaram-se rapidamente fonte de ativismo dedicado, criatividade cultural e inovação teórica. O crescimento inexorável e a influência do lesbianismo no movimento feminista, ao mesmo tempo que se tornava uma grande força, representava também um grande desafio para o movimento, que tinha de encarar seu próprio preconceito interno quanto às formas de sexualidade além de enfrentar o dilema sobre onde (ou se) deveria impor um limite à liberação feminina.

Durante certo tempo, feministas socialistas procuraram associar o desafio feminista radical a questões mais amplas envolvendo movimentos anticapitalistas, unindo-se, quando necessário, à política de esquerda e empenhando-se num debate enriquecedor sobre teoria marxista. Algumas dessas feministas socialistas trabalhavam nos sindicatos. Em 1972, formou-se uma Coalizão de Mulheres Sindicalistas. No entanto, nos anos 90, o esmaecimento das organizações socialistas e do socialismo como ponto de referência histórica, assim como o declínio da influência exercida pela teoria marxista, diminuíram o impacto do feminismo socialista que foi, de modo geral, relegado ao terreno acadêmico.⁵⁴

A partir de meados da década de 70, porém, a diferença entre o feminismo liberal e o radical foi se tornando indistinta, tanto na prática do movimento como na ideologia de feministas individuais. Diversos fatores contribuíram para superar as dissidências ideológicas em um movimento feminista que conservou sua diversidade e apresentou debates vibrantes, assim como combates mortais, mas construiu pontes e propiciou coalizões entre seus elementos.⁵⁵ Por um lado, como indicado por Zillah Eisenstein,⁵⁶ as questões tratadas pelo feminismo liberal, ou seja, direitos iguais e a não-caracterização das categorias sociais de acordo com o gênero, envolveram tal nível de transformação institucional que o patriarcalismo acabaria sendo contestado, mesmo dentro da mais contida estratégia, de buscar praticidade ao tentar alcançar uma igualdade entre os sexos. Em segundo lugar, a violenta reação antifeminista dos anos 80, sustentada pela administração republicana que governou os Estados Unidos de 1980 a 1992, induziu uma aliança entre diferentes correntes do movimento que, independentemente de seus estilos de vida e convicções políticas, uniram-se nas mobilizações para defender os direitos de reprodução da mulher ou para criar instituições femininas de prestação de serviços e defesa

da autonomia cultural. Em terceiro lugar, no final da década de 70, as organizações feministas mais radicais já haviam-se dissipado, encontrando-se suas fundadoras pessoalmente exaustas e com suas utopias locais confrontando-se com as batalhas diárias contra o “patriarcalismo realmente existente”. Não obstante, como a maioria das feministas radicais jamais desistiu de seus valores básicos, elas encontraram abrigo nas organizações feministas liberais e nos enclaves que o feminismo conseguira erguer nas instituições de maior projeção na sociedade, principalmente nos meios acadêmicos (programas de estudos sobre a mulher), em fundações sem fins lucrativos e nas convenções de mulheres de associações profissionais. Essas organizações e instituições precisavam de apoio militante em sua tarefa, que se tornava cada vez mais difícil, quando começaram a deixar para trás os abusos dos direitos humanos mais óbvios e a penetrar em esferas mais controvertidas, tais como escolha quanto à reprodução, liberação sexual e progresso das mulheres sobre as áreas antes exclusivamente restritas aos homens. Pode-se, também, afirmar que as organizações liberais ajudaram o feminismo radical a sobreviver como movimento, enquanto a maioria dos movimentos de contracultura masculinos surgidos na década de 60, com exceção dos ecológicos, acabaram se dissolvendo ou foram subjugados ideologicamente na década de 80. Como resultado desse intrincado processo, as diferentes facetas do liberalismo e do radicalismo se entrelaçaram em suas práticas, assim como nas mentes da maioria das mulheres que sustentam a causa e os valores feministas. Até mesmo o lesbianismo tornou-se um componente aceito pelo movimento, embora ainda suscitasse certa rejeição prudente por parte do feminismo tradicional (Betty Friedan era contra), conforme constatado pelas tensões dentro da NOW no final da década de 80 após a “confissão” de bissexualidade da presidente da NOW, Patricia Ireland.

Entre meados de década de 70 e meados da de 90, outras diferenças foram se tornando mais relevantes para o movimento feminista à medida que este se desenvolvia, diversificava-se e procurava alcançar pelo menos as mentes da maioria das mulheres americanas. Por um lado, havia diferenças importantes quanto aos tipos de organizações feministas. Por outro, havia diferenças substanciais, segundo Nancy Whittier, entre as “gerações políticas” dentro do movimento feminista.⁵⁷

Em termos de organizações, Spalter-Roth e Schreiber⁵⁸ propõem uma tipologia aplicável, de cunho empírico, que estabelece distinção entre:

1. Organizações nacionais, tais como a NOW ou a Coalizão de Mulheres Sindicalizadas, fundada em 1972, cuja principal exigência é a obtenção de direitos iguais. Essas organizações procuraram deliberadamente evitar uma linguagem feminista ao promover a causa das mulheres em todos os segmentos da sociedade, sacrificando princípios para poder aumentar a participação feminina nas instituições predominantemente masculinas. Spalter-Roth e Schreiber concluem que “apesar das esperanças das líderes das organizações que queriam agradar tanto a liberais como a radicais, o uso de uma linguagem politicamente aceitável obscureceu as relações de dominação e de subordinação. Seus esforços podem ter falhado na tentativa de conscientizar as próprias mulheres que essas organizações esperavam representar e capacitar”.⁵⁹
2. Organizações prestadoras de serviços diretos, como a *Displaced Homemakers Network* (Rede de Donas de Casa Sem Lar) e a *National Coalition against Domestic Violence* (Coalizão Nacional Contra a Violência Doméstica). Trata-se predominantemente de redes de grupos locais, cujos programas recebem apoio do governo e de empresas. O maior problema é a contradição entre prestar assistência às mulheres e capacitá-las: geralmente a premência do problema tem precedência sobre objetivos a longo prazo, como conscientização e auto-organização política.
3. Organizações de defesa da mulher, administradas por profissionais e contando com o auxílio de especialistas, tais como a *Women's Legal Defense Fund* (Fundo para a Defesa Jurídica da Mulher), o *Center for Women Policy Studies* (Centro de Estudos das Políticas sobre a Mulher), o *Fund for Feminist Majority* (Fundo para Maioria Feminista, de apoio às mulheres em instituições políticas), o *National Institute for Women of Color* (Instituto Nacional das Mulheres Negras), ou o *National Committee for Pay Equity* (Comitê Nacional pela Igualdade de Salários). O desafio enfrentado por tais organizações é conseguir ampliar suas metas à medida que um número cada vez maior de mulheres ingressa no perímetro de influência do movimento e temas feministas se tornam mais diversificados, etnica, social e culturalmente.

Além das organizações principais, existem numerosas organizações locais de comunidades de mulheres, muitas originalmente ligadas ao feminismo radical mas que, com o passar do tempo, expandiram-se por trajetórias diversas. Clínicas alternativas de saúde da mulher, cooperativas de crédito, centros de treinamento, livrarias, restaurantes, creches, centros de prevenção da violência contra a mulher e de tratamento de suas consequências, grupos de tea-

tro, grupos musicais, clubes de escritoras, estúdios de artistas e extensa gama de expressões culturais passaram por altos e baixos e, de modo geral, as que sobreviveram só o conseguiram restringindo seu caráter ideológico e integrando-se melhor na sociedade como um todo. Trata-se, na maioria, de organizações feministas que, por sua diversidade e flexibilidade, constituíram as redes de sustentação, emprestando sua experiência e fornecendo os materiais discursivos para que a cultura feminina pudesse emergir e solapar o patriarcalismo no seu mais forte reduto: a mente das mulheres.

A outra grande diferenciação a ser feita para que se possa compreender a evolução do feminismo americano é o conceito de gerações políticas e microlegiões introduzido por Whittier. Em seu criterioso estudo sociológico sobre a evolução do feminismo radical americano em três décadas, ela demonstra tanto a continuidade do feminismo como a descontinuidade dos estilos feministas entre o início da década de 70, os anos 80 e os anos 90:

As gerações políticas são importantes para a continuidade do movimento social por três motivos. Primeiro, porque a identidade coletiva de uma geração política permanece consistente com o passar do tempo, como aconteceu com as mulheres que participaram do movimento feminista dos anos 70. Segundo, mesmo quando os protestos diminuem, o movimento social continua a ter impacto se uma geração de veteranos do movimento leva seus elementos principais para instituições sociais e outros movimentos sociais. As instituições criadas e as inovações introduzidas por ativistas dentro desses outros cenários servem não só como os próprios agentes da mudança, mas também como recursos para o ressurgimento de uma futura onda de mobilização. Terceiro, um movimento social se transforma à medida que novos participantes ingressam no movimento e redefinem sua identidade coletiva. O ingresso contínuo de microlegiões a intervalos regulares produz mudanças graduais. Cada microlegião forma uma identidade coletiva moldada por seu próprio contexto, de modo que ativistas que ingressam durante o ressurgimento, crescimento, ápice e declínio do movimento diferem um do outro. Apesar das mudanças graduais que ocorrem continuamente nos movimentos sociais, as mudanças são claramente mais pronunciadas em determinados pontos. Nessas ocasiões, uma série de microlegiões converge em direção a uma geração política, à medida que suas similaridades excedem as diferenças em relação a uma outra série de microlegiões recém-ingressada e que forma uma segunda geração política. Assim, a passagem de movimentos sociais de uma geração política para outra torna-se de importância vital para a sobrevivência do movimento a longo prazo.⁶⁰

Whittier demonstra, com base em seu estudo de caso de Columbus, Ohio, assim como pelo exame de evidências fornecidas por fontes secundárias, a persistência e renovação do movimento feminista, inclusive o feminismo radical, ao longo de três décadas, dos anos 60 aos 90. Sua argumentação apóia-se em diversas outras fontes.⁶¹ Tudo indica que a “era pós-feminismo” não passou de manipulação interesseira de certas tendências de curto prazo, excessivamente destacada pelos meios de comunicação.⁶² Mas Whittier também ressalta, e convincentemente, a profunda transformação do feminismo radical, causando por vezes considerável dificuldade no entendimento entre as gerações: “As recém-chegadas ao movimento feminista mobilizam-se para atingir objetivos feministas de modo diferente das ativistas de longa data, que às vezes consideram os esforços de suas sucessoras apolíticos ou mal-direcionados... As recém-chegadas construíram para si um modelo diferente de feminista”.⁶³ Como resultado dessas diferenças tão incisivas,

torna-se doloroso para as feministas de longa data verem as recém-chegadas ao movimento rejeitarem suas crenças mais arraigadas ou mudarem as organizações que tanto lutaram para formar. Debates recentes dentro da comunidade feminista exacerbaram os sentimentos de muitas mulheres de que tanto elas quanto suas idéias eram vulneráveis a ataques. Particularmente na “guerra dos sexos”, lésbicas sadomasoquistas, mulheres heterossexuais e outras, afirmam que as mulheres devem ter o direito de agir com liberdade em relação a quaisquer desejos sexuais e acusaram as que pensavam de modo diferente de serem anti-sexo, “insossas” e puritanas.⁶⁴

As principais diferenças entre as gerações políticas feministas não estão ligadas à antiga divisão entre liberais e radicais, uma vez que Whittier admite que tal definição ideológica perde a clareza de seus contornos na ação coletiva do movimento quando confrontada por forte reação patriarcal. Três questões diferentes, de certa forma inter-relacionadas, parecem interferir na comunicação entre veteranas e recém-chegadas ao movimento feminista radical. A primeira diz respeito ao grau de importância conquistado pelo lesbianismo no movimento feminista. Não que este estivesse ausente do feminismo radical em seus primórdios, ou seja, antagonizado por feministas radicais. Mas o estilo de vida das lésbicas e sua determinação em quebrar o molde das famílias heterossexuais, assim como os problemas táticos quanto a atingir as mulheres convencionais de trás das trincheiras de um movimento de fortes inclinações lesbianas, fez com que as integrantes heterossexuais do feminismo radical ficassem apreensivas quanto à visibilidade da facção lésbica. A segunda e mais

contundente ruptura diz respeito à importância dada pelas novas gerações de feministas à expressão sexual em todas as suas formas. Isto inclui, por exemplo, a quebra do código da vestimenta feminista “clássica”, que costumava evitar as armadilhas da feminilidade, para realçar a sensualidade e auto-expressão na maneira de as mulheres se apresentarem. Abrange também a aceitação de todas as manifestações da sexualidade feminina, inclusive a bissexualidade e a experimentação. A terceira ruptura é consequência das duas primeiras. Mais seguras de si e cada vez mais claramente separatistas com relação a seus valores culturais e políticos, as feministas mais jovens, particularmente as lésbicas, estão mais abertas do que as feministas radicais estavam em outros tempos para cooperar com os movimentos sociais masculinos e relacionarem-se com as organizações masculinas justamente porque se sentem menos ameaçadas por essas alianças pelo fato de já terem alcançado sua autonomia, quase sempre pelo separatismo. A principal aliança é entre lésbicas e gays (por exemplo na Nação Gay), que compartilham a opressão exercida pela “homofobia” e unem-se em torno da defesa da liberação sexual e na crítica contra a família heterossexual e patriarcal. Whittier também relata que, apesar de suas diferenças, feministas radicais recentes e antigas têm os mesmos valores fundamentais e unem-se para travar as mesmas lutas.

Outras tensões internas no movimento feminista surgem precisamente na sua expansão por toda a gama de classes sociais e grupos étnicos dos Estados Unidos.⁶⁵ Enquanto as pioneiras que redescobriram o feminismo nos anos 60 eram, em sua esmagadora maioria, brancas, de classe média e alto nível educacional, nas três décadas seguintes os temas feministas focalizaram as lutas das mulheres afro-americanas, latinas e de outras minorias étnicas em suas respectivas comunidades. Por meio de sindicatos e organizações autônomas, operárias mobilizaram-se em torno de suas exigências, aproveitando-se da legitimidade outorgada às lutas feministas. O resultado foi uma diversificação cada vez maior do movimento feminista e certa falta de clareza quanto à autodefinição feminista. No entanto, de acordo com pesquisas de opinião, a partir de meados da década de 80 a maioria das mulheres aderiu positivamente aos temas e causas feministas, justamente porque o feminismo não se associa a nenhuma posição ideológica.⁶⁶ O feminismo tornou-se a palavra (e o estandarte) comum contra todas as causas da opressão feminina e à qual cada mulher, ou categoria feminina, vincularia seus lemas e reivindicações.

Assim, por intermédio de uma variedade de práticas de auto-identificação, mulheres de diferentes origens e com objetivos diversos, porém compartilhando uma mesma fonte de opressão que as definia sob uma perspectiva

externa a elas próprias, construíram para si uma identidade nova e coletiva: na realidade, foi isso que viabilizou o processo de transição das lutas femininas, transformando-as em movimento feminista. Conforme as palavras de Whittier: “Proponho definir o movimento das mulheres em termos da identidade coletiva a ele associada do que defini-lo em termos de organizações formais... O que torna essas organizações, redes e indivíduos parte de um movimento social é a sua fidelidade compartilhada a uma série de convicções, práticas e formas de identificação que constituem a identidade feminista coletiva”.⁶⁷

! Serão essas perguntas e respostas, inspiradas na experiência americana, relevantes para o feminismo em outros países e culturas? Poderão as questões e as lutas das mulheres relacionarem-se de forma generalizada ao feminismo? Até que ponto a identidade coletiva, observando-se as mulheres sob uma perspectiva global, é realmente coletiva?

/

O feminismo é global?

Para antecipar uma resposta, ainda que superficial, a uma pergunta tão importante, precisamos distinguir várias áreas do mundo. No caso da Europa Ocidental, Canadá e Austrália, nota-se um movimento feminista bastante espalhado, distinto e multifacetado, ativo e expandindo-se na década de 90, embora com intensidade e características diferentes. Na Grã-Bretanha, por exemplo, após passar por uma fase de declínio no início da década de 80 causada em grande parte pela investida neoconservadora induzida pelo Thatcherismo, as idéias e a causa feministas difundiram-se pela sociedade.⁶⁸ Por um lado, assim como nos Estados Unidos, as mulheres engajaram-se na luta pela igualdade e empenharam-se na conquista da autocapacitação no trabalho, serviços sociais, legislação e política. Por outro, a cultura feminista e o lesbianismo acentuavam a especificidade da mulher, dando origem a organizações feministas alternativas. A ênfase nas identidades singulares pode dar a impressão de que o movimento está fragmentado. No entanto, conforme Gabriele Griffin afirma:

Acontece que muitos grupos feministas atribuem-se títulos que especificam certas identidades... Essa identificação dá impulso ao seu ativismo. Em determinado nível, o ativismo feminista baseado em políticas de identidade conduz à fragmentação que muitas feministas consideram típica do atual clima político e que supostamente contrasta diretamente com a homogeneidade,

objetivo comum e mobilização em massa do Movimento (de Liberação) Feminista, tudo isso em letras maiúsculas. Para mim, este último parece um mito, uma visão retrospectiva nostálgica de um feminismo próprio de uma era dourada que provavelmente nunca existiu. Organizações feministas que se mobilizam em torno de um único tema ou de uma única identidade, tão comuns na década de 90, podem ter a desvantagem de seguir uma política extremamente localizada, mas essa mesma especificidade é uma garantia de especialização e de impacto, fruto de um esforço de grandes proporções claramente definido, exercido em determinada arena.⁶⁹

Logo, organizações de um único tema podem trabalhar uma grande variedade de temas feministas, com mulheres participando em mais de uma organização. É esse entrelaçamento de indivíduos, organizações e campanhas atuando em rede que caracteriza um movimento feminista vital, flexível e diversificado.

Em todos os países da Europa, sem exceção, o feminismo está infiltrado nas instituições sociais e em uma infinidade de grupos, organizações e iniciativas que se alimentam reciprocamente, confrontam-se (às vezes com rispidez) e provocam um fluxo inesgotável de exigências, pressões e idéias sobre as condições, questões e cultura da mulher. De modo geral, assim como nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, o feminismo se fragmentou e não há uma única organização ou instituição que possa ter a pretensão de falar em nome da mulher. Em vez disso, uma linha transversal atravessa toda a sociedade, enfatizando os interesses e valores femininos, de convenções profissionais a expressões culturais e partidos políticos, muitos dos quais estabeleceram um número mínimo de mulheres em sua liderança (geralmente a norma, raras vezes cumprida, é de 25% do número total de líderes e suplentes, de modo que, na realidade, as mulheres fiquem sub-representadas em “apenas” 50%).

A situação das sociedades anteriormente estatistas é bastante peculiar.⁷⁰ Por um lado, os países estatistas ajudaram, ou forçaram, a incorporação total da mulher no mercado de trabalho remunerado, tendo oferecido oportunidades de educação e instituído vasta rede de serviços sociais e creches, embora durante longo tempo o aborto tivesse sido proibido e não houvesse disponibilidade de anticoncepcionais. As organizações feministas encontravam-se presentes em todas as esferas da sociedade, embora sob total controle do Partido Comunista. Por outro, a discriminação sexual e o patriarcalismo imperavam em toda a sociedade, nas instituições e na política. Como resultado, uma geração inteira de mulheres muito fortes cresceu ciente do seu potencial, mas tendo de lutar todos os dias para realizar ao menos parte desse potencial. Após a desintegração do comunismo soviético, o feminismo enfraqueceu

como movimento organizado e, até o momento, está limitado a uns poucos círculos de intelectuais ocidentalizadas, enquanto as organizações protetoras da velha guarda estão desaparecendo. No entanto, na década de 90, as mulheres se fazem cada vez mais presentes nas esferas públicas. Na Rússia, por exemplo, o Partido Feminista, embora bastante conservador em termos de postura política e integrantes, recebeu cerca de 8% dos votos nas eleições parlamentares de 1995 e um número considerável de mulheres estão começando a se tornar importantes figuras políticas. Há, na sociedade russa, um sentimento generalizado de que as mulheres poderiam desempenhar um papel decisivo na renovação das lideranças políticas do país. Em 1996, pela primeira vez na história da Rússia, uma mulher foi eleita governadora do Território de *Koryakiya*. Além disso, a nova geração de mulheres, educada segundo os valores da igualdade e com espaço para se expressar pessoal e politicamente, está pronta para cristalizar sua autonomia individual na identidade e ação coletivas. É fácil prever um maior desenvolvimento do movimento feminista na Europa Oriental, *com suas próprias formas de expressão cultural e política*.

Na Ásia industrializada, o patriarcalismo ainda reina praticamente sem contestação, fato surpreendente no Japão, sociedade com alto índice de participação da mulher na força de trabalho, uma população feminina com nível educacional elevado e portentosa cadeia de movimentos sociais na década de 60. Por meio de pressões exercidas por grupos feministas e pelo Partido Socialista, instituiu-se legislação, em 1986,⁷¹ impondo limites à discriminação da mulher no trabalho. Mas, de modo geral, o feminismo limita-se aos círculos acadêmicos e mulheres profissionais ainda são acintosamente discriminadas. Os aspectos estruturais necessários para desencadear uma poderosa crítica feminista estão totalmente presentes no Japão, mas a ausência, até agora, de tal crítica em escala suficiente para causar impacto na sociedade demonstra claramente que a especificidade social (neste caso, a força da família patriarcal japonesa e o cumprimento por parte do homem japonês de seus deveres patriarcais) é que determina o desenvolvimento real de um movimento, independentemente de fontes estruturais de descontentamento. As mulheres coreanas são ainda mais submissas, embora tenham surgido recentemente os embriões de um movimento feminista.⁷² A China ainda se encontra no limiar do contraditório modelo estatista, que apóia os direitos da “metade do paraíso” enquanto a mantém sob o controle da “metade do inferno”. Entretanto, o desenvolvimento de um movimento feminista vigoroso em Taiwan a partir de fins da década de 80 contraria a noção de que a sub-

missão da mulher seja uma exigência da tradição patriarcal instituída pelo confucionismo (ver abaixo).⁷³

Por todo o mundo considerado em desenvolvimento, a situação é complexa e até mesmo contraditória.⁷⁴ O feminismo como expressão ideológica ou política autônoma é claramente a “reserva ambiental” de uma minoria formada por mulheres intelectuais e profissionais, embora sua presença nos meios de comunicação amplie seu impacto muito além do número que elas representam. Além disso, em vários países, principalmente na Ásia, líderes do sexo feminino tornaram-se figuras de grande destaque na política (na Índia, Paquistão, Bangladesh, Filipinas, Burma, quem sabe na Indonésia em futuro próximo), e elas passaram a representar os símbolos revigorantes da democracia e pelo desenvolvimento. Embora pertencer ao sexo feminino não seja garantia de feminismo e a maioria das mulheres envolvidas na vida política aja segundo a estrutura política patriarcal, seu impacto como modelo, principalmente para as jovens, e como forma de quebrar tabus da sociedade, não deve ser desprezado.

No entanto, o progresso mais importante a partir dos anos 80 foi o extraordinário aumento no número de organizações de base popular, em sua grande maioria criadas e dirigidas por mulheres, nas áreas metropolitanas dos países em desenvolvimento. Essas organizações foram estimuladas por explosões demográficas urbanas, crises econômicas e políticas de austeridade ocorridas simultaneamente, que deixaram as pessoas, e particularmente as mulheres, frente a frente com o simples dilema entre lutar ou morrer. Juntamente com o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, tanto em novos setores como na economia informal urbana, essas organizações transformaram a condição, organização e conscientização das mulheres, como demonstrado, por exemplo, nos estudos conduzidos por Ruth Leite Cardoso ou Maria da Gloria Gohn no Brasil, Alejandra Massolo no México, e Helena Useche na Colômbia.⁷⁵ Esses esforços coletivos não resultaram apenas no desenvolvimento de organizações populares, causando impacto nas políticas e instituições, mas também no surgimento de uma nova identidade coletiva, na forma de mulheres capacitadas. Assim, Alejandra Massolo, ao concluir sua análise sobre os movimentos sociais femininos urbanos, observou:

A subjetividade feminina quanto a experiências de luta é uma dimensão reveladora do processo de construção social de novas identidades coletivas através de conflitos urbanos. Os movimentos urbanos das décadas de 70 e 80 tornaram visíveis e perceptíveis as diferentes identidades coletivas de seg-

mentos das classes populares. As mulheres faziam parte da produção social dessa nova identidade coletiva — partindo de suas bases territoriais diárias transformadas em bases para sua ação coletiva. Elas conferiram ao processo de construção da identidade coletiva a marca dos múltiplos significados, motivações e expectativas do gênero feminino, um conjunto complexo de significados encontrados nos movimentos urbanos, mesmo quando as questões de gênero não são explícitas e quando seus quadros constitutivos são mistos e os homens assumem a liderança.⁷⁶

É essa presença maciça da mulher nas ações coletivas dos movimentos populares em todo o mundo e sua auto-identificação explícita como participantes de um todo que está transformando a conscientização das mulheres e seus papéis sociais, mesmo na ausência de uma ideologia feminista articulada.

No entanto, não obstante estar o feminismo presente em muitos países e as lutas e organizações feministas irromperem por todo o mundo, *o movimento feminista apresenta formas e orientações muito diferentes, dependendo dos contextos culturais, institucionais e políticos do local em que surgem*. O feminismo na Grã-Bretanha, por exemplo, foi marcado desde o início, em fins dos anos 60, por uma relação íntima com sindicatos, o Partido Trabalhista, a esquerda socialista e, principalmente, com o Estado do bem-estar social.⁷⁷ Foi um movimento mais explícito politicamente — isto é, mais voltado para o Estado — do que o feminismo americano e mais diretamente ligado aos problemas diários das operárias. No entanto, em virtude de sua proximidade com a política esquerdista e o movimento trabalhista, foi vítima, durante a década de 70, de lutas internas debilitantes entre diferentes tipos de feministas socialistas e radicais. Por exemplo, a popular campanha “Salários pelos Serviços Domésticos”, em 1973, foi criticada por sua aceitação implícita da condição de subordinação das mulheres no lar, induzindo-as, potencialmente, a permanecer em suas clausuras domésticas. Essa ligação contraditória com as políticas trabalhistas e socialistas afetou o movimento propriamente dito. Conforme observado por Rowbotham:

Existe, provavelmente, certa dose de verdade no argumento de que a ênfase no apoio dos sindicatos — muito mais forte na Grã-Bretanha do que em movimentos feministas em outros países — teve influência sobre os termos com que a questão do aborto foi apresentada. As salas abafadas dos sindicatos dos trabalhadores não são os locais mais confortáveis para discursos eruditos sobre a multiplicidade do desejo feminino. Mas... creio que provavelmente tem mais a ver com uma evasão dentro do próprio movimento

feminista. O movimento procurou evitar contrapor heterossexualidade e lesbianismo mas, nesse processo, o âmbito da autodefinição sexual ficou mais estreito e os discursos sobre o prazer heterosexual passaram para a defensiva.⁷⁸

Decorrente, em parte, da relutância em encarar sua diversidade e por ter-se afastado da racionalidade estratégica da política tradicional, o feminismo britânico foi bastante debilitado pelo rolo compressor thatcheriano. Porém, assim que a nova geração de feministas sentiu-se livre de antigos vínculos com a política partidária e alianças trabalhistas, o movimento ressurgiu nos anos 90, não só como feminismo e lesbianismo culturais, mas também por uma multiplicidade de expressões que incluem, embora não hegemonicamente, o feminismo socialista e o feminismo institucionalizado.

O *feminismo espanhol* foi ainda mais marcado pelo contexto político em que surgiu em meados da década de 70, época do movimento democrático contra a ditadura franquista.⁷⁹ Quase todas as organizações feministas estavam ligadas à oposição antifranquista semiclandestina, tais como *Asociacion de Mujeres Democratas* (uma associação política) de inspiração comunista, e as *Asociaciones de Amas de Casa* (Associações de Donas de Casa, organizadas por território). Todas as tendências políticas, especialmente as de cunho revolucionário esquerdisto, têm suas próprias “organizações em massa” femininas. Na Catalunha e no País Basco, as organizações femininas e as feministas refletiam as dissidências nacionais da política espanhola. Por volta do final da era franquista, no período de 1974 a 1977 grupos feministas autônomos começaram a despontar no clima de liberação cultural e política que caracterizou a Espanha na década de 70. Um dos movimentos mais inovadores e influentes foi o *Frente de Liberacion de la Mujer*, sediado em Madri. Contava com poucos membros (menos de cem ativistas), mas concentrou seus esforços nos meios de comunicação, utilizando sua rede de mulheres jornalistas, ganhando, assim, apoio popular aos discursos e exigências da mulher. Ergueu a bandeira do direito ao aborto, divórcio (ambos proibidos por lei naquela época na Espanha) e livre expressão para a sexualidade feminina, inclusive lesbianismo. Foi, antes de tudo, um movimento influenciado pelo feminismo cultural e pelas idéias francesas e italianas de *feminisme de la difference*, mas participou, também, das lutas políticas em defesa da democracia, juntamente com organizações femininas comunistas e socialistas. No entanto, com a instituição da democracia na Espanha em 1979 e a eleição do Partido Socialista em 1982, os movimentos feministas autônomos praticamente desapareceram, justamente em função

de seu sucesso institucional e político. O divórcio foi legalizado em 1981 e o aborto, com restrições, em 1984. O Partido Socialista criou o *Instituto de la Mujer* no governo, que atuou como um *lobby* de feministas *vis-à-vis* o próprio governo. Muitas ativistas feministas, principalmente membros da *Frente de Liberacion de la Mujer*, ingressaram no Partido Socialista e passaram a ocupar posições de liderança no Parlamento, na administração e, de forma mais limitada, no gabinete do governo. Uma das líderes feministas socialistas do movimento sindical, Matilde Fernandez, foi nomeada ministra do Bem-Estar Social e exerceu sua influência e forte determinação para fortalecer as causas feministas na segunda metade do regime socialista. Foi substituída em 1993 por Cristina Alberdi, outra veterana do movimento feminista e jurista de renome. Carmen Romero, primeira-dama do país e militante socialista de longa data juntamente com seu marido, Felipe Gonzalez, foi eleita para o Parlamento e teve papel preponderante no processo de abolição do tradicional preconceito sexual do partido. Os estatutos do partido passaram a incluir um regulamento reservando às mulheres 25% das posições de liderança (promessa que não foi cumprida, embora o número de mulheres, tanto no partido como no governo, tenha aumentado). Assim, por um lado, a influência do feminismo contribuiu para melhorar a condição legal, social e econômica da mulher espanhola, assim como facilitar a conquista de posições de destaque na política, nos negócios e na sociedade como um todo. Atitudes tradicionais de machismo perderam muito terreno nas novas gerações.⁸⁰ Em contrapartida, o movimento feminista praticamente desapareceu como movimento autônomo, esvaziando suas fileiras e concentrando-se totalmente na reforma institucional. Sobrou pouco espaço para o feminismo lesbiano e para a ênfase na diferença e na sexualidade. O novo sentimento de tolerância na sociedade espanhola, porém, incentivou o crescimento de um novo feminismo nos anos 90, mais voltado aos aspectos culturais e mais próximo das atuais tendências feministas prevalecentes na Grã-Bretanha ou na França, distanciando-se da política tradicional, exceto no País Basco, onde manteve ligações com o movimento separatista radical, que lhe foram bastante prejudiciais. Assim, o feminismo espanhol exemplifica tanto o potencial oferecido pelo uso da política e das instituições para melhorar a condição da mulher como a dificuldade em preservar um movimento social autônomo em condições de institucionalização bem-sucedida.

Nossa última exploração das variações do feminismo segundo o contexto social amplificado em que o movimento se desenvolve nos leva à Itália, onde supostamente aflorou, na década de 70, o mais importante e inovador movimento feminista em massa de toda a Europa.⁸¹ Conforme exposto por

Bianca Beccalli: “Ao analisarmos o feminismo italiano, dois aspectos saltam-nos claramente à vista: a íntima associação entre o feminismo e a Esquerda e o significado especial do entrelaçamento da igualdade com a diferença.⁸² Na verdade, o feminismo italiano contemporâneo, assim como a maioria dos movimentos feministas ocidentais, foi gerado pelos grandes movimentos sociais que abalaram a Itália em fins da década de 60 e início da de 70. Mas, ao contrário de movimentos semelhantes em outros países, o movimento feminista italiano possuía uma corrente de influência nos sindicatos trabalhistas italianos, sendo louvado e apoiado pelo Partido Comunista Italiano, o maior partido comunista fora da esfera soviética e com um número de membros superior ao de qualquer outro partido no país. Dessa forma, durante os anos 70, as feministas italianas conseguiram popularizar seus temas em grandes setores femininos, inclusive entre as mulheres da classe operária. Exigências de cunho econômico e de igualdade misturavam-se a temas como liberação da mulher, críticas ao patriarcalismo e subversão à autoridade na família e na sociedade. No entanto, o relacionamento entre feministas e a esquerda e, em particular, a esquerda revolucionária, não era fácil. Em dezembro de 1975, o *servizio d'ordine* (oficiais autonomeados) da *Lotta Continua*, a maior e mais radical organização de extrema esquerda, insistiu em proteger a manifestação das mulheres da organização em Roma, e quando as mulheres recusaram tal proteção, eles as espancaram, fazendo com que elas deixassem a *Lotta Continua*, o que culminou na sua própria dissolução meses mais tarde. A crescente autonomia da organização de inspiração comunista *Unione delle Donne Italiane* (UDI) em relação ao partido acabou conduzindo à autodissolução da UDI em 1978. E, no entanto, houve muitos vínculos entre organizações de mulheres, sindicatos trabalhistas e partidos políticos de esquerda (com exceção dos socialistas) e grande receptividade dos líderes partidários e sindicalistas às questões femininas e até mesmo ao discurso feminista. Essa estreita cooperação resultou em uma das mais modernas legislações referentes à força de trabalho feminina em toda a Europa, incluindo também a legalização do divórcio (conquistado por plebiscito em 1974) e do aborto. Por longo tempo, na década de 70, a colaboração política andou de mãos dadas com a proliferação de grupos de mulheres que hastearam bandeiras de autonomia feminina, diferenças culturais, sexualidade e lesbianismo como tendências separadas, porém interagindo com o universo político e as lutas de classe. E, no entanto,

[...] em fins da década de 70, o feminismo encontrava-se em decadência e o início na década de 80 viu o movimento praticamente desaparecer. O movi-

mento perdeu visibilidade em meio às lutas políticas e ficou ainda mais fragmentado e distante à medida que as ativistas cada vez mais dirigiam seus esforços para projetos e experiências particulares, seja de natureza individual seja comunitária. Foi assim que o “novo” movimento feminista, seguindo o exemplo de outros “novos movimentos sociais” dos anos 70, transformou-se em apenas mais uma forma de vida política.⁸³

E por quê? Não vou usar as palavras de Beccalli em minha própria interpretação, embora não contradiga sua versão. Por um lado, as mulheres italianas conquistaram grandes reformas legais e econômicas, penetraram maciçamente na força de trabalho e nas instituições educacionais, abalando o preconceito sexual e, mais importante, o tradicional poder exercido em suas vidas pela Igreja Católica. Assim, as batalhas francas e diretas para as quais a esquerda, os sindicatos e as feministas convergiram foram ganhas, embora as vitórias nem sempre fossem exploradas ao máximo, como no caso da Lei da Igualdade que, conforme sustentado por Beccalli, ficou muito aquém do modelo britânico. Ao mesmo tempo, o vínculo entre o movimento feminista e a esquerda induziu a crise do feminismo político juntamente com a crise da própria esquerda. A esquerda revolucionária, vivendo uma fantasia marxista/maoísta (elaborada com inteligência e imaginação extraordinárias, tornando os paraísos artificiais ainda mais artificiais), desintegrou-se na segunda metade da década de 70. O movimento trabalhista, embora não tivesse de enfrentar uma reação neoconservadora como na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, viu-se, na década de 80, às voltas com as novas realidades da globalização e mudanças tecnológicas, sendo obrigado a aceitar as restrições impostas pela interdependência internacional do capitalismo italiano. A economia em rede, que tomou a Emilia Romagna como modelo, fez com que pequenas empresas italianas se tornassem dinâmicas e competitivas, porém ao preço de solapar o poder de barganha dos sindicatos concentrado nas grandes fábricas e no setor público. O Partido Comunista foi colocado de lado por uma frente anticomunista liderada pelo Partido Socialista. E o Partido Socialista usou as armas do poder para autofinanciar-se ilegalmente e comprar seu sonho de *sorpasso* (isto é, sobrepujar os comunistas por meio do voto popular): a justiça alcançou os socialistas antes que estes conseguissem alcançar os comunistas que, a essa altura, já haviam deixado de ser comunistas, tendo-se unido à Internacional Socialista. Não é de se estranhar que as feministas italianas, por mais politizadas que fossem, tivessem ido para casa. Não a de seus maridos ou pais, mas para a Casa das Mulheres, para uma cultura feminina diferente e vital que, no final da

década de 80, reinventara o feminismo, enfatizando a *differenzia* sem esquecer a *egalitá*. Luce Irigaray e Adrienne Rich substituíram Marx, Mao e Alexandra Kollontai como pontos de referência intelectual. Os novos grupos feministas, porém, continuaram na década de 90 a aliar o discurso feminista às exigências das mulheres, principalmente nos governos locais controlados pela esquerda. Uma das campanhas mais inovadoras e ativas envolveu a reorganização do tempo, levando em consideração a jornada de trabalho e as horas em que lojas e serviços públicos permanecem abertos, para criar horários flexíveis, condizentes com a multiplicidade da vida feminina. Na década de 90, apesar da ameaça política representada por Berlusconi e os neofascistas, que clamavam pela restauração dos valores familiares tradicionais, a subida ao poder de uma coalizão de centro-esquerda, incluindo o ex-comunista, atualmente socialista, *Partito Democratico di Sinistra* em 1996, abriu o caminho para a reforma da inovação institucional. Desta vez tendo como base um movimento feminista autônomo, descentralizado, que aprendeu as lições da “dança com os lobos”.

Assim, o feminismo e as lutas travadas pela mulher têm vivido seus altos e baixos em toda a extensão da experiência humana neste fim de milênio, sempre ressurgindo, sob novas formas, unindo-se cada vez mais a outras fontes de resistência à dominação, ao mesmo tempo que mantêm a tensão entre a institucionalização política e a autonomia cultural. Os contextos em que o feminismo se desenvolve moldam o movimento em uma série de formatos e discursos. Ainda assim, afirmo que um núcleo essencial (sim, eu disse essencial) de valores e metas que constituem identidade(s) difunde-se por toda a polifonia cultural do feminismo.

Feminismo: uma polifonia instigante⁸⁴

A força e a vitalidade do movimento feminista estão na sua diversidade, no seu poder de adaptar-se às culturas e às idades. Logo, para podemos encontrar o núcleo da oposição fundamental e da transformação essencial compartilhado pelos vários movimentos, precisamos primeiro reconhecer essa diversidade. Para descobrir o que ocorre por trás de tamanha diversidade, proponho uma tipologia dos movimentos feministas baseada, por um lado, na observação, conforme referida nas fontes citadas; e, por outro, na categorização de Touraine dos movimentos sociais, apresentada no capítulo 2. O uso dessa tipologia não é descriptivo, mas analítico. Ela não pretende especificar o perfil multifacetado do feminismo pelos de

países e culturas nos anos 90. Assim como todas as tipologias, esta também é reducionista, uma circunstância particularmente infeliz com relação às práticas feministas, uma vez que as mulheres têm reagido, justificadamente, contra a sua eterna classificação e rotulação, ao longo de todos os tempos, como objetos e não como sujeitos. E mais, movimentos feministas específicos, e as mulheres que fazem parte deles como indivíduos, transcendem essas e outras categorias, mesclando identidades, adversários e metas no estabelecimento da autodefinição de suas lutas e experiências. Além disso, algumas das categorias representam um segmento muito pequeno do movimento feminista, embora eu as considere relevantes para efeito de análise. Em todo o caso, convém considerar as diferenças apresentadas no quadro 4.1 como forma de abordar a diversidade dos movimentos feministas, passo imprescindível para podermos investigar o que eles têm em comum.

Incluí nesses tipos, ao mesmo tempo, ações coletivas e discursos individuais sobre o feminismo porque, como afirmei acima, o movimento não se esgota em lutas de militantes. Trata-se também, às vezes fundamentalmente, de um discurso que subverte o lugar da mulher na história da humanidade, transformando assim o relacionamento historicamente predominante entre espaço e tempo, como sugerido por Irigaray:

Os deuses, Deus, criaram primeiro o espaço... Deus seria o próprio tempo, exteriorizando-se em sua ação no espaço, em locais... O que seria invertido na diferença sexual? Onde o feminino é sentido como espaço, freqüentemente com conotações de abismo e noite... enquanto o masculino é sentido como tempo. A transição para uma nova era requer mudanças em nossa percepção e concepção de tempo-espacó, a habitação de lugares, e de contêineres ou envelopes de identidade.⁸⁵

Essa transição e mudanças estão ocorrendo por meio de uma série de revoltas, algumas das quais apresentadas no quadro 4.1, cujo conteúdo procurarei esclarecer.

A *defesa dos direitos da mulher* é o ponto crucial do feminismo. Todas as outras premissas incluem a afirmação básica das mulheres como seres humanos e não como bonecas, objetos, coisas, ou animais, nos termos da crítica feminista clássica. Nesse sentido, o feminismo é positivamente uma extensão do movimento pelos direitos humanos. Esse movimento é apresentado em duas versões, liberal e socialista, embora a inclusão dessas versões como variantes de um mesmo tipo possa parecer surpreendente em vista de sua profunda oposição ideológica. E são realmente bem diferentes mas, em termos de identida-

<i>Tipo</i>	<i>Identidade</i>	<i>Adversário</i>	<i>Meta</i>
Direitos da mulher (liberal, socialista)	Mulheres como seres humanos	Estado patriarcal e/ou capitalismo patriarcal	Direitos iguais (inclusive direito de ter filhos ou não)
Feminismo cultural	Comunidade feminina	Instituições e valores patriarcais	Autonomia cultural
Feminismo essencialista (espiritualismo, ecofeminismo)	Modo feminino de ser	Modo masculino de ser	Liberdade matriarcal
Feminismo lesbiano	Irmandade sexual/cultural	Heterossexualidade patriarcal	Abolição do gênero pelo separatismo
Identidades femininas específicas (étnicas, nacionais, autodefinidas: p. ex., feminista lésbica negra)	Identidade autoconstruída	Dominação cultural	Multiculturalismo destituído de gênero
Feminismo pragmático (operárias, autodefesa da comunidade, maternidade etc.)	Donas de casa/mulheres exploradas/agredidas	Capitalismo patriarcal	Sobrevivência/dignidade

de, ambas defendem os direitos da mulher como sendo iguais aos dos homens. As duas versões diferem quanto à análise das raízes do patriarcalismo e em sua crença, ou descrença, quanto à possibilidade de reformar o capitalismo e atuar de acordo com as normas da democracia liberal ao mesmo tempo que conquistam a meta final, a igualdade. Ambas incluem os direitos econômicos e o de ter ou não filhos entre os direitos da mulher. E ambas consideram a conquista desses direitos como o objetivo do movimento, embora divergindo profundamente em suas táticas e linguagem. As feministas socialistas vêem a luta contra o patriarcalismo como necessariamente ligada à substituição do capitalismo, enquanto o feminismo liberal aborda a transformação socioeconômica com mais ceticismo, concentrando seus esforços na promoção da causa feminina separadamente de outros objetivos.

‘O *feminismo cultural* tem por base a criação de instituições feministas alternativas, espaços de liberdade em meio à sociedade patriarcal cujas instituições e valores são vistos como o adversário do movimento. É, por vezes, associado ao “feminismo da diferença”, embora não implique essencialismo. Começa pela dupla afirmação de que as mulheres são diferentes, principalmente em virtude de sua história diferencial, e somente poderão reconstruir sua identidade e encontrar seus próprios caminhos a partir da construção de sua própria comunidade. Em muitos casos, isso implica vontade de separar-se dos homens, ou, pelo menos, das instituições por eles dominadas, mas não leva necessariamente ao lesbianismo ou ao separatismo. Seu objetivo é conquistar autonomia cultural como base para a resistência, inspirando assim reivindicações femininas fundamentadas em valores alternativos, tais como a não-competição, a não-violência, a cooperação e a multidimensionalidade da experiência humana, conduzindo à nova identidade e cultura femininas capazes de induzir a transformação cultural da sociedade em geral.’

‘O movimento de “conscientização”, que marca as origens do feminismo radical, estava ligado ao feminismo cultural e deu origem a toda uma rede de organizações feministas e instituições que se tornaram espaços de liberdade, proteção, apoio e comunicação ilimitados entre as mulheres: livrarias, clínicas de saúde, cooperativas da mulher. Ao mesmo tempo que essas organizações prestavam serviços e se transformavam em ferramentas organizacionais para numerosas mobilizações em defesa dos direitos da mulher, geravam e difundiam uma cultura alternativa que fundamentou a especificidade dos valores femininos.

O *feminismo essencialista* vai além e proclama, simultaneamente, suas diferenças essenciais em relação ao homem, enraizadas na biologia e na história, assim como na superioridade moral e cultural da feminilidade como modo de vida. Conforme formulado por Fuss, “o essencialismo pode ser encontrado na feminilidade pura, original, na essência fêmea, fora dos limites do social e, portanto, não corrompida (embora, talvez, reprimida) pela ordem patriarcal”.⁸⁶ Para Luce Irigaray, voz articulada e influente do feminismo essencialista, “somos mulheres por intermédio de nossos lábios”.⁸⁷

Como posso dizer? Que temos sido mulheres desde o início. Não precisamos que eles nos façam mulheres, que nos rotulem, que nos santifiquem ou profanem. Isso sempre aconteceu, independentemente de seus esforços. E que a história, e as lendas deles, constituem o *loco* do nosso desterro... Suas propriedades são nosso exílio. Seu cerceamento, a morte do nosso amor. Suas palavras, a mordaça sobre nossos lábios... Portanto, não percamos

tempo para inventar nossas próprias palavras. Para que em todos os lugares, e em todos os tempos, possamos sempre nos abraçar... Nossa força está justamente na fraqueza de nossa resistência. Já há muito tempo eles reconhecem o que nossa flexibilidade significa para seus próprios amplexos e impressões. Por que não nos divertimos nós mesmas? Melhor do que nos sujeitarmos a ser marcadas como gado. Melhor do que ficarmos fixas, estabilizadas, imobilizadas. Separadas... Podemos nos virar sem modelos, padrões e exemplos. Não nos demos ordens, imposições, proibições jamais. Que nossas ordens sejam sempre os apelos para que caminhemos, para que nos conduzamos, juntas. Não baixemos leis umas às outras, não moralizemos, nem façamos guerra.⁸⁸

A liberação está “tornando a mulher ‘consciente’ de que o que ela sente em sua experiência pessoal é uma condição compartilhada por todas as mulheres, e que portanto essa experiência pode ser politizada”.⁸⁹ Ao aceitar a especificidade de seu corpo, a mulher não se atém à biologia, pelo contrário, livra-se da definição dada pelo homem, que tem ignorado a sua verdadeira natureza. Na ordem masculina, as mulheres serão sempre aniquiladas porque são caracterizadas de fora de sua experiência primordial, corporal: seus corpos têm sido reinterpretados e suas experiências reformuladas por homens.⁹⁰ Somente com a reconstrução de suas identidades com base em sua especificidade biológica e cultural as mulheres conseguirão tornar-se elas mesmas.

Por exemplo, o ressurgimento do feminismo italiano no início da década de 80 foi, de certo modo, marcado pela afirmação da diferença feminina e pela prioridade dada à reconstrução da identidade feminina baseada em sua especificidade biológica e cultural, conforme definido no popular panfleto *“Piu donne che uomini”* publicado pela Livraria da Mulher em Milão. O panfleto procurou abordar a incapacidade das mulheres de agir na esfera pública, enfatizando a necessidade delas trabalharem sua própria personalidade, determinada principalmente pela sua especificidade biológica. Teve grande repercussão entre as mulheres italianas.⁹¹

Uma outra corrente de essencialismo vincula a feminilidade à história e à cultura, restaurando o mito de uma idade de ouro matriarcal quando os valores femininos e a adoração à deusa garantiam a harmonia social.⁹² Espiritualismo e ecofeminismo também se encontram entre as mais fortes manifestações do essencialismo, unindo biologia e história, natureza e cultura, na afirmação do surgimento de uma nova era criada em torno de valores femininos e sua integração à natureza.⁹³

O essencialismo tem sofrido forte ataque no movimento feminista, tanto em questões políticas quanto a partir de perspectivas intelectuais opostas. Politi-

camente, argumenta-se,⁹⁴ as diferenças essenciais entre homens e mulheres colocam-se a favor dos valores tradicionais do patriarcalismo e justificam manter as mulheres em seus domínios privados, obviamente em posição inferior. Intelectualmente, feministas materialistas, como Christine Delphy e Monique Wittig, consideram que o sexo anatômico é construído socialmente.⁹⁵ Para elas, não é o gênero que cria a opressão; é a opressão que cria o gênero. A condição de mulher é uma categorização do homem e a única forma de liberação consiste em destituir a sociedade de gênero, abolindo a dicotomia homem/mulher.

E, no entanto, a afirmação da especificidade irreduzível da mulher e a proposta de reconstrução da sociedade em torno dos valores femininos têm um apelo extraordinário nas mulheres e feministas e estabelecem um elo com as importantes tendências do espiritualismo e ecologismo radical característicos da era da informação.

O *feminismo lesbiano* foi o componente dos movimentos feministas que mais cresceu, e de todos o mais militante, na última década nos países desenvolvidos (e não apenas nos Estados Unidos), não só em grande número de coletividades mas também como tema de convenções e como tendência nos movimentos feministas mais abrangentes. Certamente não pode ser assimilado como uma tendência sexual em particular. Adrienne Rich sugere o conceito de “*continuum lesbiano*” incluindo a gama das experiências femininas, marcado pela opressão das instituições indissociáveis do patriarcado e da heterossexualidade compulsória e pela resistência da mulher a tal opressão.⁹⁶ O Manifesto das Lésbicas Radicais Americanas de 1970 começa com a seguinte declaração: “O que vem a ser uma lésbica? A lésbica é a raiva contida de todas as mulheres, prestes a explodir”.⁹⁷ Sob esse ponto de vista, o lesbianismo, como forma de separação, radical e consciente, das mulheres em relação aos homens, considerados como a fonte de sua opressão, é o discurso e a prática da libertação. Isso explica o sucesso do lesbianismo eletivo entre muitas mulheres como forma de expressar sua autonomia em relação ao mundo masculino de forma incondicional. Nas palavras de Monique Wittig:

A recusa em tornar-se (ou continuar sendo) heterossexual sempre significou a recusa da pessoa em ser homem ou mulher, conscientemente ou não. Para uma lésbica isso é mais do que simplesmente se recusar a assumir o papel de “mulher”. É recusar o poder econômico, ideológico e político do homem... Somos evadidas de nossa classe, da mesma forma que os escravos fugitivos evadiam-se da escravidão e tornavam-se cidadãos livres. Para nós essa libertação é uma necessidade vital; nossa sobrevivência exige que empenhemos

todas as nossas forças para a destruição da classe feminina por meio da qual os homens apoderam-se de nós. *Isso somente poderá ser conquistado com a destruição da heterossexualidade* como sistema social baseado na opressão das mulheres pelo homem e que cria a doutrina da diferença entre os sexos para justificar essa opressão.⁹⁸

Como a heterossexualidade é o principal adversário, o feminismo lesbiano encontra no movimento gay um aliado potencial, ainda que ambivalente (ver abaixo).

O movimento feminista está se fragmentando cada vez mais em uma *multiplicidade de identidades feministas* que é, para muitas feministas, a sua principal definição. Como expliquei acima, isso não constitui uma fraqueza sendo, ao contrário, a origem da força em uma sociedade caracterizada por redes flexíveis e alianças variáveis presentes na dinâmica de conflitos sociais e lutas pelo poder. Essas identidades são autoconstruídas, embora se utilizem freqüentemente da etnia e, às vezes, da nacionalidade, para delimitar suas fronteiras. O feminismo negro, o feminismo mexicano-americano, o feminismo japonês, o feminismo lesbiano negro, e também o feminismo lesbiano sadomasoquista, ou autodefinições étnicas ou territoriais, como as Irmãs Negras de Southall na Inglaterra,⁹⁹ são apenas alguns exemplos das numerosas identidades autodefinidas pelas quais as mulheres se identificam no movimento.¹⁰⁰ Assim agindo, elas se opõem à padronização do feminismo, que vêm como nova forma de dominação cultural em nada estranha à lógica patriarcal de imposição da classe oficial à diversidade das experiências femininas. Em certos casos, a auto-identidade começa com um pseudônimo, como no caso da escritora feminista negra *bell hooks*: “Escolhi o nome *bell hooks* porque é um sobrenome, porque soa forte. Durante toda a minha infância, esse nome foi usado com referência à memória de uma mulher forte, que dizia o que pensava... Adotar esse nome foi uma forma de unir minha voz ao legado ancestral das vozes femininas — do poder da mulher.”¹⁰¹ Assim, a autoconstrução da identidade não é a expressão de uma essência, mas uma afirmação de poder pela qual mulheres se mobilizam para mudar de como são para como querem ser. Reivindicar uma identidade é construir poder.

Escolhi propositadamente um tema controverso, *feminismo pragmático*, para me referir à mais ampla e profunda corrente das lutas femininas no mundo moderno, especialmente nos países em desenvolvimento, mas também entre mulheres da classe operária e organizações comunitárias em países industrializados. É claro que todas as feministas são pragmáticas, no sentido

de que solapam a cada dia, e de muitas formas, as fundações do patriarcalismo, seja lutando pelos direitos da mulher, seja desmistificando o discurso patriarcal. É possível, porém, que muitas mulheres sejam feministas na prática embora não reconheçam o rótulo nem tenham consciência de que se opõem ao patriarcalismo. Assim, vemo-nos diante da seguinte pergunta: *pode o feminismo existir sem conscientização feminista?* Não serão, no mundo inteiro, as lutas e organizações de mulheres em defesa de suas famílias (principalmente seus filhos), suas vidas, seus empregos, seus abrigos, sua saúde, *sua dignidade*, uma forma pragmática de feminismo? Com toda a franqueza, não estou seguro em relação a esse ponto e meu trabalho entre as massas populares na América Latina, bem como as leituras sobre o que acontece em outras partes do mundo, contribuem ainda mais para aprofundar minha ambivalência, de modo que o melhor que posso fazer é transmiti-la.¹⁰²

Por um lado, adoto a norma clássica de que “não há classe sem conscientização de classe” e o princípio metodológico fundamental de que se deve definir os movimentos sociais de acordo com os valores e metas que expressam. Sob esse ponto de vista, a maioria esmagadora das lutas e das organizações feministas nos países em desenvolvimento e em outros não expressam a conscientização feminista e, mais importante, não oferecem oposição explícita ao patriarcalismo e à dominação masculina, seja em seus discursos, seja nas metas estabelecidas por seus movimentos. São raras as vezes em que questões de feminismo cultural, feminismo lesbiano ou liberação sexual encontram-se presentes nos movimentos feministas comuns, embora não estejam totalmente ausentes como podemos verificar na reveladora experiência do movimento lésbico de Taiwan (ver p. 241). Entretanto, o feminismo explícito nos países em desenvolvimento ainda é, de modo geral, um movimento elitista. Esse fato representa uma separação fundamental entre o feminismo e as lutas feministas que apresentam, também, diferença entre os hemisférios norte e sul. O Fórum da Mulher organizado em 1995 pelas Nações Unidas em Pequim, apresentou algumas provas dessa separação ampliadas e realçadas pelas partes interessadas, ou seja, a “Cruzada da Meia Lua”, formada pelo Vaticano e pelos islâmicos, lutando lado a lado contra o feminismo e contra o direito da mulher de optar ou não por ter filhos.

Por outro, lado, pela ação coletiva, mulheres em todo o mundo estão vinculando sua luta, e a opressão a que estão sujeitas, ao seu cotidiano. Elas percebem a mudança de sua condição na família em consequência de sua intervenção na esfera pública. Ouçamos as palavras de uma mulher gravadas por

Helena Useche em uma favela de Bogotá e reportadas, diretamente das trinchérias de sua pesquisa social ativista, em suas histórias de mulheres:

Nesses últimos anos as mulheres têm-se feito notar, e agora os homens nos respeitam. Isso acontece porque o companheiro não vê mais a mulher somente em casa, cozinhando, lavando, passando, mas como uma companheira, inclusive contribuindo financeiramente. Agora é raro vermos o marido dizendo para a mulher: eu trabalho e você fica em casa. Temos aqui também as soluções para os nossos problemas, como plantarmos jardins, ajudar outras mulheres, conscientizá-las das condições do povo. Antes, as mulheres não se interessavam por essas coisas. Agora, estamos preocupadas não só em sermos mães, mas em sabermos como fazer isso do jeito mais apropriado.¹⁰³

Isso é feminismo? Talvez a questão gire em torno de tradução cultural. Não entre línguas ou continentes, mas entre experiências. Talvez o desenvolvimento paralelo das lutas e organizações femininas e dos discursos e debates feministas seja apenas um estágio do desenvolvimento histórico de um movimento, cuja existência global, plenamente desenvolvida, resulte da interação e transformação recíprocas de ambos os componentes.

Se o feminismo é tão diversificado a ponto de incluir nos movimentos mulheres que não se consideram feministas, chegando até mesmo a opor-se ao termo, será que faz sentido manter esta palavra (que afinal foi inventada por um homem, Charles Fourier) ou até mesmo reivindicar a existência de um movimento feminista? Apesar de tudo, acredito que sim, e por um motivo teórico primordial: em todos os tipos de feminismo, como apresentamos no quadro 4.1, *a tarefa fundamental do movimento, realizada por meio de lutas e discursos, é a de desconstruir a identidade feminina destituindo as instituições sociais da marca de gênero*. Os direitos da mulher são reivindicados em seu nome como ser autônomo, independentemente do homem e do papel que lhe cabe sob o patriarcalismo. O feminismo cultural constrói a comunidade feminina para permitir a conscientização e reconstruir a personalidade. O essencialismo feminino afirma a especificidade irredutível da mulher e proclama seus valores autônomos superiores. Ao rejeitar a heterossexualidade, o feminismo lesbiano destitui de significado a divisão sexual do ser, subjacente tanto no homem quanto na mulher. As múltiplas identidades femininas redefinem modos de ser com base nas experiências, vividas ou fantasiadas, das mulheres. Além disso, suas lutas pela sobrevivência e pela dignidade capacita-as, subvertendo desse modo a mulher patriarcalizada, que recebeu esta definição precisamente por causa da sua submissão. O feminismo dilui a dicotomia

patriarcal homem/mulher na maneira como se manifesta, de formas diferentes e por caminhos diversos, nas instituições e práticas sociais. Agindo assim, o feminismo constrói não uma, mas muitas identidades, e cada uma delas, em suas existências autônomas, apodera-se de micropoderes na teia universal tecida pelas experiências adquiridas no decorrer da vida.

O poder do amor: movimentos de liberação lesbiano e gay¹⁰⁴

Qualquer teoria sobre criação cultural ou política que se refira ao lesbianismo como fenômeno marginal ou menos “natural”, como simples “preferência sexual” ou como imagem refletida de relações heterossexuais ou homossexuais masculinas, é falha... Já é hora de apresentarmos uma crítica feminista da orientação heterossexual compulsória para as mulheres.

Adrienne Rich, “Compulsory heterosexuality and lesbian existence”, p. 229

Nosso movimento pode ter iniciado como a luta de uma minoria mas o que devemos agora tentar “liberar” é um aspecto das vidas pessoais de todos — a expressão sexual.

John D’Emilio, “Capitalism and gay identity”, p. 474

O patriarcalismo exige heterossexualidade compulsória. A civilização, conforme conhecida historicamente, é baseada em tabus e repressão sexual. Segundo Foucault, a sexualidade é construída socialmente.¹⁰⁵ A regulamentação do desejo está subordinada às instituições sociais, canalizando assim a transgressão e organizando a dominação. Quando a epopéia da História é observada pelo lado oculto da experiência, nota-se a existência de uma espiral infinita entre desejo, repressão, sublimação, transgressão e castigo, responsável, em grande parte, pela paixão, realização e fracasso. Esse sistema coerente de dominação, que liga as artérias do Estado à pulsação da libido pela maternidade, paternidade e família, tem seu ponto fraco: a premissa heterosexual. Se essa premissa for questionada, todo o sistema desmorona: a relação entre o sexo controlado e a reprodução da espécie é posta em dúvida; a congregação de irmãs e a revolta das mulheres tornam-se possíveis pela extinção da separação por gênero do trabalho sexual que diverge as mulheres; e o vínculo masculino é uma ameaça à masculinidade, solapando a coerência cultural das instituições dominadas pelos homens. Enquanto a História tem demonstrado permissividade quanto ao homossexualismo masculino em algumas culturas,

em particular na Grécia Antiga,¹⁰⁶ o lesbianismo tem sido fortemente reprimido em todos os tempos, não apesar mas sim por causa da resistência à heterossexualidade. Nas palavras de Adrienne Rich:

O fato é que em todas as culturas e em todos os tempos, as mulheres assumiram o papel de uma existência independente, não-heterossexual, ligada a mulheres até o limite possível dentro do seu contexto, muitas vezes acreditando que elas eram as “únicas” a agirem dessa forma. E elas o assumiram embora poucas tenham tido condições financeiras que lhes permitissem recusar o matrimônio, e as agressões contra mulheres solteiras tenham variado da calúnia e zombaria ao “ginecocídio” deliberado, com torturas e condenações à fogueira de milhões de viúvas e mulheres solteiras durante a caça às bruxas na Europa nos séculos XV, XVI e XVII.¹⁰⁷

A homossexualidade masculina ficava, de modo geral, confinada no tempo e no espaço, “fazendo-se vistas grossas” aos impulsos da adolescência ou às expressões confinadas a contextos específicos (por exemplo, nas ordens religiosas da Igreja Católica). Como os homens sempre mantiveram seus privilégios de gênero, classe e raça, a repressão do homossexualismo era, e continua sendo, altamente seletiva socialmente. No entanto, a norma fundamental do patriarcalismo era, e continua sendo, a vida organizada em torno da família heterossexual, permitindo-se expressões ocasionais particulares de desejo dos homens por pessoas do mesmo sexo desde que mantidas nos becos escuros da sociedade.

Embora a resistência à heterossexualidade compulsória tenha existido em todos os tempos e culturas, foi apenas nas três últimas décadas que movimentos sociais em defesa dos direitos de lésbicas e gays e a afirmação da liberdade sexual explodiram no mundo inteiro, começando nos Estados Unidos em 1969-70, espalhando-se depois pela Europa, para em seguida tomar conta de quase todo o planeta. Por que naqueles anos? Existem fatores comuns e elementos específicos de cada um desses dois movimentos distintos que explicam a ocasião e as circunstâncias de seu desenvolvimento.

O lesbianismo é, na verdade, um componente do movimento feminista, conforme exposto acima, embora as lésbicas geralmente formem alianças com os gays para lutar contra a dominação cultural por parte de mulheres heterossexuais. Quando a crítica feminista contra instituições que admitiam a separação por gênero terminou por corroer a ortodoxia patriarcal, o desafio às normas sexuais passou a ser a linha de raciocínio lógica para os setores do movimento feminista que queriam expressar suas identidades em todas as dimensões. Além

disso, a identificação do homem como fonte de opressão tornou cada vez mais difícil para as mulheres manter um relacionamento emocional e sexual com seus “inimigos de classe”, o que fez vir à tona o lesbianismo latente em muitas delas.

Quanto aos gays, três fatores contribuíram para que iniciassem um movimento: o clima de rebeldia imbuído nos movimentos da década de 60, quando a auto-expressão e o questionamento da autoridade deram às pessoas a possibilidade de pensar o impensável e agir de acordo com as idéias que surgissem, consequentemente permitindo “sair do armário”; o impacto do feminismo sobre o patriarcalismo, questionando a categoria mulher, logo questionando também a categoria homem, uma vez que essas categorias existem somente em sua dicotomia; por fim, a violência da repressão exercida por uma sociedade que abomina o homossexualismo e transformou em radicais até mesmo gays que só queriam viver em paz.¹⁰⁸

Na minha opinião, três outros fatores contribuíram para o desenvolvimento extraordinário dos movimentos de liberação gay elesbiano tanto nos Estados Unidos como no resto do mundo. O primeiro deles é estrutural: a formação de uma economia informacional avançada nas maiores áreas metropolitanas fez surgir um mercado de trabalho diversificado e inovador e redes de negócios flexíveis, criando novos tipos de empregos para todos os níveis de habilidades, independentes das grandes organizações onde o comportamento individual podia ser controlado mais facilmente. O segundo fator foi a grande popularidade da liberação sexual como tema dos movimentos da década de 1960. Por exemplo, tendo sido testemunha ocular do movimento de maio de 1968 em Paris (eu era, na época, professor-assistente de sociologia da Universidade de Nanterre, onde o movimento teve início), posso afirmar que a liberação sexual e a auto-expressão foram os objetivos principais do movimento estudantil radical: o movimento, na realidade, começou como um protesto conjunto de moças e rapazes para obter livre acesso aos dormitórios da universidade. Erguida em torno da bandeira da liberação sexual que sustentava o moral diário do movimento tanto na França como nos Estados Unidos, a vontade utópica de libertar o desejo foi a grande força motivadora dos anos 60, o grito de guerra de toda uma geração que percebeu a possibilidade de ter uma vida diferente. Mas, para ser liberação, a liberação sexual não pode ter limites. Assim, a liberação da sexualidade levou à rejeição da ditadura imposta pela heterossexualidade e, em muitos casos, à derrocada de todas as barreiras contra o desejo, abrindo o caminho para a exploração da transgressão como, por exemplo, a exercida no cada vez maior e ideologicamente articulado movimento sadomasoquista.

O terceiro fator que, a meu ver, induziu paralelamente os movimentos lesbiano e gay é mais controverso. Refere-se à separação, física e psicológica, entre homens e mulheres provocada pelo desafio feminista ao patriarcalismo. Não quero com isso dizer que as mulheres se tornaram lésbicas e os homens se tornaram gays porque discutiam com seus parceiros heterossexuais. Na verdade, o homossexualismo tem sua própria existência e padrão de desenvolvimento independentes do heterossexualismo. E, no entanto, a profunda cisão acarretada pelo efeito conjunto do desafio feminista e da incapacidade da maioria dos homens de conviver com a perda de seus privilégios, fez surgir redes de apoio e amizades do mesmo sexo, criando um meio em que todos os tipos de desejo podiam se expressar mais facilmente.

Por fim, embora a liberação sexual esteja no âmago dos movimentos gay e lesbiano, *os dois tipos de homossexualismo, masculino ou feminino, não podem ser definidos como preferências sexuais. São, fundamentalmente, opções por identidades* e duas identidades distintas: lésbicas e homens gays. Essas identidades, como tal, não são inatas; elas não se originam de algum tipo de determinação biológica. Embora predisposições biológicas realmente existam, o desejo homossexual costuma misturar-se a outros impulsos e sentimentos (ver figura 4.10) de modo que o comportamento real, as fronteiras da interação social e a auto-identidade são cultural, social e politicamente construídas. Quanto às particularidades desse processo político de construção de identidade, refiro-me agora aos estudos de caso do movimento lesbiano em Taipé e da comunidade gay em São Francisco.

Feminismo, lesbianismo e liberação sexual em Taipé¹⁰⁹

O movimento lesbiano em Taipé, como aliás em quase todo o mundo, surgiu como componente do movimento feminista e assim continuou, embora nos anos 90 tenha agido em conjunto com um movimento de liberação gay igualmente poderoso. O fato de tal movimento, de grande influência entre as jovens mulheres de Taipé, ter surgido em um contexto político beirando o autoritarismo e em meio a uma cultura profundamente patriarcal, demonstra claramente a quebra dos moldes tradicionais causada por tendências globais de políticas de identidade.

O movimento feminista de Taiwan teve início em 1972, incentivado por uma pioneira intelectual, Hsiu-lien Lu que, ao voltar a Taipé depois de concluir seu mestrado nos Estados Unidos, organizou um grupo de mulheres, ins-

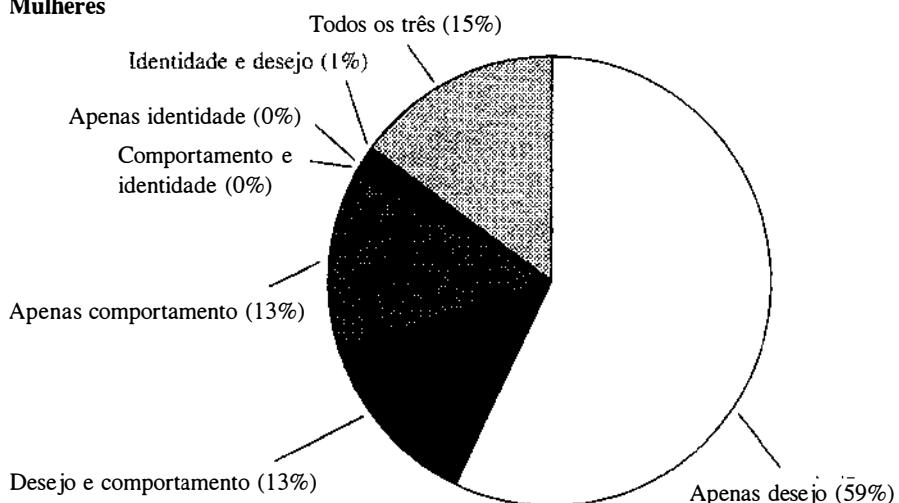
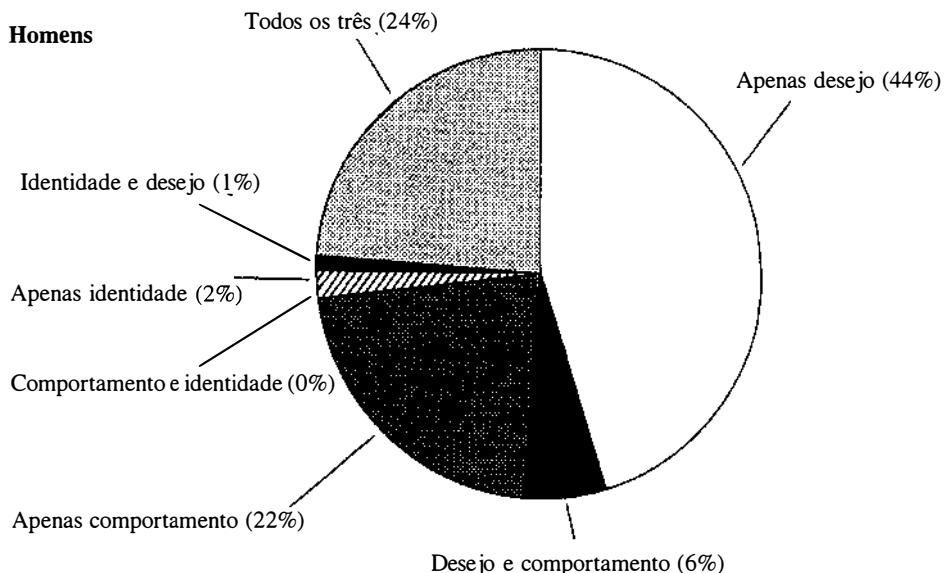
Mulheres**Homens**

Figura 4.10 Inter-relação dos diferentes aspectos da sexualidade voltada para pessoas do mesmo sexo: com base em 150 mulheres (8,6% do total de 1.749) e 143 homens (10,1% do total de 1.410) que admitem ter na idade adulta aspectos da sexualidade voltados para o mesmo sexo

Fonte: Laumann *et al.* (1994)

talou “linhas diretas de proteção”, e fundou a *Pioneer Publishing Company* para publicar livros com temas relacionados à mulher. O “novo feminismo” criado por Lu encontrava ressonância nos temas clássicos do feminismo liberal em combinação com a teoria da modernização do mercado de trabalho, questionando a discriminação sexual e o confinamento da mulher em certos papéis: “É preciso que as mulheres sejam primeiro seres humanos e só depois mulheres”; “as mulheres devem sair da cozinha”; “é necessário eliminar a discriminação contra as mulheres e deixar que o seu potencial se desenvolva”. Ao mesmo tempo, ela enfatizava o caráter genuinamente chinês do seu movimento e opunha-se aos valores do feminismo ocidental, tais como a eliminação das diferenças de gênero, ou rejeição das vestimentas femininas. Para Lu “as mulheres devem ser como são”. No final dos anos 70, as feministas uniram-se ao movimento político de oposição e, após o levante de Kaoshiung em 1979, foram reprimidas, e Lu, presa. O movimento organizado não conseguiu resistir à repressão, mas as redes femininas sobreviveram e uma segunda onda de feminismo desenvolveu-se no início da década de 80. Em 1982, um pequeno grupo de mulheres criou a revista *Awakening* (Despertar), uma publicação mensal dando voz às opiniões das mulheres e lutando pela obtenção de seus direitos. Em janeiro de 1987, centenas de mulheres foram às ruas de Taipé protestar contra a indústria do sexo na cidade. Em 1987, após a suspensão da lei marcial que subjugara a oposição em Taiwan durante décadas, a Fundação Despertar foi instituída formalmente e tornou-se o órgão coordenador das lutas feministas no país, misturando temas liberais e causas radicais, além de apoiar ampla gama de iniciativas feministas. No final da década de 80, numerosos grupos feministas, tais como associações de mulheres divorciadas, donas de casa, grupos para tirar jovens da prostituição e outros tantos se formaram em um movimento espontâneo. A mídia começou a divulgar as atividades desses grupos, aumentando sua visibilidade e atraiendo um número crescente de mulheres em Taipé, principalmente entre os grupos profissionais e com bom nível educacional.

Com o início da era democrática nos anos 90 (o partido democrático de oposição elegeu-se para a prefeitura de Taipé), um movimento social de cunho cultural diversificado emergiu em Taipé. O movimento feminista cresceu tanto em número de membros quanto em influência, dividindo-se internamente entre sua luta pelos direitos da mulher, sua defesa das operárias e a expressão de novas identidades femininas, inclusive o lesbianismo. Os *campi* das universidades foram literalmente tomados pelas feministas. Em maio de 1995, a presidente do “grupo de estudos feministas” da Universidade Nacional de Taiwan

(a mais importante do país) foi eleita presidente do corpo estudantil, derrotando tanto o candidato do partido do governo como os estudantes da oposição política. O apoio encontrado fora da universidade pelo movimento feminista entre as mulheres, principalmente as casadas, da nova sociedade local, inspirou uma série de debates, principalmente relativos ao conceito de família, na época em que a “lei familiar” foi revisada pelo parlamento de Taiwan.

Foi nesse contexto de efervescência cultural e surgimento de teorias feministas que jovens feministas radicais começaram a discutir o lesbianismo em Taipé. A “Coletiva de Axis” difundiu idéias de feministas radicais e de teóricas lésbicas, tais como Audre Lorde, Adrienne Rich, Gayle Rubin e Christine Delphy, e traduziram alguns de seus textos para o chinês. Segundo o conceito de Lorde de que “erotismo é poder”, um novo campo de política de identidade foi criado em torno do corpo e da sexualidade da mulher. Juntamente com os grupos feministas nas universidades, formou-se, em 1990, o primeiro grupo explicitamente lésbico de Taiwan: “Entre Nós (*wo-men-chih-chien*)”.

Em 22 de maio de 1994, feministas organizaram uma “parada contra o assédio sexual” nas ruas de Taipé, com cerca de 800 mulheres, estudantes na maioria, marchando das universidades até o centro da cidade. Durante a marcha, Ho, intelectual feminista que aprimorou o discurso da liberação sexual, improvisou um *slogan*: “Quero orgasmo sexual, não assédio sexual!” repetido entusiasticamente pelas participantes da marcha, soando alto nas ruas da scandalizada Taipé patriarcal. Foi manchete dos principais jornais. A publicidade gerada pelo incidente suscitou um debate fundamental no movimento feminista. Como o movimento começava a ganhar legitimidade e aceitação, melhorando a condição da mulher e defendendo a igualdade dos gêneros, muitas feministas acharam inoportuno e potencialmente destrutivo identificar o feminismo com a liberação sexual perante a opinião pública. Algumas feministas chegaram a argumentar que a liberação sexual no Ocidente era uma armadilha para as mulheres e que, na realidade, trabalhava a favor dos homens. Sugeriram que seria melhor lutar pelo “direito à autonomia do corpo”. Ho e outras feministas ligadas ao movimento lesbiano argumentaram ser necessário tratar a liberação sexual por uma abordagem feminista, procurando, ao mesmo tempo, obter a emancipação da mulher e da sua sexualidade. A seu ver, a liberação sexual era a forma radical de questionar a cultura patriarcal, manifestada no controle sobre o corpo da mulher. O movimento feminista de liberação sexual que abarcava, embora não exclusivamente, forte componente lesbiano, entrou em ação. Em 1995, os grupos de estudos feministas da Universidade de Taiwan, que na época se mobilizavam para eleger sua candidata à representação estu-

dantil, começaram a exibir filmes pornográficos nos dormitórios femininos. Simultaneamente, um “festival erótico feminista pioneiro” foi organizado em várias universidades. As atividades dessas mulheres, a maioria bem jovem, foram alvo de muita publicidade pela mídia, o que chocou a sociedade de Taipé, preocupou as líderes feministas e foi tema de acirradas e cáusticas discussões por todo o movimento feminista.

Foi nesse clima de despertar do movimento feminista e de liberação sexual que os grupos de lésbicas e gays proliferaram, quebrando um tabu profundamente arraigado na cultura chinesa. Além disso, nos anos 90, a marginalidade tradicional dos homossexuais em Taiwan foi reforçada pelo estigma da AIDS. Mesmo assim, após a criação do grupo lesbiano “Entre Nós”, houve uma explosão de associações de lésbicas e gays, a maioria nas universidades: grupos de lésbicas como o “Entre Nós”, ALN, “Lambda” (Universidade de Taiwan) e o “I Bao”; grupos de gays como o “Gay Chat”, “NCA” e “Speak Out”. Outros grupos de lésbicas e gays uniram forças: “Queer Workshop”, “We Can” (Universidade de Chin-hua), DV8 (Faculdade de She-shin), “Quist” (Universidade de Chong-yung), e assim por diante. Esses grupos criaram uma comunidade homossexual. Eles “assumiram coletivamente” e reuniram sexualidade, prazer e política, redescobrindo que “o que é pessoal é político”. Os bares foram os ambientes mais procurados para a informação, agregação, educação e, por último, estabelecimento das culturas gay e lesbiana. Conforme escrito por Po: “Assim como os *pubs* foram fundamentais para a criação de uma classe operária britânica, em Taipé os bares gays têm papel preponderante na formação de comunidades urbanas de gays e lésbicas”.¹¹⁰

E no entanto, na Era da Informação na qual Taiwan se encontra totalmente imersa, gays e lésbicas não se limitam aos bares. Usam amplamente a Internet e BBSs como formas de contato, comunicação e integração. Criaram, também, “meios de comunicação alternativos”, tais como estações de rádio piratas gays/lesbianas. Além disso, em 1996, dois programas gays/lesbianos foram levados ao ar por estações de rádio tradicionais de Taipé.

Além da comunicação, formação de redes e auto-expressão, o movimento lesbiano, por meio de forte aliança política com o movimento gay, tem-se manifestado em numerosas campanhas, protestos sociais e exigências políticas. A mobilização em torno da política da AIDS foi especialmente significativa. Por um lado, feministas, lésbicas e gays ganharam as ruas para protestar contra a responsabilização dos gays pelo governo como causadores da epidemia da AIDS. Por outro, como as mulheres heterossexuais formam o grupo em que o HIV mais prolifera na Ásia, o grupo feminista Despertar passou a consi-

derar a questão como de sobrevivência da mulher. É certo que, em Taiwan, o maior grupo de mulheres infectadas pelo vírus HIV é formado por donas de casa, vítimas indefesas contra o hábito de seus maridos de freqüentar prostitutas. Os grupos feministas de Taiwan agiram levando em conta a contradição das políticas para evitar a propagação da AIDS: como poderiam as mulheres evitar a contaminação por intermédio de seus maridos se não podiam controlar suas vidas sexuais? Ao expor a questão da liberação sexual e mostrar às mulheres que elas estavam se defrontando com uma opressão sexual mortal, o movimento anti-AIDS criado por feministas, lésbicas e gays desafiou fundamentalmente a estrutura patriarcal de dominação sexual.

Uma segunda linha de ação adotada pelos movimentos lesbianos e gays inseridos em uma sociedade extremamente patriarcal foi a luta contra o estigma tradicional e a invisibilidade ante a imagem pública. Gays tiveram de lutar contra o estigma da anormalidade, lésbicas contra a invisibilidade. Para os dois grupos, vir a público tornou-se uma meta fundamental para ter acesso à vida social. As atividades culturais foram cruciais para atingir esse objetivo. Um festival de “cinema gay” realizado em 1992 foi o ponto de partida para a auto-afirmação pública e coletiva. Gays e lésbicas lotaram os cinemas e os filmes foram apresentados com debates sobre a “teoria gay”. A propósito, ativistas de Taiwan e Hong Kong traduziram para o chinês, de forma muito criativa, o termo “gay” como “*tong-chii*” que significa “camarada”, de modo que “camarada” não mais se refere à fraternidade comunista mas, sim, à identidade “gay”. Começando com o festival de cinema, várias atividades culturais, sempre comunitárias e festivas, modificaram substancialmente a percepção das culturas lesbiana e gay em Taiwan a ponto de, em 1996, o movimento sentir-se forte o suficiente para comemorar o Dia dos Namorados votando os 10 principais “ídolos gays/lésbicos” entre figuras proeminentes da sociedade, da política e do mundo dos espetáculos (verdade que nem todos os escolhidos ficaram muito felizes com sua popularidade junto a gays e lésbicas).

Em terceiro lugar, o que não é de surpreender, os movimentos de lésbicas e gays têm procurado obter controle do espaço público, simbolizado pela sua luta em torno do Novo Parque de Taipé, que juraram “recuperar”. O parque, localizado perto do Palácio Presidencial, era um dos principais locais onde a comunidade gay se reunia e procurava parceiros sexuais. Em 1996, a nova administração municipal democrática planejava renovar a cidade, inclusive seus parques. Temerosos de perder seu “espaço liberado”, lésbicas e gays pediram para participar do projeto na qualidade de grandes usuários do parque e organizaram-se pela rede “Linha de Frente do Espaço Gay”, solicitando o

direito de usar livremente o parque para suas atividades durante o dia, com a finalidade de escapar da sua condição de “comunidade que vive nas trevas”.

A crescente influência e militância das lésbicas causou uma série de conflitos entre estas e o movimento feminista em geral, dos quais a revisão da lei familiar no Parlamento foi o principal. As lésbicas criticavam a proposta dos grupos feministas porque era baseada na família heterossexual, ignorando os direitos dos homossexuais. Assim, lésbicas e gays *mobilizaram-se ativamente para obter aprovação legal para os casamentos entre parceiros do mesmo sexo*, uma questão fundamental presente na maioria dos movimentos lesbianos e gays em todo o mundo, e que comentarei a seguir. O conflito propiciou muita reflexão e debates no movimento feminista, em particular na organização dominante, a Fundação Despertar. As lésbicas criticavam a hipocrisia dos *slogans* feministas, tais como “mulheres amam mulheres”, como expressões de solidariedade, mas ignorando a dimensão sexual desse amor. Em 1996, as lésbicas expuseram-se no movimento feminista, discutindo com veemência para ter seus direitos específicos reconhecidos e defendidos como parte legítima do movimento.

São muitos os aspectos que merecem ser destacados nessa exposição do movimento lesbiano que se espalhou por Taipé. Um deles é ter abalado a solidez, tomada como premissa, do patriarcalismo e da heterossexualidade nas culturas inspiradas no confucionismo. Outro, é que se tratava de uma extensão do movimento feminista aliando-se, ao mesmo tempo, ao movimento de liberação gay em uma frente unida em defesa dos direitos da sexualidade em todas as suas manifestações. Mobilizou-se contra a AIDS, associando-a à submissão sexual das esposas. Serviu de elo de ligação com os mais modernos debates teóricos sobre feminismo e lesbianismo em todo o mundo, adaptando-os à cultura chinesa e às instituições sociais da Taiwan dos anos 90. Utilizou toda uma série de expressões culturais para “assumir coletivamente a condição homossexual” e captar a atenção pública. Serviu-se intensivamente da Internet e de meios alternativos de comunicação, tais como estações pirata. Aliou-se a movimentos sociais urbanos e lutas políticas locais. E aprofundou a crítica à família patriarcal, engajando-se em uma batalha judicial e cultural em defesa da noção de casamentos entre pessoas do mesmo sexo e famílias homossexuais. Fornecerei mais detalhes sobre esses temas ao apresentar um resumo do relacionamento entre os movimentos lesbiano e gay e o desafio que representam para o patriarcalismo.

Espaços de liberdade: a comunidade gay de São Francisco¹¹¹

A Revolta de Stonewall, ocorrida em Greenwich Village, bairro de Nova York, em 27 de junho de 1969, quando centenas de gays lutaram contra policiais durante três dias em reação a mais uma incursão violenta no “The Stonewall”, um bar gay, é considerada o ponto de partida do movimento de liberação gay nos Estados Unidos. A partir daí, o movimento cresceu num ritmo extraordinário, principalmente nas principais áreas metropolitanas, à medida que os gays começaram a assumir sua condição, individual e coletivamente. Em 1960, havia cerca de 50 organizações em todo o país; em 1973, esse número já saltara para mais de 800. Enquanto Nova York e Los Angeles, por causa de seu tamanho, abrigavam as maiores populações gays, São Francisco foi o local de formação de uma comunidade gay visível, organizada e politizada que, nas duas décadas seguintes, transformou a cidade em seu espaço, sua cultura e sua política. Pe-los meus cálculos (estimativos pois, felizmente, não existem estatísticas oficiais sobre preferências sexuais) por volta de 1980 as populações gay e lesbiana perfaziam cerca de 17% do número de residentes adultos da cidade (dos quais dois terços formados por gays) e, dado seu alto índice de comparecimento às urnas, chegavam a representar cerca de 30% do número de eleitores nas eleições locais. Minha estimativa é que nos anos 90, apesar da dizimação causada pela epidemia da AIDS, as populações gay e lesbiana de São Francisco cresceram, principalmente por causa do aumento no número de lésbicas, aumento da imigração de gays e consolidação de parcerias estáveis entre pessoas do mesmo sexo. O aspecto mais significativo foi que os gays se estabeleceram predominantemente em determinadas áreas da cidade, formando autênticas comunas, em que residências, negócios, propriedades, bares, restaurantes, cinemas, centros culturais, associações comunitárias, reuniões de rua e celebrações teceram uma malha de vida social e autonomia cultural: um espaço de liberdade. Com base nesse espaço, gays e lésbicas organizaram-se politicamente, chegando a exercer influência considerável no governo local, inclusive no recrutamento de gays e lésbicas para integrarem pelo menos 10% da força policial. Essa concentração espacial é realmente uma marca da cultura gay em quase todas as cidades, embora nos anos 90, em decorrência da maior tolerância e porque um número cada vez maior de gays vem assumindo sua homossexualidade, eles tenham-se espalhado por todas as áreas metropolitanas dos Estados Unidos, para horror dos conservadores homofóbicos. São dois os motivos para essa concentração geográfica no estágio inicial da cultura gay: conseguir visibilidade e proteção. Como Harry Britt, líder político dos gays de São Fran-

cisco contou-me durante uma entrevista anos atrás: “Quando os gays estão dispersos, não são gays porque são invisíveis”. O ato fundamental de liberação para os gays foi, e é, “aparecer”, expressar publicamente sua identidade e sexualidade para em seguida ressocializarem-se. Mas, como é possível alguém ser abertamente gay no meio de uma sociedade hostil e violenta, cada vez mais insegura a respeito dos valores fundamentais da virilidade e do patriarcalismo? E como é possível aprender um novo comportamento, um novo código e uma nova cultura em um mundo onde a sexualidade está implícita na apresentação do eu de todos nós e a premissa geral é a heterossexualidade? Para poderem se expressar, os gays sempre se juntaram — nos tempos modernos em bares e lugares social e culturalmente marcados. Quando se conscientizaram e sentiram-se suficientemente fortes para “assumirem” coletivamente, passaram a escolher lugares onde se sentiam seguros e podiam inventar novas vidas para si próprios. Os limites territoriais dos lugares selecionados tornaram-se as bases para o estabelecimento de instituições autônomas e a criação de uma autonomia cultural. Levine demonstrou a padronização sistemática das concentrações espaciais dos gays nas cidades americanas durante a década de 70.¹¹² Enquanto ele, e outros, empregavam o termo “gueto”, os militantes gays falam de “áreas liberadas”: e existe realmente uma grande diferença entre guetos e áreas gays, já que essas últimas são construídas deliberadamente pelos gays para criar sua própria cidade dentro da estrutura da sociedade urbana em geral.

Por que São Francisco? Cidade instantânea, lugar de aventureiros atraídos pelo ouro e pela liberdade, São Francisco foi sempre um lugar de padrões morais regidos pela tolerância. A *Barbary Coast* costumava ser ponto de encontro de marinheiros, viajantes, pessoas de passagem, sonhadores, vigaristas, empreendedores, rebeldes, desviados — local de encontros casuais e de regras sociais pouco rígidas, onde a linha divisória entre o normal e o anormal era mal definida. Na década de 20, porém, a cidade decidiu tornar-se respeitável, emergindo como a capital cultural da costa oeste dos Estados Unidos e desenvolvendo-se cheia de graça à sombra autoritária da Igreja Católica sustentada por suas legiões de operários irlandeses e italianos. Quando o movimento reformador atingiu a Prefeitura e a polícia na década de 30, os “desviados” foram reprimidos e forçados a se esconder. Assim, as origens pioneiras de São Francisco como cidade livre não são suficientes para explicar seu destino de cenário para a liberação gay. O principal ponto crítico foi a Segunda Guerra Mundial. São Francisco era o principal porto da costa do Pacífico. Cerca de 1,6 milhão de jovens, homens e mulheres, encontravam-se de passagem pela cidade: sós, longe de suas raízes, vivendo no limiar da morte e do sofrimento e, na maior parte do tempo, comparti-

lhando esses sentimentos com companheiros do mesmo sexo, muitos descobriram, ou elegeram, sua homossexualidade. Muitos deles, expulsos desonrosamente da Marinha, desembarcaram em São Francisco e em vez de voltarem para casa levando consigo o estigma da homossexualidade permaneceram na cidade no final da guerra junto a milhares de outros gays. Reuniam-se em bares e formaram redes de apoio e solidariedade. A partir de fins da década de 40, uma cultura gay começou a tomar forma. A transição dos bares para as ruas, no entanto, teve de esperar por mais de uma década, quando estilos de vida alternativos floresceram em São Francisco com a geração *beatnik*, em torno de círculos literários criados na livraria City Lights, com Ginsberg, Kerouac e os poetas da *Black Mountain*, entre outros. Essa cultura concentrou-se na região da antiga *Italian North Beach*, perto da zona de meretrício da rua Broadway. Os gays foram bem aceitos nesse ambiente tolerante e experimental. Quando a mídia focalizou a cultura *beatnik*, eles enfatizaram a presença difundida do homossexualismo como

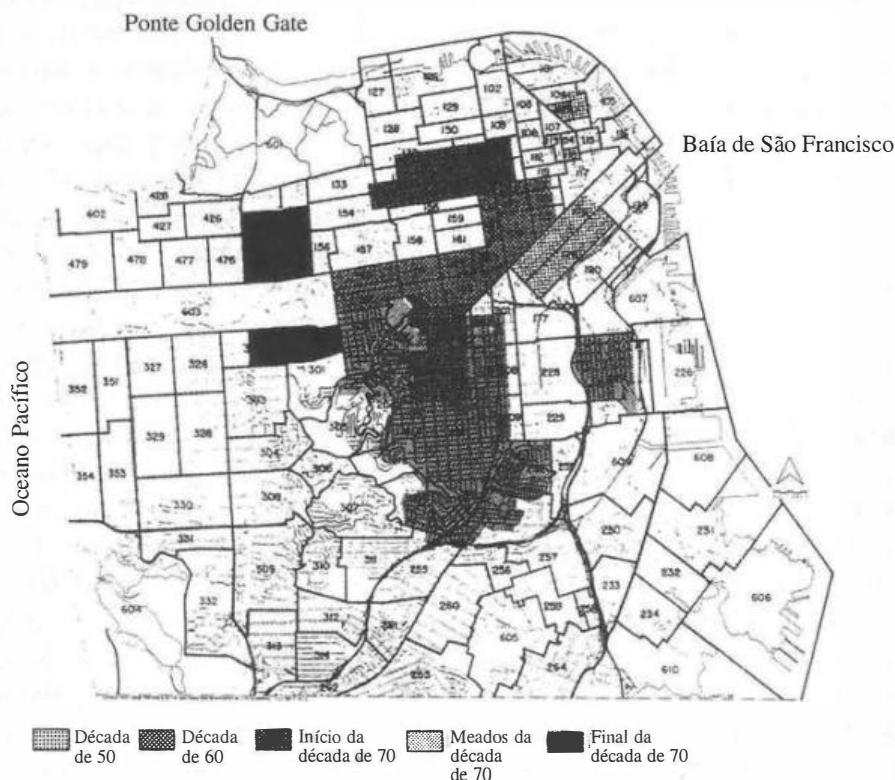


Figura 4.11 Áreas residenciais gays de São Francisco
Fonte: Castells (1983)

prova de seu desvio. Ao fazê-lo, proclamaram São Francisco como a meca dos gays, atraindo-os aos milhares de todos os cantos dos Estados Unidos. O governo respondeu por meio de repressão, o que levou à formação, em 1964, da Sociedade em Defesa dos Direitos Individuais, que protegia os gays, ligada à Tavern Guild, associação profissional de donos de bares gays e boêmios, na luta contra a ação policial. Mais tarde, em fins da década, a cultura *hippie*, os movimentos sociais que foram organizados na área da Baía de São Francisco, principalmente em Berkeley e Oakland, e a emergência do movimento de liberação gay em todo o território americano induziram uma mudança qualitativa no desenvolvimento da comunidade gay de São Francisco, contando com o forte apoio de redes já estabelecidas historicamente. Em 1971, o movimento gay da Califórnia teve pela primeira vez força suficiente para organizar uma marcha sobre a capital, Sacramento, clamando pelos direitos dos gays. Ainda na década de 70, uma comunidade gay floresceu em determinadas áreas de São Francisco, principalmente na região de Castro, onde foram adquiridas ou alugadas moradias em um bairro operário tradicional em decadência, reabilitado por lares gay, corretores de imóveis gays e empresas de reforma gays. Empresas dirigidas por gays também se instalaram na área. Evitando lugares mais espalhados e seguindo os bares e áreas de contracultura, os gays conseguiram, por volta dos anos 70, concentrar-se em uma vizinhança que podiam chamar de sua. A figura 4.11 mostra, com base em minha pesquisa de campo, a expansão das áreas residenciais gay entre as décadas de 50 e 80.

No entanto, o crescimento da comunidade gay não foi puramente espontâneo. Resultou, também, de ação política deliberada, principalmente em decorrência do estímulo do histórico líder da comunidade gay de São Francisco, Harvey Milk. Formado pela Universidade Estadual de Nova York em Albany, não pôde ser professor ao ser expulso da Marinha por causa de sua homossexualidade. Como milhares de gays, foi para São Francisco em 1969. Após largar o emprego de analista financeiro, abriu um estabelecimento fotográfico, a Castro Camera, na Rua Castro. Concebeu um plano para a transformação de uma simples comunidade gay em uma comunidade de negócios gays e daí para o poder. Persuadiu os “gays a comprar de gays”, para que Castro fosse mais do que um lugar de passagem, que se tornasse um espaço onde gays tivessem seus negócios, morassem e se divertissem. Conseqüentemente, se gays podiam comprar produtos de gays e viver como gays, podiam, também, votar gay. Em 1973, ele se candidatou a vereador da cidade de São Francisco, explicitamente como candidato gay. Obteve expressiva votação, mas não foi eleito. Retomou a tarefa de construir uma base política, fortalecendo os clubes políticos gays, aliando-se ao Partido Demo-

crático e ampliando seu programa de forma a abranger questões ligadas às políticas urbanas da cidade, tais como o controle da especulação imobiliária. Um acontecimento político mudou seu destino. Em 1975, um senador liberal pela Califórnia, George Moscone, foi eleito prefeito de São Francisco por margem estreita. Para assegurar o apoio da comunidade gay, a essa altura já bastante forte, Moscone nomeou Harvey Milk para um posto importante da administração. Pela primeira vez, um líder assumidamente gay tornava-se funcionário do governo da cidade. Mais ou menos na mesma época, o poderoso movimento distrital de São Francisco conseguiu a reforma da lei eleitoral estabelecendo o voto distrital para a Câmara Municipal. Em seguida, com base no território que a comunidade gay havia conquistado na região de Castro e que se tornou um distrito eleitoral, Harvey Milk foi eleito vereador em 1977. A partir de sua nova plataforma, ele mobilizou o poder gay em torno da cidade e do estado. Em 1978, uma moção conservadora foi posta em votação que, se aprovada, faria com que homossexuais fossem proibidos de lecionar em escolas públicas da Califórnia. Os eleitores rejeitaram a proposta por 58% em toda a Califórnia e por 75% em São Francisco. Harvey Milk liderou a campanha utilizando com maestria os meios de comunicação. Em abril de 1978, a Câmara Municipal aprovou uma Portaria de Direitos dos Gays muito liberal. Nessa mesma ocasião, duas líderes do lesbianismo, Del Martin e Phyllis Lyon, funcionárias da Prefeitura, receberam da cidade de São Francisco um certificado de honra ao mérito pelos serviços cívicos prestados — incluindo apoio às lésbicas — e por seus 25 anos vivendo juntas. Essas, e outras conquistas homossexuais, eram mais do que a cultura homofóbica podia suportar. Em 27 de novembro de 1978, um vereador conservador, Dan White, ex-policial que havia feito campanha contra a tolerância aos “desvios sexuais”, matou a tiros o prefeito George Moscone e Harvey Milk em seus escritórios na Prefeitura, entregando-se, depois, a seus ex-colegas da polícia. Durante o velório de Moscone e Milk formou-se uma das demonstrações políticas de maiores proporções jamais ocorrida em São Francisco: 20 mil pessoas portando velas marcharam em silêncio após ouvirem vários oradores incitando o movimento a prosseguir na luta seguindo o exemplo de Harvey Milk. E o movimento obedeceu. A nova prefeita, Dianne Feinstein, nomeou outro líder gay, Harry Britt, um socialista, para o lugar ocupado por Harvey Milk, mais tarde eleito vereador. Durante toda a década seguinte, líderes gays e lésbicas aumentarem sua representação na Câmara Municipal constituída de 11 membros e, embora tenham perdido a eleição em 1992 para um prefeito conservador, tornaram-se novamente um componente de peso na coalizão que ajudou a eleger Willie Brown, veterano líder democrático negro,

prefeito de São Francisco em 1996. Uma anedota sobre a campanha de 1996 ilustra bem o estado de perturbação em que a cultura “homofóbica” se encontrava em São Francisco, perdida na incerteza dos seus valores defendidos há tanto tempo. O prefeito em exercício, ex-chefe de polícia, talvez tenha perdido a reeleição por causa de um erro político grosseiro. De olho nas pesquisas e querendo cair nas graças do público gay, deixou-se fotografar nu dando uma entrevista embaixo do chuveiro a radiojornalistas “nos mesmos trajes”. A reação, tanto de eleitores gays como de heterossexuais que se sentiram ofendidos, enterrou definitivamente suas chances. O novo prefeito renovou o compromisso da cidade, compromisso esse que já completava duas décadas, de respeitar e aumentar os direitos e a cultura gays, celebrados em paradas e festivais várias vezes durante o ano.

A comunidade gay dos anos 90, porém, não é a mesma da década de 70 em virtude da epidemia da AIDS no início dos anos 80.¹¹³ Nos 15 anos seguintes, cerca de 15 mil pessoas morreram em São Francisco em consequência da AIDS e milhares de outras foram diagnosticadas como portadoras do vírus HIV. A reação da comunidade gay foi notável e São Francisco tornou-se, para o mundo inteiro, um modelo de organização, prevenção e ação política voltada para o controle da epidemia da AIDS, um perigo para a humanidade. Creio ser correto afirmar que o movimento gay mais importante dos anos 80 e 90 é a ala gay do movimento anti-AIDS em suas diversas manifestações, das clínicas de saúde aos grupos militantes, como o ACT UP! Os primeiros esforços em São Francisco foram concentrados na ajuda aos doentes e na busca de meios para impedir a propagação da doença. Um amplo programa de educação da comunidade foi colocado em prática, ensinando e difundindo procedimentos de sexo seguro. Os resultados obtidos em pouco tempo foram excelentes. Nos anos 90, tanto em São Francisco como na Califórnia em geral, a incidência de novos casos de AIDS é muito maior na população heterossexual em virtude do uso de drogas, prostituição e infecção de mulheres por homens desprecavidos, ao passo que entre a população gay, mais consciente e bem-organizada, o número de novos casos diminuiu significativamente. Prestou-se assistência aos doentes em todos os níveis, e o Hospital Geral de São Francisco foi o primeiro a instalar uma ala de atendimento permanente a casos de AIDS e organizar toda uma rede de voluntários para dar assistência e confortar doentes no hospital e em casa. A pressão de militantes para que as pesquisas fossem ampliadas, acelerando a aprovação de medicamentos experimentais assim que se tornassem disponíveis, rendeu bons resultados. A Universidade da Califórnia, atuando no Hos-

pital de São Francisco, tornou-se um dos principais centros de pesquisa sobre a AIDS. Sob perspectiva mais ampla, a Conferência Mundial sobre a AIDS realizada em Vancouver em 1996 anunciou potenciais progressos no controle da doença e talvez diminuição da sua letalidade no futuro.

No entanto, o mais importante esforço da comunidade gay em São Francisco, e em outros lugares também, talvez tenha sido a batalha cultural para desmistificar a AIDS, afastar o estigma e convencer o mundo de que a doença não era causada pela homossexualidade ou mesmo pela sexualidade de modo geral. O contato, inclusive contato sexual, mas também muitas outras formas de contato, é que seriam os mensageiros da morte, não a homossexualidade.¹¹⁴ E o rompimento dessas redes e consequente controle da epidemia não foram uma questão de confinamento, mas de educação, organização e responsabilidade, contando com o apoio das instituições de saúde pública e da conscientização cívica. Que a comunidade gay, partindo de São Francisco, tenha conseguido vencer essa batalha árdua foi uma contribuição decisiva para a humanidade. Não só porque um novo crime contra a humanidade foi evitado quando o movimento conseguiu impedir que os portadores do HIV fossem identificados e mantidos em confinamento. O que estava fundamentalmente em jogo era a capacidade de o mundo olhar a AIDS diretamente em seus olhos horripilantes e encarar a epidemia em termos de vírus e não em termos de preconceitos e pesadelos. Chegamos muito perto, em todo o mundo, de considerar a AIDS como um merecido castigo divino contara a Nova Sodoma, o que nos teria impedido de tomar as medidas necessárias para evitar uma disseminação ainda mais ampla da doença até que fosse tarde demais para controlá-la. O fato de não termos chegado a esse ponto, de as sociedades terem compreendido em tempo que a AIDS não era uma doença homossexual e que toda a sociedade precisava lutar contra suas fontes e formas de disseminação, deveu-se em grande parte ao trabalho do movimento anti-AIDS organizado pelos gays, com seus pioneiros (muitos já perto da morte) na liberada cidade de São Francisco.

Ainda ligada à epidemia da AIDS, uma outra tendência surgiu entre a comunidade gay de São Francisco nos anos 90. Os padrões de relacionamentos sexuais tornaram-se mais estáveis, em parte como sinal do envelhecimento e maturidade de alguns segmentos da comunidade e em parte como forma de canalizar a sexualidade para os padrões mais seguros do amor. O desejo de formar famílias com membros do mesmo sexo tornou-se uma das tendências mais fortes entre os gays e mais ainda entre as lésbicas. O conforto de um relacionamento monogâmico e durável passou a ser o modelo predomínante.

minante entre gays e lésbicas de meia-idade. Conseqüentemente, um novo movimento surgiu entre a comunidade homossexual defendendo que tais relacionamentos estáveis fossem reconhecidos como famílias. Assim, seus membros procuraram obter certificados de parceria emitidos pelo governo local e estadual. Esses certificados garantiriam o direito aos benefícios conferidos pelo casamento. Além disso, a legalização de casamentos com membros do mesmo sexo tornou-se uma das maiores exigências do movimento, fazendo que os conservadores caíssem em contradição por suas próprias palavras ao exaltarem os valores familiares, e estendendo tais valores para formas de amor, deveres compartilhados e educação de filhos não tradicionais nem heterossexuais. O que começou como um movimento de liberação sexual completou sua cadeia evolutiva e agora persegue a família patriarcal como uma praga, atacando suas raízes heterossexuais e subvertendo sua exclusividade sobre os valores familiares.

Como toda ação gera uma reação, a relativa domesticação da sexualidade nas novas famílias de gays e lésbicas induziu, paralelamente, o desenvolvimento de culturas sexuais minoritárias (heterossexuais e homossexuais), tais como o movimento sadomasoquista e redes de escravos do sexo voluntários, um fenômeno marcante no cenário de São Francisco dos anos 90, principalmente na área de *South of Market*, embora eu já tivesse identificado a importância dessa revolta cultural/pessoal em meu trabalho de campo há 15 anos. Os sadomasoquistas, cuja cultura inclui alguns intelectuais muito articulados, criticam os gays convencionais por tentarem definir novas normas do “socialmente aceitável”, reproduzindo, assim, a lógica da dominação que oprimiu gays e lésbicas em todos os tempos. Para os sadomasoquistas, a jornada não tem fim. Assim, violência controlada, aceitação da humilhação, leilões de escravos, prazer pela dor, roupas de couro, emblemas nazistas, correntes e chicotes são mais que estímulos sexuais. São expressões culturais da necessidade de destruir quaisquer valores morais que a sociedade heterossexual lhes tenha legado, já que esses valores têm sido usados tradicionalmente para estigmatizar e reprimir a homossexualidade e a própria sexualidade. O considerável constrangimento que essa minoria cultural causa à maioria dos/das homossexuais é um sintoma de que abordam uma questão importante e bastante complicada.

Abandonada à própria sorte em seu gueto cultural, a comunidade gay não conseguirá levar a cabo a revolução sexual nem subverter o patriarcalismo, metas implícitas do movimento, mesmo sem apoio do crescente segmento de elites masculinas que consomem, em vez de produzir, o movimento gay. Alianças

estratégicas com lésbicas e o movimento feminista de modo geral são condição imprescindível para a liberação gay. No entanto, gays são homens e sua socialização na qualidade de homens, e os privilégios de que gozam, principalmente se forem brancos e de classe média, restringem a sua total adesão à aliança contra o patriarcalismo. Por isso, o que vemos em São Francisco na década de 90 é uma ruptura cada vez maior entre a aliança formada por gays radicais e lésbicas e uma elite gay respeitável estabelecida como grupo de interesse para defender os direitos de homens gays na condição de minoria tolerada inserida nas instituições do patriarcalismo. Se, no entanto, tal diversidade tem como se expressar em um movimento mais abrangente, dando às pessoas liberdade de escolher a quem amar, em oposição à norma heterossexual, é porque um dia Harvey Milk e outros pioneiros construíram uma comuna livre no Oeste.

Resumo: identidade sexual e a família patriarcal

Os movimentos lesbiano e gay não são simples movimentos em defesa do direito humano básico de escolher a quem e como amar. São também expressões poderosas de identidade sexual e, portanto, de liberação sexual. Esses movimentos desafiam algumas das estruturas milenares sobre as quais as sociedades foram historicamente construídas: repressão sexual e heterossexualidade compulsória.

Quando lésbicas, vivendo em ambiente institucional tão repressivo e patriarcal quanto a cultura chinesa dominante em Taipé, conseguem expressar abertamente sua sexualidade e exigir a inclusão de casamentos entre pessoas do mesmo sexo no código de leis sobre a família, abre-se uma brecha fundamental no cidadão institucional erguido para controlar o desejo. Se a comunidade gay é capaz de superar a estigmatização ignorante e ajudar a controlar a AIDS, isso significa que as sociedades conseguiram sair de sua própria escravidão e contemplar toda a diversidade da experiência humana sem preconceitos nem violência. E, se as campanhas eleitorais presidenciais, por enquanto apenas nos Estados Unidos, tiveram de, a contragosto, considerar o debate sobre os direitos dos gays, isso significa que o questionamento dos movimentos sociais quanto à heterossexualidade não pode mais ser ignorado ou simplesmente reprimido. No entanto, as forças da transformação desencadeadas pelos movimentos em busca da identidade sexual não podem se restringir à simples tolerância e respeito pelos direitos humanos. Elas põem em ação uma crítica corrosiva sobre o que é considerado sexualmente normal e sobre a família patriarcal. Este desafio é particularmente assustador para o patriarcalismo,

porque ocorre em um momento da História em que a pesquisa biológica e as novas tecnologias da medicina permitem dissociar heterossexualidade, patriarcalismo e reprodução da espécie. Famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo, que não desistem da perspectiva de criar filhos, são a mais clara expressão dessa possibilidade.

Por outro lado, o esmaecimento das fronteiras sexuais, desestruturando a família, sexualidade, amor, gênero e poder, dá lugar a uma crítica cultural fundamental do mundo como o conhecemos. Por isso, o desenvolvimento futuro dos movimentos de liberação sexual não será fácil. Ao trocar a defesa dos direitos humanos pela reconstrução da sexualidade, da família e da personalidade, os movimentos tocam nos centros nervosos da repressão e da civilização, e serão pagos na mesma moeda. O horizonte que se abre à frente dos movimentos gay e lesbiano é tumultuoso e a AIDS não será o único monstro aterrorizante da reação anti-sexual. Mesmo assim, se a experiência vivenciada no último quarto de século tiver algum valor indicativo para o futuro, o poder da identidade se reveste de mágica quando tocado pelo poder do amor.

Família, sexualidade e personalidade na crise do patriarcalismo¹¹⁵

Na sociedade que se separa e se divorcia, a família nuclear gera uma diversidade de laços de parentesco associados, por exemplo, às chamadas famílias recombinadas. No entanto, a natureza desses laços muda à medida que estão sujeitos a maior negociação do que outrora. As relações familiares costumavam ser tomadas como certas, na base da confiança; agora, a confiança precisa ser negociada, barganhada, e o compromisso assume as mesmas proporções que o existente nos relacionamentos sexuais.

Anthony Giddens, *The Transformation of Intimacy*, p. 96.

A família que encolheu drasticamente

A crise do patriarcalismo, induzida pela interação entre o capitalismo informacional e os movimentos sociais feministas e de identidade sexual, manifesta-se na crescente diversidade de parcerias entre indivíduos que querem compartilhar suas vidas e criar filhos. Para simplificar a exposição, minha ilustração desse ponto utiliza dados referentes aos Estados Unidos. Não quero, com isso, inferir que todos os países e culturas seguirão o mesmo caminho.

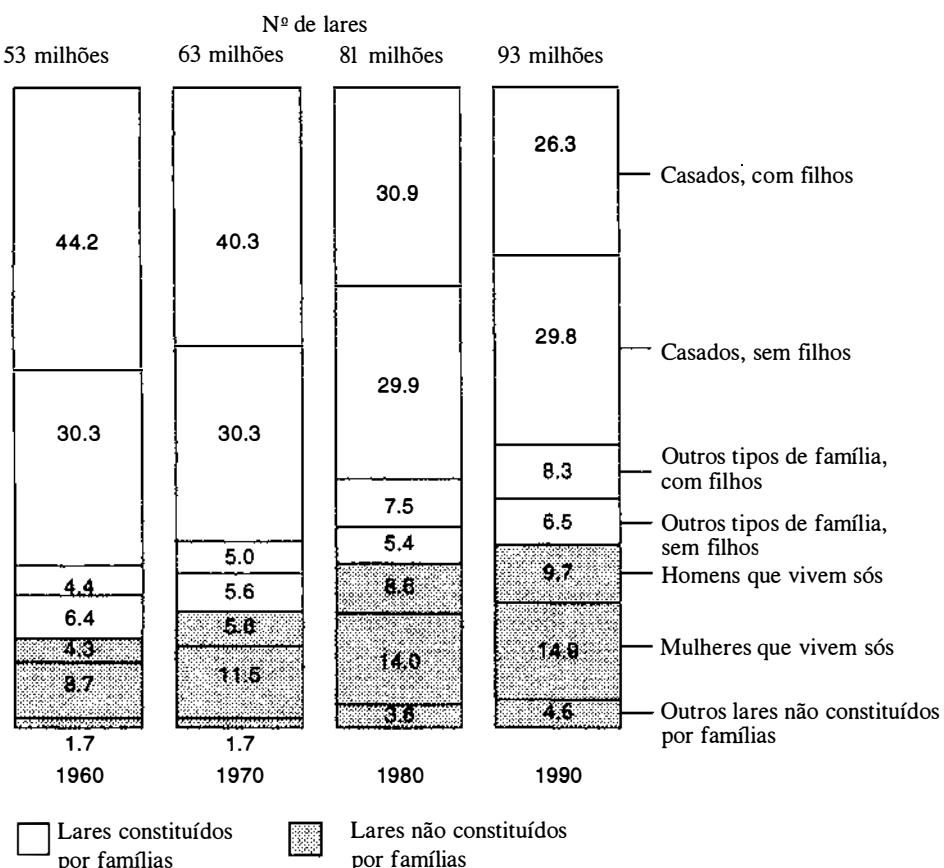


Figura 4.12a Composição dos lares nos Estados Unidos, 1960-90 (%)
(filhos = próprios filhos com menos de 18 anos)

Fonte: Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos (1992a)

Porém, uma vez que as tendências sociais, econômicas e tecnológicas subjacentes à crise do patriarcalismo encontram-se presentes em todo o mundo, parece plausível concluir que a maioria das sociedades terá de reconstruir, ou substituir, suas instituições patriarcais de acordo com as condições específicas de sua própria cultura e história. A discussão apresentada a seguir, baseada empiricamente nas tendências norte-americanas, tem como objetivo identificar mecanismos sociais que vinculam a crise da família patriarcal, e a transformação da identidade sexual, à redefinição social da vida familiar e, consequentemente, dos sistemas da personalidade.

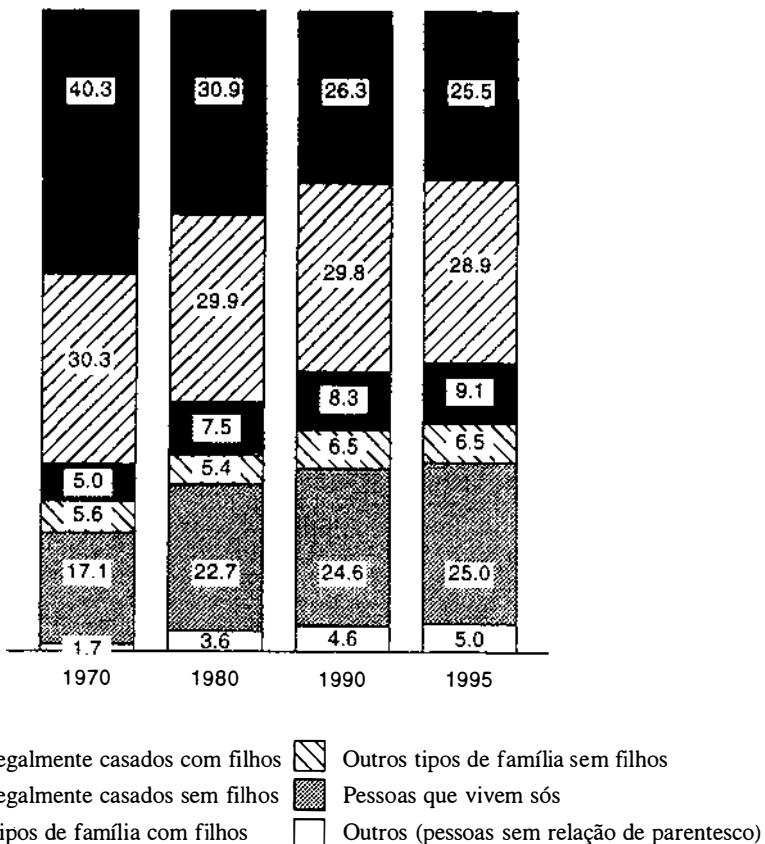


Figura 4.12b Composição dos lares nos Estados Unidos, 1970-95 (%)

Fonte: Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos (1996)

O que está em jogo não é o desaparecimento da família mas sua profunda diversificação e a mudança do seu sistema de poder. Na verdade, a maioria das pessoas continua a se casar: 90% dos norte-americanos casam-se ao longo de suas vidas. Quando se divorciam, 60% das mulheres e 75% dos homens tornam a se casar, em média dentro de três anos. Gays e lésbicas lutam pelo direito de casarem-se legalmente. No entanto, casamentos posteriores, freqüência dos casos de coabitação e alto nível de divórcios (estabilizados em cerca de 50% de todos os casamentos) e de separação são fatores que se combinam para criar um perfil cada vez mais diverso de vidas em família e fora da família (as figuras 4.12a e 4.12b trazem um resumo das tendências gerais nos períodos de 1960 a 1990 e de 1970 a 1995). O número de "lares não constituídos por

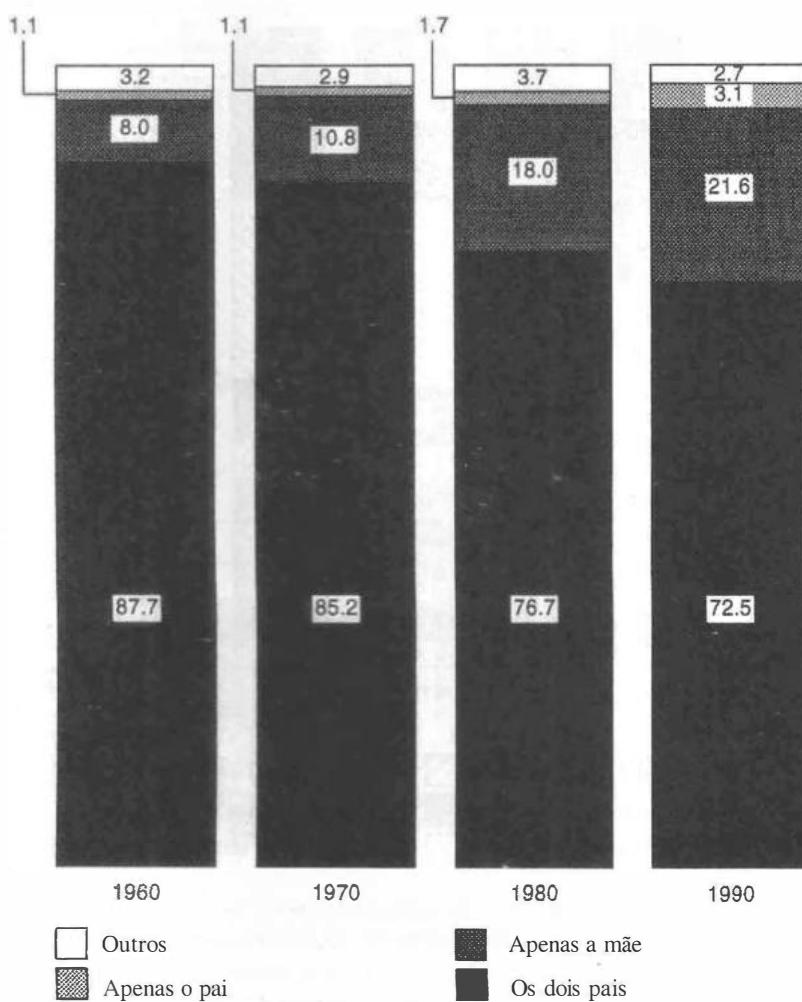


Figura 4.13 Lares de crianças com menos de 18 anos, por presença dos pais, nos Estados Unidos, 1960-90 (distribuição em %)

Fonte: Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos (1992a)

famílias” dobrou entre 1960 e 1995, passando de 15% para 29% do total de lares, incluindo lares de idosos que vivem sós, refletindo uma tendência democrática bem como uma mudança cultural. As mulheres respondem por dois terços dos lares de pessoas que vivem sós. Mais significativo é que a categoria arquetípica, “legalmente casados com filhos”, caiu de 44,2% em 1960 para 25,5% dos lares em 1995. Assim, o “modelo” de família de núcleo patriarcal é uma realidade para pouco mais de um quarto dos lares norte-americanos. Stacey

menciona fontes indicadoras de que, se considerarmos a versão mais tradicional do patriarcalismo, ou seja, lares de casais legalmente casados e com filhos em que o único provedor é o marido, enquanto a esposa se dedica ao lar em tempo integral, a proporção cai para 7% do número total de lares.¹¹⁶

A vida dos filhos se transformou. Conforme ilustrado na figura 4.13, mais de uma quarta parte dos filhos não vivia com ambos os pais em 1990, quando em 1960 esse número não passava de 13%. De acordo com um estudo do Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos, a proporção de crianças que viviam com seus pais biológicos em 1991 era de apenas 50,8%.¹¹⁷ Outras fontes também estimam que “cerca de 50% de todas as crianças não vivem com ambos os pais”.¹¹⁸ O número de adoções aumentou substancialmente nas duas últimas décadas e 20 mil bebês nasceram por fertilização *in vitro*.¹¹⁹ As *tendências*, todas apontando na direção do desaparecimento da família de núcleo patriarcal, são o que realmente importa: a proporção de crianças vivendo com apenas um dos pais dobrou entre 1970 e 1990, atingindo 25% do número total de crianças. Entre essas, a proporção dos que viviam com mães que nunca se casaram aumentou de 7% em 1970 para 31% em 1990. Lares onde vive apenas um genitor, a mãe, aumentaram em 90,5% na década de 70 e mais 21,2% na de 80. Embora lares de apenas um genitor, neste caso o pai, tenham respondido por somente 3,1% do total em 1990, esse número tem aumentado em ritmo ainda mais rápido: 80,6% na década de 70 e 87,2% na de 80. O número de famílias encabeçadas por mulheres, sem a presença de um marido, aumentou de 11% do total em 1970 para 18% em 1994. O percentual de filhos que vivem apenas com a mãe dobrou entre 1970 e 1994, passando de 11% para 22%, enquanto a proporção de filhos que vivem apenas com o pai triplicou no mesmo período, passando de 1% para 3%.

Novos esquemas de vida têm-se multiplicado.¹²⁰ Em 1980, havia apenas 4 milhões de famílias recombinadas (incluindo filhos de casamentos anteriores); em 1990, esse número atingia 5 milhões. Em 1992, 25% das mulheres solteiras com mais de 18 anos tinham filhos; em 1993, havia 3,5 milhões de casais vivendo juntos sem estarem casados legalmente, dos quais 35% tinham filhos; o número de homens solteiros com filhos dobrou entre 1980 e 1992; em 1990, 1 milhão de crianças vivia com os avós (10% a mais do que em 1960), de um total de 3,5 milhões de crianças que compartilham seus lares com um dos avós. Casamentos precedidos por coabitação aumentaram de 8% no final da década de 60 para 49% em meados da de 80, e cerca 50% dos casais que vivem juntos têm filhos.¹²¹ Com a entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerado e seu papel indispensável no sustento da família, são

poucas as crianças que podem gozar dos cuidados da mãe ou do pai em tempo integral. Em 1990, marido e mulher trabalhavam fora em cerca de 70% das famílias e 58% das mães com filhos pequenos trabalhavam fora. A criação dos filhos é um dos maiores problemas enfrentados pelas famílias e dois terços das crianças ficam em seus lares sob os cuidados de parentes e vizinhos,¹²² acrescentando-se aqui ajudantes domésticos não registrados. Mulheres pobres que não podem pagar para que cuidem de seus filhos têm de escolher entre separar-se deles ou deixar de trabalhar fora, caindo assim na armadilha do seguro social, que poderá resultar na perda da guarda de seus filhos.¹²³

Existem poucas estimativas confiáveis sobre lares e famílias de pessoas do mesmo sexo. Uma dessas poucas é a de Gonsioreck e Weinrich, segundo a qual cerca de 10% da população masculina dos Estados Unidos é gay, e entre 6 e 7% da população feminina é formada por lésbicas.¹²⁴ Segundo sua estimativa, cerca de 20% da população masculina gay já foi casada e entre 20 e 50% tiveram filhos. Muitas vezes lésbicas são mães, quase sempre em consequência de casamentos heterossexuais anteriores. Uma avaliação bastante abrangente indica que o número de crianças que vive com mães lésbicas varia entre 1,5 e 3,3 milhões. O número de crianças que vive com pai gay ou mãe lésbica situa-se entre 4 e 6 milhões.¹²⁵ Entre os lares não habitados por famílias, o maior crescimento verifica-se na categoria “outros lares não constituídos por famílias”, que cresceu de 1,7% de todos os lares em 1970 para 5% em 1995. De acordo com o censo norte-americano, esse grupo engloba companheiros de quarto, amigos e indivíduos sem relação de parentesco entre si. Na verdade, esse grupo incluiria tanto casais heterossexuais como homossexuais que coabitam e não têm filhos.

Quanto a projeções para o futuro próximo, utilizando-se as estimativas da Universidade de Harvard sobre a formação dos lares no ano 2000 em comparação com o total de lares, o número de casais legalmente casados que têm filhos deverá cair ainda mais, passando de 31,5% em 1980 para 23,4% no ano 2000, enquanto lares habitados por um só indivíduo poderão aumentar de 22,6% para 26,6% no ano 2000, superando estatisticamente o tipo de lar formado por casais legalmente casados, com filhos.¹²⁶ O número de pais ou mães solteiros aumentaria um pouco, passando de 7,7% para 8,7%. Casais legalmente casados sem filhos formariam os lares mais numerosos, porém não predominantes, permanecendo em cerca de 29,5% do número total em virtude da maior sobrevida de ambos os cônjuges, juntamente com a substituição de casais antes legalmente casados, com filhos, por um leque mais diversificado de tipos de lar. Na realidade, as projeções do que chamam de “outros lares”, incluindo esquemas de vida variados, indicam que esse segmento deverá aumentar sua

participação de 8,8% em 1980 para 11,8% no ano 2000. De modo geral, as estimativas e projeções da Universidade de Harvard indicam que, enquanto em 1960 75% de todos os lares dos Estados Unidos eram formados por casais legalmente casados e os lares não constituídos por famílias equivaliam a apenas 15% do total de lares, no ano 2000 os casais legalmente casados corresponderão a 53% e o número de lares não formados por famílias aumentará para 38%. O resultado dessa visualização estatística é um quadro de diversificação, de relacionamentos pessoais com fronteiras móveis, e um número cada vez maior de crianças está sendo criada em tipos de família que há apenas três décadas, um mero instante pelos padrões de tempo histórico, eram tidas como marginais e até mesmo inconcebíveis.¹²⁷

Então, quais são esses novos esquemas de vida? Como vivem as pessoas agora, dentro e fora da família, nos limiares do patriarcalismo? Temos algum conhecimento do assunto em decorrência de pesquisas pioneiras realizadas por Stacey, Reigot e Spina, Susser e outros.¹²⁸ Nas palavras de Stacey:

nas últimas três décadas de levante pós-industrial, homens e mulheres vêm reformulando a família americana de forma criativa. Têm retirado das cinzas e resíduos da família moderna uma gama diversificada, muitas vezes incongruente, de recursos culturais, políticos, econômicos e ideológicos, modelando esses recursos em novas estratégias de gênero e parentesco para enfrentar os desafios, encargos e oportunidades da era pós-industrial.¹²⁹

O estudo qualitativo realizado por Reigot e Spina sobre novas formas de família¹³⁰ apresenta conclusões semelhantes. Não está emergindo nenhum tipo prevalecente de família, a regra é a diversidade. Alguns elementos, porém, nos parecem críticos para esses novos hábitos de vida: *redes de apoio, aumento do número de lares madrecêntricos, sucessão de parceiros e de padrões durante o ciclo de vida.* Redes de apoio, muitas vezes entre membros das famílias de casais divorciados, são uma nova e importante forma de socialização e divisão de responsabilidades, principalmente quando há filhos que precisam ser compartilhados e sustentados pelos dois pais quando ambos formam novos lares. Conseqüentemente, um estudo realizado sobre casais divorciados de classe média dos subúrbios de São Francisco constatou que um terço mantém laços familiares com seus ex-esposos e respectivos parentes.¹³¹ De acordo com estudos de caso relatados por Reigot e Spina, por Susser, e por Coleman e Gannong,¹³² as redes de apoio às mulheres são essenciais para mães solteiras e as que trabalham em tempo integral. Conforme exposto por Stacey, “se existe

uma crise de família, é uma crise de família masculina”¹³³ Além disso, como a maioria das pessoas continua tentando formar família apesar das decepções ou desajustes, padrastos, madrastas e uma série de relacionamentos acabam constituindo a norma. Por causa tanto das experiências de vida quanto da complexidade dos lares, os arranjos familiares, com distribuição de papéis e responsabilidades, não mais se ajustam às rotinas tradicionais: precisam ser negociados. Portanto, após observarem a grande incidência de casos de rompimento da família, Coleman e Ganong concluem: “Será o fim da família? A resposta é não. Entretanto, muitos de nós teremos uma vida familiar nova e mais complexa. Nessas novas famílias, papéis, regras e responsabilidades não mais serão garantidos como é de praxe nas famílias mais tradicionais e terão de ser negociados”.¹³⁴

Dessa forma, o patriarcalismo está totalmente eliminado nos casos, cada vez mais numerosos, de lares encabeçados por mulheres, e corre sério risco de extinção na maioria dos outros lares em virtude das negociações e condições impostas por mulheres e filhos. Além disso, há um outro tipo de lar em crescimento, com possibilidade de chegar rapidamente a 40% — os lares não formados por uma família, fazendo com que a família patriarcal perca seu sentido como instituição para grande parte da sociedade, não obstante sua gigantesca presença como mito.

Sob tais condições, o que acontece com o processo de socialização dos filhos, subjacente à divisão da sociedade por gênero e, portanto, à reprodução do próprio patriarcalismo?

A reprodução da figura materna em relação à não-reprodução do patriarcalismo

Não há espaço no escopo deste capítulo para descrever os detalhes de registros empíricos complexos, diversificados e controversos, dos quais a maioria encontra-se oculta nas fichas médicas de psicólogos infantis, sobre a transformação por que passou a socialização da família no novo ambiente familiar. Creio, porém, que algumas hipóteses podem ser formuladas com base na clássica obra da psicanalista feminista Nancy Chodorow. Em seu livro, *Reproduction of Mothering*, Chodorow apresentou um modelo psicoanalítico simples, elegante e consistente da produção/reprodução do gênero, modelo esse aperfeiçoado e complementado em obras posteriores.¹³⁵ Embora sua teoria dê margem a controvérsias e a psicanálise não seja a única abordagem a esclarecer as

mudanças de personalidade ocorridas em decorrência da crise do patriarcalismo, ela fornece, a meu ver, um excelente ponto inicial para a teorização de tais mudanças. Resumirei primeiro o modelo de Chodorow usando suas próprias palavras para, em seguida, desenvolver as implicações desse modelo de personalidade e gênero nas condições impostas pela crise do patriarcalismo. Segundo Chodorow, a reprodução da figura materna é o ponto central da reprodução do gênero. Acontece por meio de um processo psicológico social e estruturalmente induzido, não sendo produto nem da biologia nem do treinamento institucional para o papel a ser assumido. Em suas palavras:

Mulheres, na qualidade de mães, geram filhas com capacidade maternal e o desejo de elas próprias tornarem-se mães. Tal capacidade e necessidade são inerentes, desenvolvendo-se a partir do relacionamento mãe-filha. Em contrapartida, as mulheres como mães (e homens como não mães) geram filhos homens cuja capacidade e necessidade de criar filhos têm sido sistematicamente reduzidas e reprimidas. Este fato prepara os homens para seu futuro papel afetivo na família e para a sua função considerada primordial, a participação no mundo impersonal e extrafamiliar representado pelo trabalho e pela vida pública. A divisão sexual e familiar do trabalho em que mulheres nutrem e envolvem-se mais em relacionamentos interpessoais e afetivos do que os homens, produz em filhas e filhos uma divisão de capacidades psicológicas que os leva a reproduzir essa divisão sexual e familiar do trabalho... As mulheres têm a responsabilidade suprema de criar os filhos dentro e fora da família; elas, em sua maioria, querem ser mães e sentem-se gratificadas nesse papel; e apesar de todos os conflitos e contradições, têm sido bem-sucedidas nessa função.¹³⁶

Esse modelo de reprodução gera um impacto extraordinário na sexualidade e, consequentemente, na personalidade e vida familiar: “Em virtude do fato de que mulheres são mães, o desenvolvimento do objeto da escolha heterossexual não é igual para homens e mulheres”.¹³⁷ Meninos têm na mãe seu principal objeto de amor na infância e, por causa desse tabu fundamental, precisam passar pelo clássico processo de separação e resolução do seu complexo de Édipo, reprimindo o vínculo com suas mães. Quando se tornam adultos, os homens estão prontos para achar uma relação com alguém *como* suas mães (grafado em itálico por Chodorow). Para as meninas, é diferente:

Sendo seu primeiro amor uma mulher, a menina, para seguir a *orientação heterossexual correta*,¹³⁸ precisa transferir seu primeiro objeto de escolha para o pai e para os homens... Para as meninas, assim como para os meni-

nos, são as mães o primeiro objeto de amor. Como resultado, o ambiente estrutural interno da heterossexualidade feminina é diferente da masculina. Quando o pai se torna uma figura primária importante para a menina, o faz no contexto de um triângulo relacional bissexual... Portanto, para as meninas não ocorre uma mudança absoluta de objeto, tampouco uma ligação exclusiva com o pai... As implicações são duas. Primeiro, a natureza do relacionamento heterossexual não é a mesma para meninos e meninas. A maioria das meninas livra-se do seu Complexo de Édipo inclinando-se para o pai, e para os homens em geral, como principais objetos *eróticos*, mas é óbvio que os homens tendem a ocupar uma posição *emocionalmente* secundária, ou pelo menos igual, em comparação com a primazia e exclusividade dos laços edípianos que o menino mantém com a mãe e com as mulheres. Segundo... as mulheres, de acordo com Deutsch, praticam os relacionamentos heterossexuais em um contexto triangular, no qual os homens não são objetos exclusivos para elas. A implicação dessa sua afirmativa é confirmada por análises interculturais de estruturas familiares e relações entre os sexos, que sugere que a intimidade conjugal é exceção e não a regra.¹³⁹

De fato, os homens tendem a apaixonar-se romanticamente, enquanto as mulheres, em decorrência de sua dependência econômica e sistema afetivo dirigido às mulheres, relacionam-se com os homens de forma mais calculada, em que o acesso a recursos tem importância vital,¹⁴⁰ conforme evidenciado no estudo intercultural desenvolvido por Buss sobre as estratégias de acasalamento humano.¹⁴¹ Prossigamos, porém, com o raciocínio de Chodorow:

(As mulheres) não obstante sua tendência a tornarem-se e continuarem eroticamente heterossexuais [Castells: embora as exceções à regra aumentem a cada dia], estão sendo estimuladas, tanto pelas dificuldades do homem em relação ao amor quanto por sua própria relação histórica com suas mães, a procurar amor e gratificação emocional em outros contextos. Uma maneira de satisfazer essas necessidades é pela criação e manutenção de relações pessoais importantes com outras mulheres... Para muitas, porém, as relações afetivas profundas em relação a outras mulheres não acontecem de forma rotineira, no dia-a-dia. Os relacionamentos lesbianos tendem a recriar a ligação mãe-filha, mas a maioria das mulheres é heterossexual... Existe uma segunda alternativa. Por causa da situação triangular e da assimetria emocional de sua criação familiar, o relacionamento da mulher com o homem requer uma terceira pessoa na estrutura psíquica, já que esta foi originalmente estabelecida de forma triangular... Nesse sentido, o filho completa para a mulher o seu triângulo relacional.¹⁴²

É fato que “as mulheres desejam e precisam do relacionamento primário com os filhos”.¹⁴³ Já para os homens, mais uma vez, é diferente, em razão de

sua ligação primordial com a mãe e, mais tarde, com sua figura de mãe: “Para os homens, contrariamente, o relacionamento heterossexual apenas recria a antiga ligação com a mãe; *um filho o interrompe* [destacado por mim]. Os homens, além do mais, não se definem em relacionamentos e chegam a eliminar sua capacidade de relacionamento e reprimir suas necessidades nesse sentido. Isso os prepara para participar do mundo alienado do trabalho que nega o afeto, mas não para satisfazer as necessidades de intimidade e relacionamentos primários da mulher”.¹⁴⁴ Assim, “a indisponibilidade emocional do homem e o compromisso heterossexual menos exclusivo da mulher ajudam a conservar a mulher no papel de mãe”. Finalmente,

(...) os aspectos institucionalizados da estrutura familiar e as relações sociais de reprodução repetem-se. Um exame psicanalítico demonstra que a capacidade e os compromissos maternais da mulher e a capacidade e desejos psicológicos gerais que formam a base das suas emoções são desenvolvidos na personalidade feminina. Por ser criada pela mãe, a mulher cresce com capacidade e necessidades relacionais, assim como a definição psicológica de relacionamentos intrapessoais que as comprometem com a maternidade. Já os homens, como são criados por mulheres, não têm esse compromisso nem essa necessidade. Mulheres são mães de filhas que ao crescerem se tornam mães.¹⁴⁵

O modelo apresentado por Chodorow tem sido duramente criticado, principalmente por lésbicas teóricas e materialistas feministas, e injustamente acusado de reduzir a importância do homossexualismo, firmar o patriarcalismo e predeterminar o comportamento individual. Isso não é verdade. A própria Chodorow tornou seu ponto de vista bem claro: “Sustento — contra qualquer generalização — que homens e mulheres amam de tantas maneiras quanto o número de homens e mulheres”.¹⁴⁶ E aprimorou sua análise enfatizando que “diferenciação não é distinção nem separação, mas uma maneira especial de ligar-se aos outros”.¹⁴⁷ O problema das mulheres, diz ela, e eu concordo, não é afirmar sua identidade feminina e sim identificar-se com uma identidade socialmente desvalorizada sob o jugo do patriarcalismo. O que Chodorow analisa não é um eterno processo biológico de especificidade entre homem/mulher, mas sim um mecanismo fundamental de reprodução do gênero e, portanto, da identidade, sexualidade e personalidade *sob as condições do patriarcalismo e de heterossexualidade*, como tem sempre deixado bem claro.

Pergunto, então, se esse modelo institucional/psicanalítico pode ajudar-nos a compreender o que acontece quando a família patriarcal se desintegra. Vou

tentar associar minhas observações sobre novas formas de famílias e hábitos de vida à teoria de Chodorow.¹⁴⁸ Sob a clássica condição patriarcal/heterossexual, em processo de extinção, mulheres heterossexuais dedicam-se basicamente a quatro tipos de objetivos: filhos, como objeto de seu instinto maternal; redes de relações femininas, como sua principal fonte de apoio emocional; homens, como objetos eróticos; e homens, como provedores da família. Nas condições atuais, no caso da maior parte das famílias, o quarto objeto não mais atua como provedor exclusivo. As mulheres pagam alto preço em termos de trabalho e tornam-se mais pobres em troca de sua independência econômica ou para manter o seu papel indispensável de provedoras da família mas, de modo geral, a base econômica do patriarcalismo familiar encontra-se corroída e a maioria dos homens precisa da renda percebida pela mulher para usufruir de um estilo de vida decente. Como os homens sempre tiveram papel secundário como objeto de apoio emocional, ficam relegados a seu papel de objeto erótico que, como fonte de interesse para a mulher encontra-se em franco declínio nesses tempos de desenvolvimento global de redes de apoio femininas (incluindo manifestações de afeto em um “*continuum* lesbiano”) em decorrência também do maior interesse das mulheres em combinar a maternidade com a vida profissional.

Assim, o primeiro estilo de vida resultante da crise do patriarcalismo que corresponde à lógica do modelo de Chodorow é a formação de famílias constituídas por mãe e filhos, contando com o apoio das redes femininas. Nessas “comunas de mulheres e crianças” as heterossexuais recebem, de quando em quando, a visita de homens, em uma sucessão de parcerias que deixam para trás outros filhos e maiores motivos para o separatismo. Quando as mães envelhecem, as filhas se tornam mães, dando continuidade ao sistema. As mães tornam-se avós, reforçando as redes de apoio, tanto em relação a suas próprias filhas e netos como em relação às filhas e netos de outros lares em rede. Este não é um modelo separatista mas, sim, um modelo auto-suficiente centrado na mulher, em que os homens vêm e se vão. O principal problema do modelo centrado na mulher, como Barbara Ehrenreich já havia mencionado anos atrás,¹⁴⁹ é a sua frágil base econômica. Cuidados com as crianças, serviços sociais, educação das mulheres e oportunidades de trabalho são os elos faltantes para que esse modelo se torne uma comuna feminina auto-suficiente em escala societal.

Embora os homens tenham, socialmente, privilégios maiores, sua situação pessoal é mais complicada.¹⁵⁰ Com o declínio de seu poder de barganha econômico, já não conseguem impor disciplina à família recusando-se a fornecer recursos financeiros. A não ser que se empenhem em assumir seus papéis de pais em igualdade de condições, não poderão alterar os mecanismos

básicos pelos quais suas filhas são produzidas como mães e eles mesmos produzidos como indivíduos que desejam mulheres/mães *para si próprios*. Assim, o homem continua a procurar a mulher, como objeto do seu amor, não só erótico mas também emocional, assim como seu salva-vidas e, não devemos esquecer, como uma útil empregada doméstica. Com menos filhos, mulheres trabalhando, homens ganhando menos em empregos menos seguros e com as idéias feministas circulando por todos os lugares, eles se encontram face a face com numerosas opções e, se esta análise estiver correta, nenhuma é a propagação da família patriarcal.

A primeira opção é a *separação*, “a fuga do compromisso”,¹⁵¹ e realmente constatamos essa tendência nas estatísticas. O narcisismo consumista pode ajudar, principalmente quando se é mais jovem. Homens, porém, não se dão bem em formação de redes, solidariedade e aptidões relacionais, uma característica também explicada pela teoria de Chodorow. Os vínculos masculinos constituem prática comum nas sociedades patriarcais tradicionais. Mas, pelo que recordo de minha experiência espanhola (antiga e recente), as reuniões sociais “só de homens” sustentam-se na suposição de que as famílias/mulheres estão esperando em casa. É somente com base em uma estrutura estável de dominação que satisfaz suas necessidades fundamentais de afeição que os homens conseguem se divertir juntos, geralmente falando sobre mulheres, exibindo-se para elas e vangloriando-se com suas experiências. As *peñas*¹⁵² masculinas silenciam e tornam-se deprimentes quando as mulheres se vão, com a celebração transformada, de repente, em mortalhas bêbadas do poder masculino. É fato comprovado que na maioria das sociedades, homens solteiros que vivem sós têm menos saúde e vida mais curta, além de verificarem-se entre eles maiores taxas de suicídio e depressão do que entre os casados. Com as mulheres que se divorciam ou separam acontece exatamente o contrário, apesar dos freqüentes, se bem que curtos, períodos de depressão pós-divórcio.

A segunda opção é tornar-se gay. Parece que o homossexualismo está se expandindo entre os homens cuja predisposição biológica permite as duas formas de expressão sexual mas que, pelos privilégios do patriarcalismo, tenham optado por evitar o estigma do homossexualismo. O homossexualismo aumenta as chances de redes de apoio, das quais os homens geralmente não dispõem. Facilita, também, parcerias em termos iguais ou negociadas, já que as normas sociais não determinam papéis preponderantes no casal. É possível, portanto, que as famílias gays representem o meio experimental da igualdade na vida cotidiana.

Para a maioria dos homens, no entanto, a melhor solução e a mais estável a longo prazo é a *renegociação do contrato da família heterossexual*. Isso

incluir compartilhar o trabalho doméstico, parceria econômica e sexual e, acima de tudo, *responsabilidade pelos filhos totalmente compartilhada*. Essa última condição é crítica para os homens porque apenas sob tais circunstâncias será possível alterar o “efeito Chodorow” e as mulheres poderão ser produzidas não apenas como mães, mas como mulheres que desejam os homens, e os homens poderão ser criados não só como amantes de mulheres, mas também como pais de filhos. De fato, a não ser que esse mecanismo seja revertido, a simples reforma do sistema econômico e de poder na família não poderá perdurar como uma condição satisfatória para os homens uma vez que, como ainda anseiam *pela* mulher como *seu* objeto do amor exclusivo, e as mulheres precisam cada vez menos deles, sua rendição condicional na família nuclear reformada é impregnada de ressentimento. Assim, além da negociação individual na família reformada, a possibilidade de reconstruírem-se famílias heterossexuais viáveis no futuro está na subversão do gênero pela revolução da paternidade, conforme Chodorow sugerira desde o princípio. Sem me envolver em novos detalhes estatísticos, quero apenas frisar que, embora grandes progressos tenham sido conquistados nesse sentido,¹⁵³ a paternidade e a maternidade em termos iguais ainda têm longo caminho a percorrer e seu ritmo é mais lento do que o crescimento do separatismo, tanto para homens como para mulheres.

As principais vítimas dessa transição cultural são os filhos, cada vez mais negligenciados nas atuais condições da crise familiar. Sua situação poderá piorar, seja porque as mulheres ficam com seus filhos em condições materiais precárias, seja porque elas, em busca de autonomia e sobrevivência pessoal, começam a negligenciá-los da mesma forma que os homens. Considerando que o auxílio do Estado do bem-estar social vem minguando, homens e mulheres têm de resolver, eles próprios, os problemas dos filhos, ao mesmo tempo que perdem o controle sobre suas vidas. O crescimento dramático no número de casos de menores molestados observado em numerosas sociedades, principalmente nos Estados Unidos, pode bem ser uma expressão do estado de confusão e perplexidade das pessoas com relação às suas vidas familiares. Ao fazer esta afirmação, certamente não estou endossando o argumento neoconservador que culpa o feminismo, ou a liberação sexual, pelo drama dos filhos. Estou simplesmente destacando uma questão vital em nossa sociedade, que precisa ser abordada sem preconceitos ideológicos: os filhos estão sendo extremamente negligenciados, conforme constatado e bem documentado por cientistas sociais e jornalistas.¹⁵⁴ A solução não está na volta, impossível, da família patriarcal obsoleta e opressiva. A reconstrução da família em condi-

ções de igualdade e a responsabilidade das instituições públicas, assegurando apoio material e psicológico para as crianças, são as medidas cabíveis para alterar o curso que hoje conduz à destruição em massa da psique humana, implícita na vida instável de milhões de crianças.

Identidade corporal: a (re)construção da sexualidade

Há uma revolução sexual em processo de formação, mas não a anunciada e desejada pelos movimentos sociais das décadas de 60 e 70, não obstante esses movimentos terem sido fatores importantes para a revolução sexual atual. Esta revolução *caracteriza-se pela desvinculação do casamento, da família, da heterossexualidade e da expressão sexual* (ou do desejo, como prefiro chamar). Esses quatro fatores, unidos sob a égide do patriarcalismo moderno nos dois últimos séculos, estão agora conquistando autonomia, como demonstrado neste capítulo. Segundo observado por Giddens:

Superficialmente, o casamento heterossexual parece manter sua posição central na ordem social. Na verdade, essa instituição vem sendo bastante debilitada pelo avanço do relacionamento puro e da sexualidade plástica. Se até agora o casamento ortodoxo não é visto por todos como apenas mais um estilo de vida entre tantos outros, como de fato já se tornou, isto se deve em parte à complicada mistura de atração e repulsa que o desenvolvimento psíquico de cada sexo cria em relação ao outro... Alguns casamentos podem ainda ser contratados, ou mantidos, principalmente com o objetivo de gerar, ou criar, filhos. No entanto... quase todos os casamentos heterossexuais (e muitas ligações homossexuais) que não se aproximam do relacionamento puro, quando não caem na dependência mútua, costumam evoluir em duas direções. Uma delas é uma versão do casamento por companheirismo. O nível de envolvimento sexual do casal é baixo, mas a relação contém certa dose de igualdade e simpatia mútua... A outra direção é um casamento utilizado como base doméstica para ambos os parceiros, com apenas um modesto envolvimento emocional de um pelo outro.¹⁵⁵

Em ambos os casos, a sexualidade está dissociada do casamento. Isso já era realidade para a maioria das mulheres em todos os tempos,¹⁵⁶ mas a afirmação da sexualidade feminina, da homossexualidade de homens e mulheres e da sexualidade eletiva tornam a distância entre o desejo das pessoas e a família cada vez maior. Esse fato não se traduz em liberação sexual mas, para a maioria da população, assustada com as consequências da infidelidade (pela

qual agora também os homens têm de pagar) e, nos anos 80 e 90, pela epidemia da AIDS, a consequência é pobreza sexual, senão miséria. Pelo menos é o que se deduz da mais abrangente pesquisa empírica sobre o comportamento sexual nos Estados Unidos, realizada em 1992 com base em representativa amostra nacional.¹⁵⁷ Cerca de 35,5% dos homens informaram que mantinham relações sexuais algumas vezes por mês e 27,4% algumas vezes por ano ou nenhuma vez. No caso das mulheres, as proporções foram de 37,2% e 29,7%, respectivamente. Apenas 7,7% dos homens e 6,7% das mulheres afirmaram ter relações sexuais quatro ou mais vezes por semana e, mesmo na faixa etária dos 18 aos 24 anos (em que se encontra o grupo de indivíduos mais ativos sexualmente), a percentagem de alta freqüência de relações sexuais não passa de 12,4% tanto para homens como para mulheres. As taxas de alta atividade sexual (mais de quatro vezes por semana) são ligeiramente mais baixas para pessoas casadas do que para a população em geral (7,3% no caso dos homens e 6,6% no das mulheres). Esses dados confirmam também a defasagem entre os sexos quanto aos orgasmos: 75% dos encontros sexuais para os homens, apenas 29% para as mulheres, embora a diferença seja menor em relação ao “prazer”.¹⁵⁸ O número de parceiros sexuais nos últimos 12 meses demonstra um leque limitado de parcerias sexuais para a grande maioria da população: 66,7% dos homens e 74,7% das mulheres tiveram apenas um parceiro; e 9,9% e 13,6%, respectivamente, não tiveram nenhum. Portanto, os Estados Unidos do início dos anos 90 não são palco de nenhuma grande revolução sexual.

Entretanto, sob a superfície de tranqüilidade sexual, a rica base de dados desse estudo realizado pela Universidade de Chicago revela crescente autonomia da expressão sexual, notadamente entre os mais jovens. Por exemplo, nas últimas quatro décadas, a primeira relação sexual vem ocorrendo cada vez mais cedo: apesar da AIDS, os adolescentes estão mais ativos sexualmente do que nunca. Em segundo lugar, morar junto antes do casamento passou a ser a regra, não a exceção. Adultos tendem cada vez mais a formar parcerias sexuais fora do casamento. Cerca de metade dos casos de coabitação termina no prazo de um ano, com 40% transformando-se em casamento, dos quais 50% terminarão em divórcio, dois terços dos quais em outros casamentos cuja possibilidade de terminar em divórcio é ainda maior do que a média de todos os casamentos. É essa diminuição do desejo resultante de sucessivos esforços para associá-lo a esquemas de vida que parece caracterizar os Estados Unidos dos anos 90.

Por outro lado, a “sexualidade consumista” parece estar em alta, embora os indicadores sejam um tanto indiretos. Laumann *et al.* analisam a sua amos-

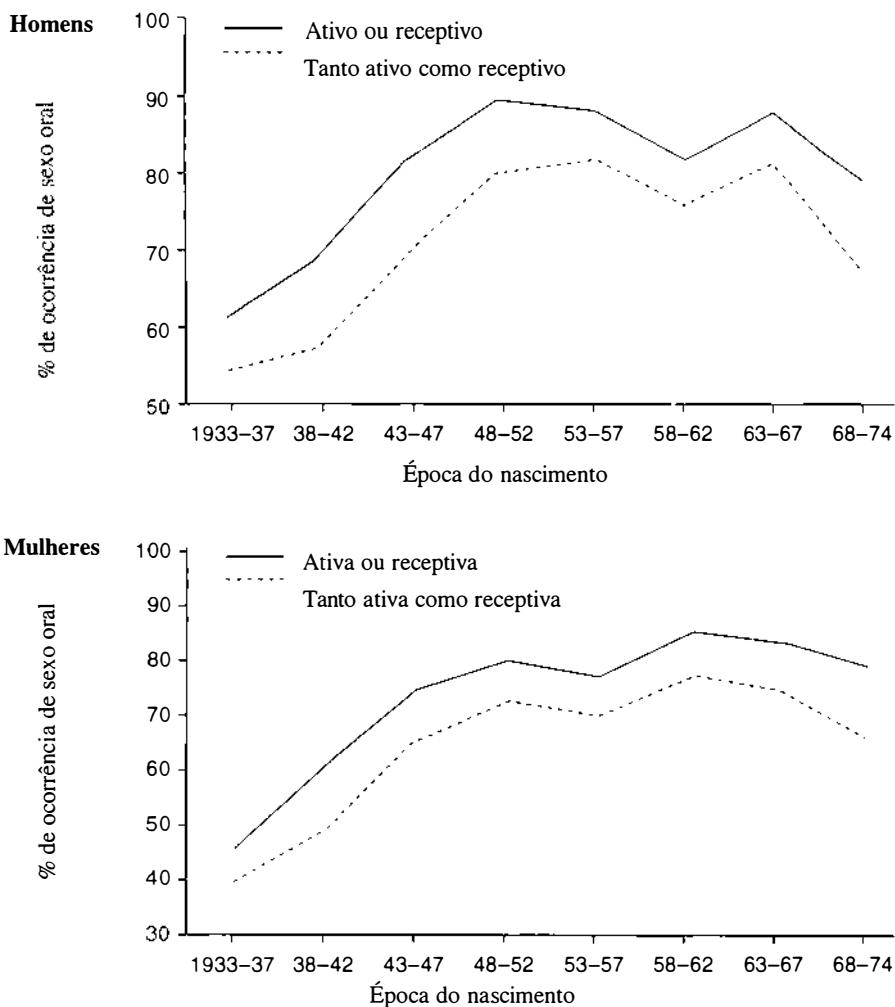


Figura 4.14 Ocorrência de sexo oral no decorrer da vida, por época de nascimento: homens e mulheres

Fonte: Laumann *et al.* (1994)

tra em termos de preferência sexual normativa conforme a clássica distinção entre a sexualidade tradicional (para fins de procriação), relacional (por companheirismo), e recreativa (para fins de prazer sexual). Destacam, também, um tipo “libertário-recreativo” mais próximo das imagens de liberação sexual pop ou, nas palavras de Giddens, da “sexualidade plástica”. Ao analisarem suas amostras por principais regiões dos Estados Unidos, descobriram que 25,5% da amostra na Nova Inglaterra e 22,2% na região do Pacífico pode-

riam ser classificadas na categoria “libertária-recreativa”: esses números significam cerca de um quarto da população em algumas das áreas formadoras da maior parte das tendências culturais do país.

Um indicador significativo da crescente autonomia sexual como atividade voltada ao prazer é a prática do sexo oral que, gostaria de lembrar, é classificada como sodomia e expressamente proibida por lei em 24 estados americanos, embora o seu cumprimento seja duvidoso. A figura 4.14 apresenta a ocorrência de sexo oral por grupo estatístico, ou seja, a proporção de homens e mulheres que já praticaram cunilíngua ou felação por época de nascimento. Comentando esses dados, Laumann *et al.* afirmam que:

A tendência global revela o que podemos chamar, se não de revolução, de uma rápida mudança nas técnicas sexuais. A diferença de experiência em sexo oral ao longo da vida entre os participantes da pesquisa nascidos entre 1933 e 1942 e os nascidos após 1943 é abissal. A proporção de homens que praticaram sexo oral no decorrer de suas vidas aumenta de 62% para os nascidos entre 1933-37 para 90% entre os nascidos no período de 1948 a 1952... A evolução temporal das técnicas sexuais parece ter acompanhado as mudanças culturais ocorridas em fins da década de 50, mudanças que atingiram o ápice entre meados e fins da década seguinte, quando chegaram perto do ponto de saturação da população. Os índices mais baixos observados entre os participantes mais jovens da nossa pesquisa não significam necessariamente uma redução da prática de sexo oral; esses grupos simplesmente ainda não se dedicam a relacionamentos sexuais em que o sexo oral se tenha tornado uma prática provável, se não regular.¹⁵⁹

Com relação ao exposto, entre 75% e 80% das mulheres das últimas faixas etárias também já praticaram sexo oral e sua ocorrência entre os grupos mais jovens é maior do que entre os homens. Laumann *et al.* também reportam ampla incidência de auto-erotismo (associada a níveis elevados de atividades性uais com parceiros) e de masturbação, que não é bem uma atividade nova mas que é praticada por dois terços dos homens e mais de 40% das mulheres.

Assim, se em vez de observarmos o comportamento sexual do ponto de vista da parceria heterossexual repetitiva, adotarmos uma abordagem mais “pervertida”, notaremos que os dados revelam uma história diferente, uma história de consumismo, experimentação e erotismo no processo de deserção do quarto conjugal e de procura de novas formas de expressão, embora, ao mesmo tempo, os cuidados para evitar a AIDS tenham sido intensificados. Como esses novos modelos de comportamento são mais visíveis entre os grupos mais jovens e nas cidades que definem as tendências, sinto-me seguro ao

vaticinar que se, quando, e onde a epidemia da AIDS estiver sob controle, haverá uma, duas, três, muitas Sodomas surgindo das fantasias liberadas pela crise do patriarcalismo e estimuladas pela cultura do narcisismo. Em tais condições, como sugerido por Giddens, a sexualidade torna-se propriedade do indivíduo.¹⁶⁰ Onde Foucault percebeu o prolongamento dos instrumentos do poder na questão sexualmente elaborada/interpretada, Giddens vê, e eu concordo, a luta entre o poder e a identidade nesse campo de batalha que é o corpo humano.¹⁶¹ Não se trata, necessariamente, de uma luta libertadora, pois muitas vezes o desejo surge a partir da transgressão, de modo que a “sociedade sexualmente liberada” torna-se simplesmente um supermercado de fantasias pessoais, em que as pessoas se consumirão umas às outras em vez de produzirem-se. Porém, ao assumir o corpo como princípio de identidade, longe das instituições do patriarcalismo, a multiplicidade de expressões sexuais capacita o indivíduo para a árdua (re)construção de sua personalidade.¹⁶²

Personalidades flexíveis em um mundo pós-patriarcal

As novas gerações estão sendo socializadas fora do padrão tradicional da família patriarcal e expostas, já na infância, à necessidade de adaptarem-se a ambientes estranhos e aos diferentes papéis exercidos pelos adultos. Em termos sociológicos, o novo processo de socialização restringe de certo modo as normas institucionais da família patriarcal e diversifica os papéis exercidos pelos seus membros. Em seu exame perspicaz dessa questão, Hage e Powers constatam que, como resultado desses processos, novas personalidades vêm à tona, mais complexas, menos seguras de si, porém mais capazes de adaptarem-se aos papéis em mudança constante dentro dos contextos sociais, uma vez que seus mecanismos de adaptação são acionados por novas experiências desde a mais tenra idade.¹⁶³ A crescente individualização dos relacionamentos internos da família tende a enfatizar a importância das exigências pessoais para além das regras institucionais. A sexualidade, portanto, torna-se, em relação aos valores sociais, uma necessidade pessoal que não precisa ser canalizada e institucionalizada no seio da família. Com a maioria da população adulta e um terço das crianças vivendo fora dos limites da família nuclear tradicional, e com o constante crescimento dessas duas proporções, a construção do desejo se dá cada vez mais nas relações interpessoais fora do contexto da família tradicional: torna-se uma expressão do eu. A socialização de adolescentes sob esses novos padrões culturais conduz a patamares de liberdade sexual mais elevados do que

os atingidos pelas gerações anteriores, incluindo aquelas que viveram nos libertários anos 60, apesar da ameaça representada pela epidemia da AIDS.

Vimos que a revolta das mulheres contra sua condição, induzida e permitida pela sua entrada maciça na força de trabalho informacional, e os movimentos sociais de identidade sexual passaram a questionar a família de núcleo patriarcal. Essa crise tomou a forma de uma separação cada vez maior entre as diferentes dimensões antes mantidas unidas sob a mesma instituição: relações interpessoais entre o casal; o trabalho de cada membro da família; a associação econômica entre os membros da família; a realização do trabalho doméstico: a criação dos filhos; sexualidade; apoio emocional. A dificuldade em ter de lidar com todos esses papéis ao mesmo tempo, quando não mais se encontram fixados em uma estrutura formal institucionalizada como a família patriarcal, explica a dificuldade em manter-se relacionamentos sociais estáveis dentro de um lar cuja base é a família. Para que as famílias possam sobreviver, é necessário que se estabeleçam novas formas institucionalizadas de relacionamento social de acordo com as modificações ocorridas no relacionamento entre os gêneros.

Ao mesmo tempo, a mudança tecnológica ocorrida na reprodução biológica permite dissociar a reprodução da espécie das funções sociais e pessoais da família. A possibilidade de reprodução *in vitro*, bancos de esperma, barrigas de aluguel, bebês projetados geneticamente, abrem toda uma área de experimentos sociais que a sociedade tentará reprimir a todo o custo por causa da potencial ameaça às nossas estruturas morais e legais. E, no entanto, o próprio fato de que é possível às mulheres terem filhos sem ao menos conhecerem o pai, ou que homens, mesmo depois de mortos, possam usar barrigas de aluguel para gerarem seus filhos, rompe a relação fundamental entre biologia e sociedade na reprodução da espécie humana, separando a socialização do ato de gerar filhos. Sob tais condições históricas, famílias e estilos de vida passam por processos de redefinição ainda obscuros.

Como a família e a sexualidade são fatores determinantes dos sistemas da personalidade, o questionamento das estruturas familiares conhecidas, e a revelação da sexualidade projetada pessoalmente, criam a possibilidade de novos tipos de personalidade que mal começamos a perceber. Segundo Hage e Powers, a principal habilidade necessária para corresponder como indivíduos às mudanças que estão ocorrendo na sociedade é a de dedicar-se à “definição de um papel”, que consideram como “o microprocesso vital da sociedade pós-industrial”.¹⁶⁴ Embora eu concorde plenamente com essa análise extremamente perceptiva, acrescentarei uma hipótese complementar para o entendimento

dos sistemas de personalidade emergentes. Leal às minhas inclinações psicanalíticas, penso que o reconhecimento franco do desejo pessoal, insinuado na cultura emergente de nossa sociedade, conduzirá à mesma aberração que a institucionalização do desejo. Como o desejo costuma, com freqüência, ser associado à transgressão, o reconhecimento da sexualidade fora da família produziria uma tensão social extrema. Isso porque, enquanto a transgressão era meramente uma expressão da sexualidade manifestada fora dos limites da família, a sociedade conseguia lidar facilmente com ela, canalizando-as por meio de situações codificadas e contextos organizados, como prostituição, homossexualidade reservada, ou assédio sexual admitido: era esse o mundo da sexualidade que Foucault considerava normal. Agora tudo isso mudou. Se a família patriarcal já não mais se encontra aqui para ser traída, a transgressão terá de ser um ato individual contra a sociedade. A função de pára-choque exercida pela família não existe mais, o que abre caminho para a expressão do desejo na forma de violência inútil. Por mais bem-vindo que seja como agente liberador, o colapso da família patriarcal (a única em existência historicamente) está se rendendo à normalização da sexualidade (filmes pornô passados na televisão durante o horário nobre) e a propagação da violência irracional por toda a sociedade por becos escuros do desejo selvagem, ou seja, a perversão.

A liberação com relação à família leva ao confronto do eu com a opressão infligida a si próprio. A fuga em direção a uma sociedade aberta e em rede levará à ansiedade individual e à violência social, até que novas formas de coexistência e responsabilidade compartilhada sejam encontradas, unindo homens, mulheres e crianças na família reconstruída, isto é, uma família formada em condições de igualdade, mais adequada a mulheres liberadas, crianças bem informadas e homens indecisos.

Será o fim do patriarcalismo?

As lutas contínuas internas do patriarcalismo e em torno dele não permitem antever claramente o horizonte histórico. Repito mais uma vez que na História não há direcionamento predeterminado. Não estamos marchando em triunfo pelas avenidas da nossa liberação e, se imaginamos que estamos, faríamos melhor se observássemos para onde esses caminhos gloriosos conduzem. A vida passa pela vida sem qualquer senso de direção e, sabemos bem, é cheia de surpresas. A restauração fundamentalista, colocando novamente o patriarcalismo sob a proteção da lei divina, pode muito bem reverter o processo de corrosão da

família patriarcal, induzido acidentalmente pelo capitalismo informacional e perseguido intencionalmente pelos movimentos sociais culturais. A reação causada pela intolerância aos homossexuais poderá revogar o reconhecimento dos seus direitos, conforme evidenciado pela votação maciça no Congresso dos Estados Unidos em julho de 1996, que declarou ser a heterossexualidade um pré-requisito para o casamento legal. Além disso, o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem, apesar dos sintomas de crise que procurei salientar neste capítulo. Entretanto, a própria intensidade das reações em defesa do patriarcalismo, como o observado no movimento religioso fundamentalista cuja força vem crescendo em vários países, é sinal da intensidade dos desafios antipatriarcais. Valores antes considerados eternos, naturais, e até mesmo de inspiração divina, agora precisam ser defendidos à força nas trincheiras de seu último bastião e perdem legitimidade nas mentes das pessoas.

A habilidade, ou inabilidade, dos movimentos sociais feministas e de afirmação da identidade sexual para institucionalizar seus valores dependerá, essencialmente, de suas relações com o Estado, sempre o último refúgio do patriarcalismo ao longo da História. No entanto, as fortes exigências dos movimentos sociais, seus ataques às instituições de dominação em suas próprias raízes, ocorrem exatamente no momento em que o próprio Estado se encontra envolvido em uma crise estrutural desencadeada pela contradição entre a globalização do seu futuro e a identificação do seu passado.

Notas

1. Akhmatova (1985:84).
2. Rowbotham (1974).
3. Castells (1983).
4. Mitchell (1966).
5. Saltzman-Chafetz (1995).
6. Em 1995, a taxa de natalidade na União Européia foi a mais baixa em tempos de paz ocorrida no século XX: o número de nascimentos foi superior ao de óbitos em apenas 290 mil. Na Alemanha e na Itália o número de óbitos foi maior do que o de nascimentos. A população da Europa Oriental decresceu mais ainda, principalmente na Rússia (*The Economist*, 19 de novembro de 1996).
7. Stacey (1990).

8. Ver Nações Unidas (1970-95, 1995); Saboulin e Thave (1993); Valdes e Gomariz (1993); Cho e Yada (1994); OECD (1994b); Alberdi (1995); Bruce *et al.* (1995); De Vos (1995); Mason e Jensen (1995).
9. Bruce *et al.* (1995).
10. Bruce *et al.* (1995).
11. Alberdi (1995).
12. Goode (1993).
13. Blossfeld (1995).
14. Alberdi (1995).
15. Nações Unidas (1991).
16. Alberdi (1995); Bruce *et al.* (1995).
17. Alberdi (1995).
18. Leal *et al.* (1996).
19. Tsuya e Mason (1995).
20. Cabre (1990); Cabre e Domingo (1992).
21. Alberdi (1995).
22. Pinelli (1995: 88).
23. Leal *et al.* (1996).
24. Tsuya e Mason (1995).
25. Gelb e Lief-Palley (1994).
26. Kahne e Giele (1992); Mason e Jensen (1995).
27. Nações Unidas (1995).
28. Kahne e Giele (1992); Rubin e Riney (1994).
29. Ver Blumstein e Schwartz (1983); Cobble (1993); OCDE (1993-95, 1994a, b, 1995); Mason e Jensen (1995); Nações Unidas (1995).
30. Nações Unidas (1991).
31. Salaff (1981, 1988).
32. Standing (1990).
33. Portes *et al.* (1989).
34. Spitz (1988); Kahne e Giele (1992); OCDE (1994b).
35. Salaff (1981).
36. Nações Unidas (1991).
37. Cobble (1993).
38. Kim (1993).
39. Nações Unidas (1995).

40. Susser (no prelo).
41. Thurman e Trah (1990); Duffy e Pupo (1992).
42. Michelson (1985).
43. Servon e Castells (1996).
44. Rowbotham (1974, 1992); Kolodny (1984); Spivak (1990); Massolo (1992).
45. Mansbridge (1995: 29).
46. Butler (1990); Chodorow (1994); Whittier (1995).
47. Mansbridge (1995:29).
48. Para obter excelente análise da evolução e transformação do *movimento* feminista americano nas três últimas décadas, ver Whittier (1995); para obter uma visão geral das *organizações* feministas na América ver Ferree e Martin (1995); para obter uma coleção bem-organizada e comentada do *discurso* feminista americano a partir dos anos 60, ver Schneir (1994). Outras fontes utilizadas em minha análise são citadas especificamente no texto.
49. Rupp e Taylor (1987).
50. Barnett (1995).
51. Evans (1979).
52. Reproduzido na obra de Schneir (1994: 96).
53. Reproduzido na obra de Schneir (1994: 127).
54. Ver Strobel (1995) para obter análise da ascensão e queda de uma das mais dinâmicas e influentes organizações feministas socialistas, a *Chicago Women's Liberation Union (CWLU)*.
55. Ferree e Hess (1994); Ferree e Martin (1995); Mansbridge (1995); Spalter-Roth e Schreiber (1995); Whittier (1995).
56. Eisenstein (1981/1993).
57. Whittier (1995).
58. Spalter-Roth e Schreiber (1995: 106-8).
59. Spalter-Roth e Schreiber (1995: 119).
60. Whittier (1995: 254-6).
61. Buechler (1990); Staggenborg (1991); Ferree e Hess (1994); Ferree e Martin (1995).
62. Faludi (1991); Schneir (1994).
63. Whittier (1995: 243).
64. Whittier (1995: 239)
65. Morgen (1988); Matthews (1989); Blum (1991); Barnett (1995); Pardo (1995).
66. Stacey (1990); Whittier (1995).
67. Whittier (1995: 23-4).
68. Brown (1992); Campbell (1992); Griffin (1995); Hester *et al.* (1995).
69. Griffin (1995: 4).

70. Funk e Mueller (1993).
71. Gelb e Lief-Palley (1994).
72. Po (1996).
73. Po (1996).
74. Kahne e Giele (1992); Massolo (1992); Grupo Feminista Caipora (1993); Jaquette (1994); Kuppers (1994); Blumberg *et al.* (1995).
75. Leite Cardoso (1983); Gohn (1991); Espinosa e Useche (1992); Massolo (1992).
76. Massolo (1992: 338); traduzido para o inglês por Castells.
77. Rowbotham (1989).
78. Rowbotham (1989: 81).
79. Meu entendimento do feminismo espanhol é fruto de observação e experiência pessoais e diretas, assim como de conversas com muitas mulheres que tiveram papel significativo no movimento. Quero agradecer às mulheres com as quais eu mais aprendi, particularmente Marina Subirats, Françoise Sabbah, Marisa Goñi, Matilde Fernandez, Carlota Bustelo, Carmen Martinez-Ten, Cristina Alberdi e Carmen Romero. Obviamente, a responsabilidade pelas análises e informações aqui apresentadas é exclusivamente minha.
80. Alonso Zaldivar e Castells (1992).
81. Meu entendimento do movimento feminista italiano resulta, em grande parte, de minha amizade e conversações mantidas com Laura Balbo, assim como de observação pessoal de movimentos sociais em Milão, Turim, Veneza, Roma e Nápoles durante toda a década de 70. Para obter análises mais recentes, ver a excelente visão geral do movimento apresentada por Bianca Beccalli (1994). Para obter informações sobre a formação do movimento e seu desenvolvimento durante os anos 70, consulte Ergas (1985) e Birnbaum (1986).
82. Beccalli (1994: 109).
83. Beccalli (1994: 86).
84. Ao avaliar os principais temas do movimento feminista, não poderei fazer justiça à riqueza do debate feminista, nem conseguirei pesquisar, mesmo se soubesse como, toda a extensão das teorias e posições disponíveis para a compreensão das fontes de opressão da mulher e dos caminhos da liberação. Meu sumário analítico aqui visa ao objetivo teórico deste livro: interpretar a interação entre os movimentos sociais que reivindicam a primazia da identidade e a sociedade em rede como sendo a nova estrutura da dominação na era da informação. Se essa renúncia soa como defensiva, é porque realmente é.
85. Irigaray (1984/1993: 7).
86. Fuss (1989: 2).
87. Irigaray (1977/1985: 210).
88. Irigaray (1977/ 1985:215-17).
89. Irigaray (1977/1985: 164).

90. Fuss (1989).
91. Beccalli (1994).
92. Merchant (1980).
93. Spretnak (1982); Epstein (1991).
94. Beccalli (1994).
95. Delphy (1984); Wittig (1992).
96. Rich (1980/1993).
97. Reproduzido na obra de Schneir (1994: 162).
98. Wittig (1992: 13-20); grifado por Castells.
99. Griffin (1995: 79).
100. Whittier (1995); Jarrett-Macauley (1996).
101. hooks (1989:161)
102. Esta questão tem sido bastante debatida por historiadoras feministas. O que classifico como “feminismo prático” assemelha-se ao que tais historiadoras denominam de “feminismo social”; ver Offen (1988); Cott (1989).
103. Espinosa e Useche (1992: 48); traduzido para o inglês por Castells.
104. A análise ora apresentada não inclui o estudo das *questões e valores* gays e lesbianos, nem de sua relação com as instituições sociais. Ela enfoca os *movimentos* gay e lesbiano e seu impacto no patriarcalismo pela liberação sexual. Para ser mais específico, apresentarei dois estudos de caso, um para cada movimento. Discutirei, por um lado, o surgimento de um grande movimento lesbiano em Taipé nos anos 90, e sua interação com o movimento feminista e com o movimento gay. Trata-se de um esforço deliberado de minha parte para afastar-me um pouco dos cenários de liberação lesbiana nos Estados Unidos e na Europa Ocidental e enfatizar a crescente influência do lesbianismo em culturas fortemente patriarcais, como a chinesa. Por outro lado, farei uma análise sucinta da formação e desenvolvimento da comunidade gay em São Francisco, provavelmente uma das mais influentes e visíveis das comunidades e movimentos gays em todo o mundo. Minha apresentação do movimento lesbiano em Taipé baseia-se principalmente em um excelente estudo realizado por uma aluna minha no curso de doutorado em Berkeley, Lan-chih Po, que é também militante ativa do movimento feminista de Taipé (Po, 1996). Para melhor entendimento do cenário de Taipé utilizei, além do meu conhecimento pessoal, minhas relações em Taiwan. Registro aqui meu agradecimento a You-tien Hsing e Chu-joe Hsia. Com relação a São Francisco, utilizei meu estudo de campo realizado no início dos anos 80 com a colaboração de Karen Murphy (Castells e Murphy, 1982; Castells, 1983: 138-72), acrescentando observações sobre acontecimentos recentes. Não cabe aqui uma análise da extensa literatura sobre questões gays e lesbianas. Para ter uma visão acadêmica da bibliografia em inglês, ver a excelente obra *Lesbian and Gay Studies Reader*, editada por Abelove *et al.* (1993).
105. Foucault (1976, 1984a, b).
106. Halperin *et al.* (1990).

107. Rich (1980 /1993: 230).
108. D'Emilio (1983).
109. Minha análise do movimento lesbiano de Taipé segue o estudo realizado por Lan-chih Po (1996). Além de suas observações, seu trabalho baseia-se nos documentos (escritos em chinês) de uma Conferência sobre “Novos Mapas do Desejo: Literatura, Cultura, e Orientação Sexual” realizada em 20 de abril de 1996 na Universidade Nacional de Taiwan, Taipé, e na edição especial da revista *Awakening* (1995: nº 158-61) sobre as relações entre o feminismo e o lesbianismo.
110. Po (1996: 20).
111. Sobre fontes de consulta e métodos utilizados no meu estudo sobre a comunidade gay de São Francisco, ver Castells (1983), em particular o Anexo Metodológico, pp. 355-62
112. Levine (1979).
113. Para obter informações sobre o relacionamento entre o movimento gay, a luta contra a AIDS e as reações da sociedade, ver Coates *et al.* (1988); Mass (1990); Heller (1992); Price e Hsu (1992); Herek e Greene (1995); Lloyd e Kuselewicz (1995).
114. Castells (1992c).
115. Os dados apresentados nesta seção foram obtidos do Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos e de *The World Almanac and Book of Facts* (1996), exceto se houver outra indicação. Os dados foram retirados das seguintes publicações do Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos: *US Department of Commerce, Economics and Statistics Administration, Bureau of the Census* (1989, 1991, 1992a-d).
116. Stacey (1990: 28).
117. Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos (1994).
118. Buss (1994: 168).
119. Reigot e Spina (1996: 238).
120. Reigot e Spina (1996).
121. Coleman e Ganong (1993: 113).
122. Farnsworth Riche (1996).
123. Susser (1991).
124. Gonsioreck e Weinrich (1991). O limiar de 10% de homossexualidade da população em geral é um mito demográfico inspirado pela leitura superficial do Relatório Kinsey, que já tem cinquenta anos (e que, na verdade, referia-se a homens brancos norte-americanos). Conforme exposto por Laumann *et al.* (1994), com o apoio de forte base empírica, não há uma fronteira clara da homossexualidade que possa ser relacionada a um impulso biológico distinto. O alcance do comportamento homossexual, em suas diversas manifestações, evolui de acordo com normas culturais e contextos sociais. Para mais informações sobre o assunto, ver Laumann *et al.* (1994: 283-320).
125. Reigot e Spina (1996: 116).

126. Masnick e Ardle (1994); Masnick e Kim (1995).
127. De acordo com dados citados por Ehrenreich (1983: 20), em 1957, 53% dos norte-americanos pensavam que pessoas solteiras eram “doentes”, “imorais”, ou “neuróticas”, e apenas 37% as viam com “neutralidade”. Em 1976, apenas 33% tinham atitudes negativas com relação a quem não se casava e 15% aprovavam pessoas que permaneciam solteiras.
128. Stacey (1990); Susser (1991, 1996); Reigot e Spina (1996); consulte também Bartholet (1990); Gonsioreck e Weinrich (1991); Brubaker (1993); Rubin e Riney (1994); Fitzpatrick e Vangelisti (1995).
129. Stacey (1990: 16).
130. Reigot e Spina (1996).
131. Citado em Stacey (1990: 254).
132. Coleman e Ganong (1993); Reigot e Spina (1996); Susser (1996).
133. Stacey (1990: 269).
134. Coleman e Ganong (1993: 127).
135. Chodorow (1989, 1994).
136. Chodorow (1978: 7).
137. Chodorow (1978: 191).
138. Adrienne Rich (1980) criticou Chodorow por não ter enfatizado a potencial tendência lésbica de muitas mulheres, conforme sua teoria. No meu ponto de vista, essa crítica é injusta, uma vez que o “*continuum* lesbiano” de Rich ocorre no contexto da heterossexualidade institucionalizada. O que Chodorow explica é de que forma o ininterrupto elo mãe/filha é canalizado para as instituições do casamento heterosexual, do qual esse próprio elo se origina. É essencial que o psicanalista, assim como o sociólogo, mantenham a devida distância entre a análise e a advocacia.
139. Chodorow (1978: 192-3).
140. É claro que a literatura mundial, assim como nossa experiência pessoal, está repleta de exemplos de mulheres que abandonam tudo por causa do amor. Penso, porém, que isso não passa de uma manifestação do domínio ideológico exercido pelo modelo patriarcal e que raramente resiste à experiência real do relacionamento. Por isso representa material tão bom para romances!
141. Buss (1994).
142. Chodorow (1978: 201).
143. Chodorow (1978: 203).
144. Chodorow (1978: 207).
145. Chodorow (1978: 209).
146. Chodorow (1994: 71).
147. Chodorow (1989: 107).

148. Devo lembrar ao leitor que Chodorow é, antes de mais nada, uma psicanalista que desenvolve sua teoria *com base em evidências clínicas*. Portanto, esta utilização de sua cautelosa abordagem psicanalítica para tecer minhas impetuosas generalizações sociológicas ultrapassa as fronteiras normalmente exploradas pela autora e é feita, naturalmente, sob minha exclusiva responsabilidade.
149. Ehrenreich (1983).
150. Ehrenreich (1983); Astrachan (1986); Keen (1991).
151. Ehrenreich (1983).
152. *Peña* é uma instituição medieval espanhola, originalmente restrita aos homens e ainda hoje controlada por eles, que costumava reunir/reúne os jovens da aldeia ou arredores para preparar as festividades religiosas/folclóricas anuais. Serve como uma rede socializadora em que todos se reúnem para beber e se divertir. Entre as *peñas* mais famosas, as de São Firmino, em Pamplona, merecem destaque. A palavra *peña* significa rocha sólida. As *peñas* representam a solidez dos vínculos masculinos.
153. Shapiro *et al.* (1995).
154. Susser (1996).
155. Giddens (1992: 154-5).
156. Buss (1994).
157. Laumann *et al.* (1994).
158. Laumann *et al.* (1994: 116).
159. Laumann *et al.* (1994: 103-4); grafado em itálico por Castells.
160. Giddens (1992: 175).
161. Giddens (1992: 31).
162. Grosz (1995).
163. Hage e Powers (1992).
164. Hage e Powers (1992).

Um Estado destituído de poder?

“Uma característica específica do Estado capitalista”, escreveu Nicos Poulantzas em 1978, “é que ele absorve o tempo e o espaço sociais, estabelece as matrizes de tempo e espaço e monopoliza a organização do tempo e do espaço que se transformam, por meio da ação do Estado, em redes de dominação e poder. Deste modo, a nação moderna é um produto do Estado”.¹ Esse conceito não mais se aplica aos dias de hoje. O controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação. A apreensão do tempo histórico pelo Estado mediante a apropriação da tradição e a (re)construção da identidade nacional passou a enfrentar o desafio imposto pelas identidades múltiplas definidas por sujeitos autônomos. A tentativa de o Estado reafirmar seu poder na arena global pelo desenvolvimento de instituições supranacionais acaba comprometendo ainda mais sua soberania. E os esforços do Estado para restaurar sua legitimidade por meio da descentralização do poder administrativo, delegando-o às esferas regionais e locais, estimulam as tendências centrífugas ao trazer os cidadãos para a órbita do governo, aumentando, porém, a indiferença destes em relação ao Estado-Nação. Assim, enquanto o capitalismo global prospera e as ideologias nacionalistas demonstram seu vigor em todo o mundo, o Estado-Nação, cuja formação está historicamente situada na Idade Moderna, parece estar perdendo seu poder, mas não — e essa distinção é essencial — *sua influência*.² No presente capítulo, procurarei explicar as razões e analisar as possíveis consequências dessa tendência fundamental. Tomarei por base exemplos de Estados-Nação em vários países no intuito de destacar que estamos observando um fenômeno sistêmico e global, embora se manifeste sob as mais diversas formas. De fato, o crescente desafio à soberania dos Estados em todo o mundo parece advir da incapacidade de o Estado-Nação moderno navegar por águas tempestuosas e desconhecidas entre o poder das redes globais e o desafio imposto por identidades singulares.³

A globalização e o Estado

A capacidade instrumental do Estado-Nação está comprometida de forma decisiva pela globalização das principais atividades econômicas, pela globalização da mídia e da comunicação eletrônica e pela globalização do crime.⁴

O núcleo transnacional das economias nacionais

A interdependência dos mercados financeiro e monetário em todo o mundo, operando como um todo em tempo real, estabelece o elo de ligação entre as diferentes unidades monetárias nacionais. As transações cambiais constantes envolvendo dólares, ienes e as moedas da União Européia (euros, no futuro) fazem com que a coordenação sistêmica entre essas moedas seja a única medida capaz de manter um certo grau de estabilidade no mercado monetário, e consequentemente nos investimentos e no comércio globais. Todas as demais moedas do mundo tornaram-se ligadas, para todos os efeitos práticos, a esse triângulo de riqueza. Se a taxa de câmbio é sistematicamente interdependente, o mesmo ocorre, ou ocorrerá, com as políticas monetárias. E se as políticas monetárias são, de algum modo, harmonizadas em nível supranacional, também o são, ou serão, as taxas de juros internacionais e, em última análise, as políticas orçamentárias. A consequência disso é que os Estados-Nação tomados individualmente estão perdendo e efetivamente perderão o controle sobre componentes fundamentais de suas políticas econômicas.⁵ Na verdade, isso já aconteceu nos países em desenvolvimento nos anos 80 e nos países europeus no início dos anos 90. Barbara Stallings demonstrou de que modo as políticas econômicas dos países em desenvolvimento foram determinadas na década de 80 pelas pressões internacionais, na medida em que instituições financeiras internacionais e grandes bancos privados tomaram medidas de estabilização das economias em desenvolvimento como condição básica para o investimento e o comércio internacionais.⁶ Na União Européia, o Bundesbank já desempenha o papel de Banco Central Europeu *de facto*. Por exemplo, quando o Bundesbank aumentou as taxas de juros para controlar a inflação na Alemanha, após a decisão irresponsável do governo de estabelecer paridade entre o marco alemão-ocidental e o marco alemão-oriental durante o processo de reunificação do país, forçou uma deflação em toda a Europa, independentemente do desempenho das economias nacionais. Em 1992, o Bundesbank, no intuito de forçar a desvalorização da libra, o que acabou ocorrendo, chegou ao

ponto de deixar “vazar” para a mídia suas críticas à política monetária adotada pela Grã-Bretanha.

A política econômica do Japão é definida basicamente em função da balança comercial e da taxa de câmbio com os Estados Unidos. Quanto aos Estados Unidos, detentores da economia mais auto-suficiente do mundo, sómente puderam sustentar essa posição, apesar de um déficit comercial substancial nos anos 80, mediante o financiamento das contas públicas crescentes com empréstimos contraídos, em grande parte, a partir de fontes de recursos externos. Ao adotar essa medida, o principal problema da política econômica norte-americana nos anos 90 passou a ser a redução de um déficit orçamentário gigantesco que ameaçava se tornar o buraco negro da economia. A independência econômica norte-americana revelou-se uma ilusão, que provavelmente será dissipada no momento em que os padrões de vida refletirem a competitividade na economia global, assim que a proteção proporcionada pelos vultosos empréstimos contraídos pelo Estado, e que ficaram fora de controle durante o governo Reagan, for retirada.⁷ Poder-se-ia argumentar que o grau de autonomia para a definição da política econômica dos governos tem sido drasticamente reduzido nos anos 90, com suas políticas orçamentárias forçosamente vinculadas a dotações já comprometidas por decisões tomadas no passado, e à grande mobilidade de capital vivenciada no presente, que tende a aumentar ainda mais no futuro.⁸

A dificuldade cada vez maior do controle exercido pelos governos sobre a economia (tendência vista com entusiasmo por alguns economistas) é acen-tuada pela crescente transnacionalização da produção, não apenas pelo impacto causado pelas empresas multinacionais, mas principalmente pelas redes integradas de produção e comércio dessas empresas.⁹ A consequência é a capacidade cada vez mais reduzida de os governos assegurarem em seus próprios territórios a base produtiva para a geração de receita. À medida que as empresas e indivíduos com grandes fortunas vão descobrindo paraísos fiscais em todo o mundo, e a contabilização do valor agregado em um sistema internacional de produção se torna cada vez mais onerosa, surge uma nova crise fiscal no Estado, expressão de uma contradição crescente entre a internaciona-lização do investimento, produção e consumo, por um lado, e a base nacional dos sistemas tributários, por outro.¹⁰ Será por acaso que os países mais ricos do mundo, em termos de renda *per capita*, são Luxemburgo e Suíça? É bem pro-vável que um dos últimos bastiões do Estado-Nação esteja sendo disputado no ciberespaço contábil entre autoridades fiscais diligentes e advogados transna-cionais altamente qualificados.

Avaliação estatística da nova crise fiscal do Estado na economia global

Nesse ponto da presente análise, parece-me interessante examinar a evolução das finanças dos governos em tempos de franca globalização das economias nacionais entre 1980 e o início dos anos 90. A fim de delimitar o grau de complexidade da análise, selecionei seis países: as três maiores economias de mercado do mundo (EUA, Japão e Alemanha); a mais aberta das maiores economias européias (Reino Unido); outro país europeu, a Espanha, que, embora sustente a posição de oitava maior economia de mercado do mundo, encontra-se em um nível de desenvolvimento econômico/tecnológico inferior ao dos países do G-7; e uma das mais importantes economias do mundo recentemente industrializado, a Índia. Com base nos dados estatísticos compilados e analisados por Sandra Moog, as tabelas 5.1 e 5.2 foram elaboradas com o objetivo de fornecer uma visão geral sobre alguns dos principais indicadores da atividade econômico-financeira dos governos, relativa ao processo de internacionalização das economias. Não me estenderei em um estudo detalhado desses dados. Ao invés disso, utilizarei essas tabelas para ampliar e tornar mais específica minha argumentação sobre o Estado e a globalização apresentada nas páginas anteriores.

Primeiramente, examinemos o grupo dos quatro países (EUA, Reino Unido, Alemanha e Espanha) que, de modo geral, parecem comportar-se de acordo com características semelhantes, embora apresentem diferenças que serão destacadas mais adiante. Os gastos públicos desses países aumentaram, e atualmente representam de 25 a 40% do PIB. O funcionalismo público teve seus quadros reduzidos. A parcela de consumo do setor público diminuiu nos três primeiros países do grupo, tendo aumentado na Espanha. A percentagem de formação de capital do governo aumentou nos EUA e diminuiu na Alemanha. A receita tributária do governo central diminuiu nos EUA e aumentou nos demais países, notadamente na Espanha. O déficit público cresceu, principalmente nos EUA e na Alemanha. A dívida pública diminuiu no Reino Unido, embora corresponda ainda a cerca de 34% do PIB, apresentando grande crescimento na Espanha, Alemanha e EUA, onde representava 52,2% do PIB em 1992. O financiamento do déficit público obrigou os quatro países a aumentar, em alguns casos de forma substancial, seu grau de dependência de dívidas e empréstimos externos. Os índices de dívida externa e empréstimos líquidos contraídos pelos governos em relação

Tabela 5.1 Internacionalização da economia e das finanças públicas: índices de variação, 1980-93 (e índices de 1993, salvo outras indicações)

	<i>Estados Unidos</i>	<i>Reino Unido</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Japão</i>	<i>Espanha</i>	<i>Índia</i>
Dívida externa/PIB (%)	104,2 (9,8)	31,8 (5,8/1992)	538,5 (p) (16,6) (p)	0,0 (0,3/1990)	1.066,7 (10,5)	-25,3 (5,9)
Dívida externa/reservas monetárias (%)	20,1 (998,6)	44,7 (168,1/1992)	325,3 (p) (368,4) (p)	9,9 (12,2/1990)	674,5 (121,6)	-16,5 (149,4)
Dívida externa/exportações (%)	133,0 (134,0)	50,5 (32,2/1992)	590,8 (p) (75,3) (p)	9,5 (2,3/1990) (75,7)	795,5 (79,7)	-55,6 (70,7)
Dívida pública externa/gastos públicos (%)	92,2 (41,7)	17,5 (13,5/1992)	423,5 (p) (44,5) (p)	- (36,4)	586,8 (36,4)	-40,7 (35,4)
Empréstimos líquidos de fontes externas contraídos pelo governo/gastos públicos (%)	203,0 (6,12)	787,5 (14,2/1992)	223,4 (p) (15,2) (p)	- -	- -	10,3 (4,3)
Investimento direto no exterior/investimentos internos (%)	52,8 (5,5)	44,4 (17,9)	52,2 (3,5)	57,1 (1,1)	183,3 -	-
Investimento estrangeiro direto/investimentos internos (%)	-35,5 (2,0)	-8,9 (10,2)	-50,0 (0,1)	- (8,6)	(2,8) 236,7	- -

(p) dados preliminares.

Nota.: Para números e maiores informações sobre as fontes e métodos de cálculo, consulte o Apêndice Metodológico.

Fontes: Dados compilados e organizados por Sandra Moog a partir das seguintes fontes: *Government Finance Statistics Yearbook*, vol. 18 (Washington DC: FMI, 1994); *International Financial Statistics Yearbook*, vol. 48 (Washington DC: FMI, 1995); *The Europa World Yearbook* (London: Europa Publications, 1982, 1985, 1995); *National Accounts: Detailed Tables, 1980-1992*, vol. 2 (Paris: OCDE, 1994); *OECD Economic Outlook*, vol. 58 (Paris: OCDE, 1995); *World Tables, 1994* (The World Bank, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994).

Tabela 5.2 Papel do governo na economia e finanças públicas: índices de variação, 1980-92 (e índices de 1992, salvo outras indicações)

	<i>Estados Unidos</i>	<i>Reino Unido</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Japão</i>	<i>Espanha</i>	<i>Índia</i>
Gastos públicos/PIB (%)	9,1 (24,0)	13,1 (43,2)	19,7 (34,6)	— (25,1)	49,4 (17,2) (p)	29,3 (p)
Receita tributária do governo central/PIB (%)	-15,6 (10,8)	8,0 (27,0)	11,6 (p) (13,5) (p)	18,2 44,4 (2,6) (1,5/1990)	64,2 -78,6 (1,5/1990) 30,1	17,3 (p) (11,2) (p) 20,0 (p) (4,3) 16,2 (4,3) 160,8 28,2 (p)
Déficit orçamentário/PIB (%)	42,9 (4,8)	8,7 (5,0)	— (2,6)	— (1,5/1990)	— (39,9)	— (52,8) (p)
Dívida pública/PIB (%)	91,9 (52,2)	-26,0 (34,1)	78,1 (28,5)	— -0,6 (53,2/1990)	— -20,9 (7,2)	— — — — — —
Funcionalismo público/total de empregos (%)	-4,7 (16,2)	-3,1 (22,2)	— (16,4)	— (27,9)	— — — — — —	— — — — — —
Formação de capital do governo/formação de capital fixo bruto (%)	21,2 (16,0)	— —	— (27,9)	— —	— — — — — —	— — — — — —
Consumo do setor público/consumo privado (%)	-6,9 (27,2)	-2,7 (32,7)	— (16,3)	-8,1 66,3 (26,9)	— 33,8 (19,0) (p)	40,2 (p)

(p) dados preliminares.

Nota.. Para números e maiores informações sobre as fontes e métodos de cálculo, consulte o Apêndice Metodológico.

Fones: Dados compilados e organizados por Sandra Moog a partir das seguintes fontes: *Government Finance Statistics Yearbook*, vol. 18 (Washington DC: FMI, 1994); *International Financial Statistics Yearbook*, vol. 48 (Washington DC: FMI, 1995); *The Europa World Yearbook* (London: Europa Publications, 1982, 1985, 1995); *National Accounts: Detailed Tables, 1980-1992*, vol. 2 (Paris: OCDE, 1994); *OECD Economic Outlook*, vol. 58 (Paris: OCDE, 1995); *World Tables, 1994* (The World Bank, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994).

ao PIB, às reservas monetárias dos bancos centrais, aos gastos públicos e às exportações demonstram, em linhas gerais, *uma dependência crescente dos governos em relação aos mercados de capital globais*. Assim, no caso dos Estados Unidos, a dívida externa em relação ao PIB duplicou entre 1980 e 1993; em relação às reservas monetárias, apresentou um aumento de 20% e, em 1993, correspondia a quase 10 vezes o total das reservas monetárias; em relação às exportações, teve um aumento de 133%; e em relação aos gastos públicos, praticamente dobrou, atingindo 41,7% do total dos gastos. Quanto aos empréstimos líquidos de fontes externas contraídos pelo governo dos Estados Unidos, o aumento nos últimos 14 anos foi de assustadores 456%, o que provocou um aumento de 203% no índice em relação aos gastos públicos, atingindo cerca de 6% do total dos gastos públicos. Considerando que os investimentos diretos norte-americanos no exterior, proporcionalmente aos investimentos internos, aumentaram 52,8%, enquanto o ingresso de investimentos estrangeiros diretos no país, também em proporção aos investimentos internos norte-americanos, sofreram redução de 35,5%, pode-se depreender que o governo federal dos EUA tem-se tornado bastante dependente dos mercados de capital globais e dos empréstimos externos.

A história é um pouco diferente nos casos do Reino Unido, Alemanha e Espanha, porém as tendências são semelhantes. É importante observar que, enquanto o Reino Unido parece ter uma dependência menor, a Alemanha apresenta um grau de dependência do capital externo cada vez maior, crescendo em ritmo bem mais acelerado que o verificado nos Estados Unidos, conforme demonstram diversos indicadores: dívida pública externa sobre o PIB (aumento de 538,5%), sobre reservas monetárias (aumento de 325,3%) e sobre exportações (aumento de 590,8%). O volume de empréstimos líquidos externos contraídos pelo governo alemão em 1993 atingiu níveis correspondentes a mais de 15% do total dos gastos públicos, e sua dívida externa equivale a 44,5% dos gastos públicos, em ambos os casos uma percentagem superior à dos Estados Unidos. Dessa forma, apesar dos excelentes resultados das exportações do país na década de 80, a Alemanha, ao contrário do Japão, fez com que o nível de dependência internacional de seu Estado nacional aumentasse substancialmente.

Curiosamente, a Índia, embora tenha aumentado o volume de gastos públicos, consumo e endividamento, parece ser bem menos dependente do fator dívida externa. Na verdade, todos os seus indicadores de dependência financeira demonstram um crescimento negativo no período, à exceção do índice de empréstimo externo do governo sobre os gastos públicos, que ainda vem se mantendo em níveis moderados. Um sensível aumento na participação

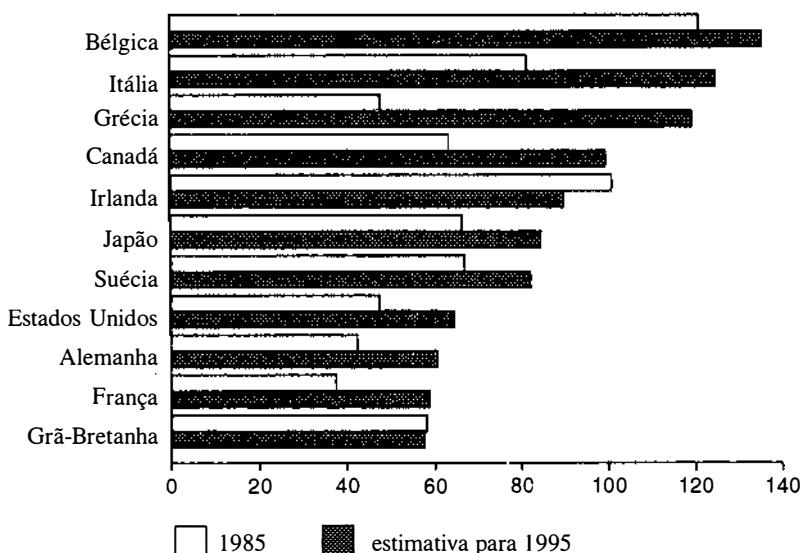


Figura 5.1 Passivo financeiro bruto do governo (% do PIB)

Fonte: OCDE, elaborado por *The Economist* (20 de janeiro de 1996)

da receita tributária no PIB pode ser apontado apenas como parte da explicação, complementada principalmente pela grande aceleração da taxa de crescimento econômico da Índia durante a última década. Vale lembrar, contudo, que, embora o índice de variação dos indicadores da dependência financeira do governo na Índia tenha sido negativo no período, o grau de dependência ainda continua bastante elevado (a dívida externa pública representa mais de 70% das exportações e quase 150% das reservas monetárias).

A exemplo do que ocorre normalmente, o caso do Japão é diferente. O governo japonês não foi afetado pelo volume de empréstimos externos nos anos 80. Seu déficit orçamentário sobre o PIB é, de longe, o mais baixo, apresentando um decréscimo substancial durante o período 1980-93. Por outro lado, o consumo do setor público aumentou, tendo o mesmo acontecido com a dívida pública, e o Japão apresentou um índice bastante semelhante ao dos EUA na relação dívida pública/PIB (mais de 50%). Esses dados indicam que as finanças do governo japonês, ao contrário dos demais países, dependem basicamente dos empréstimos internos. Isso também reflete a maior competitividade da economia japonesa e os superávits consideráveis da balança comercial e de pagamentos acumulados pelo país. Assim, o Estado japonês tem uma autonomia bem maior que a de outros Estados em comparação ao

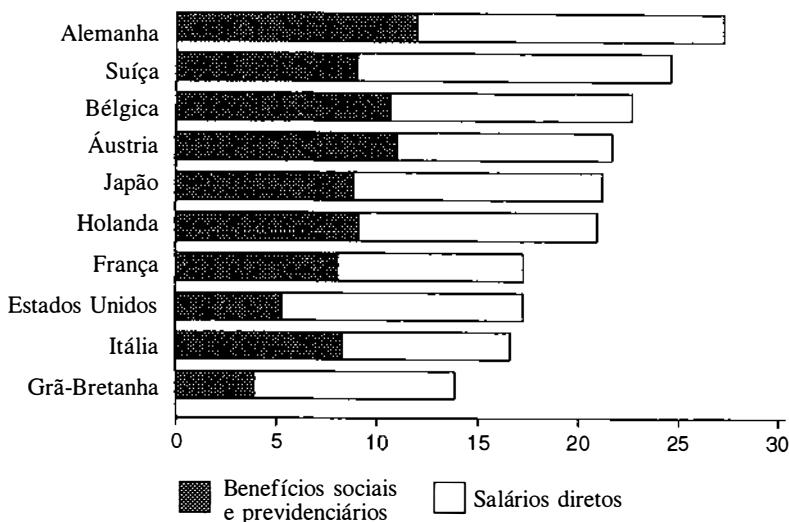


Figura 5.2 Custos de mão-de-obra na produção industrial, 1994 (US\$/hora)

Fonte: Federação dos Empregadores Suecos, elaborado por
The Economist (27 de janeiro de 1996)

restante do mundo, apesar de a economia japonesa depender muito mais do desempenho comercial, uma vez que o capital japonês financia seu governo com as receitas geradas por sua alta competitividade no mercado mundial.

Assim, o que parece ser uma exceção à regra da dependência por parte dos governos e do déficit público crescente, não é. As grandes empresas japonesas apresentam bom desempenho na economia mundial, e sua competitividade financeira o Estado, cujo nível de consumo cresceu muito mais rapidamente do que em qualquer um dos países analisados. O Estado japonês apresenta um grau de dependência financeira de segunda ordem em relação às movimentações da economia internacional, o que é viabilizado por empréstimos de bancos japoneses que prosperam com o sistema *keiretsu*.

Três grandes tendências podem ser destacadas no que concerne aos argumentos discutidos neste capítulo:

1. Apesar de uma intervenção menor do Estado na economia, principalmente em termos de criação de empregos diretos e regulamentação, o Estado ainda desempenha importante papel econômico que exige financiamentos complementares provenientes de outras fontes que não a arrecadação de impostos, gerando maiores passivos financeiros, exceção aberta ao Reino Unido (ver figura 5.1).

2. Os empréstimos contraídos pelos governos, com a grande exceção do Japão, têm criado uma relação de dependência cada vez maior de empréstimos externos, a ponto de superar as reservas monetárias dos bancos centrais bem como o desempenho das exportações. Isso reflete um fenômeno bem mais amplo que aponta para uma diferença cada vez maior na velocidade de crescimento dos mercados financeiros globais, bastante superior em relação ao crescimento do comércio global.
3. O Estado japonês tem obtido sucesso na manutenção de sua autonomia fiscal em relação ao capital externo. No entanto, tem atingido esse objetivo mediante empréstimos de fontes internas, financiados pelos lucros das grandes empresas japonesas gerados por práticas protecionistas e pelo desempenho obtido nas exportações, a tal ponto que a economia e o Estado japoneses tornaram-se altamente dependentes de superávits comerciais e da reciclagem de lucros em solo japonês. Tais condições criaram a “bolha econômica” do final da década de 80 e, posteriormente, quando a bolha estourou, levaram à recessão do início dos anos 90.

Acima de tudo, a inter-relação das economias nacionais bem como a dependência das finanças dos governos dos mercados globais e empréstimos externos propiciaram as condições para uma crise fiscal internacional do Estado-Nação, não poupando nem mesmo os Estados-Nação mais ricos e poderosos.

A globalização e o Estado do bem-estar social

A globalização da produção e do investimento também representa uma ameaça ao *Estado do bem-estar social*, um dos principais componentes das políticas dos Estados-Nação dos últimos 50 anos, e provavelmente o principal sustentáculo da legitimidade desse Estado nos países industrializados.¹¹ Isso se deve ao fato de que está se tornando cada vez mais contraditória a idéia de que empresas possam atuar em mercados globalizados e integrados, tendo de arcar com grandes diferenciais de custo em termos de benefícios sociais, bem como trabalhar com diferentes níveis de regulamentação que variam de país para país. Essa questão não ocorre somente na relação entre os hemisférios norte e sul, mas também entre os países da OCDE: por exemplo, os custos de mão-de-obra referentes a benefícios sociais são muito mais elevados na Alemanha do que nos Estados Unidos (ver figura 5.2). Em compensação, o que representa uma vantagem comparativa para os Estados Unidos em relação à Alemanha torna-se desvantagem em relação ao México, após a implantação

do NAFTA. Uma vez que as empresas, por meio da tecnologia da informação, têm condições de se estabelecer em diferentes locais e manter-se integradas a redes e mercados de produção global (ver volume I, capítulo 6), acabam desencadeando uma espiral descendente em termos de concorrência nos custos sociais. No passado, os limites dessa “competitividade negativa” eram considerados sob dois aspectos: por um lado, as diferenças de qualidade e produtividade entre os países protegeram os trabalhadores das economias mais desenvolvidas comparativamente a seus concorrentes menos desenvolvidos; por outro, pressões internas induziram ao protecionismo, de modo que o preço dos produtos importados fosse majorado por tarifas alfandegárias, fazendo com que a vantagem comparativa de produtos provenientes do exterior desaparecesse. Ambos os limites estão se diluindo. A nova Organização Mundial de Comércio está desenvolvendo um sistema de fiscalização com o objetivo de detectar e aplicar sanções às barreiras impostas ao livre comércio. Embora o impacto real desses controles seja condicionado à política de comércio internacional, parece que, a menos que ocorra uma enorme reversão no processo de integração econômica global, o protecionismo explícito e em larga escala estará cada vez mais exposto à retaliação por parte de outros países. Quanto às diferenças nos níveis de qualidade e produtividade, um estudo realizado por Harley Shaiken sobre as indústrias automobilísticas norte-americanas no México demonstrou a rápida equiparação do nível de produtividade dos trabalhadores mexicanos com o dos trabalhadores norte-americanos em cerca de 18 meses. Processos semelhantes têm sido observados na Ásia.¹² E (os europeus devem ser lembrados disso) a produtividade da mão-de-obra norte-americana ainda é a mais alta do mundo, anulando portanto a possível vantagem competitiva européia que permitiria um Estado do bem-estar social ainda generoso. Para economias em que os principais mercados de capital, bens e serviços estejam cada vez mais integrados a uma escala global, há pouco espaço para diferenças muito gritantes em termos de benefícios sociais entre Estados com níveis de produtividade da mão-de-obra e qualidade da produção relativamente semelhantes. Somente um contrato social global (que diminua as diferenças, sem necessariamente equalizar as condições sociais e de trabalho), juntamente com acordos internacionais de tarifação, seria capaz de impedir a derrocada dos maiores Estados do bem-estar social. Contudo, devido ao fato de que na nova economia global, liberalizada e integrada em rede, a realização de um contrato social de tamanha abrangência é muito pouco provável, tais Estados vêm sendo reduzidos ao mais baixo denominador comum, que se mantém numa espiral descendente contínua.¹³ Assim, um componente funda-

mental da legitimidade e estabilidade do Estado-Nação está desaparecendo, não só na Europa, mas em todo o mundo, desde Estados de nível intermediário em termos de bem-estar social, como o Chile ou o México, até os remanescentes do estatismo na Rússia, China ou Índia, passando pelo Estado do bem-estar social implantado nos Estados Unidos a partir das lutas sociais dos anos 60.

O Estado-Nação vem sendo cada vez mais destituído de poder para exercer controle sobre a política monetária, definir o orçamento, organizar a produção e o comércio, arrecadar impostos de pessoas jurídicas e honrar seus compromissos visando proporcionar benefícios sociais. Em suma, o Estado-Nação perdeu a maior parte de seu poder econômico, embora detenha ainda certa autonomia para o estabelecimento de regulamentações e relativo controle sobre seus sujeitos.

Redes globais de comunicação, audiências locais, incertezas sobre regulamentações

As perspectivas de regulamentação e controle nacionais são igualmente desfavoráveis em outra esfera de poder de importância fundamental para o Estado: a mídia e as comunicações. O controle sobre informações e entretenimento e, por meio dele, sobre opiniões e imagens, historicamente tem sido o instrumento de sustentação do poder do Estado, aperfeiçoado na era da mídia.¹⁴ Nesse contexto, o Estado-Nação enfrenta três grandes desafios inter-relacionados: globalização e não-exclusividade da propriedade; flexibilidade e capacidade de penetração da tecnologia; e autonomia e diversidade da mídia (ver volume I, capítulo 5). Na realidade, já sucumbiu a tais desafios na maioria dos países.¹⁵ Até o início da década de 80, com exceção, principalmente, dos Estados Unidos, a maior parte das redes de televisão em todo o mundo era controlada pelo governo, e estações de rádio e jornais dependiam de possíveis restrições por parte das autoridades, mesmo em países democráticos. Até mesmo nos Estados Unidos, a Comissão Federal de Comunicações exercia rigoroso controle sobre a mídia eletrônica, nem sempre isenta de tendências voltadas a interesses específicos,¹⁶ e as três maiores redes de televisão monopolizavam 90% da audiência, sendo capazes de influenciar, se não formar, a própria opinião pública. Tudo isso mudou em apenas uma década,¹⁷ e essa transformação foi gerida pela tecnologia. A diversificação dos meios de comunicação, a integração de toda a mídia em um hipertexto digital, abrindo caminho para a mídia interativa, e a impossibilidade de exercer controle sobre satélites que

emitem sinais de comunicação além das fronteiras ou sobre a comunicação via computador por meio da linha telefônica, acabaram destruindo as tradicionais bases de defesa da regulamentação. A explosão das telecomunicações e o desenvolvimento dos sistemas de transmissão a cabo viabilizaram o surgimento de um poder de transmissão e difusão de informações sem precedentes. Essa tendência não escapou aos olhos das empresas, que não deixaram de aproveitar a oportunidade oferecida. Realizaram-se megafusões e mobilizaram-se capitais em todo o mundo para que se pudesse participar do setor de comunicações, setor esse capaz de estabelecer elos de ligação de poder nas esferas econômicas, culturais e políticas.¹⁸ Os governos nacionais passaram a sofrer enormes pressões na década de 80, sob diversas formas:¹⁹ a opinião pública e a imprensa escrita a clamarem pela liberdade e diversidade na mídia; veículos de comunicação estatais em dificuldades financeiras foram adquiridos pela iniciativa privada; colunistas fizeram a apologia da comunicação irrestrita; promessas de condescendência política, se não apoio, foram feitas a quase todos os que estavam no poder ou tivessem chances de ocupar um cargo importante no futuro próximo; e, ainda, benefícios pessoais foram concedidos às autoridades com poder de liberação de programas para adultos. A política simbólica, assemeilando a liberalização da mídia à modernização tecnológica, desempenhou papel fundamental em fazer com que a opinião das elites se inclinasse a favor do novo sistema de comunicações.²⁰ Há muito poucos países no mundo, com exceção da China, Cingapura e o mundo islâmico fundamentalista, em que a estrutura institucional e comercial da mídia não tenha passado por mudanças drásticas entre meados da década de 80 e meados dos anos 90.²¹ As estações de rádio e televisão foram privatizadas em larga escala e as redes oficiais que permaneceram tornaram-se praticamente idênticas às redes da iniciativa privada, pois tiveram de vincular sua programação aos índices de audiência e/ou às receitas provenientes dos comerciais.²² Os jornais concentraram-se em grandes consórcios, muitas vezes com o apoio de grupos financeiros. E, além disso, a mídia passou a ser global, contando com capital, talentos, tecnologia e envolvimento de grandes empresas em todo o mundo, fora do alcance dos Estados-Nação (ver figura 5.3). Isso não quer dizer que os Estados não tenham mais nenhuma participação na mídia. Os governos ainda detêm controle de meios de comunicação importantes, ações de capital e influência sobre ampla gama de organizações do mundo das comunicações. Além disso, as empresas têm o cuidado de não hostilizar os controladores de mercados em potencial: quando o *Star Channel* de Murdoch foi censurado pelo governo chinês em razão de suas visões liberais sobre a política do país, o canal passou a cumprir as exi-

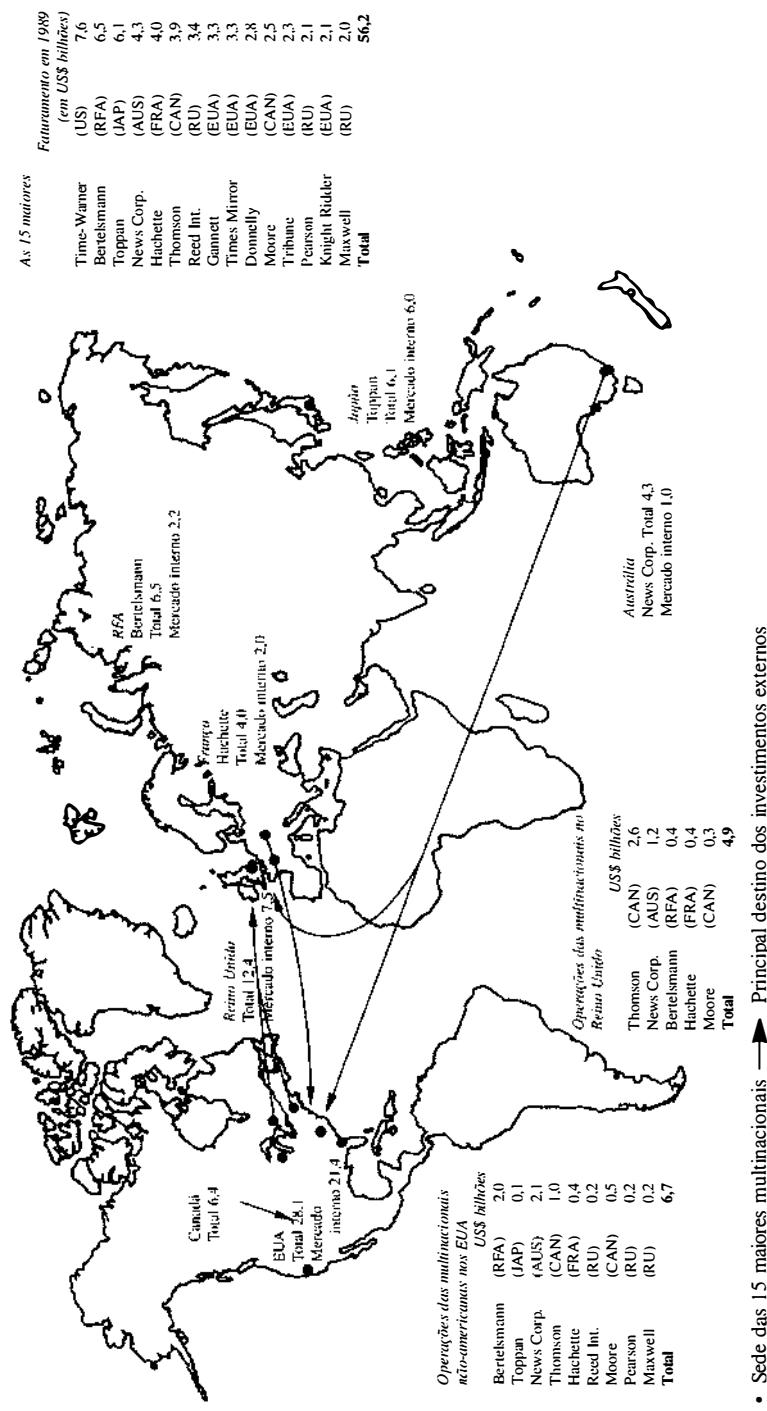


Figura 5.3 Porte e sede de operações das 15 maiores multinacionais de mídia e de serviços de impressão gráfica (Alemanha, Canadá, França e Austrália estão entre os maiores exportadores; EUA e Reino Unido são os maiores importadores)

Fonte: Fortune (23 de abril de 1990) e relatórios anuais das empresas; elaborado por MacDonald (1990).

gências recém-impostas pelo governo, retirando os serviços de notícias da BBC da programação do canal desenvolvida para a China, e investindo recursos em uma edição *on-line* do *People's Daily*, um dos maiores jornais em circulação no país.

Contudo, ainda que os governos tenham influência sobre a mídia, boa parte de seu poder já foi perdida, salvo os casos em que os veículos de comunicação estão sob controle de Estados autoritários. Além disso, a mídia precisa conquistar sua independência por ser este um componente básico de credibilidade — não só perante a opinião pública, mas diante da pluralidade dos detentores do poder e dos anunciantes, pois a publicidade é a base econômica da mídia. Se um determinado veículo de comunicação inclina-se explicitamente a uma opção política ou evita de modo sistemático certos tipos de informação, limitará seu público a um segmento relativamente pequeno, dificilmente conseguirá obter lucros no mercado e não refletirá nenhum tipo de apelo aos interesses dos diversos grupos de tendências políticas variadas. Por outro lado, quanto mais autonomia, abrangência e credibilidade o veículo de comunicação tiver, tanto mais atrairá informações, anunciantes e consumidores das mais diversas tendências. Independência e profissionalismo não são apenas ideologias gratificantes para a mídia: tais conceitos se transformam em um grande negócio, por vezes incluindo a possibilidade de vender a independência por um bom preço caso surja a oportunidade. Uma vez reconhecida a independência dos veículos de comunicação, uma vez demonstrada a aquiescência do Estado-Nação quanto a esse atributo da mídia como prova essencial de seu caráter democrático, o círculo se fecha; qualquer tentativa de cerceamento da liberdade da mídia trará um custo político elevado, pois os cidadãos, não necessariamente exigentes no que se refere à exatidão da notícia, defendem fer vorosamente o privilégio de receber informações de fontes não relacionadas ao Estado. Por essa razão, até mesmo os Estados autoritários estão perdendo a batalha da mídia na Era da Informação. A capacidade de difundir imagens e informações via satélite, pelo videocassete ou pela Internet aumentou de forma avassaladora, a ponto de tornar qualquer tentativa de censura de notícias cada vez mais ineficaz nos principais centros urbanos dos países autoritários, precisamente nos locais em que vivem as elites alternativas e de alto nível educacional. Além disso, considerando que os governos de todo o mundo também pretendem “tornar-se globais” e a mídia global é a sua ferramenta de acesso, não raro eles acabam optando por sistemas de comunicação interativos que, mesmo se operados com cautela e de forma calculada, acabam comprometendo os controles sobre a comunicação.

Paralelamente à globalização da mídia, tem-se verificado em diversos países um crescimento extraordinário da mídia local, principalmente nos casos do rádio e da TV a cabo, graças a novas tecnologias de comunicação, tais como rateio de custos de transmissão via satélite. A maior parte desses meios locais de comunicação, que muitas vezes compartilham a programação, estabeleceu um forte vínculo com audiências populares específicas, passando por cima das visões padronizadas da mídia de massa. Dessa forma, tais meios escapam às formas tradicionais de controle (diretas ou indiretas) criadas pelos Estados-Nação em relação às redes de televisão e principais jornais. A autonomia cada vez maior da mídia local e regional, mediante o uso de tecnologias de comunicação flexíveis, reflete uma tendência tão importante quanto a globalização da mídia no tocante à influência sobre as atitudes do público em geral. Essas duas tendências são convergentes sob vários aspectos, com a concessão de acesso das grandes empresas da mídia a nichos de mercado desde que elas aceitem a especificidade das audiências construída ao redor da mídia local.²³

A comunicação via computador também foge ao controle do Estado-Nação, abrindo as portas a uma nova era de comunicação extraterritorial.²⁴ A maioria dos governos parece estar aterrorizada diante dessa perspectiva. Em janeiro de 1996, o ministro da Tecnologia da Informação da França anunciou a intenção de seu governo de propor à União Européia uma série de medidas de proibição do livre acesso à Internet. O evento que deu origem a tal plano de censura tecnológica engendrado pelo mesmo país que difundiu os ideais revolucionários de liberdade na Europa, bem como a Minitel, foi a última batalha de Mitterrand. Após sua morte, um livro publicado pelo médico de Mitterrand revelou que o ex-primeiro-ministro desenvolvera câncer de próstata durante os 14 anos de seu mandato. A pedido da família de Mitterrand, o livro foi retirado de circulação na França, mas podia ser lido na Internet. A indignação do governo francês foi bem além desse assunto em particular. Houvera uma demonstração clara de que atualmente as decisões do governo ou dos tribunais sobre o acesso a informações jamais poderiam ser efetivadas. E a compreensão de que o controle sobre as informações vinha sendo, desde bem antes do advento da Era da Informação, o sustentáculo do poder do Estado.²⁵ Iniciativas semelhantes foram tomadas praticamente ao mesmo tempo pelos governos da China, Alemanha e EUA, com respeito a uma série de questões que variavam desde informações de cunho político e financeiro na China até pornografia infantil nos Estados Unidos.²⁶ O cerne da questão eram os fluxos de informação transnacionais que dificultam a tomada de medidas judiciais contra a fonte da informação mesmo quando esta é identificada. Ainda se encontram em dis-

sário, nesse ponto de minha argumentação, examinar essa tendência para melhor compreensão da atual crise do Estado-Nação. A novidade não é o maior grau de penetração do crime e seu impacto na política. A novidade é a conexão global do crime organizado, condicionando relações internacionais, tanto econômicas como políticas, à escala e ao dinamismo da economia do crime. A novidade é o profundo envolvimento e a desestabilização dos Estados-Nação em uma série de contextos submetidos à influência do crime transnacional. Embora o tráfico de drogas seja o ramo de atividade mais significativo da nova economia do crime, todos os tipos de tráfico são praticados por esse sistema “subterrâneo” cujo poder se estende por todo o mundo: armas, tecnologia, materiais radioativos, obras de arte, seres humanos, órgãos humanos, assassinos mercenários e contrabando dos mais diversos produtos de e para qualquer parte do mundo estão todos interligados pela grande matriz de todos os atos ilícitos — a lavagem de dinheiro. Sem ela, a economia do crime não seria global tampouco altamente lucrativa. Por meio da lavagem de dinheiro, a economia do crime está diretamente conectada aos mercados financeiros globais, dos quais pode ser considerado um componente de porte significativo e fonte inesgotável de especulação. Segundo a Conferência da ONU sobre a Economia do Crime em Escala Global realizada em Nápoles em outubro de 1994,²⁹ estimativas razoáveis fixariam o total dos recursos anuais provenientes de fontes ilegais e “lavados” no sistema financeiro global em cerca de US\$ 750 bilhões. Esses fluxos de capital precisam ser processados com mobilidade e flexibilidade maiores que as normalmente evidenciadas no processamento de recursos originados por qualquer outro ramo de atividade, pois é justamente seu giro constante que impede o rastreamento pelos órgãos de regulamentação competentes.

O impacto causado por essas tendências aos Estados-Nação pode ser observado sob três principais aspectos:

1. Em muitos casos, toda a estrutura do Estado, não raro incluindo as mais altas esferas de poder, está entremeada de vínculos criminosos, pela corrupção, ameaças ou financiamento ilegal da política, causando enormes estragos na conduta das questões públicas.
2. Para vários países, as relações internacionais entre os Estados-Nação passou a ser condicionada, em diversos níveis, pelo sucesso ou insucesso da cooperação na luta contra a economia do crime. Até o momento, o caso mais notório pode ser verificado nas relações entre os Estados Unidos e alguns países da América Latina (Colômbia, Bolívia, México, Paraguai, Panamá); contudo, esse tipo de fenômeno vem ocorrendo com maior freqüência à medida que a economia do crime se diversifica (por exemplo, a preocupação da Ale-

manha com o tráfico de material radioativo organizado pela máfia russa, ou os temores por parte do governo russo em relação ao envolvimento crescente da máfia siciliana e dos cartéis colombianos com a *Mafiya russa*).

3. A importância crescente dos fluxos de capital de origem criminosa torna-se um meio fundamental de estímulo ou desestabilização da economia de países inteiros, a ponto de impedir o desenvolvimento de uma política econômica adequada em muitos países e regiões sem que se leve em conta esse fator altamente imprevisível.

Costumava-se pensar que os governos nacionais profundamente afetados pela “ciranda” da economia do crime limitavam-se invariavelmente aos principais suspeitos, como a Itália e a Colômbia. Isso já não acontece. A importância do fenômeno, seu alcance global, as dimensões de sua riqueza e influência e seus sólidos vínculos com o mercado financeiro internacional tornaram as relações entre o crime e a corrupção política uma característica que pode ser identificada em muitos dos principais países do mundo. Por exemplo, a *Yakuza*, a máfia japonesa, recentemente internacionalizou seus contatos. E as ligações declaradas, ou um pouco mais veladas, entre a *Yakuza* e alguns líderes do governo japonês são bem conhecidas, a ponto de o Ministério da Construção Civil do Japão ter sido considerado por muito tempo o principal meio de se trocar contratos de licitação para construção de obras públicas por generosas contribuições de empresas patrocinadas pela *Yakuza* ao Partido Liberal Democrata — um sistema não de todo diferente dos programas de desenvolvimento *Mezzogiorno* da democracia-cristã italiana em relação à máfia. Ou ainda, quando em 1996 sucessivas crises no sistema bancário abalaram o Japão, resultando no não-pagamento de empréstimos de centenas de bilhões de dólares, sérias suspeitas foram levantadas quanto ao papel desempenhado pela *Yakuza* em forçar os bancos a conceder tais empréstimos, o que inclui o assassinato de dois banqueiros.³⁰ Em outro contexto, a suspeita de infiltração de membros de organizações criminosas russas em várias esferas do governo de um dos Estados mais poderosos do mundo, incluindo as forças armadas, é uma tendência preocupante. A onda de escândalos políticos, que abalaram os governos em todo o mundo nos anos 90 (um assunto a ser abordado no capítulo 6), também não deixa de estar relacionada, em muitos casos, à luta contínua pelo poder entre as estruturas do crime organizado global e as estruturas dos Estados-Nação. Além disso, mesmo os principais governos do mundo, que se julgam relativamente imunes à penetração do crime em seus mais altos escalões, acabam sofrendo os reflexos das manobras políticas do crime organizado. Por exemplo, quando a economia mexicana entrou em colapso em 1994-95,

apesar do volume maciço de empréstimos concedidos pelos Estados Unidos, por causa de uma crise política provocada, em parte, conforme demonstrarei adiante, por traficantes de drogas que se infiltraram nas mais altas esferas do partido do governo no México, o dólar sofreu uma queda vertiginosa, e o marco alemão disparou, desestabilizando o sistema monetário europeu em virtude do receio dos investidores de que o déficit público norte-americano explodisse como resultado dos esforços para salvar o México de um colapso econômico total. Nesse emaranhado formado por crime, dinheiro e poder, não há lugar seguro para ninguém. Ou, ainda, nesse sentido, não há instituições nacionais seguras para ninguém.

Portanto, a globalização, em suas diversas facetas, acaba comprometendo a autonomia e a capacidade de decisão do Estado-Nação. E isso ocorre justamente no momento em que o exercício do poder do Estado no cenário internacional também fica à mercê das limitações do multilateralismo no âmbito da defesa, da política externa e das políticas governamentais globais, tais como a política ambiental.

O Estado-Nação na era do multilateralismo

O período pós-Guerra Fria é caracterizado por uma interdependência multilateral cada vez maior entre os Estados-Nação.³¹ Isso se deve basicamente a três fatores: a dissolução, ou afrouxamento, dos blocos militares alinhados às duas superpotências; o enorme impacto das novas tecnologias sobre a indústria bélica; e a percepção social do caráter global de grandes desafios que se impõem à humanidade em decorrência do aumento dos conhecimentos e do volume de informações, como é o caso da segurança ambiental.

Com o desaparecimento da União Soviética, e independentemente da existência de futuros impasses entre a Rússia, a China e a OTAN, o principal mecanismo de desestabilização das relações estratégicas para a maior parte dos Estados-Nação alinhados às duas superpotências também desapareceu.³² Embora a OTAN continue a existir como uma aliança ocidental liderada pelos Estados Unidos, suas funções vêm passando por um processo de redefinição na segunda metade da década de 90 no sentido de desempenhar tarefas voltadas à segurança de um grupo maior de nações, em regime de cooperação, sempre que possível, com a ONU. A nova noção de segurança global, coletiva,³³ que surgiu pela primeira vez durante a Guerra do Golfo para fazer face ao perigo comum do corte de fornecimento de petróleo do Oriente Médio, impli-

ca uma relação de simbiose entre as forças militares mais bem-preparadas e aparelhadas (os exércitos profissionais dos EUA e do Reino Unido), os financiadores das operações (Japão, Alemanha e os príncipes árabes, em primeiro lugar) e a retórica do discurso em defesa do mundo civilizado (normalmente expressa pelos líderes franceses). A tentativa deliberada dessa aliança fundamentada na OTAN de envolver a Rússia nas operações conjuntas, como as realizadas na Bósnia, constitui um indicativo da transformação das alianças militares, não mais fundamentadas na hegemonia-das superpotências mas sim na participação em uma vigilância conjunta de uma ordem mundial abalada, visando evitar possíveis e imprevisíveis ameaças ao sistema. O novo sistema de segurança está sendo construído, basicamente, para defesa contra a ação de bárbaros externos que até hoje permanecem sem denominação específica.³⁴ Ao adotar tal procedimento, os Estados-Nação, inclusive os mais poderosos, vêem-se capturados em um emaranhado de interesses e negociações que assume formas diferentes para cada questão a ser abordada. Sem a necessidade de tomada de decisões de vida ou morte, como ocorria na era nuclear da Guerra Fria ao se considerar a perspectiva de confronto entre as superpotências e seus aliados, o quadro difuso de uma política externa com geometria variável traduz-se na incapacidade cada vez maior de qualquer Estado agir por conta própria na arena internacional. Neste final de milênio, a política externa assume uma característica essencialmente multilateral.³⁵ Duas grandes ressalvas dizem respeito ao grau de integração da Rússia nesse sistema de segurança coletiva, ainda uma superpotência nuclear, e da China, uma superpotência em processo de formação.³⁶ Todavia, considerando a pequena probabilidade de que qualquer desses dois países conquiste aliados permanentes em torno de seus interesses (apesar das ligações da China com o Paquistão), seu relativo isolamento, assim como o sentimento profundamente arraigado de desconfiança mútua, não contradizem o caráter multilateral do novo sistema de segurança: apenas lhe atribuem uma complexidade maior.

A grande velocidade das mudanças na tecnologia militar também compromete a capacidade de autonomia do Estado-Nação.³⁷ Hoje, o armamento bélico depende essencialmente da eletrônica e da tecnologia das comunicações, como foi evidenciado na Guerra do Golfo. A devastação que pode ser causada a distância por meio de mísseis e ataques aéreos pode desbaratar um exército de proporções consideráveis em questão de horas, principalmente se as defesas deste forem “cegadas” pela utilização de recursos eletrônicos, e se os alvos tiverem sido identificados por satélite e processados por computadores situados a milhares de quilômetros de distância para direcionar os disparos

com extrema precisão nessa guerra invisível. A guerra convencional depende, como sempre dependeu, da tecnologia. A diferença existente nos dias de hoje é, por um lado, a velocidade das mudanças tecnológicas, tornando as armas obsoletas em um curto espaço de tempo.³⁸ Isso faz que o armamento bélico tenha de ser constantemente atualizado, caso se tenha a pretensão de manter exércitos realmente capazes de lutar contra outros exércitos, em vez de utilizá-los meramente para manter o controle sobre seu próprio povo, como ainda é a regra para boa parte da humanidade. Exércitos equipados com armas de poucos recursos tecnológicos não são verdadeiramente exércitos, mas sim forças policiais disfarçadas. Por outro lado, a própria natureza da nova tecnologia militar requer a manutenção de um exército profissional em que são transmitidos conhecimentos avançados aos combatentes para que possam fazer uso de armas semi-automáticas e sistemas de comunicação. Isso representa uma vantagem significativa para os países com alto nível de tecnologia, independentemente do contingente de suas forças armadas, como no caso de Israel ou Cingapura. Em virtude do papel fundamental da tecnologia nessa área, Estados-Nação ainda desejosos de manter sua capacidade de exercer a violência tornam-se dependentes, em caráter permanente, dos fornecedores de tecnologia, não só em termos de equipamentos, mas também de recursos humanos. Tal dependência, no entanto, deve ser encarada como um aspecto inserido no contexto de diversificação cada vez maior do armamento bélico convencional, à medida que países vão passando por processos de industrialização e a tecnologia vai se difundindo.³⁹ Dessa forma, o Brasil ou Israel podem ser bons fornecedores de armamento bélico avançado. França, Reino Unido, Alemanha, Itália e China aumentaram sua participação, juntamente com os Estados Unidos e a Rússia, como fornecedores dos exércitos de todo o mundo. Um sistema cada vez mais complexo de cooperação e concorrência está surgindo, no qual, por exemplo, a China adquire caças modernos da Rússia e tecnologia de comunicações dos Estados Unidos, e a França vende mísseis a quem possa interessar, incluindo serviços de pós-venda nas áreas de treinamento e manutenção. Além disso, o mercado negro global de armamentos, de qualquer tipo, tem proliferado, possibilitando a difusão de toda e qualquer tecnologia recém-desenvolvida, desde “Stingers” até “Patriots”, desde gases que afetam o sistema nervoso até aparelhos eletrônicos desenvolvidos para despistar o inimigo. Como consequência, ao contrário de outros períodos históricos, não há um único Estado que seja auto-suficiente na produção de armas, com exceção dos Estados Unidos (uma vez que atualmente a Rússia é tecnologicamente dependente da microeletrônica e das comunicações). Isso não significa, contudo, que todos os Estados-Nação

estejam irredimivelmente condenados a tornar-se colônia norte-americana. Tra-ta-se justamente do contrário. A ausência de um adversário facilmente reconhecível causou um certo relaxamento nos controles sobre a tecnologia pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, de modo que o acesso a tecnologias consideradas básicas e armas convencionais tornou-se bem mais fácil. Uma vez que os Estados-Nação não têm condições de exercer controle sobre as fontes de fornecimento de equipamentos de última geração, tornam-se permanentemente dependentes, do ponto de vista da capacidade de fazer guerra, não dos EUA, mas das várias redes de fornecedores globais. O fato de que os Estados Unidos são tecnologicamente auto-suficientes (e somente por causa dos esforços do Pentágono no sentido de evitar a dependência dos equipamentos para produção de semicondutores de fabricação japonesa) confere ao país o título de única superpotência existente nos dias de hoje. Entretanto, nem mesmo isso pode ser traduzido como plena soberania no exercício da política externa do país por causa da débil posição financeira e política dos Estados Unidos no que diz respeito a comprometer suas forças no exterior.⁴⁰ Além disso, conforme argumenta McInnes, “as características da guerra moderna têm levado muitos estrategistas militares a questionar se em algum momento um conflito de grandes proporções realmente valeria os custos envolvidos (independentemente do uso de armas nucleares), e mesmo que essa guerra ocorresse, se poderia ser sustentada por muito tempo (dado o custo extremamente elevado das armas de alta tecnologia e a velocidade com que são destruídas)”.⁴¹

A evolução tecnológica acrescenta um novo ponto de apoio à tendência de as relações internacionais serem caracterizadas pelo multilateralismo. A industrialização de novas regiões do mundo, a difusão do conhecimento científico e tecnológico e o comércio ilegal generalizado têm contribuído para a proliferação dos armamentos nucleares, químicos e biológicos.⁴² Assim, embora os Estados-Nação sejam cada vez mais dependentes do uso de tecnologia de ponta na guerra convencional, podem ter acesso ao que chamaríam de “tecnologias de veto”, isto é, armas de destruição em massa que, pelo simples fato de existirem, são capazes de impedir a vitória de um Estado mais poderoso. O “equilíbrio do terror” global encontra-se em processo de descentralização, transformando-se em vários “pontos de equilíbrio de terror local”. De um lado, essa tendência obriga as grandes potências a envidarem esforços multilaterais conjuntos no sentido de impedir o acesso a essas armas por parte de novos países, forças políticas ou grupos terroristas. Por outro lado, uma vez que alguns países passam a exercer controle sobre essas armas, o sistema de segurança global é迫使ido a interferir no processo e auxiliar no estabelecimento

de um equilíbrio entre o poder de destruição em diferentes regiões do mundo para evitar perigosos confrontos locais.⁴³ Passa a existir uma complexa rede de diferentes níveis de poder de destruição, em que as forças se controlam mutuamente mediante acordos *ad hoc* e processos negociados de desarmamento e desistência do desenvolvimento de programas nucleares. Num emaranhado como esse, nenhum Estado-Nação, nem mesmo os Estados Unidos, é inteiramente livre, pois um erro de cálculo ou excessos na demonstração da superioridade bélica pode desencadear uma hecatombe nuclear ou bacteriológica em uma determinada região. A humanidade terá de conviver por um longo tempo com os monstros de destruição que criamos, seja para uma aniquilação “padronizada”, em massa, seja para uma carnificina dirigida, em nível local. Diante de tais circunstâncias, a tarefa mais importante dos Estados-Nação (e não apenas das superpotências, como na Guerra Fria) tem sido limitar o exercício de seu próprio poderio militar, enfraquecendo sua *raison d'être* original.

Os Estados-Nação também enfrentam os limites de sua legitimidade e, em última análise, de seu próprio poder, quando se discute a administração global do meio ambiente do planeta.⁴⁴ Graças à informatização cada vez maior, a ciência e a tecnologia têm ampliado conhecimentos de uma forma sem precedentes sobre a degradação da natureza e suas consequências para a nossa espécie. Em relação a esse aspecto, conforme demonstrado no capítulo 3, o movimento ambientalista vem despertando a consciência ecológica de sociedades em todo o mundo, exercendo grandes pressões sobre a responsabilidade dos governos de conter o avanço em direção à catástrofe. Contudo, os Estados-Nação nada podem fazer se agirem isoladamente no que diz respeito a questões como o aquecimento global, a camada de ozônio, o desmatamento, a poluição dos recursos hídricos, o desaparecimento da vida marinha e muitas outras do gênero. Os esforços para que os Estados atuem em regime de cooperação muitas vezes assumem a forma de eventos que se resumem a demonstrações internacionais e a uma retórica solene do que propriamente à implantação efetiva de programas de ação conjunta. Como afirmam Lipschutz e Coca ao concluírem sua pesquisa global sobre políticas ambientais conjuntas:

A possibilidade de uma direção hegemônica ou do surgimento de um órgão coordenador central parece bastante remota no que concerne às questões ambientais. A probabilidade de coordenação multilateral efetiva parece igualmente pequena, devido a grandes incertezas sobre o custo-benefício envolvido no gerenciamento e proteção do meio ambiente. A essas barreiras e condicionantes aliam-se uma série de fatores que decorrem da própria natureza do Estado: a evidente incapacidade de os governos exercerem controle

sobre os processos destrutivos, a falta de diretrizes políticas efetivas e a importância da extração de recursos fundamentais (causando portanto a destruição do meio ambiente) para a manutenção de alianças básicas entre Estado e sociedade.⁴⁵

Isso não ocorre necessariamente por causa da ignorância ou má-fé da parte dos governos, mas porque todos os Estados-Nação continuam agindo em defesa de seus próprios interesses, ou dos interesses das bases políticas mais importantes.⁴⁶ Assim, o multilateralismo torna-se um fórum de debate e uma arena de negociações e não uma ferramenta para o exercício da responsabilidade coletiva. Segundo a lógica de “deslocamento da crise” de Habermas, “a grande contradição econômico-ambiental global”, conforme argumenta Hay, “desloca-se no nível do Estado-Nação”.⁴⁷ Essa teimosia estruturalmente induzida demonstrada pelos Estados-Nação paradoxalmente leva ao enfraquecimento de tais Estados como instituições políticas viáveis, à medida que cidadãos em todo o mundo se apercebem da incapacidade desses aparatos onerosos e tremendamente ineficientes para lidar com os desafios mais importantes impostos diante da humanidade. Assim, no intuito de superar sua crescente irrelevância, os Estados-Nação estão se agrupando, cada vez mais, em direção a uma nova forma de governo supranacional.

O governo global e o super Estado-Nação

“Se buscarmos uma razão concisa e objetiva para o novo ânimo insuflado na proposta de integração européia de meados da década de 80”, conforme apontado por Streeck e Schmitter, “esta pode ser encontrada como o resultado de uma combinação entre dois grandes interesses — o das empresas européias de grande porte, esforçando-se para superar sensíveis vantagens competitivas dos capitais japoneses e norte-americanos, e o das elites do Estado, procurando restaurar ao menos parte de sua soberania política gradativamente perdida em nível nacional em decorrência de uma interdependência internacional crescente”.⁴⁸ Em ambos os casos, em termos de interesses empresariais e políticos, o que se buscava não era uma relação de supranacionalidade, mas sim a reconstrução do poder do Estado com base na nação em um nível mais elevado, nível este que viabiliza, até certo ponto, o controle dos fluxos globais de riqueza, informações e poder. A formação da União Européia (conforme argumentarei no volume III) não foi um processo de construção do Estado federativo euro-

peu no futuro, mas sim a formação de um cartel político, o cartel de Bruxelas, em que os Estados-Nação ainda podem obter, coletivamente, algum nível de soberania dissociada da nova desordem global, para em seguida compartilhar com seus membros dos benefícios gerados, segundo normas negociadas ininterruptamente. É por isso que, em vez de estarmos ingressando na era da supranacionalidade e de uma forma de governo global, estamos testemunhando o surgimento do Superestado-Nação, ou seja, de um Estado que expressa, dentro de uma geometria variável, os interesses agregados de suas bases políticas.⁴⁹

Argumento semelhante também pode ser aplicado à pluralidade das instituições internacionais que compartilham a administração da economia, da segurança, do desenvolvimento e do meio ambiente, neste mundo do *fin de millénium*.⁵⁰ A Organização Mundial de Comércio foi criada para compatibilizar o livre comércio com certas restrições comerciais em um mecanismo ininterrupto de controle e negociação. A ONU vem lutando para estabelecer seu novo e duplo papel de força policial legitimada pela defesa da paz e dos direitos humanos, e de centro da mídia mundial, prestando-se como sede de conferências globais semestrais sobre as principais questões que afligem a humanidade: meio ambiente, controle populacional, exclusão social, a mulher, as cidades, e outros. O G-7 autoproclamou-se supervisor da economia global, permitindo que a Rússia assistisse ao andamento dos trabalhos “pela janela”, com o propósito de eventuais contratempos, e orientando o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial a manterem os mercados financeiros e as moedas dentro de certas regras, tanto em níveis global como local. A OTAN do pós-Guerra Fria surgiu como o núcleo de uma força militar dotada de credibilidade, tendo como função policiar a nova desordem mundial. O NAFTA vem buscando estimular a integração econômica do hemisfério ocidental, com a possível incorporação do Chile desmentindo sua rotulação. O Mercosul, por outro lado, vem confirmando sua independência na América do Sul por meio de aumentos significativos no volume de transações comerciais com a Europa em relação aos Estados Unidos. Além disso, diversas instituições de cooperação internacional do Pacífico vêm tentando formar uma comunidade de interesses econômicos, superando um sentimento de desconfiança histórica entre os principais países da Ásia (Japão, China, Coréia, Rússia). Países em todo o mundo estão se valendo de antigas instituições, tais como a ASEAN ou a Organização da Unidade Africana, ou recorrendo até mesmo a instituições pós-coloniais, tais como a *Commonwealth* ou o sistema cooperativo francês, como plataformas para a realização de empreendimentos conjuntos visando

uma série de objetivos que dificilmente seriam alcançados por Estados-Nação que atuassem isoladamente. A maior parte das análises desse processo crescente de internacionalização das políticas do Estado parece questionar a viabilidade do estabelecimento de um governo global com soberania totalmente compartilhada, apesar da lógica consistente desse conceito. Ao invés disso, normalmente considera-se o governo global como sendo a convergência negociada de interesses e políticas dos governos nacionais.⁵¹ Os Estados-Nação e suas elites são muito apegados a seus privilégios para abrir mão de sua soberania, a não ser que possam fazê-lo a troco da promessa de retornos palpáveis. Além disso, de acordo com pesquisas de opinião, é muito pouco provável, num futuro próximo, que a maioria dos cidadãos de um determinado país aceite a integração total a um Estado federativo supranacional.⁵² A experiência norte-americana de formação de uma nação federativa é tão específica historicamente que, apesar de sua força apelativa, dificilmente pode ser adotada como modelo para os federalistas do final do milênio em outras regiões do mundo.

Como se não bastasse, a incapacidade cada vez maior de os Estados tratarrem de problemas globais que causam impacto na opinião pública (com questões que variam do destino das baleias à tortura de dissidentes políticos em todo o mundo) leva as sociedades civis a assumirem gradativamente as responsabilidades da cidadania global. Assim, Anistia Internacional, Greenpeace, Medicina Sem Fronteiras, Oxfam e tantas outras organizações não-governamentais transformaram-se em uma força de grande importância na conjuntura internacional dos anos 90, muitas vezes promovendo maior captação de recursos, atuando com melhor desempenho e tendo sua legitimidade bem mais reconhecida que iniciativas internacionais patrocinadas pelos governos. A “privatização” do humanitarismo global vem minando lentamente um dos últimos princípios lógicos que justificam a necessidade da existência do Estado-Nação.⁵³

Em suma, temos testemunhado, simultaneamente, um processo irreversível de soberania compartilhada na abordagem das principais questões de ordem econômica, ambiental e de segurança e o entrincheiramento dos Estados-Nação como os componentes básicos desse complexo emaranhado de instituições políticas. Entretanto, o resultado desse processo não é o fortalecimento dos Estados-Nação, mas sim a erosão sistêmica de seu poder em troca de sua durabilidade. Isso acontece, em primeiro lugar, porque os processos ininterruptos de conflitos, alianças e negociações tornam as instituições internacionais cada vez mais ineficientes, de modo que a maior parte de sua energia política é consumida no processo e não no produto, o que reduz substancialmente a capacidade de intervenção dos Estados, de um lado, incapazes de agir por conta

própria e, de outro, paralisados nas tentativas de agir coletivamente. Além disso, as instituições internacionais, em parte para escapar desse estado de paralisia, em parte por causa da lógica inerente a qualquer aparato burocrático, tendem a adquirir vida própria. Ao fazê-lo, definem suas áreas de atuação de uma forma que tende a superar o poder de seus Estados de origem, instituindo portanto uma burocracia global *de facto*. Por exemplo, é essencialmente errônea, conforme argumentam os críticos de esquerda, a idéia de que o Fundo Monetário Internacional é um agente do imperialismo norte-americano e, para todos os efeitos, de qualquer tipo de imperialismo. O FMI é um agente de si mesmo, impelido principalmente pela ideologia da ortodoxia econômica neoclássica, bem como pela convicção de ser um marco de referência e racionalidade em um mundo perigoso, construído a partir de expectativas completamente irracionais. A frieza, que pessoalmente testemunhei, com que os tecnocratas do FMI ajudaram a destruir a sociedade russa nos momentos mais críticos de transição no período 1992-95 nada tem a ver com a dominação capitalista. Trata-se, como foi no caso da África e da América Latina, de um compromisso sólido, honesto e ideológico de ministrar lições de racionalidade financeira a todos os povos do mundo, como se fosse a única base confiável sobre a qual se deve construir uma nova sociedade. Cantando vitória na Guerra Fria do capitalismo desenfreado (uma afronta histórica aos intensos combates da social-democracia contra o comunismo soviético), os especialistas do FMI não agem sob orientação dos governos que os indicam, ou dos cidadãos que os sustentam, mas sim como cirurgiões autoproclamados capazes de remover com grande habilidade os remanescentes dos controles políticos sobre as forças de mercado. Mediante tal procedimento, causam muitas vezes um profundo ressentimento entre cidadãos de todo o mundo, que sentem em seu cotidiano o impacto dessas instituições globais, que sobrepujam a obsolescência de seus Estados-Nação.

Portanto, a relevância cada vez maior do papel desempenhado pelas instituições internacionais e consórcios supranacionais nas políticas mundiais não pode ser equiparada à derrocada do Estado-Nação. Mas o preço pago pelos Estados-Nação por sua precária sobrevivência como redes de segmentos dos Estados corresponde à sua importância cada vez mais reduzida, comprometendo inteiramente sua legitimidade e, em última análise, agravando ainda mais sua ineficácia e incapacidade.

Identidades, governos locais e a desconstrução do Estado-Nação

No dia 25 de dezembro de 1632, o grão-duque de Olivares escreveu uma carta a seu rei, Filipe IV, no seguinte teor:

É de suma importância em vosso Reinado que Vossa Majestade vos torneis Rei da Espanha; quero dizer, Majestade, que não vos deveis contentar com o título de Rei de Portugal, Aragão, Valência e Conde de Barcelona, mas deveis arquitetar em segredo um plano para submeter tais reinos dos quais a Espanha é constituída aos costumes e às leis de Castela, sem que haja diferenciação quanto à forma das fronteiras, postos alfandegários, poder de convocar as Cortes de Castela, Aragão e Portugal sempre que vos parecer desejável, e de nomear ministros das diferentes nações, sem quaisquer restrições... E se Vossa Majestade conseguir tal intento, sereis o príncipe mais poderoso do mundo.⁵⁴

O rei agiu de acordo com essas orientações, desencadeando um processo que acabou resultando na Revolta dos Ceifeiros na Catalunha, a insurreição contra o imposto sobre o sal no País Basco e a rebelião em Portugal que culminou na independência daquele país. Ao mesmo tempo, contudo, o rei lançava as bases do Estado-Nação espanhol moderno e centralizado, embora o fizesse sob condições tão precárias que provocaram levantes, repressões, guerras civis, terrorismo e instabilidade institucional durante quase três séculos.⁵⁵ Apesar de o Estado espanhol, até o ano de 1977, ter sido um caso extremo de imposição de homogeneidade, a maioria dos Estados-Nação, e principalmente o Estado revolucionário francês, foi instituída com base na negação das identidades histórico-culturais de seus elementos constitutivos em prol da identidade que melhor atendesse aos interesses dos grupos sociais dominantes quando da origem do Estado. Conforme exposto no capítulo 1, o Estado, e não a nação (definida culturalmente, territorialmente ou ambos), deu origem ao Estado-Nação *na Idade Moderna*.⁵⁶ Uma vez estabelecida a nação, efetivamente sob controle territorial de um determinado Estado, a história compartilhada de ambos induzia à formação de vínculos socioculturais entre seus membros, bem como à união de interesses econômicos e políticos. No entanto, a representação desproporcional dos interesses sociais, culturas e territórios do Estado-Nação descaracterizou as instituições nacionais em função dos interesses das elites que deram origem a esse Estado e de sua política de alianças, abrindo caminho para crises institucionais sempre que identidades subjugadas historicamente ou revividas pela ideologia viam-se em condições de se mobilizar pela renegociação do contrato histórico nacional.⁵⁷

A estrutura do Estado-Nação é diferenciada do ponto de vista territorial, e tal distinção, com poderes compartilhados ou não compartilhados, manifesta-se por meio de alianças e confrontos de interesses sociais, culturas, regiões e nacionalidades que integram o Estado. Conforme já analisado em outra ocasião,⁵⁸ a diferenciação territorial das instituições do Estado explica, pelo menos em parte, o aparente mistério do porquê os Estados muitas vezes serem governados em benefício dos interesses de uma minoria, embora não estejam necessariamente fundamentados na repressão. Aos grupos sociais subordinados, bem como às minorias culturais, nacionais e regionais, é assegurado o acesso ao poder nos níveis administrativos mais inferiores dos próprios territórios habitados por esses grupos. Surge desse modo uma estrutura bastante complexa na relação Estado, classes sociais, grupos sociais e identidades presentes na sociedade civil. Em cada uma das comunidades e regiões, as alianças sociais e sua expressão política são específicas, correspondentes às relações de poder local/regional, à história do território e à sua conjuntura econômica. Tal distinção entre alianças de poder de acordo com as diversas regiões e comunidades constitui um mecanismo essencial sobretudo para a manutenção do equilíbrio entre os interesses das várias elites que se beneficiam coletivamente das políticas do Estado, embora o façam em diferentes proporções, dimensões e territórios.⁵⁹ Os membros mais notáveis de um determinado local ou região negociam o poder sobre seu território oferecendo em troca sua obediência às estruturas de dominação em nível nacional, em que os interesses das elites nacionais ou globais são mais poderosos. Tais membros atuam como intermediários entre as sociedades locais e o Estado nacional: assumem ao mesmo tempo o papel de agentes políticos e chefes locais. Uma vez que os acordos firmados entre atores sociais no âmbito do governo local muitas vezes não correspondem às alianças políticas estabelecidas entre os diversos interesses sociais em nível nacional, o sistema local de poder não se desenvolve facilmente de acordo com ideologias partidárias estritas, mesmo no caso das democracias europeias, eminentemente partidárias. Não raro, as alianças sociais locais e regionais refletem acordos *ad hoc*, firmados em torno de lideranças locais. Portanto, os governos locais e regionais representam, simultaneamente, a manifestação do poder do Estado descentralizado, o ponto de contato mais próximo entre o Estado e a sociedade civil e a expressão de identidades culturais que, embora hegemônicas em determinado território, são incorporadas, de forma bem esparsa, às elites dominantes do Estado-Nação.⁶⁰

No capítulo 1, sustentei a idéia de que a crescente diversificação e fragmentação dos interesses sociais na sociedade em rede resultam na agregação

de tais interesses sob a forma de identidades (re)construídas. Assim, múltiplas identidades submetem ao Estado-Nação as reivindicações, exigências e desafios da sociedade civil. A incapacidade cada vez mais acentuada de o Estado-Nação atender *simultaneamente* a essa ampla gama de exigências leva ao que Habermas denomina “crise de legitimação”,⁶¹ ou, segundo a análise de Richard Sennett, à “decadência do homem público”,⁶² a figura que representa as bases da cidadania democrática. Para superar tal crise de legitimação, os Estados descentralizam parte de seu poder em favor de instituições políticas locais e regionais. Essa transferência de poder decorre de duas tendências convergentes. De um lado, dada a diferenciação territorial entre as instituições do Estado, as identidades das minorias regionais e nacionais conseguem se manifestar com maior desenvoltura em níveis local e regional. Por outro lado, os governos nacionais tendem a concentrar-se na administração dos desafios impostos pela globalização da riqueza, da comunicação e do poder, permitindo portanto que escalões inferiores do governo assumam a responsabilidade pelas relações com a sociedade tratando das questões do dia-a-dia, com o objetivo de reconstruir sua legitimidade por meio da descentralização do poder. Contudo, uma vez instaurado tal processo de descentralização, os governos locais e regionais podem tomar iniciativas em nome de suas respectivas populações, e até mesmo elaborar estratégias de desenvolvimento distintas do sistema global, o que faz com que concorram diretamente com seus próprios Estados centrais.

Aparentemente, essa é a tendência dos anos 90 em todo o mundo. Nos Estados Unidos, a crescente desconfiança no governo federal ainda caminha lado a lado com o ressurgimento de governos locais e estaduais como focos da atenção pública. De fato, de acordo com pesquisas de opinião realizadas em meados da década de 90,⁶³ esse reposicionamento do governo proporciona a oportunidade mais imediata de recuperação da legitimidade da política, seja sob a forma de populismo ultraconservador, como é o caso do movimento pelos “direitos dos condados” ou do renascido Partido Republicano, construindo sua hegemonia com base nos ataques ao governo federal.⁶⁴ Na União Européia, embora importantes áreas de soberania tenham sido transferidas para Bruxelas, a responsabilidade por muitos problemas relacionados à vida cotidiana dos cidadãos foi passada para as mãos dos governos regionais e locais, inclusive, na maioria dos países, os setores da educação, ação social, cultura, habitação, meio ambiente e instalações e melhorias urbanas.⁶⁵ Além disso, cidades e regiões em toda a Europa associaram-se em torno de redes institucionais que fogem ao controle dos Estados nacionais, constituindo um dos mais eficientes *lobbies*

capazes de atuar simultaneamente junto às instituições européias e seus respectivos governos nacionais. Como se não bastasse, as cidades e regiões participam ativamente de negociações diretas com empresas multinacionais, transformando-se nos agentes mais importantes das políticas de desenvolvimento econômico, uma vez que as ações dos governos nacionais estão condicionadas às regulamentações da UE.⁶⁶ Na América Latina, a reestruturação da política do governo central para superar a crise dos anos 80 imprimiu novo ritmo aos governos municipais e estaduais, cujo papel fora até então limitado pelo acentuado grau de dependência do governo nacional, com a importante exceção do Brasil. Os governos locais, estaduais e regionais do México, Brasil, Bolívia, Equador, Argentina e Chile beneficiaram-se da descentralização do poder e dos recursos nos anos 80 e 90, empreendendo uma série de reformas sociais e econômicas que vêm transformando a geografia institucional da América Latina. Assim, esses governos não só foram capazes de compartilhar do poder do Estado-Nação, mas tiveram condições, sobretudo, de lançar as bases de uma nova legitimidade política em prol do Estado local.⁶⁷

Atualmente a China vivencia um processo de transformação similar, tendo Xangai e Guandong à frente no controle das principais vias de acesso à economia global, com muitas cidades e províncias em todo o país estruturando suas próprias relações com o novo sistema de mercado. Embora aparentemente Pequim detenha com mão de ferro o controle político do país, na realidade o poder do Partido Comunista Chinês depende de um delicado equilíbrio de poder e distribuição de riqueza compartilhados entre as elites nacionais, provinciais e locais. É bem provável que este acordo central/provincial/local do Estado chinês seja o principal mecanismo de garantia para uma transição ordenada do estatismo para o capitalismo.⁶⁸ Situação semelhante pode ser observada na Rússia do pós-comunismo. A manutenção do equilíbrio de poder entre Moscou e as elites locais e regionais tem sido fundamental para a relativa estabilidade do Estado russo em meio a uma economia caótica, bem como para a relação entre o governo federal e os “generais do petróleo” da porção ocidental da Sibéria quanto à divisão dos lucros e do poder; ou ainda entre as elites moscovitas e as elites locais tanto na Rússia européia quanto no Extremo Oriente.⁶⁹ Por outro lado, no momento em que as exigências da identidade nacional não foram devidamente reconhecidas, e mesmo mal-administradas, como na Chechênia, sobreveio a guerra, que passou a ser uma das maiores responsáveis pelo desvio de percurso da transição russa.⁷⁰ Assim, da glória de Barcelona à agonia de Grozny, a identidade territorial e os governos locais/

regionais têm-se transformado em forças decisivas no destino dos cidadãos, nas relações entre Estado e sociedade, e na reestruturação dos Estados-Nação. Uma pesquisa sobre evidências comparativas no processo de descentralização política parece confirmar o dito popular segundo o qual os governos nacionais na Era da Informação são muito pequenos para lidar com as forças globais, no entanto muito grandes para administrar as vidas das pessoas.⁷¹

A identificação do Estado

A institucionalização seletiva da identidade no Estado causa um impacto indireto muito importante na dinâmica geral do Estado e da sociedade. Na verdade, nem todas as identidades têm condições de encontrar refúgio nas instituições dos governos locais e regionais. Na verdade, uma das funções da diferenciação territorial adotadas pelo Estado é manter o princípio da igualdade universal, ao mesmo tempo coordenando a aplicação desse princípio sob forma de desigualdade segregada. Trata-se do diferente e do desigual em relação à norma que subjaz, por exemplo, à sólida autonomia dos governos locais dos Estados Unidos.⁷² A concentração das populações de baixa renda e das minorias étnicas nas cidades centrais norte-americanas ou *banlieues* franceses tende a confinar os problemas sociais a uma perspectiva espacial, causando uma redução nos níveis de recursos públicos disponíveis precisamente por manter a autonomia local. A autonomia local/regional dá maior força às elites e às identidades dominantes nos próprios territórios, em detrimento dos grupos sociais não representados nessas instituições governamentais autônomas, ou ainda, relegados a guetos e marginalizados.⁷³ Nessas condições, podem ocorrer dois processos diferentes. Por um lado, as identidades com tendências assimilativas utilizam seu controle das instituições regionais para ampliar a base social e demográfica de sua identidade. Por outro lado, sociedades locais entrincheiradas em uma posição defensiva transformam suas instituições autônomas em mecanismos de exclusão. Um exemplo do primeiro desses processos é a democrática Catalunha: administrada por catalães e em catalão, embora nos anos 90 a maioria da população adulta não tenha nascido na Catalunha, pois a taxa de natalidade de mulheres genuinamente catalãs tem sido tradicionalmente mais baixa que as taxas de renovação da população. Mesmo assim, o processo de integração cultural e a assimilação social dos imigrantes do sul da Espanha é relativamente tranquilo, de modo que seus filhos são, do ponto de vista cultural, catalães (ver capítulo 1). Importante

observar nesse exemplo de que forma uma determinada identidade cultural/nacional, para ser catalã, utiliza o controle do Estado local/regional para sobreviver como identidade, tanto pela melhoria das bases de negociação com o Estado-Nação espanhol, como mediante a influência sobre as instituições regionais/lokais para integrar os não-catalães, transformando-os assim em catalães, e reproduzindo a própria Catalunha por meio de famílias que a adotaram como sua nação.

Um cenário totalmente distinto surge quando as identidades e os interesses predominantes nas *instituições* locais rejeitam a noção de integração, como no caso de comunidades etnicamente divididas. Com certa freqüência, como resposta à rejeição da cultura oficial, os excluídos assumem uma postura de orgulho por haverem adquirido tal identidade, como ocorre em muitas comunidades de latinos nas cidades norte-americanas, ou ainda com os jovens *beurs* dos guetos da África do Norte francesa.⁷⁴ Essas minorias étnicas excluídas não se dirigem aos poderes locais, mas apelam ao Estado nacional para ter seus direitos reconhecidos e interesses representados, em um nível que excede a competência dos governos locais/estaduais e lhes oferece oposição, como se pode observar no caso das minorias norte-americanas que exigem programas de “ação afirmativa” como forma de compensação de séculos de discriminação social e institucional. Contudo, para sobreviver à crise de legitimidade que atravessa em relação à “maioria”, o Estado-Nação tem transferido poderes e recursos em escala cada vez maior aos governos locais e regionais. Com isso, vai se tornando cada vez mais inapto para a tarefa de equalizar os interesses das diversas identidades e grupos sociais nele representados. Conseqüentemente, crescentes pressões sociais ameaçam o equilíbrio da nação inteira. A incapacidade cada vez maior demonstrada pelo Estado-Nação de responder a tais pressões, dada a descentralização de seu poder, continua comprometendo a legitimidade de seu papel de protetor e representante das minorias discriminadas. Ato contínuo, tais minorias procuram refúgio em suas comunidades locais, em estruturas não-governamentais auto-suficientes.⁷⁵ Portanto, um processo iniciado como uma tentativa de recuperação da legitimidade do Estado mediante a transferência de poder do âmbito nacional para o âmbito local pode acabar agravando ainda mais a crise de legitimidade do Estado-Nação, bem como a tribalização da sociedade em comunidades construídas a partir de identidades primárias, conforme demonstrado no capítulo 1.

Em última análise, nos casos em que o Estado-Nação não representa uma identidade importante ou não abre espaço para uma coalizão de interesses sociais fundamentados em uma identidade (re)construída, uma força social/

política definida por uma determinada identidade (étnica, territorial, religiosa) pode assumir o controle do Estado, a fim de transformá-lo na expressão exclusiva dessa identidade. Esse é o processo de formação dos Estados fundamentalistas, como a República Islâmica do Irã, ou das instituições governamentais norte-americanas propostas pela Coalizão Cristã na década de 90. À primeira vista, talvez possa parecer que o fundamentalismo tenha dado novo ânimo ao Estado-Nação, em uma versão histórica atualizada. Contudo, o que temos na verdade é a mais profunda manifestação de derrocada do Estado-Nação. Conforme analisado no capítulo 1, a expressão do Islã não é, nem pode ser, o Estado-Nação (uma instituição secular), mas sim a *umma*, ou comunidade de fiéis. A *umma* é, por definição, um conceito transnacional, que visa estender-se a todo o universo. Também esse é o caso da Igreja Católica, um movimento transnacional e fundamentalista que busca a conversão de todo o planeta para o único e verdadeiro Deus, valendo-se quando possível do apoio do Estado. Sob essa perspectiva, um Estado fundamentalista não é um Estado-Nação, tanto na relação com o mundo como com a sociedade que ocupa o território nacional. *Vis-à-vis* o mundo, o Estado fundamentalista tem de fazer articulações, formando alianças com os aparatos de outros fiéis, Estados ou não, com o objetivo de expandir sua crença e adaptar as instituições nacionais, internacionais e locais aos princípios da fé: o projeto fundamentalista é caracterizado por uma teocracia global, não um Estado nacional estabelecido em bases religiosas. *Vis-à-vis* uma sociedade definida territorialmente, o Estado fundamentalista não pretende representar os interesses de todos os cidadãos e de todas as identidades que vivem naquele território, mas sim ajudá-los, com suas identidades diversas, a encontrar a verdade de Deus, a única verdade. Portanto, o Estado fundamentalista, embora se manifeste como a última expressão de poder absoluto dos Estados, o faz mediante a negação da legitimização e da permanência do Estado-Nação.

Assim, a atual dança da morte entre identidades, nações e Estados deixa, de um lado, Estados-Nação historicamente esvaziados, vagando nos mares dos fluxos globais de poder, e de outro, identidades fundamentais, retraídas em suas comunidades ou mobilizadas na captura incondicional de um Estado-Nação cercado por todos os lados; em meio a essa turbulência, o Estado-Nação local luta com todas as forças para reconstruir sua legitimização e instrumentalidade, navegando em redes transnacionais e integrando sociedades civis locais.

Vejamos o sentido mais completo dessa proposição atendo-nos aos acontecimentos da atualidade em dois grandes Estados-Nação que vêm passando

por uma crise estrutural (a exemplo de tantos outros em todo o mundo) nos anos 90: o México e os Estados Unidos.

As crises contemporâneas dos Estados-Nação: o Estado mexicano do PRI e o governo federal dos EUA nos anos 90

A análise da crise dos Estados-Nação, conforme apresentado no presente capítulo, pode ser esclarecida por meio de uma síntese de crises específicas. Vale lembrar ao leitor, contudo, que as observações e interpretações apresentadas abaixo não têm a pretensão de adquirir um caráter de estudo minucioso das crises dos Estados, dadas as limitações do capítulo, mesmo nos casos em que tais observações estão fundamentadas no conhecimento empírico. De uma ampla gama de possibilidades em todo o mundo, selecionei, em parte por motivos de experiência pessoal, dois casos importantes. Primeiro, o Estado mexicano do PRI, porque, *após ter-se mantido como um dos mais estáveis regimes políticos do mundo por cerca de seis décadas, acabou se desintegrando em poucos anos por causa do impacto conjugado, conforme argumentarei aqui, da globalização, das identidades e de uma sociedade civil submetida a transformações*. Segundo, creio que seja adequado explorar os efeitos reais dos processos referidos acima sobre o governo federal dos Estados Unidos, a despeito do fato de os EUA serem um caso excepcional em razão do tamanho de sua economia, flexibilidade política e alto grau de descentralização da estrutura do Estado. Ressalte-se que é precisamente tal excepcionalidade⁷⁶ que torna a observação do Estado-Nação norte-americano interessante para fins de análise. Isso ocorre porque, *se até mesmo um Estado de grande influência global, e fundado em um federalismo flexível, se vê cercado pelas atuais tendências abordadas neste capítulo, então pode-se atribuir maior abrangência à análise ora proposta*.

NAFTA, Chiapas, Tijuana e os estertores do Estado do PRI⁷⁷

Após duas décadas de turbulência pós-revolucionária, o México logrou construir um dos Estados mais eficientes, se não mais democráticos, de todo o mundo. Tal Estado foi constituído em torno do que seria chamado mais tarde de *Partido Revolucionario Institucional* (PRI), cujo projeto político consistia literalmente na institucionalização da revolução de 1910-17 em toda sua varie-

dade de ideais e atores. O Estado do PRI foi capaz de subjugar os centros antagônicos de poder que impunham sua presença sobre a política latino-americana na maioria dos outros países da região: o Exército e a Igreja Católica. Consegiu sobreviver com grande habilidade à inevitável e estreita relação com os Estados Unidos, preservando o nacionalismo mexicano e reafirmando a autonomia política do país, ao mesmo tempo gozando de boas relações com seu poderoso vizinho. Outra de suas conquistas foi a construção de uma identidade nacional indígena, estabelecendo o vínculo com a memória das civilizações pré-colombianas, embora mantendo em marginalidade obscura os 10% de sua população representados por índios. Também obteve sucesso em promover um crescimento econômico substancial entre 1940 e 1974, fazendo com que o país ocupasse a posição de 12^a economia do mundo nos anos 90. Finalmente, com exceção de assassinatos a mando de latifundiários e *caciques* locais, eventuais massacres políticos (por exemplo, Tlatelolco em 1968) e algumas escaramuças de guerrilhas esquerdistas, raramente fez-se uso de violência na política mexicana. De fato, a transmissão do poder entre presidentes ocorreu de forma ordenada, previsível e incontestada. Todo presidente que deixava o cargo sempre apontava seu sucessor, abandonando o cenário político em caráter definitivo. E todo presidente traía seu antecessor, sem contudo criticá-lo e tampouco investigar seus atos. A corrupção sistêmica e generalizada também era ordenada, praticada dentro das regras e um importante elemento estabilizador da política mexicana: todo presidente renovava a distribuição dos cargos políticos em toda a estrutura do Estado, o que levava a dezenas de milhares de novas nomeações a cada seis anos. Durante o mandato do presidente, os nomeados tinham a oportunidade de obter vantagens pessoais com seu cargo, sob diversas formas. Tal rodízio coletivo das elites políticas em um sistema altamente compensador assegurava a disciplina coletiva, em que todos (leia-se *todos* somente no masculino, pois a esfera política era ocupada eminentemente por homens) esperavam por sua oportunidade, que provavelmente chegaria desde que fossem observadas as regras do jogo. O castigo imputado àquele que violasse as regras de disciplina, silêncio, paciência e, sobretudo, hierarquia, era o exílio permanente de qualquer posição importante de poder e riqueza no país, sendo inclusive praticamente impedido de aparecer na mídia e privado de nomeações acadêmicas significativas. Dentro do PRI, diversas facções políticas (*camarillas*) disputavam o poder, contudo sem quebrar as regras de disciplina coletiva do partido, jamais contestando a autoridade do presidente, o juiz de última instância em qualquer tipo de contenda. Contudo, o segredo da estabilidade social e política do Estado mexicano era o intrincado

sistema de conexões entre o PRI e a sociedade civil. Esse sistema se baseava na incorporação orgânica de setores populares, principalmente por meio de entidades de classe, como a *Confederacion de Trabajadores Mexicanos* (CTM), que controlava a classe trabalhadora; a *Confederacion Nacional Campesina* (CNC), que exercia controle sobre agricultores e fazendeiros, a maioria em um sistema de uso comunitário da terra em propriedades do Estado (*ejidos*), estabelecidas pela reforma agrária; e a *Confederacion Nacional de Organizaciones Populares* (CNOP), responsável pela tentativa de organização de diversos setores urbanos, normalmente sem muito sucesso. De maneira geral, este sistema de clientela política não se baseou na manipulação e na repressão, mas na concessão de empregos, salários, benefícios sociais, bens (inclusive terras) e serviços (inclusive instalações e melhorias urbanas) em um esquema populista bastante abrangente. A burguesia mexicana e o capital externo foram essencialmente excluídos desse sistema de poder, embora seus interesses estivessem quase sempre representados pelo PRI, sem dúvida um partido pró-capitalista, embora em uma versão nacional populista. Com efeito, a maioria dos grandes grupos empresariais, com exceção do grupo independente Monterrey, era um prolongamento do Estado mexicano. Em última análise, as eleições eram sistematicamente marcadas pela fraude e intimidação onde fosse necessário. Na maioria das vezes (embora não em todos os casos, em todas as eleições) entretanto, o PRI teria vencido sem o auxílio de tais expedientes, dada a eficiência do sistema populista, engenhosamente montado na sociedade por meio de redes de influência, nepotismo e lealdade pessoal integrando uma cadeia vertical de reciprocidades que se estendia por todo o país. Nesse sentido, o sistema instaurado pelo PRI não consistia simplesmente de um regime político, mas da própria estrutura do Estado mexicano, em sua forma de existência no século XX.

Então, tudo isso ruiu em menos de uma década, entre meados dos anos 80 e meados dos 90. Mesmo no caso bastante improvável de que o primeiro presidente mexicano do século XXI fosse novamente um candidato do PRI, ele exerceria seu cargo em um Estado muito diferente, pois o sistema político descrito acima já entrou em colapso. Em 1994, o primeiro ano de existência legal do NAFTA, a expressão institucional da globalização em larga escala da economia mexicana, os seguintes acontecimentos ocorreram: os zapatistas fizeram uma insurreição em Chiapas, logo no primeiro dia do ano; o candidato do PRI à presidência, Luis Donaldo Colosio, foi assassinado (a primeira vez que isso acontece em meio século); o peso mexicano despencou e, a despeito de um apoio sem precedentes dos EUA e do FMI, por pouco o México, cuja crise causou grandes repercussões em toda a economia mundial, não quebra; o secretário-

geral do PRI, Jose Francisco Ruiz Massieu (cuja primeira mulher era irmã do presidente Salinas), foi assassinado, e levantaram-se suspeitas de que seu irmão, o vice-procurador-geral da República do México, teria acobertado o assassinato e fugido do país; Raul Salinas, irmão do então presidente Carlos Salinas, e um dos principais parceiros de negócio do presidente, foi acusado de ter sido o mandante do assassinato de Ruiz Massieu, e acabou sendo preso; as ligações de Raul Salinas com os cartéis da droga e o esquema de lavagem de centenas de milhões de dólares vieram à tona; poucos dias depois de deixar o poder em dezembro de 1994, o presidente Carlos Salinas rejeitou todo tipo de acusação contra ele, ensaiou uma greve de fome de 24 horas e, após haver recebido uma palavra bem-educada de conforto de seu sucessor, Ernesto Zedillo, deixou o país; sua partida, pela primeira vez na história do país, desencadeou uma torrente de denúncias públicas e trocas de acusações de políticos mexicanos de todas as facções, inclusive ex-presidentes, que decidiram que daquele momento em diante valia tudo. Embora o PRI tenha saído vitorioso nas eleições presidenciais de agosto de 1994, em um processo eleitoral relativamente honesto, os temores generalizados de instabilidade e violência caso o PRI fosse derrotado foram fatores decisivos para a vitória do partido. Os resultados das eleições estaduais, municipais e para o Congresso Nacional realizadas em seguida apontaram claramente para uma tendência de maior votação a favor da oposição conservadora, o *Partido de Accion Nacional* (PAN) e, em menor escala, dos opositores de esquerda organizados em torno do *Partido de la Revolucion Democratica* (PRD). O presidente Zedillo abriu mão de parte considerável do controle da máquina eleitoral, nomeou políticos independentes e membros do PAN para cargos de alto escalão em seu governo e parecia estar preparado para ser o presidente responsável pelo processo de transição para um tipo diferente de regime e, talvez, de Estado. O ponto de vista do PRI, no entanto, era bem diferente. Em novembro de 1996, rejeitou o acordo com os outros partidos sobre a elaboração de uma lei de reforma política.

No momento da elaboração desta obra (1996), o futuro político do México é incerto, com forças políticas e líderes de diversas procedências e ideologias posicionando-se para a nova era política. A única certeza é que a trajetória histórica do Estado do PRI chegou ao fim.⁷⁸ E as perguntas são por que, e de que forma, este importante acontecimento político está relacionado ao argumento geral aqui exposto sobre a crise do Estado-Nação como resultado dos conflitos provocados pela contradição entre globalização e identidade.

O atual processo de transformação do México, e a queda de seu Estado-Nação, começou em 1982, quando o México não teve condições de pagar juros sobre a dívida externa, apesar do aumento na produção de petróleo do país

justamente no momento em que as duas crises do petróleo de 1974 e 1979 provocaram um grande aumento nos preços do petróleo no mundo. Após o governo de Lopez Portillo (1976-82) ter terminado com a repentina nacionalização dos bancos mexicanos, em uma tentativa desesperada de reafirmar o controle do Estado sobre uma economia em ritmo acelerado de internacionalização, as elites políticas e empresariais do México, os Estados Unidos e os interesses corporativos internacionais de alguma forma decidiram (não sei exatamente como) que o México era um país muito importante para ser deixado nas mãos de populistas tradicionais. Uma nova geração de *tecnicos*, em vez de *politicos*, subiu ao poder, em que economistas, financistas e cientistas políticos formados nos Estados Unidos substituíram os *licenciados* pela Faculdade de Direito da Universidad Nacional Autonoma de Mexico, a costumeira procedência dos líderes políticos. Não obstante, os integrantes das novas elites ainda tinham de ser *licenciados* pela UNAM, e pertencer à linhagem de uma das tradicionais famílias políticas do PRI. Carlos Salinas, por exemplo, entrou para a política por meio da rede formada pelo ex-presidente Miguel Aleman, em que o pai de Salinas foi secretário de Comércio de 1958-64 e o tio de Salinas, Ortiz Mena, secretário do Tesouro do México entre 1958 e 1982. Miguel de la Madrid, um tecnocrata vinculado aos círculos do integralismo católico, foi o presidente da transição, em 1982-88, ficando encarregado de colocar as finanças do México em ordem, e preparar a nova equipe de líderes jovens, tecnicamente competentes e politicamente ousados com plenas condições de criar um novo país, e um novo Estado, a partir das esferas de poder do próprio PRI: Carlos Salinas, secretário do Orçamento formado em Harvard, e Manuel Camacho, secretário do Desenvolvimento Urbano, eram as principais figuras. Entretanto, o programa de austeridade implantado por De la Madrid nos anos 80 fez com que o México mergulhasse na recessão e, para todos os efeitos, rompeu o pacto social com as classes trabalhadoras e os setores populares urbanos. Os sindicalistas tiveram o cuidado de preservar seus privilégios, mas os operários da indústria, os funcionários públicos e outros segmentos da população sentiram o golpe da reestruturação. Em 1985, um terremoto abalou a Cidade do México, destruindo casas e empresas, e desencadeando protestos sociais. Uma coalizão política alternativa, a FDN, organizada por Cuauhtemoc Cardenas (filho do general Cardenas, o histórico líder populista do PRI nos anos 30), ganhou força, atraindo a esquerda do PRI, de onde surgiu Cuauhtemoc Cardenas. O PRI mal sobreviveu às eleições presidenciais de 1988: a Cidade do México, Guadalajara e Ciudad Juarez votaram contra o PRI. Carlos Salinas, o candidato indicado pelo partido, foi eleito em decorrência de fraude eleitoral, por uma

diferença pequena o suficiente para que a fraude se tornasse o fator decisivo para a vitória. Salinas, homem inteligente e bem-educado, entendeu a mensagem. Nomeou seu velho amigo Manuel Camacho como *Regente* (prefeito) da Cidade do México, dando-lhe carta branca: programas sociais, negociações com a sociedade civil, democratização. O novo presidente (contando com a ajuda bastante influente do “Rasputin mexicano”, o consultor internacional nascido na França e de ascendência espanhola, Jose Cordoba) empreendeu esforços para assegurar a integração total do México na economia global. A visão de Salinas era clara e direta: “Vemos atualmente uma intensa globalização econômica dos mercados, e a revolução do conhecimento e da tecnologia faz com que todos nós vivamos, mais do que nunca, uma história universal única”.⁷⁹ Sem dúvida, o objetivo de sua carreira (e candidatura semi-oficial) após deixar a presidência era tornar-se o primeiro secretário-geral da recém-formada Organização Mundial de Comércio. Assim, ele apertou o cinto dos mexicanos, reduziu drasticamente os gastos públicos, modernizou a infra-estrutura de comunicações e telecomunicações, privatizou a maioria das empresas públicas, internacionalizou o sistema bancário, liberou o comércio e abriu as portas do país para o capital estrangeiro. Embora o padrão de vida tenha caído muito para a maioria da população, a inflação reduziu-se vertiginosamente, a economia mexicana apresentou um crescimento bastante significativo, as exportações decolaram e os investimentos externos invadiram o país, a ponto de em 1993 o México tornar-se o captador do maior volume de investimentos externos diretos entre os países do mundo em desenvolvimento. As reservas cambiais acumularam-se rapidamente. O serviço da dívida externa estava sob controle. Via-se um exemplo bem-sucedido de globalização em pleno funcionamento. Salinas também lançou-se a um ataque sem precedentes a líderes trabalhistas corruptos (que serviu de aviso a todos os trabalhadores sindicalizados) e prometeu combater a corrupção e o tráfico de drogas, embora nessas questões a história, talvez dentro em breve, dê o veredito quanto ao seu verdadeiro papel nesse processo. Salinas também reduziu bastante o salário real dos trabalhadores mexicanos e foi responsável pelo empobrecimento de grande parcela da população. Lançou um programa de caridade, o *Pronasol*, dirigido por um de seus colaboradores mais próximos, Luis Donald Colosio, ao mesmo tempo incumbindo Camacho da prestação de assistência aos sem-teto da Cidade do México, e Ernesto Zedillo da modernização do sistema educacional do país. À custa de muito sofrimento humano por trás desse processo, a economia mexicana passou por profundas transformações em poucos anos, a ponto de os EUA, juntamente com investidores internacionais, decidirem

que já era tempo de “graduar” o México, dando as boas-vindas a essa nação de mais de 90 milhões de habitantes ao Clube do Primeiro Mundo (a OCDE), a despeito do fato de mais de 50% de seus cidadãos estarem vivendo abaixo da linha da pobreza, e cerca de 30%, na pobreza absoluta. A assinatura do NAFTA em 1993 foi o ponto alto dessa estratégia de integração do México à economia global. O momento de glória de Salinas. E também o momento de indicar o próximo candidato a presidente. Ao invés de optar por Camacho, o político mais forte e mais popular de seu círculo de amizades, escolheu Colosio, outro *tecnico* jovem que, embora não fizesse parte da velha guarda do PRI, foi presidente do partido, que o considerava um homem mais aberto a transigências e concessões. Ironicamente, o melhor amigo de Camacho no PRI, Ruiz Massieu, era o secretário-geral do partido. Contudo, ele estava ali justamente para lutar contra os “dinossauros” da velha guarda. Camacho ficou extremamente irritado por ter sido preterido, tanto por razões políticas como pessoais e, pela primeira vez na história política mexicana, abriu o jogo ao presidente quanto às suas opiniões, e em público. Apesar de tudo isso, ele não tinha escolha. No final de 1993, tudo parecia estar sob controle, e aparentemente Salinas fora bem-sucedido em sua *perestroyka* precisamente por evitar o erro que, segundo ele, Gorbachev cometera: promover reformas políticas antes de reestruturar a economia.

Então, no dia 1º de janeiro de 1994, o primeiro dia da era NAFTA, os zapatistas atacaram. Anteriormente, apresentei uma análise das causas, circunstâncias e significado do movimento zapatista (capítulo 2), de modo que aqui considerarei simplesmente o efeito do movimento sobre a crise do Estado mexicano. Foi devastador. Não só por ameaçar o poder do Estado do ponto de vista militar, mas também por ter-se alastrado rapidamente como o grito de guerra de uma sociedade civil que, em sua grande maioria, encontrava-se em graves dificuldades econômicas e em estado de alienação política. Além disso, uma rebelião genuinamente indígena e camponesa desferiu um grande golpe na mitologia do PRI. Os pobres, os camponeses, os índios, não eram os beneficiários subjugados e eternamente agradecidos pelo sucesso da revolução, mas sim os excluídos, e estavam dando o troco. O véu da hipocrisia sob o qual o México vivera durante décadas estava irredimivelmente rompido. O rei estava nu, assim como o PRI.

Segundo ato. Profundamente agastado com a reação de Camacho, Salinas decidiu solicitar seus serviços mais uma vez (com finalidades e por motivos que desconheço) para que apagasse o incêndio em Chiapas. Camacho foi nomeado o representante do presidente nas negociações de paz. Sua habilida-

de política como negociador com grande capacidade de conciliação, juntamente com a popularidade dos zapatistas, desencadeou uma nova rede de intrigas no PRI no início de 1994. Dada a dificuldade para que a campanha de Colosio decolasse, a possibilidade de o presidente voltar atrás em sua decisão, nomeando Camacho em vez de Colosio, tornou-se o principal tema nas conversas da cidade. Colosio, o candidato à presidência, tecnocrata competente e bem-intencionado (especialista em planejamento regional pela Universidade da Pensilvânia) não era membro da velha guarda. As bases político-partidárias já viviam um clima de tensão por conta da sua indicação. Mas Camacho ainda tinha mais: político habilidoso, dispunha de seus próprios vínculos partidários, apoio das bases, bom desempenho nas pesquisas de opinião, além de ser avesso a concessões. Tanto Colosio quanto Camacho trariam problemas futuros para o partido caso se tornassem presidentes. Mas ainda pior que qualquer um dos dois era a incerteza sobre quem seria o candidato, e até mesmo sobre a possibilidade de formarem uma aliança. À medida que prosseguiam as negociações em Chiapas, e como a campanha de Colosio parecia ainda não haver deslanchado, aumentavam as tensões no partido, principalmente em alguns setores com interesses bastante específicos, e com muito a perder.

Nesse ponto da análise, devo inserir um novo elemento que, a meu ver, é absolutamente decisivo, mesmo não tendo provas concretas nesse sentido: *o novo papel do México no crime organizado global*. Desde a década de 60 a maconha vinha sendo cultivada no país e exportada, porém esse tráfico se restringia (ou melhor, se estendia) a algumas regiões dos EUA, tais como o norte da Califórnia e o Kentucky. A produção de heroína começou em escala limitada nos anos 70. A grande mudança veio nos anos 80, quando a formação das redes de tráfico globais, aliada à vigilância redobrada sobre as rotas tradicionais do Caribe e da América Central para os Estados Unidos, levou os cartéis colombianos a dividirem com os cartéis mexicanos parte das atividades do tráfico para os EUA, numa relação em que os mexicanos passaram a receber uma quantidade de cocaína equivalente ao que fossem capazes de contrabandear para os EUA a serviço dos colombianos. O volume do narcotráfico cresceu assustadoramente, dando origem a poderosos cartéis mexicanos: em Tamaulipas e no Golfo, sob o comando de Garcia Abrego; em Ciudad Juarez, chefiado por Amado Carrillo; e em Tijuana, pelos irmãos Arellano Felix, entre outros. A essas atividades acrescentaram-se os lucrativos negócios gerados pela produção e tráfico de heroína. Em seguida, vieram as anfetaminas. Depois, tudo o que se possa imaginar. Transformados em dezenas de bilhões de dólares. Para trabalharem de modo tranquilo e profissional, preferiram adotar o modelo de

Cali ao de Medellín. Evite matanças desnecessárias, seja discreto. Aja calmamente e com eficiência. Compre quem quer que seja necessário: polícia, investigadores, juízes, promotores, funcionários do governo local e federal e caciques do PRI, de preferência os grandes. Cada dólar investido na corrupção é sinônimo de lucro certo porque estabelece uma rede que, ao se estender, multiplica as formas de proteção e garante o silêncio. Assim, enquanto a nova elite tecnopolítica do México preocupava-se em integrar-se à economia global, segmentos significativos do aparato tradicional do PRI, juntamente com autoridades de diversas agremiações políticas, criaram sua própria conexão com a “outra economia global”. Em 1994, a nova “mafocracia” já era bastante forte para defender seus interesses, mas não suficientemente estabelecida para fazer seu capital “desaparecer” nos fluxos financeiros de lavagem de dinheiro. Precisavam de mais tempo, de um tempo predeterminado. E tanto Colosio como Camacho eram imprevisíveis e altamente perigosos para seus interesses. Decidiram matar os dois: Colosio, com uma bala; Camacho, por meio de uma campanha bem-organizada que induziu a opinião pública a culpá-lo moralmente pelo destino de Colosio. O plano teve sucesso. Não por acaso, Colosio foi assassinado em Tijuana. Zedillo, o organizador da campanha de Colosio, e um dos quatro membros do círculo de amizades mais próximo de Salinas (o outro era Pedro Aspe, o ministro da Fazenda), assumiu seu posto. Um competente economista formado em Yale, Zedillo mantinha, contudo, frágeis vínculos políticos, e suas habilidades nesse campo não haviam ainda sido comprovadas. Não que o crime organizado estivesse com o caminho totalmente livre. Mas ao menos haviam mudado as regras do jogo. Qualquer pessoa que ultrapassasse os limites impostos pelo crime iria fazê-lo por sua própria conta e risco.

O próximo da “fila” era o secretário-geral do PRI, que parecia ter ido longe demais na investigação da morte de Colosio, ainda não solucionada até o momento em que escrevo este livro. Dessa vez, as pistas do assassino do secretário-geral Jose Francisco Ruiz Massieu levaram a um parlamentar de destaque do PRI, ao cartel de Tamaulipas, e finalmente a Raul Salinas, irmão e um dos homens mais próximos do presidente. Por mais incrível que possa parecer, o irmão de Ruiz Massieu, o procurador especial nomeado pelo governo para combater o tráfico de drogas, foi acusado formalmente de constar da lista dos subornados pelos cartéis. Ainda é muito cedo para se afirmar, de forma incontroversa, quem fazia o quê, e certamente essa é uma questão fora de minha alçada. Porém, o que parece relevante para efeito de análise é que na grave crise política de 1994, a conexão entre os traficantes de drogas e o PRI

desempenhou papel fundamental nos assassinatos, ameaças, simulações e subterfúgios que romperam as regras tradicionais do jogo político, abrindo caminho para a derrocada do Estado controlado pelo PRI. Vale ressaltar que o caso citado não trata de mera infiltração de agentes criminosos na política. *O alcance global dessas redes criminosas, suas implicações nas relações entre EUA e México e o envolvimento de altos escalões do Estado fazem dessa crise um exemplo significativo de como a globalização do crime é capaz de superar Estados-Nação estáveis e poderosos.*

Os assassinatos políticos, a evidente infiltração de elementos criminosos no Estado, o desafio imposto pelos zapatistas, apoiados pela maioria da população e os conflitos internos no PRI abalaram a confiança dos investidores externos na estabilidade do México como mercado emergente. A saída de capitais começou em março de 1994, após o assassinato de Colosio no dia 23 do mesmo mês. Apesar disso, Salinas e seu ministro da Fazenda, Aspe, decidiram manter a taxa cambial nos mesmo níveis, gastando as abundantes reservas do país para compensar a perda de capital externo. Ao adotarem essa medida, apostavam em reverter a tendência. Isso não aconteceu. Quando Zedillo assumiu a presidência em 1º de dezembro de 1994, entrou em pânico com a situação real da economia ao verificar a contabilidade confidencial do governo. Apressou-se em desvalorizar a moeda, o que agravou ainda mais a situação. A fuga de capitais decorrente de tais medidas deixou o México à beira da inadimplência, abalando os mercados de Buenos Aires e de São Paulo. O presidente dos EUA correu para socorrer o país, por força dos dispositivos do NAFTA, chegando até mesmo a passar por cima do Congresso e injetar US\$ 20 bilhões na economia mexicana a título de garantias, provenientes dos cofres federais. O FMI também contribuiu com um empréstimo de US\$ 8 bilhões (o maior empréstimo já concedido na história da instituição) e firmou alguns acordos, de modo que, em meados de 1995, o México estava caucionando com cerca de US\$ 50 bilhões, o que lhe custou a perda definitiva de sua independência econômica.

Além da reestruturação econômica, implicando elevado custo social, e dos novos vínculos com o crime global, outro elemento essencial para a queda do Estado controlado pelo PRI foi a mobilização da sociedade civil do México, notadamente nos principais centros urbanos. Essa mobilização assumiu um caráter ambíguo por ter sido organizada a partir de interesses sociais, culturas e projetos políticos completamente distintos. Reuniu importantes setores profissionais da classe média, que passou a se beneficiar das perspectivas de uma economia dinâmica, mas que ao mesmo tempo esperava ter correspondidos

seus anseios pela democratização, um governo transparente e imposição de limites à burocracia. Mas também lançou contra o Estado controlado pelo PRI os funcionários públicos, cuja estabilidade fora ameaçada; segmentos insatisfeitos da população urbana, temerosos do desmantelamento dos mecanismos de redistribuição de terras e de trabalho; os estudantes, que se mobilizaram em torno dos símbolos renovados de transformação social; e os pobres, milhões de pessoas nas cidades e no campo na luta pela sobrevivência por todos os meios. Muito embora o ceticismo político esteja em alta, e não seja grande o número de mexicanos que acreditam que seus destinos dependam de partidos políticos alternativos, há um consenso geral quanto à incapacidade de o Estado controlado pelo PRI continuar a existir. A dissolução da legitimidade populista é sinônimo do fim das alianças orgânicas populistas que constituem o elemento essencial desse sistema.

Os esforços do governo Salinas no sentido da democratização assumiram a forma de uma restituição de poder e de recursos aos governos municipais e estaduais, juntamente com a aceitação das vitórias eleitorais da oposição em diversos Estados e cidades importantes, principalmente no norte do país. A série de monografias sobre os governos municipais nos anos 90 coordenada por Alicia Ziccardi,⁸⁰ revela importantes progressos obtidos pelas administrações locais, especialmente em Leon, Durango, Torreon e na Cidade do México, DF, entre outros. Contudo, o impacto político dessas experiências relativamente bem-sucedidas foi minar ainda mais o Estado controlado pelo PRI, pois, em todos esses casos, estabeleceu-se um vínculo ainda mais forte entre os governos municipais, muitas vezes nas mãos dos partidos de oposição, e as sociedades civis locais. Mesmo o *regente* da Cidade do México, DF, Manuel Camacho, nomeado pelo presidente, acabou estabelecendo sua própria base eleitoral com membros do povo, desprezando a tradicional máquina do PRI. Nesse contexto, em última análise, os esforços de democratização e descentralização do poder, transferido para os escalões inferiores do Estado, enquanto o presidente e seus tecnocratas ocupavam-se da economia global, impuseram uma distância ainda maior entre todos os segmentos da população e a presidência. Considerando que a essência do Estado mexicano era a condição praticamente divina do presidente enquanto ocupasse o cargo, a crescente falta de reverência a Salinas, mesmo em seus momentos de maior glória, marcou o fim de um dos regimes políticos mais duradouros deste século.

O Estado-Nação mexicano continuará seguindo um novo curso histórico, porque as raízes do nacionalismo estão solidamente arraigadas nos corações dos mexicanos. Não será, entretanto, o mesmo Estado-Nação criado pelo

PRI e, embora ainda dotado de influência e recursos, arrisco dizer, que terá seu poder cada vez mais limitado.

Do ponto de vista econômico, o México, e também o mundo, ingressaram em uma nova era, da qual o México é provavelmente um dos pioneiros. Larry Summers, renomado especialista em finanças internacionais e um dos principais articuladores da saída para a crise mexicana, ao analisar a situação com maior distanciamento, escreveu, no final de 1995: “A crise mexicana (de 1994) ocorreu nos moldes das inovações financeiras dos últimos anos: e os avanços nas áreas de informática e comunicações fizeram com que ela se propagasse, de forma sem precedentes. Assim, não é de surpreender o fato de Michel Camdessus, presidente do FMI, tê-la considerado a primeira crise do século XXI”.⁸¹ Isso se traduziu no fato de que, no futuro, qualquer tipo de política econômica a ser adotada pelo México terá necessariamente de ser conduzida de forma coordenada com a política econômica dos EUA e com os mercados financeiros internacionais.

Sob a perspectiva política, o México deve levar em conta, desde já, a penetração das redes do crime organizado global no aparato de seu Estado, em todos os níveis. Há dúvidas quanto ao fato de que seu próprio sistema judiciário e policial sejam imunes a essa penetração, o que torna a recuperação da autonomia plena do Estado em relação ao crime tarefa extremamente difícil. De fato, parece que a maioria das revelações acerca das conexões entre o tráfico de drogas e o sistema político, inclusive as referentes a Raul Salinas, provém das investigações realizadas pelo serviço de inteligência dos EUA — o que torna os líderes mexicanos dependentes da inteligência norte-americana.

Em termos de política interna, uma sociedade civil mais bem informada e mobilizada está vivenciando novas formas de expressão e organização, todas elas diretamente divergentes do Estado controlado pelo PRI, e muitas vezes mais bem desenvolvidas em nível local. A crescente globalização e a segmentação da mídia estão afrouxando os controles que o grupo Televisa, um império das comunicações do setor privado tradicionalmente aliado do Estado do PRI, exercia sobre o “infoentretenimento”.

E, simbolicamente, o poder da identidade, conforme manifestado por Marcos e os zapatistas, fez mais do que simplesmente revelar a autocomplacência ideológica do México: construiu pontes de comunicação entre os índios de verdade, pobres de verdade, e os setores da sociedade urbana com melhor formação educacional, em busca de novas utopias que exijam mobilização. Nesse processo, a nação mexicana foi reunificada, desta vez contra o Estado controlado pelo PRI.

O povo contra o Estado: a perda gradativa da legitimidade do governo federal dos EUA⁸²

A crise do Estado norte-americano dos anos 90 consiste em uma crise de legitimidade que, em minha concepção, vai muito além da tradicional tendência libertária na política dos EUA. Ela surge a partir das raízes mais profundas da sociedade civil, revelando as angústias dessa sociedade acerca de uma série de questões que, embora de naturezas bastante distintas, convergem para o questionamento do papel, função e poder do governo federal, desde o histórico veredito proferido pelo Supremo Tribunal dos EUA em 1810 e 1819. O impacto político imediato dessa renovada desconfiança em relação ao governo traduz-se na ascendência de um Partido Republicano reestruturado, claramente inclinado à direita, conforme evidenciado de modo inconteste nas eleições para o Congresso e para governador em 1994 e, em certa medida, corroborado pelas eleições para o Congresso de 1996 que mantiveram o controle da Câmara e do Senado nas mãos do partido. A influência dos sentimentos contrários ao governo federal vai muito além do eleitorado republicano, atingindo eleitores independentes, como os representados por Ross Perot, que rejeitam por completo o sistema partidário atualmente vigente no país. A postura antigovernamental também abarca um número crescente de eleitores democratas, a ponto de levar o presidente Bill Clinton, em seu Pronunciamento à Nação de 1996, a anunciar “o fim do grande governo”.

De fato, a reeleição de Clinton em 1996 deveu-se, em grande parte, à sua adesão a muitas das causas republicanas contra o Estado do bem-estar social e os gastos públicos, juntamente com um compromisso sério com a manutenção da lei e da ordem, e a promessa de manter os direitos assegurados à classe média, o que permitiu que Clinton habilmente ocupasse uma posição de centro-direita no espectro político. Conforme observado por Theda Skocpol ao comentar sobre os resultados das eleições presidenciais de 1996, “Independentemente do equilíbrio partidário, uma parte das mudanças ocorridas no debate registrado em 1994 veio para ficar. Existe agora a noção de que o Governo Federal não pode assumir projetos de grande porte, ainda que destinados a tratar de grandes problemas nacionais”.⁸³ Além disso, as eleições de 1996 demonstraram a crescente insatisfação do eleitorado em relação a todos os candidatos a cargos públicos: o índice de comparecimento às urnas foi de apenas 49%, sendo que Clinton obteve apenas 49% desse total. A manutenção dos poderes executivo e legislativo sob controle de forças políticas distintas parece resultar de um desejo coletivo implícito de reforçar um sistema equili-

brado, visando negar uma concentração muito grande de poder nas mãos do governo, seja ele qual for.

Por enquanto, essa forte tendência antigovernamental afeta profundamente a política do Estado, mas não sua estrutura. Tal tendência parece estar a caminho da transformação da base institucional e da finalidade política do governo nos Estados Unidos. Se forem promulgadas as propostas aprovadas pelo Congresso republicano em 1995, ou uma versão com emendas dessas políticas, a partir de 2002 o governo federal irá transferir aos governos estaduais os recursos e a responsabilidade pela administração de dezenas de programas importantes, inclusive de previdência social (*welfare*), Medicaid, treinamento profissional e proteção ambiental, com um orçamento total estimado em US\$ 200 bilhões anuais.⁸⁴ Além disso, os recursos serão liberados “em bloco”, de modo que caberá aos Estados a decisão final sobre a aplicação destes, desde que observadas algumas condições, cujo conteúdo tem sido objeto de acaloradas discussões no Congresso. O governo Clinton também planejava atribuir responsabilidades cada vez maiores aos estados em muitas áreas importantes, inclusive política de transportes e bem-estar social. Como se não bastasse, os esforços para reduzir o déficit orçamentário em sete anos, tanto por parte dos republicanos como pelo presidente Clinton, resultarão em um corte substancial nos gastos públicos, em níveis federal e estadual. Os gastos com o Medicaid podem ser reduzidos em 30% (isto é, US\$ 270 bilhões) entre 1995 e 2002. Os órgãos governamentais federais que desempenham papel importante no desenvolvimento de regulamentações governamentais, tais como a Agência de Proteção Ambiental e a Comissão Federal das Comunicações, provavelmente terão seu poder e verbas drasticamente reduzidos. Na verdade, a redução do déficit orçamentário, embora baseado em princípios econômicos sólidos, tem sido a mais poderosa ferramenta na redução do quadro de funcionários do governo federal, que registrou um déficit anual de US\$ 203 bilhões em 1995. O efeito combinado da restituição de poder a estados e condados, desregulamentação, supressão de alguns direitos de bem-estar social, redução drástica nos gastos públicos e nos empréstimos contraídos pelo governo e cortes tributários (incluindo a possibilidade, no futuro, de uma verdadeira revolução fiscal, conforme constatado no debate recorrente sobre o imposto de renda de alíquota única) vêm promovendo uma redefinição básica do poder e dos objetivos do governo federal, e consequentemente do Estado norte-americano.

As forças determinantes dessa transformação do papel do governo nos Estados Unidos advêm de uma rejeição profunda e explícita ao governo fede-

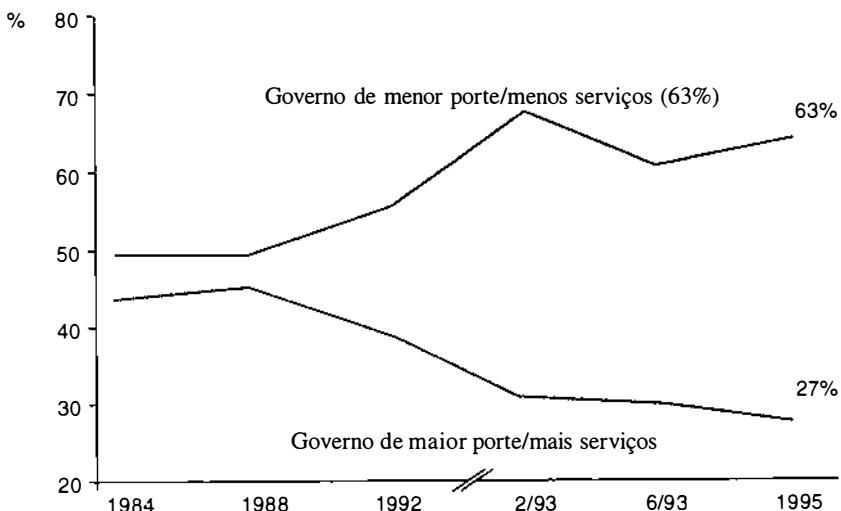


Figura 5.4 Posicionamento da opinião pública sobre o porte do governo e respectiva prestação de serviços nos EUA de 1984 a 1995 (resultados da pergunta: “Você é favorável a um governo de menor porte que preste menor número de serviços ou a um governo de maior parte que preste maior número de serviços?”)

Fonte: Pesquisas da ABC News/*The Washington Post*, 1984, 1988, 1992 e fevereiro de 1993; e *The Los Angeles Times*, junho de 1993 e janeiro de 1995.

ral pela grande maioria dos norte-americanos nos anos 90 (figura 5.4). Balz e Brownstein fazem uma síntese dos dados extraídos das pesquisas de opinião e os estudos políticos sobre este assunto, da seguinte forma:

O descontentamento com o governo segue atualmente duas poderosas vertentes. De um lado, a grande maioria dos norte-americanos é partidária de uma crítica populista que repudia o governo de Washington como perdulário, ineficaz, um aparato a serviço de interesses específicos, e apinhado de políticos sem ideologia definida que atuam em interesse próprio, dizendo o que melhor lhes convier para serem eleitos. (Essa alienação populista do governo é mais marcada entre os eleitores brancos da classe trabalhadora — o mesmo grupo que enfrentou as maiores pressões econômicas durante as últimas duas décadas.) Na outra vertente, um número menor, contudo ainda significativo de norte-americanos, faz acusações ao governo com base em motivos ideológicos — tachando-o de um gigante que vem erodindo as liberdades individuais e a autoconfiança do povo, desestimulando a religião e favorecendo as minorias e os pobres. A falta de confiança em Washington tem-se demonstra-

do um enorme obstáculo aos esforços democráticos no sentido de obter apoio para novos projetos do governo — mesmo as iniciativas que visam combater a instabilidade econômica por meio de programas de treinamento profissional ou garantia de assistência médica. A hostilidade a Washington passou a fazer parte da cultura norte-americana, tanto quanto a reverência à bandeira nacional.⁸⁵

É justamente essa cisão entre a forte reverência ao símbolo da nação (a bandeira) e a crescente desobediência às instituições do Estado (Washington) que caracterizam uma crise de legitimidade.

No capítulo 2, ao apresentar uma discussão sobre os movimentos sociais, fiz uma breve análise da insurreição contra a nova ordem global nos Estados Unidos, expondo uma série de idéias sobre as raízes e características de movimentos como a milícia norte-americana, o *County Rights* (direitos dos condados), o *Wise Use*, contrário às regulamentações de uso do solo e recursos naturais impostas pelo governo federal, e diversas mobilizações “patrióticas” antigovernamentais. Neste capítulo, concentrar-me-ei no impacto desses movimentos e das tendências gerais da opinião pública sobre política e Estado. Os sentimentos antigovernamentais da sociedade norte-americana dos anos 90 não podem ser limitados à sua expressão mais exacerbada, embora o Movimento Patriótico seja a epítome dos valores e do ódio manifesto em vários setores da sociedade, conforme se pode observar nas invectivas dos programas de rádio de Rush Limbaugh. Os sentimentos e a política contrários ao governo federal são o ponto de convergência de uma ampla gama de tendências ideológicas, econômicas e sociais tão profundamente arraigadas na relação entre globalização, construção de identidade e política, que se pode prever com certa segurança que, seja qual for o partido que sair vitorioso nas eleições do ano 2000, o republicano, ou um partido democrata renovado, muito provavelmente será forçado a uma reforma das instituições políticas norte-americanas no século XXI. Uma revisão dos principais componentes desse populismo conservador dos anos 90 ajudará a compreender a complexidade do processo e a extensão da crise que desponta no horizonte, indo além das variações do ciclo político.

Uma das primeiras e mais bem marcadas tendências desses processos é um novo tipo de populismo econômico, que reage à supressão de direitos de uma parcela significativa dos trabalhadores norte-americanos sob o impacto da reestruturação econômica global. Os lucros das empresas e o mercado de ações mantiveram-se em alta constante em 1996, embora o índice Dow Jones caísse vertiginosamente sempre que se anunciava a criação de um número

significativo de empregos. Lenta, porém seguramente, a tecnologia está promovendo o crescimento da produtividade. Atualmente a maioria das mulheres tem sua própria fonte de renda. A criação de empregos atingiu níveis recorde (10 milhões de novos empregos durante o governo Clinton). Contudo, a insatisfação e a insegurança profundamente arraigadas são reflexo da estagnação ou da queda no padrão de vida da maioria da população, juntamente com a instabilidade estrutural introduzida no mercado de trabalho pelas jornadas flexíveis, formação de redes entre empresas e dependência crescente dos padrões transnacionais de investimento, produção e comércio (ver volume I). Sem dúvida, detecta-se aqui mais um sentimento anticorporativo do que propriamente antigovernista, que na verdade vem exigindo uma intervenção mais incisiva do governo, como no caso dos esforços em defesa do protecionismo. Tal sentimento, no entanto, alimenta o ódio contra Washington porque o governo federal é visto, corretamente, como o principal articulador da globalização, principalmente após a assinatura do NAFTA, símbolo de uma crescente interdependência econômica do país. As questões políticas relacionadas a este movimento podem levar ao protecionismo econômico, às restrições à imigração e à discriminação contra os imigrantes. Suas implicações, por sua vez, resultam em confronto direto com os interesses corporativos, para os quais o livre comércio e o fluxo de capitais, bem como a mão-de-obra altamente especializada, são essenciais, gerando uma profunda contradição nas esferas do Partido Republicano, conforme evidenciado nas eleições presidenciais primárias de 1996, com o alarmismo das lideranças do partido diante do sucesso inicial da candidatura populista de Buchanan. Contradição semelhante se verifica no Partido Democrata, com a maioria dos sindicatos e grupos minoritários, todos contrários ao NAFTA, e a plena mobilidade do capital e do trabalho em uma economia aberta e globalizada, posição normalmente apoiada pelos líderes democratas e certamente estimulada por Clinton.

Outra corrente da opinião pública, até certo ponto em consonância com o protecionismo econômico, é a que propõe o isolacionismo político, manifesto pela oposição popular generalizada ao comprometimento de tropas norte-americanas no exterior diante da ausência de uma ameaça à segurança nacional que seja claramente perceptível, condição esta não atendida pela Somália ou pela Bósnia. Com o desaparecimento da União Soviética, esvaiu-se o propósito de mobilização nacional nas mentes e corações do povo, e o exercício regular do *status* de superpotência militar, tão apreciado pelas elites econômicas, intelectuais e políticas, parece não justificar o custo e o sofrimento que isso representa. A rejeição da atuação das tropas norte-americanas a serviço da

bandeira das Nações Unidas tornou-se o grito de guerra contra o multilateralismo, e contra o processo gradativo de desaparecimento dos limites da soberania dos EUA na complexa rede de instituições internacionais que caracterizam a era do pós-Guerra Fria, tais como a Organização Mundial de Comércio.

Uma terceira vertente da opinião pública diz respeito à recusa generalizada ao que vem sendo considerado uma interferência do governo na privacidade das pessoas, na família e nas comunidades locais. Este é o caso do movimento “eduque seu filho em casa”, comumente associado ao fundamentalismo cristão, em que os pais se recusam a mandar seus filhos para a escola, repudiando a necessidade de obtenção de diplomas e certificados. Ou dos movimentos dos *County Rights* ou do *Wise Use* contra a legislação de proteção ambiental, confundindo a defesa da autonomia local, particularmente no oeste do país, com os interesses das madeireiras e mineradoras. Ou ainda o interesse crescente e generalizado sobre as ameaças à privacidade por parte do Estado informatizado, alimentando tendências libertárias de diversas naturezas, dependendo do nível educacional e do contexto social dos indivíduos envolvidos.

Os valores da família, os movimentos anti-aborto, as campanhas anti-gay e o fundamentalismo religioso (representado principalmente pelos brancos evangélicos) constituem a base de uma corrente social vasta e diversificada, da qual, conforme mencionado anteriormente nos capítulos 1 e 2, a Coalizão Cristã é a expressão política mais poderosa e organizada, contando 1,5 milhão de membros e 1.200 congregações nos 50 estados norte-americanos. De fato, em meados da década de 90, a Coalizão Cristã tornou-se o mais importante grupo homogêneo de eleitores do Partido Republicano, exercendo influência decisiva em muitas eleições, nos âmbitos municipal, estadual e federal, e sendo considerado o equivalente funcional do que os sindicalistas costumavam representar para os democratas. Em princípio, os fundamentalistas cristãos não constituem propriamente um movimento antigovernamental. Seu verdadeiro ideal pode ser refletido na teocracia, uma nação temente a Deus, sob um governo capaz de acatar e cumprir as leis de Deus, como fizeram os fundamentalistas em algumas delegacias de ensino ao assumir o poder na Califórnia, ou durante a votação na Assembléia do Estado do Tennessee em fevereiro de 1996 que aprovava a afixação obrigatória dos Dez Mandamentos nos órgãos públicos e escolas. No entanto, sob o atual regime constitucional, que prevê liberdade de religião, e a cisão entre a Igreja e o Estado, a reconstrução da nação cristã requer, antes de mais nada, o desmantelamento do Estado secularizado, tal como se constitui nos dias de hoje. O extraordinário desen-

volvimento do fundamentalismo cristão nos Estados Unidos durante a década passada e sua transformação em uma força política muito bem articulada podem ser relacionados ao conceito de reconstrução da identidade e à resistência à desintegração da família tradicional. Trata-se de uma rejeição diante do feminismo, da liberação dos gays e do fim do patriarcalismo, bem como aos esforços do governo no sentido de implantar leis que dêem apoio à liberdade das mulheres, igualdade entre os sexos e tolerância cultural. Contudo, além de tal reação, fundada na insegurança pessoal, há ainda uma tentativa de reconstrução de identidade e de significado com base em um passado idealizado, o passado da família e da comunidade inseridas em uma sociedade homogênea que vem sendo reconstruída nos novos subúrbios e nos pequenos vilarejos em que se respira uma vida rural em vias de desaparecimento. Tal reação torna-se um tanto dramática diante do atual colapso da família patriarcal nos Estados Unidos (ver capítulo 4). A insurreição que se opõe à crise do patriarcalismo é tão poderosa quanto a oposição à nova ordem econômica global que contesta os valores liberais e o estabelecimento político, subtraindo a legitimidade de seu articulador mais evidente, o governo federal.

A crítica às leis e instituições federais torna-se ainda mais virulenta quando associada à hostilidade racial e de classes em relação às populações de baixa renda e às minorias raciais. É por essa razão que a destituição seletiva da legitimização do Estado do bem-estar social, já bastante desgastado pelas tendências econômicas, traduz os anseios populares, as inclinações políticas e a hostilidade antigovernamental. Digo seletiva porque a previdência social e o Medicare (que respondem por cerca de dois terços do orçamento do Estado do bem-estar social dos EUA) continuam a receber o apoio da grande maioria da população, a ponto de tornar uma reforma no sistema praticamente inviável (ver figura 5.5). Por outro lado, os programas de bem-estar social, os benefícios sociais concedidos às populações menos favorecidas, os programas de treinamento e a ação afirmativa em prol das minorias estão sob ataque cerrado de uma maioria que se recusa a pagar impostos para sustentar “os outros”, estigmatizando os pobres, culpando-os por seu comportamento, por exemplo, ao atribuir os pagamentos efetuados pela previdência o fato de estar havendo um crescimento exponencial no número de “crianças nascidas somente para serem sustentadas pela previdência”. Nas “teorias” apresentadas pelos acadêmicos do movimento antiprevidência, a Inglaterra vitoriana e seus rígidos padrões morais passam a se tornar o modelo a ser seguido, e as minorias e classes menos favorecidas são condenadas a um *status* permanentemente inferior em função de seu QI biologicamente determinado.⁸⁶ Uma manifestação ainda mais

evidente da dissolução da solidariedade social é o sentimento de ódio expresso pelos “machos brancos”, que estendem sua rejeição à ação afirmativa também às mulheres, gerando assim uma cisão potencial ainda maior entre os cidadãos descontentes. A mobilização de uma parcela significativa da sociedade civil contra o Estado do bem-estar social nos Estados Unidos leva, ao mesmo tempo, à segmentação da sociedade e ao enfraquecimento do Estado, cada vez mais sujeito às pressões no sentido de tornar-se, predominantemente, um aparelho repressor diante das “classes perigosas” que vêm se manifestando. A importância dada aos atos de caridade e aos trabalhos voluntários praticados pela comunidade como um substituto do Estado do bem-estar social, ao mesmo tempo destacando a importância de uma sociedade civil interessada na resolução de problemas é, essencialmente, uma tela de proteção ideológica destinada a evitar que se encare de frente o abandono cínico da responsabilidade coletiva, sob pretexto do exercício da responsabilidade individual.

Todas essas dimensões da revolta dos cidadãos ora coincidem com os ávidos interesses do capitalismo corporativo (refletidos, por exemplo, na crítica aos defensores do Estado do bem-estar social ou ao ambientalismo), ora são radicalmente opostas a tais interesses (como, por exemplo, nos casos da crítica à globalização e à flexibilização do trabalho). Contudo, embora apresentem diferenças fundamentais e originem-se de fontes distintas, essas dimensões convergem para uma oposição frontal ao papel de grande abrangência desempenhado pelo governo federal, caracterizando o Estado-Nação norte-americano nos moldes em que tem sido constituído nos últimos cinqüenta anos.

Deixemos essa questão bem clara. De maneira geral, o populismo conservador dos anos 90 nos Estados Unidos não pode ser considerado um movimento libertário, tampouco representa a tradição de um republicanismo antigovernamental. Alguns de seus componentes mais importantes, conforme descrito anteriormente, exigem na verdade políticas bastante estatistas, capazes de impor valores de alguns setores organizados da sociedade sobre indivíduos e famílias pelo Estado. Este é, claramente, o caso dos fundamentalistas cristãos, cuja influência crescente sobre os governos municipais e estaduais é vista como uma forma de impor um comportamento divino sobre toda a sociedade sob sua jurisdição. Isso também vale para as políticas econômicas protecionistas, cuja implantação efetiva exigiria um esforço decisivo do governo federal para controlar e dirigir toda a economia norte-americana. Portanto, *a crise do Estado-Nação não advém somente da hegemonia cultural de valores antigovernamentais, mas sim da convergência dos desafios impostos por diversas ideologias e interesses para um ponto comum, qual seja, o questionamento*



Figura 5.5 Opiniões sobre os programas promovidos pelo governo federal e redução do déficit público, EUA, 1995 (resultados da pergunta: "Para cada um dos seguintes programas, você acha que é mais importante reduzir o déficit público ou impedir cortes orçamentários significativos?")

Fonte: Pesquisa realizada pelo Instituto Gallup dos EUA para a CNN/USA

Today de 24 a 26 de fevereiro de 1995

sobre o governo federal dos Estados Unidos, do modo como se encontra historicamente constituído — seja para reduzir drasticamente seu papel (as tradicionais tendências libertárias), seja para engajá-lo em nome de uma nova missão de reconstrução da nação norte-americana sob os preceitos de Deus, e/ou mantendo o isolamento da nova ordem global. Por este motivo, tal crise de legitimidade, embora subjacente à "revolução republicana" de 1994, não pode ser equiparada a esta revolução. Essa crise é vivenciada pelos partidos e eletores, afetando os trabalhadores da indústria, da mesma forma que os produtores rurais, "machos brancos" encolerizados e contribuintes raivosos.

Essas correntes bastante distintas e poderosas normalmente giram em torno de duas questões transformadas em bandeira comum para muitas delas: a rejeição ao pagamento de impostos e a defesa do direito ao porte de armas. Ao impedir que o governo, principalmente o federal, arrecade impostos, a ação do Estado vai se tornando gradativamente mais ineficaz. Em uma sociedade e economia que exigem cada vez mais das políticas do governo, uma base de arrecadação cada vez menor força o Estado a ater-se a suas funções mais básicas e estratégicas, que consistem essencialmente na manutenção da lei e da ordem e no desenvolvimento da infra-estrutura de apoio à nova economia informacional global, ao mesmo tempo saldando os juros de uma dívida herdada da Guerra Fria de Reagan. Assim, esse Estado se torna incapaz de cumprir outras funções, sendo efetivamente forçado a “tirar seu peso das costas das pessoas”.

Da mesma forma, na opinião de parcelas significativas da população, o direito ao porte de arma constitui um dos principais alicerces da liberdade do cidadão, evocada pela Constituição dos Estados Unidos. Embora muitos norte-americanos não concordem com essa situação, o fato é que há cerca de 300 milhões de armas de fogo nas residências dos norte-americanos, e armas de guerra estão à venda no mercado aberto.

Poderosos lobbies e organizações, como, por exemplo, a *Americans for Tax Reform*, a *National Federation for Independent Business* e a legendária *National Rifle Association*, lutam, com sucesso, pelo afrouxamento dos controles do Estado sobre o dinheiro e as armas. Meu Deus, minha família, minha comunidade, meu dinheiro, minha arma, parecem representar o conjunto de valores que formam a consciência e o comportamento de uma parcela cada vez mais significativa do povo americano, em oposição direta às normas, programas e funcionários do governo federal e gerando uma hostilidade cada vez maior em relação ao corporativismo global e ao multilateralismo institucional.

A difusão desses temas e atitudes na sociedade americana tem contado com o auxílio de uma localização, segmentação e diferenciação cada vez maior da mídia, bem como com o aumento da comunicação eletrônica interativa. Nesse sentido, o principal desenvolvimento é a crescente influência das rádios locais, que transmitem programas produzidos e vendidos para várias emissoras, e a explosão dos *talk shows* ou dos programas radiofônicos que contam com a participação do ouvinte, por telefone. Entre 1988 e 1995, o número de emissoras especializadas nesses tipos de programa dobrou, chegando a 1.200. A nova tecnologia dos satélites, juntamente com a maior flexibilização das regulamentações sobre problemas resultantes de alegações/informações

distorcidas, ajudou no desenvolvimento e influência desses programas. Rush Limbaugh, um dos maiores astros dos *talk shows*, atingiu uma audiência de 20 milhões de ouvintes por meio de 600 emissoras em todo o país, tornando-se, por si mesmo, uma força política em potencial. Em 1994, durante um almoço público de confraternização, o novo Partido Republicano prestou homenagem a Limbaugh, o homem que, mais que qualquer outro, fora responsável pela popularização da causa do ultraconservadorismo e das posturas antigovernamentais em todo o país. Além do rádio, o novo movimento populista e de bases populares, conforme descrito no capítulo 2, utilizou todo o novo potencial viabilizado pelas novas tecnologias de comunicação, inclusive a Internet, e também os aparelhos de fax, para coordenar suas ações e idéias, visando difundi-las a receptores previamente identificados e funcionários do governo eleitos. A desmassificação da mídia ludibriou os canais tradicionais de controle indireto entre o estabelecimento político e a audiência, abrindo espaço à difusão, para milhões de pessoas, de todos os tipos de informações e idéias, inclusive as mais distorcidas, ultrajantes e injustas. O limite entre o apropriado e o inaceitável na mídia, cuidadosamente estabelecido ao longo de décadas por uma liberdade de imprensa em geral responsável, tornou-se irremediavelmente indefinido.

Independentemente do quão distorcidas sejam as manifestações de ódio, essas tendências sociais não podem ser consideradas meros modismos da opinião pública. Pesquisas de opinião realizadas durante a década de 90 revelam a persistência e o grau de profundidade dessas tendências (ver capítulo 6), estando arraigadas em grandes transformações sociais, conforme demonstrado nesta obra, e processadas de acordo com a cultura e instituições específicas da sociedade norte-americana. Nas palavras de Balz e Brownstein:

Por trás do redemoinho dos movimentos da Direita está o temor de um mundo fora de controle... À medida que a economia passa por uma reestruturação por força das pressões da globalização e dos avanços tecnológicos, e a estrutura cultural da sociedade sente os efeitos do colapso da família tradicional, este é um tempo [em que um grande número de norte-americanos se vêem arrancados de suas raízes por acontecimentos que não conseguem compreender ou controlar]. “As pessoas passaram a perceber que não têm mais controle sobre suas próprias vidas”, afirmou o entrevistador republicano Frank Luntz. “Que não podem mais moldar seu futuro”.⁸⁷

E diante dessa situação, atribuem a culpa ao Estado que construíram ao longo dos últimos 50 anos, ansiosos por recuperar o controle sobre suas vidas

em suas respectivas comunidades e famílias, afastando-se do governo. Nesse processo, contam com o auxílio de um Partido Republicano que estivera excluído do poder parlamentar por três décadas, e vira a oportunidade de assegurar seu poder durante as próximas décadas. Contudo, o partido vem procurando atingir essa meta à custa de sentimentos contrários ao governo e ao estabelecimento, ou seja, brincando com fogo. Balz e Brownstein concluem: “Toda a energia intelectual do Partido Republicano está concentrada na busca de novas formas de reduzir o campo de atuação e o alcance do governo federal”.⁸⁸ Contudo, como o Partido Republicano também representa poderosos interesses corporativos, vinculados à economia global e às instituições internacionais, ao tornar-se o instrumento do populismo anti-Estado, gera uma contradição interna explosiva entre sua base popular antigovernamental e fundamentalista e seu papel tradicional como representante do capitalismo corporativo e defensor do *establishment*. Aberta a ferida causada por tal contradição, o provável descontentamento resultante de uma poderosa tendência populista que atravessa as linhas do partido pode gerar uma crise nas bases do sistema político norte-americano. Pode também desestabilizar o delicado equilíbrio entre o poder local e federal, e entre governo e sociedade, que os primeiros colonizadores e o Supremo Tribunal lograram estabelecer ao longo da história, provavelmente desencadeando a crise do Estado-Nação norte-americano.

Estrutura e processo na crise do Estado

Faz-se necessário destacar os pontos mais importantes para análise levantados a partir desses breves estudos de caso sobre a crise do Estado. Em ambos os casos, México e Estados Unidos, observamos o impacto direto da globalização e da reestruturação do capitalismo sobre a legitimidade do Estado, mediante o desmantelamento parcial do Estado do bem-estar social, a desorganização das estruturas produtivas tradicionais aumentando a instabilidade de emprego, a extrema desigualdade social e a conexão entre importantes setores da economia e da sociedade em redes globais, ao mesmo tempo que grandes parcelas da população e do território são excluídas do sistema dinâmico e globalizado: todos os processos analisados no volume I, que demonstraram contribuir, de alguma forma, para a perda da capacidade de o Estado atender às exigências sociais e, em última análise, para o comprometimento de sua legitimidade. Além disso, a estreita relação entre a economia mexicana e a norte-americana, institucionalizada pelo NAFTA, juntamente com a conexão

eletrônica de seus mercados financeiros com os mercados globais em tempo real, fizeram com que os efeitos do colapso do *peso* em 1994-95 fossem bastante diversos de qualquer outra crise econômica anterior, servindo de exemplo, como vimos anteriormente, da “primeira crise financeira do século XXI”. No caso do México, a infiltração da economia do crime global no Estado agrava ainda mais a desorganização das instituições políticas mexicanas e sua crise de legitimidade.

No caso dos Estados Unidos (não no México, por enquanto), a crise do patriarcalismo, com raízes na economia informacional e no desafio imposto pelos movimentos sociais, acentuou a insegurança e o medo entre amplos segmentos da população, afastando-os tanto das instituições jurídicas e políticas que haviam sido receptivas aos direitos das mulheres quanto do Estado secular. Para uma parcela significativa da população, esse processo levou ao entrincheiramento em defesa de Deus, da família e da comunidade, como valores eternos acima de qualquer tipo de contestação social.

Em ambos os casos, as crises estruturais que passaram a comprometer a legitimidade do Estado interagiram com o surgimento de movimentos sociais que, de formas específicas a cada sociedade, afirmaram identidades alternativas, e rejeitaram declaradamente a legitimidade do governo federal. Embora esses movimentos fundamentados na identidade tenham engajado apenas uma minoria de ativistas, suas exigências e reivindicações foram processadas pelo sistema político, ecoando de modo reconhecidamente distorcido na população como um todo. É inegável a relação entre o impacto simbólico causado pelos zapatistas e a rejeição generalizada do Estado controlado pelo PRI por parte da sociedade mexicana, colocando um ponto final em um dos sistemas políticos mais duradouros do mundo de hoje. Quanto aos Estados Unidos, embora os Patriotas sejam mais o sintoma do que propriamente a causa, a crise de legitimidade se manifesta pela desconfiança no governo, principalmente o federal, nos políticos e nos partidos, em especial os relacionados à política tradicional. O aumento da popularidade dos republicanos conservadores em meados dos anos 90 se deve, em grande medida, à sua campanha política suicida justamente contra as instituições governamentais que desejam controlar.

Nos casos do México e dos Estados Unidos, os novos sistemas eletrônicos de comunicação desempenharam um papel decisivo no aumento do impacto de movimentos de porte relativamente pequeno sobre a opinião pública, pelo material fornecido à mídia e a formação de redes, horizontais e ilimitadas, por parte desses movimentos.

Existe, portanto, uma relação visível e significativa, em termos de análise, entre globalização, informacionalização, reestruturação do capitalismo, movimen-

tos sociais fundamentados na identidade e crise de legitimidade política nos Estados norte-americano e mexicano, embora tais aspectos assumam formas diferentes, específicas àquela sociedade. Do ponto de vista metodológico, quando se busca uma relação de causalidade, “o que vem primeiro?” é uma pergunta errônea, pois estrutura e processo interagem de forma indissociável na cadeia de acontecimentos que leva à crise do Estado. Seria difícil imaginar o impacto dos zapatistas no México sem os profundos efeitos causados pela globalização na economia e na sociedade. Contudo, os zapatistas não foram um produto da crise econômica: já existiam antes, nas lutas dos índios e camponeses apoiados pelos padres católicos e no desejo revolucionário dos refugiados dos movimentos esquerdistas radicais dos anos 70. As tendências libertárias têm longa tradição nos Estados Unidos, e o isolacionismo é uma tentação eterna para um país poderoso e de dimensões continentais, assim como o é a tendência oposta, que ocorre no sentido do imperialismo. A dominância de uma ou outra dessas tendências em um determinado período histórico é imprevisível, pois o resultado exato da interação entre os elementos que identifiquei simultaneamente, constituindo estrutura e processo, é muito difícil de se precisar. Logo, apesar da revolução republicana de 1994, Clinton venceu as eleições de 1996, em grande parte por causa das contradições internas existentes no eleitorado republicano ao mobilizar-se, a um só tempo, em favor de interesses corporativos e também dos temas defendidos pelo populismo de direita. Porém, para vencer, o próprio Clinton viu-se forçado a afastar-se amplamente da plataforma democrata convencional, aumentando ainda mais a distância entre as expectativas de muitos democratas e a realidade da política.

O porquê de a resposta social e política à nova desordem global ter partido “da esquerda” no México e “da direita” nos Estados Unidos deve-se, em parte, a ações políticas específicas e, em parte, às características da crise a ser abordada. Em outras palavras, uma vez que o Estado, em ambos os casos, foi incapaz de oferecer proteção conforme havia prometido, tornando-se em vez disso o articulador mais ativo do processo de globalização/reestruturação, a contestação a esse Estado foi estruturada a partir de forças externas à base tradicional de apoio a reformas conduzidas pelo governo: os democratas favoráveis ao governo federal nos Estados Unidos; e o sistema populista do PRI no México. Isso não impede que um movimento de esquerda, favorável ao governo e ao Estado do bem-estar social surja em ambos os países no futuro, embora tenha de se desenvolver à margem do estabelecimento político, precisamente por causa da crise de legitimidade ali existente.

Essa abertura dos processos políticos não invalida o interesse por uma análise detalhada dessas questões, porque os assuntos de que tratamos, bem

como suas relações, são a matéria de que se constituem as instituições e os processos políticos de nosso tempo. Quanto à análise da relação entre as origens da crise no Estado e as novas formas de luta política e concorrência, faz-se necessário considerar, primeiramente, a dinâmica específica dos atores políticos no novo paradigma informacional — uma tarefa de que me incumbi no capítulo 6.

Estado, Violência e Vigilância: do “Grande Irmão” às “Irmâzinhas”

Será que realmente o Estado está destituído de poder na sociedade em rede? Será que, ao invés disso, não estariamos testemunhando um grande aumento na onda de violência e repressão em todo o mundo? Estará a privacidade exposta aos maiores perigos na história da humanidade, dada a natureza invasiva das novas tecnologias da informação? Não estariamos vivendo sob a vigilância do “Grande Irmão”, como previra Orwell em seu “1984”? E como pode o Estado estar destituído de poder sendo dotado de formidável capacidade tecnológica, exercendo controle de um volume de informações sem precedentes?⁸⁹

Todas essas questões, simples e essenciais, misturam evidências contraditórias com teorias incertas. Contudo, sua abordagem torna-se fundamental à compreensão da crise do Estado. Em primeiro lugar, a imagem do Grande Irmão deve ser empiricamente dispensada, pois se refere à relação entre nossas sociedades e a profecia de Orwell. De fato, George Orwell poderia muito bem estar certo, comparando ao objeto de sua profecia o stalinismo, não o Estado capitalista liberal, se a história política e a tecnologia tivessem seguido uma trajetória diferente nos últimos 50 anos, algo que certamente estava no plano do possível. Ao tomar contato com as novas tecnologias da informação, porém, o estatismo, ao invés de dominá-las, desintegrou-se (ver volume III); e essas novas tecnologias libertaram as forças da formação de redes e da descentralização, comprometendo a lógica centralizadora das instruções transmitidas sempre “de cima para baixo” e a vigilância burocrática vertical (ver volume I). Nossas sociedades não são prisões bem organizadas; são selvas caóticas.

No entanto, as novas e poderosas tecnologias da informação podem ser colocadas a serviço da vigilância, controle e repressão por parte dos aparatos do Estado (polícia, arrecadação de impostos, censura, supressão de dissidências políticas etc.). Do mesmo modo, podem ser empregadas pelos cidadãos

para que estes aprimorem seus controles sobre o Estado, mediante o exercício do direito de acesso a informações armazenadas em bancos de dados de uso público, a interação *on-line* com seus representantes políticos e o acompanhamento de sessões políticas ao vivo, eventualmente com comentários, também ao vivo, sobre tais sessões.⁹⁰ Além disso, as novas tecnologias permitem aos cidadãos filmarem eventos, podendo assim fornecer provas visuais de abusos e excessos, como no caso das organizações ambientalistas globais que distribuem equipamentos de vídeo a grupos ambientalistas locais em todo o mundo para que crimes ambientais sejam registrados, exercendo pressões sobre os agressores da ecologia. O que o poder da tecnologia faz é potencializar, de forma extraordinária, as tendências já enraizadas na estrutura e instituições sociais: sociedades opressoras podem aumentar seu poder de repressão por meio de novos mecanismos de vigilância, ao passo que sociedades democráticas participativas podem ampliar ainda mais seu grau de abertura e participação distribuindo mais poder político pelos recursos tecnológicos. Portanto, o impacto direto das novas tecnologias da informação sobre o poder e o Estado consiste em uma questão empírica, na qual os registros são de naturezas diversas. No entanto, uma tendência mais profunda vem surgindo, efetivamente minando o poder do Estado-Nação: a difusão cada vez maior da capacidade de vigilância e do potencial de violência externa às instituições do Estado e além das fronteiras da nação.

A crescente ameaça à privacidade preocupa menos o Estado propriamente dito do que as organizações empresariais e as redes privadas de informação, ou os aparatos burocráticos que seguem uma lógica própria em vez de atuar em prol do governo. Ao longo da História, os Estados têm coletado informações sobre seus sujeitos, não raro empregando expedientes rudimentares e brutais, porém eficazes. Sem dúvida que os computadores ampliaram qualitativamente a capacidade de cruzamento de dados, combinando informações sobre previdência social, saúde, cédulas de identidade, residência e emprego. Mas com a exceção limitada dos países anglo-saxônicos, fundamentados em uma tradição libertária, povos de todo o mundo, desde a democrática Suíça até a China comunista, passaram suas existências dependendo de arquivos de informações sobre residência, trabalho, bem como informações referentes a todas as esferas de relações com o governo. Por outro lado, se for verdadeira a idéia de que o trabalho da polícia vem sendo facilitado pelas novas tecnologias, tornou-se também extraordinariamente complicado pela sofisticação semelhante, por vezes superior, ao uso das novas tecnologias pelo crime organizado (por exemplo, emprego de aparelhos que interferem na comunicação da polí-

cia, conexões eletrônicas, acesso a registros de computadores etc.). A verdadeira questão é outra: trata-se do levantamento de informações sobre as pessoas pelas empresas comerciais e organizações de todos os tipos e na criação de um mercado para essas informações. Muito mais que a cédula de identidade, o cartão de crédito vem ameaçando a privacidade das pessoas. É o instrumento pelo qual as vidas dos indivíduos podem ser classificadas, analisadas e transformadas em objeto de marketing (ou de chantagens). Além disso, a noção do cartão de crédito como sendo a vida do indivíduo em registro público estende-se a uma série de aplicações comerciais, desde programas de milhagem promovidos pelas companhias aéreas até serviços ao consumidor dos mais diferentes tipos, passando por propostas para tornar-se membro de diversas entidades. *Em vez de um “Grande Irmão” opressor, tem-se uma série de “irmãzinhas” que procuram ser simpáticas, estabelecendo uma relação pessoal conosco por saberem quem somos e invadindo nossas vidas sob os mais variados aspectos.* O que os computadores fazem, na verdade, é viabilizar a coleta, processamento e utilização, para fins específicos, de um enorme conjunto de informações individualizadas, a ponto de permitir que nosso próprio nome seja impresso em uma oferta individualizada, remetida para os endereços de milhões de pessoas. Acrescente-se a esse quadro um exemplo bastante elucidativo da lógica das novas tecnologias, o *V-chip*, a ser implantado nos aparelhos de TV norte-americanos a partir de 1997, que permite ao telespectador definir a censura da programação com base em um sistema de códigos que também será implantado nos transmissores de sinais das emissoras. Com isso, ao invés de um controle centralizado, há uma vigilância descentralizada.

David Lyon, em sua obra altamente elucidativa sobre essa questão, insistiu na idéia de que tais mecanismos de vigilância serão estendidos para além das fronteiras do Estado.⁹¹ O que chama de “olho eletrônico” consiste, na verdade, em vez de um “Estado vigilante”, numa “sociedade” vigilante. Essa é justamente a essência da teoria dos micropoderes de Foucault, embora tenha confundido muitos de seus leitores mais desavisados ao chamar de “Estado” o que, de acordo com sua própria visão, é “o sistema”, isto é, a rede de fontes de poder em diversas esferas da vida social, inclusive o poder da família. Se, seguindo a tradição de Weber, reduzíssemos o conceito de Estado ao conjunto de instituições detentoras do monopólio legitimado dos meios de violência, e de Estado-Nação à delimitação territorial do exercício desse poder,⁹² teríamos a impressão de estar testemunhando a disseminação do poder de vigilância e também de violência (simbólica ou física) entre os membros da sociedade como um todo.

Essa tendência se torna ainda mais evidente na nova relação entre o Estado e a mídia. Dada a crescente independência jurídico-financeira da mídia, uma capacidade tecnológica cada vez maior coloca em suas mãos a faculdade de espionar o Estado e de fazê-lo em nome da sociedade e/ou de grupos de interesses específicos (ver capítulo 6). Quando em 1991 uma estação de rádio espanhola gravou a conversa pelo telefone celular de dois funcionários socialistas do governo, a divulgação de suas severas críticas dirigidas ao primeiro-ministro socialista desencadeou uma crise política no país. Da mesma forma, quando o príncipe Charles, em uma conversa com sua amante, permitiu-se elucubrações pós-modernas sobre o absorvente Tampax e assuntos afins, a publicação da notícia por um tablóide inglês abalou a Coroa britânica. Certamente que as revelações ou as bisbilhotices da mídia sempre representaram uma ameaça para o Estado e um mecanismo de defesa para os cidadãos. Contudo, as novas tecnologias e o novo sistema da mídia aumentaram, em escala exponencial, a vulnerabilidade do Estado, não só à mídia, mas também aos negócios e à sociedade como um todo. Em termos históricos relativos, o Estado de hoje é mais vigiado do que vigilante.

Além disso, embora o Estado-Nação mantenha sua capacidade de exercer a violência,⁹³ vem perdendo o monopólio desse poder, pois seus principais correntes estão assumindo a forma de redes transnacionais de terrorismo ou grupos comunais que recorrem ao uso de violência suicida. No primeiro caso, o caráter global do terrorismo (político, criminoso ou ambos), e de suas redes de fornecedores de informações, armas e recursos financeiros, exige a cooperação sistêmica entre as forças policiais dos Estados-Nação, de modo que a unidade operacional vem se transformando, cada vez mais, em uma polícia transnacional.⁹⁴ No segundo caso, quando grupos comunais, ou gangues locais, renunciam à sua participação no Estado-Nação, esse Estado torna-se cada vez mais vulnerável à violência subjacente à estrutura social da sociedade que o constitui, como se os Estados tivessem de se manter permanentemente engajados em uma guerra de guerrilha.⁹⁵ Daí a contradição com que depara o Estado: se não fizer uso da violência, desaparece como Estado; se o fizer, em base quase contínua, estará abrindo mão de boa parte de seus recursos e de sua legitimidade, porquanto isso implicaria a manutenção de um estado de emergência permanente. Assim, o Estado somente poderá proceder ao uso de violência por períodos prolongados quando e se a sobrevivência da nação, ou do Estado-Nação, estiver em jogo. Tendo em vista a crescente relutância das sociedades em apoiar o uso prolongado da violência, a não ser que o Estado o faça em casos extremos, a dificuldade desse Estado efetivamente recorrer a esse recurso em escala suficientemente

grande para surtir o efeito desejado leva a uma capacidade cada vez menor de emprego da violência com freqüência, e portanto à perda gradativa de seu monopólio como detentor desses meios.

Diante do exposto, conclui-se que a capacidade de vigilância está difundida na sociedade, o monopólio do uso de violência está sendo contestado pelas redes transnacionais, não vinculadas ao Estado, e o poder de sufocar rebeliões vai sendo comprometido pelo comunalismo e tribalismo endêmicos. Embora o Estado-Nação ainda pareça imponente em seu uniforme vistoso, e corpos e almas de pessoas sejam ainda sistematicamente torturados em todo o mundo, os fluxos de informação escapam ao controle do Estado, e por vezes o superam; embates terroristas ultrapassam fronteiras nacionais; e levantes comunais deixam exauridas as forças responsáveis pela manutenção da lei e da ordem. O Estado ainda depende da violência e da vigilância, porém, não detém mais seu monopólio, nem pode exercê-la de forma irrestrita em suas fronteiras nacionais.

A crise do Estado-Nação e a teoria do Estado

Em seu artigo seminal sobre democracia, Estado-Nação e sistema global, David Held faz uma síntese de sua análise afirmando que

a ordem internacional dos dias de hoje caracteriza-se pela persistência do sistema do Estado soberano e o desenvolvimento de estruturas múltiplas de autoridade. Existem sérias objeções quanto a esse sistema híbrido. Fica aberta a questão sobre a real capacidade de o sistema oferecer soluções aos problemas fundamentais do pensamento político moderno, que se têm ocupado, entre outras coisas, da lógica e dos princípios da ordem e da tolerância, da democracia e da responsabilidade, e do governo legitimado.⁹⁶

Embora o autor prossiga sua análise buscando oferecer sua própria alternativa otimista para um novo processo de legitimação do Estado em sua reencarnação pós-nacional, os poderosos argumentos contra a continuidade da soberania do Estado que expõe nas páginas anteriores explicam sua hesitante conclusão: “Há bons motivos para adotar uma postura otimista — e também pessimista — sobre os resultados”.⁹⁷ Nesse contexto, não tenho certeza quanto ao significado dos termos “otimista” e “pessimista”. Particularmente não tenho compaixão por Estados-Nação modernos que mobilizaram seu povo em torno de carnificinas no século mais sangrento da história da humanidade — o século XX.⁹⁸ Mas isso

é questão de opinião. *O que realmente importa é que o novo sistema de poder é caracterizado*, e nesse sentido concordo com David Held, *pela pluralidade das fontes de autoridade (e acrescentaria, de poder)*, sendo o Estado-Nação apenas uma dessas fontes. De fato, essa parece ter sido mais regra do que exceção, sob a perspectiva histórica. Conforme argumenta Spruyt, o Estado-Nação moderno enfrentou uma série de “concorrentes” (cidades-estado, pactos comerciais, impérios),⁹⁹ como também, acrescentaria, alianças militares e diplomáticas que não desapareceram, mas coexistiram com o Estado-Nação ao longo de seu desenvolvimento durante a Idade Moderna.¹⁰⁰ O que parece estar surgindo atualmente, contudo, pelas razões expostas no presente capítulo, é a descentralização do Estado-Nação numa esfera de soberania compartilhada que caracteriza o cenário político do mundo de hoje! Hirst e Thompson, cuja crítica vigorosa de visões simplistas da globalização ressalta a relevância continuada do Estado-Nação reconhece, não obstante, o novo papel do Estado:

^As formas emergentes de administração dos mercados internacionais bem como de outros processos econômicos envolvem a participação dos principais governos nacionais, porém, assumindo um novo papel: os Estados passam a funcionar menos como entidades “soberanas” e mais como componentes de uma “forma de governo” internacional. As funções centrais do Estado-Nação serão conferir legitimidade aos mecanismos de administração supra e subnacional e assegurar a responsabilidade desses mecanismos.¹⁰⁰

Além disso, além da complexa relação com as mais variadas formas de expressão de poder/representação política, o Estado-Nação vem sendo cada vez mais submetido a uma concorrência mais sutil e problemática de fontes de poder indefinidas e, às vezes, indefiníveis. Trata-se de redes de capital, produção, comunicação, crime, instituições internacionais, aparatos militares supranacionais, organizações não-governamentais, religiões transnacionais e movimentos de opinião pública. Em um nível abaixo do Estado, há as comunidades, tribos, localidades, cultos e gangues. Assim, embora os Estados-Nação realmente continuem a existir, dentro de um futuro previsível, eles são, e cada vez mais serão, *nós de uma rede de poder mais abrangente*. Os Estados-Nação freqüentemente terão de confrontar-se com outros fluxos de poder na rede, que se contrapõem diretamente ao exercício de sua autoridade, a exemplo do que ocorre atualmente com os bancos centrais sempre que essas instituições têm a ilusão de conter as corridas dos mercados globais contra uma determinada moeda. Ou, ainda, quando os Estados-Nação, sozinhos ou atuando em conjunto, decidem erradicar a produção, tráfico ou consumo de drogas, uma batalha em que

têm saído derrotados repetidas vezes durante as duas últimas décadas por toda a parte, exceto em Cingapura (com todas as implicações decorrentes dessa vitória). Os Estados-Nação perdem sua soberania porque o próprio conceito de soberania, desde Bodin, implica ser inviável perder “um pouco” de soberania: era esta precisamente a tradicional *casus belli*. Os Estados-Nação podem reter seu poder de decisão, porém, uma vez parte de uma rede de poderes e contrapoderes, tornam-se, por si mesmos, desprovidos de poder: passam a depender de um sistema mais amplo de exercício de autoridade e influência, a partir de múltiplas fontes. Tal afirmação, coerente, creio eu, com as observações e análises apresentadas neste capítulo, resulta em graves consequências para a teoria e a prática do Estado.

Durante décadas, a teoria do Estado tem sido dominada pelo debate entre institucionalismo, pluralismo e instrumentalismo em suas diferentes versões.¹⁰¹ Dentro da tradição Weberiana, os institucionalistas atêm-se à autonomia das instituições do Estado, segundo a lógica interna de um determinado Estado sempre que os ventos da história lançam suas sementes em um território que constitui sua base nacional. Os pluralistas, por sua vez, descrevem a estrutura e evolução do Estado como frutos de uma série de influências sobre a infundável (re)formação do Estado, de acordo com a dinâmica de uma sociedade civil plural, em uma validação constante de um processo constitucional.

Já os seguidores do instrumentalismo, marxismo ou historicismo vêem o Estado como a expressão de atores sociais que, em defesa de seus interesses, conquistam o poder de dominação, sem que haja a contestação do Estado propriamente dito (“o comitê executivo da burguesia”) ou como resultado de lutas, alianças e transigências. Contudo, conforme sustentado por Giddens, Guehenno e Held, em todas as escolas de pensamento, *a relação entre o Estado e a sociedade, e portanto a teoria do Estado, está contemplada no contexto da nação, tendo o Estado-Nação como sua estrutura de referência*. O que acontece quando, conforme formulado por Held, a “comunidade nacional” deixa de ser a “comunidade de maior destaque” como estrutura de referência?¹⁰² E de que maneira podemos pensar a respeito de interesses sociais diversificados, não nacionais, representados no Estado, ou lutando por ele? Considerá-los como o mundo inteiro? Mas a unidade de medida relevante para os fluxos de capital não é a mesma que a da mão-de-obra, movimentos sociais ou identidades culturais. De que forma conciliar os interesses e valores expressos, nos âmbitos global e local, em uma geometria variável, na estrutura e nas políticas do Estado-Nação? Portanto, *do ponto de vista teórico*, devemos reconstruir as categorias para compreender as relações de poder sem pressupor a intersecção necessária

entre nação e Estado, quer dizer, separando identidade de instrumentalidade. As novas relações de poder, além da esfera do Estado-Nação destituído de poder, devem ser entendidas como a capacidade de exercer controle sobre redes instrumentais globais com base em identidades específicas, ou então, sob a perspectiva das redes globais, de subjugar identidades para a realização de metas instrumentais transnacionais. O controle exercido pelo Estado-Nação, de uma maneira ou de outra, torna-se apenas um meio, entre tantos outros, de assegurar poder, isto é, a capacidade de impor um determinado anseio/interesse/valor, independentemente de consenso. Nesse contexto, a teoria do poder supera a teoria do Estado, conceito sobre o qual discorrerei na Conclusão deste volume.

Isso não significa, contudo, que os Estados-Nação perderam por completo sua importância ou que irão desaparecer. Tal hipótese não se concretizará na maioria dos casos, pelo menos por um longo tempo. Isso acontece por motivos paradoxais que têm relação mais direta com o comunalismo do que propriamente com o Estado. Na verdade, em um mundo de redes globais transnacionais e aculturais, as sociedades tendem, conforme sugerido no capítulo anterior, a entrincheirar-se, com base em suas identidades, e a construir/reconstruir as instituições como expressões dessas identidades. É por esse motivo que presenciamos, a um só tempo, a crise do Estado-Nação e a explosão de movimentos nacionalistas.¹⁰³ A maioria, mas não todos esses movimentos nacionalistas, tem por objetivo explícito construir ou reconstruir um novo Estado-Nação, com base em uma identidade, e não só na herança histórica do controle territorial. Com essa atitude, o nacionalismo, em muitos casos, desafia e, em última análise, provoca uma crise no Estado-Nação existente erigido por força de alianças históricas, ou mediante a negação total ou parcial de algumas das identidades que representam seus elementos constitutivos. Portanto, os movimentos nacionalistas contemporâneos são na verdade um dos mais importantes fatores capazes de desencadear a crise dos Estados-Nação historicamente constituídos, como podemos observar a partir das experiências da União Soviética, Iugoslávia e África, futuramente talvez na Ásia (Índia, Sri Lanka, Burma, Malásia, Indonésia), e até mesmo (quem sabe?) na Europa (Espanha, Reino Unido, Itália, Bélgica). Se, e no momento em que esses novos movimentos nacionalistas com base em identidades atinjam o estágio de maturidade para a constituição de um Estado, encontrarão as mesmas limitações dos Estados-Nação atualmente existentes diante dos novos fluxos globais de poder. Entretanto, a construção desses Estados-Nação não visará assegurar a soberania, mas sim oferecer resistência à soberania de outros Estados, navegando

ao mesmo tempo pelo sistema global em um processo contínuo de negociação e ajustes. Alguns autores utilizam o conceito da “forma neomedieval de ordem política universal”.¹⁰⁴ A exemplo do que ocorre com toda caracterização precedida do prefixo “neo”, desconfio de que ela acabe dando uma falsa impressão da história. Não deixa de ser uma imagem interessante, contudo, transmitir a noção de Estados autônomos, destituídos de poder, que ainda assim resistem como instrumentos de iniciativa política e fontes de autoridade condicional.

Estados-Nação que mantêm sua força em meio às convulsões históricas, como o Japão e a Coréia do Sul, conseguem fazê-lo com base na homogeneidade social e identidade cultural. Entretanto, mesmo nesses casos, tem havido uma oposição crescente entre os interesses das multinacionais japonesas e sul-coreanas, que atualmente vêm se tornando verdadeiramente globais para sobreviver à concorrência predatória, e o domínio territorial e interesses políticos dos Estados japonês e sul-coreano, minando os elementos constitutivos da base histórica do Estado bem-sucedido e voltado ao desenvolvimento.¹⁰⁵

Assim, o communalismo realmente constrói/mantém os Estados na sociedade recém-globalizada, mas, nesse processo, enfraquece de forma decisiva o Estado-Nação dos moldes da Idade Moderna, pondo em xeque talvez até mesmo a própria noção de Estado-Nação, capturando-o por meio identidades específicas.¹⁰⁶

Conclusão: o Rei do Universo, Sun Tzu e a crise da democracia

Diante desse quadro, será este o fim do Estado-Nação do ponto de vista histórico? Martin Carnoy responde a essa questão com um retumbante não.¹⁰⁷ Em sua opinião, com a qual concordo, a competitividade de uma nação ainda é determinada em função das políticas nacionais, e a atratividade das economias para as multinacionais estrangeiras existe em função das condições econômicas locais; as multinacionais ainda dependem em grande medida de seus Estados de origem para obtenção de proteção direta ou indireta; e as políticas nacionais de desenvolvimento de recursos humanos constituem um componente fundamental para a produtividade de unidades econômicas situadas em um determinado território nacional. Corroborando tal argumentação, Hirst e Thompson demonstram que, se além da relação entre empresas multinacionais e o Estado incluíssemos ampla gama de políticas pelas quais os Estados-Na-

ção efetivamente exercessem poderes de regulamentação capazes de facilitar ou obstruir fluxos de capital, trabalho, informação e produtos, fica claro que, nesse ponto da história, o desaparecimento do Estado-Nação é uma falácia.¹⁰⁸

Contudo, nos anos 90, os Estados-Nação têm-se transformado de sujeitos soberanos em atores estratégicos, defendendo seus interesses e os interesses que se espera que representem em um sistema global de interação, dentro de uma soberania sistematicamente compartilhada. Eles exercem influência considerável, mas raramente detêm poder por si, isto é, de forma isolada das macroforças supranacionais e dos microprocessos subnacionais. Além disso, ao atuar estrategicamente na arena internacional, estão sujeitos a um tremendo desgaste interno. Por um lado, para estimular a produtividade e a competitividade de suas economias, precisam estabelecer uma estreita aliança com os interesses econômicos internacionais e obedecer a regras globais que favoreçam os fluxos de capital, enquanto rogam às suas sociedades que aguardem pacientemente pelos benefícios gradativos advindos da engenhosidade corporativa. Além disso, para serem considerados bons “cidadãos” de uma ordem mundial multilateral, os Estados-Nação têm de atuar em regime de cooperação mútua, aceitando a “hierarquia” da geopolítica e contribuindo diligentemente no combate a nações renegadas e agentes possíveis causadores de desordem, independentemente das verdadeiras aspirações de seus próprios cidadãos, normalmente provincianos. Por outro lado, porém, os Estados-Nação sobrevivem à inércia histórica pelo communalismo defensivo das nações e das pessoas em seus próprios territórios, recorrendo a esse último refúgio para não serem tragados pelo redemoinho dos fluxos globais. Portanto, quanto mais os Estados enfatizam o communalismo, tanto menor é sua eficácia participante de um sistema global de poder compartilhado. Quanto mais triunfam no cenário internacional, em parceria direta com os agentes da globalização, menos representam suas bases políticas nacionais. A política do final do milênio, praticamente no mundo todo, está profundamente marcada por esta contradição.

Em função disso, parece bastante provável que os Estados-Nação estejam assumindo a condição de Rei do Universo de Saint-Exupéry, com controle absoluto sobre o nascer e o pôr-do-sol. No entanto, à medida que perdem sua soberania, esses mesmos Estados-Nação surgem como participantes ativos de um mundo puramente estratégico, exatamente como o descrito na *Arte da Guerra* de Sun Tzu há 2.500 anos:

É mister que o general se conserve calado, para garantir o sigilo. Que seja digno e justo, para manter a ordem. Deve imbuir-se do talento de confundir

seus oficiais e soldados por meio de ações e relatórios falsos, para assim mantê-los na mais completa ignorância. Ao modificar suas táticas e alterar os planos, deixará o inimigo desprovido de conhecimentos precisos. Com a constante mudança das bases de seu exército e a opção por caminhos tortuosos, impedirá que o inimigo adivinhe seus verdadeiros objetivos. Nos momentos críticos, o líder de um exército age como aquele que, após ter escalado as paredes de um forte, joga fora as escadas.¹⁰⁹

Dessa forma os Estados destituídos de poder ainda podem sair vitoriosos, ampliando sua influência, desde que “joguem fora” as escadas de suas nações, encontrando assim novos rumos na crise da democracia.

Notas

1. Poulantzas (1978: 109); traduzido para o inglês por Castells.
2. Tilly (1975); Giddens (1985); Held (1991, 1993); Sklair (1991); Camilleri e Falk (1992); Guehenno (1993); Horsman e Marshall (1994); Touraine (1994); Calderon *et al.* (1996).
3. A análise da crise do Estado-Nação pressupõe uma definição, bem como uma teoria, do Estado-Nação. Contudo, considerando que meu trabalho referente a essa questão foi realizado com base em teorias sociológicas já bem desenvolvidas, a partir de diversas fontes, remeterei o leitor à definição de Estado-Nação elaborada por Anthony Giddens em sua obra *The Nation-state and Violence* (1985: 121): “O Estado-Nação, que existe inserido em um complexo de outros Estados-Nação, consiste em um conjunto de formas institucionais de governo, que mantém monopólio administrativo sobre um determinado território demarcado (por fronteiras), autoridade assegurada por lei, e controle direto sobre os meios de violência nos planos externo e interno”. Entretanto, nas palavras de Giddens, “somente nos Estados-Nação modernos pode o aparato do Estado reivindicar para si próprio e efetivamente obter o monopólio dos meios de violência, e somente em Estados dessa natureza o alcance administrativo do aparato de governo corresponde de forma direta aos limites territoriais sobre os quais tal reivindicação é realizada” (p. 18). Com efeito, conforme argumenta o autor, “um Estado-Nação é um repositório de poder, o principal repositório de poder da era moderna”(p. 120). Sendo assim, o que acontece, e de que forma devemos conceitualizar esse Estado, num momento em que as fronteiras estão desaparecendo e os próprios repositórios de poder estão sendo envolvidos por outras forças? Minha investigação começa, para efeito de continuidade teórica, no ponto em que o Estado-Nação, segundo o conceito de Giddens, parece estar sendo superado pelas transformações históricas.
4. Para uma definição e análise da globalização, segundo meu entendimento, ver volume I, capítulo 2. Para uma crítica bastante elucidativa de visões simplistas sobre a globalização, ver Hirst e Thompson (1996). Não raro tem-se argumentado que a globalização não é um fenômeno novo, tendo ocorrido em diversos períodos históricos, principalmente com a expansão

do capitalismo no final do século XIX. Talvez essa idéia seja plausível, embora não esteja convencido de que a nova infra-estrutura com base na tecnologia da informação não tenha introduzido uma mudança qualitativa em termos sociais e econômicos ao viabilizar a realização de processos globais em tempo real. Contudo, não contesto essa linha de argumentação: isso não diz respeito à minha investigação. Nesse trabalho, procuro analisar e explicar nossa sociedade no final do século XX, considerando sua enorme variedade de contextos culturais, econômicos e políticos. Assim, minha contribuição intelectual deve ser avaliada dentro de seus próprios argumentos, referente aos processos contemporâneos conforme observados e teorizados nos três volumes da obra. Sem dúvida, seria extremamente benéfica para o pensamento acadêmico a elaboração de um estudo histórico-comparativo que contrastasse os processos atuais de interação entre tecnologia, globalização da economia e comunicações, política e instituições políticas com a experiência de uma transformação semelhante no passado. Aliamento esperanças de que essa tarefa seja assumida por colegas, especialmente por historiadores, e terei enorme prazer em efetuar as devidas correções em minhas afirmações teóricas de natureza genérica, tomando por base as implicações de tal estudo. Por ora, as poucas tentativas que venho tendo a oportunidade de observar não dedicam a devida atenção, creio eu, aos processos radicalmente novos nas áreas de tecnologia, finanças, produção, comunicações e política, porque embora tais tentativas possam estar corretas no tocante a registros históricos, não deixam inteiramente claras as razões pelas quais os processos de mudança atuais são realmente uma mera repetição de experiências passadas, pois não vão além da justificativa apresentada sob a visão rasteira de que não há nada de novo sob o sol.

5. Moreau Deffarges (1993); *Business Week* (1995a); Orstrom Moller (1995); Cohen (1996).
6. Stallings (1992).
7. Thurow (1992); Cohen (1993).
8. Chesnais (1994); Nunnenkamp *et al.* (1994).
9. Buckley (1994).
10. Guehenno (1993).
11. Wilensky (1975); Janowitz (1976); Navarro (1994, 1995); Castells (1996).
12. Shaiken (1990); Rodgers (1994).
13. Sengenberger e Campbell (1994); Navarro (1995); Castells (1996).
14. Mattelart (1991).
15. Blumenfield (1994); Brenner (1994); Chong (1994); Graf (1995).
16. Cohen (1986).
17. Doyle (1992); Irving *et al.* (1994); Negroponte (1995); Scott *et al.* (1995); Campo Vidal (1996).
18. MacDonald (1990).
19. Gerbner *et al.* (1993); Campo Vidal (1996).
20. Vedel e Dutton (1990).

21. MacDonald (1990); Doyle (1992); Perez-Tabernero *et al.* (1993); Dentsu Institute for Human Studies (1994); *The Economist* (1994, 1996).
22. Perez-Tabernero *et al.* (1993).
23. Levin (1987); Abramson *et al.* (1988); Scheer (1994); Spragen (1995); Fallows (1996).
24. Kahn (1994); *Financial Technology International Bulletin* (1995); Kuttner (1995); Ubois (1995).
25. Couch (1990).
26. Berman e Weitzner (1995); Faison (1996); Lewis (1996a).
27. Citado por Lewis (1996b).
28. Arrieta *et al.* (1991); Roth e Frey (1992); Smith (1993); Lodato (1994); Sterling (1994); Golden (1995); Handelman (1995); Johnson (1995); WuDunn (1996).
29. Conselho Socioeconômico das Nações Unidas (1994).
30. WuDunn (1996).
31. Baylis e Rengger (1992); McGrew *et al.* (1992); Falk (1995); Orstrom Moller (1995); Alonso Zaldivar (1996).
32. Alonso Zaldivar (1996); McGrew (1992b).
33. McGrew (1992a); Mokhtari (1994).
34. Rosenau (1990); Berdal (1993); Guehenno (1993).
35. Frankel (1988); McGrew *et al.* (1992).
36. Boardmann (1994); Alonso Zaldivar (1996).
37. McInnes (1992).
38. McInnes e Sheffield (1988); Grier (1995).
39. McGrew (1992b).
40. Savigear (1992).
41. McInnes (1992: 156).
42. McGrew (1992b).
43. Daniel e Hayes (1995).
44. Rowlands (1992); Vogler (1992); Morin e Kern (1993); Wapner (1995); Hempel (1996).
45. Lipschutz e Coca (1993: 332).
46. Castells (no prelo).
47. Hay (1994: 87)
48. Streeck e Schmitter (1991: 148).
49. Orstrom Moller (1995).
50. Berdal (1993); Rochester (1993); Bachr e Gordenker (1994); Dunaher (1994); Falk (1995); Kraus e Knight (1995); Panorama Global do FMI/Banco Mundial (1995).

51. Comissão da Organização das Nações Unidas sobre o Governo em Nível Mundial (1995).
52. Orstrom Moller (1995).
53. Guehenno (1993); Rubert de Ventos (1994); Falk (1995).
54. Citado por Elliott e de la Pena (1978: 95); traduzido para o inglês por Elliott.
55. Alonso Zaldivar e Castells (1992).
56. Norman (1940); Halperin Donghi (1969); Tilly (1975); Gellner (1983); Giddens (1985); Rubert de Ventos (1994).
57. Hobsbawm (1990); Blas Guerrero (1994).
58. Castells (1981).
59. Dulong (1978); Tarrow (1978).
60. Gremion (1976); Ferraresi e Kemeny (1977); Rokkan e Urwin (1982); Borja (1988); Ziccardi (1995); Borja e Castells (1996).
61. Habermas (1973).
62. Sennett (1978).
63. Roper Center of Public Opinion and Polling (1995).
64. Balz e Brownstein (1996).
65. Orstrom Moller (1995).
66. Borja *et al.* (1992); Goldsmith (1993); Graham (1995).
67. Ziccardi (1991, 1995); Laserna (1992).
68. Cheung (1994); Li (1995); Hsing (1996).
69. Kiselyova e Castells (1997).
70. Khazanov (1995).
71. Borja e Castells (1996).
72. Blakely e Goldsmith (1993).
73. Smith (1991).
74. Sanchez Jankowski (1991); Wiewiora (1993).
75. Wacquant (1994); Trend (1996).
76. Lipset (1996).
77. Os três tipos de fontes utilizadas para análise sobre o México aqui apresentada são as seguintes: (a) jornais e revistas mexicanas e de outros países, bem como a *Revista Mexicana de Sociologia*; (b) publicações diversas, inclusive Mejia Barquera *et al.* (1985); Berins Collier (1992); Gil *et al.* (1993); Cook *et al.* (1994); Partido Revolucionario Institucional (1994); Trejo Delarbre (1994a, b); Aguirre *et al.* (1995); *Business Week* (1995c); Golden (1995); Marquez (1995); Perez Fernandez del Castillo *et al.* (1995); Summers (1995); *The Economist* (1995b, c); Tirado e Luna (1995); Woldenberg (1995); Ziccardi (1995); Moreno Toscano

- (1996); e (c) meus conhecimentos pessoais sobre o México após 25 anos de estudo regular a respeito do país.
78. Em novembro de 1996, as eleições locais nos estados do México e Hidalgo registraram uma vitória esmagadora dos partidos de oposição. Espera-se que nas eleições locais previstas para julho de 1997 na Cidade do México e Monterrey outra grande derrota seja impingida ao PRI.
 79. Citado por Berins Collier (1992: 134).
 80. Ziccardi (1991, 1995).
 81. Summers (1995: 46).
 82. Uma das melhores análises sobre os acontecimentos políticos da primeira metade dos anos 90 nos Estados Unidos é a de Balz e Brownstein (1996). Recomendo esse livro também para consulta a fontes complementares. A respeito da cultura antigovernamental norte-americana dentro de uma perspectiva histórica, ver Lipset (1996) e Kazin (1995). Para informações e análises complementares acerca dos assuntos abordados nesta seção, ver: Stanley e Niemi (1992); Davidson (1993); Bennett (1994); Black e Black (1994); Murray e Herrnstein (1994); Woodward (1994); Barone e Ujifusa (1995); Campbell e Rockman (1995); Greenberg (1995); Himmelfarb (1995); Pagano e Bowman (1995); Roper Center of Public Opinion and Polling (1995); Dionne (1996); Fallows (1996). Para uma crítica sociológica rigorosa sobre as teses de Murray, ver Fischer *et al.* (1995).
 83. Citado por Toner (1996).
 84. *Business Week* (1995e).
 85. Balz e Brownstein (1996: 13).
 86. Murray e Herrnstein (1994); Himmelfarb (1995).
 87. Balz e Brownstein (1996: 173).
 88. Balz e Brownstein (1996: 295).
 89. Burnham (1983); Lyon (1994).
 90. Anthes (1993); Betts (1995); Gleason (1995).
 91. Lyon (1994).
 92. Giddens (1985).
 93. Tilly (1995).
 94. Fooner (1989).
 95. Wiewiora (1988).
 96. Held (1991: 161).
 97. Held (1991: 167).
 98. Tilly (1995).
 99. Spruyt (1994).
 100. Hirst e Thompson (1996: 171).

101. Carnoy (1984).
102. Held (1991: 142-3).
103. Cohen (1996).
104. Bull (1977: 254), citado por Held (1991).
105. Johnson (1982); Castells (1992a).
106. Guehenno (1993).
107. Carnoy (1993: 88).
108. Hirst e Thompson (1996).
109. Sun Tzu (c. 505-496 a.C., 1988: 131-3).

A política informacional e a crise da democracia

Introdução: a política da sociedade

O poder costumava ficar nas mãos de príncipes, oligarquias e elites dominantes; era definido como a capacidade de impor a vontade de um ou de alguns sobre os demais, alterando o comportamento destes. Essa imagem do poder não mais reflete nossa realidade. O poder está em toda a parte e em lugar nenhum: está na produção em série, nos fluxos financeiros, nos estilos de vida, nos hospitais, nas escolas, na televisão, nas imagens, nas mensagens, nas tecnologias... Uma vez que o mundo dos objetos já foge à nossa vontade, nossa identidade passa a ser definida não mais pelo que fazemos, mas pelo que somos, deixando nossas sociedades mais próximas da experiência das chamadas sociedades tradicionais, que viviam em busca de equilíbrio, não de progresso. Essa condição é a principal indagação ao pensamento e à ação da política: de que forma restabelecer os laços entre o espaço excessivamente aberto da economia e o mundo excessivamente fechado e fragmentado das culturas? ... A questão fundamental não reside na tomada do poder, mas sim na recriação da sociedade, na reinvenção da prática política, na prevenção de um conflito cego entre a abertura dos mercados e a clausura das comunidades, na superação do desmembramento de sociedades em que se aumente a distância entre os incluídos e os excluídos.

Alan Touraine, *Lettre à Lionel*,
pp. 36-8; traduzido para o inglês por Castells

A indefinição atual das fronteiras do Estado-Nação implica dificuldades para a definição de cidadania. A ausência de um centro de poder bem-definido dilui o controle social e pulveriza os desafios a serem enfrentados pela política. O avanço do comunalismo, em suas diferentes formas, debilita o princípio de representatividade política no qual está baseada a política democrática. A crescente incapacidade de o Estado exercer controle sobre os fluxos de capital e de garantir a lei e a ordem compromete sua importância para o cidadão mé-

dio. O enfoque nas instituições locais de governo amplia a distância entre mecanismos de controle político e administração de problemas globais. O esvaziamento do contrato social entre capital, trabalho e Estado envia todos de volta para casa para lutar por seus interesses individuais, dependendo para isso única e exclusivamente de suas próprias forças. Nas palavras de Guehenno:

A democracia liberal era fundamentada por dois postulados, que atualmente vêm sendo questionados: a existência de uma esfera política, fonte do consenso social e de interesse geral; e a existência de atores dotados de energia própria, que exerciam seus direitos e manifestavam seus poderes antes mesmo de a sociedade os terem constituído como sujeitos autônomos. Nos dias de hoje, ao invés de sujeitos autônomos, há apenas situações efêmeras, que servem de base para a formação de alianças provisórias sustentadas por forças mobilizadas conforme as necessidades de um dado momento. Ao invés de um espaço político, fonte de solidariedade coletiva, existem apenas percepções predominantes, tão efêmeras quanto os interesses que as manipulam. Há, simultaneamente, uma atomização e homogeneização. Uma sociedade incessantemente fragmentada, sem memória nem solidariedade, que recupera sua unidade tão-somente pela sucessão de imagens que a mídia lhe devolve toda a semana. Uma sociedade desprovida de cidadãos e, em última análise, uma não-sociedade. Essa crise não se trata — como gostariam os europeus, na esperança de escapar dela — da crise de um modelo específico, o norte-americano. Certamente que os Estados Unidos constituem um exemplo extremo da lógica do conflito de interesses que faz desaparecer a idéia de um interesse comum; além disso, o grau de sofisticação do gerenciamento de percepções coletivas alcançado nos Estados Unidos não tem paralelo em nenhum outro país da Europa. Considerando, entretanto, que casos extremos nos ajudam a compreender situações de meio-termo, a crise nos Estados Unidos nos revela nosso futuro.¹

A transformação da política e dos processos democráticos na sociedade em rede ocorre de maneira ainda mais profunda que a apresentada nessas análises, pois, aos processos citados acima, acrescentaria ainda, como um dos principais fatores responsáveis por essa transformação, as consequências diretas das novas tecnologias da informação no debate político e nas estratégias de busca de poder. Essa dimensão tecnológica interage com as tendências mais abrangentes, características da sociedade em rede, como também com as reações comunais aos processos dominantes criados a partir dessa estrutura social. Exerce ainda poderosa influência sobre essa transformação, levando ao que chamo de *política informacional*. Assim, embora Bobbio esteja correto em apontar as diferenças recorrentes entre a direita e a esquerda política em

todo o mundo (sobretudo quanto a seu modo de abordagem totalmente divergente do conceito de igualdade social),² a direita, a esquerda e o centro precisam direcionar seus projetos e estratégias por um meio tecnológico semelhante se realmente tiverem a pretensão de atingir a sociedade, desta forma assegurando o apoio de um número suficiente de cidadãos para ganhar acesso ao Estado. Sustento que tal uso compartilhado da tecnologia propicia a criação de novas regras do jogo que, no contexto das transformações sociais, culturais e políticas apresentadas nesta obra, afetam profundamente a essência da política. O ponto principal dessa questão é que a mídia eletrônica (não só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como o jornal e a Internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito.

Para fins de maior clareza, cabe-me advertir ao leitor, desde o início da presente análise, dos riscos de duas versões simplistas e errôneas da tese segundo a qual a mídia eletrônica domina a política. Por um lado, argumenta-se que a mídia impõe suas opções políticas à opinião pública. Isso não acontece porque, conforme discutirei abaixo, as mídias são extremamente diversas. Suas relações com a política e a ideologia são altamente complexas e indiretas, embora com exceções óbvias, cuja freqüência depende de países, períodos e meios específicos de comunicação. Com efeito, em muitos casos, as campanhas promovidas pela mídia podem também defender a opinião pública contra o estabelecimento político, como ocorreu no caso Watergate nos Estados Unidos, ou na Itália dos anos 90 quando a maior parte da mídia apoiou a iniciativa do poder judiciário contra a corrupção existente nos partidos políticos tradicionais e contra Silvio Berlusconi, não obstante o fato de Berlusconi ser proprietário de três canais nacionais de televisão. Por outro lado, muitas vezes considera-se a opinião pública como receptora passiva de mensagens, facilmente suscetível a manipulações. Mais uma vez, essa tese é refutada pela experiência prática. Conforme apresentado no volume I, capítulo 5, há um processo de interação de mão dupla entre a mídia e sua audiência no tocante ao impacto real das mensagens, que são distorcidas, apropriadas e eventualmente subvertidas pelo público. No contexto norte-americano, a análise de Page e Shapiro sobre as atitudes dos cidadãos em relação a questões políticas vistas sob uma perspectiva de longo prazo demonstra a independência e o bom senso da opinião pública coletiva na maioria dos casos.³ Acima de tudo, os meios de

comunicação têm suas raízes na sociedade, e seu grau de interação com o processo político é muito indefinido, visto que depende do contexto, das estratégias dos atores políticos e de interações específicas entre uma série de aspectos sociais, culturais e políticos.

Ao destacar o papel crucial da mídia eletrônica na política contemporânea, estou querendo dizer algo diferente da tese acima. Afirmo que, em virtude dos efeitos convergentes da crise dos sistemas políticos tradicionais e do grau de penetrabilidade bem maior dos novos meios de comunicação, a comunicação e as informações políticas são capturadas essencialmente no espaço da mídia. Tudo o que fica de fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política. O que acontece nesse espaço político dominado pela mídia não é determinado por ela: trata-se de um processo social e político aberto. Contudo, a lógica e a organização da mídia eletrônica enquadram e estruturam a política. Com base em alguns fatos e o auxílio de diversos exemplos interculturais, sustentarei a idéia de que tal “inserção” da política por sua “captura” no espaço da mídia (tendência característica da Era da Informação) causa um impacto não só nas eleições, mas na organização política, processos decisórios e métodos de governo, em última análise alterando a natureza da relação entre Estado e sociedade. E em função de os sistemas políticos atuais ainda estarem baseados em formas organizacionais e estratégias políticas da era industrial, tornaram-se politicamente obsoletos, tendo sua autonomia negada pelos fluxos de informação dos quais dependem. Esta é uma das principais fontes da crise da democracia na Era da Informação.

A fim de explorar os contornos dessa crise, farei uso de dados e exemplos de vários países. Os Estados Unidos são a democracia que primeiro atingiu esse estágio tecnológico, tendo um sistema político bastante aberto e não estruturado, que por isso expressa mais adequadamente a tendência atual desse processo. Entretanto, certamente rejeitarei a idéia de que o “modelo norte-americano” deva ser seguido por outros países. Nada é mais enraizado e específico na história dos povos do que instituições e atores políticos. Porém, da mesma forma que os hábitos e procedimentos democráticos originados na Inglaterra, Estados Unidos e França foram difundidos em todo o mundo nos últimos dois séculos, argumentarei que a política informacional, do modo como é praticada nos Estados Unidos (por exemplo, mediante a influência predominante da televisão, o marketing político computadorizado, pesquisas de opinião instantâneas como instrumento de orientação política, destruição da imagem pessoal como estratégia política etc.) parece ser bom indicador do que ainda está por vir, considerando-se todas as variantes culturais/insti-

tucionais. Para ampliar o escopo de minha análise, discutirei também exemplos de processos políticos recentes no Reino Unido, Rússia, Espanha, Itália, Japão e, num esforço para incluir novas democracias em países menos desenvolvidos, atentarei também para o caso da Bolívia. Tomando por referência tais observações, procurarei relacionar processos de transformação social, institucional e tecnológica ocorridos nas bases da crise da democracia verificada na sociedade em rede. Concluindo, buscarei explorar as novas possibilidades de “democracia informacional”.

A mídia como espaço para a política na era da informação

A mídia e a política: a conexão dos cidadãos

Antes de partir para a análise empírica em minha argumentação, devo apresentar minha tese. No contexto da política democrática, o acesso a insti-

Tabela 6.1 Fontes de notícias nos EUA, 1959-92 (%)

Período	Televisão	Jornais	Rádio	Revistas	Pessoas
Dezembro 1959	51	57	34	8	4
Novembro 1961	52	57	34	9	5
Novembro 1963	55	53	29	6	4
Novembro 1964	58	56	26	8	5
Janeiro 1967	64	55	28	7	4
Novembro 1968	59	49	25	7	5
Janeiro 1971	60	48	23	5	4
Novembro 1972	64	50	21	6	4
Novembro 1974	65	47	21	4	4
Novembro 1976	64	49	19	7	5
Dezembro 1978	67	49	20	5	5
Novembro 1980	64	44	18	5	4
Dezembro 1982	65	44	18	6	4
Dezembro 1984	64	40	14	4	4
Dezembro 1986	66	36	14	4	4
Novembro 1988	65	42	14	4	5
Dezembro 1990	69	43	15	3	7
Fevereiro 1991	81	35	14	4	6
Novembro 1992	69	43	16	4	6

Nota: Resultados da resposta à seguinte pergunta: “De qual dessas fontes você tem acesso às notícias da atualidade — jornais, rádio, televisão, revistas ou por conversas com as pessoas? (possibilidade de mais de uma resposta).

Fonte: Roper Organization Surveys for the Television Information Service (dados sobre diversos anos)

Tabela 6.2 Fontes de informações políticas dos moradores da cidade de Cochabamba, Bolívia, 1996

<i>Fonte de informações</i>	<i>Percentual de entrevistados que declararam ser a principal fonte de informações</i>	<i>Percentual de entrevistados que manifestaram sua preferência pela fonte de informações</i>
Jornais	32,0	8,7
Rádio	43,3	15,7
Televisão	51,7	46,0
Outros	4,7	-

Fonte: Pesquisa sobre fontes de informações dos moradores da cidade de Cochabamba, Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social, Cochabamba, 1996

tuições do Estado depende da obtenção da maioria dos votos dos cidadãos. Nas sociedades contemporâneas, as pessoas recebem informações e formam sua própria opinião política essencialmente por intermédio da mídia, e principalmente da televisão (tabelas 6.1 e 6.2). Além disso, ao menos nos Estados Unidos, a televisão é a fonte de informações de maior credibilidade, credibilidade esta que tem aumentado ao longo do tempo (figura 6.1). Assim, para atuar sobre as mentes e vontades das pessoas, opções políticas conflitantes, incorporadas pelos partidos e candidatos, utilizam a mídia como seu principal veículo de comunicação, influência e persuasão.

Com isso, desde que os meios de comunicação mantenham relativa autonomia em relação ao poder político, os atores políticos acabam tendo de obedecer às regras e sujeitar-se aos recursos tecnológicos e interesses da mídia. A política passa a ser inserida na mídia. E porque o governo depende de reeleições, ou eleições para um posto mais elevado, o próprio governo fica também dependente da avaliação diária do impacto potencial de suas decisões sobre a opinião pública, mensurado por meio de pesquisas de opinião, grupos de teste e análises de imagens. Além disso, em um mundo cada vez mais saturado de informações, as mensagens mais eficientes são também as mais simples e mais ambivalentes, de modo a permitir que as pessoas arrisquem suas próprias projeções. As imagens encaixam-se melhor nesse tipo de caracterização de mensagem. Os meios de comunicação audiovisual são as principais fontes de alimentação das mentes das pessoas, pois estão relacionados às questões de natureza pública.

Mas quem é a mídia? Qual é a fonte de sua autonomia política? E de que maneira a política é nela inserida? Nas sociedades democráticas, os principais meios de comunicação são representados, essencialmente, por grupos empre-

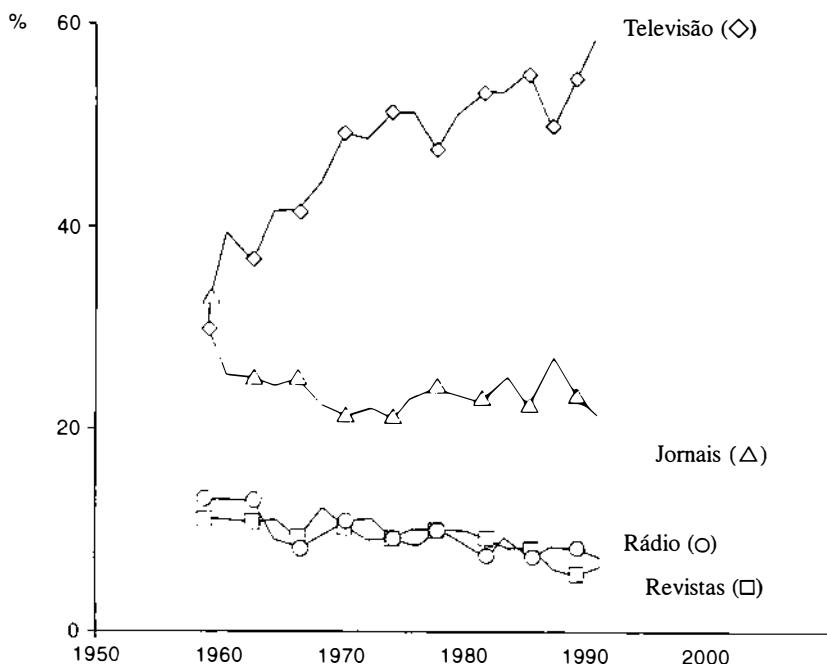


Figura 6.1 Credibilidade das fontes de notícias nos EUA, 1959-91

Fonte: Roper Organization, *America's Watching: Public Attitudes Towards Television* (Nova York, 1991)

sariais, cada vez mais concentrados e globalmente interconectados, embora sejam, ao mesmo tempo, altamente diversificados e com as atenções voltadas para mercados segmentados (ver capítulo 5, e volume I, capítulo 5). Desde a década passada, a estratégia de atuação das emissoras estatais de rádio e televisão passou a acompanhar as práticas adotadas pela mídia da iniciativa privada para conseguir sobreviver no mercado global, tornando-se igualmente dependentes dos índices de audiência.⁴ Bons índices de audiência são fundamentais porque a principal fonte de renda da mídia é a publicidade.⁵ Altos índices de audiência exigem um meio de comunicação atraente e, no caso de notícias, credibilidade. Sem credibilidade, as notícias não têm valor algum, seja em termos de dinheiro, seja de poder. A credibilidade exige certo distanciamento *vis-à-vis* opções políticas, dentro dos parâmetros de valores políticos e morais básicos. Nessa mesma linha de raciocínio, somente uma posição independente permite que essa independência seja eventualmente discutida em função de um apoio político declarado, cedido com oportunismo, ou de um

acordo financeiro secreto em troca de apoio pela difusão ou supressão de determinadas informações. Tal autonomia da mídia, fundada em interesses comerciais, também se adapta perfeitamente à ideologia da profissão e à legitimidade e respeito dos jornalistas. Eles simplesmente relatam os fatos, não tomam partido. Informar é o que importa, as análises das notícias precisam ser documentadas, as opiniões devem seguir normas rigorosas, e o distanciamento é a regra básica. Tal vínculo duplo de independência, tanto das empresas quanto dos profissionais, é reiterado pelo fato de que, no mundo da mídia, a concorrência é uma constante, mesmo considerando que, cada vez mais, haja uma concorrência entre oligopólios. Basta uma pequena perda de credibilidade de uma rede de TV ou jornal para que a concorrência abocanhe a fatia de mercado pertencente ao meio de comunicação afetado. Assim, por um lado, a mídia precisa manter-se suficientemente próxima da política e do governo, para ter acesso às informações, beneficiar-se das regulamentações para a imprensa e, como ocorre em diversos países, gozar de subsídios consideráveis. Por outro lado, deve também assumir uma posição suficientemente neutra ou distanciada para preservar sua credibilidade, atuando como intermediária entre cidadãos e partidos na produção e consumo de fluxos de informação e imagens, nas bases da formação da opinião pública, das eleições e dos processos decisórios na política.

Uma vez capturada a política no espaço da mídia, os próprios atores políticos fecham o círculo da política da mídia ao promoverem ações basicamente voltadas para os meios de comunicação: por exemplo, deixando vaziar informações para comunicar com “indevida” antecedência a agenda política ou pessoal de determinadas personalidades. Isso resulta inevitavelmente em outros “vazamentos” que contradizem os primeiros, fazendo da mídia o campo de batalha no qual forças e personalidades políticas, bem como grupos responsáveis por exercer pressões políticas, tentam enfraquecer-se mutuamente, para se beneficiar nas pesquisas de opinião, nas cabines eleitorais, nas eleições parlamentares e nas decisões do governo.

Naturalmente que a política em função da mídia não impede a existência de outras formas de atividade política. Campanhas de bases populares demonstraram sua força nos últimos anos, como evidenciado pela Coalizão Cristã nos Estados Unidos, pelo Partido Verde na Alemanha ou pelo Partido Comunista na Rússia. Comícios e manifestações são ainda verdadeiros rituais nas campanhas políticas organizadas na Espanha, França, Itália e Brasil. Além disso, os candidatos têm de viajar, marcar presença em eventos, apertar as mãos dos eleitores, participar de palestras, beijar criancinhas (com cuidado), dirigir-se

aos estudantes, policiais e todos os grupos étnicos possíveis (não na França). Contudo, à exceção de atividades destinadas a angariar fundos, o principal alvo dessas diversas formas de política “corpo a corpo” é fazer as pessoas, ou sua mensagem, aparecerem na mídia, entrarem no horário nobre nos noticiários de TV, programas de rádio ou artigos de algum jornal influente. Nas campanhas políticas na Espanha (e imagino que em outros países também), os principais candidatos, ao falarem em público em um determinado evento, são advertidos por uma luz vermelha em seus microcomputadores no momento em que há cobertura de TV ao vivo (durante um ou dois minutos), para que possam mudar automaticamente seu discurso para um tópico previamente preparado, independentemente do que estiverem dizendo aos espectadores *in loco*. Nas campanhas eleitorais norte-americanas, comícios em pequenas cidades, reuniões em escolas e paradas de um determinado candidato durante sua trajetória de ônibus, trem ou avião são planejados de acordo com os locais e ocasiões em que possa haver cobertura de imprensa. Animadores e assessores ficam de prontidão e tomam todas as providências para possibilitar uma boa cobertura de seus candidatos.

Devo, entretanto, reiterar minha posição: afirmar que a mídia é o espaço da política não quer dizer que a televisão determina as decisões tomadas pelas pessoas, ou ainda que a capacidade de gastar dinheiro em publicidade na TV ou manipular imagens seja, por si só, um fator decisivo para o sucesso. Em todos os países, e principalmente nos Estados Unidos, são encontrados numerosos exemplos em que o uso de inserções publicitárias na TV não foi suficiente para eleger um candidato, ou, ao contrário, em que um desempenho medíocre nos veículos de comunicação não pode impedir a vitória do candidato (muito embora também haja diversos casos do efeito altamente favorável da televisão para lançar e sustentar a imagem de um político: por exemplo, Ronald Reagan e Ross Perot nos Estados Unidos, Felipe Gonzalez na Espanha, Berlusconi na Itália, Jirinovsky na Rússia em 1993 e Aoshima em Tóquio em 1995). No Brasil dos anos 90, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente praticamente do nada em função de seu brilhante desempenho na televisão, no entanto o povo foi às ruas para forçar seu *impeachment* assim que ficou público e notório que ele era um corrupto que estava pilhando o Estado. Três anos mais tarde, Fernando Henrique Cardoso, não propriamente inabilitoso na televisão, mas obviamente avesso aos chamarizes da mídia, foi eleito presidente pela esmagadora maioria dos eleitores porque, como ministro da Fazenda, foi capaz de controlar a hiperinflação pela primeira vez em décadas, ainda que contasse com o apoio da Rede Globo para sua candidatura. Nem a televisão nem quaisquer outros

meios de comunicação determinam resultados políticos por si próprios, justamente porque a política da mídia representa um espaço contraditório, em que atuam diferentes atores e estratégias, com diversas técnicas e resultados distintos, o que por vezes resulta em consequências inesperadas. A *midiacracia* não entra em choque com a democracia – ou melhor, nem tanto – porque sua natureza é tão plural e competitiva quanto o sistema político. Além disso, se considerarmos o sistema existente num momento anterior a essa realidade, constituído por uma democracia dominada por um único partido, e em que organizações partidárias praticamente isoladas da maioria dos cidadãos eram totalmente responsáveis pelos programas políticos e decisões quanto às candidaturas a serem lançadas, pode-se inferir qual desses sistemas oferece maior quantidade de informações aos cidadãos, pelo menos se exclirmos os tempos míticos das assembleias das comunidades de vilarejos.

Entretanto, *o ponto crítico é que, sem a presença ativa da mídia, as propostas políticas ou os candidatos não têm qualquer chance de obter uma ampla base de apoio*. A política da mídia não se aplica a todas as formas de fazer política, mas todas as formas de política têm necessariamente de passar pela mídia para influenciar o processo decisório. Deste modo, *a política está essencialmente inserida, em termos de substância, organização, processo e liderança, na lógica inerente do sistema dos veículos de comunicação, especialmente na nova mídia eletrônica*. Para compreender o modo como exatamente ocorre tal inserção, será interessante tecer alguns comentários sobre a evolução da política da mídia, começando pela experiência norte-americana durante as últimas três décadas.

A política showbiz e o marketing político: o modelo norte-americano

A transformação vivenciada pela política norte-americana durante as três últimas décadas deste século decorreu de três processos inter-relacionados: (a) o declínio dos partidos políticos, bem como do papel por eles representado na escolha de candidatos; (b) o surgimento de um complexo sistema de veículos de comunicação, ancorado pela televisão, mas com grande diversidade de meios de comunicação flexíveis, interconectados via eletrônica; e (c) o desenvolvimento do marketing político, por meio da realização constante de pesquisas de opinião, de sistemas em que há integração entre as pesquisas de opinião e o ato

de fazer política, da capacidade de difusão da mídia, das malas-diretas por computador, de bancos de dados de centrais telefônicas e de ajustes, em tempo real, de candidatos e temas ao “formato” que aumente as chances de vitória.⁶

Embora a transformação do sistema político norte-americano tenha raízes profundas em tendências socioculturais, as manifestações mais diretas de tais transformações foram as reformas eleitorais do Comitê McGovern-Frazer em resposta à Convenção Nacional Democrática de 1968, quando os correligionários do partido indicaram Humphrey como candidato à presidência, derrotando Eugene McCarthy, que tinha maior respaldo popular. De acordo com o sistema implantado na ocasião, elegia-se a grande maioria dos delegados para a convenção por eleições primárias entre os candidatos presidenciais.⁷ Assim, enquanto na década de 50, 40% dos delegados eram escolhidos por esse método, nos anos 90 essa proporção chegou a 80%.⁸ Além disso, uma série de reformas relativas às formas de captação dos fundos de campanha obrigou os candidatos a depender mais de suas habilidades para angariar fundos, do contato direto com a sociedade, e muito menos do apoio do partido. Cidadãos e grupos de interesse em geral empurraram as organizações político-partidárias para os bastidores da política norte-americana.⁹ Ambas as tendências reforçaram o papel da mídia de maneira extraordinária: os veículos de comunicação passaram a ocupar a posição privilegiada de intermediários entre os candidatos e o público, exercendo influência decisiva nas eleições presidenciais primárias, bem como nas eleições para o Congresso e os governos estaduais. Além disso, em virtude do fato de a publicidade e as campanhas orientadas à mídia exigirem grandes dispêndios, os candidatos vêm-se forçados a depender de doadores de fundos de campanha do setor privado e comitês de mobilização política externos ao sistema partidário.¹⁰

O papel político desempenhado pela mídia desenvolveu-se consideravelmente nas últimas três décadas, tanto do ponto de vista tecnológico quanto organizacional. Segundo especialistas, a grande mudança na relação entre a mídia, as pesquisas e a política ocorreu durante a campanha de John Kennedy em 1960.¹¹ Pela primeira vez na história da política norte-americana, Kennedy não só apostou praticamente tudo em pesquisas e estratégia televisiva, como teve sua vitória amplamente atribuída ao seu desempenho no debate televisionado com Nixon (o primeiro do gênero), que ele dominou, enquanto os ouvintes do mesmo debate, só que pelo rádio, apontaram Nixon como vencedor.¹² Após esses acontecimentos, a televisão transformou-se no principal recurso a ser considerado na agenda política dos candidatos norte-americanos. Embora jornais influentes como o *The New York Times* ou *The Washington Post* sejam algumas

das principais fontes de reportagens de cunho investigativo e agentes formadores de opinião, apenas os eventos divulgados pela televisão conseguem alcançar uma audiência suficientemente representativa para fixar ou reverter tendências da opinião pública. Assim, a televisão, os jornais e o rádio funcionam como um sistema integrado, em que os jornais relatam o evento e elaboram análises, a televisão o digere e divulga ao grande público, e o rádio oferece a oportunidade de participação do cidadão, além de abrir espaço a debates político-partidários direcionados sobre as questões levantadas pela televisão.¹³ Esse papel político, cada vez mais central, desempenhado pela televisão resulta em dois fatores importantes. Primeiro, os gastos dos políticos com a televisão aumentaram drasticamente: no início dos anos 60, cerca de 9% dos orçamentos das campanhas políticas nacionais eram destinados à publicidade na TV, ao passo que, nos anos 90, essa proporção chegou a 25% de orçamentos bem mais vultosos; em 1990, estima-se que US\$ 203 milhões tenham sido empregados em publicidade na TV para fins políticos;¹⁴ em 1994, US\$ 350 milhões foram gastos em propaganda política na televisão.¹⁵ As cifras das eleições de 1996 provavelmente superaram os US\$ 800 milhões. Segundo, eventos políticos de grande repercussão promovidos por assessores de candidatos têm-se tornado um fator essencial para as campanhas, bem como a obtenção de apoio, ou oposição, às decisões dos governos. O que realmente importa não é tanto o evento originariamente objeto de reportagem, mas sim o debate provocado por ele, a forma como esse debate é conduzido, quem são os participantes envolvidos e por quanto tempo o assunto se mantém “no circuito”. A vitória, e não justificativas ou esclarecimentos, é a grande meta. Por exemplo, em 1993-94, após meses de calorosas discussões sobre a proposta de Clinton para reforma dos planos de saúde, que ocuparam posição de destaque na mídia, as pesquisas de opinião indicaram que os norte-americanos estavam confusos e incertos tanto sobre o conteúdo da proposta quanto sobre os argumentos sustentados nas críticas ao plano. E o que isso importa? O que o fogo cruzado da polêmica gerada pela mídia e alimentada pelas companhias de seguro, associações médicas e indústria farmacêutica conseguiu fazer foi acabar com a proposta antes mesmo que fosse submetida à votação no Congresso, eliminando qualquer possibilidade de discussão por parte dos cidadãos.¹⁶ A mídia vem se tornando a arena das principais batalhas políticas.

A tecnologia está transformando o papel político da mídia, não só pelo efeito causado nos veículos de comunicação propriamente ditos, mas também pela integração do sistema da mídia em tempo real e com o marketing político.¹⁷ Desde o final da década de 60, a introdução de computadores na tabulação

das pesquisas resultou no aparecimento do conceito de “pesquisas com fins estratégicos”, que consiste na realização de testes de diferentes estratégias políticas em grupos previamente definidos de potenciais eleitores, com o objetivo de alterar a estratégia, a forma e mesmo o conteúdo da mensagem política ao longo da campanha.¹⁸ Nas duas décadas subsequentes, pesquisadores como Patrick Caddell, Peter Harter e Robert Teeter exerceram influência decisiva na estratégia de campanha, tendo se tornado os principais intermediários entre os candidatos, os cidadãos e os veículos de comunicação. Aliados aos formadores de imagem e aos profissionais de propaganda política, organizaram campanhas, desenvolveram temas, plataformas e *personas* políticas mediante a obtenção de *feedback* das tendências identificadas pelas pesquisas e vice-versa.¹⁹ À medida que a tecnologia acelerou o processo de reportagem na mídia, agilizando e flexibilizando os sistemas de informação, os efeitos do *feedback* e dos eventos políticos de grande repercussão passaram a fazer parte do cotidiano, de modo que nos mais altos escalões, a começar pela Casa Branca, estrategistas de comunicação fazem reuniões todas as manhãs para “tomar o pulso” da nação, ficando de prontidão para intervir em tempo real, chegando até mesmo a alterar mensagens e cronogramas de programação entre a manhã e a tarde, dependendo das reportagens exibidas nas principais fontes de informação (CNN, redes de TV, jornais matutinos de grande circulação).²⁰ O fato de os próprios meios de comunicação terem condições de aparecer com furos de reportagem a qualquer momento, por estarem em atividade 24 horas por dia, significa que os “guerreiros” da comunicação precisam permanecer em alerta constante, codificando e traduzindo qualquer decisão política para a linguagem da política da mídia, e avaliando os respectivos efeitos por meio de pesquisas e grupos de teste. Os pesquisadores e os formadores de imagem tornaram-se atores políticos fundamentais, capazes de criar e destruir presidentes, senadores, congressistas e governadores por uma combinação entre tecnologia da informação, “midialogia”, habilidade política e uma boa dose de atrevimento. E mesmo quando estão enganados, por exemplo, quanto aos resultados de suas pesquisas, ainda assim são influentes, pois seus erros alteram o curso das tendências políticas, como, por exemplo, no caso das primárias do Partido Republicano em New Hampshire, em que erros nas pesquisas prejudicaram o desempenho de Forbes ao avaliar seus votos diante de previsões equivocadas de avanço de sua candidatura nas pesquisas alguns dias antes da votação.²¹

À medida que a mídia foi diversificando e descentralizando seu campo de atuação ao longo da década de 90, sua influência nas atitudes e nos compor-

tamentos políticos tornou-se ainda mais ampla.²² As redes locais de televisão a cabo e os programas de entrevistas com a participação dos ouvintes no rádio conquistaram audiências dirigidas, permitindo que os políticos visualizassem melhor o alvo de sua mensagem, e também que grupos de interesse e eleitores partidários de determinada ideologia tivessem maiores condições de expor seus argumentos sem passar pelo crivo da grande mídia. Os videocassetes tornaram-se ferramentas essenciais para a distribuição de mensagens em vídeo durante eventos comunitários, e também nas residências, por meio de mala-direta. A cobertura 24 horas por dia da C-Span e CNN abriu espaço para a divulgação instantânea de pacotes de notícias e informações sobre política. Por exemplo, o líder republicano Newt Gingrich conseguiu que a C-Span televisionasse um contundente discurso antiliberal no Congresso, sem correr o risco de gerar um clima hostil pois, fora do foco das câmeras, a plenária do Congresso estava completamente vazia. A transmissão de mensagens a determinadas áreas ou grupos sociais por redes locais vêm fragmentando a política nacional e reduzindo a influência das grandes redes de televisão, conquistando uma fatia ainda maior de formas de expressão política no universo da mídia eletrônica. Além disso, em meados dos anos 90 a Internet tornou-se um veículo de propaganda de campanha, de fóruns de debate controlados, e também um meio de interconexão para eleitores e simpatizantes.²³ Não raro, programas ou anúncios de televisão fornecem um endereço da Internet para fins de consulta ou discussão de idéias, ao mesmo tempo que a comunicação computadorizada volta-se para certos eventos divulgados pela mídia ou uma determinada propaganda política visando estabelecer uma linha eletrônica direta para cidadãos eventualmente interessados.

Ao incorporar a política a seu ambiente eletrônico, a mídia delimita espaços para processos, imagens e resultados, independentemente do verdadeiro propósito ou da eficiência de mensagens específicas. Não que o meio seja a mensagem, pois realmente existem diferenças entre opções políticas, e essas diferenças são importantes. Mas ao ingressar no espaço da mídia, os projetos políticos, e os próprios políticos, são moldados de formas bastante específicas.²⁴ E de que formas?

A fim de compreender a inserção da política na lógica dos meios de comunicação, devemos atentar para os *princípios fundamentais que regem a mídia informativa: a corrida em busca de maiores índices de audiência, em concorrência direta com o entretenimento; e o necessário distanciamento da política, para conquistar credibilidade*. Isso se traduz nas tradicionais premissas para uma boa cobertura de notícias, conforme identificado por Gitlin: “As

notícias devem estar voltadas ao evento, não às condições a ele subjacentes; na pessoa, não no grupo; no conflito, não no consenso; no fato que “antecipa a história”, não naquele que a explica”.²⁵ Somente as “más notícias”, referentes a conflitos, cenas dramáticas, acordos ilícitos ou comportamentos questionáveis são notícias interessantes. Considerando que as notícias são cada vez mais submetidas à concorrência dos programas de entretenimento ou de eventos esportivos, o mesmo acontece com sua lógica. Ela exige cenas dramáticas, suspense, conflito, rivalidades, ganância, decepções, vencedores e vencidos e, se possível, sexo e violência. Seguindo o ritmo, e a linguagem, da mídia esportiva, fala-se sobre a “corrida política” como um jogo incessante de ambições, manobras, estratégias e planos para desarticulá-las, com a ajuda de informantes internos e pesquisas de opinião constantemente realizadas pelos próprios veículos de comunicação. A mídia vem dando cada vez menos atenção ao que os políticos têm a dizer: o tempo médio de inserção de trechos de entrevista com políticos encolheu de 42 segundos em 1968 para menos de 10 segundos em 1992.²⁶ A atitude distanciada da mídia transforma-se em cinismo quando literalmente tudo é interpretado como puro jogo estratégico. O noticiário fornece material para essas análises, contudo porém com o auxílio de programas criados em torno de jornalistas especializados em certas áreas (como o programa *Crossfire* da CNN), de comportamento altamente contestador, rudes e agressivos, que naturalmente acabam sorrindo e cumprimentando seus interlocutores no final, mostrando que tudo não passa de um programa de entretenimento. Por outro lado, conforme argumenta James Fallows, as análises políticas succinctas, rápidas e penetrantes por parte de jornalistas televisivos cada vez mais populares causam impacto direto na cobertura dos eventos nos noticiários de TV e mesmo nos jornais.²⁷ Em outras palavras, afirmações de profissionais da mídia sobre política transformam-se em acontecimentos políticos por si próprios, e a cada semana são proclamados os vencedores e os vencidos na corrida política. Nos termos de Sandra Moog:

Atualmente os eventos divulgados nas notícias tendem a diluir-se em meras discussões sobre as reações do público à mais recente cobertura de imprensa. Quem são os vencedores e os vencidos, quais personalidades estão com os índices de popularidade em alta ou em baixa, como consequência de eventos políticos do mês, da semana ou do dia anterior. A realização frequente de pesquisas de opinião pelas agências de notícias permitem esse tipo de hiper-reflexividade ao fornecer uma base supostamente objetiva para especulações dos jornalistas sobre os impactos das ações políticas e as respectivas reações da imprensa a tais ações, mediante a avaliação popular de diversos políticos.²⁸

Um outro poderoso tipo de cobertura dos acontecimentos políticos diz respeito à personalização dos eventos.²⁹ Os políticos, e não a política, são os atores do drama. E por terem a oportunidade de mudar seus programas de governo à medida que navegam nas águas da política, o que permanece nas mentes das pessoas como a principal fonte da prática política são as motivações e as imagens pessoais dos políticos. Portanto, questões referentes ao personagem assumem a vanguarda da agenda política, uma vez que o emissor transforma-se na própria mensagem.

A estruturação das notícias políticas estende-se à estruturação da própria política, à medida que estrategistas jogam na mídia e com a mídia com o objetivo de influenciar os eleitores. Em virtude do fato de que somente notícias ruins são consideradas notícias, a propaganda política está concentrada em mensagens negativas, visando destruir as propostas dos adversários, ao mesmo tempo que se discorre sobre o próprio programa de governo em linhas bastante gerais. Com efeito, estudos demonstram que a probabilidade de reter mensagens negativas e, com elas, influenciar a opinião política, é bem maior.³⁰ Além disso, em função de a política ser personalizada em um mundo de criação de imagens e novelas de TV, a destruição da personagem torna-se a mais poderosa das armas.³¹ Projetos políticos, propostas de governo e carreiras políticas podem ser prejudicadas ou até mesmo arrasadas pela revelação de algum tipo de comportamento inadequado (o caso Watergate de Nixon marcou o início dessa nova era); pela invasão da privacidade de indivíduos que tenham adotado um comportamento diferente do aceito pelos padrões morais, e da dissimulação dessas informações (Gary Hart); ou pelo acúmulo de uma série de acusações, boatos e insinuações, revezando-se uns após os outros na mídia, assim que o impacto de um deles começa a diminuir (Bill e Hillary Clinton?). Em alguns casos, alegações infundadas resultam em consequências drásticas para o indivíduo, tais como o suicídio do político vítima de tais alegações (por exemplo, o socialista Pierre Beregovoy, ministro da Fazenda da França, em 1993). Portanto, o monitoramento diário de ataques, contra-ataques ou ameaças pessoais, com as respectivas alegações, torna-se uma peça fundamental da vida política. De fato, durante a campanha presidencial de 1992, os assessores de Clinton forçaram os republicanos a desviar as atenções do caso extraconjugal do candidato, ameaçando-os de levar a fundo a história do suposto envolvimento de Bush com uma ex-funcionária da Casa Branca; eles haviam encontrado outra Jennifer.³² Os estrategistas da comunicação e os porta-vozes realmente estão no centro da política informacional.

A restrição crescente da exposição da mídia ao conteúdo das propostas políticas (com exceção da mídia segmentada, não dirigida à comunicação de massa; por exemplo, as redes públicas de televisão ou longas reportagens de jornais) resulta em uma simplificação extrema das mensagens políticas. Plataformas políticas complexas são submetidas a um escrutínio para a seleção de algumas questões que serão merecedoras de destaque, a fim de serem apresentadas a uma vasta audiência, em termos dicotômicos: antiaborto ou direito de escolha à prática do aborto; defesa dos direitos dos gays ou ataque direto a eles; previdência social e déficit orçamentário *versus* equilíbrio nas contas do governo e desmantelamento do Medicaid. A política de referendo imita os programas de jogos e brincadeiras na televisão, em que a “buzina” eleitoral anuncia vencedores e vencidos e “campainhas” pré-eleitorais (representadas por pesquisas) dão sinais de advertência. Imagens, mensagens codificadas e competição política entre heróis e vilões (que trocam de papéis de tempos em tempos) em um mundo de paixões frustradas, ambições secretas e traições: assim funciona a política norte-americana inserida na mídia eletrônica, transformada em virtualidade política real, determinando o acesso ao Estado. Será que esse “modelo americano” poderia ser o prenúncio de uma tendência política mais ampla, caracterizando a Era da Informação?

Estará a política européia passando por um processo de “americanização”?

Não e sim. Não, porque os sistemas políticos europeus se fiam bem mais nos partidos políticos, de longa tradição e bem estabelecidos, e com raízes consideráveis em suas respectivas histórias, culturas e sociedades. Não, porque as culturas nacionais desempenham um papel importante, e o que é considerado admissível nos Estados Unidos seria inadmissível na maioria dos países europeus, e provavelmente voltaria contra o possível autor da agressão: por exemplo, era de pleno conhecimento dos círculos políticos franceses que o falecido presidente François Mitterrand há muito tempo mantinha um caso extraconjugal, do qual tinha uma filha. Apesar de ser um homem de muitos inimigos, isso jamais foi usado contra ele e, caso fosse, a maioria dos cidadãos desaprovaria a invasão de privacidade do presidente (a mídia do Reino Unido fica no meio-termo entre a dos Estados Unidos e a da maioria dos países europeus no que diz respeito à vida íntima de líderes políticos).

Além disso, até o final da década de 80, a maioria das redes de televisão europeias era de controle estatal, de modo que o acesso político à televisão estava sujeito a regulamentações e, ainda hoje, a propaganda política paga é proibida. Mesmo com a liberalização e a privatização da televisão, as redes da iniciativa privada (como, por exemplo, a ITV da Grã-Bretanha ou a Antena-3 TV da Espanha) seguem um padrão de auto-regulamentação do equilíbrio político para preservar sua credibilidade. Assim, há diferenças significativas tanto na mídia quanto em sua relação com os sistemas políticos entre Estados Unidos e Europa.³³

Em contrapartida, embora candidatos e programas sejam escolhidos pelos partidos, a mídia tornou-se tão importante na Europa quanto nos Estados Unidos em termos de influência na decisão do resultado de embates políticos.³⁴ Os veículos de comunicação de modo geral (e particularmente a televisão) constituem a principal fonte de informações políticas e opiniões para o grande público, e os mais importantes atributos da política informacional, conforme identificados no caso dos EUA, também caracterizam a política europeia: simplificação das mensagens, serviços profissionais de propaganda e pesquisas de opinião empregadas como ferramentas de uso político, personalização de opções, propaganda negativa contra os adversários como estratégia predominante, vazamento de informações destrutivas como arma política, formação de imagem e controle da divulgação de informações políticas como mecanismos essenciais para se chegar ao poder, e mantê-lo. Vamos rever brevemente alguns evidências comparativas.

No Reino Unido dos anos 80, a televisão era a principal fonte de notícias políticas para 58% da população: esse número aumentou para 80% na década de 90,³⁵ seguido pelos jornais, com 20%. Entretanto, propaganda política paga na TV é prática ilegal na Grã-Bretanha, sendo que os partidos têm direito a um horário eleitoral gratuito no período que antecede as eleições e durante a campanha. A desregulamentação, privatização e multiplicação das fontes de informação televisiva têm desviado as atenções do público, anteriormente voltadas à propaganda política formal, para as reportagens políticas.³⁶ Os comentários sobre a propaganda apresentada pelos partidos em programas regulares têm-se tornado mais influentes do que a própria propaganda. Por exemplo, em 1992, o Partido Trabalhista transmitiu uma reportagem sobre Jennifer, uma garota que teve de esperar um ano para ser submetida a uma cirurgia de ouvido por causa da crise no sistema de saúde. Quando sua verdadeira identidade (que deveria ser mantida em segredo) foi revelada, a principal questão passou a ser a incapacidade demonstrada pelo Partido Trabalhista de preservar a confidencialidade

de informações, comprometendo assim a confiança nos seus líderes caso viessem a chegar ao poder.³⁷ A publicidade negativa, principalmente vindra dos *tories* (conservadores), veio à baila durante a campanha de 1992, desempenhando importante papel na vitória destes últimos.³⁸ O apelo aos recursos de constantes pesquisas de opinião, mala-direta direcionada a um público específico, utilização de serviços especializados de propaganda e agências de relações públicas, eventos e discursos orientados à formação da imagem e pequenas inserções de entrevistas de políticos na televisão, informes publicitários elaborados por profissionais de propaganda política, contando com atores e fotomontagens, e um enfoque muito mais direcionado à imagem do que à política propriamente dita, constituem, na década de 90, a principal matéria-prima da qual se faz a política britânica, tanto quanto nos EUA.³⁹ A personalização da política tem longa tradição na Grã-Bretanha, com líderes de presença marcante, tais como Winston Churchill, Harold Wilson ou Margaret Thatcher. Contudo, a nova onda de personalizações não está relacionada a líderes históricos e carismáticos, mas sim a qualquer candidato ao cargo de primeiro-ministro. Diante desse quadro, em 1987, o Partido Trabalhista concentrou os esforços de campanha no casal “jovem e glamouroso”, Neil and Glenys Kinnock, transformando a maior parte do espaço reservado ao programa eleitoral do partido em uma biografia televisiva intitulada *Kinnock*, produzida por Hugh Hudson, o mesmo diretor de *Carruagens de fogo*.⁴⁰ Em 1992, dois em cada cinco programas dos conservadores falavam da figura de John Major (*Major – a Trajetória*, produzido por Schlesinger, diretor de *Perdidos na noite*, destacando a ascensão de Major a partir de Brixton, um bairro operário).⁴¹ A personalização leva à destruição da personagem como parte de uma estratégia política, e este também é o caso da história política recente da Grã-Bretanha: durante a campanha de 1992, Kinnock foi alvo de ataques da imprensa *tory* (cujas histórias foram selecionadas pelos noticiários de TV), que variaram de supostas ligações com a Máfia até sua vida íntima (o famoso “caso Boyo”). Paddy Ashdown, o líder liberal democrata, sofreu ataques em que aspectos relacionados à sua vida sexual foram divulgados ao público. E embora Axford *et al.* sugiram que após as eleições de 1992 a mídia britânica pareceu impor limites ao uso de “golpes baixos”, essa nova disciplina não parece ter poupadão a Família Real.⁴² Na verdade, no momento da elaboração deste livro (1996) posso prever que, seguramente, as próximas eleições gerais na Grã-Bretanha, marcadas pela probabilidade de uma vitória dos trabalhistas, serão caracterizadas por uma profusão de tentativas de “destruição da personagem”, visando comprometer a emergente liderança de Tony Blair.

Do mesmo modo, o advento da democracia russa também refletiu a introdução do estilo norte-americano, isto é, campanhas políticas voltadas à televisão desde as eleições parlamentares de dezembro de 1993.⁴³ Nas decisivas eleições presidenciais de 1996, Yeltsin conseguiu reassumir o controle do eleitorado que, por puro desespero, parecia inclinado a dar o voto a Zyuganov, nas últimas semanas da campanha, pelo uso de artilharia pesada na mídia, da mala direta computadorizada (fato inédito na Rússia), pela realização de pesquisas dirigidas e propaganda segmentada. A campanha de Yeltsin soube combinar novas e antigas estratégias de utilização da mídia, porém, em ambos os casos, o principal instrumento utilizado foi a televisão. Por um lado, os canais de TV estatais e privados aliaram-se a Yeltsin utilizando notícias e programas como veículos de propaganda anticomunista, inclusive a exibição de diversos filmes sobre os horrores do stalinismo na última semana que precedeu as eleições. Por outro, a propaganda política de Yeltsin foi cuidadosamente planejada. Uma agência de assessoria política, a “Niccolò M” (M de Machiavel) desempenhou papel fundamental na elaboração de uma estratégia da mídia em que Yeltsin aparecia nos jornais diários da TV enquanto sua propaganda concentrava-se exclusivamente em indivíduos do povo (conheço pessoalmente um deles) justificando sua preferência por Yeltsin. As entrevistas, de curta duração, sempre terminavam com as expressões “Acredito, adoro, espero”, seguidas da assinatura de Yeltsin, sua única “presença” na propaganda. Yekaterina Yegorova, diretora da Niccolò M, compreendera que “a idéia por trás dessa ausência era de que Yeltsin, como presidente, aparece tanto na TV [no noticiário do dia-a-dia] que, se também aparecesse na propaganda, deixaria o povo cansado de ver sua imagem”.⁴⁴ Assim, a “personalização ausente”, combinando diferentes formas de mensagens da mídia, torna-se uma estratégia nova e útil em um mundo saturado de propaganda audiovisual. Alguns consultores políticos republicanos também deram sua contribuição à campanha de Yeltsin por meio de recursos tecnológicos empregados na política (embora o fizessem em escala bem menor que a alardeada por eles próprios), assim como diversos especialistas políticos e da mídia, lançando a Rússia na era da política informacional antes mesmo que tivesse tempo de se tornar uma sociedade da informação. Funcionou: em posição desfavorável em termos de poder, recursos financeiros e estratégia de campanha, os comunistas apostaram na ampla mobilização das bases populares, uma forma demasiado primitiva de contratacar a aliança formada pela televisão, rádio e principais jornais que se uniram em torno de Yeltsin. Embora outros fatores tenham exercido considerável influência nas eleições russas (rejeição ao comunismo, receio de desordem,

demagogia de campanha, hábeis decisões presidenciais de última hora, principalmente em relação à Chechênia, a convocação de Lebed para o governo Yeltsin antes do segundo turno), o novo e o velho sistema político mediram forças, e o resultado foi a vitória incontestável de Yeltsin, após resultados desfavoráveis nas pesquisas de quatro meses anteriores à votação.

A democracia espanhola também soube assimilar rapidamente as novas técnicas da política informacional.⁴⁵ Nas eleições gerais de 1982, a habilidade no uso da mídia e das estratégias de personalização em torno da figura de um líder extraordinário, Felipe Gonzalez, levou os socialistas (PSOE) a uma vitória sem precedentes nas urnas. Posteriormente, em 1986 e 1989, os socialistas de Gonzalez foram reeleitos por duas vezes com maioria absoluta, logrando também vencer sob as condições mais adversas um referendo nacional em 1985 para que a Espanha se tornasse membro da OTAN. Além dos próprios méritos do partido socialista, três fatores contribuíram para o predomínio político absoluto do partido durante a década de 80: a personalidade carismática de Felipe Gonzalez e sua presença marcante na mídia, especialmente na televisão, tanto em debates frente a frente com seus adversários e entrevistas a jornalistas como em eventos políticos televisionados; a sofisticação tecnológica dos estrategistas políticos socialistas que, pela primeira vez na Espanha, trabalharam com grupos de pesquisa, pesquisas de opinião em base constante, análise/*design* de imagens e contextualização de temas no tempo e no espaço, dentro de uma estratégia de propaganda política coerente e sustentada que não parou logo após o dia das eleições; e finalmente o monopólio do governo sobre a televisão, dando vantagens claras à situação até que incessantes críticas da oposição às reportagens da TV, bem como às convicções democráticas de Gonzalez, levaram à liberalização e privatização parcial da televisão durante os anos 90. E foi justamente a derrota na batalha da mídia na década de 90 o primeiro fator responsável pela queda do governo socialista na Espanha em 1993, mais tarde (1996) levando ao poder um governo de centro-direita. Na próxima seção, farei uma análise dos escândalos e da corrupção na política como instrumentos essenciais para a estratégia da política informacional, valendo-me mais uma vez desse exemplo, bastante elucidativo, fornecido pela Espanha contemporânea. Contudo, é importante frisar, embora tenha-se discutido a possível introdução do modelo político norte-americano na Europa, que a Espanha contemporânea não deixava nada a desejar em relação aos Estados Unidos no tocante a técnicas políticas que fazem uso da mídia, destruição de personagens e ciclos formados por pesquisas de opinião, transmissão de programas e desempenho alternado de papéis.

Embora de modo menos dramático (afinal, a Espanha é um país de lances altamente dramáticos), a política na maioria das democracias européias acabou sendo dominada por processos semelhantes. Assim, observadores na França rebelaram-se contra a “*telecracia*”,⁴⁶ enquanto outros destacam o surgimento da “democracia virtual”.⁴⁷ A repentina ascensão ao poder de Silvio Berlusconi na Itália esteve diretamente relacionada ao novo papel desempenhado pela mídia na política italiana.⁴⁸ Uma análise comparativa de outros países europeus nos anos 90⁴⁹ aponta para uma fase complexa de transição em que a mídia assume a condição de principal instrumento de difusão de informações enquanto os partidos políticos se encontram desaparelhados, desprovidos de recursos financeiros e sujeitos à rigorosa regulamentação, tendo dificuldades de adaptação ao novo ambiente tecnológico. Como resultado desse processo, parece que, de modo geral, os partidos políticos mantêm sua autonomia em relação à mídia, com o apoio do Estado. Contudo, dado o acesso restrito dos partidos à mídia, cada vez mais as pessoas formam opiniões políticas a partir de fontes externas ao sistema político, ampliando a distância entre partidos e cidadãos.⁵⁰ Embora fatores como instituições, cultura e história tornem a política européia altamente específica, a tecnologia, globalização e sociedade em rede incitam os atores e instituições políticos a entrarem na política informacional vinculada ao uso de recursos tecnológicos. Afirmo ser esta uma nova tendência histórica que afeta, em ondas sucessivas, o mundo inteiro, muito embora isso ocorra sob condições históricas específicas que apresentam numerosas variações em termos de concorrência e conduta políticas. A Bolívia fornece uma excelente oportunidade para colocarmos tal hipótese à prova.

O populismo eletrônico da Bolívia: compadre Palenque e a chegada do Jach'a Uru⁵¹

Se tivéssemos de apontar o país do mundo com a maior capacidade de oferecer resistência à globalização da cultura e defender a adoção da política de bases populares, a Bolívia seria um forte candidato. A identidade indígena do país está vivamente presente na memória coletiva de sua população (não obstante o fato de que 67% se considerem *mestizos*), e os idiomas *aymara* e *quechua* são falados em todo o país. O nacionalismo é a principal ideologia defendida por todos os partidos políticos. Desde a revolução de 1952, os sindicatos dos mineiros e camponeses bolivianos figuram entre os atores sociais

mais conscientes, organizados e militantes da América Latina. O maior partido nacionalista-populista, o *Movimiento Nacionalista Revolucionario*, tem assumido e deixado o poder durante as últimas quatro décadas, ocupando a presidência em 1996, com o apoio dos nacionalistas de esquerda do *Movimiento Bolivia Libre*, bem como do movimento (indígena) catarista. As tensões sociais e a militância política no país resultaram em sucessivos golpes militares, nem sempre desaprovados pela Embaixada dos EUA, até que essa atitude do governo norte-americano foi alterada quando se revelou o envolvimento explícito de militares de alta patente no tráfico de drogas no final da década de 70 e houve uma mudança da política dos EUA pelo governo Carter, facilitando a restauração de uma democracia estável em 1982, com a subida ao poder de uma coalizão de esquerda. Desde então, embora as tensões sociais tenham aumentado em decorrência de políticas de ajuste estrutural introduzidas pelo MNR em 1985 (que mais tarde seriam adotadas por outros governos), a democracia parece estar fundada em bases sólidas. Desenvolveram-se embates políticos mais acirrados, com a formação, cisão e reconstituição de partidos, e o estabelecimento das mais inusitadas alianças políticas em busca do poder. Desta forma, a mobilização social e política democrática mantiveram-se, e mantêm-se até hoje, vivas na Bolívia, aparentemente deixando pouco espaço para a transformação do cenário político por meio de uma versão andina de política informacional. E no entanto, desde 1989, a política de La Paz — El Alto (a capital boliviana e as comunidades dos arredores) tem sido dominada por um movimento político organizado em torno de Carlos Palenque, ex-artista da música folclórica boliviana, de origem humilde, que se tornou apresentador de rádio e TV, sendo em seguida proprietário de uma rede de veículos de comunicação (a RTP, *Radio Television Popular*), e finalmente o líder do movimento *Conciencia de Patria* (Condepa), fundado em 21 de setembro de 1988 em Tihuanaco, a antiga capital da civilização *aymara*. Embora essa história possa parecer familiar aos conhecedores da velha tradição populista da América Latina, na verdade assume facetas incomuns, complexas e reveladoras.

A saga de Palenque iniciou-se em 1968 quando ele, juntamente com *Los Caminantes*, seu grupo de música folclórica, criaram um programa de rádio que, gradativamente, estabeleceu um contato direto com a audiência, pelo uso de uma linguagem popular, misturando espanhol e *aymara*, o que abriu um canal de comunicação para as pessoas de segmentos urbanos menos favorecidos, pois elas não se sentiam intimidadas pelo costumeiro formalismo dos veículos de comunicação. Em 1978, ele começou a apresentar um programa de televisão, no qual proporcionava às pessoas um meio de dar voz a suas

reclamações. Apresentou-se como *compadre* de sua audiência, dirigindo-se a seus interlocutores como *compadres* e *comadres*, desta forma nivelando o plano da comunicação e introduzindo um meio de referir-se a uma comunidade fundamental, com profundas tradições aymara e católica.⁵² Em 1980, ele conseguiu comprar a Radio Metropolitana, e mais tarde o Canal 4, uma estação de TV localizada em La Paz. Em pouco tempo as emissoras obtiveram os maiores índices de audiência da região de La Paz, mantendo a liderança até o presente momento (1996): 25% dos ouvintes de rádio declararam ouvir exclusivamente a Metropolitana.

Há cinco elementos fundamentais presentes na estratégia de comunicação adotada por Palenque. O primeiro é a personalização dos programas, tendo *compadres* e *comadres* bastante apelativos, representantes de diversas bases políticas, como a *comadre* Remedios Loza, uma mulher comum (*muller de pollera*), um tipo humano jamais visto antes na TV, apesar de refletir a imagem fiel das famílias de classes mais populares da região de La Paz; o *compadre* Paco, mais próximo da classe média, ou ainda sua mulher, Monica Medina de Palenque, ex-bailarina de dança flamenca, assumindo o papel de mulher com grande experiência de vida, sempre fazendo os comentários mais pertinentes. A personalização da interação com a audiência não termina simplesmente nos programas ao vivo, mas estende-se à boa parte da programação. Por exemplo, enquanto o Canal 4 transmite as mesmas novelas latino-americanas que prendem a atenção de toda a comunidade falante de espanhol, o *compadre* Palenque e seus companheiros fazem comentários sobre os acontecimentos e desventuras dos personagens durante os diversos episódios, interagindo com sua audiência ao relacionar a história da novela à vida cotidiana dos *paceños*. Segundo, o enfoque na mulher, principalmente nas mulheres das classes sociais mais baixas, e a posição de destaque dada à mulher nos programas. Terceiro, uma relação direta com os anseios e alegrias das pessoas, por meio de programas como o *Sábado do Povo*, transmitido ao vivo com a participação de centenas de pessoas de localidades urbanas, ou *A Tribuna do Povo*, em que as pessoas fazem denúncias ao vivo sobre os abusos aos quais são submetidas por quem quer que seja. Quarto, uma predisposição a dar ouvidos às reclamações das pessoas, deixando aberto um canal de comunicação dos lamentos que nascem da dolorosa integração entre a vida rural e indígena na caótica periferia de La Paz. Quinto, a referência religiosa, em que a esperança é legitimada como a vontade de Deus, com a promessa da chegada do *Jach'a Uru*, o dia em que, segundo a tradição aymara, todo o sofrimento terá fim.

Entretanto, para Palenque, o caminho da fama não foi fácil. Por causa das duras críticas de Palenque ao governo, a rede RTP foi fechada duas vezes, em junho e novembro de 1988, sob pretexto de haver realizado uma entrevista de rádio com um dos chefões do tráfico de drogas. Protestos da população, e uma decisão do Supremo Tribunal do país, fizeram com que a rede fosse reaberta meses depois. A resposta de Palenque veio com a criação de um partido (Condepa) e sua candidatura à presidência. Nas primeiras eleições das quais tomou parte, em maio de 1989, o Condepa tornou-se o quarto maior partido nacional e o mais votado na capital. Nas eleições municipais, conquistou a prefeitura de El Alto (quarta maior área urbana da Bolívia) e ingressou na Câmara Municipal de La Paz. Nas eleições seguintes, Monica Medina de Palenque elegeu-se prefeita de La Paz, cargo que mantinha até 1996. O Condepa também marca presença no Congresso Nacional: entre outros deputados, a *compadre* Remedios desempenhou um papel fundamental na aprovação de leis em defesa da mulher. Apesar do populismo manifesto, o Condepa não assumiu uma postura de confronto direto com as várias forças políticas no país. Em 1989, seus votos ajudaram a eleger no Congresso o presidente Jaime Paz Zamora, a despeito do terceiro lugar conquistado pelo candidato no pleito popular. E quando um novo presidente do MNR, Sanchez de Losada, foi eleito em 1993, o Condepa, embora não participasse do governo, colaborou para a aprovação de diversos projetos no legislativo.

O sucesso do *compadre* Palenque não ocorreu em um vazio social. Ele não tinha apenas um veículo de comunicação, mas sim uma mensagem bem direcionada a transmitir, que parecia se ajustar perfeitamente à experiência real das massas urbanas de La Paz. Palenque apelou para a identidade cultural dos migrantes recém-chegados a La Paz, pelo uso da linguagem, pela posição de destaque dada às tradições *aymara*, pela referência constante aos costumes populares e à religião. Diante das políticas de ajuste econômico e integração à economia global, expôs o sofrimento diário de trabalhadores desempregados e dos miseráveis vivendo na região metropolitana das cidades bem como os abusos a eles impostos sob o pretexto da racionalidade econômica. O *compadre* Palenque tornou-se a voz dos que não tinham direito à palavra. Usando a mídia como plataforma, e ao mesmo tempo criando vínculos com as instituições locais em que o Condepa marcava presença, Palenque desenvolveu uma série de programas sociais, sendo que um deles, muito bem-sucedido, destinava-se a auxiliar a recolocação de operários da indústria desempregados em decorrência da reestruturação econômica e das privatizações. Refutando o imperativo categórico da globalização, o *compadre* Palenque propôs (embora

Tabela 6.3 Opinião dos cidadãos bolivianos sobre quais instituições representam seus interesses

Instituição	Opinião favorável (%)
Congresso Nacional	3,5
Partidos políticos	3,4
Presidente	3,3
Prefeito	6,9
Organizações comunitárias	11,3
Sindicato	12,6
Mídia de massa	23,4

Nota: Respostas à pergunta: “Você acha que essas instituições representam seus interesses?” (porcentagem sobre o total de entrevistados; amostra em nível nacional)

Fonte: Vários autores (1996)

em termos bastante vagos) um modelo de “desenvolvimento endógeno”, com base nos recursos próprios da Bolívia e no espírito comunitário da população. Portanto, a influência do Condepa não se limita apenas à manipulação da mídia: seus temas tratam do sofrimento real do povo em La Paz, e sua linguagem é capaz de estabelecer uma comunicação direta com a identidade cultural e local das camadas populares em La Paz e El Alto (a ponto de o movimento, de modo geral, continuar atuando em nível local, permitindo a alguns analistas falarem de um “ayllu metropolitano”).⁵³ No entanto, caso não contasse com o poder da mídia ou uma estratégia de comunicação sensível às necessidades de sua audiência, capaz de combinar programas de entretenimento no rádio e na TV com um espaço em que a população manifesta suas queixas, estabelecendo uma relação de confiança e carisma entre os apresentadores e a audiência, o Condepa estaria condenado a exercer um papel de importância menor, a exemplo do que ocorreu com outros movimentos populistas na Bolívia, tais como o *Unidad Cívica Solidaridad* liderado por Max Fernandez. Na realidade, pesquisas revelam que, em 1996, os bolivianos confiam mais na mídia do que nos políticos (tabela 6.3).

Assim, a política da mídia não precisa ser necessariamente monopólio de grupos de interesse influentes ou de partidos políticos já bem estabelecidos que utilizam o poder da tecnologia com o objetivo de aperfeiçoar a tecnologia do poder.

Conforme a ascensão do *compadre* Palenque parece sugerir, o comunalismo com base na identidade e nos movimentos integrados por pessoas de classes sociais mais baixas, por vezes sob a forma de tradições religiosas

milenares, pode ganhar acesso à política pela mídia. Com isso, outros atores políticos são forçados a fazer o mesmo jogo (como no caso da Bolívia dos anos 90), contribuindo para a inserção gradativa da política no espaço da mídia, muito embora isso ocorra de acordo com características específicas respeitantes às tradições culturais, situação econômica e dinâmica política da Bolívia. Além disso, apesar da orientação comunitária do Condepa, identificamos no caso de *compadre* Palenque um série de características não destoantes das linhas mais gerais da política informacional, conforme descrito anteriormente: personalização exacerbada da liderança; simplificação das mensagens em termos dicotômicos, isto é, o bem e o mal; preeminência dos valores morais e religiosos como parâmetro para a vida pública e pessoal dos indivíduos; importância decisiva da linguagem, imagens e símbolos transmitidos pelos veículos de comunicação para efeito de mobilização e decisão política; volatilidade das preferências do público, perdido em um mundo que parece estar fugindo do controle; dificuldade de adaptar essas novas expressões políticas a categorias políticas tradicionais (a ponto de alguns analistas bolivianos referirem-se ao surgimento de uma “política informal”, paralela à “economia informal” já existente);⁵⁴ e, em última análise, observamos também, entre os *compadres* e *co-madres*, uma relação de dependência de sua capacidade financeira de sustentar a política da mídia, criando um círculo fechado (ou vicioso) entre o poder, a mídia e o dinheiro. Embora a “ressurreição de um *ayllu* metropolitano”⁵⁵ seja uma demonstração dos limites impostos à globalização, é pela ocupação do espaço de fluxos da mídia que as culturas tradicionais e os interesses populares reiteram seu poder. Desse modo, conseguem sobreviver, submetendo-se contudo a uma transformação, ingressando em um novo mundo de imagens e de sons, de *charangos* modulados via eletrônica, condores preservados em seu meio ambiente e o *Jach'a Uru* previsto no *script* da televisão.

A política informacional em ação: a política do escândalo⁵⁶

Na última década, sistemas políticos foram abalados em todo o mundo e líderes políticos tiveram sua imagem destruída, em uma seqüência ininterrupta de escândalos. Em alguns casos, partidos políticos solidamente instalados no poder por cerca de meio século entraram em colapso, levando consigo na derrocada o regime político que construíram de acordo com seus próprios interesses. Exemplos importantes dessa evolução incluem: os democratas cristãos italianos, que literalmente se desintegraram nos anos 90; o Partido Liberal

Democrata (PLD) Japonês, que sofreu um racha e perdeu o poder, pela primeira vez, em 1993, embora tenha sobrevivido politicamente, ainda governando por meio de coalizões ou em minoria; ou o Partido Congressista da Índia que, após ter conduzido a maior democracia do mundo durante 44 dos 48 anos desde a independência do país, sofreu uma derrota humilhante, impingida pelos nacionalistas hindus nas eleições de 1996 após um grande escândalo envolvendo o líder do partido Narasimha Rao, aparentemente colocando um ponto final em um sistema político erigido em torno de um domínio incontestado dos sucessores de Nehru. À exceção das democracias escandinavas e de alguns pequenos países, não me lembro de nenhum país da América do Norte, América Latina, Europa Ocidental e Oriental, Ásia ou África, em que grandes escândalos políticos, com consequências graves, e por vezes drásticas, não tenham estourado nos últimos anos.⁵⁷

Em alguns casos, esses escândalos dizem respeito à moral de um determinado líder (normalmente referentes a um comportamento sexual inadequado ou a problemas de alcoolismo). Contudo, na maioria das vezes, a principal questão é a corrupção política, conforme a definição de Carl Friedrich: “Sempre que uma autoridade é acusada de agir indevidamente, isto é, sempre que um funcionário ou oficial de gabinete, em troca de dinheiro ou outro tipo de compensação não permitida de acordo com a lei, é induzido a atuar em favor daquele que lhe fornece a compensação e consequentemente prejudica o bem público e seus interesses”.⁵⁸ Em alguns casos, oficiais do governo simplesmente embolsaram o dinheiro, sem ao menos ter de sair do país com ele. Ou assim quiseram crer. Do presidente Roh, da Coréia do Sul, a Collor de Mello, do Brasil, e de alguns membros das Forças Armadas da Rússia, ou ainda do Congresso norte-americano, a membros de alto escalão dos governos socialistas da Espanha e da França, uma série interminável de escândalos políticos relacionados à corrupção tornaram-se a atração principal do cotidiano da vida pública em todo o mundo nos anos 90. E por quê? Será que os sistemas políticos de hoje são os mais corruptos da História? Tenho minhas dúvidas. O uso e abuso de poder em benefício pessoal constitui uma das características classificadas como “da natureza humana”, se é que tal conceito realmente existe.⁵⁹ Este é precisamente um dos motivos pelos quais se inventou a democracia, que se tornou a forma de governo mais desejável, se não a ideal. Nos bastidores, nas circunstâncias em que o controle das informações é exercido pelo Estado, as elites políticas, tanto nos tempos antigos como atuais, apressaram-se em criar seus sistemas de “tributação” personalizados, incidentes sobre sujeitos e grupos de interesse, tendo como principais diferenças o grau de arbitrariedade

existente dos subornos e a disfunção variável de contribuições escusas para a condução de assuntos de natureza pública. Assim, à primeira vista, as denúncias de corrupção podem ser consideradas um bom indicador de uma sociedade democrática e de liberdade de imprensa.⁶⁰ Por exemplo, sob a ditadura de Franco a Espanha sofreu com os verdadeiros saques ao país pela camarilha do ditador, a começar pelas famosas visitas de Franco às joalherias, cujos proprietários jamais ousavam mandar a conta para Vossa Excelência. Nenhum observador sério seria capaz de afirmar que a corrupção política na Espanha foi maior durante os governos socialistas da década de 80 do que sob o regime franquista.⁶¹ E no entanto, se durante a ditadura a corrupção era simplesmente assunto corriqueiro em rodas de amigos fiéis, nos anos 90 a vida política da democracia espanhola foi profundamente marcada por revelações e alegações de corrupção no governo e atos ilícitos. Além disso, em países como os Estados Unidos, com longa tradição democrática e liberdade de imprensa, a incidência de divulgação da corrupção política, conforme noticiado pelos meios de comunicação, tem seus altos e baixos, sem que haja uma tendência bem definida no longo prazo, conforme evidenciado na figura 6.2 elaborada por Fackler e Lin ao longo dos últimos cem anos.⁶² Há, contudo, um aumento bem mais evidente da divulgação da corrupção política na época do caso Watergate de Nixon, precisamente o acontecimento que despertou a atenção de jornalistas e políticos para a possibilidade de derrubar o mais poderoso gabinete do planeta pela obtenção e difusão de informações devastadoras. O estudo histórico de King sobre a corrupção política na Grã-Bretanha do século XIX⁶³ demonstra a penetrabilidade desse fenômeno, culminando na aprovação da Lei Reformista de 1867, destinada a coibir tais práticas à medida que a democracia se consolidava. Boussiou, por sua vez, relata que em 1890 a imprensa japonesa denunciou uma fraude eleitoral generalizada na época, em que se declarava, no jornal *Asahi*, que “quem quer que compre o resultado dessas eleições estará à venda assim que for eleito”.⁶⁴ Em uma análise bastante elucidativa, Barker demonstra que quando atos ilícitos cometidos por políticos não fornecem munição necessária para desaboná-los, outros tipos de comportamento (por exemplo, o sexual) transformam-se em matéria-prima para o escândalo político.⁶⁵ Assim com base na série internacional de escândalos políticos compilada por Longman,⁶⁶ calcula-se que a proporção entre escândalos políticos oriundos de atos ilícitos e os originários de atos não-ilícitos em todos os países (73:27) seja relativamente próxima à existente nos Estados Unidos e na França, mas bastante diversa do Reino Unido (41:59), de modo que o sexo e a espionagem se tornam na Grã-Bretanha o equivalente funcional da fraude e do suborno em outros países. A

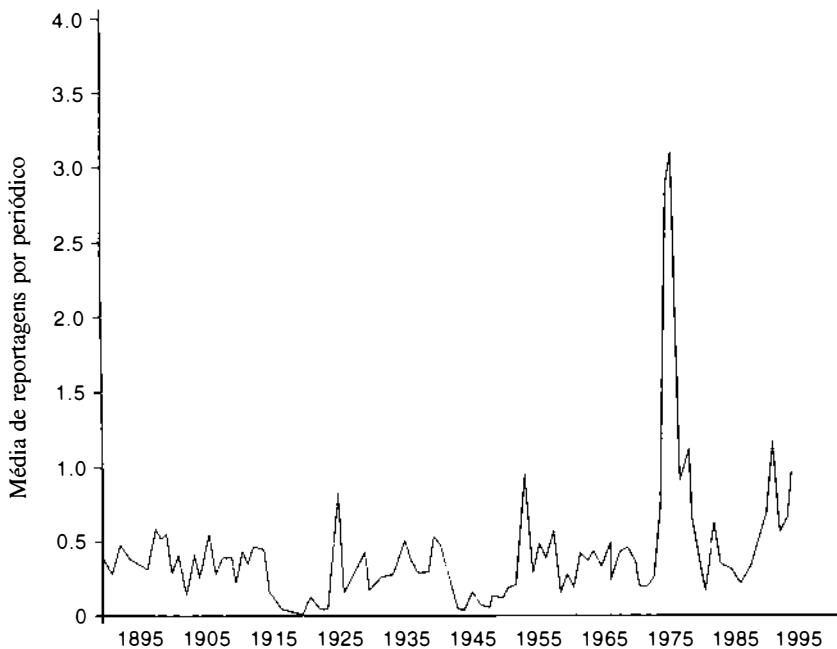


Figura 6.2 Média de reportagens sobre casos de corrupção por periódico nos EUA, 1890-1992

Fonte: Fackler e Lin (1995)

corrupção *per se* parece ser menos relevante que os escândalos (isto é, que a corrupção ou má conduta efetivamente divulgadas) e seu respectivo impacto político.⁶⁷

Diante dessas circunstâncias, por que deveria haver mais corrupção justamente agora? Se é pouco provável a idéia de que a corrupção vive seu ponto alto na história, por que ela está sendo alardeada em toda a mídia, e por que motivos afeta sistemas e atores políticos dos anos 90 de forma tão devastadora? Há uma série de fatores estruturais e tendências macropolíticas que têm enfraquecido os sistemas políticos, tornando-os mais vulneráveis à atmosfera caótica criada na opinião pública. A acirrada concorrência na política bem como a luta para influenciar a ampla faixa intermediária do espectro político do eleitorado, turvaram quase por completo os tons ideológicos, pois os partidos/coalizões, uma vez asseguradas suas principais bases de apoio, fazem enormes esforços para usurpar, tanto quanto possível, os temas e as posturas políticas de seus adversários. Como consequência, passa a haver uma certa indefinição

quanto às posições políticas de cada partido, como também a tendência de os cidadãos sensibilizarem-se mais com a confiabilidade dos partidos e dos candidatos do que propriamente com as opiniões professadas sobre os diferentes assuntos de interesse. A personalização da política também procura concentrar a atenção nos líderes e em seu caráter, abrindo espaço para ataques justamente às suas virtudes como forma de conquistar votos. O surgimento de uma forte economia do crime global penetrou as instituições do Estado em muitos países, muitas vezes nos mais altos escalões do governo, fornecendo material para que se crie um escândalo e se utilizem informações para chantagear políticos, até que estes possam ser subjugados. Fatores geopolíticos também contribuem para esse processo: assim, os sistemas políticos do Japão e da Itália, organizados, respectivamente, em torno dos partidos democrata-cristão e liberal-democrata, foram estabelecidos na esteira da Segunda Guerra Mundial, com apoio e influência consideráveis dos Estados Unidos, que visavam garantir um posto avançado contra o comunismo em duas democracias essenciais no contexto da Guerra Fria, justamente onde os partidos comunista e socialista tinham força expressiva.⁶⁸ Os tradicionais e conhecidos vínculos de alguns líderes democrata-cristãos com a Máfia,⁶⁹ e de alguns líderes liberal-democratas com a *Yakuza*,⁷⁰ não opuseram resistência ao incansável apoio de forças internas e internacionais a esses partidos, por quanto a substituição dessas forças políticas demonstrava ser uma manobra demasiado arriscada. No cenário do pós-Guerra Fria, porém, todos os partidos são abandonados à própria sorte, às tendências do mercado político de cada país; a disciplina interna dos partidos torna-se mais restrita, pois a concorrência política acirrada pode ser mais bem sustentada financeiramente na ausência de um inimigo externo. Guehenno sugere também que, em um mundo de Estados-Nação em declínio e compromissos ideológicos incertos, as recompensas de estar no poder não são mais distintas das oferecidas pela sociedade como um todo, isto é, em última análise, dinheiro, como principal meio de realização de projetos pessoais ou organizacionais, de usufruir dos prazeres da vida a prover o sustento da família, ou ainda contribuir para causas humanitárias.⁷¹

Todos esses fatores reunidos parecem contribuir para tornar os sistemas políticos vulneráveis à corrupção. Contudo, há alguma coisa a mais, algo que, em minha opinião, transforma a natureza dos sistemas políticos nas sociedades contemporâneas. *Afirmo que a política do escândalo é uma das opções entre as armas para embates e competições no campo da política informacional.* Tal argumentação pode ser sustentada nos seguintes termos. A política tem sido, de maneira geral, inserida no espaço da mídia. A mídia vem se tor-

nando mais poderosa do que nunca, do ponto de vista tecnológico, financeiro e político. Seu alcance global, bem como a formação de redes, permitem que os meios de comunicação escapem de controles políticos restritos. Sua capacidade de realizar reportagens investigativas, bem como sua relativa autonomia em relação ao poder político, transformam os veículos de comunicação na principal fonte de informações e de formação de opinião para a sociedade em geral. Para atingir a sociedade, partidos e candidatos precisam agir pela mídia. Não que a mídia seja o Quarto Poder: é, na verdade, o campo de batalha pelo poder. A política da mídia é uma atividade cada vez mais dispendiosa, encarregada ainda mais pela parafernália da política informacional: realização de pesquisas, publicidade, marketing, análises, construção de imagem e processamento de informações. Os atuais sistemas institucionais de captação de recursos adotados na política não dão conta do recado. Os atores políticos estão com problemas crônicos de caixa de campanha, e a diferença entre as despesas e as contribuições aos partidos permitidas por lei tem aumentado em escala exponencial, e continua a aumentar.⁷² Portanto, após esgotar todos os meios legais, contribuições pessoais e transações comerciais, os partidos e os políticos normalmente recorrem à única fonte real de recursos: contribuições “por debaixo do pano” de empresários e grupos de interesse, obviamente em troca de futuras medidas governamentais a favor desses interesses.⁷³ *Essa é a matriz da corrupção política sistêmica, a partir da qual se desenvolve uma rede oculta de empresários e intermediários.* Uma vez generalizada a corrupção, e após um pequeno grupo de pessoas darem sua parcela de contribuição aos canais de recursos de campanha, todos os envolvidos na política e na mídia sabem (ou pensam que sabem) que, se fizerem um exame mais minucioso, ou demorado, informações capazes de denegrir imagens podem ser encontradas praticamente em qualquer pessoa. Assim, começa a caça a tais informações por assessores políticos que se municiam de armas de ataque ou defesa; por jornalistas, no cumprimento de sua função de repórteres investigadores, em busca de material para conquistar maior audiência e aumentar as vendas; pelos *freelancers* e foras-da-lei, procurando informações que possam ser utilizadas para potenciais chantagens, ou vendidas a quem possa interessar. De fato, a maior parte da publicidade negativa divulgada pela mídia resulta de informações que vazam das próprias fontes políticas, ou de interesses corporativos associados. Uma vez estabelecido o mercado de informações políticas destrutivas, se não há quantidade suficiente de evidências claras, então podem aparecer alegações, insinuações e mesmo invencionices, dependendo, naturalmente, da ética individual dos políticos, jornalistas e da mídia. A estratégia

adotada pela política do escândalo não visa necessariamente um único e decisivo golpe na base de um escândalo. Ao invés disso, reflete o fluxo ininterrupto de diversos escândalos de diferentes tipos, e com diversos níveis de probabilidade, desde informações fidedignas acerca de um pequeno incidente a alegações altamente comprometedoras sobre uma questão de grande importância, que tecem a teia em que as ambições políticas são estranguladas e os sonhos políticos, subjugados — a não ser que se faça um acordo, e a informação seja reabsorvida pelo sistema. O que vale é o impacto final sobre a opinião pública, a partir do acúmulo de diversas visões.⁷⁴ Como diz o velho ditado russo: “Não consigo me lembrar se ela roubou um casaco ou se um casaco lhe foi roubado”.

O estágio superior da política do escândalo é o inquérito judicial ou parlamentar, que resulta em indiciamentos e, com freqüência cada vez maior, à prisão de líderes políticos.⁷⁵ Juízes, promotores e membros de comissões de inquérito entram em uma relação de simbiose com a mídia. Protegem-na (assegurando a independência dos veículos de comunicação) e ao mesmo tempo a alimentam com “vazamentos” de informações, cuidadosamente calculados. Em troca, são protegidos pela mídia, tornam-se heróis e, às vezes, políticos bem-sucedidos apoiados pelos meios de comunicação. Juntos, lutam pela democracia e por um governo transparente, controlam os excessos dos políticos e, em última análise, arrebatam o poder do processo político, disseminando-o à sociedade. Ao fazê-lo, podem também tirar a legitimidade de partidos, dos políticos, da política e até mesmo da democracia em sua versão atual.⁷⁶

A política do escândalo, do modo como tem sido praticada nos anos 90 contra o partido socialista espanhol (situação), fornece um exemplo interessante dessa análise. Após a vitória socialista nas eleições gerais da Espanha em 1989 (a terceira consecutiva), uma coalizão de bastidores formada por determinados grupos de interesse (*provavelmente sem contar com a participação de líderes de partidos políticos da oposição*) decidiu que era hora de colocar à prova a hegemonia incontestável dos socialistas na vida política da Espanha, hegemonia esta que, de acordo com os prognósticos, poderia perdurar até o século XXI.⁷⁷ Arquivos políticos bombásticos foram vazados, descobertos, manipulados ou inventados, e publicados pela imprensa. Devido à autocensura dos principais jornais espanhóis (*El País, El Periodico, La Vanguardia*), a maior parte dos potenciais “escândalos” anti-socialistas foi publicada pela primeira vez no *El Mundo*, um jornal de alto nível profissional fundado em 1990. A partir daí, tablóides semanais e apresentadores de programas de rádio (principalmente da estação de rádio pertencente à Igreja Católica) bombardearam a

audiência até que os demais meios de comunicação, inclusive a televisão, também transformaram essas informações em notícia. Os escândalos começaram a ser revelados em janeiro de 1990, com informações sobre o irmão do então vice-presidente que estaria supostamente vendendo sua influência política a vários empresários. A despeito do fato de que os deslizes desse corrupto de importância menor não representavam muita coisa, e de os tribunais terem livrado o vice-presidente de qualquer impropriedade, o “caso” circulou nas manchetes da imprensa espanhola por quase dois anos, o que acabou levando à renúncia do vice-presidente, o influente “segundo homem” do partido socialista, que se recusou a condenar publicamente seu irmão. Tão logo o escândalo começou a esfriar, iniciou-se uma nova campanha, dessa vez concentrada nos recursos obtidos ilegalmente pelo partido, após um dos tesoureiros do partido ter-se afastado do cargo e prestado declarações à imprensa, aparentemente por motivos de vingança pessoal. Abriu-se um inquérito judicial, culminando no indiciamento de alguns líderes socialistas. No momento em que, a despeito de todas essas acusações, o partido socialista ainda detinha número suficiente de cadeiras para formar um governo nas eleições de 1993, acelerou-se o *ritmo* da política do escândalo e das ações nos tribunais: levantaram-se suspeitas de fraude, jogo de influências e sonegação fiscal que teriam sido cometidas pelo superintendente do Banco da Espanha; o primeiro diretor civil da lendária Guarda Civil Espanhola foi apanhado em flagrante pedindo suborno, fugiu do país, foi preso em Bangcoc e enviado a uma prisão na Espanha, em uma sequência de acontecimentos situada entre o aventureiro e o burlesco; em um caso mais grave, um oficial ressentido da inteligência militar espanhola “vazou” documentos que comprovavam a existência de “escuta” das conversas de líderes espanhóis, inclusive o rei; e ainda, para completar o desmoronamento da moral pública, ex-agentes especiais da polícia espanhola que, presos por terem sido responsáveis por assassinatos na “guerra suja” declarada durante a década de 80 contra terroristas bascos (emulando a tática adotada por Thatcher contra o IRA), viraram a casaca, ficando contra o governo, e envolveram na conspiração o próprio ministro do Interior e várias autoridades governamentais do alto escalão. Um papel fundamental nesse processo político foi o exercido pelos juízes espanhóis, que envidaram todos os esforços possíveis para concretizar qualquer possibilidade, por mínima que fosse, para causar constrangimentos ao partido socialista. Felipe Gonzalez então executou o que foi considerada uma manobra brilhante: recrutou o mais famoso desses zelosos juízes como membro independente da legenda do partido socialista nas eleições de 1993, indicando-o para assumir um alto posto no Ministério da Justi-

ça. Foi um desastre: seja porque o posto não tenha sido suficientemente elevado (versão socialista), seja porque o juiz tenha ficado desapontado com o que viu (sua própria versão), o magistrado deixou o governo, passando a abraçar de vez uma militância implacável contra qualquer deslize que viesse a ser cometido pelos mais altos escalões do governo socialista. Após a abertura de inquéritos parlamentares e judiciais, alguns deles resultando em indiciamentos, outros desaparecendo em virtude da falta de provas concretas, os escândalos políticos viraram manchetes diárias dos jornais espanhóis por cerca de cinco anos, o que literalmente paralisou a ação do governo, destruiu uma série de personalidades políticas e do mundo dos negócios e abalou a mais poderosa força política da Espanha. Os socialistas acabaram sendo derrotados em 1996, embora ainda tenham sobrevivido ao massacre graças à credibilidade pessoal e ao carisma de seu líder.

De que forma e por quais motivos ocorreu tamanha onda anti-socialista articulada pelo poder judiciário e pela mídia na Espanha são questões complexas cujas respostas ainda não foram levadas a público. De qualquer maneira, houve uma combinação de diversos fatores que acabaram por fortalecer-se mutuamente: o levantamento ilegal de recursos pelo partido socialista, que envolveu vários membros da liderança partidária na formação de uma rede de negócios escusos; corrupção e ações ilícitas de diversos membros de altos postos do governo socialista, e de muitos líderes locais do partido; a revolta de certos grupos contra o governo (alguns homens de negócio de destaque, inclusive um magnata do mercado financeiro expropriado pelos socialistas; algumas forças ultraconservadoras; provavelmente alguns membros da ala integrista da Igreja Católica; certos grupos de interesses específicos; jornalistas descontentes que se sentiam marginalizados pelo poder socialista); as lutas internas do partido socialista, em que informações eram “vazadas” por diversos líderes, uns contra os outros, para abalar a credibilidade dos adversários aos olhos de Felipe Gonzalez, líder absoluto acima desses conflitos; a luta entre dois grandes grupos financeiros, um dos quais representante da tradicional elite financeira espanhola, simpatizante da equipe econômica do governo socialista, o outro organizado em torno de um elemento externo que tentava fazer incursões ao sistema e estabelecer alianças com algumas facções socialistas contra outras do próprio partido; uma batalha entre grupos da mídia, disputando cabeça a cabeça o controle do novo sistema de comunicações da Espanha; vinganças pessoais, como a do editor do mais militante jornal anti-socialista, convencido de que perdera o emprego em decorrência de pressões do governo; e uma opinião mais complexa e difusa no mundo da mídia, bem como nas

demais esferas da vida política na Espanha, segundo a qual a hegemonia dos socialistas era excessiva, e a arrogância de alguns líderes socialistas intolerável, de modo que elites sociais bem informadas foram impelidas a reagir e colocar à mostra a verdadeira face dos socialistas a um eleitorado que, em sua maioria, foi fiel ao partido durante quatro eleições consecutivas. Assim, em última análise, e independentemente de motivação pessoal ou interesses empresariais específicos, a mídia reiterou seu poder coletivamente e, aliada ao poder judiciário, certificou-se de que a classe política espanhola, inclusive os conservadores (*Partido Popular*), havia aprendido a lição para o futuro. Embora seja inegável a existência de um comportamento ilícito e um nível significativo de corrupção no governo e partido socialistas, o que realmente importa para efeito de análise é a utilização da política do escândalo na mídia e pela mídia como uma das principais armas dos atores políticos, interesses empresariais e grupos sociais no combate mútuo entre eles. Com isso, transformaram para sempre a política espanhola, tornando-a dependente da mídia.

Uma das características essenciais da política do escândalo é que todos os atores políticos que a praticam acabam caindo na armadilha do sistema, não raro invertendo papéis: o caçador de hoje é a caça de amanhã. Um desses casos que merece destaque é a aventura política de Berlusconi na Itália: os fatos são conhecidos: ele colocou suas três redes privadas de TV a serviço de uma campanha devastadora contra o corrupto sistema político italiano.⁷⁸ Em seguida, em apenas três meses, criou um “partido” *ad hoc* (*Forza Italia*, batizado em função do grito de guerra dos torcedores da seleção italiana de futebol) e, aliado ao partido neofascista e à Liga Lombarda, venceu as eleições gerais de 1994 e tornou-se primeiro-ministro. O controle do governo, em tese, assegurou-lhe autoridade sobre as três outras redes de TV, de controle estatal. Contudo, a autonomia da mídia e dos jornalistas foi amplamente defendida. A despeito da presença ostensiva de Berlusconi nos meios de comunicação (jornais, revistas e televisão), tão logo tornou-se primeiro-ministro, o poder judiciário e a mídia, novamente juntos, lançaram um ataque generalizado sobre as fraudes financeiras e esquemas de suborno do premiê italiano, prejudicando seus negócios e levando alguns de seus associados aos tribunais, indiciando o próprio Berlusconi e, por fim, denegrindo sua imagem a ponto de o Parlamento derrubar seu governo. Então, em 1996, o eleitorado rejeitou Berlusconi, dando seu voto à coalizão de centro-esquerda, *Il Ulivo*, cujo principal integrante, o ex-comunista, atual socialista, *Partito Democratico di Sinistra*, não houvera ainda sido membro do governo nacional, logrando assim salvar a reputação do partido.

Talvez a maior lição extraída de tais desdobramentos na política italiana seja que uma influência esmagadora da iniciativa privada na mídia não é sinônimo de controle político na política informacional. O sistema da mídia, com suas relações de simbiose com as instituições judiciárias e de promotoria existentes no governo democrático, estabelece seu próprio passo, recebendo sinais de todo o espectro do sistema político para transformá-lo em artigos de venda e influência, independentemente da origem ou destino dos respectivos efeitos políticos. A regra de ouro a ser seguida é a de que importa o que causa maior impacto sob uma determinada circunstância. Uma vez que um político, ou um partido, se torna irrelevante — não representa mais um bom material de notícia. O sistema político passa a ser engolfado pelo fluxo turbulento e ininterrupto das reportagens, vazamentos de informações e escândalos divulgados pelos meios de comunicação. Sem sombra de dúvida, alguns dos mais ousados estrategistas políticos tentam domar a fera, enfrentando-se no segmento da mídia, mediante o estabelecimento de alianças, alvos e períodos mais adequados para ataques políticos. Foi justamente essa a tentativa de Berlusconi. Seu destino foi semelhante ao dos especuladores do mercado financeiro que fingiam saber o curso da navegação nas águas imprevisíveis dos mercados financeiros globais. Na política do escândalo, como também em outros domínios da sociedade em rede, o poder dos fluxos supera os fluxos do poder.

A crise da democracia

Consideremos em conjunto as linhas de argumentação apontadas até aqui referentes à transformação do Estado-Nação e do processo político nas sociedades contemporâneas. Uma vez unidas sob uma perspectiva histórica, essas linhas revelam a crise da democracia exatamente como a conhecemos no século passado.⁷⁹

O Estado-Nação, responsável por definir o domínio, os procedimentos e o objeto da cidadania, perdeu boa parte de sua soberania, abalada pela dinâmica dos fluxos globais e das redes de riqueza, informação e poder transorganizacionais. Um componente essencial dessa crise de legitimidade consiste na incapacidade de o Estado cumprir com seus compromissos como Estado do bem-estar social, dada a integração da produção e do consumo em um sistema globalmente interdependente, e os respectivos processos de reestruturação do capitalismo.

De fato, o Estado do bem-estar social, em suas diferentes manifestações, condicionadas à história de cada sociedade, constituiu uma das principais fontes de legitimidade política na reconstituição das instituições governamentais após a Grande Depressão dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial.⁸⁰ A rejeição do keynesianismo e o declínio do movimento trabalhista podem agravar o processo de perda da soberania do Estado-Nação em virtude do enfraquecimento de sua legitimidade.

A (re)construção de significado político com base em identidades específicas contesta o próprio conceito de cidadania. A única opção que restou ao Estado foi transferir sua legitimidade, anteriormente fundada na representação da vontade do povo e na garantia do bem-estar social, para a defesa de uma identidade coletiva a partir de sua identificação com o comunalismo mediante a exclusão de outros valores e identidades de grupos minoritários. É esta a verdadeira fonte de origem de Estados fundamentalistas justificados pelo nacionalismo, etnia, território ou religião, que parecem surgir das crises de legitimidade política existentes nos dias de hoje. Defendo a idéia de que tais Estados não poderão, e efetivamente não irão, sustentar a democracia (isto é, a democracia liberal), pelo fato de que os princípios básicos de representação entre os dois sistemas (cidadania nacional, identidade única) são essencialmente contraditórios.

À crise de legitimidade do Estado-Nação acrescente-se a falta de credibilidade do sistema político, fundamentado na concorrência aberta entre partidos. Capturado na arena da mídia, reduzido a lideranças personalizadas, dependente de sofisticados recursos de manipulação tecnológica, induzido a práticas ilícitas para obtenção de fundos de campanha, conduzido pela política do escândalo, o sistema partidário vem perdendo seu apelo e confiabilidade e, para todos os efeitos, é considerado um resquício burocrático destituído de fé pública.⁸¹

Como resultado desses três processos convergentes e interativos, a opinião pública, juntamente com as expressões individuais e coletivas dos cidadãos, demonstram profunda e crescente rejeição aos partidos, aos políticos e à política profissional. Assim, nos Estados Unidos, de acordo com uma pesquisa realizada em setembro de 1994 pelo *Times Mirror Center*, “Em milhares de entrevistas com eleitores norte-americanos em meados de 1994, não é possível identificar qualquer tendência bem definida no pensamento político do povo a não ser a frustração com o sistema atual e uma enorme receptividade a soluções e apelos políticos alternativos”.⁸² Em 1994, 82% dos entrevistados em uma pesquisa nacional não acreditavam que o governo representasse seus

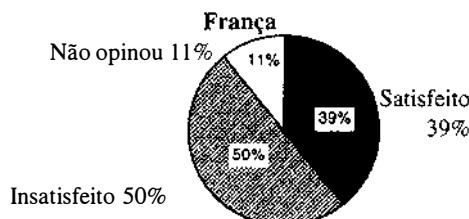
Pergunta: Você aprova ou desaprova o modo como Bill Clinton vem cumprindo suas funções como presidente?



Nota: Em pesquisa realizada pela CBS News/*New York Times* dias antes das eleições de novembro de 1992, 37% dos entrevistados afirmaram aprovar o trabalho de Bush na presidência, enquanto 56% desaprovaram.

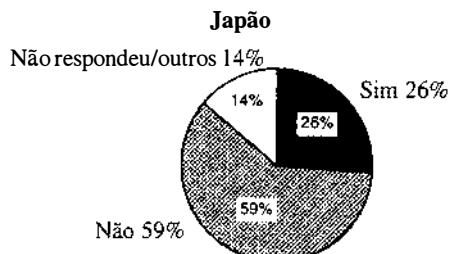
Fonte: Pesquisa da CBS News/*New York Times*, 21-24 de junho de 1993.

Pergunta: Você está satisfeito ou insatisfeito com o desempenho de François Mitterrand como presidente da República?



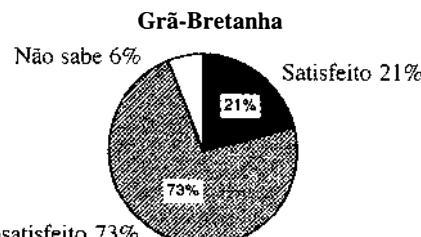
Fonte: Pesquisa do Institut Français d'Opinion Publique et d'Etude de Marchés (IFOP) para *Le Journal du Dimanche*, 6-13 de maio de 1993.

Pergunta: Você apoia o gabinete de Miyazawa?



Fonte: Pesquisa do *Yomiuri Shimbun*, 13 de maio de 1993.

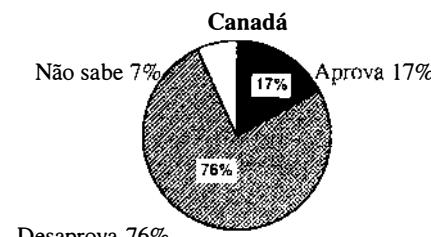
Pergunta: Você está satisfeito ou insatisfeito com o desempenho de John Major como primeiro-ministro?



Nota: A percentagem dos que se disseram satisfeitos é a mais baixa para um primeiro-ministro britânico na história das pesquisas de opinião.

Fonte: Pesquisa da Social Surveys (Gallup Poll) Ltd., 26-31 de maio de 1993.

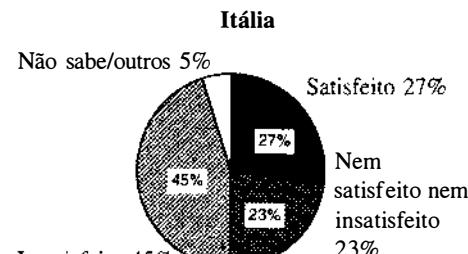
Pergunta: Você aprova ou desaprova o modo como Brian Mulroney vem cumprindo suas funções como primeiro-ministro?



Nota: Brian Mulroney foi sucedido no cargo de primeiro-ministro por Kim Campbell em 25 de junho de 1993.

Fonte: Pesquisa do Gallup Canada, 13-18 de janeiro de 1993.

Pergunta: Você está satisfeito ou insatisfeito com o trabalho realizado por Guiliano Amato durante o mês passado como presidente do gabinete?



Fonte: Pesquisa do DOXA, 19 de janeiro de 1993.

Figura 6.3 Índices de aprovação dos governos, c. 1993

Fonte: Compilado e elaborado pelo Roper Center of Public Opinion and Polling (1995)

interesses (contra 72% em 1980), e 72% consideravam que na verdade o governo defendia grupos de interesse (sendo que 68% identificaram tais grupos como de interesses empresariais): nessa mesma linha, pesquisa realizada em 1995 revelou que 68% dos entrevistados diziam não haver muitas diferenças entre Republicanos e Democratas, e 82% desejavam que um novo partido pudesse ser criado.⁸³ A figura 6.3 demonstra insatisfação generalizada com governos das mais diversas filiações políticas em seis dos sete países (membros do G-7) incluídos no universo da pesquisa.

No entanto, esse ceticismo em relação aos principais partidos e à política de modo geral não necessariamente implica dizer que as pessoas não votam mais, ou que não se importam com a democracia. Em boa parte do mundo, vale lembrar que se chegou à democracia há pouco, após tremendos esforços, em um processo conquistado com sangue, suor e lágrimas, de forma que as pessoas não estão nem um pouco interessadas em abandonar as esperanças no regime democrático. Na verdade, quando o povo percebe a oportunidade de participar de uma ação política importante, mobiliza-se com entusiasmo, como, por exemplo, durante a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência do Brasil em 1994. Mesmo nas democracias mais tradicionais, em que os resultados das eleições livres têm sido praticados há mais de dois séculos (exceto para metade da população, isto é, as mulheres), a participação política tem os seus altos e baixos. As pessoas não vão às urnas com muita freqüência nos Estados Unidos (49% nas eleições presidenciais de 1996, 54% em 1992, 51% em 1994, comparados a 68% em 1968), mas os índices de participação mantêm-se sempre elevados (entre 65% e 80%) na França, Itália, Espanha, Alemanha e na maioria dos países europeus (tabela 6.4). Contudo, os europeus não confiam em seus políticos mais que o fazem os norte-americanos em seu próprio país.⁸⁴ Parece apropriado atribuir a excepcionalidade norte-americana antes ao individualismo que ao desinteresse pela política.⁸⁵

Não obstante, podem-se identificar manifestações de crescente alienação política em todo o mundo, à medida que as pessoas percebem a incapacidade do Estado solucionar seus problemas, e vivenciam o instrumentalismo cínico praticado por políticos profissionais. Uma dessas manifestações é o apoio cada vez maior a uma série de forças “terceiras”, ou a partidos regionais, pois, na maioria dos sistemas políticos, a batalha final para se chegar ao poder executivo nacional é travada entre dois candidatos, representantes de grandes coalizões. Portanto, votar em um terceiro candidato passa a ser um voto de protesto contra o sistema político como um todo, e talvez uma tentativa de ajudar a

Tabela 6.4 Índice de comparecimento nas eleições para a câmara baixa do Parlamento (Europa e Japão): números recentes comparados às décadas de 70 e 80 (%)

	<i>Décadas de 70 – 80</i>		<i>Década de 90 (uma eleição)</i>
	<i>Média de comparecimento</i>	<i>Variação</i>	
Alemanha	88,6	84,3-91,1	79,1 (1994)
Espanha	73,9	70,6-77,0	77,3 (1993)
Estados Unidos	42,6	33,4-50,9	50,8 (1992)
França (1º turno)	76,0	66,2-83,2	68,9 (1993)
Itália	91,4	89,0-93,2	86,4 (1992)
Japão	71,2	67,9-74,6	67,3 (1993)
Reino Unido	74,8	72,2-78,9	75,8 (1992) 36,0 (1994)

Fontes: Décadas de 70-80: *The International Almanac of Electoral History* (3ª ed. rev., Thomas T. Mackie e Richard Rose, Washington, DC: Macmillan Press, 1991); eleições recentes: *The Statesman's Yearbook; 1994-1995 e 1995-1996* (Brian Hunter, ed., Nova York: St Martin's Press, 1994, 1995); Estados Unidos: *Vital Statistics on American Politics*, 4ª ed., Harold W. Stanley e Richard G. Niemi, Washington, DC: CQ Press, 1994) Dados compilados por Sandra Moog

construir uma alternativa diferente, muitas vezes em bases locais ou regionais. Sandra Moog e eu elaboramos um demonstrativo do índice de votação dos principais partidos de algumas das maiores democracias do mundo em diferentes continentes, avaliando a evolução de cada um deles durante as décadas de 80 e 90.⁸⁶ Conforme evidenciado na figura 6.4, a tendência global parece confirmar a proporção decrescente de votos para os principais partidos ao longo do tempo. Há, contudo, algumas oscilações nessa tendência, quando um determinado partido consegue mobilizar seu eleitorado, como no caso do partido conservador da Espanha nas eleições de 1996. Variações políticas específicas introduzem algumas alterações na tendência global. Contudo, no cômputo geral, a tendência prevista está claramente destacada. Embora a maioria dos eleitores ainda esteja propensa ao voto útil — quer dizer, o apoio a candidatos com chances reais de vitória — a erosão desse tipo de apoio afeta justamente a previsibilidade das chances de eleição, o que por sua vez alimenta a crise de credibilidade das principais coalizões, causando até mesmo sua dissolução, como ocorreu, por exemplo, na política da Itália (democrata-cristãos, socialistas) e dos Estados Unidos (Congresso democrata) em 1994.

Entretanto, em sua excelente análise da campanha presidencial de Ross Perot em 1992, Zaller e Hunt advertem quanto aos limites da política dos “terceiros”:

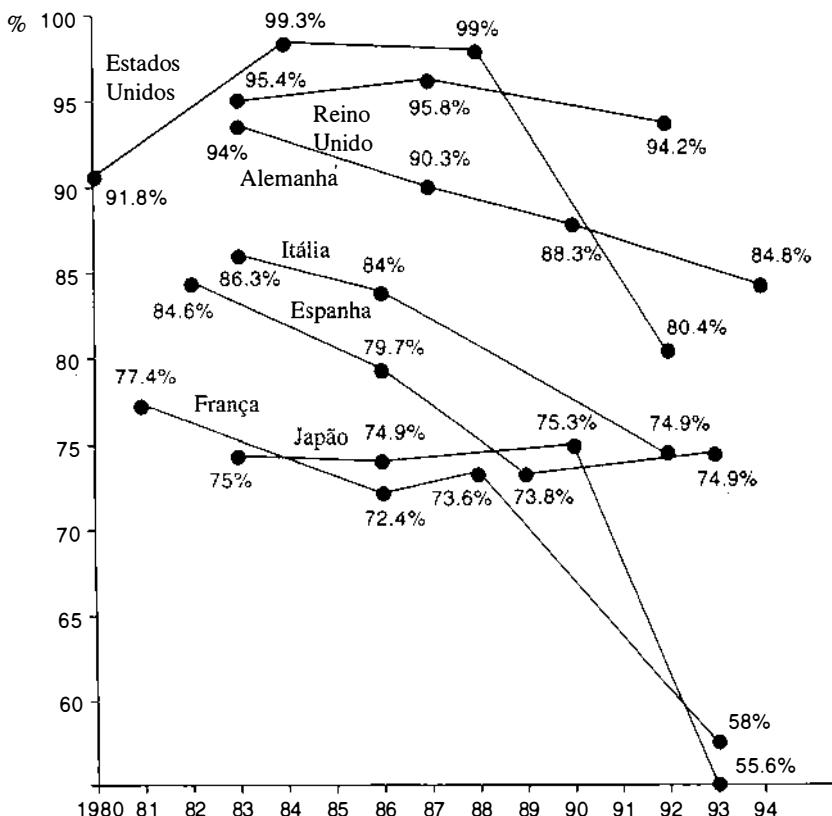


Figura 6.4 Índice de apoio aos principais partidos durante as eleições nacionais, 1980-94 (os números para os EUA referem-se às eleições presidenciais; os demais referem-se à câmara baixa do Parlamento)

Fonte: ver Apêndice Metodológico para os respectivos dados e fontes de consulta; compilado e elaborado por Sandra Moog

Mesmo em uma democracia de massa como os Estados Unidos, grande habilidade comunicativa não é suficiente para conquistar o mais alto posto da Nação. Para fazê-lo, ainda é preciso ser aceito pelas forças políticas, sejam elas quais forem. O sistema norte-americano de eleições presidenciais, apesar da volatilidade inerente de um processo de indicação que entrega o poder final de decisão às massas de eleitores volúveis e muitas vezes desatentos politicamente, permanece como um poderoso instrumento institucional capaz de forçar os candidatos a disputarem as eleições passando “por dentro” deste instrumento, e não simplesmente ao seu redor.⁸⁷

A questão é: até quando? Até onde e por quanto tempo pode ser mantida a distância entre os anseios do eleitorado por opções políticas alternativas e seu atendimento por parte das instituições políticas tradicionais em um contexto em que a política da mídia é capaz de lançar (e destruir) novos ídolos em questão de horas?

Por enquanto, a maior parte das pessoas na maioria dos países tem ainda suas alternativas restritas pelo peso das instituições, tradições e aparatos políticos. Nessas circunstâncias, outro fator de insatisfação política em relação ao tradicional sistema partidário é a volatilidade do eleitorado em todo o mundo, derrubando partidos situacionistas e acelerando o tempo de alternância dos partidos no poder. No período 1992-96, os eleitores mudaram sua preferência dos republicanos para os democratas nas eleições presidenciais de 1992, dos democratas para os republicanos nas eleições para o Congresso de 1994, e novamente para Clinton (após este ter enfatizado seu estilo “novo democrata”) em 1996 (embora não tenham optado por uma maioria democrata no Congresso); dos socialistas para os gaulistas, nas eleições presidenciais francesas; do centro para a direita, e em seguida para o centro-esquerda, na Itália; dos socialistas + nacionalistas para os conservadores + nacionalistas na Espanha; dos conservadores para uma coalizão de múltiplas tendências, e então para os conservadores, com minoria no governo, no Japão; dos socialistas para os conservadores, e de volta aos socialistas, na Grécia; do nada para Fernando H. Cardoso, no Brasil; dos democratas para os comunistas nas eleições parlamentares da Rússia, e então novamente para Yeltsin; e, muito provavelmente, dos *tories* para os trabalhistas no Reino Unido em 1997. Assim, as pessoas, descontentes e desapaixonadas, mudam de uma alternativa para outra em velocidade constante, passando por sucessivas desilusões. A cada uma dessas experiências, a moral é denegrida, instaura-se o cinismo, e a esperança se esvai.

Como consequência das tendências expostas acima, surge outro fator bastante significativo: a crescente fragmentação do sistema político. Assim, se as eleições de 1996 na Índia provavelmente marcaram o fim de uma era hegemônica do Partido Congressista, os vencedores, nacionalistas hindus, não obtiveram uma base governista, conquistando apenas um terço das cadeiras. Uma “frente unida” de diversas tendências partidárias foi formada em 1996 para levar ao governo uma frágil aliança entre partidos regionais, de esquerda e de camadas sociais inferiores, cujo bom desempenho nas eleições foi a principal causa da crise no sistema político. É possível que a Índia, cuja estabilidade democrática causava inveja ao mundo em desenvolvimento, tenha ingressado em um período de fragmentação política estrutural e regionalização da política.

Entre todas as principais democracias do mundo, apenas a Alemanha parece ter mantido a estabilidade política nos anos 90, mas isso foi antes de Kohl ter iniciado em 1996, sob as pressões da concorrência global, o processo de retração do Estado do bem-estar social alemão, bem como a reforma do sistema de co-determinação na indústria, base do consenso político da Alemanha.

Como resultado de todos esses desdobramentos, não testemunhamos, em linhas gerais, a retirada do povo do cenário político, mas sim a penetração de uma política simbólica nos sistemas políticos, mobilizações em torno de um único tema, localismo, política de referendo e, sobretudo, apoio *ad hoc* a lideranças personalizadas. Com o desaparecimento gradativo dos partidos políticos, é chegada a hora dos salvadores. Isso introduz um elemento de imprevisibilidade no processo político, que pode se transformar na regeneração da política, como no caso de Fernando Henrique Cardoso, ou talvez com Colin Powell (seria uma ironia, embora, estimulante, do ponto de vista histórico, ver um afro-americano republicano, filho de um imigrante jamaicano, restaurar a legitimidade da política norte-americana), ou, ao contrário, acabar em um vazio demagógico, desintegrando as instituições políticas, comprometendo a estabilidade mundial ou promovendo um novo ataque à razão.

Seja qual for o futuro, o que a observação do presente parece indicar é que, sob diversas formas, e por uma série de processos que abordei neste capítulo e nos anteriores, temos testemunhado a fragmentação do Estado, a imprevisibilidade do sistema político e a singularização da política. É provável que a liberdade política ainda possa existir, uma vez que as pessoas continuarão a lutar por ela. No entanto, a democracia política, nos moldes das revoluções liberais do século XVIII e do modo como foi difundida em todo o mundo no século XX, transformou-se num vazio. Não que tenha sido apenas uma “democracia formal”: a democracia vive justamente com base nessas “formas”, tais como o sufrágio universal e secreto e o respeito às liberdades civis.⁸⁸ Porém, as novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático tornaram obsoletos o sistema partidário existente e o atual regime de concorrência política como mecanismos adequados de representatividade política na sociedade em rede. As pessoas sabem disso e sentem isso, contudo também sabem, em sua memória coletiva, o quanto importante é evitar que tiranos ocupem a lacuna da política democrática. Os cidadãos continuam sendo cidadãos, mas não sabem ao certo a qual cidade pertencem, nem a quem pertence essa cidade.

Conclusão: a reconstrução da democracia?

Essas são palavras realmente alarmantes. Seria tentador neste momento aproveitar a oportunidade para apresentar ao leitor meu próprio modelo de democracia informacional. Não se preocupe. Por motivos que esclarecerei na conclusão geral desta obra (no volume III), não me permitiu fazer uso de prescrições normativas e admoestações políticas. Contudo, somente para fazer justiça à esperança política, encerrarei este capítulo com um comentário sobre alternativas para a reconstrução da democracia, *do modo como elas se manifestam na observação das práticas das sociedades em meados da década de 90*, independentemente de minhas opiniões pessoais sobre a propriedade de tais alternativas. Considerando que, felizmente, são numerosos e diversificados os embriões da nova política democrática em todo o mundo, estarei limitado a tecer comentários sobre três tendências que considero bastante relevantes para o futuro da política informacional.

A primeira delas é a recriação do Estado local. Em várias sociedades em todo o mundo, a democracia local, por motivos expostos no capítulo 5, parece estar florescendo, ao menos em termos relativos à democracia política nacional. Isso ocorre principalmente quando governos regionais e locais passam a atuar em conjunto, e estendem seu raio de ação buscando a descentralização nas comunidades e a participação dos cidadãos. No momento em que os meios eletrônicos (comunicação mediada por computador ou estações locais de rádio e televisão) também são empregados no intuito de aumentar a participação e o número de consultas feitas pelos cidadãos (por exemplo, em Amsterdã, ou na Prefeitura de Fukuoka), novas tecnologias contribuem para maior participação no governo local. Experiências de autogestão local, como a desenvolvida na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, demonstram a possibilidade de reconstruir vínculos de representação política para *compartilhar* (se não controlar) os desafios impostos pela globalização econômica e pela imprevisibilidade política. Há limites óbvios a tal localismo, pois tal processo acentua a fragmentação do Estado-Nação. Estritamente em termos de observação, as mais poderosas tendências de legitimação da democracia durante os anos 90 estão acontecendo, no mundo todo, em nível local.⁸⁹

Uma segunda perspectiva muito discutida na literatura⁹⁰ e na mídia,⁹¹ é a oportunidade oferecida pela comunicação eletrônica de aprimorar formas de participação política e comunicação horizontal entre os cidadãos. Com efeito, o acesso *on-line* a informações e a comunicação mediada por computador facilitam a difusão e a recuperação de informações, proporcionando interação

e realização de debates em um fórum eletrônico independente, capaz de escapar do controle da mídia. Referendos sobre uma ampla gama de questões podem ser uma ferramenta muito útil quando utilizados com cuidado, sem cair na estrutura simplista da política de referendos. Acima de tudo, tais referendos asseguram aos cidadãos o direito de formar, como vêm fazendo atualmente, suas próprias constelações políticas e ideológicas, passando ao largo de estruturas políticas já estabelecidas, criando portanto um campo político flexível e adaptável. Sérias críticas, no entanto, podem ser e efetivamente têm sido endereçadas às perspectivas de uma democracia eletrônica.⁹² Por um lado, caso essa variante de política democrática se instaure como importante instrumento de debate, representação e decisão, certamente institucionalizaria uma forma de “democracia ateniense”, tanto em nível nacional como internacional. Quer dizer, enquanto uma elite relativamente pequena, afluente, e de bom nível educacional de alguns países e cidades teria acesso a uma extraordinária ferramenta de informação e participação política, realmente capaz de reforçar o exercício da cidadania, as massas excluídas e desprovidas de educação em todo o mundo e nos diferentes países permaneceriam à margem da nova ordem democrática, a exemplo dos escravos e bárbaros nos primórdios da democracia na Grécia Antiga. Em contrapartida, a volatilidade desse meio de comunicação poderia incorrer na intensificação da “política de *showbiz*”, com a predominância de mitos e modismos, uma vez sobrepujado o poder de racionalização dos partidos e instituições pelos fluxos de tendências políticas ora convergentes, ora divergentes. Em outras palavras, a política *on-line* poderia exaltar a individualização da política e da sociedade, a tal ponto que a integração, o consenso e a criação de instituições tornar-se-iam metas perigosamente difíceis de serem atingidas.

A fim de explorar a matéria, meus alunos do curso de pós-graduação em Sociologia da Sociedade da Informação em Berkeley fizeram algumas observações *on-line* na Internet no outono de 1996. Os resultados de suas análises indicam algumas tendências interessantes. Klinenberg e Perrin observaram que, nas primárias dos republicanos nas eleições presidenciais de 1996, o uso da Internet desempenhou um importante papel na difusão das informações sobre os candidatos (Dole), bem como na busca de apoio (Buchanan) e recursos de campanha (todos os candidatos).⁹³ Contudo, os canais de comunicação foram monitorados e submetidos a rigoroso controle, transformando-se na verdade em sistemas de comunicação de mão única, mais poderosos e com maior flexibilidade que a televisão, mas não mais abertos à participação dos cidadãos. Talvez esse quadro venha a ser alterado no futuro, mas parece que a

lógica da política informacional restringe a abertura do sistema, pois os candidatos precisam manter controle sobre as mensagens em suas redes, para não terem de assumir responsabilidade por determinadas posições ou declarações que sejam prejudiciais ou que não atinjam o eleitorado como desejado. Controle político rigoroso e abertura nos meios de comunicação eletrônica parecem ser mutuamente excludentes dentro do sistema atual. Assim, enquanto os procedimentos políticos forem controlados por partidos e campanhas organizadas, a participação dos cidadãos via eletrônica será relegada a segundo plano na política informacional, pois isso diz respeito a eleições formais e à tomada de decisões.

Entretanto, Steve Bartz no movimento ambientalista, e Matthew Zook no movimento das milícias norte-americanas, encontraram na Internet um meio de capacitação de grupos populares, na qualidade de instrumento de informação, comunicação e organização.⁹⁴ Tem-se a impressão de que é na esfera da política simbólica, e na organização de mobilizações em torno de um único tema realizadas por grupos e indivíduos externos ao sistema político “principal”, que a nova comunicação eletrônica poderá produzir efeitos mais drásticos. Não há como avaliar com clareza o impacto de tais processos na democracia. Por um lado, permitir mobilizações em torno de um único tema que ignoram a política formal pode minar ainda mais as instituições democráticas. Por outro lado, se a representação política e os responsáveis pela tomada de decisão tiverem condições de estabelecer uma relação com essas novas fontes de contribuição de cidadãos interessados na política, sem que o processo fique restrito a uma elite tecnologicamente capacitada, um novo modelo de sociedade civil pode ser reconstruído, possibilitando a popularização da democracia, via eletrônica.

O desenvolvimento da política simbólica bem como da mobilização política em torno de causas “não-políticas”, via eletrônica ou por outros meios, é a terceira tendência que poderia integrar o processo de reconstrução da democracia na sociedade em rede. Causas humanitárias, tais como as defendidas pela Anistia Internacional, Medicina Sem Fronteiras, Greenpeace, Oxfam, Food First, e milhares e milhares de grupos ativistas locais e globais e organizações não-governamentais em todo o mundo, constituem o fator de mobilização mais poderoso e pró-ativo na política informacional.⁹⁵ Tais mobilizações são organizadas em função de temas objeto de amplo consenso, não necessariamente alinhados a este ou aquele partido político. Na realidade, em termos de postura oficial, a maioria dos partidos aparentemente apóia a maior parte dessas causas. E a maioria das organizações humanitárias abstém-se de prestar apoio a

um determinado partido, exceto em casos de questões específicas em determinados períodos. Via de regra, essas mobilizações estão no meio-termo entre movimentos sociais e ações políticas, pois fazem seu apelo diretamente aos cidadãos, pedindo às pessoas que exerçam pressão sobre instituições do governo ou empresas privadas que possam ter um papel importante no tratamento da questão defendida pela mobilização. Em outros momentos, apelam diretamente para a solidariedade das pessoas. Em última análise, o objetivo das mobilizações é atuar no processo político, isto é, influenciar a gestão da sociedade pelos representantes dessa sociedade. No entanto, não necessariamente, e na realidade não com muita freqüência, utilizam os canais de representação política e de tomada de decisões mediante, por exemplo, a eleição de seus candidatos para algum cargo no governo. Tais formas de mobilização política, que podem ser definidas como sendo causas voltadas a temas específicos e política não partidária, parecem estar ganhando legitimidade em todas as sociedades, e condicionando as regras e os resultados da concorrência política formal. Recuperam a legitimidade do interesse pelas questões públicas nas mentes e nas vidas das pessoas. Atingem esse objetivo ao introduzir novos processos e novas questões políticas, agravando a crise da democracia liberal clássica e ao mesmo tempo estimulando o surgimento do que ainda está para ser revelado: a democracia informacional.

Notas

1. Guehenno (1993: 46); traduzido para o inglês por Castells.
2. Bobbio (1994).
3. Page e Shapiro (1992).
4. Perez-Tabernero *et al.* (1993).
5. MacDonald (1990).
6. Abramson *et al.* (1988); Patterson (1993); Roberts e McCombs (1994); Balz e Brownstein (1996).
7. Patterson (1993: 30-3).
8. Ansolabehere *et al.* (1993: 75).
9. Magleby e Nelson (1990).
10. Garber (1984, 1996); Gunlicks (1993).
11. Jacobs e Shapiro (1995).
12. Ansolabehere *et al.* (1993: 73).

13. Friedland (1996).
14. Ansolabehere *et al.* (1993: 89).
15. Freeman (1994).
16. Fallows (1996).
17. D. West (1993).
18. Moore (1992: 128-9).
19. Mayer (1994).
20. Fallows (1996).
21. Mundy (1996).
22. Garber (1996); Hacker (1996).
23. Klinenberg e Perrin (1996).
24. Patterson (1993); Balz e Brownstein (1996); Fallows (1996).
25. Gitlin (1980: 28).
26. Patterson (1993: 74).
27. Fallows (1996).
28. Moog (1996: 20).
29. Ansolabehere *et al.* (1993); Fallows (1996).
30. Ansolabehere e Iyengar (1995).
31. Garramore *et al.* (1990); Fallows (1996).
32. Swan (1992).
33. Siune e Truetzscher (1992); Kaid e Holtz-Bacha (1995).
34. Guehenno (1993); Kaid e Holtz-Bacha (1995).
35. Moog (1996).
36. Berry (1992).
37. Scammell e Semetko (1995).
38. Berry (1992); Scammell e Semetko (1995).
39. Axford *et al.* (1992); Philo (1993); Franklin (1994).
40. Philo (1993: 411).
41. Scammell e Semetko (1995: 35).
42. Axford *et al.* (1992).
43. Hughes (1994).
44. *Moscow Times* (1996: 1).
45. Alonso Zaldivar e Castells (1992).
46. *Esprit* (1994: 3-4).
47. Scheer (1994).

48. Di Marco (1994); Santoni Rugiu (1994); Walter (1994).
49. Kaid e Holz-Bacha (1995).
50. Di Marco (1993).
51. Devo agradecimentos a Fernando Calderon em La Paz e a Roberto Laserna em Cochabamba pela ajuda na elaboração desta seção sobre a política da mídia na Bolívia. A presente análise está fundamentada nos seguintes estudos realizados por pesquisadores bolivianos: Mesa (1986); Archondo (1991); Contreras Basnipeiro (1991); Saravia e Sandoval (1991); Laserna (1992); Albo (1993); Mayorga (1993); Perez Iribarne (1993a, b); Ardaya e Verdesoto (1994); Calderon e Laserna (1994); Bilbao La Vieja Diaz *et al.* (1996); Szmukler (1996).
52. *Compadre* e *comadre* são termos que designam membros integrantes da comunidade. Essas expressões reúnem elementos da tradição *aymara* e católica (por exemplo, padrinhos e madrinhas de batismo). Em tais condições, espera-se dos *compadres* e *comadres* compreender, contribuir, compartilhar e assumir uma relação de reciprocidade.
53. De acordo com a tradição *aymara*, *Ayllu* é a forma tradicional de comunidade cultural/territorial.
54. Ardaya e Verdesoto (1994).
55. Archondo (1991).
56. Esta seção baseia-se, em parte, na leitura dos principais jornais e revistas de diferentes países, bem como no meu conhecimento prévio a respeito de alguns eventos. Considero desnecessário fornecer referências detalhadas acerca de fatos que são de domínio público. Para um panorama internacional de escândalos na política, vale consultar Longman (1990), *Political Scandals and Causes Célèbres since 1945*. Uma obra comparativa bastante erudita sobre esse tópico é Heidenheimer *et al.* (1989). Análises históricas da política do escândalo podem ser encontradas em Fackler e Lin (1995) como também em Ross (1988). Uma análise recente dos escândalos no Congresso nos Estados Unidos é apresentada em Balz e Brownstein (1996: 27ff). Para uma bibliografia comentada sobre a corrupção na política norte-americana, consulte Johansen (1990). Outras fontes utilizadas nesta seção são as seguintes: King (1984); Markovits e Silverstein (1988a); Bellers (1989); Ebbinghausen e Neckel (1989); Bouissou (1991); Morris (1991); Sabato (1991); Barker (1992); *CQ Researcher* (1992); Meny (1992); Phillips (1992); Swan (1992); Tranfaglia (1992); Barber (1993); Buckler (1993); DeLeon (1993); Grubbe (1993); Roman (1993); *Esprit* (1994); Gumbel (1994); Walter (1994); Arlachi (1995); Fackler e Lin (1995); Garcia Cotarelo (1995); Johnson (1995); Sechi (1995); Thompson (1995).
57. Heidenheimer *et al.* (1989); Longman (1990); Garment (1991); *CQ Researcher* (1992); Meny (1992); Grubbe (1993); Roman (1993); Gumbel (1994); Walter (1994); Thompson (1995).
58. Friedrich (1966: 74).
59. Leys (1989).
60. Markovits e Silverstein (1988).
61. Alonso Zaldivar e Castells (1992).
62. Fackler e Lin (1995).

63. King (1989).
64. Bouissou (1991: 84).
65. Barker (1992).
66. Longman (1990).
67. Lowi (1988).
68. Johnson (1995).
69. Tranfaglia (1992).
70. Bouissou (1991); Johnson (1995).
71. Guehenno (1993).
72. Weinberg (1991); Freeman (1994); Pattie *et al.* (1995).
73. Meny (1992).
74. Barker (1992); *CQ Researcher* (1992).
75. Garment (1991); Garcia Cotarelo (1995); Thompson (1995).
76. Bellers (1989); Arlachi (1995); Garcia Cotarelo (1995); Fallows (1996).
77. Cacho (1994); Garcia Cotarelo (1995); *Temas* (1995).
78. Walter (1994).
79. Minc (1993); Guehenno (1993); Patterson (1993); Ginsborg (1994); Touraine (1995b); Katznelson (1996); Weisberg (1996).
80. Navarro (1995).
81. West (1993); Anderson e Comiller (1994); Mouffe (1995); Navarro (1995); Salvati (1995); Balz e Brownstein (1996).
82. Citado por Balz e Brownstein (1996: 28).
83. Citado por Navarro (1995: 55).
84. *Eurobarometer* (vários anos).
85. Lipset (1996).
86. Sobre fontes, definições e métodos de cálculo, consulte o Apêndice Metodológico.
87. Zaller e Hunt (1994: 386).
88. Katznelson (1996).
89. Cooke (1994); Graham (1995); Ziccardi (1995); Borja e Castells (1996).
90. Ganley (1991).
91. *The Economist* (1995a).
92. *High Level Experts Group* (1996).
93. Klinenberg e Perrin (1996).
94. Bartz (1996); Zook (1996).
95. Guehenno (1993).

Conclusão: A transformação social na sociedade em rede

Às portas da Era da Informação, uma crise de legitimidade tem esvaziado de sentido e de função as instituições da era industrial. Sobrepujado pelas redes globais de riqueza, poder e informação, o Estado-Nação moderno vem perdendo boa parte de sua soberania. Ao tentar intervir estrategicamente nesse cenário global, o Estado perde sua capacidade de representar suas bases políticas estabelecidas no território. Em um mundo regido pelo multilateralismo, a divisão entre Estados e nações, entre a política de representação e a política de intervenção, desorganiza a unidade de medida política sobre a qual a democracia liberal foi construída e passou a ser exercida nos últimos dois séculos. A privatização de empresas públicas e a queda do estado do bem-estar social, embora tenha aliviado as sociedades de parte de seu fardo burocrático, faz piorar as condições de vida da maioria dos cidadãos, rompe o contrato social histórico entre capital, trabalho e Estado, e usurpa grande parte da rede de segurança social, viga mestra da legitimidade do governo na visão de pessoas comuns. Dividido pela internacionalização da produção e das finanças, incapaz de adaptar-se à formação de redes entre empresas e individualização do trabalho, e desafiado pela degeneração do emprego, o movimento trabalhista perde sua força como fonte de coesão social e representação dos trabalhadores. Não chega a desaparecer, no entanto torna-se basicamente um agente político integrado à esfera das instituições públicas. As principais igrejas, praticando uma forma de religião secularizada dependente ora do Estado, ora do mercado, perde muito de sua capacidade de impor normas de conduta em troca de conforto espiritual e da venda de um lote no céu. A contestação do patriarcalismo e a crise da família patriarcal perturbam a seqüência ordenada de transmissão de códigos culturais de geração em geração e abalam os alicerces da segurança pessoal, obrigando homens, mulheres e crianças a encontrar novas formas de viver. As ideologias políticas que emanam das instituições e organizações dos mais diversos setores, desde o liberalismo democrático ba-

seado no Estado-Nação ao socialismo fundado no trabalho, encontram-se destituídas de significado real dentro no novo contexto social. Conseqüentemente, perdem seu apelo e, na tentativa de sobreviver, submetem-se a incessantes adaptações, estando sempre um passo atrás da nova sociedade, como bandeiras desbotadas de guerras já esquecidas.

Como resultado desses processos convergentes, as *fontes* do que denomino, no capítulo 1, *identidades legitimadoras*, simplesmente secaram. As instituições e organizações da sociedade civil construídas em torno do Estado democrático e do contrato social entre capital e trabalho transformaram-se, de modo geral, em estruturas vazias, cada vez menos aptas a manter um vínculo com as vidas e valores das pessoas na maioria das sociedades. Trágica ironia o fato de que, num momento em que a maioria dos países do mundo finalmente conquistou o acesso às instituições da democracia liberal (em minha opinião, a base de toda democracia), tais instituições encontram-se tão distantes da estrutura e processos realmente importantes que acabam parecendo, para a maioria das pessoas, um sorriso de sarcasmo estampado na nova face da história. Neste fim de milênio, o rei e a rainha, o Estado e a sociedade civil estão todos nus, e seus filhos-cidadãos estão vagando em busca de proteção por vários lares adotivos.

¹ A dissolução das identidades compartilhadas, sinônimo da dissolução da sociedade como sistema social relevante, muito provavelmente reflete a atual situação de nosso tempo. Nada nos parece dizer que novas identidades têm de surgir, novos movimentos sociais têm de recriar a sociedade e novas instituições serão reconstruídas no sentido de *lendemains qui chantent*. À primeira vista, estamos testemunhando o surgimento de um mundo exclusivamente constituído de mercados, redes, indivíduos e organizações estratégicas, aparentemente governado por modelos de “expectativas racionais” (a nova e influente teoria econômica), a não ser quando tais “indivíduos racionais” subitamente atiram em seus vizinhos, estupram uma garotinha ou lançam gás veneno no metrô. Nesse novo mundo, identidades não são necessárias: instintos básicos, lutas pelo poder, cálculos estratégicos centrados em si próprios e, em nível macrossocial, “características indicativas de uma dinâmica bárbara e nômade, de um elemento dionisíaco que ameaça invadir todas as fronteiras e tornar problemáticas as normas internacionais político-jurídicas e civilizacionais”.¹ Um mundo cujo contraponto poderia ser, a exemplo do que temos visto em diversos países, uma tentativa de reafirmação nacionalista pelos remanescentes das estruturas do Estado, abandonando toda e qualquer pretensão à legitimidade e voltando atrás na História para agarrar-se ao princípio do

poder pelo poder, por vezes envolto em uma retórica nacionalista. Nos domínios pelos quais navegamos nos dois primeiros volumes desta obra, identificamos as sementes de uma sociedade cuja *Weltanschauung* estaria cindida entre a velha lógica de *Macht* e uma nova lógica de *Selbstanschauung*.²

Contudo, observamos também o surgimento de poderosas identidades de resistência, que se retraem para seus “paraísos comunais” e recusam-se a ser apanhadas de roldão pelos fluxos globais e individualismo radical. Tais identidades constroem suas comunas em torno dos valores tradicionais de Deus, da nação e da família, guardando os limites de suas trincheiras por meio de emblemas étnicos e defesas territoriais. As identidades de resistência não estão restritas a valores tradicionais. Podem também ser construídas por movimentos sociais ativistas, ou ao redor deles, que optam por estabelecer sua autonomia em sua própria resistência comunal uma vez que não têm força suficiente para tomar de assalto as instituições opressoras às quais se opõem. É este, via de regra, o caso do movimento feminista, criando espaços para mulheres nos quais uma nova consciência antipatriarcal pode surgir; e certamente o caso dos movimentos de liberação sexual, cujos espaços de liberdades, desde bares a vizinhanças, constituem elementos essenciais de auto-reconhecimento. Mesmo o movimento ambientalista, cujo horizonte último é o cosmológico, não raro parte dos “quintais” e de pequenas comunidades em todo o mundo, protegendo espaços antes de lançar-se à conquista do tempo.

Assim, as identidades de resistência estão tão difundidas na sociedade em rede quanto os projetos individualistas resultantes da dissolução de identidades anteriormente legitimadoras que normalmente constituíam a sociedade civil da era industrial. Contudo, essas identidades resistem, e raramente se comunicam. Não se comunicam com o Estado, salvo para lutar e negociar em nome de seus interesses/valores específicos. Raramente comunicam-se entre si por serem construídas com base em princípios profundamente distintos, determinantes dos “incluídos” e dos “excluídos”. E em virtude do fato de a lógica comunal ser essencial à sua sobrevivência, autodefinições individuais não são bem-vindas. Assim, de um lado, as elites globais dominantes que habitam o espaço de fluxos tendem a ser formadas por indivíduos sem identidade específicas (“cidadãos do mundo”); ao passo que, de outro lado, as pessoas que resistem à privação de seus direitos econômicos, culturais e políticos tendem a se sentir atraídas pela identidade comunal.

Nesse contexto, devemos ainda acrescentar mais uma camada à dinâmica social da sociedade em rede. Juntamente com aparatos do Estado, redes globais e indivíduos centrados em si próprios, existem também comunidades

formadas a partir da *identidade de resistência*. Entretanto, todos esses elementos não são capazes de coexistir pacificamente, uma vez que suas respectivas lógicas os excluem mutuamente.

Assim, a principal questão passa a ser o surgimento de *identidades de projeto* (ver capítulo 1), potencialmente capazes de reconstruir uma nova sociedade civil e, enfim, um novo Estado. Sobre esse assunto, não serei prescritivo tampouco profético, mas, em vez disso, farei uma análise dos resultados provisórios de minhas observações acerca de movimentos sociais e processos políticos. Minha análise não descarta a possibilidade de que movimentos sociais bastante distintos dos apresentados aqui podem exercer um papel fundamental na formação da sociedade do futuro. No entanto, em 1996, não pude identificar seus indícios.

Novas *identidades de projeto* não parecem surgir de identidades anteriores presentes na sociedade civil da era industrial, mas sim a partir de um desenvolvimento das atuais *identidades de resistência*. Creio que haja motivos teóricos, bem como argumentos empíricos, para tal trajetória na formação de novos sujeitos históricos. Todavia, antes de propor algumas idéias sobre o assunto, cabe-me esclarecer como as identidades de projeto podem surgir a partir das identidades de resistência aqui consideradas.

O fato de que uma comunidade é construída em torno de uma identidade de resistência não significa que resultará necessariamente em uma identidade de projeto. Pode muito bem permanecer na condição de comunidade defensiva. Ou, ainda, pode tornar-se um grupo de interesse, e aderir à lógica da barganha generalizada, predominante na sociedade em rede. Em outros casos, identidades de resistência podem redundar em identidades de projeto, voltadas à transformação da sociedade como um todo, dando continuidade aos valores da resistência comunal oferecida aos interesses dominantes sustentados pelos fluxos globais de capital, poder e informação.

As comunidades religiosas podem se transformar em movimentos religiosos fundamentalistas que pretendem recuperar a moral da sociedade, restabelecendo os valores eternos, de Deus e abarcando todo o mundo, ou ao menos as áreas adjacentes, em uma comunidade de fiéis, fundando assim uma nova sociedade.

A trajetória do nacionalismo na Era da Informação é mais difícil de ser determinada, como se pode depreender a partir da observação de acontecimentos recentes. Por um lado, o nacionalismo pode levar a um entrincheiramento em torno de um Estado-Nação reconstruído, recuperando sua legitimidade em nome da Nação, e não do Estado. Por outro, pode sobrepujar o Estado-Nação moder-

no, no momento em que reconhece nações que vão além do conceito de Estado, e constrói redes multilaterais de instituições políticas em uma geometria variável de soberania compartilhada.

A etnia, embora seja um ingrediente essencial tanto de opressão como de libertação, geralmente parece estar inserida em algum tipo de comprometimento com outras identidades comunais (religiosas, nacionais, territoriais) em vez de fomentar, por si própria, resistência ou novos projetos.

A identidade territorial está na base dos governos locais e regionais que despontam no mundo todo como atores importantes tanto em termos de representação como de intervenção, por estarem mais bem posicionados para se ajustarem às incessantes variações dos fluxos globais. A reinvenção da cidade-estado é uma característica proeminente dessa nova era de globalização, uma vez que, no início da Idade Moderna, o conceito de tal cidade estava relacionado ao desenvolvimento de uma economia internacional mercantil.

¹ As comunidades femininas, bem como os espaços de liberdade da identidade sexual, projetam-se na sociedade como um todo ao minar o patriarcalismo e reconstruir a família a partir de uma base nova e igualitária, que implica o desaparecimento das relações marcadas pelo gênero nas instituições sociais, em oposição ao capitalismo e ao Estado patriarcalis.¹

O ambientalismo parte da defesa do meio ambiente de uma determinada área e da saúde e do bem-estar dos indivíduos ali residentes para um projeto ecológico de integração entre a humanidade e a natureza, com base na identidade sociobiológica das espécies, partindo da premissa de significado cosmológico da humanidade.

¹Tais projetos de identidade surgem a partir da resistência da comunidade e não da reconstrução das instituições da sociedade civil, pois a crise verificada nessas instituições, aliada ao surgimento das identidades de resistência, origina-se precisamente das novas características da sociedade em rede que abalam as primeiras e incitam o aparecimento das segundas. Os principais elementos constitutivos da estrutura social na Era da Informação; a saber, globalização, reestruturação do capitalismo, formação de redes organizacionais, cultura da virtualidade real e primazia da tecnologia a serviço da tecnologia, são justamente as causas da crise do Estado e da sociedade civil desenvolvidos nos moldes da era industrial. Representam também as forças contra as quais se organiza a resistência comunal, com novos projetos de identidade possivelmente surgindo em torno desses focos de resistência. A resistência e os projetos contradizem a lógica dominante da sociedade em rede ao entrar em lutas defensivas e ofensivas, tendo como cenário três campos fundamentais dessa nova estrutura social: espaço, tempo e tecnologia.¹

' As comunidades de resistência defendem seu espaço e seus lugares diante da lógica estrutural desprovida de lugar no espaço de fluxos que caracteriza a dominação social na Era da Informação (volume I, capítulo 6). Elas reivindicam sua memória histórica e/ou defendem a permanência de seus valores contra a dissolução da história no tempo intemporal e a celebração do efêmero pela cultura da virtualidade real (volume I, capítulo 7). Lançam mão da tecnologia da informação para permitir a comunicação horizontal entre as pessoas, e a oração da comunidade, ao mesmo tempo refutando a nova idolatria da tecnologia e preservando valores transcedentais diante da lógica desestruturativa de redes de computadores, regidas por normas próprias. /

Os ecologistas defendem o controle sobre as formas de utilização do espaço, tanto em benefício das pessoas como da natureza, contra a lógica abstrata e não natural do espaço de fluxos. Eles antecipam a visão cosmológica do tempo glacial, integrando a espécie humana a seu ambiente evolucionista, e rejeitam a invalidação do tempo pelo rompimento das seqüências, uma lógica inerente ao tempo intemporal (volume I, capítulo 7). E, finalmente, apóiam o uso da ciência e da tecnologia para a vida, opondo-se ao predomínio da ciência e da tecnologia sobre a vida.

' As feministas e os movimentos de identidade sexual defendem o controle de seus espaços mais imediatos, isto é, seus corpos, contra sua dissolução no espaço de fluxos, influenciadas pelo patriarcalismo, em que imagens reconstruídas da mulher e fetiches de sexualidade diluem seu caráter humano e negam sua identidade. Da mesma forma, lutam pelo controle de seu tempo, visto que a lógica intemporal da sociedade em rede acumula papéis e funções a serem desempenhadas pelas mulheres sem adaptar suas novas vidas à nova noção de tempo, de modo que um tempo alienado passa a ser a expressão mais concreta da missão de ser uma mulher liberada dentro de uma organização social não-liberada. Os movimentos feminista e de identidade sexual também pretendem utilizar a tecnologia para conquistar mais direitos (por exemplo, seu direito à procriação e ao controle sobre o próprio corpo), contra os meios patriarcais de utilização da ciência e tecnologia, manifestados, por exemplo, na submissão da mulher a rituais e crendices médicas totalmente arbitrários; ou quando houve, temporariamente, falta de vontade da parte de algumas instituições científicas em se lutar contra a AIDS durante o tempo em que foi considerada uma doença contraída exclusivamente por homossexuais. No momento em que a humanidade atinge a fronteira tecnológica do controle social sobre a reprodução biológica das espécies, uma batalha fundamental vem sendo travada entre o corpo como identidade autônoma e o corpo como

objeto social. É por essa razão que a política de identidade começa a partir de nossos corpos. /

Assim, a lógica dominante da sociedade em rede lança seus próprios desafios, na forma de identidades de resistência comunais e de identidades de projeto que podem eventualmente surgir desses espaços, *sob determinadas circunstâncias, e por meio de processos específicos a cada contexto institucional e cultural*. A dinâmica de contradição daí recorrente está no cerne do processo histórico pelo qual uma nova estrutura social e a “carne e os ossos” de nossas sociedades estão sendo constituídas. E onde fica o poder dentro dessa estrutura social? E o que é o poder sob tais condições históricas?

O poder, como já tivemos a oportunidade de observar, e conforme demonstrado, até certo ponto, neste volume e no volume I desta obra, não mais se concentra nas instituições (o Estado), organizações (empresas capitalistas), ou mecanismos simbólicos de controle (mídia corporativa, igrejas). Ao contrário, está difundido nas redes globais de riqueza, poder, informações e imagens, que circulam e passam por transmutações em um sistema de geometria variável e geografia desmaterializada. No entanto, o poder não desaparece. *O poder ainda governa a sociedade; ainda nos molda e exerce domínio sobre nós.* Não só pelo fato de que aparatos de diferentes tipos ainda se mostram capazes de disciplinar os corpos e silenciar as mentes. Essa forma de poder é, ao mesmo tempo, eterna e evanescente. Eterna porque os seres humanos são, e sempre serão, predadores. Contudo, na forma que existe atualmente, o poder está desaparecendo gradativamente: o exercício desse poder revela-se cada vez mais ineficaz para os interesses que pretende servir. Os Estados podem atirar, porém, diante do perfil de seus inimigos, e do paradeiro dos que os contestam e desafiam, cada vez mais indefinidos, tendem a atirar para todos os lados, correndo o risco de atirar em si mesmos ao longo do processo.

!A nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens de representação em torno das quais as sociedades organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem o seu comportamento. Este poder encontra-se na mente das pessoas. Por isso o poder na Era da Informação é a um só tempo identificável e difuso. Sabemos o que ele é, contudo não podemos tê-lo, porque o poder é uma função de uma batalha ininterrupta pelos códigos culturais da sociedade. Quem, ou o que quer que vença a batalha das mentes das pessoas sairá vitorioso, pois aparatos rígidos e poderosos não serão capazes de acompanhar, em um prazo razoável, mentes mobilizadas em torno do poder detido por redes flexíveis e alternativas. Tais vitórias podem ser efêmeras, pois a turbulência dos fluxos de informação manterão os

códigos em constante movimento. Por isso as identidades são tão importantes e, em última análise, tão poderosas nessa estrutura de poder em constante mutação — porquanto constroem interesses, valores e projetos, com base na experiência, e recusam-se a ser dissolvidas estabelecendo uma relação específica entre natureza, história, geografia e cultura. As identidades fixam as bases de seu poder em algumas áreas da estrutura social e, a partir daí, organizam sua resistência ou seus ataques na luta informacional pelos códigos culturais que constroem o comportamento e, consequentemente, novas instituições.¹

¹ Diante dessas circunstâncias, quem são os sujeitos da Era da Informação? Já temos conhecimento, ou pelo menos uma idéia, das fontes a partir das quais tais sujeitos podem surgir. Também diria que é bem provável que saibamos de onde eles certamente não viriam. Por exemplo, o movimento trabalhista parece estar historicamente ultrapassado. Não que vá desaparecer por completo (embora esteja esmaecendo em boa parte do mundo) ou perder totalmente sua importância. Na realidade, sindicatos são influentes atores políticos em diversos países. E em muitos casos constituem as principais, ou únicas ferramentas de que dispõem os trabalhadores para defender-se dos abusos do capital e do Estado. Entretanto, tendo em vista os elementos estruturais e processos históricos que procurei transmitir nos dois primeiros volumes desta obra, o movimento trabalhista não parece estar preparado para gerar, por si próprio, uma identidade de projeto capaz de reconstruir o controle social e as instituições sociais na Era da Informação. Sem dúvida, militantes do movimento trabalhista farão parte de uma nova dinâmica social transformadora. Já não posso dizer o mesmo com tanta certeza sobre os sindicatos.

Os partidos políticos também já esgotaram seu potencial como agentes autônomos de transformação social, apanhados na lógica da política informacional, e com sua principal plataforma, as instituições do Estado-Nação, perdendo grande parte de sua importância. Trata-se ainda, entretanto, de instrumentos essenciais para o processamento das reivindicações da sociedade, encabeçados pelos movimentos sociais, nas esferas políticas nacionais, internacionais e supranacionais. De fato, enquanto cabe aos movimentos sociais fornecer os novos códigos nos quais as sociedades podem ser repensadas e restabelecidas, alguns partidos políticos (talvez sob novas roupagens informacionais), ainda atuam como agentes cruciais da institucionalização da transformação social. São bem mais agentes de grande influência do que propriamente inovadores políticos.

Portanto, os movimentos sociais que surgem a partir da resistência comunal à globalização, reestruturação do capitalismo, formação de redes

organizacionais, informacionalismo desenfreado e patriarcalismo — a saber, por enquanto, ecologistas, feministas, fundamentalistas religiosos, nacionalistas e localistas — representam os sujeitos potenciais da Era da Informação. De que formas se manifestarão? Minha análise aqui é necessariamente mais especulativa, embora sinta-me obrigado a sugerir algumas hipóteses, fundadas tanto quanto possível nas observações apresentadas neste volume.

Os agentes que dão voz a projetos de identidades que visam à transformação de códigos culturais precisam ser mobilizadores de símbolos. Devem atuar sobre a cultura da virtualidade real que delimita a comunicação na sociedade em rede, subvertendo-a em função de valores alternativos e introduzindo códigos que surgem de projetos de identidade autônomos. Verifiquei a existência de dois principais tipos de agentes potenciais. Chamarei o primeiro deles de *os Profetas*. Trata-se de personalidades simbólicas cujo papel não implica exercer a função de líderes carismáticos ou estrategistas extremamente perspicazes, mas sim emprestar uma face (ou uma máscara) a uma insurreição simbólica, de modo que possam falar em nome dos rebeldes. Assim, os rebeldes sem meios de expressão passam a ter uma voz que fala por eles, garantindo à sua identidade o acesso ao campo das lutas simbólicas além de uma chance de tomar o poder — nas mentes das pessoas. Este é o caso, obviamente, do subcomandante Marcos, o líder dos zapatistas do México. E também do *compadre* Palenque na região de La Paz-El Alto. Ou ainda de Asahara, o guru do culto japonês de tendências assassinas. Além desses exemplos, para destacar a diversidade de expressão desses oráculos em potencial, podemos citar também o líder nacionalista catalão, Jordi Pujol, cuja moderação, racionalidade e habilidade como estrategista muitas vezes oculta sua paciência e determinação em inserir a *Catalunya* como uma nação entre as demais nações europeias, fazendo uso da palavra em nome dessa nação, e reconstruindo uma identidade carolíngia para a *Catalunya*. Ele pode ser a voz de uma nova forma de nacionalismo, original e destituída de um Estado na Europa informacional. Em um exemplo diferente, a consciência ecológica não raro é representada por cantores de rock que gozam de grande popularidade, como Sting em sua campanha para salvar a Amazônia; ou por estrelas de cinema, como Brigitte Bardot, comprometida com uma cruzada em defesa dos direitos dos animais. Um tipo distinto de profeta poderia ser até mesmo o neoludita *unabomber* nos Estados Unidos, agregando a tradição anarquista à defesa violenta da natureza essencial contra os males da tecnologia. Nos movimentos fundamentalistas islâmicos ou cristãos, diversos líderes religiosos (não citarei nomes) assumem um papel de liderança semelhante na interpretação dos textos sagrados, reafirmando a

verdade de Deus na esperança de que Sua palavra alcançará e tocará os corações e almas de possíveis convertidos. Os movimentos pelos direitos humanos muitas vezes também dependem da atuação de personalidades simbólicas e radicais, como é o caso da tradição instaurada pelos dissidentes russos, historicamente representada por Sakharov, e expressa na década de 90 por Sergei Kovalov. Optei deliberadamente por misturar os estilos em meus exemplos para demonstrar que existem “bons” e “maus” profetas, dependendo das preferências individuais, inclusive a minha própria. Contudo, todos eles são profetas no sentido de que indicam o caminho, sustentam os valores e atuam como emissores de símbolos, transformando-se eles próprios em símbolos, de forma tal que a mensagem se torna indissociável de seu emissor. Momentos de transição histórica, freqüentemente articulados no cerne de instituições decadentes e modelos políticos desgastados, têm sempre sido a época mais propícia ao aparecimento dos profetas. E essa noção se aplica ainda mais à transição para a Era da Informação, isto é, uma estrutura social organizada em torno de fluxos de informação e manipulação de símbolos.

Entretanto, o segundo e *principal agente* identificado em nossa jornada pelos campos povoados por movimentos sociais consiste em *uma forma de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, característica dos novos movimentos sociais*, refletindo a lógica de dominação da formação de redes na sociedade informacional e reagindo a ela. Claramente, é esse o caso do movimento ambientalista, construído em torno de redes nacionais e internacionais de atividade descentralizada. Também demonstrei ser este o caso dos movimentos feministas, dos rebeldes contrários à nova ordem global e dos movimentos religiosos fundamentalistas. Essas redes fazem mais do que simplesmente organizar atividades e compartilhar informações. *Elas representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais*. Não só pela Rede, mas em suas múltiplas formas de intercâmbio e interação. Seu impacto sobre a sociedade raramente advém de uma estratégia altamente articulada, comandada por um determinado núcleo. Suas campanhas mais bem-sucedidas, suas iniciativas mais surpreendentes, normalmente resultam de “turbulências” existentes na rede interativa de comunicação em múltiplos níveis — que se pode verificar, por exemplo, na produção de uma “cultura verde” por parte de um fórum universal em que se compartilham experiências de preservação da natureza e, ao mesmo tempo, sobrevivência ao capitalismo. Ou, ainda, na derrocada do patriarcalismo como produto da troca de experiências entre mulheres em grupos, revistas, livrarias, filmes, clínicas e redes de apoio à criação dos filhos, destinadas ao público feminino. Tal caráter sutil e descentralizado

das *redes de mudança social* dificulta a percepção e identificação de novos projetos de identidade que vêm surgindo. Pelo fato de que nossa visão histórica de mudança social esteve sempre condicionada a batalhões bem ordenados, estandartes coloridos e proclamações calculadas, ficamos perdidos ao nos confrontarmos com a penetração bastante sutil de mudanças simbólicas de dimensões cada vez maiores, processadas por redes multiformes, distantes das cúpulas de poder. São nesses recônditos da sociedade, seja em redes eletrônicas alternativas, seja em redes populares de resistência comunitária, que tenho notado a presença dos embriões de uma nova sociedade, germinados nos campos da história pelo poder da identidade.

Continua..

Notas

1. Panarim (1994: 37).
2. *Macht* = poder; *Weltanschauung* = visão de mundo centrada na cultura; *Selbstanschauung* (neologismo proposto) = visão de mundo centrada em si próprio.

Apêndice Metodológico

Apêndice às Tabelas 5.1 e 5.2

Os índices e taxas de variação apresentados nas tabelas 5.1 e 5.2 foram calculados com base em dados obtidos a partir de diversas fontes estatísticas. As tabelas a seguir foram organizadas de modo a demonstrar os números reais utilizados nos cálculos, bem como os índices e taxas de variação apurados com base nesses dados. Nas linhas em que estão apresentados dados originais, as fontes foram citadas na coluna da direita, com as seguintes abreviações:

GFSY	=	<i>Government Finance Statistics Yearbook</i> , vol. 18 (Washington DC: FMI, 1994)
IFSY	=	<i>International Financial Statistics Yearbook</i> , vol. 48 (Washington DC: FMI, 1995)
EWY	=	<i>The Europa World Yearbook</i> (Londres: Europa Publications, 1982, 1985, 1995)
OECDNA	=	<i>National Accounts: Detailed Tables, 1980-1992</i> , vol. 2 (Paris: OCDE, 1994)
WT	=	<i>World Tables, 1994</i> (Banco Mundial, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994).

As tabelas são apresentadas em ordem alfabética por país. Para cada país, a tabela 5.1A fornece informações, cálculos e fontes de consulta referentes à tabela 5.1, e a tabela 5.2A fornece os mesmos tipos de informação para a tabela 5.2.

Algumas definições e explicações sobre os cálculos efetuados estão relacionadas a seguir. Para definições completas sobre todas as categorias apresentadas nessas tabelas e descrições sobre as fontes de consulta originais e métodos adotados para os cálculos, ver apêndices aos materiais de consulta.

Taxas de câmbio	=	médias do período entre as taxas de câmbio de mercado e taxas de câmbio oficiais.
Reservas monetárias	=	reservas, exceto ouro, segundo avaliação do país.
Exportações	=	produtos de exportação, FOB.
Dívida externa	=	distinta da dívida interna de acordo com o local de residência do financiador, sempre que possível; caso contrário, de acordo com a unidade monetária em que os instrumentos de dívida estão denominados.
Investimento interno	=	cálculo obtido multiplicando-se os dados de cada país constantes da tabela mundial do IFSY, “Investimento em relação ao PIB (%)” pelo PIB do país. O investimento compreende Formação de Capital Fixo Bruto e Aumento nas Ações.

A letra (p) indica dados preliminares.

A letra (f) indica dados definitivos.

O sinal * indica que houve alteração nos métodos de cálculo em relação aos números apurados em anos anteriores.

Alemanha: Tabela 5.1A Internacionalização da economia e finanças públicas (em bilhões de marcos alemães, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-93 (%)	Fonte
Taxa média de câmbio (DM por US\$)	1,8177	1,6595	1,5617	1,6533	1,6228		IFSY'95
PIB (DM) (DM 1990)	1.470,0 (1.942,4)	2.647,6 (2.548,6)	2.813,0 (2.593,5)	2.853,7 (2.549,5)	2.977,7 (2.608,3)		IFSY'95
Dívida externa	38,05	243,21	311,73*	472,87(p)			IFSY'95
Dívida externa/PIB (%)	2,6	9,2	28,5	16,6		538,5	IFSY'95
Empréstimo externo líquido contruído pelo governo	20,84	45,05	68,52*	161,14*			
Total das reservas monetárias, exceto ouro (em US\$ milhões)	48.592	63.001	90.967	77.640	77.363		IFSY'95
Total das reservas monetárias, exceto ouro (em DM bilhões)	88,33	104,55	121,25	128,36	125,54		
Dívida externa/reservas monetárias (%)	43,1	232,6	257,1	368,4		325,3 (p)	
Exportações	350,33	665,81	658,47	628,39	677,81		IFSY'95
Dívida externa/exportações (%)	10,9	36,5	47,3	75,3		590,8	IFSY'95
Gastos públicos	447,54	860,74	1.022,95*	1.062,38(p)			
Dívida externa/gastos públicos (%)	8,5	28,3	30,5	44,5		423,5 (p)	

Emprestimo externo líquido contrário pelo governo/ gastos públicos (%)	4,7	5,2	6,7	15,2	223,4
Investimento interno (formação de capital fixo bruto + aumentos das ações)	367,73	680,43	706,06	684,89	738,47
Investimento direto no exterior (em US\$ bilhões)	4,7	23,72	19,67	14,48	14,65
Investimento direto no exterior (em DM bilhões)	8,54	39,36	30,72	23,94	23,77
Investimento direto no exterior/ investimento interno (%)	2,3	5,8	4,4	3,5	3,2
Investimento estrangeiro direto (em US\$ bilhões)	0,33	4,07	2,44	0,32	-3,02
Investimento estrangeiro direto (em DM bilhões)	0,60	6,75	3,81	0,53	-4,90
Ingresso de investimento externo direto/investimento interno (%)	0,2	1,0	0,5	0,1	-0,7
					-50,0

Alemanha: Tabela 5.2A Papel do governo na economia e finanças públicas (em bilhões de marcos alemães, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-93 (%)	Fonte
PIB	1.470,9	2.647,6	2.813,0	2.853,7	2.977,7	IFSY'95	
Gastos públicos	447,54	860,74	1.022,95*	1.062,38(p)		IFSY'95	
Gastos públicos/PIB (%)	30,4	32,5	36,4	37,2 (p)	19,7		
Receita tributária (orçamento — governo central)	177,54	351,74	378,82(p)*			GFSSY'90,'94	
Receita tributária/PIB (%)	12,1	13,3	13,5(p)		11,6 (p)		
Déficit orçamentário	-26,91	-62,29	-73,10*	-75,56(p)		IFSY'95	
Déficit orçamentário/PIB (%)	1,8	2,3	2,6	2,6	44,4		
Dívida pública	235,77	680,81	801,57	902,52(p)		IFSY'95	
Dívida pública/PIB (%)	16,0	25,7	28,5	31,6	78,1	OECDNA'92	
Funcionalismo público (em milhares de funcionários)	3,929	4.307	4.340			OECDNA'92	
Total de empregos	23.818	26.183	26.432				
Funcionalismo público/ total de empregos (%)	16,5	16,5	16,4		-0,6		
Consumo público	298,0	466,5	502,9	508,5	520,2	IFSY'95	
Consumo privado	837,0	1.448,8	1.536,3	1.588,9	1.644,5	IFSY'95	

Consumo público/ consumo privado (%)	35,6	32,2	32,7	32,0	31,6	-8,1
Dispêndios de capital pelo governo	101,52	175,92	197,72	199,51		EWY'84,'95
Formação de capital fixo bruto	337,98	652,07	709,22	705,71		EWY'84,'95
Dispêndios de capital pelo governo/ <u>formação de capital fixo bruto (%)</u>	30,0	27,0	27,9	28,3	-7,0	

Espanha: Tabela 5.1A Internacionalização da economia e finanças públicas (em bilhões de pesetas, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-93 (%)	Fonter
Taxa média de câmbio (Pesetas por US\$)	71,70	103,91	102,38	127,26	133,96		IFSY'95
PIB (pesetas) (pesetas 1990)	15.168 (37.305)	54.901 (51.269)	59.002 (51.625)	60.904 (51.054)	64.673 (52.064)		IFSY'95
Dívida externa	133,6	2.968,8	3.259,9	6.364,6	5.893,0		IFSY'95
Dívida externa/PIB (%)	0,9	5,4	5,5	10,5	9,1	1.066,7	
Empréstimo externo líquido contruído pelo governo		1.775,0	124,2	2.712,9	462,4		
Total das reservas monetárias, exceto ouro (em US\$ milhões)	11.863	65.822	45.504	41.045	41.569		IFSY'95
Total das reservas monetárias, exceto ouro (em bilhões de pesetas)	850,60	6.839,56	4.658,70	5.233,39	5.568,58		
Dívida externa/reservas monetárias (%)	15,7	43,4	70,0	121,6	105,8	674,5	
Exportações	1.493,2	6.225,7	6.605,7	7.982,3	9.795,2		IFSY'95
Dívida externa/exportações (%)	8,9	47,7	49,3	79,7	60,2	795,5	
Gastos públicos	2.522,7	13.102,1	14.835,5	17.503,0	17.304,0		IFSY'95
Dívida externa/ gastos públicos (%)	5,3	22,7	22,0	36,4	34,6	586,8	

Emprestimo externo líquido contraído pelo governo/ gastos públicos (%)	13,5	0,9	15,5	2,7
Investimento interno (formação de capital fixo bruto + aumentos das ações)	3.518,98	13.505,65	13.393,45	12.119,90
				12.740,85
				IFSY'95
Investimento direto no exterior (em US\$ milhões)	311	4.442	2.192	2.652
				4.170
				IFSY'95
Investimento direto no exterior (em bilhões de pesetas)	22,30	461,57	224,42	337,49
				558,61
Investimento direto no exterior/ investimento interno (%)	0,6	3,4	1,7	2,8
				4,4
				183,3
Investimento estrangeiro direto (em US\$ milhões)	1.493	12.493	13.276	8.144
				9.700
				IFSY'95
Investimento estrangeiro direto (em bilhões de pesetas)	107,05	1.298,15	1.359,20	1.306,41
				1.299,41
Investimento estrangeiro direto/investimento interno (%)	3,0	9,6	10,1	8,6
				10,2
				236,7

Espanha: Tabela 5.2A Papel do governo na economia e finanças públicas (em bilhões de pesetas, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-92(%)	Fonte
PIB	15.168	54.901	59.002	60.904	64.673		IFSY'95
Gastos públicos	2.552,7	13.102,1	14.835,5	17.503,0	17.034,0		IFSY'95
Gastos públicos/PIB (%)	16,8	23,9	25,1	28,7	26,3	49,4	
Receita tributária (orçamento — governo central)	1.602,4	9.530,6					GFSY'90,'94
Receita tributária/PIB (%)	10,6	17,4				64,2 ('91)	
Déficit orçamentário	-555,8	-1.758,0	-2.523,5	-4.221,4	-4.943,9		IFSY'95
Déficit orçamentário/PIB (%)	3,7	3,2	4,3	6,9	7,6	16,2	
Dívida pública	2.316,7	20.837,3	23.552,7	28.708,9	34.448,0		IFSY'95
Dívida pública/PIB (%)	15,3	38,0	39,9	47,1	53,3	160,8	
Funcionalismo público (em milhares de funcionários)	2.041						OECDNA'92

Total de empregos	9.789	9.616	OECDNA'92
Funcionalismo público/ total de empregos (%)	20,8	21,7	
Consumo privado	9.992	34.244	IFS Y'95
Consumo público	2.008	8.882	IFS Y'95
Consumo público/ consumo privado (%)	20,1	25,9	
Formação de capital fixo bruto	3.368	13.041	IFS Y'95

Estados Unidos: Tabela 5.1A Internacionalização da economia e finanças públicas (em bilhões de dólares, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-92 (%)	Fonte
PIB (US\$) (US\$ 1990)	2.708,1 (4.275,6)	5.722,9 (5.458,3)	6.020,2 (5.673,5)	6.343,3 (5.813,2)	6.378,4 (6.050,4)	6,378,4 (6.050,4)	IFSY'95
Gastos públicos	129,7	491,7	549,7	622,6			IFSY'95
Gastos públicos/PIB (%)	4,8	8,6	9,1	9,8	104,2		
Empréstimo externo líquido contraído pelo governo	0,2	68,8	57,6	91,4			IFSY'95
Total das reservas monetárias, exceto ouro	15,60	66,66	60,27	62,35	63,28	63,28	IFSY'95
Dívida externa/reservas monetárias (%)	831,4	737,6	912,1	998,6	20,1	20,1	
Exportações	225,57	421,73	448,16	464,77	512,52	512,52	IFSY'95
Dívida externa/ exportações (%)	57,5	116,6	122,7	134,0	133,0	133,0	
Gastos públicos	596,6	1.429,1	1.445,1	1.492,4	1.492,4	1.492,4	IFSY'95'

Dívida externa/gastos públicos (%)	21,7	34,4	38,0	41,7	92,2
Empréstimo externo líquido contratado pelo governo/gastos públicos (%)	0,03	4,8	4,0	6,12	203,0
Investimento interno (formação de capital fixo bruto + aumentos das ações)	541,62	875,60	939,15	1.052,99	1.246,60
Investimento direto no exterior	19,23	31,30	41,01	57,87	58,44
Investimento direto no exterior/Investimento interno (%)	3,6	3,6	4,4	5,5	4,7
Investimento estrangeiro direto	16,93	26,09	9,89	21,37	60,07
Investimento estrangeiro direto/Investimento interno (%)	3,1	3,0	1,1	2,0	4,8

Estados Unidos: Tabela 5.2A Papel do governo na economia e finanças públicas (em bilhões de US\$, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-92 (%)	Fonte
PIB	2.708,1	5.722,9	6.020,2	6.343,3	6.738,4		IFSY'95
Gastos públicos	596,6	1.429,1	1.445,1	1.492,4			IFSY'95
Gastos públicos/PIB (%)	22,0	25,0	24,0	23,5		9,1	
Receita tributária (orçamento — governo central)	346,83	635,54	651,00	706,79			GFSY'88,'94
Receita tributária/PIB (%)	12,8	11,1	10,8	11,1		-15,6	
Déficit orçamentário	-76,2	-272,5	-289,3	-254,1			IFSY'95
Déficit orçamentário/PIB (%)	2,8	4,8	4,0			42,9	
Dívida pública	737,8	2.845,0	3.142,4	3.391,9			IFSY'95
Dívida pública/PIB (%)	27,2	49,7	52,2	53,5		91,9	
Funcionalismo público (em milhares de funcionários)	14.890	16.893	16.799				OECDNA'95

Total de empregos	87.401	103.499	103.637	OECDNA'92
Funcionalismo público/ total de empregos (%)	17,0	16,3	16,2	-4,7
Consumo e investimentos públicos	507,1	1.099,3	1.125,3	1.148,4
Consumo privado	1.748,1	3.906,4	4.136,9	4.378,2
Consumo público/ consumo privado (%)	29,0	28,1	27,2	26,2
Dispêndios de capital pelo governo	72,7	139,6	150,6	155,1
Formação de capital fixo bruto	549,8	876,5	938,9	1.037,1
Dispêndios de capital pelo governo/ formação de capital fixo bruto (%)	13,2	15,9	16,0	15,0
				13,5
				21,2

Índia: Tabela 5.1A Internacionalização da economia e finanças públicas (em bilhões de rúpias, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-93 (%)	Fonte
Taxa média de câmbio (Rúpias por US\$)	8,659	22,724	25,918	30,493	31,374		IFSY'95
PIB (rúpias) (rúpias 1990)	1.360,1 (3.031,6)	6.160,6 (5.381,3)	7.028,3 (5.629,1)	7.863,6 (5.824,6)			IFSY'95
Dívida externa	107,6	369,5	412,2(p)	464,5 (f)			IFSY'95
Dívida externa/PIB (%)	7,9	6,0	5,3 (p)	5,9(f)		-25,3	
Empréstimo externo líquido contraído pelo governo	7,0	54,2	46,8	55,8			
Total das reservas monetárias, exceto ouro (em US\$ milhões)	6.944	3.627	5.757	10.199	19.698		IFSY'95
Total das reservas monetárias, exceto ouro (em bilhões de rúpias)	60,13	82,42	149,21	311,00	618,01		
Dívida externa/reservas monetárias (%)	178,9	448,3	276,3(p)	149,4(f)		-16,5	
Exportações	67,52	401,23	508,71	656,89	785,94		IFSY'95

Dívida externa/ exportações (%)	159,4	92,1	81,0 (p)	70,7 (f)	-55,6
Gastos públicos	180,3	1.050,5	1.209,6(p)	1.310,7 (f)	IFSY'95
Dívida externa/ gastos públicos (%)	59,7	35,2	34,1 (p)	35,4(f)	-40,7
Empréstimo externo líquido contraído pelo governo/ gastos públicos (%)	3,9	5,2	3,9	4,3	10,3
Investimento interno (formação de capital fixo bruto + aumentos das ações)	284,26	1.410,78	1.637,59	1.674,95	IFSY'95

Índia: Tabela 5.2A Papel do governo na economia e finanças públicas (em bilhões de rúpias, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-92 (%)	Fonte
PIB	1.360,1	6.160,6	7.028,3	7.863,6			IFSY'95
Gastos públicos	180,3	1.050,5	1.029,6(p)	1.310,7(f)			IFSY'95
Gastos públicos/PIB (%)	13,3	17,1	17,2(p)	16,7 (f)		29,3(p)	
Receita tributária (governo central – consolidado)	132,7	673,6	787,8(p)	848,7(f)			GFSY'90,'94
Receita tributária/PIB (%)	9,8	10,9	11,2	10,8(f)		17,3 (p)	
Déficit orçamentário	-88,6	-358,2	-366,5(p)	-372,0			IFSY'95
Déficit orçamentário/PIB (%)	6,5	5,8	5,2	4,7		-20,0(p)	
Dívida pública	561,0	3.312,0	3.714,0(p)	4.136,6(f)			IFSY'95
Dívida pública/PIB (%)	41,2	53,8	52,8(p)	52,6		28,2	

Consumo público	130,8	694,6	785,9	910,5	IFSY'95
Consumo privado	992,9	3.848,0	4.245,6	4.795,9	IFSY'95
Consumo público/consumo privado (%)	13,2	18,1	18,5	19,0	40,2
Formação de capital fixo bruto	262,8	1.367,8	1.511,8	1.643,8	EWY'85,95

Japão: Tabela 5.1A Internacionalização da economia e finanças públicas (em bilhões de ienes, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-93 (%)	Fonte
Taxa média de câmbio (ienes por US\$)	226.74	134.71	126.65	111.20	102.21		IFSY'95
PIB (ienes) (ienes 1990)	240.176 (271.500)	451.297 (422.720)	463.145 (428.210)	465.972	469.240		IFSY'95 (WT'94)
Dívida externa	621	1.186 (90)				0,0 ('90)	IFSY'95
Dívida externa/PIB (%)	0,3	0,3					
Total das reservas monetárias, exceto ouro (em US\$ milhões)	24.636	72.059	71.623	98.524	125.860		IFSY'95
Total das reservas monetárias, exceto ouro (em bilhões de ienes)	5.586	9.707,1	9.071,1	10.956	12.864		
Dívida externa/reservas monetárias (%)	11,1	12,2				9,9 ('90)	
Exportações	29.382	42.359	43.011	40.200	40.470		IFSY'95
Dívida externa/ exportações (%)	2,1	2,3 ('90)				9,5 ('90)	
Gastos públicos							IFSY'95
	44.137						

Divida externa/gastos públicos	1,4					
Investimento interno (formação de capital fixo bruto + aumentos das ações)	77.337	146.672	144.038	139.326	135.610	IFSY'95
Investimento direto no exterior (em US\$ bilhões)	2,39	30,74	17,24	13,74	17,97	IFSY'95
Investimento direto no exterior (em bilhões de ienes)	541,91	4.140,99	2.183,45	1.527,89	1.836,71	
Investimento direto no exterior/investimento interno (%)	0,7	2,8	1,5	1,1	1,4	57,1
Investimento estrangeiro direto (em US\$ bilhões)	0,28	1,37	2,72	0,10	0,89	IFSY'95
Investimento estrangeiro direto (em bilhões de ienes)	63,49	184,55	344,49	11,12	90,97	
Ingresso de investimento externo direto/investimento interno (%)	0,08	0,13	0,23	0,01	0,07	(flutuante)

Japão: Tabela 5.2A Papel do governo na economia e finanças públicas (em bilhões de ienes, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-92 (%)	Fonte
PIB	240.176	451.297	463.145	465.972	469.240		IFSY'95
Gastos públicos	44.137						IFSY'95
Gastos públicos/PIB (%)	0,18						
Receita tributária (orçamento — governo central)	26.392	58.730 ('90)					GFSY'90,'94
Receita tributária/PIB (%)	11,0	13,0 ('90)					
Déficit orçamentário	16.872	6.781 ('90)					IFSY'95
Déficit orçamentário/PIB (%)	7,0	1,5					-78,6 ('90)
Dívida pública	98.149	239.932 ('90)					IFSY'95
Dívida pública/PIB (%)	40,9	53,2 ('90)					30,1 ('90)
Funcionalismo público (em milhares de funcionários)	43.070	54.185					OECDNA'92

Total de empregos	3.911	3.960	3.975	OECDNA'92
Funcionalismo público/ total de empregos (%)	9,1	7,3	7,2	-20,9
Consumo público	23.568	41.232	43.258	44.666
Consumo privado	240.176	255.084	264.824	270.919
Consumo público/ consumo privado (%)	9,8	16,2	16,3	16,5
Formação de capital fixo bruto	75.420	143.429	142.999	141.322
				EWY'85,95

Reino Unido: Tabela 5.1A Internacionalização da economia e finanças públicas (em bilhões de libras esterlinas, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-93 (%)	Fonte
Taxa média de câmbio (libras por US\$)	0,4299	0,5652	0,5664	0,6658	0,6529		IFSY'95
PIB (libras) (libras 1990)	231,7 (423,49)	575,32 (540,31)	597,24 (537,45)	630,71 (549,59)	668,87 (570,72)		IFSY'95
Dívida externa	10,14	28,45	34,89				IFSY'95
Dívida externa/PIB (%)	4,4	4,9	5,8			31,8 ('92)	
Empréstimo externo líquido contruído pelo governo	1,43	5,50	4,71				
Total das reservas monetárias, exceto ouro (em US\$ bilhões)	20,65	41,89	36,64	36,78	41,01		IFSY'95
Total das reservas monetárias, exceto ouro (em bilhões de libras)	8,73	23,68	20,75	24,49	26,78		
Dívida externa/ reservas monetárias (%)	116,2	120,1	168,1			44,7 ('92)	
Exportações	47,36	104,88	108,51	120,94	133,03		IFSY'95
Dívida externa/ exportações (%)	21,4	27,1	32,2			50,5 ('92)	

Gastos públicos	88,48	229,15	257,89	GSFY'90,'94
Dívida externa/ gastos públicos (%)	11,5	12,4	13,5	17,4('92)
Empréstimo externo líquido contraído pelo governo/ gastos públicos (%)	1,6	18,3	14,2	787,5('92)
Investimento interno (formação de capital fixo bruto + aumentos das ações)	38,94	92,63	91,97	95,24
Investimento direto no exterior (em US\$ milhões)	11,23	16,40	19,35	25,64
Investimento direto no exterior (em milhões de libras)	4,83	9,27	10,96	17,07
Investimento direto no exterior/ investimento interno (%)	12,4	10,0	11,9	17,9
Investimento estrangeiro direto (em US\$ milhões)	10,12	16,06	16,49	14,56
Investimento estrangeiro direto (em milhões de libras)	4,35	9,08	9,34	9,69
Investimento estrangeiro direto/ investimento interno (%)	11,2	9,8	10,2	10,2
				-8,9

Reino Unido: Tabela 5.2A Papel do governo na economia e finanças públicas (em bilhões de libras esterlinas, salvo indicação em contrário)

	1980	1991	1992	1993	1994	Variação 1980-92 (%)	Fonte
PIB (libras) (libras 1990)	231,7 (423,49)	575,32 (540,31)	597,24 (537,45)	630,71 (549,59)	668,87 (570,72)		IFSY95
Gastos públicos	88,48	229,15	257,89				GFSY'90,'94
Gastos públicos/PIB (%)	38,2	39,8	43,2			13,1	
Receita tributária (orçamento — governo central)	58,04	159,87	161,21			8,0	GFSY'90,'94
Receita tributária/PIB (%)	25,0	27,8	27,0				
Déficit orçamentário	-10,73	-5,69	-30,0				IFSY95
Déficit orçamentário/PIB (%)	4,6	1,0	5,0			8,7	
Dívida pública	106,75	189,65	203,51				IFSY95
Dívida pública/PIB (%)	46,1	33,0	34,1			-26,0	

Funcionalismo público (em milhares de funcionários)	5.349	5.129	4.915	OECDNA'92
Total de empregos	23.314	22.559	22.138	OECDNA'92
Funcionalismo público/ total de empregos (%)	22,9	22,7	22,2	-3,1
Consumo público	49,98	124,11	131,88	137,97
Consumo privado	138,56	364,97	381,72	405,46
Consumo público/ consumo privado (%)	36,1	34,0	34,5	34,0
Dispêndios de capital pelo governo	20,23	20,08	19,64	-2,7
Formação de capital fixo bruto	41,79	45,99	49,56	EWY'95
Dispêndios de capital pelo governo/formação de capital fixo bruto (%)	48,4	43,7	39,6	EWY'95

Apêndice à Figura 6.4: Apoio aos principais partidos durante as eleições nacionais — 1980-1994

As percentagens apresentadas na figura 6.4 foram calculadas com base nos resultados eleitorais obtidos para a câmara baixa do parlamento, à exceção dos Estados Unidos, em que foram utilizados os dados referentes às eleições presidenciais. O critério adotado para classificar os partidos como “principais” foi o fato de terem participado do governo, salvo os casos do Partido Comunista Francês e do Partido Comunista Italiano.

Sobre fontes de consulta, ver última linha da tabela para cada um dos países a seguir. Todos os dados são provenientes de uma das seguintes referências:

- EWY = *The Europa World Yearbook* (Londres: Europa Publications, 1982-1995)
- SY = *Statesman's Yearbook* (org. Brian Hunter, Nova York: St Martin's Press, 1994-1995, 1995-1996)
- MDI = *Ministerio del Interior* (citado em *Espana, fin de siglo*, de Carlos Alonso Zaldivar e Manuel Castells. Madri: Alianza Editorial, 1992)
- Valles = “The Spanish General Election of 1993”, de Joseph M. Valles, *Electoral Studies*, 1994, 13 (1): 89

Todos os números indicados nas tabelas correspondem a valores percentuais.

França Primeiro turno para a Assembléia Nacional

	1981 (1 ^a votação)	1986 (1 ^a votação)	1988 (1 ^a votação)	1993 (1 ^a votação)
<i>Principais partidos</i>				
RPR	20,8	11,2	19,2	20,4
UDF	19,2	8,3	18,5	19,1
RPR+UDF		21,5		
Socialistas (PS)		31,0	34,8	17,6
MR de G		0,4	1,1	0,9
PS + MR de G	37,4			
<i>Outros partidos</i>				
Comunistas (PCF)	16,1	9,8	11,3	9,2
Outros esquerdistas	0,8	1,0	1,7	3,6
Extrema esquerda	1,4	1,5		3,6
Outros direitistas	2,8	3,9	2,9	5,0
Extrema direita	0,4	0,2		
Frente Nacional		9,7	9,7	12,4
Ecologistas		1,2		0,1
<i>Les Vert</i>				4,0
Regionalistas		0,1		
Outros			0,9	4,2
Total de votos para os principais partidos	77,4	72,4	73,6	58
<i>Fonte</i>	EWY-82	EWY-88	EWY-90	EWY-95

Alemanha Votos para o *Bundestag*

	1983	1987	1990	1994
<i>Principais partidos</i>				
CDU/CSU	48,8	44,2	43,8	41,5
Partido Social Democrata (SPD)	38,2	37,0	33,5	36,4
Democratas Liberais (FDP)	7,0	9,1	11,0	
<i>Outros partidos</i>				
Comunistas (DKP)	0,2			
Socialistas Democráticos (ex-comunistas)				
Partido da Democracia Socialista (PDS) (antigo Partido Comunista da RDA)			2,4	4,4
Partido Republicano			1,2	1,9
Partido Nacional Democrata (NDP)	0,2	0,6		
<i>Die Grünen</i> (Partido Verde) (+ Aliança 90 em 1990 e 1994)	5,6	8,3	5,0	7,3
Partido Democrata Ecológico (ODP)		0,3		
Partido Feminista		0,2		
Outros		0,3	2,1	1,7
Total de votos para os principais partidos	94,0	90,3	88,3	84,8
<i>Fonte</i>	EWY-84	EWY-88	EWY-92	EWY-95

Itália Votos para a Câmara dos Deputados

	1983	1987	1992
<i>Principais partidos</i>			
Republicanos (PRI)	5,1	3,7	4,4
Liberais (PLI)	2,9	2,1	2,8
Democrata-cristãos (DC)	32,9	34,3	29,7
Social-democratas (PSDI)	4,1	3,0	2,7
Socialistas (PSI)	11,4	14,3	13,6
Partido Comunista (PCI)	29,9	26,6	
Partido Democrata da Esquerda (antigos comunistas)			16,1
Comunistas reformados (antigos comunistas)			5,6
<i>Outros partidos</i>			
Movimento Social Italiano (MSI)	6,8	5,9	5,4
Nova Esquerda Unida (Democratas Proletários + <i>Lotta Continua</i>)			
Democratas Proletários	1,5	1,7	
Radicais (PR)	2,2	2,6	
Partidos regionais			
Liga Lombarda			8,7
Sudtiroler Volkspartei	0,5		
La Rete			1,9
Verdes		2,5	2,8
Outros	2,7	3,3	6,3
Total de votos para os principais partidos	86,3	84,0	79,9
<i>Fonte</i>	EWY-84	EWY-88	SY-94-5

Japão Votos para a Câmara dos Deputados

	1983	1986	1990	1993
<i>Principais partidos</i>				
Liberal Democrata (PLD)	45,8	49,4	46,1	36,62
Novo Club. Lib. (NLC) (reintegrado ao PLD em 86)	2,4	1,8		
Partido Social-Democrata (PSD)	7,3	6,5	4,8	3,51
Socialistas (JSP) (transformado em Partido Social-Democrata do Japão em 1992)	19,5	17,2	24,4	15,43
<i>Outros partidos</i>				
Partido Progressista			0,4	
Komeito	10,1	9,4	8,0	8,14
Novo Partido Japonês (JNP)				8,05
Partido da Renovação do Japão				10,10
Fed. Soc. Dem. (SDF) (+ P. Un. Soc.-Dem. em 93)	0,7	0,8	0,9	0,73
Comunistas (JCP)	9,3	8,8	8,0	7,70
Independentes	4,9	5,8	7,3	6,85
Sakigake				2,00
Outros	0,1	0,2	0,1	0,23
Total de votos para os principais partidos	75,0	74,9	75,3	55,56
<i>Fonte</i>	EWY-86	EWY-88	EWY-90	EWY-95

Espanha Votos para o Congresso dos Deputados

	1982	1986	1989	1993
<i>Principais partidos</i>				
ADP + PDP (+PL em 88 = CP)	26,4	26,1	46,1	36,62
Partido Popular (AP--> PP em 1989)			26,0	34,6
Union de Centro Dem. (UCD)	9,8			
Centro Social e Democrático (CDS)		9,2	8,0	1,8
Partido Socialista dos Trabalhadores Espanhóis (PSOE)	48,4	44,4	39,8	38,5
<i>Outros partidos</i>				
Partido Comunista Espanhol (PCE)	3,9			
Esquerda Unida (IU)		4,7	9,1	9,5
Partido Nacionalista Basco (PNV)	1,9	1,5	1,2	1,2
Convergência e União (CiU)	3,7	5,1	5,1	4,9
Outros	5,9	9,1	10,8	9,4
Total de votos para os principais partidos	84,6	79,7	73,8	74,9
<i>Fonte</i>	MDI	MDI	MDI	Valles

Reino Unido Votos para a Câmara dos Comuns

	1983	1987	1992
<i>Principais partidos</i>			
Conservadores	42,4	42,3	41,9
Liberais (+ Social-Democratas)	25,4	22,6	17,9
Partido Trabalhista	27,6	30,9	34,4
<i>Outros partidos</i>			
Partido Trabalhista Social e Democrata	0,4	0,5	0,5
Plaid Cymru	0,4	0,4	0,5
Partido Nacional Escocês	1,1	1,3	1,9
Sinn Fein	0,3	0,3	
Partido Popular Unionista do Ulster	0,1		
Unionistas do Ulster	0,8		
Partido Unionista Democrata	0,5		
(Os 3 juntos)		1,2	1,2
Outros	1,0	0,5	1,8
Total de votos para os principais partidos	95,4	95,8	94,2
<i>Fonte</i>	EWY-86	EWY-90	EWY-95

Estados Unidos Votos (do povo) para presidente

	1980	1984	1988	1992
<i>Principais partidos</i>				
Democratas	41,0	40,5	45,6	42,9
Republicanos	50,8	58,8	53,4	37,5
<i>Outros</i>				
John Anderson	6,6			
Ross Perot				18,9
Outros	1,6	0,7	1,0	0,8
Total de votos para os principais partidos	91,8	99,3	99,0	80,4
<i>Fonte</i>	EWY-81	EWY-88	EWY-90	EWY-94

Resumo do Índice dos Volumes I e III

Neste volume foram feitas referências aos temas apresentados no volume I (publicado pela Editora Paz e Terra em 1999) e volume III (a ser publicado em novembro de 1999). Segue abaixo o índice desses volumes:

Volume I: A Sociedade em Rede

Prólogo: A rede e o ser

1. A revolução da tecnologia da informação
2. A economia informacional e o processo de globalização
3. A empresa em rede: a cultura, as instituições e as organizações da economia informacional gados e trabalhadores com jornada flexível
4. A transformação do trabalho e do mercado de trabalho: trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível.
5. A cultura da virtualidade real: a integração da comunicação eletrônica, o fim da audiência de massa e o surgimento de redes interativas
6. O espaço de fluxos
7. O limiar do eterno: tempo intemporal

Conclusão: A sociedade em rede

Volume III: Fim de Milênio

Tempo de Mudança

1. A crise do estatismo industrial e o colapso da União Soviética
2. O surgimento do Quarto Mundo: capitalismo informacional, pobreza e exclusão social
3. A conexão perversa: a economia do crime global
4. Rumo à era do Pacífico? A base multicultural da interdependência econômica
5. A unificação da Europa: globalização, identidade e estado em rede

Conclusão: depreendendo nosso mundo